

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**  
**DOUTORADO EM HISTÓRIA**

**JOSÉ VIEIRA DA CRUZ**

**DA AUTONOMIA À RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA:  
MOVIMENTO ESTUDANTIL, ENSINO SUPERIOR E A SOCIEDADE  
EM SERGIPE, 1950-1985**

Salvador  
Abril/2012

**JOSÉ VIEIRA DA CRUZ**

**DA AUTONOMIA À RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA:  
MOVIMENTO ESTUDANTIL, ENSINO SUPERIOR E A SOCIEDADE  
EM SERGIPE, 1950-1985**

Tese submetida à apreciação do Programa de Pós-graduação e Pesquisa em História da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de doutor, na área de concentração em História Social.

Pesquisador: José Vieira da Cruz

Orientador: Prof. Dr. Muniz Gonçalves Ferreira

Salvador  
Abril/2012

C957d Cruz, José Vieira da.

Da autonomia à resistência democrática: movimento estudantil, ensino superior e a sociedade em Sergipe, 1950-1985. / José Vieira da Cruz; orientador Muniz Gonçalves Ferreira. – Salvador: PPGH/UFBA, 2012.  
527 f.: il.

Inclui bibliografia

Tese submetida para apreciação do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em História da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de doutor, na área de concentração em História Social.

1. Movimento estudantil. 2. Ensino superior. 3. Sociedade civil.  
4. Ditadura civil-militar – Sergipe. I. Ferreira, Muniz Gonçalves.  
(orientador). II. Universidade Federal da Bahia (UFBA). III. Título

CDU : 371.899  
378(813.7)(091)  
981.088

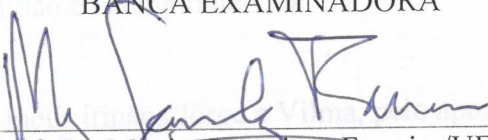
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**  
**DOCTORADO EM HISTÓRIA**

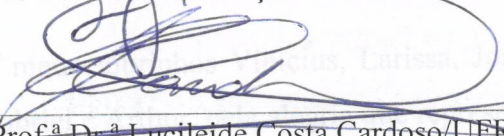
**DA AUTONOMIA À RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA:**  
**MOVIMENTO ESTUDANTIL, ENSINO SUPERIOR E A SOCIEDADE**  
**EM SERGIPE, 1950-1985**

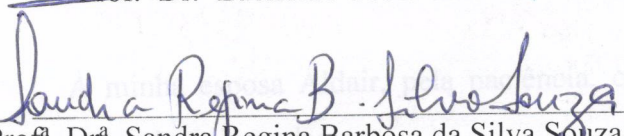
Pesquisador: José Vieira da Cruz

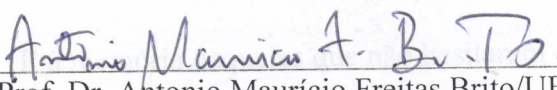
Orientador: Prof. Dr. Muniz Gonçalves Ferreira

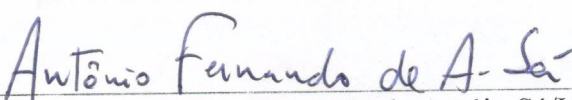
BANCA EXAMINADORA

  
Prof. Dr. Muniz Gonçalves Ferreira/UFBA

  
Prof.ª Dr.ª Lucileide Costa Cardoso/UFRB

  
Prof.ª Dr.ª Sandra Regina Barbosa da Silva Souza/UNEB

  
Prof. Dr. Antonio Maurício Freitas Brito/UFRB

  
Prof. Dr. Antônio Fernando de Araújo Sá/UFS

Salvador  
Abril/2012

A meus avós, Crescêncio e Valera (in memorian) e Ciro e Conceição (in memorian), ouvindo vocês aprendi que existem outras histórias;

A meus pais, José Invenção, seu Invenção (in memorian), e a Gracelina, dona Celina, pela retidão e exemplo de vida;

A meus irmãos Jorge Vieira e Vilma Vieira, pelo apoio e incentivo;

A meus sobrinhos Vinícius, Larissa, João Luís, Leonardo, Pedro, Gabriel e Arthur, pela alegria que representam em nossa família;

À minha esposa Aldair, pela paciência, compreensão e apoio no curso desta jornada;

E à memória daqueles que não hesitaram em organizar-se para lutar por seus direitos e ideais.

## Agradecimentos

A elaboração de uma tese não é uma empreitada fácil e nem rápida. E no curso desta caminhada, para fazer *jus* às pessoas que estiveram ao meu lado ou próximas prestando seu apoio, incentivo e amizade, preciso ao menos registrar o meu agradecimento como forma de reconhecimento. E esta tarefa por si só também não é fácil. Afinal, foram tantas pessoas, em muitas ocasiões, que mencioná-las envolve o risco de esquecer alguém ou não dimensionar a importância que cada uma delas teve ou tem. Mas, mesmo assim, sob a guilhotina desse risco, preciso agradecer...

Aos meus familiares – avós, pais, irmãos, sobrinhos e minha esposa –, a quem também dedico este trabalho, pela paciência, estímulo e apoio que sempre depositaram em mim. Sem vocês nada disso teria sentido nem seria possível!

Aos colegas e amigos que estimularam na decisão de iniciar esta nova etapa acadêmica e profissional, em particular, ao prof. Fernando Sá, pelas primeiras orientações e estímulos; ao prof. José Maria, pela orientação no mestrado; e aos professores Rogério Proença, Paulo Neves, Lourival Santos, Fábio Maza, Liberato, Romero Venâncio, Ruy Belém, Afonso Nascimento, Verônica Nunes, Lenalda Santos, Terezinha Oliva, Sharyse Piropo, José Carlos Reis, Ronaldo Aguiar, Ricardo Bechelli, Josefa Eliana, Mônica Cristina, Ester Mambrini e Célia Cardoso, pelo incentivo.

Aos (as) companheiros (as) e amigos (as) de viagens, e-mails, telefonemas e conversas de todas as horas: Magna Menezes, Joceneide Cunha, Sheyla Farias, Pedro Abelardo, Dênio, José Mário, Andréa Ribeiro, Cristina Valença e Eugênia Vieira.

Aos colegas de trabalho e amigos Maria Zelita, Jason, Antonio Bittencourt, Maria Ione, Fabiana Dias, Núbia Lira e Vânia pela compreensão e flexibilidade nos momentos em que foi necessário refazer horários e compromissos para cumprimento de atividades no decorrer deste doutorado.

À Secretaria Municipal de Educação de Aracaju e à Secretaria de Educação do Estado de Sergipe pela licença para estudos de caráter remunerado, necessárias para a viabilização dessa pesquisa. Neste sentido, fica o agradecimento às autoridades que têm o discernimento e a sensibilidade tanto de interpretar como de fazer cumprir a lei em favor da qualificação dos profissionais de ensino que atuam na rede pública estadual e na rede pública municipal.

À Soraia, pela recepção atenciosa dispensada, seja na secretaria do PPGH/UFBA seja na secretaria do IFCH e pela amizade.

Aos funcionários da Biblioteca da UFS; da Biblioteca da UNIT, da biblioteca “Epifânio Dória”; do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe; do Arquivo Público de Sergipe; do Instituto Dom Luciano Duarte, do Arquivo Nacional, da Biblioteca Nacional, do Arquivo do Poder Judiciário de Sergipe, do Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe, neste último caso, em particular a pessoa de sua diretora, Zenilde.

A Adilson Oliveira Almeida, pela atenta e criteriosa revisão gramatical do texto desta tese. E a Amália Berger, pela revisão do abstract.

Ao meu cunhado Adeilton Smith, pelo suporte técnico, prontidão e eficiência com que solucionou os problemas com os equipamentos e os programas de informática utilizados nesta pesquisa.

Aos estudantes do curso de História da Universidade Tiradentes que participaram e que participam, sob minha orientação, do projeto “Vozes de um passado presente: estudantes, artistas, intelectuais e militantes políticos em Sergipe na segunda metade do século XX”. O diálogo e a convivência com vocês enriqueceram os caminhos desta pesquisa e têm contribuído para alargar o conhecimento das fontes sobre Sergipe no período em discussão. Agradeço a todos vocês!

Aos colegas PPGH/UFBA, Bruno, Fernando Medeiros, Andréa Bandeira, Halisson Barreto, Jacira, Jamile, Sheyla, Izabel, Cristiane, Patrícia, Joceneide, Pedro, Joaquim Tavares e Luizão, pelo convívio nas disciplinas e/ou nos encontros em Salvador, em Aracaju, em São Lázaro e nos eventos pelo Brasil afora.

Aos entrevistados José Alexandre Felizola Diniz, Zelita Rodrigues Correia dos Santos, Aglaé Fontes D’Ávila de Alencar, Clodoaldo de Alencar Filho, Guido Azevedo, Luís Antonio Barreto, Ivan Macedo Valença, José Silvério Leite Fontes, José Carlos Mesquita Teixeira, José Maria do Nascimento, José Roberto dos Santos, João Augusto Gama da Silva, Dílson Menezes Barreto, Araci Bispo do Nascimento, Jackson Sá Figueiredo, Wellington Dantas Manguiera Marques, João Bosco Rolemberg Côrtes, Antonio Bittencourt Júnior, Carlos Roberto da Silva, Edvaldo Nogueira, José Franco Azevedo, Silvana Nascimento Barros, Antonio Fernandes Viana de Assis, Josué Modesto dos Passos Sobrinho, Ruy Belém de Araújo, Milton Alves, Laura Maria Ribeiro Marques, Afonso Nascimento, José Luciano Góis de Oliveira, José Ibarê Costa Dantas, Domingos Félix de Santana Neto, Irineu Silva Fontes Júnior, Antonio Alves do Amaral, Joésia Maria

de Oliveira Ramos, Rosalvo Alexandre de Lima Filho, Maria de Lourdes Rodrigues Correia, Iara Viana de Assis, Tânia Soares de Souza e Ana Maria Santos Rolemberg Côrtes, pela desprendida atenção com que nos receberam ou receberam os integrantes do projeto “Vozes de um passado presente”, contribuindo substancialmente para o enriquecimento deste trabalho e de outras pesquisas.

Ao professor José Afonso Nascimento, pela indicação de fontes importantes a respeito do Centro Acadêmico Silvio Romero, pelos diálogos oportunos e pelo constante incentivo.

Ao professor José Ibarê Costa Dantas, intelectual devotado à pesquisa, pela indicação de fontes, pela disponibilização de seu acervo bibliográfico, pelas constantes interlocuções na construção desta tese e, sobretudo, pela sua amizade e atenção.

Aos professores do PPGH/UFBA: Antônio Guerreiro, Lina Aras, Israel de Oliveira, Gabriela dos Reis, Evergton Sales, Conceição Espinheiro, Maria Hilda, Lucileide Cardoso, Lígia Bellini, Carlos Zacarias e Dilton Oliveira, pelas discussões, sugestões e atenção.

Aos membros da banca de qualificação, à professora Lucileide Costa Cardoso, aos professores Antônio Maurício Freitas Brito e Muniz Gonçalves Ferreira, pelas críticas construtivas, ponderações e sugestões ao *corpus* desta tese.

Aos membros da banca de defesa dessa tese, às professoras Lucileide Costa Cardoso, Sandra Regina Barbosa da Silva Souza e Célia Costa Cardoso, aos professores Antônio Maurício Freitas Brito, Antônio Fernando de Araújo Sá, Eurelino Teixeira Coelho Neto e Muniz Gonçalves Ferreira, por aceitarem o convite, pela leitura e pelas contribuições ao *corpus* desta tese.

Não posso deixar de agradecer, em especial, ao professor Dr. Muniz Ferreira, pela confiança depositada ao nos aceitar como orientando, pela atenção, profissionalismo e segurança com que conduziu a orientação para construção desta tese.

Evidentemente, os agradecimentos constantes neste registro às pessoas que contribuíram para o bom andamento desta tese, não me eximem de assumir eventuais lacunas, falhas ou erros que porventura ela possa vir a ter. Afinal, todo trabalho de pesquisa é um contínuo exercício de interpretação e escrita, um *work in progress*. Mas, enfim, obrigado a todos que me acompanharam até este novo ponto de partida!



CRUZ, José Vieira da. *Da autonomia à resistência democrática: movimento estudantil, ensino superior e a sociedade em Sergipe, 1950-1985*. Salvador: PPGH/UFBA, 2012 (Tese de doutorado).

## RESUMO

Esta tese sobre o movimento estudantil, o ensino superior e a sociedade em Sergipe, no período de 1950 a 1985, busca compreender como parte da intelectualidade, dos profissionais, dos artistas e dos políticos, com formação superior obtida no estado, passou a renovar e/ou a reproduzir as disputas pelo poder político local. As discussões a respeito dessas experiências, analisadas a partir de fontes escritas e orais, permitem abordar dois períodos históricos distintos, mas que se inter-relacionam. Por esta razão, a presente tese encontra-se dividida em duas partes. Na primeira, “Autonomia e participação em tempos de nacionalismos e reformas”, abrangendo o período de 1950 a 1964, é focalizado como os estudantes organizaram-se para garantir sua autonomia política e, também, a luta que travaram, juntamente com a Igreja Católica e outros segmentos da sociedade, para criação de uma universidade no estado. Já na segunda parte, “Do ilusório transitório à resistência democrática”, iniciada com o golpe civil-militar de 1964 e estendida até o período da redemocratização em 1985, são enfatizados as experiências desses estudantes no cenário de intervenção, controle e vigilância por parte da ditadura civil-militar brasileira que passou a restringir as garantias do estado de direito e do exercício das liberdades democráticas da sociedade e, conseqüentemente, dos estudantes e de suas entidades representativas. Em torno desses dois eixos, a partir da discussão das noções de classe, juventude, *intelligentsia*, intelectuais, sociedade civil e hegemonia, entre outras, discutir-se-á, inicialmente, como a historiografia tem abordado o tema e a forma de atuação desses estudantes dentro e fora dos grandes centros urbanos do país. Essa análise tende a revelar singularidades e inter-relações com os estudos já produzidos, não se restringindo aos clássicos quatro primeiros anos posteriores ao golpe de 1964, nem a interpretações centralistas, uniformes e invariáveis, muito menos à noção exclusivamente econômica e política do processo social no qual os estudantes são, geralmente, relacionados. Em lugar disso, ela procura compreender o contexto e as temporalidades em que esse movimento e seus participantes vivenciaram suas diferentes experiências sociais, culturais e políticas.

Palavras-chave: movimento estudantil, ensino superior, sociedade civil, ditadura civil-militar, Sergipe.

CRUZ, José Vieira da. *Da autonomia à resistência democrática: movimento estudantil, ensino superior e a sociedade em Sergipe, 1950-1985*. Salvador: PPGH/UFBA, 2012 (Tese de doutorado).

### ABSTRACT

This thesis about the students' movement, higher education and society in the State of Sergipe, Brazil, from 1950 to 1985, aims at understanding how part of the intellectuals, professionals, artists and politicians who have obtained their university degrees in the state of Sergipe began to renovate and/or reproduce the dispute for local political power. Discussions about those experiences, which were analysed through written and oral sources, led the approach of two different but interrelated historical periods. For this reason, the present thesis is divided into two parts. The first one, "Autonomy and participation in times of nationalism and reforms", which covers the period between 1950 and 1964, focuses on how students organized themselves to ensure their political autonomy, and also on their struggle, along with the Catholic Church and other segments of society to create a university in the state. The second part, "From the illusory transitional to the democratic resistance", focuses on the period between the civil-military coup, in 1964, and the period of re-democratization, in 1985. It emphasizes students' experiences in the scenario of intervention, control and surveillance that was established by the Brazilian civil-military dictatorship, which imposed restrictions to the guarantee of the state of rights and to society's exercise of democratic freedom, consequently, to students and their representative entities (unions). Around those two axes, this thesis presents, initially, how historiography has been approaching the performance of those students inside and outside the major urban centers, based on discussions of notions of class, youth, *intelligentsia*, intellectuals, civil society and hegemony, among other categories. This analysis tends to reveal peculiarities and interrelations with studies already conducted, without getting limited to the classic first four years after the 1964 coup or to closed, uniform and invariable interpretations, even less to the view that is exclusively centered on the economic and political sense of social process, to which students are usually related. Instead, it seeks to understand the context and time frames in which this movement and its participants lived their social, cultural and political experiences.

Keywords: student movement, higher education, civil society, civil-military dictatorship, Sergipe

## SUMÁRIO

	Agradecimentos.....	06
	Resumo.....	09
	Abstract.....	10
	Lista de siglas.....	13
	Lista de gráficos.....	16
	Lista de imagens.....	17
	Lista de quadros comparativos .....	18
	Lista de tabelas.....	19
Introdução	<b>Movimento estudantil, ensino superior e a sociedade em Sergipe...</b>	20
	Definição do objeto de estudo, problema, hipóteses e objetivos.....	20
	Justificativa do tema e definições de conceitos.....	26
	Historiografia, universitários e o movimento estudantil.....	35
	Alargando o olhar sobre o movimento estudantil.....	41
	Metodologia, fontes escritas e orais.....	56
	Estrutura da tese.....	68
PARTE I	<b>Autonomia e participação em tempos de nacionalismos e reformas.....</b>	<b>72</b>
Capítulo I	<b>O surgimento do movimento estudantil universitário em Sergipe..</b>	73
	1.1. Deslocar-se não era mais preciso.....	73
	1.2. As primeiras instituições de ensino superior .....	77
	1.3. Um perfil dos primeiros estudantes.....	83
	1.4. A União dos Estudantes de Sergipe (UES).....	92
	1.5. O Academus versus o I Congresso dos Estudantes de Sergipe.....	98
	1.6. A UEES e os novos rumos do ME em Sergipe.....	106
Capítulo II	<b>Tempos da JUC e da reforma universitária .....</b>	116
	2.1. A JUC, a Igreja e a luta por uma universidade em Sergipe.....	116
	2.2. A UEES, a Campanha da Legalidade e a imprensa estadual.....	125
	2.3. A Reforma Universitária e seus ecos em Sergipe.....	138
	2.4. I Seminário Estadual sobre a Reforma Universitária (I SERU).....	144
	2.5. A greve por “um terço” e as raízes do modelo de cogestão.....	151
	2.6. O II SERU e a Declaração de Santo Amaro das Brotas.....	168
Capítulo III	<b>A UEES, o IBAD e os movimentos de cultura e educação popular.</b>	174
	3.1. Os estudantes, as eleições de 1962, o IBAD e a postura da UEES.	174
	3.2. Os estudantes, a UEES e os movimentos populares de cultura.....	178
	3.3. Os estudantes, a UEES e o Restaurante Universitário.....	184
	3.4. Os estudantes, a segunda UNE-volante e o CPC da UEES.....	186
	3.5. O congresso dos estudantes universitários de Sergipe de 1963.....	189
	3.6. Os estudantes, a UEES e o golpe civil-militar de 1964.....	191

PARTE II	<b>Do ilusório transitório à resistência democrática.....</b>	<b>193</b>
Capítulo IV	<b>O golpe, a sociedade e o (des)compasso do ME em Sergipe.....</b>	194
	4.1. A FMP, o golpe de 1964 e suas desventuras.....	194
	4.2. O golpe de 1964 e a deposição de Seixas Dória.....	197
	4.3. O golpe contra os sindicatos e os trabalhadores.....	204
	4.4. A repressão ao ME e aos movimentos de cultura popular.....	209
	4.5. Relato do cárcere, o apoio da família e da maçonaria.....	216
	4.6. A marcha com Deus, o CES e a expulsão dos secundaristas.....	220
Capítulo V	<b>A Lei Suplicy, a intervenção na UEES e a DEE de Sergipe.....</b>	227
	5.1. A Lei Suplicy, a intervenção no ME e reação estudantil.....	227
	5.2. UEES: aderir, resistir, fechar ou sofrer intervenção.....	234
	5.3. A DEE de Sergipe, a falta de recursos e a atuação do MEC.....	238
	5.4. A tumultuada segunda eleição da DEE de Sergipe.....	251
	5.5. A polêmica sobre o modelo da universidade de Sergipe.....	260
	5.6. A criação da FUFSE e a extinção da DEE de Sergipe.....	265
Capítulo VI	<b>“Liberdade sem democracia”: a reação dos DAs à Lei Suplicy.....</b>	271
	6.1. A reorganização dos diretórios acadêmicos após o golpe.....	271
	6.2. A Lei Suplicy, a FCFS e a reforma do estatuto do DAJF.....	278
	6.3. A rejeição à Lei Suplicy e a revolta dos estudantes da FAFI.....	285
	6.4. A reação da FAFI e a polêmica nos jornais.....	288
	6.5. Os estudantes e os significados dos ofícios do monsenhor Duarte.	291
	6.6. A advertência disciplinar, o fim do DAJF e os novos diretórios....	297
Capítulo VII	<b>(Re)organização das tendências, os protestos de 1968 e o DCE.....</b>	304
	7.1. (Re)organização das tendências: POLOP, AP e PCB.....	304
	7.2. A morte de Edson Luís, a UFS e os protestos de maio de 1968.....	328
	7.3. A prisão de Vladimir e as greves estudantis do CES e da UFS.....	341
	7.4. A disputa, a eleição e a posse do primeiro DCE/UFS.....	352
	7.5. O cotidiano cultural, os preparativos para Ibiúna e as prisões.....	360
	7.6. As famílias, a maçonaria, as autoridades e o regresso de Ibiúna....	369
Capítulo VIII	<b>O novo ciclo repressivo, reabertura do DCE e a luta pelas Diretas</b>	375
	8.1. O AI-5 e o novo ciclo repressivo.....	375
	8.2. A UFS e a cassação dos direitos políticos dos estudantes.....	378
	8.3. Estudantes vigiados e o papel da ASI/AESI na UFS.....	388
	8.4. Esvaziamento, fechamento e eclipse do DCE/UFS.....	400
	8.5. A passagem do eclipse, o DCE e a “Operação Cajueiro”.....	407
	8.6. Diretas para o DCE, Reitor e Presidente.....	415
Considerações	<b>A dialética de um passado/presente.....</b>	438
	Locais e sites de pesquisa.....	451
	Fontes.....	453
	Bibliografia.....	476
	Anexos.....	512

## Lista de siglas

ADESG	– Associação dos Estagiários da Escola Superior de Guerra
ADP	– Ação Democrática Parlamentar
AESI	– Assessoria Especial de Segurança e Informação
AESS	– Associação dos Estudantes Secundaristas de Sergipe
AP	– Ação Popular
APES	– Arquivo Público do Estado de Sergipe
ARENA	– Aliança Renovadora Nacional
ASD	– Aliança Social Democrática
ASI	– Assessoria de Segurança e Informação
CASR	– Centro Acadêmico Silvio Romero
CCBS	– Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
CCET	– Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas
CCSA	– Centro de Ciências Sociais Aplicadas
CECH	– Centro de Educação e Ciências Humanas
CES	– Colégio Estadual Sergipense
CHESF	– Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CNA	– Campanha Nacional de Alfabetização
CNBB	– Conferência Nacional dos Bispos
CNE	– Conselho Nacional dos Estudantes
CONDESE	– Conselho de Desenvolvimento de Sergipe
CONSU	– Conselho Superior Universitário
CPC	– Centro Popular de Cultura
CPC da UEES	– Centro Popular de Cultura da União Estadual dos Estudantes de Sergipe
CPC da UNE	– Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes
DA	– Diretório Acadêmico
DAACL	– Diretório Acadêmico Dr. Augusto César Leite
DAAMB	– Diretório Acadêmico Dr. Antônio Militão de Bragança
DAJF	– Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo
DAJR	– Diretório Acadêmico João Ribeiro
DAMK	– Diretório Acadêmico Maria Kiehl
DCE	– Diretório Central dos Estudantes

DEE	–	Diretório Estadual dos Estudantes
DEES	–	Diretório Estadual dos Estudantes de Sergipe
DEMEC	–	Delegacia de Ensino do Ministério da Educação
DES/MEC	–	Diretoria de Ensino Superior do Ministério da Educação
DNE	–	Diretório Nacional dos Estudantes
DSI	–	Divisão de Segurança e Informação
DUAC	–	Departamento Universitário de Ação Comunitária
EQS	–	Escola de Química de Sergipe
ESS	–	Escola de Serviço Social
FAFI	–	Faculdade de Filosofia
FCE	–	Faculdade de Ciências Econômicas
FCES	–	Faculdade de Ciências Econômicas de Sergipe
FCFS	–	Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe
FDS	–	Faculdade de Direito de Sergipe
FMP	–	Frente de Mobilização Popular
FMS	–	Faculdade de Medicina de Sergipe
FUFSE	–	Fundação Universidade Federal de Sergipe
IBAD	–	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IDLD	–	Instituto Dom Luciano Duarte
IES	–	Instituição de Ensino Superior
IHGSE	–	Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe
IPES	–	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPM	–	Inquérito Policial Militar
JEC	–	Juventude Estudantil Católica
JOC	–	Juventude Operária Católica
JUC	–	Juventude Universitária Católica
LDB	–	Lei de Diretrizes e Bases
LIC	–	Liga de Intelectuais Católicos
LUC	–	Liga Universitária Católica
MAC	–	Movimento Anticomunista
MCP	–	Movimento de Cultura Popular
MDB	–	Movimento Democrático Brasileiro
MEB	–	Movimento de Educação de Base

MEC	–	Ministério de Educação e Cultura
MERDA	–	Movimento Estudantil Revolucionário Didático e Artístico
MPF	–	Ministério Público Federal
PCB	–	Partido Comunista Brasileiro
PDS	–	Partido Democrático Social
PDT	–	Partido Democrático Trabalhista
PFL	–	Partido da Frente Liberal
PMDB	–	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
POLOP	–	Política Operária
PSD	–	Partido Social Democrático
PT	–	Partido dos Trabalhadores
PTB	–	Partido Trabalhista Brasileiro
SEI	–	Serviço Estadual de Informações
SEI	–	Sociedade de Estudos Interamericanos
SERU	–	Seminário Estadual sobre Reforma Universitária
SNI	–	Sistema Nacional de Informação
SNRU	–	Seminário Nacional sobre a Reforma Universitária
SUOF	–	Sociedade União dos Operários e Ferroviários
TESE	–	Tribunal Eleitoral Sergipano dos Estudantes
UDN	–	União Democrática Nacional
UEES	–	União Estadual dos Estudantes de Sergipe
UES	–	União dos Estudantes de Sergipe [Universitários]
UFS	–	Universidade Federal de Sergipe
UIE	–	União Internacional dos Estudantes
UNE	–	União Nacional dos Estudantes
USAID	–	United States Agency for International Development
USES	–	União Sergipana dos Estudantes Secundaristas

## Lista de gráficos

Gráfico 01: Estudo comparativo das faixas de idade dos universitários matriculados nas instituições de ensino superior de Sergipe, 1957 a 1964.....	513
Gráfico 02: Estudo comparativo dos estudantes matriculados em razão do gênero nas instituições de ensino superior de Sergipe, 1957 e 1964.....	513
Gráfico 03: Estudo comparativo dos estudantes matriculados em razão do gênero nos cursos ofertados pelas instituições de ensino superior de Sergipe, 1957 a 1964.....	514
Gráfico 04: Estudo comparativo da matrícula das instituições de ensino superior em Sergipe, 1957 a 1964.....	514
Gráfico 05: Estudo comparativo das matrículas nas instituições de ensino superior de Sergipe em relação a instituições de ensino secundário de origem, 1957 a 1964.....	515
Gráfico 06: Estudo comparativo do domicílio dos universitários matriculados nas instituições de ensino superior de Sergipe, 1957 a 1964.....	515



## Lista de imagens

Imagem 01:	Painel “Carro de boi”, pintado por Jordão de Oliveira, em 1962. [Foto: Lineu Lins].....	82
Imagem 02:	Painel “Salinas”, pintado por Jordão de Oliveira, em 1962. [Foto: Lineu Lins].....	82
Imagem 03:	Reprodução do emblema da UEES, impresso nos ofícios da instituição.....	110
Imagem 04:	Ato público promovido pela UEES na rua João Pessoa, Centro, nas proximidades do palácio Olímpio Campos, sede do governo do estado de Sergipe.....	157
Imagem 05:	À esquerda, foto da faixa da campanha ao governo de Sergipe do candidato Leandro Maciel, colocada à frente do IHGSE, e à direita, foto da faixa do candidato ao governo de Pernambuco, João Cleofas...	175
Imagem 06:	Ensaio geral da peça “Eles não usam Black-tie” pelo grupo do TEGEBE, no auditório do Colégio Estadual de Sergipe, em 15 de março de 1963.....	182
Imagem 07:	Apresentação do CPC da UEES no I Festival de Cultura Popular, promovido pela Secretaria de Educação de Sergipe, na gestão de Luís Rabêlo Leite, em julho de 1963.....	188
Imagem 08:	Primeira página da edição especial da Gazeta de Sergipe.....	202
Imagem 09:	Manchete noticiando a greve dos universitários seguida de foto em que a maioria dos estudantes aparece de costas.....	346
Imagem 10:	Manchete noticiando a indecisão dos universitários seguida de foto em que os veículos da polícia militar cercam o CES.....	367
Imagem 11	BENEDITO, MOUZAR [roteirista] e TACUS [ilustrador]. “ABC do Calouro: guia prático tira-dúvidas” [história em quadrinhos]. In: DCE. <i>Jornal do Calouro</i> : publicações do DCE e dos DAs. Aracaju: FUFSE, nº 2, 1978, p.1.....	416
Imagem 12	BENEDITO, MOUZAR [roteirista] e TACUS [ilustrador]. [Charge sem denominação]. In: DCE. <i>Jornal do Calouro</i> : publicações do DCE e dos DAs. Aracaju: FUFSE, nº 2, 1978, p.4.....	417

## Lista de quadros comparativos

Quadro 01:	Diretoria da UES – gestão de janeiro de 1953 a setembro de 1953.....	516
Quadro 02:	Diretoria da UEES – gestão de setembro de 1953 a setembro de 1954.....	516
Quadro 03:	Diretoria da UEES – gestão de setembro de 1955 a setembro de 1956.....	517
Quadro 04:	Diretoria da UEES – gestão de setembro de 1958 a setembro de 1959.....	517
Quadro 05:	Diretoria da UEES – gestão de setembro de 1959 a setembro de 1960.....	518
Quadro 06:	Diretoria da UEES – gestão de setembro de 1960 a setembro de 1961.....	518
Quadro 07:	Manifesto ao povo sergipano contra o IBAD subscrito por entidades civis em 1962.....	519
Quadro 08:	DEE de Sergipe – primeira gestão, eleição indireta de 1965.....	520
Quadro 09:	Instituições de ensino superior em Aracaju/Sergipe, 1948 a 1968.....	521
Quadro 10:	Relação dos estudantes que participaram do XXX Congresso da UNE por curso e por tendência política.....	521

## Lista de tabelas

Tabela 01:	Estudo comparativo do estado de origem dos universitários matriculados nas instituições de ensino superior de Sergipe, 1957 a 1964.....	522
Tabela 02:	Estudo comparativo da cidade de origem dos universitários matriculados nas instituições de ensino superior de Sergipe entre 1957 a 1964.....	522
Tabela 03	Estudo comparativo dos estudantes matriculados em razão do gênero nas instituições de ensino superior de Sergipe, 1957 a 1964.....	523
Tabela 04	Comparativo entre homens e mulheres matriculados nos cursos ofertados pelas instituições de ensino superior de Sergipe, 1957 a 1964	523
Tabela 05	Estudo comparativo de matrículas nas instituições de ensino superior de Sergipe em relação a instituições de ensino secundário de origem no período, 1957 a 1964.....	524
Tabela 06	Estudo comparativo entre ano de nascimento dos estudantes e ano de entrada na universidade (idade dos alunos / quantidade / percentual).....	524

## **Introdução – Movimento estudantil, ensino superior e a sociedade em Sergipe**

### **Definição do objeto de estudo, problemas, hipóteses e objetivos**

Esta tese pesquisa o movimento estudantil, o ensino superior e a sociedade em Sergipe, no período de 1950 a 1985. Em torno desse campo de estudo e dessa delimitação de espaço-tempo, busca-se compreender os significados da militância estudantil no processo de formação política, intelectual e cultural daqueles que compartilharam essas experiências.

Não obstante a relevância desse campo de estudo e a contribuição das pesquisas já desenvolvidas, assunto a ser tratado nos próximos tópicos, ainda não havia sido elaborada uma visão de conjunto acerca dos significados do movimento estudantil universitários em Sergipe no período de 1950, momento em que surgem os primeiros órgãos de representação estudantil, e 1985, quando, após o intercurso da ditadura civil-militar, a visibilidade e a centralidade da atuação política dos universitários passam a ser compartilhadas com outros atores e outros movimentos sociais, inclusive sob a mediação de diferentes clivagens sociais que não apenas o de classe ou o de fração desta, como a princípio a historiografia tratava o tema.

Assim, partindo desse recorte temporal, 1950 a 1985, e filtrando os excessos de uma bibliografia especializada que tem atribuído a essa participação estudantil uma perspectiva romântica e mítica, aspectos devidamente criticados por Martins Filho<sup>1</sup>, os significados da atuação do movimento estudantil, em meio ao cenário político e cultural brasileiro durante o período enfocado, têm estimulado o debate e a produção acadêmica em torno desse tema.

Essa produção acadêmica, entretanto, como será discutida, tem enfrentado, em termos historiográficos, pelo menos, três impasses: o primeiro é observado em relação aos debates acerca da condição de classe dos estudantes a partir de um enfoque socioeconômico; o segundo configura-se em torno da persistência de uma tradição de estudos que tendem a generalizar a atuação dos estudantes universitários brasileiros tomando como norte apenas os acontecimentos ocorridos no eixo Rio-São Paulo, apesar do

---

<sup>1</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e a ditadura militar*. São Paulo: Papyrus, 1987.

crescente desenvolvimento de pesquisas dentro e fora desse eixo<sup>2</sup>; e o terceiro impasse concentra-se na persistência de estudos que tendem a focar a importância social do movimento estudantil nos primeiros quatro anos posteriores ao golpe civil-militar de 1964, deixando pouco visitados os períodos anteriores ao golpe e posteriores ao AI-5.

Em torno dessa problematização, o escopo desta pesquisa suscita alguns questionamentos. O primeiro discute o limite da noção de classe, visto pelo prisma da determinação econômico-social como condição suficiente para entender a participação política e cultural dos estudantes no contexto histórico em estudo. O segundo é dirigido à persistência de uma historiografia que, tomando como referência apenas os grandes centros urbanos e uma ou outra entidade estudantil, caracteriza a atuação dos estudantes e de seus movimentos, independentemente do tempo e do lugar em que foi tecida, a partir de parâmetros gerais e invariáveis. E o terceiro questionamento relaciona-se à concentração de pesquisas no período dos anos de 1964 a 1968.

Frente a essa problematização, torna-se necessário estudar os significados da história do movimento estudantil universitário no período de 1950 a 1985, fora dos grandes centros urbanos e culturais do país, como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, e mesmo fora de centros urbanos e culturais regionais como Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco ou Bahia. Esse tipo de questionamento pode ajudar a compreender singularidades e inter-relações acerca da atuação estudantil, tanto dentro como fora desses centros urbanos e culturais.

Dentro desse horizonte de discussões, esta pesquisa tem como foco estudar a história do movimento estudantil universitário em Sergipe no período de 1950 a 1985. Em torno desta proposta de estudo, ganham forma três hipóteses de investigação. A primeira sugere a possibilidade de uma melhor compreensão dos significados atinentes às experiências e às expectativas dos processos sociais dos quais os estudantes universitários em Sergipe tomaram parte no período em discussão.

A segunda sustenta a possibilidade de elaboração de um estudo sobre as experiências desses universitários, particularmente a partir de seus órgãos de representação, embasado no exame de fontes escritas produzidas pelos ou sobre esses estudantes no período em apreço, assim como através das experiências registradas em entrevistas realizadas com alguns dos estudantes que atuaram de forma militante ou não no

---

<sup>2</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. *1968 faz 30 anos*. Campinas/SP: Mercado das Letras; São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Carlos, 1998.

período. Desta forma, a partir do diálogo com essas fontes – tanto escritas quanto orais – e com a bibliografia disponível, é possível analisar os diferentes significados dos processos sociais dos quais esses estudantes fizeram parte.

E a terceira, e última hipótese, sinaliza que o descortinar de uma história do movimento estudantil universitários em Sergipe no período de 1950 a 1985 transcende os recortes de temporalidade dos convencionais marcos políticos, ainda que se sirva deles, para revelar peculiaridades acerca da formação, reprodução e/ou renovação de frações da *intelligentsia* cultural e política do estado nas quatro primeiras décadas da segunda metade do século XX.

A gestação dessa *intelligentsia* a partir da década de 1950 parece ampliar a interpretação elaborada por Luciano Martins para os intelectuais e políticos brasileiros da primeira metade do século XX. Estes, segundo sua discussão, pareciam ser dotados de um “sentido de missão e, ao mesmo tempo,” desprovidos de utopia<sup>3</sup>. Aqueles, isto é a *intelligentsia* política e cultural formada a partir da segunda metade do mencionado século, sob o prisma interpretativo desta pesquisa, além de compreenderem o sentido político de sua formação, portando de sua missão profissional, também parecem deixar transparecer, tanto em seus discursos como em suas ações, os debates e as utopias nacionalistas, reformistas, populares e de resistência ideológica.

Desta forma, ao menos em parte, os estudos sobre movimento estudantil ou sobre a participação política e cultural dos estudantes universitários a partir da década de 1950, reservada a devida crítica às visões românticas e míticas sobre eles, parecem transparecer não apenas o caráter de “missão” como também o da busca de uma “utopia” transformadora<sup>4</sup>.

Sérgio Miceli, por sua vez, ao analisar as relações dos intelectuais e as classes dirigentes do país, toma como ponto de interpretação a discussão sobre a tradição de cooptação dos intelectuais pelo Estado. Esta relação, segundo o autor, em parte fundamenta-se na sedução que o poder estatal exerce sobre esses intelectuais que, embora não hesitem em dizer que só têm compromisso com as suas ideias, na prática não escapam

---

<sup>3</sup> MARTINS, Luciano. “A gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil 1920 a 1940”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Número 4, vol. 2, junho de 1987, pp. 65-87.

<sup>4</sup> Ver: RIDENTI, Marcelo Siqueira. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da tv*. São Paulo: Record, 2000, pp. 19-60.

a cooptação como um dado estrutural da sociedade brasileira<sup>5</sup>. A partir dessa discussão, a formação de novos quadros intelectuais, em particular a partir dos efetivos estudantis das universidades, terminaria por contribuir para a reprodução e/ou renovação da *intelligentsia* a serviço das classes dirigentes do país, leitura um tanto estruturalista.

Sob outro prisma, tanto a discussão a respeito da formação da *intelligentsia* brasileira na primeira metade do século XX, abordada por Martins<sup>6</sup>, como da tradição de subordinação dos intelectuais às classes dirigentes do país, descritas por Miceli<sup>7</sup>, ambos, por vezes, têm esbarrado na dificuldade em si precisar a definição desse campo de conhecimento e, sobretudo, de seus conceitos-chave: inteligência, *intelligentsia* ou intelectuais.

Nesse sentido, do ponto de vista teórico, a necessidade de compreender o papel dos estudantes universitários, em particular suas experiências e expectativas em relação ao poder – sejam durante o período em que eles são estudantes ou na fase de inserção profissional, política, científica, artística ou cultural na sociedade –, exige a busca de uma delimitação conceitual que comporte a complexidade dessa discussão e da problemática a ela relacionada. Dentro dessa perspectiva, esta tese dialoga com a definição de intelectual formulada por Jean-François Sirinelli<sup>8</sup>, que se reveste de uma dimensão polimorfa, isto é, com muitas formas, e polifônica, ou seja, constituído por uma simultaneidade de vozes, razão pela qual essa temática configura-se como uma contínua história em construção<sup>9</sup>.

Inserido nesse horizonte teórico e conceitual, a formação dos estudantes universitários em Sergipe e suas experiências e expectativas políticas, culturais e sociais, fomentadas entre 1950 e 1985, podem ser compreendidas também a partir da relação com a *intelligentsia* do estado ou de suas relações, enquanto intelectuais em formação, com as classes dirigentes locais e nacionais, no sentido empregado tanto por Sirinelli<sup>10</sup> como por Antonio Gramsci<sup>11</sup>.

---

<sup>5</sup> Ver a respeito em: MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo, Difel, 1979; em: MICELI, Sérgio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 2008; e em: GRAIEB, Carlos. “Sob as asas do poder: entrevista com Sérgio Miceli”. In: *Revista Veja on-line*. Edição 1710, 25 de julho de 2001. Disponível em: < <http://veja.abril.com.br/250701/entrevista.html> >. Acessado em 28/10/2011.

<sup>6</sup> MARTINS, Luciano. Op. cit.

<sup>7</sup> MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. Op. cit.

<sup>8</sup> SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, pp. 231-270.

<sup>9</sup> Op. cit., pp. 241-248.

<sup>10</sup> SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. Op. cit.

<sup>11</sup> Ver a esse respeito em: GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978c.

Para o mencionado pensador socialista, vinculado ao Partido Comunista Italiano, nascido na ilha de Sardenha, as discussões sobre os intelectuais e o papel destes junto a sociedade configuram-se como um tema diversificado e complexo. Neste sentido, Antonio Gramsci compreende que, não obstante todas as pessoas serem intelectuais, apenas algumas exercem funções de organizadores da cultura e da política. Essas funções, por sua vez, podem ser configuradas tanto a partir do trabalho de estruturação ou de transformação da sociedade. Desta forma, entre as diversas interpretações atribuídas a esse pensador a respeito do papel dos intelectuais, é possível alargar a compreensão do intelectual engajado para compreendê-lo como mediador entre a sociedade global e os diferentes projetos de modernidade que ela tem assumido, sobretudo no último século<sup>12</sup>.

Esta compreensão, articulada ao papel dos estudantes – enquanto intelectuais em formação – em relação à política, à cultura e à sociedade, também dialoga com as definições gramsciana de hegemonia, configuração de relações de poder e direção<sup>13</sup>, e de sociedade civil, esfera não estatal formada pelo conjunto da sociedade não pertencente à sociedade política, mas que interage com ela na constituição do Estado<sup>14</sup>.

Em Sergipe, a esse respeito, verifica-se que, não sem razão, parte do atual segmento político e intelectual do estado parece ter partilhado das experiências culturais e das disputas políticas ocorridas no movimento estudantil universitário no período estudado por esta tese. Dentro dessa perspectiva, alguns desses ex-estudantes que vieram a compor as mencionadas frações dirigentes do estado foram entrevistados pelo jornalista Osmário Santos, numa série de reportagens biográficas posteriormente reunidas em livro. Esta obra, embora não tenha um caráter historiográfico e um critério seletivo preciso para sua composição, evidencia a presença de alguns desses estudantes entre aqueles que figuram no cenário partidário e institucional do estado<sup>15</sup>.

Evidentemente, a presença de letrados, com curso superior, no campo da esfera político-partidária e institucional não é algo novo e nem recente na história da humanidade,

---

<sup>12</sup> Ver mais informações a respeito em: AGGIO, Alberto. “A ‘classicidade’ de Gramsci e o tema dos intelectuais”. In: *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v. 17, nº 32, 2010, pp. 75-91.

<sup>13</sup> Ver a respeito em: GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978; e em: ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. “O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe”. In: *Lua Nova*. São Paulo, nº 80, pp. 71-96, 2010, pp. 71-96.

<sup>14</sup> A respeito das discussões sobre sociedade civil fundamentada nas reflexões de Antonio Gramsci, ler: GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978a; *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978b; e ainda: LAHUERTA, Milton. “Intelectuais e resistência democrática”. In: *Gramsci e o Brasil*, 2001. Disponível em: < <http://www.acessa.com/gramsci/?id=23&page=visualizar> >. Acessado em 10/09/2011.

<sup>15</sup> SANTOS, Osmário. *Memórias de políticos de Sergipe no século XX*. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 2002.



do país e de Sergipe, como se pode observar nos estudos de Chartier<sup>16</sup>, Sirinelli<sup>17</sup>, Carvalho<sup>18</sup>, Gomes<sup>19</sup>, Miceli<sup>20</sup>, Martins<sup>21</sup>, Silva<sup>22</sup>, Barreto<sup>23</sup>, entre outros. Contudo, não é objetivo desta tese configurar-se como um estudo sobre a formação da *intelligentsia* ou da elite política e intelectual de Sergipe na segunda metade do século XX, em particular nas suas últimas décadas, isto se constituiria numa tarefa muito maior que as pretensões deste estudo. Desta forma, nosso intuito é utilizar essa discussão como uma possibilidade, ou fio condutor, para interpretar as fontes e as discussões historiográficas arroladas no curso desta pesquisa.

Nesse sentido, um dos fios condutores deste estudo, focado, sobretudo na primeira parte dessa tese, será buscar compreender como, em meio aos horizontes nacionalistas, reformistas e dos movimentos populares que pululavam na década de 1950 e nos primeiros anos da década de 1960, os estudantes universitários, por meio de suas entidades representativas, lutaram a favor da criação de uma universidade no estado. Essa luta mobilizaria também as atenções da Igreja Católica, do governo do estado e de parcelas da *intelligentsia* de Sergipe.

Dessa forma, o objetivo de estudar a história do movimento estudantil universitário nas quatro primeiras décadas da segunda metade do século XX em Sergipe visa compreender a importância da atuação cultural e política desses estudantes no período de 1950 a 1985. Esta finalidade é reforçada pelo interesse de compreender as experiências de autonomia política vivenciadas pelo movimento estudantil universitário no estado, nos primeiros anos que seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial até os acontecimentos que culminaram com o golpe civil-militar de 1964.

E, na segunda parte desta tese, buscamos compreender como diante das restrições impostas às experiências de autonomia política do movimento estudantil e de seus

---

<sup>16</sup> CHARTIER, Roger. *A História cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1990, p. 225.

<sup>17</sup> SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. Op. cit.

<sup>18</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980, p. 69.

<sup>19</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009, pp. 25-28.

<sup>20</sup> MICELI, Sérgio. *Intelectuais à Brasileira*. Op. cit.

<sup>21</sup> MARTINS, Luciano. “A gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil 1920 a 1940”. Op. cit.

<sup>22</sup> SILVA, Eugênia Andrade Vieira da. *A formação intelectual da elite sergipana (1822-1889)*. São Cristóvão: NPGED/UFS, 2004, pp.14-40.

<sup>23</sup> BARRETO, Raylane Andressa Dias Navarro. *A formação de padres no Nordeste do Brasil (1894-1933)*. Natal: EDUFRN, 2011.

participantes, uma parcela dos estudantes universitários, mesmo sendo alvos do controle, vigilância e repressão dos órgãos de segurança e informação, conseguiu reorganizar o movimento estudantil; encontrar formas de reagir às intervenções impostas as suas entidades representativas, a cassação de seus direitos políticos e a repressão política imposta pela ditadura civil-militar; e, após um período de relativo eclipse, encampar o caminho da resistência democrática.

Além desses objetivos, a presente pesquisa busca contribuir com os estudos a respeito da história do movimento estudantil universitário brasileiro pensado a partir da diversidade de contextos e temporalidades em que ele é constituído e é parte constitutiva. Colaborando assim para o estudo de uma história sobre movimento estudantil ocorrida tanto dentro como fora dos centros culturais nacionais e regionais do país, seja no sentido de discutir suas singularidades seja no de analisar suas inter-relações com os acontecimentos políticos nacionais nos quais os estudantes brasileiros, por vezes, tomam parte.

### **Justificativa do tema e definições de conceitos**

A sessão de instalação do [XIV] Congresso [da UNE], realizou-se às 21 horas do dia 28 [de julho de 1951], tendo, nessa ocasião, usado da palavra em nome da delegação sergipana, o colega Luiz Otávio de Aragão, cujo discurso foi uma verdadeira profissão de fé democrática, deixando patente a posição da bancada, como intransigente defensora dos interesses da classe<sup>24</sup>.

A notícia da participação da delegação sergipana e do discurso de Otávio de Aragão na sessão de instalação do XIV Congresso Nacional da UNE, realizado em 1951, na cidade do Rio de Janeiro, publicado no jornal *Academus*, órgão oficial do Centro Acadêmico Silvio Romero – instituição representativa dos estudantes da então Faculdade de Direito de Sergipe –, ressaltou, entre outros aspectos, a “verdadeira profissão democrática” e a “intransigente defesa dos interesses da classe” como valores exaltados pelos estudantes de Sergipe naquele conclave.

---

<sup>24</sup> ALENCAR. J. C. Fontes de. “A delegação do C.R.S.A. e os trabalhos do Congresso – Rio, 28 de julho a 6 de agosto de 1951” [reportagem]. In: *Academus*. Ano I, nº 1, setembro de 1951, p.6. No título dessa reportagem a sigla do Centro Acadêmico Silvio Romero encontra-se impresso como CRSA, quando deveria ser CASR.

O enfoque na “defesa da democracia” e no “interesse de classe”, não obstante os diferentes significados e contradições que as duas discussões frequentemente evidenciam<sup>25</sup>, revelam, em certa medida, dois focos de atenção presentes nos debates sobre o movimento estudantil ou a ele relacionado, sobretudo no período associado às quatro primeiras décadas da segunda metade século XX. Por um lado, esses dois enfoques tocam em questões importantes sobre o horizonte de expectativas e de experiências desses estudantes, de seus movimentos e de suas instituições representativas; por outro, apresentam um ponto de vista interpretativo de interesse histórico e historiográfico<sup>26</sup>.

As experiências e as expectativas dos estudantes universitários no decurso da segunda metade do século XX – apontadas de modo preliminar no discurso do representante de Sergipe no XIV Congresso da UNE –, não se constituem por si em “uma história concreta – passada, presente ou futura”<sup>27</sup>, mas revelam generalizações que precisam ser conhecidas e analisadas em razão do tempo, do lugar e do contexto social nas quais elas se constituíram e foram constituídas, a exemplo dos desdobramentos e das inter-relações do movimento estudantil universitário em cada um dos diferentes estados brasileiros em diferentes temporalidades históricas<sup>28</sup>.

Nesse sentido, enfatizar, enquanto discurso, a importância da defesa da democracia como “uma verdadeira profissão de fé” ou da “defesa intransigente dos interesses de classe” por parte dos estudantes, por si só não basta para compreender os significados e as singularidades que esses enfoques alcançaram em diferentes lugares, temporalidades e contextos sociais. Desta forma, do ponto de vista desta pesquisa, é preciso avaliar os registros das experiências e expectativas vividas pelo movimento estudantil universitário de Sergipe, nas primeiras décadas da segunda metade o século XX, como objeto de estudo apreciado a partir daquilo que Edward Carr classificou como um contínuo processo de interpretação das fontes frente a “um diálogo interminável entre o passado e o presente”<sup>29</sup>, um diálogo que se renova a cada informação avaliada e a cada

---

<sup>25</sup> Ver a respeito em: SANTOS, Boaventura de Souza. *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002; e em: WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

<sup>26</sup> Ver a respeito em: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RIO: 2006, pp. 161-190.

<sup>27</sup> Op. cit., p. 306.

<sup>28</sup> Destaco a respeito desse ponto de vista: MARTINS FILHO, João Roberto. *1968 faz 30 anos*. Op. cit.

<sup>29</sup> CARR, Edward Hallett. *Que é história?* Tradução de Lúcia Maurício de Alverga, revisão Maria Yedda Linhares. 3 ed. São Paulo: Paz Terra, 1982, p.65.

interpretação verificada e discutida. Afinal, como colocou Marc Bloch, a essência das ações dos homens e das mulheres no tempo é uma “grande variável”, e as causas dessa variável na “história, como em outros domínios, não são postuladas. São buscadas”<sup>30</sup>, portanto, continuamente (re)interpretadas.

Assim, por um lado, é preciso compreender o sentido da defesa dos valores democráticos, feito pelo representante de Sergipe no citado Congresso, como uma expressão de um momento histórico marcado pelo fim da Segunda Guerra Mundial, pelo fim da ditadura do Estado Novo e pelo início das implicações políticas provocadas pela Guerra Fria, particularmente entre os defensores dos ideais capitalistas e comunistas<sup>31</sup>. Por outro lado, é necessário discutir como a defesa desses valores fez-se presente na luta desses estudantes por uma universidade no estado, e, sobretudo na criação e organização das entidades estudantis ocorridas no período entre 1950, quando elas começam a surgir no estado, e 1964, quando ocorre o golpe civil-militar e a subordinação dessas entidades à Lei Suplicy; e, por fim, como, a partir da mencionada data – num horizonte de repressão política e de cerceamento de direitos –, os estudantes passaram a repensar suas estratégias e terminaram por reafirmar a defesa da democracia contra mais um período autoritário que havia sido instalado no país, desta feita a ditadura civil-militar de 1964 a 1985.

Diante do exposto, não obstante a democracia ter se tornado um cânone para a política no Ocidente<sup>32</sup>, o Brasil e vários outros países da América Latina, algumas poucas décadas depois do fim da Segunda Guerra Mundial, viveria os transtornos relativos à instalação de ditaduras políticas distanciando-se dos valores democráticos e das garantias estabelecidas pelo estado de direito<sup>33</sup>. Nesse sentido, compreender como uma parte da sociedade brasileira, em particular os estudantes universitários, lidou com essa questão ajuda a pensar como nesse novo período de ditadura a democracia, enquanto valor político universal foi discutida no país.

Já o enfoque sobre a “defesa dos interesses da classe”, também presente no discurso do representante de Sergipe no XIV Congresso da UNE, suscita a discussão a

---

<sup>30</sup> BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia a história, ou, o ofício do historiador*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001, p. 159.

<sup>31</sup> Ver a respeito em: DANTAS, José Ibarê Costa. *Os partidos políticos em Sergipe (1889-1964)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989, pp. 153-307.

<sup>32</sup> SANTOS, Boaventura de Souza. *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Op. cit.

<sup>33</sup> FICO, Carlos, FERREIRA, Marieta de Moraes, ARAÚJO, Maria Paulo, QUADRAT, Samatra Viz (Orgs). *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

respeito do uso da definição “classe social” como conceito apropriado ou não para apreender os significados dos interesses dos estudantes universitários, ou, em uma acepção mais específica, interesses políticos dos estudantes enquanto segmento da sociedade<sup>34</sup>. Este último sentido, do uso da palavra “classe” enquanto discurso político em defesa dos interesses dos estudantes, mas que uma definição conceitual de caráter sociológico, parece melhor se aproximar dos significados históricos relacionados ao apropriado pelos estudantes no período em estudo, sobretudo na década de 1950, como será apreciado no curso dessa tese.

No tocante ao uso do conceito “classe social” como uma das palavras-chave para se estudar o movimento estudantil, alternam-se argumentos favoráveis e contrários a sua utilização. Entre os argumentos contrários, alega-se a dificuldade de seu uso em razão de os estudantes ainda não estarem inseridos no mercado de trabalho e suas condições sociais de origem não serem suficientes para definir essas práticas associativas nos moldes de uma cultura de classe. Uma segunda restrição, por um lado, aponta para os riscos de certo determinismo econômico e sociológico implícitos ao uso de uma ou de outra conceituação; por outro lado, não obstante as dificuldades quanto à associação dos estudantes enquanto classe social, para alguns estudiosos – dentre os quais Martins Filho –, ao menos até a década de 1970, a origem da classe social dos estudantes se constituiu em fio condutor para os estudos sobre o tema<sup>35</sup>.

Outra linha de argumentação desloca-se, do debate acerca da centralidade ou não do conceito de “classe social” para se estudar o movimento estudantil, para o campo de discussões acerca do confronto de geração, da sociologia da juventude e das diferentes dimensões da cultura e do cotidiano relacionados aos jovens e aos grupos juvenis. Essa outra linha, a partir de um perspectiva descentralizada, fragmentada e pluriclassista, discute as mobilizações, os protestos e as discussões relacionadas à(s) identidade(s) cultural(ais) da(s) juventude(s), dos jovens e de suas redes sociais, sobretudo no campo sociológico, antropológico e educacional<sup>36</sup>.

---

<sup>34</sup> A definição de “conceito” utilizada nesta tese consiste em: “Ação de formular uma ideia por meio de palavras; definição, caracterização”. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, p. 445. E ainda sobre a discussão metodológica acerca da definição de conceitos, ver: LAKATOS, Eva Mari, MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia científica*. 2 ed. São Paulo: Altas, 1991, pp. 102-112.

<sup>35</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. *1968 faz 30 anos*. Op. cit., pp. 8-20.

<sup>36</sup> Destaco a respeito: BOURDIEU, Pierre. “A ‘juventude’ é apenas uma palavra”. In: *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, pp. 112-121; ABRAMO, Helena Wendel. “Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil”. *Revista Brasileira de Educação*, nº 5, Mai/Jun/Jul/Ago de

Adotar qualquer um desses argumentos ou restrições para compreender a história dos estudantes, assim como de seus movimentos, significaria reconhecer a prevalência da teoria “sobre o fenômeno histórico que se propõe teorizar”<sup>37</sup>, ou de uma teoria ou paradigma sobre os demais, no lugar de colocá-los “em um campo de diálogos”<sup>38</sup>. No caso do uso do conceito “classe social”, não obstante os seus possíveis sentidos políticos e/ou econômicas, ele se faz presente em diversos trabalhos fomentados em torno da história do movimento estudantil no Brasil. Por essa razão, para se avançar neste campo de conhecimento, faz-se necessário discutir este conceito, uma vez que ele encontra-se presente nos discursos do movimento estudantil e, ainda, observar como ele é trabalhado e ressignificado pela historiografia.

Assim, problematizar o uso desse conceito ou de suas diferentes definições não significa negligenciar a possibilidade de discuti-lo<sup>39</sup>. A elaboração de uma história do movimento estudantil universitário ou de seu debate historiográfico deve tomar como ponto de partida o todo social que envolve os estudantes, seus movimentos e suas entidades representativas, como por exemplo, o contexto que envolveu a expansão do ensino superior e a dinâmica política da sociedade brasileira na segunda metade do século XX.

Dessa forma, ainda que esse conceito venha acompanhado de outras clivagens, como a discussão de gênero, geração, faixa etária, debate raciológico, condição social de origem, posição política ou religiosa, faz-se necessário dimensionar as diferentes relações de poder e, conseqüentemente, os diferentes níveis de disputa tecida no fazer-se da história desses estudantes em meio ao todo econômico, político, cultural e social do qual eles fazem parte.

---

1997, pp. 25-36; GROppo, Luís Antônio. *Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000; e ainda: MISCHE, Ann. “De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política”. In: *Revista Brasileira de Educação*. Nº6, set/out/nov/dez, 1997, pp. 134-150.

<sup>37</sup> THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Tradução Walten Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 270.

<sup>38</sup> BARROS, José D’Assunção. *Teoria da história: princípios e conceitos fundamentais*. V. I, Petrópolis: Vozes, 2010, p. 83.

<sup>39</sup> A respeito da atualização dos usos da categoria “classe social”, sobretudo no campo da história social do trabalho ver: SAVAGE, Mike. “Classe e história do trabalho”. In: BATALHA, Cláudio H. M, SILVA, Fernando Teixeira da, FORTES, Alexandre (Org.). *Cultura de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004, pp. 25-48; e os trabalhos de: NEGRO, Antonio Luigi. “Imperfeita ou refeita? O debate sobre o fazer-se da classe trabalhadora inglesa”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 16, nº 31 e 32, 1996, pp. 40-61, e do mesmo autor: NEGRO, Antonio Luigi. “Um certo número de ideias para uma história social ampla, geral e irrestrita”. In: MALERBA, Jurandir, ROJAS, Carlos Aguirre. (Orgs). *Historiografia contemporânea em perspectiva*. Bauru: EDUSC, 2007, pp. 69-96.

Dentro dessa perspectiva, a compreensão acerca de “classe estudantil”, enquanto classe social, assim como da “juventude universitária”, enquanto uma faixa de idade constituída por pessoas que estudam em cursos de ensino superior, é uma construção social historicamente definida pelos estudantes e pela sociedade em cada época. Neste último sentido, por um lado, embora a categoria “juventude universitária” esteja associada aos estudantes que cursam o ensino superior, transpondo, por vezes, convencionais limites de idade, ela não é por si só suficiente para compreender as experiências construídas, partilhadas e disputadas pelos universitários, sobretudo no campo das relações de poder; por outro lado, ela pode ajudar a analisar meandros do processo cultural em que os estudantes estavam envolvidos e que o conceito “classe social” não é capaz de dimensionar.

Já o uso do conceito “classe” pelos universitários não significa uma condição econômica comum, nem que estes tenham optado pelo viés revolucionário da luta de classe, mas que ao menos viam na condição de “classe estudantil” algum sentimento de pertencimento em torno do qual foram ou são construídos, partilhados e disputados interesses políticos e identidades culturais.

Esse interesse ou identidade, entretanto, ao menos para o período estudado por esta tese, parece não ter sido constituído a partir do deslocamento do conceito de classe em favor de outros campos de reivindicações como: gênero, raça, entre outros deslocamentos e mediações culturais<sup>40</sup>, pelo menos até o final da década de 1970 e meados da de 1980. Desta forma, o conceito de classe social ou de fração de classe, ainda que não estritamente econômica, parece persistir entre os militantes do movimento estudantil e entre alguns dos estudiosos que se debruçaram sobre o tema no mencionado período.

A esse respeito, como já foi dito, Martins Filho observou que a condição de classe média constituiu-se, no horizonte dos debates do período populista e no decurso da ditadura civil-militar, em um importante fio condutor para esse campo de estudo em razão das restrições de acesso de alguns setores da sociedade à condição de estudante universitário<sup>41</sup>.

---

<sup>40</sup> Ver a respeito em HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 5 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, pp.7-22. E ainda em: HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Tradução Adelaide La Guardiã Resende et al. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Brasília: Representações da UNESCO no Brasil, 2003.

<sup>41</sup> Esta posição também parece ser compartilhada por SAES, Décio. “Raízes sociais e o caráter do movimento estudantil”. In: *Cara a Cara*. Ano I, nº 2, 1978, pp. 189-196.

Neste sentido, ele identifica um primeiro momento, vinculado à inserção do movimento estudantil universitário nas campanhas reformistas do final do período populista (1962-1964); um segundo momento, no qual se verifica a resistência estudantil ao projeto educacional e político-repressivo imposto pela ditadura civil-militar (1964-1968); e um terceiro momento, iniciado com o “golpe dentro do golpe”, simbolizado pelo Ato Institucional nº 5, que silencia os movimentos de massa e que começa a ser rompido com a distensão política iniciada pelo governo do presidente Geisel<sup>42</sup>.

Não obstante ter atribuído aos estudantes universitários o papel de porta-voz das expectativas das camadas médias brasileiras diante do processo político de crise do populismo e de enfretamento da ditadura civil-militar, Martins Filho observa alguns sinais de diferenciação entre estratégias de atuação dos estudantes dos anos de 1960 e de 1970, e os estudantes do final dos anos 1980, quando parece começar a surgir o que ele denomina de uma nova “geração estudantil”. Esta “nova geração” tende a assumir um caráter pluriclassista pautada na defesa da transparência e do combate a corrupção na gestão pública – geração também conhecida como “caras pintadas”. A participação deles nos protestos de rua culminou com o movimento “Fora-Collor” e o *impeachment* do Presidente Fernando Collor de Melo<sup>43</sup>.

Dessa forma, o envolvimento dos estudantes em torno da luta contra a ditadura civil-militar parece ter mantido o sentido político do uso do conceito de classe para os participantes do movimento. Este sentido manteve-se, inclusive, diante do surgimento de diversas tendências e/ou agrupamentos políticos nas fileiras do movimento estudantil durante a década de 1970<sup>44</sup>. Após o início do processo de redemocratização do país, outros movimentos já presentes no movimento estudantil, mas ainda não efetivamente projetados, começam a ganhar força e visibilidade, como a luta das mulheres por igualdade de direitos, o movimento negro, o movimento ambiental, as questões voltadas à profissionalização<sup>45</sup>,

---

<sup>42</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. *1968 faz 30 anos*. Op. cit., pp. 8-20.

<sup>43</sup> Op. cit.

<sup>44</sup> Ver a esse respeito em: PELLICCIOTTA, Mirza Maria Balfi. *Uma aventura política: as movimentações estudantis da década de 70*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1997 (Dissertação de mestrado); e em: MÜLLER, Angélica. *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)*. Paris: Centre d' Histoire Sociale Du XXème Siècle/ Universidade de Paris I/Pantheon Sorbone; São Paulo: FFLCH/USP, 2010, (Tese de doutorado).

<sup>45</sup> Ver a respeito em: MACHADO, Otávio Luiz. *Formação profissional, ensino superior e a construção da profissão de engenheiro pelos movimentos estudantis de engenharia: experiência a partir da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Pernambuco (1958-1975)*. Recife: UFPE, 2008 (Dissertação de mestrado).



as demandas cotidianas da juventude por cultura, lazer e participação política, entre outros<sup>46</sup>.

A interpretação da teia de significados possíveis a respeito dos estudantes e dos movimentos a eles relacionados deve ser buscada, portanto, à luz do contexto histórico em que esses movimentos e experiências ocorreram. Os estudantes universitários, assim, são percebidos, no corpo desta tese, como sujeitos históricos constituídos e constituidores de experiências e de expectativas partilhadas e disputas através de suas práticas sociais, políticas e culturais em meio ao tempo e ao lugar em que tais sujeitos se encontram inseridos<sup>47</sup>.

Partindo desse ponto de vista teórico e metodológico, a presente tese busca descortinar como os estudantes universitários de Sergipe externaram suas experiências e expectativas políticas, culturais e sociais no intercurso de tempo entre o início dos anos 1950, quando eles criaram e organizaram suas primeiras entidades representativas, passando pela resistência à ditadura civil-militar, e meados dos anos 1980, quando, no curso do processo de transição democrática, os estudantes, além de passarem a dividir espaços com outros e novos movimentos sociais, atuaram também em torno de lutas descentralizadas e começaram a destinar mais atenção para a questão da formação profissional e do mercado<sup>48</sup>.

Estudar o movimento estudantil, o ensino superior e a sociedade em Sergipe entre os anos de 1950 e 1985 têm, portanto, o objetivo de compreender as experiências políticas, culturais e sociais vivenciadas por esses militantes em dois períodos históricos distintos: o primeiro situa-se entre os anos posteriores ao final da ditadura do Estado Novo até a

---

<sup>46</sup> Ver a respeito: SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. *Reinvenções da utopia: a militância política dos jovens dos anos 90*. São Paulo: Hacker, 1999; e ainda: RIBEIRO, Marcos Mesquita. *Identidade, cultura e política: movimentos estudantis na contemporaneidade*. São Paulo: PUC, 2006 (Tese de doutorado), e ainda em: MISCHÉ, Ann. “De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política”. Op. cit.

<sup>47</sup> Esta perspectiva é postulada no campo da história cultural sobre a história dos jovens, ver a respeito em: LEVI, Giovanni & SCHMITT, Jean-Claude. *História dos Jovens: da antiguidade à era moderna*. Tradução Cláudio Marcandes, Nilson Moulin e Paulo Neves. V. I, São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 7-17. No campo da sociologia histórica sobre a juventude, ver em: Luís Antônio. *Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Op. cit., 2000. E, ainda, no campo da sociologia educacional sobre os jovens e a juventude, ver em: ABRAMO, Helena Wendel. “Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil”. Op. cit.

<sup>48</sup> Ver a respeito em: DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará/ANPOCS, 1995; em: MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Tradução Maria do Carmo Bomfim. Petrópolis, 2001; em: MISCHÉ, Ann. “De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política”. Op. cit.; e ainda na tese sobre o discurso do protagonismo dos jovens a partir de 1990 de: SOUZA, Regina Magalhães. *O discurso do protagonismo juvenil*. São Paulo: PPGS/USP, 2006 (Tese de doutorado).

deflagração do golpe civil-militar de 1964; e o segundo vislumbra os anos de transcurso da ditadura civil-militar ocorrida no Brasil, entre 1964 e 1985.

Em relação ao primeiro recorte temporal, 1950 a 1964, alguns acontecimentos históricos delimitam o contexto social do período, como o sentimento de que após o fim da Segunda Guerra Mundial, o mundo estaria mais propenso a valorizar a democracia em vez de ditaduras, como ocorreu no início da década de 1950<sup>49</sup>; de exaltação dos debates nacionalistas e populares nas décadas de 1950 e de 1960<sup>50</sup>; e das polarizações ideológicas em torno das reformas de base e do conseqüente golpe civil-militar de 1964<sup>51</sup>. Em torno desse contexto, esta pesquisa discute como os estudantes universitários em Sergipe organizaram suas entidades de representação política e seus movimentos reivindicatórios em meio aos debates sobre o trabalhismo<sup>52</sup>, sobre o populismo<sup>53</sup>, sobre o nacionalismo<sup>54</sup> e sobre os movimentos de educação e cultura popular<sup>55</sup>.

Já no segundo recorte, iniciado a partir de 1964 e estendido até meados de 1985, este estudo analisa as experiências políticas vivenciadas por esses estudantes no contexto histórico no qual as restrições ao exercício da liberdade democrática e da autonomia política da sociedade brasileira – mantidas sob o controle dos militares e de parte da sociedade que apoiou o golpe – colocaram os estudantes e suas entidades representativas como objeto de vigilância e repressão da ditadura civil-militar brasileira<sup>56</sup>. Este fato não os

---

<sup>49</sup> Destaco a respeito: KONDER, Leandro. “História dos intelectuais nos anos cinquenta”. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1998, pp. 355-374; e: COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

<sup>50</sup> Destaco a respeito: MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1934-1974)*. São Paulo: Ática, 1977; SODRÉ, Nelson W. *A Verdade sobre o ISEB*. Rio de Janeiro: Avenir, 1978; e ainda: TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: Fábrica de Ideologias*. São Paulo: Ática, 1977.

<sup>51</sup> Destaco a respeito: RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Op. cit., pp. 19-140; ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira identidade nacional*. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994; e também: TOLEDO, Caio Navarro. “1964: O golpe contra as reformas e a democracia”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, V. 24, nº 24, 2004, pp. 15-17.

<sup>52</sup> Ver a respeito em: GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

<sup>53</sup> Ver a respeito em: FERREIRA, Jorge (Orgs). *O Populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

<sup>54</sup> Ver a respeito: CHAUÍ, Marilena. *Seminários: o nacional e o popular na cultura brasileira*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

<sup>55</sup> Ver a respeito em: FÁVERO, Osmar (Org.). *Cultura popular e educação popular: memórias dos anos 60*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983; e em: PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo: Loyola, 1987.

<sup>56</sup> Destaco a respeito: ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 3 ed. São Paulo: Vozes, 1985; e: FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001. A respeito de Sergipe, destaco: DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964-1984: partidos e eleições num estado autoritário*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

impediu de, uma vez reorganizados, passar a lutar contra a perda da autonomia política de suas entidades representativas e, juntamente com outros setores da sociedade brasileira, resistir ao controle imposto pela ditadura, assim como de lutar em favor da redemocratização do país.

### **Historiografia, estudantes universitários e o movimento estudantil**

a Ciência – e as teorias que nestas estão envolvidas – colocam-se necessariamente em um campo de diálogos. Não se pode avançar no campo científico, nem se movimentar no universo teórico de um determinado campo de saber, sem se conectar com os diversos autores que já percorreram esse mesmo campo de saber, formulando conceitos e hipóteses, propondo questões e sugerindo respostas, ou arriscando demonstrações e procedimentos argumentativos<sup>57</sup>.

Como já discutido, problematizar o conceito de classe não significa negligenciar a possibilidade de discuti-lo enquanto campo de conhecimento, sendo, pois, necessário dialogar com os estudos já produzidos sobre o tema. A este respeito, ao longo da década de 1970 e início da década de 1980, ocorreram intensos debates acadêmicos em torno da questão e dos limites da natureza de classe do movimento estudantil. Entre essas discussões, cabe ressaltar a carta enviada por Décio Saes à revista *Cara a cara*, publicada em 1978, sob o título “Raízes sociais e o caráter do movimento estudantil”. Nessa edição, Saes polemiza com os editores desse periódico sobre as especificidades atinentes ao movimento estudantil. Para esse estudioso das classes médias e do sistema político no Brasil, as especificidades das lutas estudantis “nem por isso deixam de ser lutas de uma classe, ou fração de classe”<sup>58</sup>. Para ele,

não se pode analisar o movimento estudantil no Brasil atual, na França de 1978 ou nos EUA de 1964 a partir de um modelo geral da luta estudantil nas formações sociais capitalistas. Não podemos garantir que, em diferentes conjunturas, os mesmos objetivos de classe se exprimem na ação da categoria estudantil<sup>59</sup>.

---

<sup>57</sup> BARROS, José D’Assunção. *Teoria da história: princípios e conceitos fundamentais*. Op. cit.; p. 83.

<sup>58</sup> Op. cit., p.190.

<sup>59</sup> SAES, Décio. “Raízes sociais e o caráter do movimento estudantil”. Op. cit., p. 190.

A reflexão de Décio Saes, ainda que vinculada ao debate sociológico e econômico, discute a importância do estudo acerca das especificidades históricas às quais os estudantes e os seus movimentos estão relacionados, observando nestas especificidades o papel dos estudantes como sujeitos históricos que interagem com a estrutura da sociedade da qual fazem parte. Esse debate, entretanto, passou por certo refluxo no campo sociológico e educacional, deslocando suas atenções para outros conceitos, como geração, juventude, identidade e redes<sup>60</sup>.

No campo historiográfico, como colocou Emília Viotti da Costa, esse debate revelou certo abandono do reducionismo economicista, baseado no “conceito de classe como categoria interpretativa”, para esbarrar “numa total dialética invertida”<sup>61</sup>, que a substituía por um “novo tipo de reducionismo”, o “cultural ou linguístico, tão insuficiente e equivocado quanto o anterior”<sup>62</sup>. Historiografia centrada nas implicações do processo de dependência cultural e nos limites do desenvolvimento de estudos específicos sobre a realidade latino-americana<sup>63</sup>.

Segundo Viotti da Costa, por um lado, essa produção tentava evitar as interpretações “tradicionais” baseadas em pressupostas de “forças históricas objetivas” e modelos determinados a partir da realidade dos chamados países centrais: Estados Unidos e Europa<sup>64</sup>, por outro lado, desenvolvendo estudos baseados no “‘subjativismo’ dos agentes históricos” e nas especificidades de cada lugar e momento, o que também não se mostrava suficiente para estabelecer estudos comparativos e estratégias de ação política<sup>65</sup>. Era um momento que, segundo a autora, convidava os historiadores a refletirem acerca dos limites da “inversão da dialética” e da necessidade de “uma nova síntese” capaz de evitar reducionismos e reificações<sup>66</sup>.

---

<sup>60</sup> A esse respeito, destaco: no campo da educação, o trabalho de SPOSITO, Marília Pontes. “Sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e a ação coletiva na cidade”. In: *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, 5 (1-2), pp. 161-178, 1993, e o de ABROMOVAY, Mirian, ANDRADE, Eliane Ribeiro, ESTEVES, Luiz Carlos Gil (Orgs). *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*. Brasília: Secretaria Nacional da Juventude; Ministério da Educação; e UNESCO, 2009; no campo da sociologia, os estudos de ABRAMO, Helena Wendel. “Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil”. Op. cit., e o de GROPPPO, Luís Antônio. *Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Op. cit.; e, no campo da psicologia, SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. *Reinvenções da Utopia: A militância política dos jovens dos anos 90*. Op. cit.

<sup>61</sup> COSTA, Emília Viotti da. “A dialética invertida: 1960-1999”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 14, nº 27, 1994, p. 12.

<sup>62</sup> Op. cit., p. 13

<sup>63</sup> Op. cit., p. 23

<sup>64</sup> Op. cit., p. 25

<sup>65</sup> Op. cit., p. 12 e p. 25.

<sup>66</sup> COSTA, Emília Viotti da. “A dialética invertida: 1960-1999”. Op. cit., pp. 25-26.

Analisando a literatura produzida a respeito dos estudantes, em particular do movimento estudantil universitário no Brasil, à luz dessas discussões, pode-se, mesmo que incorrendo em possíveis equívocos, dimensionar três linhas de interpretação: a primeira linha está preocupada em relacionar a imagem “positiva”, que já se fazia, dos estudantes enquanto sujeitos ilustrados e engajados, valorizando, do ponto de vista de uma filosofia da práxis, a condição de vanguarda cultural e política; a segunda, preocupada em compreender o papel dos estudantes na sociedade, vinculada à condição social de origem na qual as ações do movimento estudantil e dos movimentos da juventude se relacionam às estruturas sociais de classe ou de frações de classe, dimensionadas, sobretudo, a partir de aspectos socioeconômicos; e, a terceira expressa a posição de educadores, antropólogos e psicólogos preocupados em analisar os problemas dos estudantes e de diferentes grupos de jovens a partir das discussões acerca da identidade cultural, do cotidiano escolar, rural e urbano, e das subjetividades relativas a sujeitos que estão em transição para a fase adulta<sup>67</sup>.

Considerando a intenção deste trabalho, deter-nos-emos um pouco mais nas duas primeiras linhas interpretativas que aqui alinhavamos. A primeira é construída com base na influência do pensamento nacionalista presente no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Sob esta ótica foi publicado, em 1961, o livro *A questão da universidade*, escrito por Álvaro Vieira Pinto, então presidente do ISEB. Essa obra evidencia o papel progressista do movimento estudantil na qualidade de “forças sociais ascendentes”<sup>68</sup>. Tal interpretação, frequente no período de sua publicação, aglutinava elementos das discussões relativas à “cultura nacional” e elementos dos debates referentes à “cultura política de esquerda” no país<sup>69</sup>.

Tais ideias influenciariam muitos outros estudiosos sobre o tema, como ocorreu com o jornalista Artur José Poerner, autor do livro *O poder jovem*, em 1968, que optou por uma interpretação progressista assumida por parte dos estudantes latino-americanos em reação aos desmandos e conservadorismo de seus governos e a favor dos operários e

---

<sup>67</sup> Ler a respeito dessa terceira linha de interpretação: NOVAES, Regina, VANNUCHI, Paulo (org.). *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004; e em: ABRAMO, Helena Wendel, BRANCO, Pedro Paulo Martoni (org.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2005.

<sup>68</sup> PINTO, Álvaro Vieira. *A questão da universidade*. 2 ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986, p.13.

<sup>69</sup> Ver mais informações a esse respeito em: RUBIM, Antônio Albino Canelas. *Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1995.

camponeses<sup>70</sup>. Ainda a respeito desse livro, o historiador José Alberto Saldanha Oliveira utiliza-o como uma fonte importante de interlocução para discutir o processo de construção da identidade da União Nacional dos Estudantes (UNE), focalizando como o movimento estudantil utilizou as realizações atribuídas a esta entidade e aos seus participantes para construir uma “autoimagem” positiva de si<sup>71</sup>.

Dentro dessa linha de interpretação, Mendes Júnior, aplicando o critério do tipo de atuação, identificou quatro fases desse movimento: a fase de atuação individual, sem a existência de qualquer entidade agremiativa, até meados do período imperial; a fase de atuação coletiva, quando surgem as primeiras sociedades intelectuais e culturais, no período imperial; a fase de atuação organizada, iniciada com a fundação da UNE; e a fase de atuação clandestina, iniciada com a entrada em vigor do Ato Institucional n.º 5<sup>72</sup>.

A segunda linha de estudo analisa a atuação política dos estudantes a partir de discussões econômicas e sociais. Nesta perspectiva, destacam-se autores como Ianni<sup>73</sup>, Foracchi<sup>74</sup>, Britto<sup>75</sup>, Guilhon Albuquerque<sup>76</sup>, Saes<sup>77</sup>, entre outros. Ianni localiza o aparecimento político dos estudantes ao advento da sociedade capitalista. Neste tipo de sociedade, “os jovens assumem importância crescente no campo da política”<sup>78</sup>. Isto ocorre, segundo o autor, em função das bruscas transformações impulsionadas por esse sistema socioeconômico. Nota-se que Ianni procura compreender como estudantes de diferentes camadas sociais desenvolvem ações políticas que em certas situações são contrárias à condição da classe social à qual eles pertencem. Partindo desta compreensão histórico-estrutural, Ianni discute o inconformismo dos estudantes não apenas como um conflito de geração – como coloca Karl Mannheim – nem como uma fase transitória da vida, mas como fenômeno que está associado à situação socioeconômica do indivíduo.

---

<sup>70</sup> POERNER, Artur José. *O poder jovem: a história da participação dos estudantes brasileiros*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

<sup>71</sup> OLIVEIRA, José Alberto Saldanha de. *A UNE e o mito do poder jovem*. Maceió: EDUFAL, 2005, pp. 6-16

<sup>72</sup> MENDES JÚNIOR, Antônio. *Movimento estudantil no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

<sup>73</sup> IANNI, Otávio. “O jovem radical” in: BRITTO, Sulamita (Org.). *Sociologia da juventude I: da Europa de Marx à América Latina de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, pp. 225-242.

MANNHEIM, Karl. “O problema da juventude na sociedade moderna” In: BRITTO, Sulamita (org.). *Sociologia da juventude I*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968, pp. 69-94.

<sup>74</sup> FORACCHI, Maria A. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Nacional, 1965.

<sup>75</sup> BRITTO, Sulamita (Org.). *Sociologia da juventude I: da Europa de Marx à América Latina de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

<sup>76</sup> ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. *Movimento estudantil e a consciência social na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

<sup>77</sup> SAES, Décio. “Raízes sociais e o caráter do movimento estudantil”. Op. cit.

<sup>78</sup> IANNI, Otávio. “O jovem radical”. Op. cit. p. 225.

Já Foracchi não situa a participação dos estudantes no processo de transformação da sociedade brasileira dentro de uma possível perspectiva revolucionária. Ela não defende, como Ianni, que o indivíduo, ao entrar no mundo do trabalho, assuma uma identidade social enquanto classe explorada. Para Foracchi, cada sociedade concebe um tipo ideal de atitude para os estudantes e estabelece limites para que estes se incorporem dentro de sua dinâmica<sup>79</sup>.

Em relação a esse debate de cunho sociológico, ainda nos anos de 1960 foi publicada uma coletânea de textos relacionados à sociologia da juventude. Esta coletânea reuniu autores clássicos e contemporâneos tais como: Mannheim, Ianni, Foracchi, Eisenstadt, Flitner, Echevarría, Goodman, Passeron, Bourdieu, entre outros. Esses textos descortinaram dois ângulos de estudos relacionados à “juventude considerada como elemento condicionado socioeconomicamente pela sociedade global” e à “juventude como promessa de uma nova sociedade”, entendida neste último sentido como ativista social<sup>80</sup>.

Na década de 1970, Guilhon Albuquerque, dialogando com Alan Touraine, avaliou que o movimento estudantil desprende-se das amarras funcionalistas que o enlaçam à estrutura da sociedade da qual faz parte. Ele defende que nem sempre as reações do movimento estudantil ocorrem em conformidade com as estruturas sociais previamente definidas, em razão de, em certas condições, contestarem as respostas esperadas e optarem por outras respostas e encaminhamentos em face dos problemas enfrentados. Para o autor, é importante considerar a perspectiva do “projeto de sociedade” esperada e desejada pelos estudantes. Esse projeto, por sua vez, segundo a análise do movimento estudantil, deveria recair sobre a capacidade de ação dos atores sociais envolvidos na luta política e social<sup>81</sup>.

Próximo a essa perspectiva, Saes, como já frisado, observa que as reivindicações estudantis podem conter tanto elementos da luta de classe como de uma fração desta. Contudo, sua análise não deve prender-se a modelos estruturados em outras formações históricas, como no caso dos movimentos estudantis franceses ou estadunidenses; até porque os objetivos propostos pelas mobilizações estudantis variam em função de seu contexto sócio histórico e dos objetivos traçados pelo movimento e por seus participantes<sup>82</sup>.

---

<sup>79</sup> FORACCHI, Maria A. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira, 1972.

<sup>80</sup> BRITTO, Sulamita (Org.). *Sociologia da juventude I: da Europa de Marx à América Latina de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p.12.

<sup>81</sup> ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. Op. cit.

<sup>82</sup> SAES, Décio. “Raízes sociais e o caráter do movimento estudantil”. Op. cit.

Martins Filho, por sua vez, incorpora à sua argumentação a tese defendida por Foracchi da vinculação dos estudantes à sua classe de origem. Entretanto, “abre espaço para se considerar a possibilidade de que a vanguarda estudantil avance no sentido de superação de seus limites de classe”<sup>83</sup>. Em outro trabalho, como já discutido, esse autor defende que o “papel dos estudantes universitários como porta-voz das expectativas das camadas médias brasileiras, diante do processo político do país”, tem sido um fio condutor dos desdobramentos políticos organizados pelos estudantes no Brasil nas décadas de 1960 e de 1970. Em ambos os trabalhos, Martins Filho faz duras críticas à historiografia até então produzida sobre o movimento estudantil, pois, segundo ele, em sua maioria, ela colabora para a construção de uma “autoimagem” progressista e revolucionária dos estudantes brasileiros<sup>84</sup>.

Ainda a respeito das contribuições de Martins Filho, a coletânea de estudos sobre o movimento estudantil por ele organizada, intitulada *1968 faz 30 anos*, mostra um movimento estudantil não mais centrado em um único viés, em um único espaço, mas articulado a diferentes temporalidades históricas e desdobramentos regionais. Grosso modo, essa obra traz à luz novas fontes, novos objetos e diferentes enfoques. Destacam-se neste sentido o artigo de Margarida Vieira, o qual esquadrinha acertos e erros dos líderes estudantis mineiros da década de 1960, mostrando como as “lembranças” podem nos ajudar na reflexão de “uma sociedade mais justa e mais livre”. Rafael Hagemeyer, em Curitiba, analisa as imagens do “estudante-povo”, do “estudante-elite”, do “estudante-paranaense” e do “estudante-subversivo” utilizadas pela imprensa durante o período militar. Já os confrontos analisados por Teresinha Duarte, em Goiânia, ressaltam o movimento secundarista e a rigidez das autoridades militares e civis. E as mobilizações estudantis em Alagoas são analisadas por Oliveira, que mostra como o movimento ficou concentrando na luta pela ampliação das vagas para ingresso na universidade<sup>85</sup>.

### **Alargando o olhar sobre o movimento estudantil**

No conjunto, a produção historiográfica sobre o movimento estudantil ainda não tem dado conta das diversidades espaciais e socioculturais que envolvem o tema e suas

---

<sup>83</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e a ditadura militar*. Op. cit., p.31.

<sup>84</sup> Op. cit., p.14.

<sup>85</sup> Op. cit.



diferentes temporalidades históricas. Dentro dessa problemática, verifica-se o surgimento de algumas tendências ou novos olhares, sobretudo no âmbito dos programas de pós-graduação em história, a respeito do fomento de pesquisas sobre o movimento estudantil universitário tanto dentro como fora do eixo Rio-São Paulo. Esses estudos têm procurado dialogar com as fontes existentes, sejam elas escritas ou orais; valorizar as particularidades históricas do movimento estudantil, e, sobretudo, evitar o uso de conclusões uniformes e invariáveis a respeito do tema<sup>86</sup>.

Essa historiografia, produzida nas últimas décadas, sem deixar de dialogar com a produção já existente, tem, em regra, procurado compreender tanto as singularidades do movimento estudantil universitário nos estados como também os diferentes graus de inter-relações desses movimentos com as mobilizações, reivindicações e protestos articulados pela UNE em âmbito nacional. Discussões que têm atravessado diferentes temporalidades da história, ao menos nos últimos 74 anos decorridos da fundação da mencionada entidade de representação nacional dos estudantes brasileiros.

A respeito dessa tendência, pode-se destacar a pioneira pesquisa sobre a atuação política dos estudantes universitários no Estado do Rio Grande do Norte, no período de 1960 a 1969<sup>87</sup>. Esse trabalho, de autoria de Justina Iva de Araújo Silva, ao discutir a gênese do movimento estudantil Potiguar, resgatando as atividades dos estudantes secundaristas, nas décadas de 1940 e 1950, e dos estudantes universitários, na década seguinte, revela, por um lado, singularidades do movimento estudantil no Rio Grande do Norte; por outro, as inter-relações desse movimento com as discussões, mobilizações e protestos articulados pela UNE e pelas deliberações dos congressos ou seminários nacionais organizados pela mencionada entidade.

Dessa forma, o citado estudo, que também se destaca por utilizar um conjunto amplo de fontes escritas, entre as quais jornais, ofícios e as atas do conselho universitário<sup>88</sup>, antecipa, de certa forma, já na década de 1980, a perspectiva de valorização de como o movimento estudantil constituiu e foi constituído em cada um dos diferentes estados brasileiros, evitando, portanto, a generalização dos acontecimentos do eixo Rio-São Paulo como parâmetros quase unilaterais para se compreender o tema.

---

<sup>86</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e a ditadura militar*. Op. cit.

<sup>87</sup> SILVA, Justina de A. *Estudantes e política: estudo de um movimento (RN 1960-1969)*. São Paulo: Cortez, 1989.

<sup>88</sup> Ver a respeito os comentários de: BRITO, Antonio Mauricio F. *O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968)*. Salvador: PPGH/UFBA, 2008 (Tese de doutorado), pp. 18-19.

Outra pesquisa importante foi elaborada sobre o movimento estudantil universitário em Alagoas<sup>89</sup>. Esse estudo, de autoria de José Alberto Saldanha Oliveira, por um lado, resgata as especificidades das lutas do movimento estudantil daquele estado entre os últimos anos da década de 1960 e as duas décadas seguintes; por outro, discute esses acontecimentos a partir das críticas relacionadas ao emprego da noção de classe social, compreendida enquanto categoria social, formuladas por Foracchi<sup>90</sup> e reformuladas por Martins Filho<sup>91</sup>. Dentro dessa perspectiva, ele rejeita a visão romântica do movimento estudantil como vanguarda revolucionária e busca analisar as singularidades e inter-relações do movimento estudantil a partir das disputas e interesses da elite alagoana.

Oliveira, em sua tese de doutorado, intitulada: *O mito do poder jovem: a construção da UNE*<sup>92</sup>, já publicada em livro<sup>93</sup>, sob a orientação de Daniel Aarão Reis Filho e de Jorge Ferreira, mantém as críticas à mitologia construída a respeito do caráter revolucionário do movimento estudantil brasileiro e discute mais detidamente essa historiografia, sobretudo, como já foi discutido, no que se refere à importância do livro *O poder Jovem*, de autoria de Artur Poerner<sup>94</sup>, para a construção de uma relação de memória e identidade positiva dos estudantes, em particular, quando associados à autoimagem valorativa, contida no citado livro, a respeito dos feitos realizados pela UNE ou atribuídos a esta entidade, aos seus movimentos reivindicatórios e a trajetória política dos seus participantes.

Outra pesquisa, também fomentada na perspectiva de analisar as imagens associadas aos estudantes, mas desta vez pelo viés da imprensa da cidade de Porto Alegre, foi desenvolvida por Bruna Neves Alves, a partir da dissertação *O visível e o invisível do movimento estudantil universitário de Porto Alegre nas representações da imprensa (1964-1968)*, fundamentada em autores como Pierre Bourdieu<sup>95</sup>, John Thompson<sup>96</sup>, Eni

---

<sup>89</sup> OLIVEIRA, José Alberto Saldanha. *A mitologia estudantil: uma abordagem sobre o movimento estudantil alagoano*. Op. cit.

<sup>90</sup> FORACCHI, Maria Alice. *Estudantes e a transformação da sociedade brasileira*. Op. cit.; pp. 30-60.

<sup>91</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e a ditadura militar*. Op. cit.; p. 24.

<sup>92</sup> OLIVEIRA, José Alberto Saldanha. *O mito do poder jovem: a construção da UNE*. Rio de Janeiro: PPGH, 2001 (Tese de doutorado).

<sup>93</sup> OLIVEIRA, José Alberto Saldanha. *A UNE e o mito do poder jovem*. Maceió: EDUFAL, 2005.

<sup>94</sup> POERNER, Artur José. *O poder jovem: a história da participação dos estudantes brasileiros*. Op. cit.

<sup>95</sup> Entre as obras citadas deste autor destacam-se: BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão, seguido de a influência do jornalismo e os Jogos Olímpicos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997; e: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

<sup>96</sup> THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1998.

Puccineli Orlandi<sup>97</sup> e Maria Helena Capelato<sup>98</sup>, entre outros. Nesse trabalho, a autora analisa a relação dos meios de comunicação de massa e a construção de representações sobre o movimento estudantil fora dos chamados grandes “centros culturais” da década de 1960<sup>99</sup>.

Tendo como foco a mesma temporalidade, a dissertação de Simone Tenório Rocha Silva, intitulada: *Em busca da utopia: as manifestações estudantis em Pernambuco (1964-1968)*, procurou discutir, a partir da contribuição teórica de Castoriadis<sup>100</sup>, Foucault<sup>101</sup>, Orlandi<sup>102</sup>, entre outros teóricos, o discurso repressivo sobre movimento estudantil e, de modo específico, o discurso de resistência produzido pelas manifestações estudantis e por seus militantes em Pernambuco nos primeiros anos do golpe civil-militar, entre 1964 e 1968<sup>103</sup>.

Ainda em Pernambuco, merece destaque a dissertação de Otávio Luiz Machado sobre o movimento estudantil universitário da Escola de Engenharia de Pernambuco entre 1958 e 1975<sup>104</sup>. Este trabalho, baseado em análises de documentos institucionais e estudantis e em entrevistas com participantes do movimento, discute a importância da participação dos estudantes nos debates sobre formação, atualização e perspectiva da área profissional escolhida por esses estudantes, assim como de sua inserção no mercado de trabalho e nos debates políticos e sociais. Outro aspecto relevante dessa dissertação, já

---

<sup>97</sup> ORLANDI, Eni Puccineli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1993.

<sup>98</sup> CAPELATO, Maria Helena. “Imprensa, uma mercadoria política”. In: *Revista História & Perspectiva*, nº 4, jan./jun. Uberlândia: UFU, 1991, pp. 131-139.

<sup>99</sup> ALVES, Bruna Neves. *O visível e o invisível do movimento estudantil universitário de Porto Alegre nas representações da imprensa (1964-1968)*. Porto Alegre: PPGH/PUC-RG, 2004 (Dissertação de mestrado)

<sup>100</sup> Dentre as obras desse autor aparece em destaque: CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

<sup>101</sup> Dentre as obras desse autor aparecem em destaque nessa dissertação: FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 4 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998; e ainda: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 15 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001, e: FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 24 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

<sup>102</sup> Dentre as obras desse autor aparece em destaque: ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso*. Campinas: Pontes, 1987.

<sup>103</sup> SILVA, Simone Tenório Rocha e. *Em busca da utopia: as manifestações estudantis em Pernambuco (1964-1968)*. Recife: PPGH/UFPE, 2002 (Dissertação de mestrado)

<sup>104</sup> MACHADO, Otávio Luiz. *Formação profissional, ensino superior e a construção da profissão de engenheiro pelos movimentos estudantis de engenharia: experiência a partir da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Pernambuco (1958-1975)*. Recife: PPGS/UFPE, 2008 (Dissertação de mestrado).

publicada em livro<sup>105</sup>, é o debate sociológico a respeito dos estudos relacionados à juventude universitária e os estudos vinculados à chamada “sociologia das profissões”<sup>106</sup>.

A dissertação de Edmilson Alves Maia Júnior, intitulada: *Memórias da luta: ritos do movimento estudantil universitário* (Fortaleza, 1962-1969), por sua vez, discute o jogo de memórias relacionadas às experiências do movimento estudantil no Estado do Ceará, entre 1962, período dos debates acerca das reformas de base, e 1969, fase em que as manifestações estudantis dos anos anteriores passam a sofrer uma repressão ainda mais intensa<sup>107</sup>. O trabalho em apreciação busca, através do uso metodológico da história oral – sobretudo a partir das contribuições teóricas de Alessandro Portelli<sup>108</sup> e do trabalho organizado por Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira<sup>109</sup> –, elaborar uma avaliação, ainda que geral, das disputas de memórias travadas por alguns dos militantes que tomaram parte do movimento estudantil nos contextos históricos abordados na aludida pesquisa.

Já no caso da dissertação “*Tecendo a manhã: história do Diretório Central dos Estudantes da Unicamp (1974-1982)*”, de autoria de Mateus Camargo Pereira, fundamentado nas discussões historiográficas da história social inglesa, sobretudo nas obras de Edward Palmer Thompson, Christopher Hill e Eric Hobsbawm, e nos debates teóricos e metodológicos da *Nouvelle Histoire*, em particular a partir das obras de Lucien Febvre, Marc Bloch e Jacques Le Goff, é discutido a formação do mencionado Diretório Estudantil, a partir de 1974, como uma importante experiência de resistência frente à ditadura civil-militar, até 1982, recuperando nessa trajetória – a partir da avaliação de documentos institucionais, dos jornais do DCE, das cartas programáticas, dos jornais de mídia e de jornais dos DAs e dos CAs –, a militância de estudantes da Ação Popular que estiveram, de alguma forma, à frente das chapas “Tecendo a manhã”, “Sair dessa maré”, “Força viva” e “Unidade e ação” nesse momento de retomada das mobilizações estudantis,

---

<sup>105</sup> MACHADO, Otávio Luiz. *Movimentos estudantis, formação profissional e construção de um projeto de país: a experiência da engenharia na UFPE (1958-1975)*. Recife: Livro Rápido, 2012.

<sup>106</sup> MACHADO, Otávio Luiz. *Formação profissional, ensino superior e a construção da profissão de engenheiro pelos movimentos estudantis de engenharia: experiência a partir da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Pernambuco (1958-1975)*. Op. cit.

<sup>107</sup> MAIA JÚNIOR, Edmilson Alves. *Memórias da luta: ritos do movimento estudantil universitário* (Fortaleza, 1962-1969). Fortaleza: UFC, 2003 (Dissertação de mestrado).

<sup>108</sup> Dentre as obras desse autor aparecem em destaque: PORTELLI, Alessandro. “Formas e significados na história: a pesquisa como experimento de igualdade”. In: *Projeto História*. São Paulo: EDUC, nº 14, 1997, pp. 24-39; e: PORTELLI, Alessandro. “História oral como gênero”. In: *Projeto História*. São Paulo: EDUC, nº 22, 2001, pp. 9-39.

<sup>109</sup> AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

de reorganização da sociedade civil, de resistência contra a ditadura civil-militar e de defesa da democratização da política no Brasil<sup>110</sup>.

Outra importante pesquisa sobre atuação política de um grupo de esquerda no movimento estudantil foi elaborada por Izabel Priscila Pimental da Silva, em sua dissertação intitulada “*Os filhos rebeldes de um velho camarada: a Dissidência Comunista da Guanabara (1964-1969)*”<sup>111</sup>, que analisou a atuação da Dissidência Comunista Guanabara (DI-GB), no movimento estudantil universitário do Rio de Janeiro, entre 1967 e 1969. Nesse trabalho, destaca-se também o uso de uma série de entrevistas orais realizadas com militantes do movimento, assim como a utilização, enquanto fonte de pesquisa, de uma série de filmes e documentários relacionados ao tema ou sobre o período em discussão.

No caso da Bahia, nos últimos anos tem-se verificado uma produção historiográfica relevante sobre o tema em discussão. Dentre essa produção, destaco, inicialmente, as pesquisas realizadas por Antonio Maurício Freitas Brito. A primeira delas, é a dissertação de mestrado intitulada: *Capítulos de uma história do movimento estudantil na UFBA (1964-1969)*. Este trabalho, realizado a partir do exame das atas do conselho universitário, dos periódicos locais, dos Inquéritos Policiais Militares e de algumas entrevistas, tece um panorama das manifestações estudantis no processo de resistência à postura colaboracionista de alguns setores da Universidade Federal da Bahia nos primeiros anos do golpe civil-militar, entre 1964-1969<sup>112</sup>.

O segundo trabalho, a tese de doutorado intitulada *O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968)*, aprofunda as discussões desenvolvidas inicialmente em sua dissertação. Nesse trabalho, apoiado nas contribuições teóricas e metodológicas de Martins Filho<sup>113</sup>, de René Rémond<sup>114</sup>, entre outros, Brito enfatiza as especificidades do movimento estudantil na Bahia, por um lado, combatendo os esquecimentos a respeito das ações do movimento estudantil, assim como

---

<sup>110</sup> PEREIRA, Mateus Camargo: *Tecendo a manhã: história do Diretório Central dos Estudantes da Unicamp (1974-1982)*. Campinas: Faculdade de Educação/ Unicamp, 2006 (Dissertação de mestrado).

<sup>111</sup> SILVA, Izabel Priscila Pimental da. *Os filhos rebeldes de um velho camarada: a Dissidência Comunista da Guanabara (1964-1969)*. Niterói: PPGH, 2009 (Dissertação de mestrado).

<sup>112</sup> BRITO, Antonio Maurício Freitas. *Capítulos de uma história do movimento estudantil na UFBA (1964-1969)*. Salvador: PPGH/UFBA, 2003 (Dissertação de mestrado).

<sup>113</sup> Dentre as obras desse autor destacam-se nesse trabalho. MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar*. Op. cit.; e MARTINS FILHO, João Roberto. *1968 faz 30 anos*. Op. cit.

<sup>114</sup> RÉMOND, René. (Org.). *Por uma história política*. Op. cit.

das práticas colaboracionistas ocorridas na UFBA, por outro, rejeitando a mitificação relacionada à geração de 1968<sup>115</sup>.

Além dos estudos realizados por Brito, destacam-se, no campo da sociologia, a dissertação de mestrado de Sílvio Benevides<sup>116</sup>, publicada com o título *Na contramão do poder*<sup>117</sup>, e a dissertação de mestrado de Antonio Eduardo Alves de Oliveira, relacionada à reorganização dos estudantes baianos na década de 1970<sup>118</sup>. O trabalho de Benevides, em particular, chama atenção pelo uso da noção prefigurativa de cultura, formulada por Margaret Mead<sup>119</sup>, para ampliar o debate a respeito dos estudos sobre a juventude como categoria social. Neste estudo, ele faz uma análise de como o movimento estudantil na Bahia se posicionou no mencionado período histórico. Já o trabalho de Oliveira, apresenta o protagonismo do movimento estudantil em oposição à ditadura militar na Bahia da década de 1970. Neste sentido, o autor destaca como, após um período de refluxo relacionado à repressão desencadeada a partir do final de 1968, em meados da década seguinte, os estudantes começam um processo de recomposição política<sup>120</sup>.

No campo da história, entre os estudos relacionados ao tema em discussão, destacam-se a dissertação de Sandra Regina B. da Silva acerca da participação de estudantes e militantes de esquerda baianos com a luta armada durante da ditadura civil-militar<sup>121</sup>; a dissertação de Cesar Oliveira Carneiro sobre a movimentação em torno da peça “Aventuras e desventuras de um estudante”, proibida pela direção do Colégio Estadual da Bahia<sup>122</sup>; e a dissertação de Jamile Silva Silveira sobre a relação do movimento estudantil e os movimentos populares em Feira de Santana, Bahia<sup>123</sup>.

---

<sup>115</sup> Ver a respeito em: BRITO, Antonio Mauricio F. *O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968)*. Op. cit.

<sup>116</sup> BENEVIDES, Sílvio César Oliveira. *Proibido proibir: uma geração na contramão do poder*. Salvador: PPGS/UFBA, 1999 (Dissertação de mestrado).

<sup>117</sup> BENEVIDES, Sílvio César Oliveira. *Na contramão do poder: juventude e movimento estudantil*. São Paulo: ANNABLUME, 2006.

<sup>118</sup> OLIVEIRA, Antonio Eduardo Alves de. *O ressurgimento do movimento estudantil baiano na década de 70*. Salvador: PPGS/UFBA, 2002 (Dissertação de mestrado)

<sup>119</sup> MEAD, Margaret. *Culture and commitment: a study of the generation gap*. New York: Natural History Press/Doubleday & Company, 1970.

<sup>120</sup> OLIVEIRA, Antonio Eduardo Alves de. Op. cit.

<sup>121</sup> SILVA, Sandra Regina B. da. “*Ousar lutar, ousar vencer*”: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971). Salvador: PPGH/UFBA, 2003 (Dissertação de mestrado)

<sup>122</sup> CARNEIRO, Cesar Oliveira. *Aventuras e desventuras: a peça proibida e a greve de estudantes que desafiou a ditadura em 1966*. Salvador: PPGH, 2008 (Dissertação de mestrado).

<sup>123</sup> SILVEIRA, Jamile Silva. *Lutas populares e movimento estudantil: trajetória política dos estudantes na UEFS (1976-1988)*. Salvador: PPGH/UFBA, 2010 (Dissertação de mestrado).

Dentre esses trabalhos, destaco a pesquisa de Silveira por três razões: a primeira por estudar as especificidades do movimento estudantil universitário em uma cidade do sertão da Bahia, portanto, fora dos grandes centros do país e do centro político e cultural de Salvador; a segunda por realizar uma discussão a respeito das diferentes análises produzidas sobre o movimento estudantil; e a terceira por trabalhar a relação do movimento estudantil com os movimentos populares da cidade de Feira de Santana num período de estudo ainda pouco discutido pelos historiadores, no caso as décadas de 1970 e 1980. Ainda a respeito desta pesquisa, do ponto de vista teórico e metodológico, a autora fez uso das contribuições de Reinhart Koselleck<sup>124</sup>, Eric Hobsbawm<sup>125</sup>, Paul Thompson<sup>126</sup>, Martins Filho<sup>127</sup>, entre outros autores, e fez bom uso das fontes disponíveis no Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais (LABELU), bem como de entrevistas realizadas com ex-militantes do movimento estudantil e dos movimentos populares<sup>128</sup>.

É preciso somar também ao conjunto dessas contribuições a pesquisa de Lucicleide Costa Cardoso, a respeito das relações de memória e história do movimento estudantil da antiga Escola de Agronomia do Estado da Bahia, situada na cidade de Cruz das Almas, durante o período da ditadura civil-militar<sup>129</sup>. Os primeiros estudos realizados por essa pesquisadora têm revelado a importância da atuação do movimento estudantil e dos militantes políticos que atuaram na região mencionada, inclusive de militantes de Sergipe, a exemplo de Rosalvo Alexandre, presidente do diretório de Agronomia da mencionada instituição no final da década de 1960<sup>130</sup>.

Nos últimos anos, tem-se verificado também a realização de pesquisas relacionadas às atividades de controle e vigilância sob os estudantes e suas entidades representativas efetivadas pelas assessorias de segurança e informação vinculadas a diferentes instituições de ensino superior durante a vigência da política de segurança

---

<sup>124</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos* Op. cit.

<sup>125</sup> HOBSBAWN, Eric J. *Sobre história: ensaios*. Tradução de Cid Knipel Moreira. 2 ed. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

<sup>126</sup> THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

<sup>127</sup> Dentre as obras desse autor destacam-se nesse trabalho. MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar*. Op. cit.; e MARTINS FILHO, João Roberto. *1968 faz 30 anos*. Op. cit.

<sup>128</sup> SILVEIRA, Jamile Silva. Op. cit.

<sup>129</sup> CARDOSO, Lucicleide Costa. "Eudaldo Gomes da Silva: um caso de repressão política no coração do Recôncavo Baiano (1960/1970)". In: *Anais do X Encontro Nacional de História Oral Testemunhos: História e Política*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010, pp. 197-210.

<sup>130</sup> Ver a respeito em: LIMA FILHO, Rosalvo Alexandre de. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Renata de Carvalho Santana e Giselle Carvalho Menezes. Aracaju/Sergipe, 29/09/2011.

nacional<sup>131</sup>. Dentre essas pesquisas, destaca-se o trabalho de José Eduardo Ferraz Clemente sobre a atuação desses órgãos de segurança e informação no Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia<sup>132</sup>; o trabalho de Rodrigo Patto Sá Motta sobre a atuação das assessorias de informação nos *campi* universitários, particularmente sobre os estudantes do campus da Universidade Federal de Minas Gerais<sup>133</sup>; uma pesquisa de nossa autoria sobre a vigilância dos órgãos de segurança e informação na Universidade Federal de Sergipe<sup>134</sup>; e ainda, a pesquisa de Isabel Cristina Leite acerca das informações produzidas pela AESI/UFMG<sup>135</sup> a respeito dos estudantes que tiveram participação no Comando de Libertação Nacional (COLINA), grupo de esquerda no qual atuou a então estudante Dilma Van Rousseff, atual presidente da república<sup>136</sup>.

Outra tendência relacionada ao alargamento dessa produção historiográfica é o surgimento de estudos descentradas do período de 1964 a 1968. A este respeito, ainda são poucos os trabalhos relativos à atuação do movimento estudantil associados à primeira metade do século XX e ao período que antecede o golpe civil-militar de 1964, assim como, os estudos relativos à atuação dos estudantes universitários das décadas de 1970 e de 1980, e, sobretudo, do período posterior ao fim da ditadura civil-militar.

A respeito desse último período – além dos estudos já discutidos<sup>137</sup> –, destacam-se as pesquisas de Pellicciotta sobre a fragmentação da militância estudantil na década de

---

<sup>131</sup> FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Op. cit.

<sup>132</sup> Ver a respeito em: CLEMENTE, José Eduardo Ferraz. *Ciência e política durante a ditadura militar: o caso da comunidade brasileira de físicos (1964 - 1979)*. Salvador: UFBA/PPGEFHC, 2005 (Dissertação de mestrado); e em: CLEMENTE, José Eduardo Ferraz. “Espionagem, vigilância e resistência: o Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia durante a ditadura militar (1964 -1979)”. In: *Revista da SBHC*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, jul.- dez., 2006, pp.135-145.

<sup>133</sup> Ver a respeito em: SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. “Os olhos do regime militar brasileiro nos campi: as assessorias de segurança e informação das universidades”. In: *Topoi*, v.9, n. 16, jan.-jun, 2008, pp. 30-67.

<sup>134</sup> CRUZ, José Vieira da. “Estudantes vigiados: órgãos de segurança e informação na Universidade Federal de Sergipe (1969-1977)”. In: *Ponta de Lança*, São Cristóvão, v.2, n. 3, out. 2008 – abr. 2009, pp. 93-109.

<sup>135</sup> Assessoria Especial de Segurança e informação da Universidade Federal de Minas Gerais – AESI/UFMG.

<sup>136</sup> Ver a respeito em: LEITE, Isabel Cristina. *Comandos de libertação nacional: oposição armada à ditadura em Minas Gerais (1967-1969)*. Belo Horizonte: UFMG/PPGH, 2009 (Dissertação de mestrado); e em: LEITE, Isabel Cristina. “Apurando a subversão”: um estudo de caso sobre repressão na Universidade pelos arquivos da AESI/UFMG”. In: *Temporalidades - Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG*, vol. 2, n.º 1, Janeiro/Julho de 2010, pp.148-156.

<sup>137</sup> Entre esses trabalhos já discutidos estão: SILVEIRA, Jamile Silva. *Lutas populares e movimento estudantil: trajetória política dos estudantes na UEFS (1976-1988)*. Op. cit.; o de: OLIVEIRA, Antonio Eduardo Alves de. *O ressurgimento do movimento estudantil baiano na década de 70*. Op. cit.; o de: MACHADO, Otávio Luiz. *Formação profissional, ensino superior e a construção da profissão de engenheiro pelos movimentos estudantis de engenharia: experiência a partir da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Pernambuco (1958-1975)*. Op. cit.; e o de: PEREIRA, Mateus Camargo: *Tecendo a manhã: história do Diretório Central dos Estudantes da Unicamp (1974-1982)*. Op. cit.



1970<sup>138</sup>, a tese de Angélica Müller sobre o retorno da UNE ao cenário político do país<sup>139</sup> e a pesquisa de Ann Mische sobre o deslocamento do protagonismo político dos estudantes do período da ditadura civil-militar para a polissemia de vozes e ações dos novos movimentos sociais nas últimas décadas<sup>140</sup>.

A pesquisa de Pellicciotta é um dos primeiros trabalhos de fôlego, elaborados no campo da história, dedicado à discussão da reorganização do movimento estudantil universitário na década de 1970. Esse trabalho fundamentou-se no exame da documentação referente ao movimento estudantil existente no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), especificamente num fundo arquivístico constituído de documentos provenientes da UNE, dos DCEs da Unicamp e da PUC-SP. Além desse arquivo, a autora também teve acesso à documentação do Projeto de Memória do Movimento Estudantil (PROMEMEU) e do Sistema de Informação, Documentação e Arquivo do CA de História (SIDOCAH), ambos da UNB, e da documentação do Centro de História, Pesquisa e Documentação do Movimento Estudantil da Paraíba (CHPD-ME).

Dialogando com essa documentação, Pellicciotta traça um primeiro esboço geral acerca da atuação do movimento estudantil no período posterior à ida de parte de seus militantes para o caminho da luta armada. Nessa fase, o movimento volta-se para as lutas em torno da universidade, busca novas formas de atuação e assiste ao surgimento de novas tendências ou organizações políticas. Estes novos grupos, por sua vez, dividem-se entre a luta a favor da redemocratização do país e demandas específicas que começavam a surgir naquele contexto, como o movimento negro, o movimento em defesa da igualdade de direitos para as mulheres, o movimento ambiental, entre outros.

A tese de Angélica Müller, por sua vez, procura discutir o retorno da UNE ao cenário político nacional. Dentro dessa perspectiva, ela recupera a contribuição de Pellicciotta de que “o processo de repressão política e social em vigor nos anos 1970 contribuiu para uma ampliação da fragmentação e crise da militância de esquerda”<sup>141</sup> e, por conseguinte, da fragmentação das tendências que atuavam no movimento estudantil universitário do mencionado período. Por outro lado, ela também valoriza a contribuição

---

<sup>138</sup> PELLICCIOTTA, Mirza Maria Balfi. *Uma aventura política: as movimentações estudantis da década de 70*. Op. cit.

<sup>139</sup> MÜLLER, Angélica. *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e a reforma da UNE à cena pública (1969-1979)*. Op. cit.

<sup>140</sup> MISCHE, Ann. “De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política”. Op. cit.

<sup>141</sup> MÜLLER, Angélica. *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e a reforma da UNE à cena pública (1969-1979)*. Op. cit., p. 17.

de Renato Cancian a respeito do ato público que culminou com a invasão da PUC-SP em 1977<sup>142</sup>. A partir dessas duas contribuições e dialogando com autores como François Bédarida, Jean-Pierre Rioux, Michael Pollak, entre outros teóricos, Müller procura discutir o processo de reconstrução da UNE.

Em termos historiográficos, esse trabalho tende a restabelecer a centralidade da UNE, não apenas como entidade representativa, mas também como objeto central para se compreender a participação dos estudantes brasileiros na história política recente do país. Não obstante a importância desse ponto de vista interpretativo, ele parece não ser mais suficiente para dar conta de um movimento que tem sido visto nas últimas décadas, sobretudo no âmbito da produção acadêmica, a partir da pluralidade e da diversidade de suas manifestações.

Já Ann Mische, no artigo intitulado “*De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política*”, centrada no debate sociológico acerca da identidade cultural e das redes de sociabilidade relacionadas aos estudantes, ao discutir as mudanças no protagonismo político desses atores sociais, entre as décadas de 1960 e 1990, observou o deslocamento das discussões em torno dos estudantes, enquanto categoria social, para as discussões associadas à cidadania e às redes sociais. Neste sentido, o texto analisa como era a participação dos jovens nos movimentos políticos contra a ditadura civil-militar e como esta participação mudou, já na década de 1990, na manifestação dos caras pintadas<sup>143</sup>.

Nessa perspectiva, Mische – fundamentada em autores como Foracchi, Mannheim, Helena Abramo, Erik Erikson, Maria da Glória Gohn, Charles Tilly, entre outros –, analisa que durante a década de 1960, as universidades, além da família, eram o centro das redes de relacionamento dos jovens universitários, onde eles cresciam intelectual e culturalmente. Já três décadas depois, após uma série de mudanças na dinâmica da sociedade brasileira, durante as manifestações dos caras pintadas contra o governo Collor, a universidade não era mais o único ponto convergente de troca de valores e debates entre os jovens, pois, além da universidade e da família, outras e novas redes de sociabilidade passaram a ganhar projeção como o trabalho, os *shopping centers* e

---

<sup>142</sup> CANCIAN, Renato. *Movimento estudantil e repressão política: o ato público na PUC-SP (1977) e o destino de uma geração de estudantes*. São Carlos: UFSCAR/PPGH, 2008 (Tese de doutorado).

<sup>143</sup> MISCHE, Ann. “De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política”. Op. cit.

movimentos mais específicos, como: o movimento negro, o movimento feminista, o movimento ambientalista, as ONGs, entre outros. E a estes, pode-se acrescentar atualmente as diferentes redes sociais disponíveis na internet e na telefonia: msn, oukut, facebook, entre outros.

A interpretação apresentada por Mische busca, em linhas gerais, compreender as mudanças verificadas nas últimas décadas em relação ao comportamento político dos estudantes brasileiros, sobretudo quando comparados à “autoimagem” positiva atribuída à geração dos anos 60. Entretanto, pelo menos para o ponto de vista interpretativo desta tese, a mencionada pesquisa termina por demandar o desenvolvimento de estudos comparativos para se verificar como os estudantes de diferentes cidades do país inserem-se ou não nessas mudanças.

Nesse sentido, é preciso chamar atenção para a historiografia que tem sido produzida nos últimos anos, assim como para os projetos e iniciativas cujos objetivos são reunir e disponibilizar essa produção para conhecimento e consulta dos pesquisadores interessados. Uma dessas iniciativas é o Projeto Engenharia Nacional, os estudantes e a educação superior: a memória reabilitada (1930-1985) (PROGEN), coordenado pelos pesquisadores Michel Zaidan Filho e Otávio Luiz Machado, vinculados à Universidade Federal de Pernambuco. Estes pesquisadores têm envidado esforços no sentido de reunir, digitalizar e divulgar documentos, pesquisas e publicações relacionadas ao movimento estudantil e aos movimentos de juventude. Além disso, esse projeto tem promovido frequentes fóruns de pesquisa e publicado coletâneas com diferentes pesquisadores de várias partes do país sobre os temas mencionados<sup>144</sup>.

Não se pode deixar de acrescentar também a importância do portal “Biblioteca Digital Ação Educativa”, um repositório temático especializado em Direitos Educativos e de Juventude, cuja missão “é coletar, organizar e disponibilizar informações e conhecimentos qualificados para ampliar e promover reflexões, ações e práticas sobre

---

<sup>144</sup> Dentre os trabalhos publicados pelo PROGEN destacam-se: ZAIDAN FILHO, Michel e MACHADO, Otávio Luiz. *Movimento estudantil e a educação superior*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2007; GROppo, Luís Antonio, ZAIDAN FILHO, Michel e MACHADO, Otávio Luiz. *Movimentos juvenis na contemporaneidade*. Recife: Editora da UFPE, 2008; GROppo, Luís Antonio, ZAIDAN FILHO, Michel e MACHADO, Otávio Luiz. *Juventudes e movimento estudantil: ontem e hoje*. V. 1, Recife: Editora da UFPE, 2008; ZAIDAN FILHO, Michel e MACHADO, Otávio Luiz. *O pensamento das juventudes brasileiras no século XX*. Recife: Editora da UFPE, 2010; e, mais recentemente: ZAIDAN FILHO, Michel, MACHADO, Otávio Luiz (org.). *Memórias da juventude pernambucana: um panorama do século XX*. Recife: Editora da UFPE, 2011.

direitos educativos e de juventude”<sup>145</sup>. Esse portal reúne e classifica trabalhos elaborados nos diversos programas de pós-graduação e pesquisa de todo o país – de áreas como história, sociologia, educação, entre outras –, dispersos em diferentes sites e bancos de dados. Ao reunir esses dados, esse portal presta uma relevante contribuição aos pesquisadores, agilizando e alargando as possibilidades de produção do conhecimento sobre temas relacionados à juventude e ao movimento estudantil.

Entretanto, não obstante a disponibilidade de instrumentos de pesquisas eletrônicas, a exemplo do portal “Biblioteca Digital Ação Educativa”, de projetos como o PROGEN e do crescente número de trabalhos voltados para as relações de singularidade e inter-relação do movimento estudantil em diferentes estados, tanto dentro como fora dos convencionais centros culturais do país, persiste a ocorrência de estudos que insistem em tomar apenas as mobilizações estudantis ocorridas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e em Brasília como referências para a escrita de uma história do movimento estudantil no Brasil.

Essas pesquisas parecem não considerar a existência e a importância de estudos sobre os desdobramentos e as articulações tecidos pelo movimento estudantil, seja através das relações de suas entidades representativas, seja através das relações de seus participantes dispersos em várias partes do país, sob o argumento de que nesse ou naquele estado se concentram os acontecimentos mais importantes, a exemplo da afirmação de Flávia Angelis Santana, em sua dissertação intitulada *Atuação política do movimento estudantil no Brasil: 1964-1984*, de que a “maior parte dos episódios envolvendo os estudantes nesses 20 anos de autoritarismo” estariam centrados nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e no Distrito Federal<sup>146</sup>.

Evidentemente, não há como negar – nem é este o objetivo dessa discussão –, a importância que as mobilizações estudantis ocorridas nos chamados grandes centros culturais e políticos do país tiveram, têm e terão. Entretanto, a construção de uma historiografia que tenha como objetivo conhecer esse movimento social de projeção nacional demanda compreender as inter-relações, os desdobramentos e os diferentes contextos de atuação em que ele se constitui e é parte constitutiva.

---

<sup>145</sup> Ver mais informações a respeito no portal: Biblioteca Digital Ação Educativa. Disponível em: <<http://www.biblioteca-acaoeducativa.org.br>>. Acessado em 25/11/2011.

<sup>146</sup> SANTANA, Flávia de Angelis. *Atuação política do movimento estudantil no Brasil: 1964-1984*. São Paulo: PPGHS/USP, 2007 (Dissertação de mestrado), pp. 14-15.

## A historiografia sobre o movimento estudantil em Sergipe

Em Sergipe, já existe uma historiografia sobre a participação política e cultural dos estudantes universitários nos primeiros anos que antecederam o golpe civil-militar de 1964 e durante os quatro primeiros anos da ditadura civil-militar. Destaca-se, a esse respeito, o trabalho de José Ibarê Costa Dantas sobre a história política de Sergipe, principalmente, no estudo sobre os partidos políticos no período republicano até a deflagração do golpe de 1964<sup>147</sup>. Em outra obra desse autor, merecem atenção os capítulos sobre o movimento estudantil constantes no livro *A tutela militar em Sergipe*<sup>148</sup>. Estas obras de fundamentação gramsciana e weberiana, largamente documentadas tanto por fontes escritas como orais<sup>149</sup>, oferecem ao *corpus* dessa tese uma intensa e proveitosa interlocução.

Focado nesse universo de discussão, desde a graduação no curso de história, passamos a desenvolver pesquisas a respeito do papel do movimento estudantil, das suas entidades representativas e dos estudantes universitários na vida cultural e política de Sergipe, inicialmente com a elaboração de um ensaio sobre experiências do CPC da UNE e a passagem das caravanas da UNE-volante pelo estado<sup>150</sup>, e em seguida pesquisando a participação dos universitários nos movimentos de educação e cultura popular no período que antecedeu o golpe civil-militar de 1964<sup>151</sup>.

Esta temática foi em seguida aprofundada no mestrado em sociologia, oportunidade que nos possibilitou trabalhar com os conceitos de juventude, enquanto categoria social, e sistematizar uma pesquisa quantitativa e qualitativa a respeito de categorias de importância sociológica como idade, sexo, domicílio, entre outras, relacionadas aos estudantes matriculados nas faculdades e escolas superiores existentes no

---

<sup>147</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *Os partidos políticos em Sergipe: 1889-1964*. Op. cit.

<sup>148</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964-1984: partidos e eleições num estado autoritário*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

<sup>149</sup> Ver a respeito do tratado dispensado por esse pesquisador as fontes orais em: DANTAS, José Ibarê Costa. “História oral e política: experiências de um historiador nos diálogos com depoentes”. In: *Revista do Instituto Histórico de Sergipe*, nº 41, 2011, pp. 425-442.

<sup>150</sup> CRUZ, José Vieira da, MENEZES, Magna et ali. *O Centro Popular de Cultura da União Estadual dos Estudantes Sergipanos e os movimentos culturais do início dos anos 60: 1962-1964*. Aracaju: DHI/UFS, 1998 (Trabalho de conclusão de disciplina).

<sup>151</sup> CRUZ, José Vieira da. *O Centro Popular de Cultura da União Estadual dos Estudantes Sergipanos e os movimentos culturais do início dos anos 60: 1962-1964*. São Cristóvão: DHI/UFS, 1998 (Monografia de graduação)

estado, no período de 1957 a 1964<sup>152</sup>, pesquisas desdobradas, posteriormente, na elaboração e publicação de alguns artigos<sup>153</sup> e na tessitura da presente tese.

Nos últimos anos, outros estudiosos também têm contribuído para aprofundar as pesquisas dessa temática em Sergipe. Dentre eles destacam-se Antônio Ramos da Conceição, em sua dissertação, no campo da história da educação, versando sobre a juventude universitária católica em Sergipe<sup>154</sup>; Joana D’Arc Costa, com a dissertação, no campo das ciências sociais, sobre a trajetória de alguns militantes do movimento estudantil e dos movimentos sociais no palco da política partidária e institucional do estado<sup>155</sup>; Ana Júlia Lima Máximo Oliveira<sup>156</sup>, com um estudo monográfico sobre a JUC; e Maria Zelita Batista Brito, com monografia de graduação, sobre a relação do movimento estudantil nos primeiros anos da ditadura civil-militar<sup>157</sup>.

Há ainda um conjunto de pesquisas, sob minha orientação, sobre os estudantes no período que abrange o início da década de 1960, o golpe civil-militar e o AI-5<sup>158</sup>; a atuação

---

<sup>152</sup> CRUZ, José Vieira da. *Juventude e identificação social: experiências culturais dos universitários em Aracaju/SE (1960-1964)*. São Cristóvão: NPPCS/UFS, 2003 (Dissertação de mestrado).

<sup>153</sup> Entre os artigos e textos de minha autoria, destaco: “O engajamento político-cultural dos estudantes sergipanos no início dos anos 60”. In: *Caderno do Estudante*. V. 2, São Cristóvão: UFS/CIMPE, pp. 99-114, 1999; “Estudantes vigiados: órgãos de segurança e informação na Universidade Federal de Sergipe (1969-1977)”. In: *Ponta de Lança*, São Cristóvão, v.2, n. 3, pp. 93-109, out. 2008 – abr. 2009; “Em tempos de reforma universitária: a contribuição da União Estadual dos Estudantes Sergipanos (1961-1964)”. In: *Revista Eletrônica Cadernos de História*, vol. VIII, ano 4, n.º 2, pp. 84-97, dezembro de 2009; “Apesar do AI-5: a (re)organização do movimento estudantil universitário em Sergipe (1969-1985)”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, nº 39, pp. 109-127, 2009; “Por uma história social dos estudantes universitários em Sergipe durante a ditadura militar”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, nº 40, pp. 183-208, 2010; “‘Tempos difíceis’: estudantes, a Operação Cajueiro e a repressão política em Sergipe (1969-1976)”. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH, 2011, pp. 1-17; e: “A reação estudantil à Lei Suplicy no Nordeste do Brasil: um estudo comparativo entre os estados da Bahia, Sergipe, Pernambuco e do Rio Grande do Norte, 1964-1967”. In: *Anais do I Seminário Internacional História do Tempo Presente*. Florianópolis: UDESC/ANPUH-SC, 2011, pp. 976-990.

<sup>154</sup> RAMOS, Antônio da Conceição. *Movimento estudantil: a JUC em Sergipe (1954-1964)*. Aracaju: NPGED/UFS, 2000 (Dissertação de mestrado).

<sup>155</sup> COSTA, Joana D’Arc. *Dos movimentos sociais às funções Institucionais: a consolidação de uma geração política em Sergipe*. Natal: PPGCS/UFRN, 2009 (Dissertação de mestrado).

<sup>156</sup> OLIVEIRA, Ana Júlia Lima Máximo. “*Além da reza...*”: a atuação dos jucista em Aracaju. São Cristóvão: DHI/UFS, 1999 (Monografia de graduação).

<sup>157</sup> BRITO, Maria Zelita Batista. *Em tempos de rebeldia e sombras: o movimento estudantil universitário sergipano em descompasso com o Regime Autoritário (1964-1968)*. São Cristóvão: DHI/UFS, 1999 (Monografia de graduação).

<sup>158</sup> Ver a respeito em: PALMEIRA, Gardênia Correia, SILVA, Glícia Laís Macedo. *Em tempos autoritários: história do movimento estudantil em Sergipe (1964 – 1968)*. Aracaju: Curso de História/UNIT, 2007 (Trabalho de conclusão de curso); em: RODRIGUES, Irene Soares, SANTOS, Nadja Costa dos, SANTOS, Neide Costa dos. *Entre trotes e calouradas: o ingresso no ensino superior em Sergipe*. Aracaju: Curso de História/UNIT, 2006 (Trabalho de conclusão de curso); e: MIRANDA NETO, Onesino Elias, SANTOS, Shislane Cristina dos, CAMPOS FILHO, Walter César Vasconcelos. *Cinéfilos em ação: a história do Clube de Cinema de Sergipe (1960-1969)*. Aracaju: Curso de História/UNIT, 2007 (Trabalho de conclusão de curso).

dos órgãos de segurança e informação na Universidade Federal de Sergipe<sup>159</sup>; o movimento estudantil universitário no período da distensão política e da realização do Festival de Artes de São Cristóvão<sup>160</sup>; as tendências políticas que atuaram no movimento estudantil universitário e nos sindicatos de Sergipe entre o final dos anos 1970 e meados da década de 1980<sup>161</sup>; a documentação do ou sobre o movimento estudantil universitário e do Conselho Universitário da Universidade Federal de Sergipe<sup>162</sup>, a importância do jornal ACADEMUS e das notícias sobre a anistia junto à imprensa de Sergipe<sup>163</sup>, e, de modo particular, os trabalhos de história oral vinculados ao projeto de pesquisa “Vozes de um passado presente: estudantes, artistas, intelectuais e militantes em Sergipe na segunda metade do século XX”<sup>164</sup>, cujo um dos objetivos é a realização, registro e guarda de entrevistas com ex-militantes do movimento estudantil.

---

<sup>159</sup> CARVALHO, Gislaine Santos. *Espionagem, vigilância e perseguição: a história da AESI em Sergipe*. São Cristóvão: DHI/UFS, 2008 (Monografia de graduação).

<sup>160</sup> Ver a respeito em: EVARISTO, Cláudia dos Santos. *Da distensão à abertura política: o movimento estudantil em Sergipe (1977-1985)*. Aracaju: Curso de História/UNIT, 2006 (Monografia de graduação); em: SANTOS, Everton. *Festival de Artes de São Cristóvão: à luz da imprensa (1972-1984)*. Aracaju: Curso de História/UNIT, 2006 (Monografia de graduação); em: ARAÚJO, Alexandre Santana de, FREITAS, Rochelle Figueiredo, MELO, Vanessa Caroline dos Santos. *As artes cênicas no FASC: fragmentos da história teatral em Sergipe (1972-1985)*. Aracaju: Curso de História/UNIT, 2007 (Trabalho de conclusão de curso); e ainda em: NASCIMENTO, Adriano Gaspar, OLIVEIRA, Kelly Raquel Souza Cardoso de, MATOS, Mayara Gabrielly Carvalho. *“Entre corte e carimbos”*: a censura teatral em Sergipe (1970-1988). Aracaju: Curso de História/UNIT, 2008 (Trabalho de conclusão de curso).

<sup>161</sup> Ver a respeito em: ESPÍRITO SANTO, Farley Goes do, ANDRADE, Daniele Xavier de. *Viração: uma parte da história do ME em Sergipe*. Aracaju: Curso de História/UNIT, 2006 (Trabalho de conclusão de curso); em: ARAÚJO, Adriana Ribeiro, SANTOS, Heder Gomes dos, OLIVEIRA, Telma Aparecida Rodrigues de. *Entre a Viração e a UJS: memórias dos militantes do PC do B em Sergipe, 1981-1991*. Aracaju: Curso de História/UNIT, 2011 (Trabalho de conclusão de curso); em: NASCIMENTO, José Domingos Santos, PASSOS FILHO, José Sérgio, TORRES, Naiara Leite. *Reorganizado e unificado: a memória do sindicalismo em Sergipe (1980-1999)*. Aracaju: Curso de História/UNIT, 2009 (Trabalho de conclusão de curso); em: SANTOS, Edileuza Batista C. dos, GÓIS, Mary Jane Batista, TAVARES, Priscila da Costa. *Nos trilhos da memória: os ferroviários em Sergipe (1907-2006)*. Aracaju: Curso de História/UNIT, 2006 (Trabalho de conclusão de curso); e em: JESUS, Vânia Maria de. *Sindicalismo em movimento: a atuação do Centro dos Profissionais de Ensino de Sergipe – CEPES (1986-1992)*. Aracaju: Curso de História/UNIT, 2006 (Monografia de graduação).

<sup>162</sup> Dentro desta linha destaque: SANTOS, Fabiano Braga Santos, SANTOS, José da Conceição Lima dos. *Inventário dos documentos estudantis no arquivo da Universidade Federal de Sergipe (1950-1987)*. Aracaju: Curso de História/UNIT, 2009 (Trabalho de conclusão de curso); e também: OLIVEIRA, Adriano Feitosa, MARINS, Gustavo Cabral, SANTOS, Reginaldo da Silva. *“Páginas de uma história”*: as atas do Conselho Superior e a Universidade Federal de Sergipe, 1968 a 1985. Aracaju: Curso de história/UNIT, 2011 (Trabalho de conclusão de curso).

<sup>163</sup> SILVA, Jorgeval Santos, SOUZA, Rosecleide Alcântara de, SANTOS, Wesley Rodrigues dos. *Jornal Academus: um olhar sobre o pensamento jurídico em Sergipe (1951-1955)*. Aracaju: Curso de história/UNIT, 2009 (Trabalho de conclusão de curso); e em: SILVA, Jailda da, LINS, Ricardo José de Oliveira, RIBEIRO, André Luiz Sena. *Uma luta não esquecida: notícias de jornais sobre a anistia em Sergipe (1978-2010)*. Aracaju: Curso de História/UNIT, 2010 (Trabalho de conclusão de curso).

<sup>164</sup> Dentre esses trabalhos destaque: SANTOS, Fernanda de Andrade, GOIS, Lidiane Barbosa de, OLIVEIRA, Rose Carla de Araújo. *“Vozes de um passado presente”*: estudantes, artistas, intelectuais e militantes em Sergipe na segunda metade do século XX. Aracaju: Curso de história/UNIT, 2009 (Trabalho de conclusão de

## Metodologia, fontes escritas e orais

O historiador começa com uma seleção provisória de fatos e uma interpretação também provisória, a partir da qual a seleção foi feita – tanto pelos outros quanto por ele mesmo. Enquanto trabalha, tanto a interpretação e a seleção quanto a ordenação de fatos passam por mudanças sutis e talvez parcialmente inconscientes, através da ação recíproca de uma ou da outra. Essa ação mútua também envolve a reciprocidade entre presente e passado, uma vez que o historiador faz parte do presente e os fatos pertencem ao passado<sup>165</sup>.

A ideia de uma história pronta, definitiva e “verdadeira” não tem lugar na construção de uma pesquisa científica, ao menos para aqueles que conhecem as dimensões relacionadas à construção de um campo disciplinar<sup>166</sup>. Essas dimensões no campo do fazer histórico aproximam-se das análises tecidas por Edward Carr na citação de abertura desse tópico. Nela, já na clássica obra *Que é história?*, ele pontua a importância da relação dos historiadores com suas fontes no contínuo trabalho de descoberta, ordenamento e interpretação. Trata-se de um trabalho fundado no olhar que o historiador no tempo presente faz com as fontes que guardam os registros do passado por ele interpretado.

Depreende-se da avaliação de Carr que os resultados de uma pesquisa histórica não nascem prontos, não são definitivos e nem absolutos, pois a sua constituição é o resultado de um mútuo e recíproco processo no qual as fontes revelam e (re)significam os registros do passado e o historiador<sup>167</sup>, mediado pelas discussões de seu tempo,

---

curso); NASCIMENTO, Janiclécia Rezende dos Anjos, VASCONCELOS, Luciene Cardoso, RABELO, Tânia Maria Lima. *Memórias de músicos e estudantes universitários em Sergipe, entre meados da década de 1970 e meados da década de 1980*. Aracaju: Curso de história/UNIT, 2011 (Trabalho de conclusão de curso); ANDRADE, José Anderson Farias, BARRETO, Livia Rocha Teles, FLORÊNCIO, Maria Juliene Menezes. *Registros e lembranças: a militância feminina em Sergipe na segunda metade do século XIX*. Aracaju: Curso de história/UNIT, 2011 (Trabalho de conclusão de curso); e ainda: SILVA, Fabiana Santana Porto, MENEZES, Giselle Carvalho, SANTANA, Renata de Carvalho. *Memórias dos militantes do PCB em Sergipe durante a ditadura militar*. Aracaju: Curso de História/UNIT, 2011 (Trabalho de conclusão de curso).

<sup>165</sup> CARR, Edward Hallet. *Que é história?* Conferências George Macaulay Trevelyan proferidas por E. H. Carr na Universidade de Cambridge, janeiro-março de 1961. Op. cit., p. 65.

<sup>166</sup> BARROS, José D'Assunção. *Teoria da história: princípios e conceitos fundamentais*. Op. cit., pp. 17-40.

<sup>167</sup> A noção de significação, significado ou ressignificação utilizados nesta pesquisa compartilha as contribuições sobre a “descrição densa da cultura”, proposta por Geertz, ver respeito em: GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Tradução de Rio de Janeiro: Zahar, 1978, pp. 15-60.



(re)interpreta continuamente esse passado<sup>168</sup>. Em síntese, a relação metodológica que o historiador deve manter com suas fontes, mencionando Edward Palmer Thompson, deve ter como horizonte a construção de um contínuo “diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica, do outro”<sup>169</sup>.

Inserido nessa proposta teórica e metodológica, esta tese procura não apenas consultar as fontes disponíveis acerca dos acontecimentos relacionados ao movimento estudantil universitário em Sergipe, no período de 1950 a 1985, para descrevê-las ou retratá-las, mas sim travar um diálogo intermitente com essas fontes, os fatos e a bibliografia a elas relacionadas, no contínuo processo de (re)significação e (re)interpretação, interpelando-as para revelar singularidades e inter-relações históricas em relação ao objeto pesquisado e aos debates relacionados.

Dessa forma, a avaliação da documentação escrita, que foi sendo localizada no percurso desta pesquisa; e as fontes orais, registradas, coletadas e reunidas ao longo desse período de estudo, possibilitaram discutir o fazer-se social, político e cultural dos estudantes universitários, em particular, daqueles que se encontraram envolvidos na luta política e na militância cultural em Sergipe na temporalidade delimitada por esta tese.

Na senda deste campo de discussões, a primeira fase desta pesquisa focalizou, no Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe, os documentos produzidos ou relacionados à atuação política e cultural dos estudantes entre os anos de 1950 e 1987. Nesse arquivo, foram localizados documentos provenientes das primeiras faculdades e escolas superiores privadas e públicas e os documentos estudantis produzidos nas duas primeiras décadas de existência dessas instituições. Este trabalho catalogou aproximadamente seiscentas unidades documentais, com mais de mil páginas referentes à temática em discussão.

A apreciação desses documentos, além de permitir a análise das atividades dos estudantes universitários, possibilita uma compreensão mais alargada dos bastidores da organização do ensino superior em Sergipe. Evidentemente, esses registros, em sua grande maioria, descortinam ótica dos atores sociais mencionados, isto é, a dos estudantes universitários, e do modo como eles se relacionaram com as instituições de ensino superior

---

<sup>168</sup> A noção de interpretação utilizada no *corpus* dessa tese dialoga com a discussão sobre experiências, expectativas e ponto de vista tecidos por Koselleck, ver a respeito em: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Op. cit. pp. 161-190.

<sup>169</sup> THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria ou Um Planetário de Erros*. Op. cit., p. 49.

existentes, assim como, o olhar das instituições de ensino superior e de seus profissionais em relação aos mencionados estudantes.

A avaliação dos documentos relacionados à atuação dos estudantes universitários no período em apreço, a princípio, enfrentou o obstáculo que normalmente é atribuído a esse tema de pesquisa, qual seja: o de que não existem registros escritos. Os primeiros resultados, entretanto, apontaram a quantidade e a riqueza dos documentos ali existentes. Essa constatação justificou a elaboração de um inventário daqueles documentos e o aprofundamento da pesquisa a respeito<sup>170</sup>.

O eixo fomentador desse momento inicial de pesquisa, portanto, foi o de desmistificar a falsa ideia de que não existem fontes para o desenvolvimento de pesquisas dessa natureza. Esta hipótese foi desmontada não apenas em face do grande número de documentos encontrados nesse arquivo, mas também, pela diversidade e riqueza de documentos lá existentes abarcando, ainda que com lacunas, o período abordado na análise desta tese.

O acervo de documentos pertencentes às antigas faculdades e escolas superiores que vieram a constituir a Fundação Universidade Federal de Sergipe (FUFSE) encontra-se organizado respeitando o arranjo administrativo atual da instituição, a saber: Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), que incorporou a documentação das faculdades de Direito, de Ciência Econômica e Administrativa e da Escola de Serviço Social; Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH), que incorporou a documentação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe e dos Institutos que dela tiveram origem; Centro de Ciências Biológicas da Saúde (CCBS), que incorporou a documentação da Faculdade de Medicina de Sergipe; e o Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CCET), que incorporou a documentação da Escola de Química de Sergipe. Imerso neste acervo, encontram-se documentos dos diretórios e dos centros acadêmicos, da União Estadual dos Estudantes, do Diretório Central dos Estudantes, além da correspondência dessas entidades com as suas respectivas instituições de ensino ou sobre elas e esses sujeitos sociais, no caso os estudantes universitários.

---

<sup>170</sup> Esse inventário, organizado sob nossa orientação, resultou na elaboração de um trabalho de conclusão de curso. Ver a respeito em: SANTOS, Assis Fabiano Braga, SANTOS, José da Conceição Lima dos. *Inventário dos documentos estudantis no Arquivo da Universidade Federal de Sergipe (1950-1987)*. Aracaju: Curso de História/UNIT, 2009 (Trabalho de conclusão de curso). Ainda sobre esse inventário ver em: SANTOS, Assis Fabiano Braga, SANTOS, José da Conceição Lima dos, CRUZ, José Vieira da. "Inventário de documentos estudantis das instituições de ensino superior em Sergipe (1950-1987)". In: *Caderno de graduação: ciências humanas e sociais*, v. 9, nº 9, 2009, pp. 189-194.

Entre os tipos de documentos encontrados verifica-se a presença de ofícios expedidos e recebidos entre as entidades estudantis locais, nacionais e as instituições de ensino superior em suas mais diferentes esferas; atas das reuniões ou de assembleias gerais e extraordinárias realizadas pelos discentes; atas das reuniões dos conselhos e das congregações que contavam com algum tipo de participação estudantil; recortes de jornais relacionados aos estudantes e suas atividades culturais, acadêmicas e políticas; relatórios institucionais sobre a atuação dos estudantes, inclusive alguns relacionados aos órgãos de segurança e informação, já no período da ditadura civil-militar.

Além dos registros encontrados no Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe, foram localizados diversos recortes de jornais no Museu do Homem Sergipano – instituição vinculada à mencionada universidade – relativa às atividades do Diretório Central dos Estudantes no final da década de 1970 e nos primeiros anos da década de 1980<sup>171</sup>; correspondências estudantis ou sobre eles no Programa de Documentação e Pesquisa Histórica (PDPH), vinculado ao Departamento de História/UFS<sup>172</sup>; atas de reuniões com registros da participação dos estudantes na sala do Conselho de Ensino e Pesquisa (CONEP) e no Conselho Universitário (CONSU)<sup>173</sup>. Em particular, sobre este último, foram consultadas as primeiras atas relativas ao funcionamento da UFS.

A busca por registros escritos do e/ou sobre o movimento estudantil exigiu também a consulta aos acervos de documentos do: Arquivo Público do Estado de Sergipe, Arquivo Nacional, Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Instituto Dom Luciano José Cabral Duarte. Além desses acervos, essa pesquisa teve acesso a cópias de documentos disponibilizadas por ex-militantes do movimento estudantil, a exemplo de José Maria do Nascimento, e por pesquisadores de temas afins, como o historiador e cientista político José Ibarê Costa Dantas e o professor e advogado José Afonso Nascimento.

Esse exercício de pesquisa junto a esses acervos resultou, entre outras contribuições, na desmitificação da ideia de que não existiam documentos escritos a

---

<sup>171</sup> Ver a respeito em: CRUZ, José Vieira da. “Documentos de uma História: atuação dos estudantes em Sergipe nas décadas de 1970 e 1980”. In: *Boletim da ANPUH/SE*, nº4, 2007, p. 3. Esses “recortes de jornais”, por vezes, não contêm os registros completos relativos à sua publicação, razão pelo qual nos fez optar por consultá-los diretamente nos jornais em foram publicadas.

<sup>172</sup> A respeito destes documentos é importante registrar o trabalho de catalogação realizado por: CARVALHO, Adriana Melo. *Universidade vigiada: documentos para a história da ditadura militar na Universidade Federal de Sergipe (1969-1977)*. São Cristóvão: DHI/UFS, 2005 (Monografia de graduação).

<sup>173</sup> Ver a respeito: OLIVEIRA, Adriano Feitosa, MARINS, Gustavo Cabral, SANTOS, Reginaldo da Silva. “*Páginas de uma história*”: as atas do Conselho Superior e a Universidade Federal de Sergipe, 1968 a 1985. Op. cit.

respeito, inclusive no difícil período relacionado à ditadura civil-militar, localizando diversos documentos escritos e impressos estudantis.

A pesquisa realizou também consultas nas bibliotecas: Epifânio Dória, Nacional, Setorial de São Lázaro, Central da UFS, Central da UNIT, entre outras. Nesses espaços de pesquisa foram acessados impressos estudantis, jornais locais e nacionais, revistas, monografias, dissertações, teses e livros.

A contribuição dessas instituições, foi acrescentado ainda a documentação e bibliografia disponibilizada por importantes acervos digitais, dentro os quais, como já foi dito: o da Biblioteca Digital Ação Educativa, o do Projeto Memórias do Movimento Estudantil e do PROGEN/UFPE<sup>174</sup>.

Em relação às fontes orais ou documentos orais, a necessidade de realizar, produzir, guardar, disponibilizar e avaliar esses registros de experiências vividas – constantemente reelaboradas a partir do presente e das múltiplas temporalidades do processo histórico –, motivou a organização do Projeto “Vozes de um passado-presente: estudantes, artistas, intelectuais e militantes em Sergipe na segunda metade do século XX”, mantido junto ao Laboratório de História da Universidade Tiradentes e ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Esse projeto partiu tanto da necessidade de organizar e guardar as entrevistas realizadas quanto de disponibilizá-las, enquanto fontes, para diferentes pesquisadores, uma vez que as experiências nelas registradas, sob a forma escrita, de áudio ou ainda de áudio e vídeo, extrapolam os significados atinentes a um único campo ou tema de pesquisa, sobretudo no que concerne aos diferentes significados da memória e de sua relação com a história, e exige um aprofundamento teórico e uma análise que transpõe os objetivos dessa tese, mas poderão fomentar o desenvolvimento de uma série de outros estudos a respeito. Além disso, no decorrer dessa pesquisa, conseguimos a disponibilização de pelo menos três outras entrevistas, produzidas fora do campo de ação dos projetos mencionados, realizadas pelo pesquisador José Ibarê Costa Dantas<sup>175</sup> e pela pesquisadora Cristiane Soares Santana<sup>176</sup>.

---

<sup>174</sup> Ver a respeito em: Biblioteca Digital Ação Educativa. Disponível: <<http://www.bdae.org.br/dspace/>>. Acessado em 09/01/2012; em: Projeto Memória do Movimento Estudantil. Disponível: <<http://www.mme.org.br/>>. Acessado em 09/01/2012; e em: PROGEN/UFPE. Disponível: <<http://movimentosjuvenisbrasil.org.br/>>. Acessado em 09/01/2012.

<sup>175</sup> Entre as entrevistas concedidas a esse pesquisador, foram-nos disponibilizados os áudios das entrevistas realizadas com Antônio Vieira da Costa, ex-militante estudantil vinculado à POLOP, e de José Rosa de

## Os jornais e os impressos estudantis

Os jornais também são peça importante na tessitura desta pesquisa, permitindo a construção de uma visão de conjunto dos acontecimentos relacionados à atuação desses estudantes e de suas entidades representativas, assim como do contexto social e político do ensino superior em Sergipe.

Esse tipo de fonte, portanto, não se limita a extrair, de forma isolada e esparsa, uma ou outra notícia, manchete, editorial ou nota informativa; ao contrário, ela possibilita uma melhor compreensão da dinâmica social e da repercussão dos acontecimentos estudados, assim como da organização de uma cronologia destes<sup>177</sup>.

Dentre esses jornais destaca-se: o *Academus*<sup>178</sup>, órgão de imprensa do CASR; A *Cruzada*, vinculado à Igreja Católica, e *Gazeta de Sergipe*, vinculado ao jornalista Orlando Dantas, usineiro, político do PSB e considerado um estimulador de novos talentos e da participação política dos estudantes<sup>179</sup>. Além desses jornais, foram consultados a *Gazeta Socialista*, a *Folha Popular*, o *Sergipe-jornal*, o *Correio de Aracaju*, o *Jornal da Cidade*, o *Jornal do DCE*, o *Boletim do DCE*, o *Jornal da Ala Jovem do MDB*, entre outros<sup>180</sup>.

---

Oliveira Neto, Chefe da Casa Civil do governo de Seixas Dória, ex-militante estudantil vinculado ao PCB. Ambas as entrevistas por nós transcritas, mas só a primeira foi utilizada no corpo dessa pesquisa.

<sup>176</sup> Entre as transcrições cedidas por essa pesquisadora consta a de José Rolemberg Côrtes [Filho], ex-líder estudantil vinculado à AP, e de sua esposa Eliane Rolemberg, participante da missão paulista que veio a Sergipe implantar novas metodologias de ensino, ex-liderança da AP, ambos participantes da experiência política da integração na produção. Neste caso, apenas a entrevista com José Rolemberg foi analisada.

<sup>177</sup> Ver a respeito do uso metodológico de periódicos no fazer-se da pesquisa histórica em: LUCA, Tânia Regina de. “Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Orgs). *Fontes históricas*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006, pp. 111-154.

<sup>178</sup> A respeito da importância desse periódico para os estudos no campo da educação consultar: CRUZ, Márcia Terezinha Jerônimo Oliveira. “Historiografia educacional e os impressos estudantis: o jornal *Academus* e as representações discentes sobre a Faculdade de Direito de Sergipe e sua cultura acadêmico (1951-1962)”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, nº 41, 2011, pp. 25-49.

<sup>179</sup> Ver a respeito: MARQUES, Wellington Dantas Mangueira. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Renata de Carvalho Santana e Giselle Carvalho Menezes. Aracaju/SE, 28/10/2011.

<sup>180</sup> Além dos jornais mencionados existem notícias da circulação do jornal *O Rekado*, periódico estudantil, produzido pelos estudantes do curso de direito e de outros cursos vinculados à tendência liberal da Ala Jovem do MDB. Apesar de efêmero, estilizado ao estilo do *Pasquim*, esse jornal de conotação mais irreverente também teria tratado de temários políticos, fato que teria justificado a atenção dos órgãos de segurança e informação e da Polícia Federal para os seus editores. Entretanto, como a coleção dos exemplares desse jornal – recentemente localizados – ainda não se encontram catalogados em uma instituição pública de pesquisa e não tivemos o tempo necessário para consultá-lo, limitamo-nos a fazer apenas esse registro. A esse respeito, ver entrevista: OLIVEIRA, José Luciano Góis de. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 30/12/2011; e ainda o artigo de: NASCIMENTO, José Afonso. “Um Pasquim sergipano ‘O Rekado’”. In: *Jornal da Cidade*, 22 de março de 2011. Disponível em: <http://www.primeiramao.blog.br/post.aspx?id=928&t=um-pasquim-sergipano-%E2%80%99Co-rekado>. Acessado em 10/11/2012.

O jornal *Gazeta de Sergipe*, em especial, devido à linha editorial inclinada a valorizar as atividades da juventude universitária e por ter em seus quadros jornalistas que eram universitários e/ou lideranças do movimento estudantil e sindical, revelou-se uma fonte importante de interlocução para o campo de estudo desta tese, desde a análise de alguns de seus editoriais, reportagens, notas, até algumas das matérias de seus colunistas.

O exame dessa documentação e desses jornais, em particular, chama atenção pelo volume de referências feitas aos estudantes universitários em Sergipe no período em estudo. Neste sentido, escová-los a contrapelo, para mencionar a já conhecida frase de Walter Benjamin<sup>181</sup>, possibilita compreender melhor uma parte dessa história, de seus significados e de como ela foi registrada e representada na documentação e nos periódicos locais e estudantis.

#### A metodologia da história oral

Ao exame dos documentos escritos e dos jornais também se somaram várias entrevistas que, nos últimos anos, têm alargado o conhecimento a respeito da visão daqueles que atuaram no movimento estudantil universitário em Sergipe. Estas fontes ou documentos orais têm possibilitado não apenas estudar os fatos relacionados ao tema focado<sup>182</sup>, mas também discutir as diferentes formas de apropriação dessa memória pelos atores sociais que vivenciaram as experiências estudantis do período.

O registro, a coleta, a reunião e a guarda dos documentos orais, produzidos desde as primeiras pesquisas, vem sendo organizado desde o curso de graduação. Nessa primeira fase foram entrevistados alguns ex-militantes do movimento estudantil, entre eles: José Alexandre Felizola Diniz, Zelita Rodrigues Correia dos Santos, Aglaé Fontes D'Ávila de Alencar, Clodoaldo de Alencar Filho, Guido Azevedo, Luís Antonio Barreto e Ivan Macedo Valença, e ainda o professor José Silvério Leite Fontes e o empresário e político José Carlos Mesquita Teixeira<sup>183</sup>.

A experiência com o uso metodológico da história oral foi retomada de modo mais sistematizado a partir do ano de 2004, quando foi possível desenvolver o projeto de

---

<sup>181</sup> BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet, 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 225.

<sup>182</sup> VOLDMAN, Danièle. "A invenção do depoimento oral". In: AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, pp. 247-266.

<sup>183</sup> Ver a respeito em: CRUZ, José Vieira da. *O Centro Popular de Cultura da União Estadual dos Estudantes Sergipanos e os movimentos culturais do início dos anos 60: 1962-1964*. Op. cit.

pesquisa “Vozes de um passado-presente: estudantes, artistas e intelectuais em Sergipe na segunda metade do século XX”, a princípio vinculado à disciplina “Tópicos Especiais de História Oral”, e atualmente em desenvolvimento nas orientações dos trabalhos de conclusão de curso, atividades de pesquisas desenvolvidas junto ao curso de História da Universidade Tiradentes.

Como frutos desse projeto foram entrevistados os seguintes ex-militantes do movimento estudantil universitário: José Maria do Nascimento, José Roberto dos Santos<sup>184</sup>, João Augusto Gama da Silva, Dílson Menezes Barreto, Araci Bispo do Nascimento<sup>185</sup>, Jackson Sá Figueiredo, Wellington Dantas Manguieira Marques, João Bosco Rolemberg Côrtes<sup>186</sup>, Antonio Bittencourt Júnior, Carlos Roberto da Silva, Edvaldo Nogueira, José Franco Azevedo, Silvana Nascimento Barros<sup>187</sup>, Antonio Fernandes Viana de Assis<sup>188</sup>, Josué Modesto dos Passos Sobrinho, Ruy Belém de Araújo, Milton Alves, Laura Maria Ribeiro Marques, José Afonso Nascimento, José Luciano Góis de Oliveira<sup>189</sup>, José Ibarê Costa Dantas<sup>190</sup>, Domingos Félix de Santana Neto, Irineu Silva Fontes Júnior, Antonio Alves do Amaral, Joésia Maria de Oliveira Ramos<sup>191</sup>, Rosalvo Alexandre de Lima Filho, Wellington Dantas Manguieira Marques<sup>192</sup>, Laura Maria Ribeiro Marques, Zelita Rodrigues Correia dos Santos, Maria de Lourdes Rodrigues Correia, Iara Viana de Assis,

---

<sup>184</sup> Essas duas primeiras entrevistas foram realizadas e transcritas no curso da disciplina “Tópicos Especiais de História Oral”, ministrada no curso de História/UNIT no ano de 2008, sob minha orientação.

<sup>185</sup> As transcrições dessas três entrevistas encontram-se compiladas no trabalho de conclusão de curso: SANTOS, Fernanda de Andrade, GÓIS, Lidianne Barbosa de, OLIVEIRA, Rose Carla de Araújo. “*Vozes de um passado presente: estudantes, artistas, intelectuais e militantes em Sergipe na segunda metade do século XX*”. Op. cit.

<sup>186</sup> As transcrições dessas três entrevistas mencionadas encontram-se compiladas no trabalho de conclusão de curso: PALMEIRA, Gardênia Correia, SILVA, Glícia Laís Macedo. *Em tempos autoritários: história do movimento estudantil em Sergipe (1964 – 1968)*. Op. cit.

<sup>187</sup> As transcrições dessas cinco entrevistas mencionadas encontram-se compiladas no trabalho de conclusão de curso: ESPÍRITO SANTO, Farley Goes do; ANDRADE, Daniele Xavier de. *Viração: uma parte da história do ME em Sergipe*. Op. cit.

<sup>188</sup> A entrevista de Antonio Fernandes Viana de Assis, juntamente com mais oito entrevistados sobre os trotes estudantis, gravadas em áudio, encontram-se compiladas no trabalho de conclusão de curso de: RODRIGUES, Irene Soares, SANTOS, Nadja dos, SANTOS, Neide Costa do. *Entre trotes e calouradas: o ingresso no ensino superior em Sergipe*. Op. cit.

<sup>189</sup> A respeito das seis últimas entrevistas mencionadas, realizadas para o campo de interesses dessa tese, além de transcritas elas estão também registradas em vídeo.

<sup>190</sup> Essa última entrevista, a pedido do entrevistado, foi gravada apenas em áudio.

<sup>191</sup> Estas últimas quatro entrevistas, também gravadas em vídeos, exceto de Domingos Félix de Santana Neto, encontram-se compiladas no trabalho: NASCIMENTO, Janiclécia Rezende dos Anjos, VASCONCELOS, Luciene Cardoso, RABELO, Tânia Maria Lima. *Memórias de músicos e estudantes universitários em Sergipe, entre meados da década de 1970 e meados da década de 1980*. Op. cit.

<sup>192</sup> Estas duas últimas entrevistas, inclusive a segunda realizada com Wellington Dantas Manguieira Marques, também gravadas em vídeo, encontram-se compiladas no trabalho: SILVA, Fabiana Santana Porto, MENEZES, Gisele Carvalho, SANTANA, Renata de Carvalho. *Memórias dos militantes do PCB em Sergipe durante a ditadura militar*. Op. cit.

Tânia Soares de Souza, Ana Maria Santos Rolemberg Côrtes<sup>193</sup>, entre outras, uma vez que o projeto segue realizando o registro e a coleta dessas importantes e valiosas fontes.

Além do conjunto dessas fontes orais, é necessário registrar, como já dito, o acesso à entrevista de José Rolemberg Côrtes Filho, cedida pela pesquisadora Cristiane Soares Santana<sup>194</sup>; a entrevista de Jean Marc Von Der Weid, disponível através do projeto “Memórias do movimento estudantil”<sup>195</sup>; e a entrevista de Antonio Vieira da Costa, disponibilizada pelo historiador José Ibarê Costa Dantas.

#### As fontes orais entre a história e a memória

Toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, mas apenas a fonte oral permite-nos desafiar essa subjetividade: descolar as camadas da memória, cavar fundo em suas sombras, nas expectativas de atingir a verdade oculta. Se assim é, por que não aproveitar essa oportunidade que só nós temos entre os historiadores, e fazer nossos informantes se acomodarem relaxados sobre o divã, e, como psicanalistas, sorver em seus inconscientes, extrair o mais profundo de seus segredos?<sup>196</sup>

A inclusão da história oral nesta pesquisa vem justamente possibilitar uma maior compreensão da relação entre a história e a memória vinculada ao movimento estudantil em Sergipe no período em estudo. Dessa forma, o uso dessa metodologia apresenta-se como uma forma do fazer histórico que, articulada a outros tipos de pesquisas e métodos, possibilitam ao historiador localizar, coletar, sistematizar e, no caso da fonte oral, em particular, estimular a produção de registros a respeito das experiências sociais e culturais compartilhadas e disputadas pela memória de homens e mulheres ao longo do tempo<sup>197</sup>.

---

<sup>193</sup> A respeito das seis últimas entrevistas mencionadas, inclusive o segundo ciclo de entrevistas com Laura Maria Ribeiro Marques e com Zelita Rodrigues Correia dos Santos, além de transcritas e registradas em vídeo, encontram-se compiladas no trabalho: ANDRADE, José Anderson Farias, BARRETO, Livia Rocha Teles, FLORENCIO, Maria Juliene Menezes. *Registros e lembranças: a militância feminina em Sergipe na segunda metade do século XIX*. Op. cit.

<sup>194</sup> Ver a respeito à pesquisa: SANTANA, Cristiane Soares. *Maoísmo na Bahia*. Salvador: PPGH/UFBA, 2008 (Dissertação de mestrado).

<sup>195</sup> A respeito do projeto “Memória do movimento estudantil” é importante frisar a riqueza de seu banco de entrevistas realizado com ex-presidentes da UNE e outras lideranças do movimento estudantil. Disponível em: < <http://www.mme.org.br/>>. Acessado em 10/02/2009.

<sup>196</sup> THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 197.

<sup>197</sup> Ver a respeito: POLLAK, Michel. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15; PORTELLI, Alessandro. “O que faz a história oral diferente”. In: *Projeto*



Além disso, a história oral está intimamente relacionada com os acontecimentos da história do tempo presente, colocando o pesquisador em contato direto com os sujeitos históricos e suas lembranças, esquecimentos e sentimentos<sup>198</sup>.

Para Dora Schwarzstein, além da problemática do papel a ser desempenhado pelo pesquisador/entrevistador, a história oral suscita, também, a questão de como ela será utilizada. Segundo essa autora, “una vez constituida la fuente oral a partir de la entrevista y de su transcripción, el resultado final es un texto cuya utilización plantea los mismos problemas que cualquier documento escrito”<sup>199</sup>.

A utilidade da história oral enquanto fonte de pesquisa depende, portanto, para essa autora, tanto das informações obtidas quanto do tratamento a ela conferida. Neste sentido, ela pode servir tanto para complementar informações obtidas de fontes escritas como pode conferir voz a grupos silenciados e marginalizados ou não; isto vai depender da postura teórica e metodológica de cada pesquisador e da natureza do objeto em estudo. No caso desta pesquisa, serão empregadas ambas as perspectivas: complementar as informações dos registros escritos sobre a história do movimento estudantil universitário em Sergipe, e conferir voz a militantes silenciados pelo processo de repressão, e, dentre eles, a algumas mulheres.

É preciso acrescentar ainda a respeito dos resultados produzidos por uma entrevista que, independentemente dos objetivos motivadores para sua realização, ela contém significados que transcendem, na maioria das vezes, as pretensões da pesquisa à qual ela se vincula. Neste sentido, é necessário frisar que a realização de uma entrevista gera pelos menos três tipos de documentos, a saber: os registros de áudio ou áudio e vídeo da entrevista realizada, a transcrição pelo pesquisador da entrevista, e, por fim, a edição da entrevista com as correções, supressões e acréscimos recomendados pelos entrevistados.

---

*História*. São Paulo, nº 14, fevereiro 1997; ROUSSO, Henri. “A memória não é mais o que era”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (coord.). *Usos e abusos da história oral*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998; BRESCIANI, Stela, NAXARA, Márcia (Orgs). *Memória (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora Unicamp, 2002; SANTOS, Miriam Sepúlveda dos. *Memória coletiva e teoria social*. São Paulo: Annablume, 2003; HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006; MONTENEGRO, Antonio Torres. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010, entre outros.

<sup>198</sup> Ver a respeito: BÉDARIDA, François. “Tempo presente e presença na história”. In: AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, pp. 219-232.

<sup>199</sup> SCHWARZSTEIN, Dora. *La Historia Oral*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1991, p. 15.

A importância da realização de entrevistas para o pesquisador que fomenta seu registro, assim como para outros estudiosos, demanda a sua guarda e disponibilização em instituições públicas vinculadas à preservação da história e da memória. Desta forma, o uso da metodologia da história oral deve atentar para o objetivo do objeto de estudo e para os significados das experiências vivenciadas pelos entrevistados em relação ao tema. Além disso, é necessário pensar a forma como o registro da entrevista será realizado, as estratégias para sua realização, os procedimentos para transcrição e obtenção da carta de cessão, as possibilidades quanto à interpretação das informações fornecidas e, por fim, os cuidados relativos à guarda da entrevista para posterior consulta de outros pesquisadores<sup>200</sup>, sobretudo para os estudos a respeito dos diferentes significados da memória e das experiências que elas revelam.

Os procedimentos apontados em relação ao uso metodológico da história oral têm, para o escopo metodológico desta tese, o objetivo de resgatar e valorizar as diferentes experiências compartilhadas e disputadas pela memória de alguns militantes que atuaram no movimento estudantil universitário em Sergipe no período em estudo. Neste sentido, o uso desta metodologia contribui para proporcionar “al historiador oral un método para ocuparse del molesto problema de la memoria”<sup>201</sup>. A respeito dessas entrevistas e das memórias de que elas são portadoras, é preciso frisar que elas não serão examinadas de modo exaustivo, sobretudo no que tange à seara da memória, tarefa que demandará outros estudos e interpretações.

Em termos historiográficos, os debates sobre a questão da história e da memória têm rompido “com as dicotomias entre indivíduo e a sociedade, passado e presente, bem como entre ciência e prática social”<sup>202</sup>. Neste sentido, a produção acadêmica tem reavaliado o papel da memória como alicerce para suas interpretações e não seu inverso<sup>203</sup>. Ao avaliar a importância dos debates acerca da história oral, da memória e da história do tempo presente, Lucileide Costa Cardoso destaca que eles têm permitido “o confronto de

---

<sup>200</sup> A esse respeito ver em: ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

<sup>201</sup> GRELE, Ronald J. “Movimiento sin meta: problemas metodológicos y teóricos en la historia oral”. In: SCHWARZSTEIN, Dora. *La historia oral*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1991, p.135.

<sup>202</sup> SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. “Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 13, n. 38, outubro, 1998, p.151.

<sup>203</sup> LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Memória coletiva e teoria social*. São Paulo: Annablume, 2003; SÀ, Antônio Fernando de Araújo. Fernando. *Combate entre história e memórias*. Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2005.

diferentes ‘verdades’”, além de redimensionar “a clássica questão do papel que deve ser atribuído ao indivíduo no processo histórico”<sup>204</sup>.

Considerando que a memória é suscitada pelas necessidades do presente, o seu uso como fonte histórica deve observar como ela é repetida, selecionada, memorada e interpretada<sup>205</sup>. Desta forma, a emergência da chamada história do tempo presente e a valorização dos testemunhos históricos diretos; o retorno dos estudos políticos centrado nas experiências vividas pelos sujeitos<sup>206</sup>; as particularidades históricas das redes sociais; e o compreensão de que o passado é construído a partir das necessidades do presente ajudam a “esquadrinhar os usos políticos do passado recente ou a propor o estudo das visões de mundo de determinados grupos sociais na construção de respostas para os seus problemas”<sup>207</sup>.

Nesse sentido, os estudos sobre as memórias estudantis também se apresentam relacionados aos debates da história do tempo presente, sobretudo daqueles que de alguma maneira participaram das atividades do movimento estudantil universitário brasileiro – seja através dos movimentos articulados pela UNE seja pelas representações universitárias nos estados. Assim, o estudo de Araújo, a respeito da memória dos militantes da UNE nos últimos 70 anos<sup>208</sup>, e o trabalho de pesquisa de Zaidan Filho e Machado, sobre a memória do movimento estudantil e dos grupos de juventude<sup>209</sup>, dialogam com essa perspectiva da história do tempo presente.

No caso desses estudos sobre a memória e os registros históricos dos acontecimentos sobre o movimento estudantil e os grupos de juventude, eles realimentam, em maior ou menor proporção, as rememorações de um passado próximo e presente e a construção de uma autoimagem do movimento e de seus participantes.

Ainda sobre o trabalho de Araújo, é importante salientar que ele é um dos resultados do projeto “Memória do movimento estudantil”, financiado pela Petrobras, em

---

<sup>204</sup> CARDOSO, Lucileide Costa. “Dimensões da memória na prática historiográfica”. In: OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos, REIS, Isabel Cristina Ferreira dos (org.). *História regional e local: discussões e práticas*. Salvador: Editora Quarteto, 2010, p. 172.

<sup>205</sup> SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração/comemoração: as utilizações sociais da memória”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, nº 44, 2002, pp.425-438.

<sup>206</sup> Ler a respeito em: RÉMOND, René. “Por que a História Política?”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.7, nº13, 1994; e, ainda em: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução Dora Rocha, 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

<sup>207</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. “História, tempo presente e história oral”. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro 2002, p. 324.

<sup>208</sup> ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Op. cit.

<sup>209</sup> ZAIDAN FILHO, Michel, MACHADO, Otávio Luiz (org.). *O pensamento das juventudes brasileiras no século XX*. Op. cit.

parceria com a UNE, Museu Nacional, Rede Globo de Televisão e Universidade Federal do Rio de Janeiro, e produzido pela Fundação Roberto Marinho. Esse projeto, não obstante a sua relevância no sentido de registrar a memória de ex-militantes do movimento estudantil, por um lado, levanta questionamentos quanto à possibilidade de privatização da memória de um movimento social por parte de uma empresa privada, no caso a Rede Globo de Televisão, por outro, persiste na centralidade da UNE e dos militantes estudantis que atuaram nos grandes centros urbanos e culturais do país como espelho do movimento<sup>210</sup>.

### **A estrutura da tese**

Descortinar alguns dos meandros desse passado presente, atinente ao movimento estudantil, ao ensino superior e a sociedade em Sergipe no período de 1950 a 1985, sobretudo no tocante a importância da participação dos estudantes nos debates políticos e culturais da sociedade, faz parte desta pesquisa. Assim, a presente tese, além da introdução, encontra-se organizada em duas partes, subdivididas em capítulos e estes em subtópicos; seguidos das considerações finais, indicação das fontes, bibliografia e anexos.

A **introdução**, intitulada “Movimento estudantil, ensino superior e a sociedade em Sergipe”, traça algumas discussões a respeito da possibilidade do desenvolvimento de uma história do movimento estudantil universitário em Sergipe no período de 1950 a 1985. Em torno desse objetivo, o texto discute, a partir do exame da bibliografia já produzida, o uso do conceito de classe, juventude, *intelligentsia*, intelectuais, entre outras categorias e discussões, sobre os significados relacionados à atuação dos estudantes universitários, de como a historiografia tem abordado o tema e de que maneira a atuação desses estudantes, dentro e fora dos grandes centros urbanos do país, pode revelar singularidades e inter-relações de experiências sociais partilhadas e disputadas por esses estudantes ao longo das quatro primeiras décadas da segunda metade do século XX em Sergipe, não se restringindo, portanto, em termos de recorte temporal, apenas aos clássicos quatro primeiros anos posteriores ao golpe civil-militar de 1964.

A **primeira parte**, denominada “Autonomia e participação em tempos de nacionalismos e reformas”, subdivida em três capítulos, foca o aparecimento das primeiras

---

<sup>210</sup> ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Op. cit.

instituições de ensino superior e a organização dos estudantes universitários no estado de Sergipe no período de intensos debates nacionalistas e reformistas. Relacionado a essa discussão, o **capítulo I** analisa o surgimento do movimento estudantil universitário em Sergipe a partir da criação das instituições de ensino superior e das primeiras entidades representativas desses estudantes, do estudo de perfil inicial destes, de uma discussão sobre a autorrepresentação que o jornal estudantil *Academus* fazia do movimento, da substituição da União dos Estudantes de Sergipe (UES ) pela União Estadual dos Estudantes de Sergipe (UEES), assim como dos novos rumos que o movimento passou a tomar a partir de sua criação desta.

O **capítulo II**, por sua vez, discute o envolvimento da Juventude Universitária Católica com a luta pela criação de uma universidade no estado, com os debates e mobilizações pela reforma universitária e, em particular, em torno da luta por “um terço” de participação estudantil nos órgãos deliberativos de cada instituição de ensino superior, assim como pelo preenchimento das vagas existentes nos cursos. Além disso, esse capítulo analisa a participação dos estudantes universitários nos seminários estaduais pela reforma universitária e os significados da “Declaração de Santo Amaro das Brotas”.

Já no **capítulo III**, as discussões desta tese voltam-se para a participação dos estudantes universitários, através da UEES, nos debates políticos partidários do período, analisa as supostas ameaças de interferência de pessoas relacionadas ao Instituto Brasileiro Democrático (IBAD) no movimento estudantil, discute a participação dos estudantes universitários nos movimentos de educação e cultura popular, e finalmente, descreve como se encontrava o movimento estudantil universitário no estado às vésperas do golpe civil-militar de 1964.

A **segunda parte** da tese, intitulada “Do ilusório transitório à resistência democrática”, subdividida em cinco capítulos, dedica-se a estudar a atuação dos estudantes e suas entidades durante o período da ditadura civil-militar. Articulado a essa discussão, o **capítulo IV** aborda o (des)compasso provocado pelo golpe na sociedade civil do Estado de Sergipe, mais especificamente sobre as lideranças dos movimentos estudantil universitário e secundarista. Discute ainda o apoio dos familiares e de alguns segmentos da sociedade aos estudantes e demais presos políticos.

O **capítulo V**, por seu termo, debruça-se sobre a reação dos universitários em relação à Lei Suplicy e ao processo de intervenção na UEES. Em torno desta discussão estuda-se a transformação da UEES em DEE de Sergipe, até sua extinção em 1967. Neste

capítulo também é abordada a polêmica a respeito do modelo de como deveria ser constituída a universidade de Sergipe, assim como discute-se os protestos estudantis ocorridos na solenidade de instalação da Fundação Universidade Federal de Sergipe, em 1968.

O **capítulo VI**, ao seu tempo, analisa a adaptação dos diretórios acadêmicos à Lei Suplicy e, sobretudo a revolta dos estudantes da Faculdade Católica de Filosofia contra a postura assumida pela direção da faculdade. Os acontecimentos relacionados a essa revolta, tratados nos principais jornais locais, transpuseram os muros da faculdade, envolvendo autoridades de ensino, estudantes e setores da Igreja Católica e da Imprensa, além de resultar no esvaziamento do diretório acadêmico daquela instituição de ensino, em advertências e em sanções disciplinares para alguns de seus participantes.

O **capítulo VII**, por sua vez, discute a retomada das mobilizações políticas do movimento estudantil universitário de Sergipe a partir da rearticulação de suas tendências políticas, do envolvimento dos universitários com os debates relacionados à criação do primeiro Diretório Central dos Estudantes, das mobilizações dos universitários eleitos para representar o estado no Congresso de Ibiúna, dos desfortúnios da prisão desses estudantes no mencionado congresso e da mobilização de seus familiares e de alguns segmentos da sociedade em favor da preservação dos direitos e da integridade física desses universitários.

Por fim, o **capítulo VIII** aborda o novo ciclo repressivo estabelecido a partir da decretação do Ato Institucional nº5 e do Decreto-Lei nº 477/1969. Dentre os assuntos discutidos nesse capítulo estão: a volta à prisão dos estudantes de Sergipe que participaram do Congresso de Ibiúna, a cassação dos direitos políticos de algumas das lideranças estudantis da UFS, a vigilância dos órgãos de segurança e informação que atuavam em Sergipe sob os estudantes, o esvaziamento e fechamento do DCE, o impacto da “Operação Cajueiro” sobre os estudantes e outros segmentos da sociedade, a reabertura do DCE e o papel do movimento estudantil no processo de democratização da sociedade brasileira a partir de seus desdobramentos em Sergipe.

Nas **considerações finais**, estabelecemos os pontos de contato entre os diversos olhares projetados sobre os universitários nesse período, contabilizando alguns dos fatos que demarcaram o movimento estudantil, o ensino superior e a sociedade em Sergipe a partir da década de 1950, quando surgem os primeiros registros de entidade de representação universitária, até 1985, horizonte sobre o qual são construídos pela

sociedade civil brasileira outros e novos movimentos sociais que passam a compartilhar e disputar a tessitura do protagonismo político e cultural no país e no estado.

## PARTE I – AUTONOMIA E PARTICIPAÇÃO EM TEMPOS DE NACIONALISMOS E REFORMAS

Além disso, **a escola superior cria novas cogitações**, preocupações mais elevadas. **Nos pequeninos meios provincianos**, os assuntos prediletos são ou a politicalha local, ou a maledicência ou a limitada economia regional, ou as fastinhas(sic) do ano... É natural que assim aconteça. **Com a escola superior, surgem outras aspirações, outras ideias, outras palestras**. Nos moços que frequentam as Faculdades de Sergipe, já tenho observado um progresso no sentido referido (...).

Basta este exemplo para se ver como podem influir beneficemente até sobre os **costumes** as escolas superiores, levando a mocidade a uma concepção mais alta da vida humana e contribuindo dest'arte para sua crescente espiritualização<sup>211</sup>.

Art. 25 – O Presidente eleito prestará no ato da posse, o seguinte compromisso solene:

Prometo manter, defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição dos estudantes do Estado de Sergipe, promovendo o bem estar da **classe estudantil**, sustentando-lhe **a união, a integridade e a independência**<sup>212</sup>.

Art. 11 – A direção do estabelecimento **não poderá intervir na vida do Diretório**, respeitado o título XII do Decreto nº 19851, de 11-04-1931<sup>213</sup>.

---

<sup>211</sup> LIMA, José Augusto da Rocha. "O ensino superior em Sergipe". In: *Academus*. Ano II, nº 3, janeiro de 1952, p.1. (negrito nosso). [O autor deste artigo foi um dos primeiros diretores da Faculdade de Direito de Sergipe].

<sup>212</sup> UEES. *Constituição da União Estadual dos Estudantes de Sergipe*. Aracaju: CISLA, 1954, pp. 10-11. (negrito nosso).

<sup>213</sup> BRASIL. *Decreto nº 37.613*, 19 de julho de 1956.



## Capítulo I – O surgimento do movimento estudantil universitário em Sergipe

### 1.1. Deslocar-se não era mais preciso

Sergipe, que já se fartou de mandar seus filhos para outros Estados para então formarem sua cultura, procurou fundar a sua escola de Direito, passando de hoje em diante a ter dupla vaidade: vaidade por ser berço de grandes homens e por enchê-los de sabedoria em seu próprio seio, não mais precisando deslocá-los para outras faculdades, não mais tendo necessidade de mandá-los beber a sabedoria em fontes de outros centros, mesmo que em terras gloriosas do Brasil<sup>214</sup>.

Sob o título “Criação que nos honra”, o artigo assinado por Jean Frontin, publicado em setembro de 1951 na edição inaugural do jornal *Academus*, órgão de imprensa do Centro Acadêmico Silvio Romero, vinculado à Faculdade de Direito de Sergipe – uma das quatro faculdades existentes no estado na época –, revela aspectos do processo social que então se desenrolava no país a partir da segunda metade do século XX, momento transpassado pelo fim da Segunda Guerra Mundial e pela expectativa de que o mundo passaria por um período de paz e de maior liberdade política, expectativas logo confrontadas com a polarização ideológica provocada pela chamada Guerra Fria e o realinhamento político dos países “subdesenvolvidos” ou “em desenvolvimento” entre o bloco capitalista, liderado pelos Estados Unidos, e o bloco socialista, liderado pela então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas<sup>215</sup>.

Em torno dessa nova ordem mundial, o Brasil encerrava o período da ditadura do Estado Novo e assistia: ao fortalecimento da sociedade civil em meio a debates nacionalistas; à intensificação do processo de industrialização e de urbanização; ao aumento da demanda por cursos superiores e ao desencadeamento do processo de criação de universidades federais<sup>216</sup>. Neste contexto, o Estado de Sergipe assiste à efetivação de suas primeiras instituições de ensino superior e ao surgimento de um movimento estudantil universitário.

---

<sup>214</sup> FRONTIN, Jean. “Criação que nos honra”. In: *Academus*. Ano I, nº 1, setembro de 1951, p. 8.

<sup>215</sup> HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp. 223-253.

<sup>216</sup> CUNHA, Luiz Antônio. “Ensino superior e universidade no Brasil”. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greiva. *500 anos de educação no Brasil*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, pp. 170-171.

Para os estudantes pertencentes aos setores sociais mais tradicionais do estado, a efetivação dessas instituições e de seus cursos – sobretudo o de Direito, fundado em 1951, e o de medicina, a partir de 1961 – oferecia a possibilidade de não mais precisarem emigrar para “formarem sua cultura” em outros centros urbanos do país e se manterem distintos socialmente<sup>217</sup>, possibilidade de formação que até a primeira metade do século XX era restrita àqueles que tivessem recursos ou recebessem auxílio governamental para completar seus estudos fora do estado. Neste sentido, segundo Thétis Nunes, durante o Império, foram frequentes as resoluções da Assembleia Provincial no sentido de conceder auxílios para alguns estudantes da chamada “classe média urbana” para que eles conseguissem conquistar os cobiçados diplomas, sobretudo nas áreas do direito e da medicina, uma forma de eles manterem ou conseguirem ascensão social<sup>218</sup>.

Em relação a esses estudantes durante o período imperial, as pesquisas têm apontado que eles provinham de famílias bem estruturadas tanto em termos econômicos como quanto à posição social e aos cargos que ocupavam<sup>219</sup>, condição que parece não ter sido suficiente para que alguns deles, juntamente com estudantes menos abastados, dispensassem o apoio do governo provincial. A este respeito é também importante considerar que a produção de açúcar, principal atividade econômica durante o período provincial em Sergipe, estava em crise desde meados do século XIX<sup>220</sup>, fato que pode ter influenciado as elites locais a investirem na formação de alguns de seus filhos como forma de manutenção de seus *status*, inclusive recorrendo ao erário provincial, inicialmente, e ao erário estadual durante a Primeira República, posteriormente, para obtenção de auxílio financeiro com o objetivo de garantir a formação em cursos que lhes assegurassem uma carreira de bacharéis e de ocupantes de cargos públicos de comando.

Por outro lado, a partir do período republicano, sobretudo após o fim do Estado Novo, para as camadas médias da sociedade brasileira, em particular para os trabalhadores urbanos, a expansão do ensino secundário, a equivalência dos cursos profissionais ao

---

<sup>217</sup> A respeito da apropriação do nível superior como forma de distinção social ver: CUNHA, Luiz Antônio. “Ensino superior e universidade no Brasil”. Op. cit., pp. 156-157.

<sup>218</sup> NUNES, Maria Thétis. *História da educação em Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de educação e cultura do estado de Sergipe: Universidade Federal de Sergipe, 1984, pp. 120-121.

<sup>219</sup> SILVA, Eugênia Andrade Vieira da. *A formação intelectual da elite sergipana (1822-1889)*. Op. cit., pp.14-40; a respeito da formação desses intelectuais durante o Império, ver também: CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Op. cit., p. 69.

<sup>220</sup> Ver mais informações a respeito em: ALMEIDA, Maria da Glória S. de. *Nordeste açucareiro: desafio num processo do vir-a-ser capitalista*. Aracaju: UFS/SEPLAN/BANESE, 1993; e em: PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. *Reordenamento do trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste Açucareiro, Sergipe, 1850-1930*. Aracaju: FUNCAJU, 2000.

secundário<sup>221</sup> e o processo de expansão dos cursos superiores significaram “um meio de aumentar as chances de estes alcançarem melhores condições de vida”<sup>222</sup>.

Logo, ao se retomar o texto de Jean Frontin, no jornal *Academus* – possivelmente o pseudônimo de um colaborador –, percebe-se que os significados atribuídos à luta dos chamados “filhos” de Sergipe – qual seja a de não mais precisarem deslocar-se para outros estados com o objetivo de completarem seus estudos – representavam não apenas o orgulho e o reconhecimento de uma sociedade que passava a acompanhar o florescimento de uma nova cultura urbana – pautada na formação de estudantes em cursos de ensino superior ofertados na capital de seu estado –, mas também descortinava, do ponto de vista social e político, a possibilidade de se eliminar a restrição do acesso ao ensino superior àqueles que não podiam se deslocar para outros estados ou países.

A existência, o funcionamento e a expansão de cursos superiores em cidades como Aracaju, a partir da segunda metade do século XX, significaram, sobretudo para os que tinham condição socioeconômica menos abastada, uma maior possibilidade de acesso a esse nível de ensino. Outro ponto a ser destacado sobre implantação desses cursos gira em torno da diminuição das limitações encontradas pelas mulheres que desejavam completar seus estudos, na medida em que, geralmente, a dificuldade do deslocamento acrescentava-se à lista de valores culturais de uma sociedade que limitava os espaços e os papéis a elas destinados.

Nesse contexto, torna-se importante observar também que, de modo geral, havia outras restrições ao acesso ao ensino superior. Tem-se, dentre elas, o número de estudantes que chegavam a concluir o ensino secundário, o processo de seleção para ingresso nos referidos cursos e a estrutura das novas instituições.

Ao analisar a primeira restrição, a formação secundária, uma das condições de acesso ao ensino superior, os dados escolares do ano de 1959 registravam apenas 7.411 alunos matriculados nos cursos de ensino secundário, atualmente denominado de ensino médio – menos de 1% do cômputo geral de uma população estimada em 768.000 habitantes, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – para a população do estado no ano de 1960. A distribuição dessas matrículas, por sua vez, indicava ainda que 5.707, ou mais de 80%, cursavam o ensino secundário ou ensino

---

<sup>221</sup> Esse processo de equivalência dos cursos profissionalizantes (comercial, normal ou técnico) ao grau do ensino secundário iniciado ao longo das décadas e de 1940 e 1950 foi ampliado e garantido pelo artigo 34 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4024, de 20 de dezembro de 1961.

<sup>222</sup> CUNHA, Luiz Antônio. “Ensino superior e universidade no Brasil”. Op. cit., p. 157.

propedêutico, voltado para a formação geral<sup>223</sup>, enquanto que os cursos profissionalizantes ou técnicos, voltados para os trabalhadores, tinham menos de 20% do total de matrículas, assim distribuídas: 1.116 alunos no ensino comercial; 249 alunos no ensino industrial; 209 alunos no ensino agrícola; e 130 alunos no ensino normal<sup>224</sup>, sendo este último mais frequentado pelas mulheres.

Não obstante o baixo acesso da população ao ensino secundário, em 1960, o mapa de matrícula indica a predominância dos cursos propedêuticos, voltados para preparação para o ensino superior, em detrimento dos cursos profissionalizantes, atuais cursos técnicos, que também estavam equiparados ao secundário, permitindo que seus participantes estivessem habilitados a cursar o ensino superior. Por um lado, essa demanda refletia o caráter elitista deste nível de ensino, uma vez que havia a priorização do ensino propedêutico em lugar do profissional. Por outro lado, esses números e a condição de equiparação que eles permitiam indicavam a existência de uma demanda de estudantes suscetíveis a prestarem os exames de seleção para ingresso nos cursos superiores então existentes.

Entretanto, esse acesso também esbarrava na rigidez dos exames de seleção e nas condições de funcionamento das instituições de ensino superior e de seus cursos. Na primeira situação, as vagas disponibilizadas muitas vezes não eram preenchidas, não obstante o número de inscritos, a exemplo do primeiro vestibular da Faculdade de Medicina de Sergipe ocorrido em 1961, no qual 32 candidatos se inscreveram, apenas nove foram aprovados, e destes, somente sete concluíram o curso cinco anos depois<sup>225</sup>. Situações desta ordem estimularam ao longo dos anos de 1960 que estudantes de várias partes do país desencadeassem campanhas não só para o aumento de vagas nos cursos superiores, mas também para o aproveitamento das vagas já existentes, inclusive em Sergipe, como se verificará no decorrer desta tese.

Já em relação às condições de funcionamento das instituições de ensino superior em Sergipe, questões como as estruturas dos prédios, laboratórios e bibliotecas, a falta de

---

<sup>223</sup> Essa modalidade de ensino voltada para a formação mais geral destinava-se a formar o aluno para os cursos superiores mais frequentados pelas chamadas “elites condutoras”. Ver mais informações a este respeito em: CUNHA, Luiz Antônio. “Ensino superior e universidade no Brasil”. Op. cit., p. 171.

<sup>224</sup> MENDONÇA, José Antônio Nunes. *Pelo desenvolvimento de Sergipe*. Aracaju: Centro de Estudos Pedagógicos, 1961, p. 15 e pp. 38-39.

<sup>225</sup> Entre os concluintes estavam: Antonio Leite Cruz, João Fernando Salviano, Lydia Mesquita Salviano, Maria Rosa Silva, Simone Matos Moura, Willian de Oliveira Menezes e Zulmira Freire Rezende. Mais informações a respeito em: CINFORM. *Faculdade de Medicina de Sergipe completa 50 anos* [reportagem do jubileu de ouro]. Ano XXIX, nº 1467, 23 a 29/05/2011, p. 11.

professores e a irregularidade ou insuficiência das fontes de financiamento sinalizavam algumas das dificuldades mais frequentes para manutenção da oferta e da possibilidade de ampliação das vagas nos cursos então existentes. Nesse mesmo período, o governo federal, com o intuito de resolver a demanda por mais cursos superiores, a partir do final da década de 1940, procurou criar novas faculdades, estabelecer a gratuidade dos cursos superiores nas instituições federais e federalizar as faculdades estaduais e privadas, reunindo-as em universidades<sup>226</sup>. Entretanto, esse processo de federalização, como uma das possibilidades para se garantir a expansão do ensino superior, não ocorreu de igual modo entre os diferentes estados brasileiros.

## 1.2. As primeiras instituições de ensino superior

No caso de Sergipe, a trajetória percorrida entre a criação das primeiras Instituições de ensino superior, efetivadas entre o final da década de 1940 e início da década de 1960<sup>227</sup>, e a Fundação da Universidade Federal de Sergipe (FUFSE), em 1968, é uma evidência de que esse processo teve desdobramentos tardios em relação à federalização e ao mesmo tempo reveladores a respeito das dificuldades enfrentadas pelo estado para superar aquilo que a historiadora Maria Thétis Nunes definiu como a “arcaica estrutura socioeconômica que teimava em permanecer”<sup>228</sup>.

Entretanto, apesar da persistência de uma estrutura socioeconômica pouco desenvolvida, de um ambiente político dominado por oligarquias – associadas à produção do açúcar e à atividade pecuária –, e ao fato de a Província de Sergipe, inicialmente, e o Estado de Sergipe, posteriormente, entre o Império, a Primeira República e o fim do Estado Novo, não contarem com instituições de ensino superior, esta realidade não impediu que alguns intelectuais, parte dos quais provenientes dos mencionados setores socioeconômicos – concluíssem sua formação nos meios universitários de Recife, Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro, obtendo inclusive destaque em importantes debates jurídicos, científicos e políticos sobre a realidade brasileira e a latino-americana. Dentre esses intelectuais, podem ser citados os seguintes bacharéis: Tobias Barreto, Silvio

---

<sup>226</sup> MENDONÇA, José Antônio Nunes. Op. cit., p. 171.

<sup>227</sup> ROLLEMBERG, Maria Stella Tavares & SANTOS, Lenalda Andrade (Org.). *UFS: História dos Cursos de Graduação*. São Cristóvão: UFS, 1999.

<sup>228</sup> NUNES, Maria Thétis. “A UFS completa 40 anos”. In: *Universidade Federal de Sergipe 40 anos*. 04 de abril de 2008. Disponível em: <[http://www.ufs.br/ufs40anos/index\\_artigos.php?id=22](http://www.ufs.br/ufs40anos/index_artigos.php?id=22)>. Acessado em 10/02/2009.

Romero, João Ribeiro, Fausto Cardoso, Gumercindo Bessa, em direito, e os médicos Felisbello Freire, Manoel Bomfim, entre outros<sup>229</sup>.

Contudo, a projeção alcançada por esses intelectuais e políticos de Sergipe não se converteu ou não foi suficiente para a efetivação de instituições de ensino superior no estado, ao menos até o final da primeira metade do século XX. A necessidade de deslocamento para outros centros culturais, com o propósito de obter formação universitária e galgar uma projeção no ambiente intelectual e político, nacional e estadual, persistiu, portanto, sem uma alternativa local até 1948, quando se efetivariam as primeiras instituições de ensino superior no estado.

A esse respeito, são significativas as palavras proferidas pelo discurso de José Augusto da Rocha Lima, professor do Colégio Estadual de Sergipe, em 15 de março de 1947, por ocasião dos festejos alusivos ao centenário da implantação do ensino secundário em Sergipe. Nesse discurso, entre outros aspectos, ele destaca o crescimento do ensino primário e do ensino secundário, enfatizando que isso deveria abrir caminhos para a instalação do ensino superior no estado. Ele argumenta, ainda, que a efetivação do ensino superior em Sergipe dependeria da vontade da sociedade sergipana. Em suas próprias palavras, “A vontade forte, é o **abrete, Sésamo** (sic) e não duvido que haja vontades fortes, serenas e clarividentes na tripulação da nau do Estado, nesta nova jornada que se há de iniciar”<sup>230</sup>, em uma clara referência de que o início do ensino superior no estado dependeria da vontade da sociedade, da intelectualidade e dos políticos.

Além do discurso sobre a necessidade dessa vontade, a efetivação do ensino superior em Sergipe deve ser associada ao momento político e econômico que o país passou a viver após o fim da ditadura do Estado Novo. A partir desse contexto, verifica-se que o interesse em buscar alternativas para o desenvolvimento estadual toma novos encaminhamentos, entre os quais, o de garantir o acesso ao ensino superior no estado, permitindo, dessa forma, que aqueles que tinham dificuldades ou impossibilidades para migrar para outras cidades fora do estado também tivessem acesso a esse ensino.

---

<sup>229</sup> Ver a respeito em: FONTES, José Silvério Leite. *A formação do povo sergipano*. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura, 2004; em: CRUZ, José Vieira da, BITTENCOURT JÚNIOR, Antonio. *Manoel Bomfim e a América Latina: a dialética entre o passado e o presente*. Aracaju: Diário Oficial, 2010; e ainda em: SOUZA, Terezinha Oliva de. *Impasses do federalismo brasileiro: Sergipe e a Revolta de Fausto Cardoso*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, entre outros.

<sup>230</sup> LIMA, José Augusto da Rocha. “Discurso”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, vol. 14, nº 19, p. 29, 1947 (negrito do autor). Ver a respeito os comentários de: OLIVEIRA, João Paulo Gama. “Curso de história e geografia da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe: reflexões sobre seu currículo”. In: *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, nº 30, jun 2008, pp. 164-174.

Antes disso, o estado já contava com o funcionamento do Seminário Episcopal do Sagrado Coração de Jesus – fundado em 1913 e em atividade até 1933 –, que teve por objetivo a formação superior de religiosos para a vida sacerdotal<sup>231</sup>, e duas tentativas de instalar cursos superiores laicos, ocorridas no governo de Maurício Graccho Cardoso durante a década de 1920, “com a instituição da Faculdade de Farmácia e Odontologia ‘Aníbal Freire’ e da Faculdade de Direito ‘Tobias Barreto’”, experiências de ensino que não tiveram êxito<sup>232</sup>.

Mas não obstante a experiência de ensino superior religioso mencionada e a tentativa de instalação de faculdades na década de 1920, a efetivação de instituições de ensino superior laicas no estado somente ocorreu quando o governo “passou a investir na construção da infra-estrutura básica e na montagem de estratégias para o desenvolvimento estadual”<sup>233</sup>. Entre essas estratégias, as criações da Faculdade de Ciências Econômicas – (FCE) e da Escola Superior de Química (ESQ), em 1948, representaram o início da efetivação de cursos universitários em Sergipe. Para Manoel Cabral Machado, intelectual católico ligado ao PSD, essas duas iniciativas dariam a sustentação para a construção de uma política de desenvolvimento para o estado, em particular no longo processo de efetivação do ensino superior em Sergipe, que só se concluiria em 1968<sup>234</sup>.

A essa iniciativa governamental somaram-se a Faculdade de Direito de Sergipe (FDS), fundada por uma sociedade mantenedora formada por juristas ligados ao PSD, em 1951, a qual, nos anos seguintes, efetivou-se como faculdade federalizada<sup>235</sup>; duas instituições mantidas pela Igreja Católica: a Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (FCFS)<sup>236</sup>, fundada em 1951, e a Escola de Serviço Social (ESS), em 1954; e ainda

---

<sup>231</sup> Ver mais informações a esse respeito em: BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. *Os Padres de Dom José: O Seminário Sagrado Coração de Jesus 1913-1933*. São Cristóvão: UFS/NPGE, 2004 (Dissertação de mestrado); e da mesma pesquisadora: *A formação dos padres no Nordeste do Brasil (1894 -1933)*. Natal: PPGE/UFRN, 2009 (Tese de doutorado).

<sup>232</sup> NUNES, Maria Thétis. *História da educação em Sergipe*. Op. cit., p. 251.

<sup>233</sup> Op. cit.

<sup>234</sup> MACHADO, Manoel Cabral. “Nossa Universidade Federal e o Ensino Superior em Sergipe (I)”. In: *Universidade Federal de Sergipe 40 anos*. 25 de abril de 2008. Disponível em: <[http://www.ufs.br/ufs40anos/index\\_artigos.php?id:19](http://www.ufs.br/ufs40anos/index_artigos.php?id:19)>. Acessado em 10/02/2009.

<sup>235</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *História de Sergipe: República (1889-2000)*. Rio Janeiro: Tempo Brasileira, 2004, p. 158.

<sup>236</sup> A respeito da fundação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, ler: LIMA, Luís Eduardo Pina. *Ideologias e utopias na história da educação: o processo de criação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe – 1950-1951*. Aracaju: NPPCS/UFS, 1993, (Monografia de especialização). E sobre o cotidiano dos primeiros anos desta faculdade, ler: OLIVEIRA, João Paulo Gama. *O curso de Geografia e História na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1951-1954), entre alunas, docentes e disciplinas – uma história*. Aracaju: Departamento de História/UFS, 2008 (Monografia de graduação).

a Faculdade de Medicina de Sergipe (FMS), mantida por uma sociedade civil com aportes financeiros do estado em 1961. Essas instituições, a partir de 1963, através de um processo articulado pelo governo do estado, iniciariam um processo que culminaria em 1968 com a fundação da FUFSE. Esta instituição de ensino superior reuniria as duas instituições pertencentes ao governo do estado, as duas faculdades católicas, a faculdade de medicina e a faculdade de direito, mantidas como sociedades civis sem fins lucrativos, em torno de uma única instituição criada na condição de fundação federal.

Alguns dos meandros da estrutura socioeconômica e política do estado no período de efetivação das mencionadas instituições podem ser melhor compreendidos em face da crise da atividade canavieira – predominante na faixa litorânea e nos vales dos principais rios que cortam o estado –, e da conseqüente transição do domínio dos grupos políticos ligados aos “senhores do açúcar” para o dos agropecuaristas, que também passaram a sinalizar a necessidade de criar alternativas para que fosse possível revigorar a economia<sup>237</sup>. Neste sentido, o arranjo econômico das elites locais, entre os senhores de engenho e os pecuaristas, não se mostrava capaz de evitar a série de dificuldades financeiras enfrentadas pelo estado a partir do final da década de 1940. Essas dificuldades em grande parte refletiam a vulnerabilidade de uma economia regional em face da dinâmica econômica de acumulação de capitais e do processo de industrialização que colocavam o Nordeste, particularmente Sergipe, em uma situação de defasagem em relação à dinâmica política e econômica do Sudeste<sup>238</sup>.

Em virtude das crises que emperravam as atividades associadas à monocultura da cana-de-açúcar e da criação do gado, bases tradicionais da economia, e sem uma alavanca política de industrialização, uma das alternativas para diversificar a economia do estado, entre as décadas de 1940 e 1960, foram as apostas na extração de sal – atividade extrativista existente desde o período colonial, mas que no período em apreço aparece de modo mais expressivo<sup>239</sup> – e a intensificação da cultura do coco, atividade que, no período mencionado, conferia certa projeção produtiva ao estado, sobretudo no que tange à área plantada com essa cultura<sup>240</sup>.

---

<sup>237</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *História de Sergipe: República (1889-2000)*. Op. cit., pp. 97-104.

<sup>238</sup> Op. cit.

<sup>239</sup> Entre os escassos estudos sobre a importância das salinas em Sergipe ver: SANTOS NETO, Amâncio Cardoso. “Salinas do Aracaju: séculos XVIII ao XX”. In: *Jornal da Cidade*. Ano VIII, 12 de janeiro de 2009, p. B-9.

<sup>240</sup> A respeito da importância desse cultivo em Sergipe, ver: CRUZ, José. “O coco na economia de Aracaju: ensaio estatístico-econômico”. In: *Revista de Aracaju*. Ano I, nº 1, 1943, pp.129-141.



A pedido do governador udenista Leandro Maciel (1955-1959), esse contexto econômico foi apropriado e retratado por Jordão de Oliveira em dois painéis pintados: “Carro de boi” e “Salinas”. Esses painéis, que decoram o *hall* de entrada do Palácio Olímpio Campos, na época, sede do governo estadual e atualmente Palácio Museu Olímpio Campos, foram concluídos no governo do também udenista Luiz Garcia (1959-1962). Diante daquela solicitação, o mencionado artista plástico aracajuano – formado nos meios artísticos de Pernambuco e do Rio de Janeiro, cuja sensibilidade foi refletida no jogo de cores e com estilo peculiar –, traduziu com riqueza de detalhes as paisagens, as pessoas e suas características singulares<sup>241</sup>.

O primeiro painel, “Carro de boi”, localizado ao lado esquerdo do *hall* de entrada do palácio, dimensiona, através do olhar estético de Jordão de Oliveira, o ciclo da monocultura canavieira e de criação de gado (vide imagem 01). A relação entre essas atividades ocorria ora de forma justaposta, quando a criação de gado servia de força motriz para a atividade açucareira, ora de forma sobreposta, quando a produção de açúcar não se mostrava vigorante. Neste último caso, tem-se, como exemplo, o ocorrido nas décadas de 1940, 1950 e 1960, quando a atividade pecuarista parecia se mostrar mais viável. Razão pela qual, segundo Ibarê Dantas, esse período foi marcado pelo “Estado Populista e o domínio dos pecuaristas”<sup>242</sup>. Já o segundo painel, “Salinas”, situado do lado direito do *hall* de entrada do Palácio Museu Olímpio Campos, retrata o extrativismo mineral do sal e o trato com a cultura do “coco da baía”. Naquele contexto das décadas de 1950 e 1960, essas atividades também despontavam no cenário econômico do estado (vide imagem 02). Em ambos os painéis, é nítido o predomínio da pouca ou de nenhuma utilização dos processos de mecanização. Pode-se perceber, a respeito, a persistência de atividades econômicas que exigiam baixa qualificação e, conseqüentemente, sua associação à baixa remuneração. Outro ponto perceptível é o predomínio de mão de obra afrodescendente, sobretudo nos trabalhos braçais, e a ausência do trabalho feminino.

---

<sup>241</sup> Mais informações a respeito consultar o dicionário e portal virtual “2 séculos de artes visuais em Sergipe”, produzido pela Secretaria de Cultura do Estado de Sergipe. Disponível em: <[http://itabi.infonet.com.br/artesvisuais/index.php?option=com\\_frontpage&Itemid=1](http://itabi.infonet.com.br/artesvisuais/index.php?option=com_frontpage&Itemid=1)>. Acessado em 10/02/2010.

<sup>242</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *História de Sergipe: República (1889-2000)*. Op. cit., pp. 119-172.

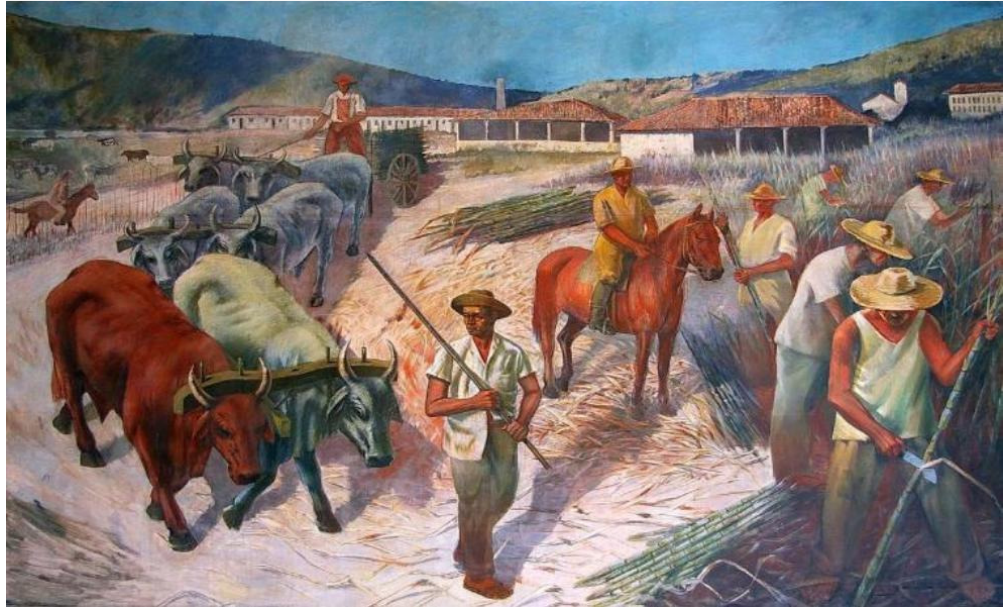


Imagem 01: Paineis “Carro de boi”, pintado por Jordão de Oliveira, em 1962. [Foto Lineu Lins]  
Fonte: Galeria de imagens do Palácio Museu Olímpio Campos. Disponível em: <<http://www.palacioolimpiocampos.se.gov.br/userfiles/galeria/?id=>>>. Acessado em 10/10/2009.



Imagem 02: Paineis “Salinas”, pintado por Jordão de Oliveira, em 1962. [Foto Lineu Lins].  
Fonte: Galeria de imagens do Palácio Museu Olímpio Campos. Disponível em: <<http://www.palacioolimpiocampos.se.gov.br/userfiles/galeria/?id=>>>. Acessado em 10/10/2009.

Contrastando com o quadro de dependência regional marcada pelo domínio econômico do setor pecuarista, o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN) alternavam-se no poder em meio às mobilizações da sociedade civil e aos debates nacionalistas durante o mencionado período. Este quadro

político somente foi modificado com a vitória da Aliança Social Democrática (ASD), que conduziria João de Seixas Dória ao governo do estado, em 1963, em meio à luta político-ideológica e ao projeto nacional-popular, em curso nos primeiros anos da década de 1960. Esta experiência política logo foi atropelada pela coalizão civil-militar de 1964 que, entre outros atos, depôs o governador eleito, empossou o seu vice e passou a controlar as ações da sociedade. Em torno deste cenário político, econômico e social, efetivar-se-iam as primeiras seis instituições de ensino superior em Sergipe.

A história da efetivação do ensino superior em Sergipe, rapidamente tratada no início deste capítulo, indica ainda que entre as demandas, mobilizações e “debates apaixonados”, o caminho percorrido por essas instituições – das escolas e das faculdades isoladas à instalação da Fundação da Universidade Federal de Sergipe – foi acompanhado de uma intensa participação do governo do estado, da Igreja Católica e de diversos outros segmentos da sociedade civil, em particular, pelo movimento estudantil universitário. E é a respeito da participação destes últimos nos debates sobre a necessidade da criação e sobre o modelo de como deveria ser fundada a primeira universidade em Sergipe que reside um dos pontos de discussão desta tese. Antes, porém, faz-se necessário compreender um pouco do perfil desses estudantes.

### **1.3. Um perfil dos primeiros estudantes**

Em torno desse foco, é importante compreender como foram formados os efetivos estudantis que vieram a frequentar as primeiras instituições de ensino superior em Sergipe. No tocante ao estado de origem, baseado no levantamento de dados referentes aos 758 universitários matriculados entre 1957 e 1964, é possível verificar, entre as variáveis analisadas, que o preenchimento de pelo menos 74% das vagas foi efetivado por estudantes nascidos em Sergipe. E ainda, examinando as demais variáveis, constatou-se que mais de 16% das vagas foram preenchidas por estudantes de estados circunvizinhos como a Bahia, com 12,01%; Pernambuco, com 1,72%, e Alagoas, com 2,90%, entre outros<sup>243</sup>.

A presença de estudantes nascidos nos estados da Bahia, Alagoas e Pernambuco pode, em parte, ser explicada pela proximidade de alguns de seus municípios com Sergipe. Ainda que os dados estudados não permitam mensurar com precisão de quais cidades

---

<sup>243</sup> Ver a respeito na tabela 01: Estudo comparativo do estado de origem dos universitários matriculados nas instituições de ensino superior de Sergipe, 1957 a 1964, p. 522.

desses estados esses estudantes são naturais, pode-se presumir, por conta das relações sociais e históricas construídas pelas populações de municípios fronteiriços com o território sergipano, que parte dessas populações também se serviu da estrutura de serviços de Sergipe, a exemplo do sistema de ensino. Desta forma, faz-se necessário frisar que a história dos estudantes universitários em Sergipe não é apenas a história dos estudantes sergipanos, ainda que estes tenham ocupado um quantitativo expressivo das vagas, mas também de estudantes de estados circunvizinhos que estudavam em Sergipe.

De igual forma, não se pode afirmar que a história dos estudantes universitários em Sergipe seja a história da população urbana residente em Aracaju, capital do estado e cidade onde as mencionadas instituições de ensino superior foram instaladas. A esse respeito, é importante considerar, a partir dos dados coletados, que entre os estudantes nascidos em Sergipe, 74% dos matriculados, somente 36,54%, tinha como município de origem a cidade de Aracaju, ou seja, um pouco menos da metade. No entanto, mais da metade desse percentual, 37,34%, era natural de outros municípios do estado<sup>244</sup>. Por um lado, esses dados permitem constatar que a cidade de Aracaju, a partir da criação das primeiras instituições de ensino superior, consolidaria a condição de centro cultural ao aglutinar estudantes de vários municípios do estado. Isto porque esses estudantes passaram a fazer um movimento de migração interna, e não mais externa, para cursar o ensino superior. Por outro lado, muitos desses estudantes logo passariam a compor frações da intelectualidade cultural, profissional e política – tanto na esfera estadual como na esfera dos diferentes municípios que constituíam o estado e as regiões circunvizinhas –, vindo a renovar ou reproduzir, de forma polimorfa e/ou polissêmica, seus grupos dirigentes.

Nesse último sentido, o fato novo é que essas frações da intelectualidade estariam sendo formadas no estado e não fora dele ou teriam vindo para ele com esse objetivo. Além disso, é preciso registrar, após a formação das primeiras turmas, o crescimento, ainda que limitado, do número de pessoas com nível superior, ampliando assim a sua base e criando a possibilidade de um maior número de composições e disputas entre si. Essa possibilidade de renovação ou mesmo de disputa revela-se no fazer dos primeiros passos do movimento estudantil universitário em Sergipe, como se verificará no decorrer das discussões desta tese.

---

<sup>244</sup> Ver a respeito na tabela 02: Estudo comparativo da cidade de origem dos universitários matriculados nas instituições de ensino superior de Sergipe entre 1957 a 1964, p. 522.

## A questão da idade e os debates sobre juventude

Outro aspecto importante em relação ao perfil desses primeiros estudantes das Instituições de ensino superior de Sergipe diz respeito à faixa etária. Esta, tomada como condição provisória, como coloca Giovanni Levi e Jean-Claude Schmitt, já que os indivíduos não pertencem a grupos de idade, propriamente ditos, e sim os atravessam, revela ao menos as idades mais frequentes entre aqueles<sup>245</sup>. Dentro dessa discussão, a partir da análise de cinco variáveis sobre a idade desses estudantes, verificou-se que aproximadamente 78% dos universitários nesse período estavam na faixa de 18 a 25 anos, dos quais 4,89% estavam com idade até 18 anos, e 73,23% com idade entre 19 e 25 anos, e ainda que 11,68% com idade entre 26 e 30 anos. Este percentual, somado às três primeiras faixas, indica que mais de 89,80% dos estudantes estavam na faixa de idade até 30 anos, restando 10,20% de estudantes acima desta faixa de idade, sendo que 5,98% estavam na faixa de idade entre 31 e 35 anos e 4,22% com idade superior a 35 anos<sup>246</sup>.

Esses dados indicam que a maior parte dos estudantes universitários daquele período estava inserida na faixa de idade reconhecida em termos biológicos e jurídicos como jovens<sup>247</sup>. Entretanto, a quantificação desses dados, a partir do exame da documentação de matrícula desses estudantes, por si só não é suficiente para que se adote o critério etário como parâmetro para entender as experiências vivenciadas pelos mencionados sujeitos históricos.

Outro argumento que dificulta o uso desse critério está relacionado ao fato de que grande parte da documentação produzida pelas entidades estudantis ou sobre elas não discrimina a faixa de idade dos seus participantes e de modo geral tende a identificá-los como “classe estudantil” ou como “juventude universitária”. No primeiro caso, os estudantes são representados como frações de classe unidas pelos interesses relacionados à condição de universitários, já no segundo, como incluídos na faixa de idade convencional

---

<sup>245</sup> LEVI, Giovanni & SCHMITT, Jean-Claude. *História dos Jovens I: da antiguidade à era moderna*. Op. cit., pp. 8-9.

<sup>246</sup> Ver a respeito no gráfico 01: Estudo comparativo das faixas de idade dos universitários matriculados nas instituições de ensino superior de Sergipe, 1957 a 1964, p. 516; e: na tabela 06: Estudo comparativo entre ano de nascimento dos estudantes e ano de entrada na universidade (idade dos alunos / quantidade / percentual), p. 518.

<sup>247</sup> A respeito do debate acerca da definição de juventude em: ABRAMO, Helena Wendel. “Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil”. In: Op. cit., pp. 25-36; em GROppo, Luís Antônio. *Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Op. cit., pp. 7-28; em LEVI, Giovanni & SCHMITT, Jean-Claude. Op. cit., pp. 7-17.

como jovens. Contudo, esse tipo de referência à condição juvenil não é tomada a partir de critérios etários rigidamente estabelecidos e sim a partir dos valores e significados culturais atribuídos aos estudantes universitários de um modo geral. Avaliando sob esse prisma, a noção de juventude universitária usada nesta tese não se prende a conceitos biológicos ou jurídicos, mas sim a valores e a formas de ser, pensar e agir desses atores sociais.

A esse respeito os historiadores Giovanni Levi e Jean-Claude Schmitt, em seus estudos sobre a história dos jovens, questionaram a importância dos dados demográficos e jurídicos sobre a idade dos indivíduos para se compreender uma determinada fase da vida humana. Para eles, a natureza fugidia e o caráter instável e irreduzível dos jovens aos dados demográficos ou jurídicos são obstáculos para uma compreensão precisa acerca de sua história. E ainda acrescentam que em razão dos valores e de usos simbólicos inerentes à realidade que envolve os jovens é difícil defini-los a partir de um único fato social, pois eles fazem parte de um todo amplo e complexo construído socialmente a partir das especificidades históricas dos jovens ou da juventude em cada época. As especificidades históricas de cada época ou “contrastes de épocas”, como preferem Levi e Schmitt, apresentam-se, portanto, relevantes para compreender “as desigualdades entre as classes sociais” e suas diferentes opções culturais assumidas, assim como para compreender as diferenças entre os sexos e os papéis socialmente a eles reservados<sup>248</sup>.

### **A questão do sexo e da escolha dos cursos**

Além da avaliação da faixa etária, outro ponto a ser discutido, em razão do contexto social em que esses sujeitos históricos estavam inseridos, são os dados referentes à distribuição de matrículas em razão do sexo dos estudantes matriculados. Dentro dessa discussão, a partir do exame dos registros de nascimento, casamento, declarações, requerimentos, entre outros documentos, foi possível definir o sexo de 726 universitários no período entre 1957 e 1964, o que corresponde a 95,85% do universo pesquisado. Considerando o total do universo de estudantes identificados em relação ao sexo, tem-se uma proporção de 52,2% de homens e 47,8% de mulheres. Estes números revelam um

---

<sup>248</sup> LEVI, Giovanni & SCHMITT, Jean-Claude. *História dos Jovens I: da antiguidade à era moderna*. Op. cit., pp. 8-14

aparente equilíbrio nessas matrículas entre os estudantes do sexo masculino e do sexo feminino nas instituições de ensino superior de Sergipe no período estudado<sup>249</sup>.

Entretanto, esse aparente equilíbrio na distribuição das matrículas entre estudantes do sexo masculino e do sexo feminino é quebrado quando a análise especifica os dados relacionados ao sexo dos estudantes e o curso em que eles estavam matriculados. A análise mais aprofundada desses dados permitiu refinar o escopo de informações relacionadas a essa questão, e neste sentido perceber, em termos percentuais, que a matrícula desses estudantes revelava desproporções acentuadas.

No caso da Faculdade Católica de Filosofia, essa relação se estabeleceu da seguinte forma: no curso de licenciatura em História e Geografia, 88,71% dos estudantes eram mulheres e 11,29% dos estudantes eram homens; no curso de licenciatura em Letras Neolatinas, 78,72% dos estudantes eram mulheres e 21,28% dos estudantes eram homens; no curso de Letras Germânicas, 85,71% dos estudantes eram mulheres e 14,29% dos estudantes eram homens; no curso de Filosofia, 83,33% dos estudantes eram mulheres e 16,67% eram homens. Já no caso da Escola de Serviço Social e, por conseguinte, no curso de serviço social, a relação era de 97,87% de estudantes mulheres e 2,13% de estudantes homens. Nestas duas situações observa-se uma grande concentração de estudantes do sexo feminino. Deduz-se do exame desses dados que no período focado as estudantes do sexo feminino procuravam mais os cursos de licenciatura na área das humanidades e o curso de serviço social na área das ciências sociais aplicadas<sup>250</sup>.

Em contrapartida, no curso de Química, 77,14% dos estudantes eram homens e 22,86% eram mulheres. Já no curso de Economia, 80% dos estudantes eram homens e 20%, mulheres, e no curso de Ciências Contábeis, 81,25% dos estudantes eram homens e 18,75%, mulheres. Nestes casos, os percentuais mais altos configuravam-se em torno da matrícula de estudantes do sexo masculino<sup>251</sup>. O exame desses dados revela que os estudantes do sexo masculino optavam por cursos associados a profissões e áreas de atuação, cujo prestígio na sociedade e sua consequente rentabilidade proporcionavam-lhes melhores condições salariais.

---

<sup>249</sup> Ver a respeito no gráfico 02: Estudo comparativo dos estudantes matriculados em razão do gênero nas instituições de ensino superior de Sergipe, 1957 e 1964, p. 516, e na tabela 03: Estudo comparativo dos estudantes matriculados em razão do gênero nas instituições de ensino superior de Sergipe, 1957 a 1964, p. 523.

<sup>250</sup> Ver a respeito na tabela 04: Comparativo entre homens e mulheres matriculados nos cursos ofertados pelas instituições de ensino superior de Sergipe, 1957 a 1964, p. 523.

<sup>251</sup> Op. cit.

Essas áreas de conhecimento e formação profissional, no contexto dos debates nacional desenvolvimentista, eram valorizadas também em razão das possibilidades de exploração das riquezas do subsolo nacional. Em Sergipe, particularmente, nesse período, além das atenções voltadas às descobertas das primeiras reservas de petróleo, a descoberta de reservas de potássio no subsolo estadual estimulou intensos debates e mobilizações a respeito, inclusive por parte da imprensa e da primeira gestão do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Sergipe<sup>252</sup>.

Nos demais cursos não se verificam esses extremos, mas também não se observa uma relação de proporcionalidade entre as matrículas dos estudantes em razão do sexo. No curso de Medicina, por exemplo, 66,67% dos estudantes eram homens e 33,33%, mulheres. Já no curso de Direito, 68,29% dos estudantes eram homens e 31,71% eram mulheres. Esses percentuais referentes aos cursos de Medicina e de Direito indicam, para o período abordado, uma menor desproporcionalidade das matrículas dos estudantes do sexo masculino em relação às do sexo feminino se comparado com os extremos já verificados nas áreas de licenciatura, serviço social, economia e química. Por outro lado, também indicam a persistência do desequilíbrio das matrículas entre homens e mulheres na proporção aproximada de 2/3 para eles e de um 1/3 para elas<sup>253</sup>.

A compreensão desses números, a exemplo da discussão já realizada sobre a questão da idade dos estudantes matriculados nas instituições de ensino superior de Sergipe no período analisado, também indica a necessidade de se compreender a dinâmica social e cultural do mencionado contexto histórico. E neste sentido, a fala de algumas mulheres que na época eram estudantes nas citadas instituições e cursos revelam significados importantes para compreender melhor as diferenças das matrículas entre homens e mulheres em determinados cursos.

A esse respeito, a então universitária Zelita Rodrigues Correia dos Santos – militante da JUC e depois da AP, coordenadora do Movimento de Cultura Popular em Sergipe, processada pelo Inquérito Policial Militar movido no estado contra os participantes da Campanha Nacional de Alfabetização e estudante da Faculdade de Direito entre 1959 e 1964 –, ao mencionar a condição das estudantes daquele período, recorda-se

---

<sup>252</sup> DANTAS, Orlando. “O potássio é nosso” [editorial]. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano XIII, nº 3731, 12 de dezembro de 1968, p.3.

<sup>253</sup> Ver a respeito na tabela 04: Comparativo entre homens e mulheres matriculados nos cursos ofertados pelas instituições de ensino superior de Sergipe, 1957 a 1964, p. 517.



que estas tinham de lutar contra alguns estigmas atribuídos tanto as estudantes dos cursos de humanidades como às do curso de direito<sup>254</sup>.

Segundo Santos, os estudantes achavam que elas iam “para lá [Faculdade de Direito de Sergipe] procurar marido, por conta disso, logo no primeiro ano começávamos a brigar por nota e prontamente eles percebiam que não era bem para procurar marido que estávamos ali”. Ela destacou que havia estudantes muito competentes também em outros cursos como química e economia. Mas como estes cursos eram noturnos, a presença feminina era menos preponderante. E mesmo no curso de serviço social – filtradas as brincadeiras como “quem não tiver capacidade vai tentar Serviço Social” –, Santos revela que apesar desse curso ser “dirigido por freiras, a madre diretora da Escola de Serviço Social, Maria Albertina, era muito avançada, portanto essa crítica que fazíamos a Serviço Social não tinha razão de ser”<sup>255</sup>.

Ana Maria dos Santos Rolemberg Côrtes – militante da JUC, depois da AP, uma das fundadoras do PC do B em Sergipe, estudante da Escola de Serviço Social a partir de 1967, participantes das experiências de integração na produção, presa política torturada na década de 1970 –, ao narrar as razões de ter escolhido cursar serviço social e não biologia, recorda-se das restrições que sua família tinha ao fato de uma mulher da família ter de se deslocar para outra cidade em outro estado a fim de estudar. Segundo Côrtes, ela se interessou pela área de história natural, atualmente denominada de biologia, curso que não existia no estado, e que para cursá-lo teria de ir para Salvador. Quando tocou no assunto com seus pais obteve como resposta que “filha minha só sai daqui casada!”. A esse respeito, ela lembra-se de que não chegou a comprar a briga com os familiares e procurou uma alternativa em Aracaju, onde acabou escolhendo o curso de serviço social, no qual posteriormente despertou para a militância estudantil e política<sup>256</sup>.

Para Laura Maria Ribeiro Marques – estudante do curso de história na década de 1960, militante do PCB, participante do Congresso de Ibiúna, presa política torturada na década de 1970 –, os espaços reservados às mulheres, seja no campo acadêmico seja no campo político, eram balizados por questões culturais não só presentes na sociedade de Sergipe mas também em todo o Brasil e no mundo naquele período. Em sua interpretação,

---

<sup>254</sup> SANTOS, Zelita Rodrigues Correia dos. Entrevistada por José Vieira da Cruz, José Anderson Farias Andrade, Lívia Rocha Teles Barreto e Maria Juliene Menezes Florêncio. Aracaju/SE, 29/03/2011.

<sup>255</sup> Op. cit.

<sup>256</sup> CÔRTEZ, Ana Maria Santos Rolemberg. Entrevistada por José Vieira da Cruz, José Anderson Farias Andrade, Lívia Rocha Teles Barreto e Maria Juliene Menezes Florêncio. Aracaju/SE, entrevistada nos dias 06/04/2011 e 26/05/2011.

a nossa sociedade foi machista por muito tempo, então a mulher foi criada para tomar conta de casa. Sua tarefa principal era essa. Antes mesmo como forma de estudo predominavam as habilidades manuais para ser uma boa dona de casa. Ela podia até ter uma noção de letras, mas não que fosse para se inserir no mercado de trabalho, de um modo geral. Eu poderia até dividir: a mulher trabalhadora e a mulher que estudou, que conseguiu um curso superior e uma profissão de nível superior. Quanto à trabalhadora pode ter se inserido até por uma questão de ajudar nas despesas em casa, mas sempre numa posição de desigualdade em relação ao homem em termos de salários e de trabalho. Então é isso. É um fator cultural próprio da nossa sociedade. Mas nós estamos vendo agora que o quadro está mudando<sup>257</sup>.

Para a professora paulista Iara Viana de Assis – radicada em Aracaju em meados dos anos 1960, aluna do curso de direito na década de 1970, participante do movimento em prol da anistia e uma das primeiras a presidir o Conselho Municipal da Condição Feminina da cidade de Aracaju, um dos primeiros conselhos deste gênero surgido no país no contexto da abertura política e da redemocratização –, as mulheres permaneceram por muito tempo renegadas a segundo plano, recebendo menores salários que os homens, mesmo quando exerciam as atividades semelhantes e tinham curso superior. Segundo Assis, aos poucos “as mulheres foram aparecendo, a partir do momento em que começamos a lutar, a brigar”, e ainda assim sob o olhar e a crítica daqueles que as acusavam de querer aparecer. Mas quando “as mulheres começaram a aparecer, nesta época da revolução [do movimento da anistia], elas realmente tinham que aparecer, as mulheres tiveram de ficar a frente”, pois os homens eram mais visados, estavam presos, exilados ou na clandestinidade<sup>258</sup>.

Joésia Ramos – estudante do curso de medicina entre o final da década de 1970 e início dos anos 1980, compositora e intérprete musical que tomou parte de algumas experiências culturais e políticas no período da redemocratização do país –, também se refere aos alertas que recebera de seus familiares no tocante a desafios que enfrentaria em razão de sua condição de mulher. Segundo Ramos, o seu pai, procurando aconselhá-la, disse-lhe:

---

<sup>257</sup> MARQUES, Laura Maria Ribeiro. Entrevistada por José Vieira da Cruz, Lívia Rocha Teles Barreto, Maria Juliene Menezes Florêncio, Renilma Mendonça Caetano, Tatiana Vieira Rosa. Aracaju/SE, 23/05/2010.

<sup>258</sup> ASSIS, Iara Viana de. Entrevistada por José Vieira da Cruz, José Anderson Farias Andrade, Lívia Rocha Teles Barreto e Maria Juliene Menezes Florêncio. Aracaju/SE, 13/04/2011.

minha filha, você está no Nordeste. Você é mulher e não pode ficar dependendo disso! Toda aquela preocupação característica de pai. Claro que seria diferente se eu fosse filha de um músico que fosse apaixonado pela música, isto é que facilitasse aquilo, que me desse muito mais conforto<sup>259</sup>.

Ainda segundo Ramos, em sua narrativa sobre o imaginário social a respeito da condição da mulher no estado, o papel a elas reservado era do casamento e a ocupação de algumas profissões específicas. Esta condição aos poucos foi sendo repensada, revista e rediscutida, ao ponto de nas últimas décadas as mulheres já possuem um horizonte de expectativas e experiências diferentes das que eram apresentadas às mulheres da década de 1960. A fala de Joésia Ramos a este respeito revela alguns dos significados dessas expectativas e experiências.

Entretanto eu não posso dizer que não tive apoio deles, porque eles sempre tiveram ao meu lado, mas eles sempre tiveram muito medo disso. Digamos que eu sou uma espécie de pioneira da minha família, pois eu já tenho hoje sobrinhas netas que adoram música, então eu já dou meu incentivo, por isso hoje elas não passam por aquela dúvida ou aquela tristezinha que eu passei de estar fazendo uma coisa porque gostava mesmo de fazer, mas fazia isso meio sozinha. No fundo, no fundo, eu sentia que tinha uma obrigação de me manter, porque meu pai nos criou no sentido de dizer assim: “Vocês são mulheres e têm que brigar para serem livres, não dependa de ninguém em nada!”. Isto era 1959, neste ano as conversas eram outras, quando nós éramos pequenas, pois no Nordeste e em Sergipe de mulher o que se costumava pensar era que ela tinha que casar para viver a vida. Portanto, eu já sou de uma safra com um pezinho fora disso, uma vez que já fui estudar, fui fazer outras coisas<sup>260</sup>.

Essas narrativas não apenas esclarecem algumas das informações configuradas a partir do exame quantitativo dos dados a respeito da proporção entre estudantes homens e estudantes mulheres matriculados nas instituições de ensino superior do estado no período de 1957 a 1964, como também ampliam a compreensão acerca do imaginário social e cultural em relação à condição das estudantes universitárias em Sergipe na segunda metade do século XX. Já a construção de uma compreensão acerca dos significados dessa discussão sobre as mulheres transcende o foco desta tese, exigindo a realização de outras pesquisas a esse respeito.

---

<sup>259</sup> RAMOS, Joésia Maria de Oliveira. Entrevista concedida a José Vieira da Cruz, Janiclécia Rezende dos Anjos Nascimento, Luciene Cardoso Vasconcelos e Tânia Maria Lima Rabêlo. Aracaju/SE, 18/05/2011.

<sup>260</sup> RAMOS, Joésia Maria de Oliveira. Entrevista concedida a José Vieira da Cruz, Janiclécia Rezende dos Anjos Nascimento, Luciene Cardoso Vasconcelos e Tânia Maria Lima Rabêlo. Aracaju/SE, 18/05/2011.

Ainda sobre o perfil dos primeiros estudantes das instituições de ensino superior de Sergipe, é preciso discutir as armadilhas relacionadas ao uso de dados quantitativos e de possíveis tendências de interpretação estruturalistas. Para fugir dessas armadilhas é necessário analisar a experiência social de cada sujeito histórico envolvido no fazer-se de seu curso de formação superior e na sua participação, ou não, nos debates, mobilizações e atividades inerentes à vida universitária. Neste sentido, a análise quantitativa de dados sobre os universitários que ingressaram nas instituições de ensino superior de Sergipe entre 1957 e 1964, para ser melhor compreendida, deve ser confrontada com pesquisas capazes de interpretar os significados das experiências desses estudantes e de suas entidades representativas, ainda que as evidências do processo social em que eles se inserem sejam, como diz Edward Thompson, “incompletas e imperfeitas”<sup>261</sup>.

Desse modo, é importante destacar que, além das questões atinentes à classe social e à juventude universitária, enquanto dimensão cultural, as questões de gênero também se constituem num aspecto importante dessa discussão. Como salienta Levi e Schmitt, “a diferença cultural entre rapazes e moças, já acentuada na socialização infantil, é institucionalizada na juventude”<sup>262</sup>, de modo que é preciso considerar a importância dessa diferenciação no jogo social tecido para e pelos estudantes em cada época.

#### **1.4. A União dos Estudantes de Sergipe (UES)**

A vida acadêmica sergipana, embora se inicie, já demonstra a capacidade de nossa mocidade de estudantes, organizando-se para a conquista de seus direitos<sup>263</sup>.

Seguindo o compasso da efetivação das primeiras instituições de ensino superior, logo surgiram os primeiros órgãos de representação dos interesses dos universitários em Sergipe, a exemplo do Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas de Sergipe, fundado em 17 de janeiro de 1950<sup>264</sup>; do Diretório Acadêmico da Escola Superior

---

<sup>261</sup> THOMPSON, E. P. *A Miséria da teoria ou um planetário de erros*. Op. cit., p. 50.

<sup>262</sup> LEVI, Giovanni & SCHMITT, Jean-Claude. *História dos Jovens 1: da antiguidade à era moderna*. Op. cit., pp. 14-16.

<sup>263</sup> GAZETA SOCIALISTA. *Empossada a nova diretoria da UES*. Ano V, nº 170, 02 de fevereiro de 1952, p. 4.

<sup>264</sup> DAFCE. *Estatuto do Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas de Sergipe*, fundado em 17 de janeiro de 1950, p.1. In: Encadernação com os ofícios recebidos pelo Diretório Acadêmico Jackson de

de Química de Sergipe, cuja primeira sessão ordinária ocorreu em declarado clima de liberdade democrática, datada de 30 de março de 1950<sup>265</sup>; do Centro Acadêmico Sílvia Romero, vinculado à Faculdade de Direito de Sergipe, fundado em 1951<sup>266</sup>; do Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo, relacionado à Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, fundado em 2 de junho de 1951<sup>267</sup>; do Diretório Acadêmico Maria Kiehl, associado à Escola de Serviço Social, cuja posse de sua primeira diretoria, data de 1º de setembro de 1954<sup>268</sup>, e do Diretório Acadêmico Augusto César Leite, vinculado à Faculdade de Medicina de Sergipe, fundado em 5 de abril de 1961<sup>269</sup>.

Dessa forma, em meados da década de 1950, as primeiras cinco instituições de ensino superior existentes no Estado de Sergipe já contavam com um Centro Acadêmico (CA) e quatro Diretórios Acadêmicos (DAs). Estabelecidos em um intervalo de tempo muito próximo, esses cinco órgãos deixavam transparecer um sentimento comum em torno da organização em defesa dos interesses da “classe estudantil” e de seus interesses em comum. Essa ideia aparece evidenciada de modo conciso no ofício enviado pelo presidente do Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo, o estudante Manuel de Santiago Menezes, às demais instituições congêneres por ocasião da posse da primeira diretoria daquele órgão, em julho de 1951, no qual ele encerra o mencionado documento com “votos no sentido de que entre os estudantes de Sergipe haja a mais sadia cooperação em prol de nossa classe, em defesa do progresso do Brasil”<sup>270</sup>, expressando o sentimento de que os estudantes deveriam se organizar em instituições em prol da conquista dos seus direitos e da defesa dos interesses do país.

Em torno desse sentimento, logo se organizou a União dos Estudantes de Sergipe (UES), entidade estruturada para defender os interesses dos estudantes universitários do

---

Figueiredo da Faculdade de Filosofia de Sergipe (1951-1955), localizado no Arquivo Central da UFS: Fundo CECH-DHI, Caixa 24, item 90.

<sup>265</sup>DAAMB. *1ª sessão ordinária do diretório da Escola Superior de Química de Sergipe*, realizada em 30 de março de 1950. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CCET-DQI, Caixa 25, Item 78.

<sup>266</sup>ACADEMUS. *Apresentação*. Ano I, nº 01, setembro de 1951, p.1.

<sup>267</sup>DAJF. *Estatuto do Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo da Faculdade de Filosofia de Sergipe*, fundado em 2 de junho de 1951, p.1. A cópia desse documento nos foi disponibilizada pelo senhor José Maria do Nascimento, presidente desse diretório na gestão de 1965.

<sup>268</sup>DAMK. *Of. ref. 01/1954/DAMK/ESS*, em 1º de setembro de 1954, para o DA da FCFS. In: Encadernação com os ofícios recebidos pelo DAJF/FCFS (1951-1955), localizado no Arquivo Central da UFS: Fundo CECH - DHI, Caixa 24, item 90.

<sup>269</sup>DAACL. *Estatuto do Diretório Acadêmico Dr. Augusto César Leite da Faculdade de Medicina de Sergipe*, fundado em 5 de abril de 1961, p.1. In: Localização no Arquivo Central da UFS: Fundo CCBS, Caixa 32, item 100.

<sup>270</sup>DAJF. *Of. s/nº/DAJF/FCFS de julho de 1951*. In: Encadernação com os ofícios recebidos pelo DAJF/FCFS (1951-1955), localizado no Arquivo Central da UFS: Fundo CECH - DHI, Caixa 24, item 90.

estado. Os registros a respeito dessa instituição são esparsos e em número reduzido, o que dificulta precisar o período de sua fundação e de seu funcionamento. É bem possível que ela tenha sido criada entre os anos de 1950 e 1951<sup>271</sup>, tendo sido presidida nesse primeiro momento pelo estudante de economia Manuel Soares Vieira<sup>272</sup>.

Já em relação ao processo de composição da segunda diretoria da UES, os registros existentes dão conta da ocorrência de disputas políticas pelo controle da entidade, travadas entre os estudantes do Centro Acadêmico Silvio Romero (CASR) e a comissão responsável pela organização do I Congresso de Estudantes de Sergipe<sup>273</sup>. Essas contendas, além das possíveis divergências internas entre os universitários de Sergipe, refletiram-se de alguma forma nos debates transcorridos no XIV Congresso Nacional dos Estudantes da UNE, realizado na cidade do Rio de Janeiro, entre 28 de julho e 6 de agosto de 1951, um mês antes do mencionado conclave estadual<sup>274</sup>.

Os registros escritos desses debates são evidenciados inicialmente na reportagem realizada pelo estudante Jessé Claudio Fontes de Alencar para o jornal *Academus*, sobre a participação da delegação daquele centro acadêmico no citado conclave nacional. Alencar começa a reportagem descrevendo a luta dos “estudantes patricios, em defesa dos seus direitos, no XIV Congresso da União Nacional dos Estudantes”<sup>275</sup>. Uma luta que não poderia deixar de ter a participação dos estudantes de Sergipe na busca, juntamente com os estudantes de outros estados, de soluções para os “problemas da classe universitária”<sup>276</sup>.

Os acadêmicos da Faculdade de Direito de Sergipe enviaram para esse congresso uma delegação composta de sete representantes liderados pelos estudantes Luís Otávio de Aragão e Jessé Cláudio Fontes de Alencar, presidente e secretário geral, respectivamente do CASR, na condição de delegados, e os demais membros na condição de colaboradores, espécie de observadores. Participaram desse conclave, sob essa condição, os estudantes Lauro Ferreira do Nascimento, Ernani Queiroz, José Geraldo Barroso Costa, José Carlos de Souza e Ismael Costa Moura. Os membros dessa delegação, juntamente com mais 480

---

<sup>271</sup> Um dos poucos documentos sobre essa instituição é um ofício enviado pelo presidente da UES ao diretor da FCFS em 17/10/1951, localizado no acervo do Instituto Dom Luciano Cabral Duarte, caixa 1, pacotilha 2.

<sup>272</sup> GAZETA SOCIALISTA. *Empossada a nova diretoria da UES*. Ano V, nº 170, 2 de fevereiro de 1952, p. 4.

<sup>273</sup> ACADEMUS. *Em dias próximos teremos o Congresso dos Estudantes Superiores de Sergipe* [espaço Notas e comentários]. Ano I, nº 1, setembro de 1951, p. 2.

<sup>274</sup> ALENCAR, J. C. Fontes de. “A delegação do C.R.S.A. e os trabalhos do Congresso – Rio, 28 de julho a 6 de agosto de 1951” [reportagem]. In: *Academus*. ano I, nº 1, setembro de 1951, pp. 6-7.

<sup>275</sup> Op. cit.

<sup>276</sup> Op. cit.

estudantes de vários estados do país, ficaram hospedados na rua Humaitá, nº 80, no bairro de Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro<sup>277</sup>.

Em seguida, a reportagem descreve que no transcorrer da sessão de instalação do mencionado congresso, ocorrida na noite de 28 de agosto daquele ano, Luís Otávio de Aragão, tomando a palavra, fez um discurso, classificado por Alencar como uma “verdadeira profissão de fé democrática, deixando patente a posição da bancada [de Sergipe], como intransigente defensora dos interesses da classe”. Para além desse discurso presumidamente liberal em favor dos valores e dos princípios democráticos para a reportagem em apreço, o congresso revelou “crescente exaltação de ânimos”, “abandono dos assuntos estudantis” e a “consequente derivação dos trabalhos para o campo político”. Em particular, o texto chama atenção para o “caso Berlinguer”, atinente à presença do estudante Benjamin Zeibel, acusado de ser “agente do *Komiform*”, e de seu colega o estudante Giovanni Berlinguer<sup>278</sup>, que

pronunciou um discurso altamente provocador, referindo-se ao Festival Mundial da Juventude, ao conhecido ‘o petróleo é nosso’, agressão americana na Coreia, e outros *slogans* que não enganam mais ninguém sobre a sua procedência. – A União Internacional dos Estudantes, UIE, entidade com sede em Praga, e a qual, a UNE foi filiada pelo conhecido estudante Costa Neto, mostrava desde logo, através de seu representante, as suas intenções extra-estudantis<sup>279</sup>.

---

<sup>277</sup> ALENCAR. J. C. Fontes de. “A delegação do C.R.S.A. e os trabalhos do Congresso – Rio, 28 de julho a 6 de agosto de 1951”[reportagem]. Op. cit.

<sup>278</sup> Giovanni Berlinguer, em sua primeira visita ao Brasil, em 1951, participou de manifestações junto a UNE, momento em que ele foi ameaçado de expulsão por direitistas. Esse fato não impediu que Berlinguer construísse laços de solidariedade com o país, tendo contribuído para a reforma sanitária brasileira, conforme se pode verificar em entrevista por ele concedida à Agência Fiocruz de Notícias. Congressista no Parlamento Europeu, eleito com expressiva votação, Berlinguer tem uma larga experiência política: foi deputado de 1972 a 1983 e senador de 1983 a 1992, no Parlamento italiano. Nascido em 1924, em Sassari, na Sardenha, filho de um advogado defensor dos direitos humanos, Berlinguer também tem sólida carreira acadêmica, com produção que ultrapassa 45 livros. Foi professor de medicina social na Università di Sassari e, depois, de higiene do trabalho na Università La Sapienza di Roma, onde recebeu o título de professor emérito em 2001. Tem, ainda, títulos de universidades como Montreal e Brasília. Desde 2005, ele participa da Comissão sobre Determinantes Sociais da Saúde da OMS. Ver a respeito em: RAFA, Volnei. “Bioética cotidiana”. In: **Cad. Saúde Pública** [online], vol. 21, n.1, 2005, pp. 333-334; e ainda em: MARQUES, Fernando. “Sanitarista Giovanni Berlinguer abre ano acadêmico e recebe título de doutor ‘honoris causa’” [entrevista]. In: *Agência Fiocruz de Notícias*: Saúde e ciências para todos. Rio de Janeiro, 03/04/2007. Disponível em: <[http://www.fiocruz.br/ccs/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from\\_info\\_index=211&infolid=796&sid=3&tpl=printerview](http://www.fiocruz.br/ccs/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from_info_index=211&infolid=796&sid=3&tpl=printerview)>. Acessado em 10/10/2011.

<sup>279</sup> ALENCAR. J. C. Fontes de. “A delegação do C.R.S.A. e os trabalhos do Congresso – Rio, 28 de julho a 6 de agosto de 1951”. Op. cit.

Segundo Alencar, as intenções dos representantes da UIE presentes ao citado congresso foram alvos de denúncias e de defesa por parte dos diversos jornais que passaram a circular na plenária do evento. Em face desse clima de disputa, foi assinado um requerimento, inclusive pela bancada de Sergipe, solicitando a presença do senhor Carlos Lacerda, proprietário do diário “Tribuna da Imprensa” – periódico que circulava na capital do país – um dos jornais que proferiram as denúncias, para que ele explicasse as acusações proferidas contra os representantes da UIE. Atendendo à convocação, Carlos Lacerda se fez presente à sessão ocorrida na noite de 3 de agosto de 1951. Nesta oportunidade, Carlos Lacerda, os congressistas e Berlinguer discutiram noite adentro por mais de cinco horas, sem intervalo, as suas posições. Segundo a narrativa da reportagem do estudante de direito de Sergipe, na manhã do dia seguinte, congressistas chegaram às seguintes deliberações a respeito desse debate:

a) O sr. Giovanni Berlinguer é comunista militante, conforme provas apresentadas em plenário, inclusive fotográficas distribuídas largamente entre os congressistas. b) Que o mesmo (Giovanni), fora enviado a este Congresso, para liderar um grupo de estudantes que formam a linha auxiliar do Partido Comunista Brasileiro, com o objetivo de retomar a UNE, das mãos dos estudantes democratas. c) Que estava agindo de uma maneira acintosamente comunista, provocando a intervenção da Polícia no Congresso, o que não conseguiu. Comprovados tais fatos, o plenário: que se envie a UIE, um veemente protesto contra a orientação bolchevista que está sendo dada a entidade, exigindo-se imediata mudança de diretrizes; caso não seja levada em consideração a exigência da UNE, recomenda-se no próximo Congresso, o desligamento definitivo da nossa entidade da UIE<sup>280</sup>.

Após essas deliberações no decorrer do dia 5 de agosto, foi realizada a eleição para a nova diretoria da UNE, sendo reeleita a chapa presidida por Olavo Jardim, que venceu a chapa encabeçada pelo paulista Walter Belda. Segundo Alencar, sagrou-se “vitoriosa a chapa democrática, por uma margem superior de 78 votos”, fato que confirmou, na interpretação dele, “a existência de uma maioria esclarecida, dentro do Congresso”, a qual, segundo essa versão, teria contado com os votos da delegação de Sergipe presente ao XIV Congresso Nacional dos Estudantes da UNE, ocorrido naquele ano de 1951<sup>281</sup>.

---

<sup>280</sup> ALENCAR. J. C. Fontes de. “A delegação do C.R.S.A. e os trabalhos do Congresso – Rio, 28 de julho a 6 de agosto de 1951”[reportagem]. In: *Academus*. Ano I, nº 1, setembro de 1951, pp. 6-7.

<sup>281</sup> Op. cit.



A respeito da delegação de Sergipe presente ao mencionado conclave, além dos representantes do CASR, também tomaram parte dela os estudantes Wilton Lima, da Escola de Química de Sergipe, responsável pela comissão de tomada de contas; Walter Lisbôa, da Faculdade de Ciências Econômicas de Sergipe, responsável pela comissão de constituição; Manoel Soares Vieira, da Faculdade de Ciências Econômicas, responsável pela comissão de credenciais, e o estudante Manoel Santiago, da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, responsável por liderar a bancada estadual nesse congresso da UNE<sup>282</sup>.

Os membros da bancada de Sergipe parecem não ter divergido quanto às deliberações tomadas em relação ao caso do estudante “Giovanni Berlinguer”, em particular no que se refere às críticas aos representantes da UIE e à orientação para que a UNE se desligasse da mencionada instituição. Entretanto, no tocante à indicação do representante de Sergipe na composição da nova diretoria da UNE, o apoio da bancada foi acompanhado de certo ressentimento quanto à não realização de consulta às demais lideranças presentes ao conclave. Alencar, ao tecer sua avaliação em relação ao líder da bancada de Sergipe, estudante Manuel Santiago Menezes, lamenta que ele na condição de segundo secretário da UNE, na chapa Democrático, que se sagrou vitoriosa, não tenha “consultado os seus colegas das Faculdades de Química e Direito sobre a eleição”, mesmo sabendo da propensão dos colegas da Faculdade de Direito em votar nessa chapa, cuja presidência ficou a cargo do estudante Olavo Jardim<sup>283</sup>.

O aparente desencontro entre os representantes da Faculdade de Química e da Faculdade de Direito com os demais representantes da bancada de Sergipe presentes ao congresso em questão, conforme relata Alencar, veio acompanhado de uma nota publicada na mesma edição do jornal *Academus* a respeito do questionamento do CASR de que até aquele momento não se tinha conhecimento dos preparativos do Congresso da União dos Estudantes de Sergipe. Diante desta constatação, os estudantes de direito se colocaram à disposição da “aludida comissão” que se caso precisasse de auxílio poderia contar com sua colaboração<sup>284</sup>. Um sinal de que os desencontros ocorridos no andamento do XIV Congresso da UNE teriam desdobramentos no I Congresso de Estudantes de Sergipe.

---

<sup>282</sup> ALENCAR. J. C. Fontes de. “A delegação do C.R.S.A. e os trabalhos do Congresso – Rio, 28 de julho a 6 de agosto de 1951”[reportagem]. Op. cit.

<sup>283</sup> Op. cit.

<sup>284</sup> ACADEMUS. *Em dias próximos teremos o Congresso dos Estudantes Superiores de Sergipe* [espaço Notas e comentários]. Ano I, nº 01, setembro de 1951, p. 2.

## 1.5. O *Academus* versus o I Congresso de Estudantes de Sergipe

Os desencontros entre os estudantes da Faculdade de Direito de Sergipe e a comissão organizadora do I Congresso de Estudantes de Sergipe não apenas deram continuidade aos estranhamentos havidos no andamento do XIV Congresso da UNE, ocorrido naquele mesmo ano de 1951, como descortinou um embate importante de forças que se constituíram em torno da direção da UES. O primeiro momento de estranhamento não impediu que ambos os lados tivessem apoiado a reeleição de Olavo Jardim e do grupo político ligado à UDN para mais uma gestão à frente da UNE<sup>285</sup>. Já por ocasião do congresso estadual, as discordâncias efetivaram o delineamento de campos políticos opostos. Essa disputa, entre os estudantes da faculdade de direito e os organizadores do I Congresso da UES, foi detalhada na edição de janeiro de 1952 do jornal *Academus*, periódico que funcionava como órgão oficial de imprensa do CASR junto a Faculdade de Direito de Sergipe.

\*\*\*

O *Academus*, em termos de regularidade se manteve em atividade de 1951 a 1962. Sua linha editorial era pautada na divulgação de discussões acadêmicas atinentes aos debates políticos, sociais e jurídicos que transcorriam no curso da década de 1950 e início da década de 1960. Dentre vários temas e assuntos noticiados através de matérias, editoriais, reportagens, artigos, divulgação de relatórios, além de notas e colunas sociais, podem ser citados a questão do divórcio<sup>286</sup>, a intervenção do Estado na economia<sup>287</sup>, os

---

<sup>285</sup> Ver a respeito da gestão de Olavo Jardim à frente da UNE em: POERNER, Artur José. *O poder jovem*. Op. cit.. E ainda em: ALMEIDA JÚNIOR, Antonio Mendes de. *Movimento estudantil no Brasil*. Op. cit.

<sup>286</sup> ALBUQUERQUE, J. H. Calheiros de. “O divórcio como remédio”. In: *Academus*. Ano I, nº 1, setembro de 1951, p. 3.

<sup>287</sup> BARROSO, José. “A legitimidade da intervenção do Estado no domínio econômico é uma tese superada declara José Aloísio de Campos” [reportagem]. In: *Academus*. Ano I, nº2, outubro de 1951, p. 4.

direitos trabalhistas<sup>288</sup>, o direito internacional<sup>289</sup>, a vida acadêmica estudantil<sup>290</sup>, entre outros<sup>291</sup>.

A denominação do jornal foi dada em referência a palavra grega *academus*, cujo significado é centro de estudos<sup>292</sup>. Manoel Cabral Machado – intelectual católico ligado ao PSD e que atuava em pelo menos três das faculdades existentes no período – definiu o jornal como um “órgão de cultura e de pensamento que diz magnificamente, do esforço, dedicação e inteligência dos rapazes da Faculdade de Direito de Sergipe”<sup>293</sup>.

\*\*\*\*\*

O jornal *Academus* registrou, sob o prisma dos universitários daquela faculdade, as desavenças e disputas entre a comissão organizadora do I Congresso de Estudantes de Sergipe e os representantes do curso de direito. Essa disputa tomou conta de quase todas as páginas da edição de janeiro de 1952 desse jornal, a começar pelo editorial “O ‘Academus’ frente ao movimento desagregador promovido pelos agentes da confusão”. Neste texto, os responsáveis pelo jornal, Jessé Claudio Fontes de Alencar e J. Tomaz G. da Silva, denunciaram ilegalidades cometidas pelos “inimigos da classe estudantil sergipana”. Naquele momento, aqueles que se encontravam à frente da UES foram duramente criticados pelos acadêmicos de direito. Estes diziam não se deixar mais enganar, pois desde o episódio do I Congresso de Estudantes de Sergipe, quando as normas constitucionais que regem a instituição foram burladas, não obstante a vigilância e os protestos dos representantes estudantis da Faculdade de Direito de Sergipe<sup>294</sup>, eles não mais confiavam no grupo que estava à frente da UES.

Segundo Jessé Claudio Fontes de Alencar, em artigo intitulado “Marionetes”, os estudantes do curso de direito não se deixavam “marionetar” pelos “monstros negros” que

---

<sup>288</sup> BISPO, Luiz. “Uma exceção na legislação trabalhista” [coluna ex-aluno]. In: *Academus*. Ano VII, nº 18, outubro de 1958, p. 9.

<sup>289</sup> FONTES, José Silvério Leite. “O direito internacional soviético”. In: *Academus*. Ano I, nº2, outubro de 1951, p. 6.

<sup>290</sup> ACADEMUS. *Vida acadêmica de 1950 a 1960*. Ano VIII, nº 20, novembro de 1960, pp. 6-7.

<sup>291</sup> Sobre as representações discentes, a partir do jornal *Academus*, sobre a Faculdade de Direito de Sergipe ver: CRUZ, MarciaTerezinha Jerônimo Oliveira. “Historiografia educacional e os impressos estudantis: o jornal *Academus* e as representações discentes sobre a Faculdade de Direito de Sergipe e sua cultura acadêmica (1951-1962)”. Op. cit.

<sup>292</sup> SANTOS, José Oliveira. “Por que ‘academus’?”. In: *Academus*. Ano I, nº 1, setembro de 1951, p. 10.

<sup>293</sup> ACADEMUS. *Campanha financeira em benefício do “Academus”*. Ano II, nº3, outubro de 1952, p. 2.

<sup>294</sup> ACADEMUS. *O “Academus” frente ao movimento desagregador promovido pelos agentes da confusão* [editorial]. Ano II, nº3, janeiro de 1952, p.1.

tratavam os participantes do movimento estudantil como “fantoques” manipuláveis. Este tipo denúncia, relativamente frequentes naquele contexto de bipolarização promovida pela chamada Guerra Fria<sup>295</sup>, fazia referência à presença de pessoas que procuravam influenciar os estudantes a favor ou contra determinada posição político-ideológica. Não custa recordar o episódio com o estudante “Giovanni Berlinguer”, representante da UIE, rechaçado no XIV Congresso da UNE, em razão das críticas a ele deferidas pelos estudantes udenistas inflamados pela oratória de Carlos Lacerda<sup>296</sup>.

A memória desse acontecimento relacionado ao estudante Berlinguer, indiretamente recordado por Alencar, indica os ecos dessa disputa ideológica no I Congresso de Estudantes de Sergipe. No evento nacional, o grupo liderado por Olavo Jardins, apoiado pela bancada de Sergipe, venceu o debate contra o representante dos países do Leste Europeu em favor do grupo estadunidense que também se fizera presente àquele conclave. Essa disputa ideológica também se fez presente ao mencionado congresso estadual dos estudantes universitários de Sergipe, no qual acusações de manipulação e interferência de pessoas estranhas ao movimento parecem ter marcado a agenda desse conclave estudantil. A esse respeito, o artigo de Alencar revela a presença constante de

fantoques na classe estudantil, comprovando a despersonalização progressiva dos nossos jovens às “forças extranhas” [sic.], desagregadoras da mocidade. É bastante reuni-se um grupo de estudantes, sob qualquer pretexto, e... pronto: – **aparecem, imediatamente, os conhecidos títeres**, dirigidos, na formação d’um bloco de estupidez granítica, contra os que se lhe antepõem com argumentos convincentes<sup>297</sup>.

Por um lado, o sentimento desse discurso revela a rejeição das denominadas manobras suscitadas por pessoas que não pertenciam à “classe estudantil”, a quem o artigo denomina de “conhecidos títeres”, possivelmente a versão aportuguesada do vocábulo *teachers*, em referência a possíveis orientações estadunidenses, ou de “testas de ferro” de diferentes grupos ou tendências políticas. Por outro lado, mostra uma disputa interna que começava a ser travada em torno da direção da UES e da possível influência de intelectuais vinculados ao PSD sobre os estudantes do CASR. Além disso, observar-se nesse artigo a

---

<sup>295</sup> HOBBSAWM, Eric. “Guerra Fria”. In: *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp. 223-252.

<sup>296</sup> ALENCAR, J. C. Fontes de. “A delegação do C.R.S.A. e os trabalhos do Congresso – Rio, 28 de julho a 6 de agosto de 1951”[reportagem]. In: *Academus*. Ano I, nº 1, setembro de 1951, pp. 6-7.

<sup>297</sup> ALENCAR, Jessé Claudio Fontes. “Marionetes”. In: *Academus*. Ano II, nº3, janeiro de 1952, p.3. (negrito nosso).

evocação de argumentos nacionalistas avessos a manobras de grupos de interesse associados aos “forasteiros de ocasião”, aí inclusos os representantes estudantis vinculados ideologicamente aos blocos capitalista e socialista.

Uma descrição significativa a respeito dessas disputas ideológicas pode ser abalizada a partir da entrevista concedida por Antônio Fernandes Viana de Assis – formado no movimento secundarista, um dos fundadores da União Sergipana dos Estudantes Secundaristas (USES), militante universitário entre 1953 e 1958, posteriormente deputado estadual, cassado pela ditadura civil-militar, e prefeito de Aracaju no período da redemocratização –, destacou que na época em que esteve à frente das direções do CASR, da UES e da UNE, nesta última como conselheiro, a natureza ideológica da política estudantil daquele momento era “esquerda/direita, direita/esquerda, comunismo/anticomunismo. Geralmente eu me filiava ao grupo da esquerda, era o grupo do PCB, Partido Comunista Brasileiro, ou grupo socialista”<sup>298</sup>. Este tipo de posicionamento refletia as polarizações políticas e ideológicas vividas pelos estudantes no contexto da Guerra Fria.

No editorial do jornal *Academus*, os alunos da Faculdade de Direito de Sergipe informaram que, ao contrário da UES, eles assumiram posicionamento em favor das greves dos alunos das faculdades de Arquitetura e Urbanismo da USP e dos de Farmácia de todo o país. Estes estudantes protestavam, em 1951, contra alguns projetos que tramitavam na Câmara Federal, cujo conteúdo ia de encontro a seus interesses. Para o editorial, essa posição assumida solidariamente pelos estudantes do curso de direito de Sergipe, logo no primeiro ano de seu funcionamento, ocorreu em razão da defesa dos interesses da “classe estudantil”, os quais, na versão dos representantes do CASR, não estavam sendo atendidos pela UES<sup>299</sup>.

Em face do descompasso entre os posicionamentos da UES e aquilo que os representantes do CASR denominaram de interesse da “classe estudantil”, a “delegação [de estudantes] da Faculdade de Direito, em sinal de protesto pela atitude facciosa da Mesa, abandonou o plenário [do I Congresso de Estudante de Sergipe]” sob a alegação de que

---

<sup>298</sup> ASSIS, Antônio Fernandes Viana de. Entrevistado por Irene Soares Rodrigues, Nadja Costa dos Santos e Neide Costa dos Santos. Aracaju/SE, 30/10/2006.

<sup>299</sup> ACADEMUS. O “Academus” frente ao movimento desagregador promovido pelos agentes da confusão [editorial]. Ano II, nº3, janeiro de 1952, p.1.

estavam sendo desrespeitadas as normas estabelecidas pela Constituição da União Estadual dos Estudantes de Sergipe<sup>300</sup>.

Após retirar-se desse conclave, a delegação de estudantes da Faculdade de Direito de Sergipe, composta pelos estudantes do primeiro ano Jessé Claudio Fontes de Alencar, Ismael Moura, José Carlos, José Barroso, Ernani Queiroz, Gibson Pinto e José Rosa Oliveira Neto, dirigiu-se ao *Sergipe-jornal* para publicar nota oficial, assinada pelo presidente do CASR, Luiz Otávio de Aragão, datada de 21 de dezembro de 1951, em que a

Diretoria do CASR comunica aos estudantes, aos professores, autoridades e ao povo em geral, que a sua bancada ao I Congresso de Estudantes de Sergipe, retirou-se na tarde de hoje da 1ª e última sessão ordinária do referido Congresso em sinal de protesto contra a atitude do Presidente da Mesa Diretiva, que decidiu, contrariamente à Constituição e [ao] Regimento Interno do Conclave, após o encerramento do expediente, submeter à votação um projeto inconstitucional para ser incluído na ORDEM DO DIA.

Não podendo trair os seus próprios princípios e ideias, a bancada do Centro Acadêmico “Silvio Romero” lançou veemente protesto contra tal atitude, denunciando à União Nacional dos Estudantes o ocorrido.

Aracaju, 19 de dezembro de 1951.

Luiz Otávio de Aragão<sup>301</sup>

Os registros da posição assumida pelos representantes da CASR frente aos problemas de encaminhamentos e às críticas por eles proferidas às supostas manobras políticas e de caráter oportunista promovidas pela comissão organizadora do I Congresso de Estudantes de Sergipe foram discutidos também em três outras matérias publicadas na mesma edição nº 3 do jornal *Academus*. A primeira delas, escrita por Jessé Claudio Fontes de Alencar, enfatizou que a eleição da UES realizada com chapa única terminou em marmelada e com a tentativa de “abafar os nossos protestos com oferecimento de cargos”, proposta que foi repelida pelos estudantes de direito que ainda avaliaram o resultado da eleição como algo que provocaria o “desprezo dos estudantes sergipanos”<sup>302</sup>.

A segunda matéria, de autoria do estudante Lauro Ferreira do Nascimento, reproduziu o relatório da participação dos representantes da Faculdade de Direito no mencionado conclave, acentuando que “envez [sic] de União temos a Desunião dos

---

<sup>300</sup> ACADEMUS. *I congresso dos Estudantes de Sergipe*. Ano II, nº 3, janeiro de 1952, p.3.

<sup>301</sup> SERGIPE-JORNAL. *Nota oficial do CASR*. Ano [?], nº [?], 21 de dezembro de 1951, p. [?]

<sup>302</sup> ACADEMUS. *Desrespeito ao congresso de representantes*. Ano II, nº 3, janeiro de 1952, p.5.

Estudantes de Sergipe”, e que a luta dos estudantes de direito “foi pelo respeito à obediência à lei”<sup>303</sup>.

E por fim, o último desses artigos, escrito pelo estudante José Rosa de Oliveira Neto, além de reforçar os pontos já discutidos pelos demais colegas da bancada de direito presentes ao mencionado congresso, revela, no cômputo do posicionamento dos estudantes do CASR em relação à UES, o apoio de “um adversário de campanha eleitoral” – uma vez que Oliveira Neto, desde cedo simpatizante do PCB, havia disputado, juntamente com Luís Otávio de Aragão, a direção do CASR – em favor da postura adotada pelos colegas do mencionado centro acadêmico “em prol da moralização dos **costumes** na política estudantil, ainda titubeante, em benefício da **unidade** e do crescente prestígio da inteligente **classe universitária de Sergipe**”<sup>304</sup>, enfatizando a unidade da classe universitária como um costume a ser fortalecido no lugar da postura de isolamento que estava sendo praticada pela entidade de representação estadual dos estudantes universitários.

## O I Congresso de Estudantes de Sergipe

Os protestos e os posicionamentos dos estudantes da Faculdade de Direito de Sergipe não impediram a conclusão dos trabalhos do I Congresso de Estudantes de Sergipe realizado entre os dias 16 e 19 de dezembro de 1951. O conclave prosseguiu contando, inclusive, com o apoio dos estudantes de outras três instituições de ensino superior então em funcionamento no estado: a Escola de Química, a Faculdade de Filosofia e a Faculdade de Economia, as quais ajudaram a compor e a eleger a nova diretoria da UES<sup>305</sup>.

A presente pesquisa não chegou a localizar jornais estudantis ou outro tipo de documentação das demais representações estudantis relacionadas às polêmicas suscitadas pelos estudantes da Faculdade de Direito. Neste sentido, a versão dos fatos contados pelo grupo político que venceu o citado congresso só encontra registro em algumas poucas matérias publicadas na imprensa local. Dentre elas, a mais representativa foi publicada no jornal *Gazeta Socialista*, periódico mantido pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), cujo lema era “socialismo e liberdade”. Nessa matéria, além do tema da posse da nova diretoria,

---

<sup>303</sup> ACADEMUS. *Relatório do I Congresso*. Ano II, nº 3, janeiro de 1952, p.6.

<sup>304</sup> ACADEMUS. *Os coveiros do movimento estudantil tentam isolar a Faculdade de Direito* – declara o representante do CASR no seu relatório. Ano II, nº 3, janeiro de 1952, p. 7. (negrito nosso).

<sup>305</sup> GAZETA SOCIALISTA. *Empossada a nova diretoria da UES*. Ano V, nº 170, 2 de fevereiro de 1952, p. 4.

encontra-se publicitada a versão dos estudantes que permaneceram no congresso e formaram a nova composição diretiva da UES. Dentre os argumentos evocados por esses estudantes, há a lamentação de que

a união foi desfeita, pois choques no Congresso, levaram a Faculdade de Direito a retirar-se do mesmo, negando-se inclusive de tomar parte na Diretoria. Não analisamos as razões do procedimento da Faculdade de Direito, em virtude de não estarmos capacitados para tanto, muito embora estejamos certos de que um movimento de classe que está no seu início, deve ter a cooperação de todos, para que possa transformar numa força, capaz de vencer as suas dificuldades<sup>306</sup>.

A solenidade de posse da nova diretoria da UES, descrita na mencionada reportagem, foi prestigiada pelo professor João de Araújo Monteiro, diretor da Faculdade de Ciências Econômicas, e saudada pelo estudante de filosofia Manuel Santiago Menezes, secretário geral da nova diretoria. Menezes, de posse do relatório “completo de todo o evento”, fez um “minucioso discurso sobre os acontecimentos do Congresso, que culminaram com o afastamento da Delegação da Faculdade de Direito”, procurando provar que aqueles estudantes retiraram-se do congresso “para não obedecerem à vontade da maioria”<sup>307</sup>.

Nessa mesma solenidade, o estudante de economia Manuel Soares Vieira, presidente da gestão da UES que se encerrava, fazendo uso da palavra, fez a prestação de contas de sua gestão e despediu-se do conclave. Em seguida, a palavra foi concedida ao novo presidente da instituição, o estudante Aloísio França Pereira, que ratificou os compromissos que estavam sendo assumidos pela nova gestão, entre os quais, o da “necessidade da cooperação de todos os acadêmicos para que se possa fazer alguma coisa em benefício da **classe**”, além de demonstrar o “desejo de ver a família acadêmica pacificada, esperando a colaboração da Faculdade de Direito”<sup>308</sup>. Neste discurso, o novo presidente da UES não só reconhece as disputas de interesses entre as representações estudantis das instituições de ensino superior existentes no estado naquele momento como também se compromete a buscar contemporaneizar as razões dessas disputas.

---

<sup>306</sup> GAZETA SOCIALISTA. *Empossada a nova diretoria da UES*. Op. cit.

<sup>307</sup> Op. cit.

<sup>308</sup> Op. cit.



## A posição do jornal *Academus*

Paralelamente às disputas fomentadas em torno do congresso estadual, os universitários, particularmente os do curso de direito, não deixavam de acompanhar, através do *Academus*, as discussões atinentes aos embates ideológicos que atravessavam o cotidiano do movimento estudantil universitário nos primeiros anos da década de 1950; entre eles o episódio em que, por sugestão da UNE, na gestão de Olavo Jardins, foi cancelada a sessão inaugural do “I Congresso Interamericano de Estudantes”, em razão dos protestos das delegações dos estudantes do Uruguai, da Argentina e do Peru. Estas delegações não aceitaram a presença dos embaixadores de seus países na solenidade de abertura do congresso, uma vez que, em alguns desses países, a democracia não se encontrava plenamente consolidada ou estava ainda sob forma de governos ditatoriais. Os estudantes argumentaram, segundo o *Academus*, que “somente independentes das influências governamentais as organizações estudantis podem desenvolver, sem impedimentos e com consciência de responsabilidade, sua missão social”<sup>309</sup>. Este posicionamento pode ser avaliado como uma clara defesa do princípio da autonomia e como condição fundamental para a liberdade e a legitimidade do movimento estudantil, seja no tocante as suas instituições, seja em relação aos seus espaços de representação e discussão política.

Outras matérias, por sua vez, como o “Manifesto da UNE sobre o Petróleo”<sup>310</sup>, discutindo o caráter estratégico acerca da nacionalização do petróleo, e “Os estudantes e suas organizações”<sup>311</sup>, debatendo a importância da UNE no combate à ditadura do Estado Novo e da UIE contra o fascismo, apontavam não apenas a importância das organizações estudantis como também o seu protagonismo em acontecimentos relacionados às políticas nacional e internacional então recentes. Em outras palavras, essas reportagens descreviam e discutiam a atuação dos estudantes em acontecimentos que se desenrolaram em um passado próximo e muito presente do fazer-se histórico daqueles estudantes.

---

<sup>309</sup> ACADEMUS. *O I Congresso Interamericano de Estudantes*: Nota oficial que esclarece os motivos do cancelamento da sessão inaugural. Ano II, nº 3, Janeiro de 1952, p. 4.

<sup>310</sup> ACADEMUS. *Manifesto da UNE sobre o Petróleo*. Ano II, nº 4, junho de 1952, p. 4

<sup>311</sup> RAMOS, Osório da Araújo. “Os estudantes e suas organizações”. In: *Academus*. Ano II, nº 4, junho de 1952, p. 5.

Ao lado dessas disputas, entre as tendências políticas e de fundo ideológico, que passaram a atuar no movimento estudantil universitário em Sergipe, o interesse das faculdades e das escolas superiores parece também ter-se configurado numa questão importante no tocante à formação das composições políticas que passariam a dirigir a UES, assim como as bandeiras de luta e os movimentos reivindicatórios. José Alexandre Felizola Diniz, presidente da União Estadual dos Estudantes de Sergipe (UEES) na gestão de 1962/1963, recorda que o controle do movimento por uma ou outra tendência não “obedecia apenas às disputas entre as correntes políticas, existia também uma política das faculdades no sentido de se alternarem”<sup>312</sup> na direção da mencionada agremiação estudantil. Esta necessidade de negociação política, ao que parece, começou a ser pensada de modo mais efetivo após a realização do I Congresso de Estudantes de Sergipe, ocorrido em dezembro de 1951, e dos embates nele travados.

A posse da diretoria eleita ocorreu no dia 22 de janeiro de 1952, em sessão solene realizada no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, local onde a entidade funcionaria provisoriamente até, possivelmente, meados de 1953<sup>313</sup>. Na solenidade foram empossados o presidente Aloísio França Pereira, a 1ª vice-presidente Marta Luiza da Cruz Leite, o 2º vice-presidente Wilton Lima, o 3º vice-presidente Francisco Augusto Monteiro, o secretário geral Manuel de Santiago Menezes, o 1º secretário José de Souza Vasconcelos, a 2ª secretaria Agnes Ayres G. Magalhães e o tesoureiro Walter Santos Lisboa<sup>314</sup>.

A nova diretoria foi empossada pelo estudante José Gabriel dos Santos, presidente do Tribunal Eleitoral dos Estudantes (TESE), nome da comissão eleitoral que conduziu o referido pleito. Essa diretoria passou a conduzir a UES até a realização do II Congresso dos Estudantes de Sergipe, ocorrido em janeiro de 1953, quando seria construído um consenso em torno das diretrizes constitucionais da instituição, que passou a ser referendada como União Estadual dos Estudantes de Sergipe (UEES), no lugar da UES.

---

<sup>312</sup> DINIZ, José Alexandre Felizola. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 12/03/1998.

<sup>313</sup> UEES. *Cir. s/nº/UEES*, de 07 de julho de 1953. In: Encadernação com os ofícios recebidos pelo DAJF/FCFS (1951-1955), localizado no Arquivo Central da UFS: Fundo CECH - DHI, Caixa 24, item 90.

<sup>314</sup> Mais informações a respeito no quadro comparativo 01: Diretoria da UES – gestão de janeiro de 1953 a setembro de 1953, p. 516.

## 1.6. A UEES e os novos rumos do ME em Sergipe

As lições do “I Congresso dos Estudantes de Sergipe” parecem ter deixado suas marcas nas discussões e nos esforços dos estudantes universitários em duas questões fundamentais: contemplar os interesses e a representatividade dos estudantes de cada uma das instituições de ensino superior então existentes; e adequar o ordenamento jurídico do órgão de representação estadual dos estudantes universitários a normas do direito e aos preceitos administrativos então vigentes no país. O equacionamento dessas duas questões parece ter sido melhor negociado pelos representantes das faculdades, das escolas superiores e de seus respectivos órgãos estudantis no II Congresso dos Estudantes de Sergipe, ocorrido em janeiro de 1953. Nessa oportunidade, observam-se os esforços dos congressistas no sentido de garantir a autonomia política da entidade estudantil, a liberdade de pensamento de seus participantes e mecanismos de representatividade mais claros<sup>315</sup>.

Essa compreensão fica evidenciada ao se examinar a Constituição da União Estadual dos Estudantes de Sergipe, aprovada em 13 de janeiro daquele ano, no II Congresso de Estudantes de Sergipe, com a participação de representantes estudantis de todas as faculdades e escolas superiores até então existentes no estado. Entre os presentes que assinaram esse texto constitucional estão Aloísio França Pereira, estudante de economia e presidente da UES; Manuel de Santiago Menezes, estudante da FCFS e secretário geral da UES; os estudantes Jessé Claudio Fontes de Alencar, José Carlos de Souza, Samuel Melo Filho e Maria da Conceição C. Ribeiro pela FDS; as estudantes Josefina Sampaio Leite, Maria de Lourdes A. Fontes, Maria Luiza da Cruz Leite e Joana Vital Souza pela FCFS; os estudantes José Ferreira Soares e Madge Tavares Eng pela EQS, e os estudantes João Garcia Rosa, Rubens Lisboa Maciel, Valmir Guerra, Humberto Fernandes Antas pela FCE<sup>316</sup>.

Em face dessa constituição negociada e legitimada pelos estudantes universitários do estado foram feitas adequações jurídicas, administrativas e contábeis para legalizar a instituição, entre elas a substituição da sigla UES pela sigla UEES – União Estadual dos Estudantes de Sergipe. As fontes não esclarecem os motivos dessa alteração, mas sabe-se que na primeira versão do mencionado texto já se fazia referência à UES como UEES, a exemplo da evocação do art. 18º da Constituição da UES, feita por Jessé Claudio Fontes de

---

<sup>315</sup> UEES. *Constituição da União Estadual dos Estudantes de Sergipe*. Aracaju: CISLA, 1954.

<sup>316</sup> Op. cit., p. 20.

Alencar em meio às críticas tecidas contra o polêmico I Congresso de Estudantes de Sergipe, no qual ele destacou o trecho desse dispositivo constitucional: “A **Diretoria da UEES** será eleita pelo voto direto e secreto dos estudantes de curso superiores do Estado de Sergipe, e seu mandato será de um ano, podendo ser reeleita para o período imediato”<sup>317</sup>.

Presume-se com o exame desse registro que após os ajustes promovidos pelo congresso estudantil de 1953, passou-se a adotar a sigla UEES em lugar de UES, mudança de ordem mais técnica que política, possivelmente para evitar eventuais confusões e padronizar a referência formal à instituição. Isto porque a sigla UEES estava mais próxima à terminologia utilizada pela UNE para se referir aos órgãos representativos estaduais, no caso Uniões Estaduais dos Estudantes (UEE)<sup>318</sup>, a exemplo da UEE de São Paulo, da UEE do Rio de Janeiro, da UEE de Minas Gerais, da UEE da Paraíba, entre outras. É importante registrar, que essa possível orientação não foi seguida por outras entidades estaduais, a exemplo da União dos Estudantes da Bahia (UEB) e da União dos Estudantes de Pernambuco (UEP).

Voltando à questão da Constituição da UEES, aprovada em 1953 e publicada em 1954, a organização da instituição passou a comportar três instâncias deliberativas: o Congresso dos Estudantes Superiores de Sergipe, órgão máximo da entidade, a ser realizado no período referente à primeira quinzena do mês de setembro de cada ano; a Diretoria da UEES, eleita no congresso da entidade para um mandato anual, iniciado nos meses finais do ano e estendendo-se em observância às datas previstas para realização dos congressos da entidade até fins do ano subsequente; e, por último, como instância fiscalizadora, o conselho de representante, composto por estudantes indicados pelos diretórios acadêmicos, aí também subentendido o centro acadêmico de direito. Segundo essa constituição, a UEES passaria a ser a “entidade máxima de representação dos estudantes de estabelecimentos de ensino superior do Estado de Sergipe”, sendo, desde seu início, filiada à UNE<sup>319</sup>.

As atribuições legais dessa entidade representativa dos universitários em Sergipe estariam voltadas para a defesa de seus interesses e direitos. A entidade estaria incumbida

---

<sup>317</sup> ACADEMUS. *Desrespeito ao congresso de representantes*. Ano II, nº3, janeiro de 1952, p.5. (negrito nosso).

<sup>318</sup> UNE. *Regimento interno do XV Congresso Nacional dos Estudantes*, ocorrido em julho de 1952 na cidade do Rio de Janeiro. In: Encadernação com os ofícios recebidos pelo DAJF/FCFS (1951-1955), localizado no Arquivo Central da UFS: Fundo CECH - DHI, Caixa 24, item 90.

<sup>319</sup> UEES. *Constituição da União Estadual dos Estudantes de Sergipe*. Aracaju: CISLA, 1954, p. 3.

também de organizar e promover eventos que “elevassem o nível cultural e a solidariedade entre os seus membros”, além da defesa dos interesses nacionais e bem-estar da “classe estudantil”. Estes princípios deveriam ser reafirmados como “compromisso solene” desde o ato de posse de cada diretoria, conforme prescrevia o artigo 25º da Constituição da UEES: “Prometo manter, defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição dos Estudantes do Estado de Sergipe, promovendo o bem-estar da **classe estudantil**, sustentando-lhe a união, a integridade e a independência”<sup>320</sup>. Neste sentido, princípios como união, solidariedade e autonomia enlaçavam a UEES, a UNE e os demais órgãos de representação estudantil universitária e secundarista.

Esse texto constitucional definiu, entre outros pontos, que a diretoria eleita no II Congresso de Estudantes de Sergipe teria seu mandato expirado por ocasião da realização do III Congresso de Estudantes de Sergipe, que, em conformidade com as novas normas, deveria ocorrer em setembro e não mais em dezembro ou janeiro e que essa nova diretoria deveria providenciar a publicação dessa constituição “no Diário Oficial do Estado de Sergipe e o seu competente registro no Cartório de Títulos e Documentos da Comarca desta Capital”<sup>321</sup>. Definia ainda como seria o emblema, o escudo e a bandeira da entidade.

A respeito do emblema da UEES, este deveria seguir o formato de um círculo contendo um contorno do mapa do Estado de Sergipe, atravessado em seu terço médio, horizontalmente, pela inscrição UEES, com as áreas do círculo e a sigla da entidade em metal verde e o contorno geográfico do estado em esmalte amarelo<sup>322</sup>, como se pode perceber na imagem a seguir (vide imagem 03).

---

<sup>320</sup> UEES. *Constituição da União Estadual dos Estudantes de Sergipe*. Op. cit., pp. 10-11 (negrito nosso).

<sup>321</sup> Op. cit., p. 19.

<sup>322</sup> Op. cit.



Imagem 03: Reprodução do emblema da UEES, impresso nos escritórios da entidade.

Fonte: UEES. *Of. s/nº/UEES*, de 19 de setembro de 1966, para o DAACL. In: Localização no Arquivo Central da UFS: Fundo CCBS, Caixa 01, item 02.

Em face do texto constitucional, a UEES, definida como “órgão máximo da classe universitária”, organizou o “III Congresso Estadual dos Estudantes Superiores” na primeira semana de setembro de 1953. O conclave foi iniciado no dia 3 de setembro desse mesmo ano, no salão nobre da Ação Católica, situado na rua Propriá, nº 222<sup>323</sup>, resultando na eleição da diretoria que passaria a dirigir a entidade na gestão 1953/1954. Esta nova diretoria foi composta pelo presidente Roberto de Paula Lima, pelo 1º vice-presidente Tertuliano Azevêdo, pelo 2º vice-presidente Valdemar Machado Lôbo, pelo 3º vice-presidente José Bispo dos Santos, pelo secretário geral Paulo Plácido Lima Gama, pelo 1º secretário Adalberto Pinto Carvalho, pelo 2º secretário Sisino Tojal Aguiar Dantas, pelo 3º secretário Manoel Messias dos Santos e pelo tesoureiro Renato França Pereira<sup>324</sup>. Observa-se nessa diretoria, a título de registro, a ausência de figuras femininas.

A nova diretoria passou a registrar como sede provisória da instituição a sala nº 10 do Edifício Cabral, no centro da cidade de Aracaju, em lugar do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Em termos de gestão, essa diretoria estabeleceu um plano contábil para a entidade, organizou um sistema de arquivos dos documentos e ainda encaminhou ao

---

<sup>323</sup> DIÁRIO DE SERGIPE. *Convite*. Ano V, nº 2.528, 02 de setembro de 1953, p. 4.

<sup>324</sup> Mais informações a respeito no quadro comparativo 02: Diretoria da UEES – gestão de setembro de 1953 a setembro de 1954, p. 516.

“I Conselho de Representantes dos Estudantes”, como prescrevia a Constituição da UEES, aprovada naquele ano, um relatório de gestão a respeito da prestação de contas e da administração geral da entidade entre 18 de setembro de 1953 e 18 de dezembro de 1953<sup>325</sup>.

O “IV Congresso Estadual dos Estudantes” deu-se no dia 3 de setembro de 1954, pouco tempo depois do suicídio do presidente da república Getúlio Dornelles Vargas, ocorrido em 24 de agosto daquele ano, e contou pela primeira vez com a presença de estudantes do recém-criado Diretório Acadêmico “Maria Kiehl”, vinculado à Escola de Serviço Social de Sergipe. Compuseram esse diretório a presidente Núbia Marques de Azevedo<sup>326</sup>, a vice presidente Maria Valdira Leite Monte Santo, a 1ª secretária Ruth Meneses Santos, a 2ª secretária Guiomar Lima Azevedo, a secretária de finanças Irmã Maria Alzira Saraiva Câmara, a secretária de imprensa Vanda Laura Leite, a secretária de cultura Everilda Mandarino dos Reis, a secretária social Ilnah Moreira Mendonça, as conselheiras técnicas Maria Luiza Pontes, Maria das Mêrces Lima Gama e Maria Barbosa<sup>327</sup>.

Nesse congresso foram discutidos pela ordem de pauta: I – Problemas do ensino, II – Problemas estudantis, III – Problemas nacionais e IV – Assuntos vários. Ao final dos trabalhos foram realizadas as eleições disputadas pela chapas “Unidos” e “Renovadora”, esta última presidida pelo estudante Paulo Plácido Lima Gama, consagrando-se vitoriosa no pleito por dois votos de diferença, fato que indica a acirrada disputa pela direção da entidade<sup>328</sup>.

---

<sup>325</sup> UEES. *Relatório de gestão da UEES*, 18 de setembro a 18 de dezembro de 1953. In: Encadernação com os ofícios recebidos pelo DAJF/FCFS (1951-1955), localizado no Arquivo Central da UFS: Fundo CECH - DHI, Caixa 24, item 90.

<sup>326</sup> Núbia Marques, tornou-se uma intelectual de prestígio, engajada nos movimentos em defesa da anistia, da igualdade de gênero e da democracia ao longo da segunda metade do século XX. Foi a primeira mulher a ingressar na Academia Sergipana de Letras (ASL), publicou vários livros, entre os quais: “Sinuosas em Carne e Osso”, em 1961; “O Sonho e a Sina”, em 1979; e “O Passo de Estefânia”, em 1982. Em reconhecimento à trajetória intelectual e política dessa militante que atuou como assistente social, jornalista, professora, poetisa e escritora, a Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania de Aracaju, no curso da década de 1980, sob os ventos da redemocratização do país, instituiu o “Troféu Núbia Marques” em homenagem às mulheres que se destacam profissionalmente nas mais diversas áreas, como artistas, jornalistas, líderes comunitárias, empresárias, juristas, médicas, atletas, pesquisadoras e servidoras municipais. Esta homenagem as mulheres em Aracaju, atualmente, faz parte das comemorações pelo dia internacional da mulher.

<sup>327</sup> DAMK. *Of. ref.: 01/1954/DAMK/ESS*, de 1º de setembro de 1955. In: Encadernação com os ofícios recebidos pelo DAJF/FCFS (1951-1955), localizado no Arquivo Central da UFS: Fundo CECH - DHI, Caixa 24, item 90.

<sup>328</sup> ACADEMUS. *IV Congresso Estadual dos Estudantes* [manchete de primeira página]. Ano IV, nº 12, setembro de 1954, pp. 1-2.

O “V Congresso Estadual dos Estudantes de Sergipe”, iniciado em 9 de setembro de 1955, ocorreu em meio a denúncias de desfalques que teriam sido feitos à tesouraria da UEES, mas ao afinal “foi um congresso como os demais: alguns trabalhando, outros fazendo política”<sup>329</sup>. Segundo o jornal *Academus*, o congresso foi marcado por uma nítida divisão de forças, colocando de um lado a “bancada de filosofia, uma parte de direito e da bancada de química”, de outro aqueles que procuraram agir com “intuito puramente político”, e ainda existiam aqueles que procuravam “agir com justiça, sem partidarismo”. Em comum a esses grupos estava o desejo de entender o que havia de errado na UEES. Ao final, como salientou esse jornal, o interesse político “foi tão grande que superou o caso do desfalque”<sup>330</sup>.

Para além das querelas políticas, o resultado dos debates acerca das teses e resoluções a serem encaminhadas pelo V Congresso resultou na elaboração de uma declaração de princípios com sete pontos versando sobre a necessidade de união da classe em torno de ideias como liberdade e democracia, moralização de costumes, repúdio a tentativas golpistas no cenário político nacional – em clara referência aos acontecimentos relacionados ao suicídio de Vargas –, defesa das riquezas nacionais contra os *trustes* das empresas estrangeiras, condenação ao latifúndio e apoio à reforma agrária, repulsas às ditaduras e às práticas de intolerância política e religiosa, e, por fim, a luta por uma sociedade com mais direitos para todos e menos privilégios, como se pode inferir do texto da mencionada declaração:

- I – Preconizam a união da classe a fim de solucionar os problemas que afligem e defender os seus ideais comuns de Liberdade e Democracia, proclamam a União Estadual dos Estudantes de Sergipe, e seus organismos filiados, os Diretórios Acadêmicos, como legítimas entidades representativas a quem cumpre concretizar todas as aspirações estudantis.
- II – Reconhecem a imperiosa necessidade de moralização dos costumes políticos.
- III – Repudiam intransigentemente, todos os movimentos tendentes a ferir a ordem constitucional, repelindo as soluções extralegais e manifestando-se inteiramente em favor da posse dos eleitos pela vontade livre e soberana do povo.
- IV – Prometem defender a todo custo a preservação das nossas riquezas e fontes de energia, não permitindo sejam extrapoladas pelos “trustes” internacionais.

---

<sup>329</sup> ACADEMUS. *O V Congresso Estadual dos Universitários* – Curt Vieira, presidente. Ano V, nº 14, setembro de 1956, pp. 6-7.

<sup>330</sup> Op. cit.



V – Condenam veementemente o sistema latifundiário imperante, exigindo uma solução imediata para o problema agrário, de que se ponha fim ao estado de penúria do homem do campo, e se lhe promova a fixação ao solo e a assistência médica, jurídica e financeira.

VI – Retificam a sua repulsa aos regimes de força, deplorando publicamente as perseguições políticas e religiosas que estão se processando em várias partes do mundo, e enviando aos irmãos oprimidos de todas as pátrias uma mensagem sentida de paz e amor.

VII – Recomendamos o melhoramento do padrão de vida do povo, pugnando por uma organização mais humana, onde todos gozam dos mesmos direitos e privilégios<sup>331</sup>.

O congresso foi encerrado após intensas negociações políticas que culminaram na configuração de uma composição ampla com o objetivo de desarmar “os espíritos de luta” e manter uma relativa unidade entre os representantes estudantis das faculdades e escolas presentes ao conclave. Os esforços nesse sentido lograram êxito com a eleição da chapa “Restauração” para a gestão da UEES no período de setembro de 1955 a setembro de 1956. Segundo o estudante de direito José Rosa de Oliveira Neto, um dos relatores do congresso, apesar das denúncias e da acirrada disputa política, havia um clima de confiança de “que essa nova Diretoria consiga realmente restaurar a confiança da **classe na sua União**”<sup>332</sup>. Para essa diretoria, foram eleitos o presidente Curt Vieira, o 1º vice-presidente Ruy Dias Trindade, a 2ª vice-presidente Rute Barros, o 3º vice-presidente Enéas Souza, o secretário geral Clementino Heitor de Carvalho, a 1ª secretária Gianete Carvalho, o 2º secretário Heraldo Carvalho, o 3º secretário Alonide Oliveira e pelo tesoureiro Teófilo Dantas<sup>333</sup>.

O VI Congresso Estadual dos estudantes universitários de Sergipe, por sua vez, foi realizado entre os dias 7 e 15 de setembro de 1956, discutiu como pontos de pauta: I – Os problemas econômicos e sociais dos estudantes, II – Problemas nacionais, III – Reforma da Constituição da UEES e IV – Relatório da Diretoria e tomadas de contas<sup>334</sup>. Já os resultados das teses e resoluções apresentadas nesse conclave, a exemplo do anterior, foi elaborada uma declaração de princípios, na qual pontos como a valorização da liberdade, da democracia, da moralização dos costumes e da importância da UEES como instância representativa dos interesses dos estudantes universitários em Sergipe foram retomados e

---

<sup>331</sup> ACADEMUS. *O V Congresso Estadual dos Universitários* – Curt Vieira, presidente. Ano V, nº 14, setembro de 1956, pp. 6-7. (negrito nosso).

<sup>332</sup> Op. cit.

<sup>333</sup> Mais informações a respeito no quadro comparativo 03: Diretoria da UEES – gestão de setembro de 1955 a setembro de 1956, p. 517.

<sup>334</sup> GAZETA SOCIALISTA. *VI Congresso dos Estudantes Superiores de Sergipe*. [2ª fase]. Ano I, nº 34, 1 de setembro de 1956, p. 1.

reforçados. Outros temas foram evocados de forma contundente, como a da liberdade de imprensa, a defesa da exploração dos minerais brasileiros, a defesa da presença do Estado intervindo na economia, a questão dos menores abandonados, a questão de uma reforma agrária, entre outros, como pode ser observado nos nove pontos que consta da declaração de princípios deste VI congresso:

I – Prometem defender intransigentemente a Liberdade de Imprensa, repudiando quaisquer movimentos no sentido de sufocar a palavra, escrita ou oral, quando usada na crítica honesta e construtiva.

II – Reconhecem a necessidade inadiável de uma maior politização de nosso povo para alcançar a moralização de nossos costumes políticos, condição precípua para garantir-se o livre exercício dos direitos fundamentais do homem.

III – Preconizam o estabelecimento de uma ordem social mais justa como único meio de promover a melhoria das condições de vida do povo.

IV – Reafirmam a necessidade do aproveitamento das nossas riquezas minerais, em bases nacionalistas, a fim de não permitir a interferência dos *trustes* internacionais e aprovam a política dos minerais atômicos adotada pelo Conselho Nacional de Segurança.

V – Recomendamos a implantação de uma ampla reforma agrária para por fim à extrema penúria do homem do campo.

VI – Propugnamos por uma economia dirigida, admitindo a intervenção do Estado no domínio econômico, no sentido de coibir os seus abusos e de planejar racionalmente o seu desenvolvimento.

VII – Consideramos o agravamento do problema do menor abandonado em Sergipe e junto às autoridades exigimos para o mesmo soluções imediatas.

VIII – Condenamos a má imprensa de Sergipe, apelando para os dirigentes e militantes dela para observarem em suas críticas o sagrado respeito à dignidade humana, lembrando que o seu objetivo não é demonizar pessoas e sim moralizar as instituições, em prol do bem-estar da coletividade.

IX – Reconhecemos a UEE como único órgão representativo dos universitários sergipanos, ressaltando o firme propósito de conservarem-se sempre unidos em torno dela<sup>335</sup>.

Já o “VII Congresso Estadual dos Estudantes Superiores de Sergipe” ocorreu entre os dias 11 e 14 de setembro de 1957, sem grande repercussão e registros por parte da imprensa, tendo sido eleito para presidir a UEES o estudante de direito Pedro Rodrigues de Carvalho<sup>336</sup>.

---

<sup>335</sup> GAZETA SOCIALISTA. *VI Congresso dos Estudantes Superiores de Sergipe* [declaração de princípios]. [2ª fase]. Ano I, nº 38, 15 de setembro de 1956, p. 2.

<sup>336</sup> ACADEMUS. *Pedro Carvalho, vice-presidente do Silvio Romero, eleito presidente da UEES*. Ano VI, nº 16, setembro de 1957, p. 13.

De um modo geral, o estudo preliminar a respeito da UEES e dos seus primeiros congressos, ainda que realizado através de “evidências incompletas”<sup>337</sup> e por vezes vinculado a apenas um dos lados das disputas tecidas em torno da denominada “entidade máxima dos estudantes superiores [universitários] do Estado de Sergipe”, mostra-se importante para revelar o processo social eivado de experiências, expectativas e disputas no qual ela, a instituição, e eles, os estudantes, encontram-se inseridos no fazer-se de uma cultura política estudantil universitária esmiuçada a partir dos registros históricos examinados no corpo desta tese.

Evocar esses registros possibilita descortinar algumas das experiências políticas e culturais tecidas pelas primeiras turmas de estudantes universitários que começam a ser formadas em Sergipe entre o final da década de 1950 e meados da década de 1980. Possibilita também conhecer um momento da biografia de intelectuais e/ou políticos que – tendo cursado o ensino superior no estado sem a necessidade de migrar para outros centros universitários –, partilharam e disputaram as experiências e expectativas de sua formação universitária em meio ao jogo de interesses da sociedade brasileira a partir de seus desdobramentos em Sergipe.

---

<sup>337</sup> THOMPSON, E. P. *A Miséria da teoria ou um planetário de erros*. Tradução Walten Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 50.

## Capítulo II – Tempos da JUC e da reforma universitária

### 2.1. A JUC, a Igreja e a luta por uma universidade em Sergipe

não só para atender a um apelo vocacional de muitos sergipanos, como também para completar o número mínimo exigível para a criação da UNIVERSIDADE DE SERGIPE, o que viria a consolidar nossas faculdades e livrá-las das ameaças de fechamento<sup>338</sup>.

Além das convencionais disputas pela direção da entidade, um novo ponto de discussão passaria a agregar os estudantes universitários em torno de um importante objetivo: a luta por uma universidade em Sergipe. Este empenho começou a ser delineado durante a realização do “VIII Congresso Estadual dos Estudantes Superiores de Sergipe”, na sede da Ação Católica da cidade de Aracaju<sup>339</sup>. Esse novo objetivo surgiu a partir das discussões atinentes à necessidade da consolidação do ensino superior no estado, debate que transcendia o próprio evento estudantil, e refletia as demandas de vários segmentos da sociedade, inclusive a Igreja Católica. Não obstante a dimensão que esse debate alcançaria nos anos seguintes, as discussões sobre a importância de uma universidade em Sergipe parecem ter ganhado forma a partir do mencionado congresso universitário de 1958, no qual começaram a ser elencadas as providências que deveriam ser tomadas para atingir esse propósito.

Os participantes do congresso propuseram que o governo estadual providenciasse a doação de um prédio para funcionamento da futura faculdade de medicina, entidade que só seria criada em 1961, e arregimentasse esforços no sentido de criar a faculdade de odontologia, que só seria fundada nos idos de 1967. Em ambas as reivindicações, além dos argumentos relacionados à importância dos novos cursos, foi destacada a necessidade de Sergipe possuir o número mínimo de instituições de ensino superior para cumprir a legislação que normatizava a criação de universidades mantidas com recursos federais nos estados<sup>340</sup>.

Essa discussão revelava várias informações a respeito de como se encontrava o ensino superior em Sergipe. A primeira delas atentava para o fato de que, apesar da efetivação das primeiras instituições de ensino superior, o governo federal não havia

---

<sup>338</sup> ACADEMUS. *VIII Congresso Estadual dos Estudantes*. Ano VII, nº 18, setembro de 1958, p. 2.

<sup>339</sup> Op. cit., pp. 1-2.

<sup>340</sup> Op. cit.

inserido Sergipe no processo de federalização e transformação “das faculdades [ou escolas superiores] estaduais ou privadas” em universidades, como ocorreu em outros estados da federação no decorrer da década de 1950<sup>341</sup>. Esta situação foi em parte justificada em razão de o número de instituições de ensino superior existentes no estado no período não atingir o mínimo determinado pela legislação para esse fim, que na época exigia ao menos seis instituições de ensino.

A segunda informação atenta para o fato de que quatro das cinco instituições de ensino superior existentes no estado enfrentavam dificuldades quanto ao funcionamento e mesmo quanto à possibilidade de não conseguirem evitar o fechamento. Exceto a Faculdade de Direito de Sergipe, que recebia subvenções da União, federalizada alguns anos depois de sua fundação, as demais em graus diferentes externavam algum tipo de dificuldade quanto à manutenção financeira, administrativa e pedagógica de suas atividades. Dentre essas instituições, a Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe e a Escola de Serviço Social, ambas vinculadas à Igreja Católica, ressentiam-se de modo mais enfático devido às dificuldades de manutenção dos seus cursos<sup>342</sup>. Já a Faculdade de Economia e a Escola de Química de Sergipe, ambas estaduais, também reclamavam dos poucos investimentos públicos aplicados nas citadas instituições<sup>343</sup>, assim como dos casos de má aplicação dos mencionados investimentos<sup>344</sup>.

Embora a intenção acerca da criação de uma universidade em Sergipe fosse algo do interesse de vários setores da sociedade, naquele momento, este propósito parece ter despertado mais atenção dos universitários e das instituições de ensino superior mantidas pela Igreja Católica. A presença de Dom José Vicente Távora<sup>345</sup> – bispo da diocese de Aracaju, religioso sensível às problemáticas sociais, próximo às posições de Dom Helder Câmara, assim como de outros bispos que começaram a pensar a necessidade de uma

---

<sup>341</sup> CUNHA, Luiz Antônio. “Ensino superior e universidade no Brasil”. Op. cit., pp. 170-178

<sup>342</sup> No caso da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe essa é abordada em: LIMA, Luís Eduardo Pina. *Ideologias e utopias na história da educação: o processo de criação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe – 1950-1951*. Aracaju: NPPCS/UFS, 1993 (Monografia de especialização). E ainda em: MORAIS, Gizelda. *Dom Luciano José Cabral Duarte: relato biográfico*. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade, 2008, pp. 82-98 e pp. 231-235.

<sup>343</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Crise na Faculdade de Ciências Econômicas*. Ano V, nº 1069, 22 de setembro de 1961, p.1 e p. 4.

<sup>344</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes de química reivindicam construção e aparelhamento da Escola*. Ano V, nº 1074, 28 de setembro de 1961, p.1 e p. 4.

<sup>345</sup> ACADEMUS. *VIII Congresso Estadual dos Estudantes*. Ano VII, nº 18, setembro de 1958, p. 2.

política social para o desenvolvimento do Nordeste<sup>346</sup> –, na plenária de encerramento do VIII Congresso Estadual dos Estudantes Superiores de Sergipe evidencia a atenção que a Igreja Católica passaria a oferecer à questão da criação de uma universidade em Sergipe.

A partir de 1958, as deliberações do VIII Congresso Estadual dos Estudantes Sergipanos e o empenho por parte da Igreja Católica, no início do bispado de D. José Vicente Távora, em torno da criação de uma universidade em Sergipe, começaram um movimento que uma década depois resultaria na Fundação da Universidade Federal de Sergipe, inaugurada em 15 de maio de 1968.

Uma evidência desse enlace foi à visita realizada, em 26 de dezembro daquele ano, por uma representação de estudantes ligados a Juventude Universitária Católica (JUC)<sup>347</sup>, e de intelectuais ligados a Liga Universitária Católica (LUC)<sup>348</sup>, ao governador eleito do estado, o então deputado federal Luiz Garcia, para discutir “problemas da classe universitária” e sobre a disposição do seu plano de governo a respeito da “fundação da Universidade de Sergipe”. Estes dois grupos de católicos leigos procuraram na oportunidade demonstrar o interesse da comunidade universitária quanto à necessidade do governo estadual assumir esse projeto em favor da sociedade sergipana<sup>349</sup>.

Em relação ao trabalho social de Dom José Vicente Távora é importante destacar que ele foi o responsável pela elevação da diocese de Aracaju à condição de arquidiocese do estado, em 1960. A partir dessa mudança, tem origem à criação da província eclesiástica de Sergipe que se separa da de Alagoas. Além disso, está relacionado ao trabalho social desse bispo um conjunto de obras sociais e culturais. Podem ser citadas a respeito: a Rádio Cultura de Sergipe, o Movimento de Educação de Base (MEB), o Serviço de Assistência à Mendicância (SAME), o trabalho de evangelização no meio rural, inclusive com o estímulo à organização de sindicatos, entre outras iniciativas importantes

---

<sup>346</sup> NASCIMENTO, Isaias. *Dom Távora, o bispo dos operários: um homem além do seu tempo*. São Paulo: Paulinas, 2008, pp. 127-165.

<sup>347</sup> Entre os estudantes jucistas que se fizeram presentes a essa visita estavam: Afonso Gueiros e Lucia Viana, da Faculdade de Filosofia; Heli Nascimento e Inácio Gomes, da Faculdade de Direito, Carmem Machado e Lêda Costa, da Escola de Serviço Social; Juarez Ribeiro, da Faculdade de Ciências Econômicas; e Geraldo de Oliveira e Salvador Ávila da Escola de Química de Sergipe, sendo este último o estudante responsável pelo envio de uma matéria jornalística ao jornal *A Cruzada* sobre a visita realizada pelos mencionados católicos leigos ao governador então eleito. Ver a respeito em: *A CRUZADA. Governador eleito Luiz Garcia*, recebe universitários de Sergipe. Ano XXIV, nº 1073, 03 de janeiro de 1959, p.1 e p.6.

<sup>348</sup> Entre os intelectuais da Liga Universitária Católica (LUC) que integraram a mencionada visita constam as presença dos professores José Silvério Leite Fontes, Paulo Machado e Antônio Garcia, sendo este último o representante da comissão indicado para falar com o governador eleito, que também era o seu irmão. Ver a respeito em: Op. cit.

<sup>349</sup> Op. cit.

para estruturar o desenvolvimento social do estado. Neste sentido, a presença do “bispo dos operários”, como também ele era conhecido, no VIII Congresso da UEES parece ter sido decisivo no sentido de redimensionar a atuação política da JUC no estado. A JUC, por sua vez, passaria, nos anos seguintes, particularmente a partir de 1960, a assumir uma posição política mais destacada.

Os primeiros registros da atuação desse grupo de universitários católicos leigos em Sergipe datam de outubro de 1951. Nesse momento, verifica-se a circulação de uma espécie de relatório/informativo com discussões sobre: a JUC nas faculdades; a Ação Católica em face da atividade social e política; o monsenhor Pietro Pavan e o sentido da universidade; noticiário internacional; noticiário nacional; publicações recebidas e livro do mês, entre outras<sup>350</sup>. Segundo o jucista José Alexandre Felizola Diniz, entrevistado por Gizelda Moraes, o movimento no estado teria passado por três fases: a JUC evangelizadora, próxima às orientações do então padre Luciano José Cabral Duarte; a JUC da transição, mais envolvida com as questões sociais; e a terceira JUC, que, em tensão com alguns setores da Igreja Católica, dissolver-se-ia dando origem à Ação Popular (AP)<sup>351</sup>.

Os ventos da segunda fase da JUC, em sua transição do trabalho de evangelização para o maior envolvimento com os debates nacionalistas, sobre a reforma universitária, sobre a criação de uma universidade em Sergipe e com os movimentos de educação e cultura popular, parecem começar a soprar a partir de setembro de 1958, sob influência de Dom José Vicente Távora. Não obstante o peso decisivo dessa nova orientação, fazia-se presente a influência do então padre Luciano José Cabral Duarte no sentido de que a JUC não se perdesse dos seus princípios de evangelização e da formação intelectual de seus quadros<sup>352</sup>. Essas duas orientações, uma mais social e outra mais espiritual, terminaram por deixar recordações singulares e tensões na memória de alguns desses jucistas<sup>353</sup>.

---

<sup>350</sup> JUC. *Relatório/informativo acerca da JUC nas Faculdades Católicas*, outubro de 1951. In: Encadernação com os ofícios recebidos pelo DAJF/FCFS (1951-1955), localizado no Arquivo Central da UFS: Fundo CECH - DHI, Caixa 24, item 90.

<sup>351</sup> MORAIS, Gizelda. *Dom Luciano José Cabral Duarte: relato biográfico*. Op. cit., pp. 82-98 e pp. 183-230.

<sup>352</sup> COMISSÃO ORGANIZADORA DA PÁSCOA DOS UNIVERSITÁRIOS DE SERGIPE. *Convite da Comissão Organizadora da Páscoa dos Universitários de Sergipe: UEES/DAMK/CASR/DAJF/DAAMB/DAFCE*, Ano de 1959, cuja programação constava da realização de uma série de palestras com o então monsenhor Luciano José Cabral Duarte. In: Encadernação com as correspondências da gestão de Francisco de Melo Novais à frente do CASR (1959-1960), localizado no Arquivo do CASR/DDI/UFS.

<sup>353</sup> A respeito da JUC em Sergipe, ver: RAMOS, Antônio da Conceição. *Movimento estudantil: a JUC em Sergipe (1954-1964)*. Op. cit. E ainda em: OLIVEIRA, Ana Júlia Lima Máximo. “*Além da reza..*”: A Atuação dos jucistas em Aracaju. São Cristóvão. DHI/UFS, 1999 (Monografia de graduação)

Voltando ao VIII Congresso, segundo o jornal *Academus*, ele se encerrou sem grandes surpresas e em meio a críticas quanto à forma de como ele se organizou e quanto aos resultados que ele poderia ter produzido e não o fez<sup>354</sup>. Foram eleitos nesse congresso para dirigir a UEES, na gestão 1958 a 1959, o presidente Renato Chagas, a 1ª vice-presidente Heli Nascimento, o 2º vice-presidente W. de Santana, o 3º vice-presidente Afonso Pacheco, o secretário geral Geraldo Sobral, a 1ª secretária Rose Mary Mesquita, a 2ª secretária Jandira Maranhão, o 3º secretário Pascoal Nabuco<sup>355</sup>, o tesoureiro José Barbosa e o vice-tesoureiro Eanes Soares<sup>356</sup>.

O “IX Congresso dos Estudantes Superiores de Sergipe”, por sua vez, parece ter sofrido dos males já apontados pelo jornal *Academus* quanto à organização, registro e divulgação de suas propostas<sup>357</sup>. Desta feita, no intervalo do ano de 1959, período em que o *Academus* não circulou – tendo sido substituído pelo jornal *O Curió*, cujo lema dizia “Jornal quase independente e idem humorístico”, já denunciava a irreverência de sua linha editorial<sup>358</sup> –, e sem um jornal próprio por parte da UEES, não se têm informações substanciais acerca do congresso e das teses nele discutidas. A lacuna de informações a respeito desse conclave estudantil é parcialmente suprida, pela publicação no jornal *Gazeta de Sergipe*, de um manifesto apresentado pela bancada da Escola de Química de Sergipe às vésperas da realização desse congresso<sup>359</sup>, de recordações de alguns militantes da JUC<sup>360</sup>, e

---

<sup>354</sup> ACADEMUS. *VIII Congresso Estadual dos Estudantes*. Ano VII, nº 18, setembro de 1958, pp. 8-9.

<sup>355</sup> Manoel Pascoal Nabuco d’Ávila, estudante de direito, entre 1957 e 1961, membro da direção do CASR na gestão de 1959, colaborou na redação dos jornais: *Academus*; *Gazeta Socialista*, *O Nordeste*, *Folha Trabalhista* e *Gazeta de Sergipe* – sendo este último, dirigido por Orlando Dantas, que estimulou intelectuais e jovens a discutir a realidade brasileira –, filiou-se ao PTB, elegeu-se prefeito do município de Estância, foi deposto e preso duas vezes: a primeira, em 17 de abril de 1964, sendo liberado em 23 de junho do mesmo ano; a segunda, em 18 de setembro de 1969, quando foi julgado, na Auditoria Militar da 6ª Região, em Salvador/BA, e condenado a uma pena de um ano e nove meses de detenção, dos quais cumpriu oito meses de pena, pela revisão feita pelo STM. Ao voltar à vida pública, atuou como promotor de justiça e como desembargador. No curso dessa trajetória profissional se tornaria uma importante figura nos bastidores da política e da justiça em Sergipe nas últimas décadas do século XX. Mais informações a respeito ver em: ÁVILA, Manuel Pascoal Nabuco. *Tributo à cidadania: minha opção de servir à sociedade*. Aracaju: J. Andrade, 2006.

<sup>356</sup> Mais informações a respeito no quadro comparativo 04: Diretoria da UEES – gestão de setembro de 1958 a setembro de 1959, p. 517.

<sup>357</sup> ACADEMUS. *VIII Congresso Estadual dos Estudantes*. Ano VII, nº 18, setembro de 1958, pp. 8-9.

<sup>358</sup> O CURIÓ. *Notícias do Centro Acadêmico Sílvio Romero e outras também notícias*. Ano I, nº 1, junho de 1959, p.1.

<sup>359</sup> GAZETA DE SERGIPE. *IX Congresso dos Estudantes Superiores de Sergipe*: manifesto apresentado pela bancada de estudantes da Escola de Química de Sergipe. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano IV, nº 429, 9 de setembro de 1959, p. 4.

<sup>360</sup> MORAIS, Gizelda. *Dom Luciano José Cabral Duarte*: relato biográfico. Op. cit., pp. 180-230.



de ofícios relacionados à posse da diretoria eleita<sup>361</sup> e dos preparativos do congresso seguinte pela diretoria eleita no congresso de 1959<sup>362</sup>.

O manifesto dos estudantes de química, por ensejo dos preparativos atinentes à realização do XI Congresso Estadual dos Estudantes, chama atenção para questões como a marcha para o socialismo, à defesa da democracia e a conservação dos princípios católicos, suturando um discurso humanista de base cristã, assim descrito:

1) Marchar para o Socialismo – Como sistema econômico de relações de produção que vem a abolir os antagonismos de classe e os desníveis nas categorias profissionais, e que, de maneira consequente, aproveita todas as riquezas no nosso subsolo sem subserviência ao estrangeiro, num nacionalismo patriótico e sem ódio.

2) Defesa da Democracia – Único regime de vida comparável com as exigências da personalidade humana pelo respeito aos direitos dos cidadãos à difusão da cultura, à gratuidade do ensino, à libertação do povo em geral e do estudante em particular, inclusive pelo respeito mútuo entre as nações e o consequente intercâmbio cultural e comercial entre todos os povos.

3) Conservação dos Princípios Cristãos – Como Filosofia que deve dirigir todos os atos do homem, na defesa das nossas tradições e aperfeiçoamentos das virtudes que levam à Religião e consequentemente a Deus.

Aracaju (Se), 8 de setembro de 1959.

Assinaram os delegados:

Mariano Salmeron Neto

Salvador de Oliveira Ávila

**Manoel Joaquim F. de Barros [Sobrinho]**

Heraldo de Almeida

Afrânio Matos de Souza

Humberto Marques

Aloísio Melcíades dos Anjos

Geraldo Barreiros Cardoso

Esmeraldino Casal<sup>363</sup>

Nesse conclave, segundo o jucista Juarez Costa, em entrevista concedida a Gizelda Morais, o grupo da JUC elegeu o estudante de química Manoel Joaquim F. de Barros Sobrinho presidente da UEES. Ainda segundo Costa, naquele momento, ninguém

---

<sup>361</sup> UEES. *Of. cir. 01/1959/1960/UEES*, setembro de 1959. In: Ofícios recebidos pela Federação dos Trabalhadores da Indústria de Sergipe, localizados no PDPH/DHI/UFS.

<sup>362</sup> UEES. *Of. s/nº/UEES para CASR*, de 31 de agosto de 1960. In: Encadernação com as correspondências da gestão de Francisco de Melo Novais a frente do CASR (1959-1960), localizado no Arquivo do CASR/DDI/UFS.

<sup>363</sup> GAZETA DE SERGIPE. *IX Congresso dos Estudantes Superiores de Sergipe*: manifesto apresentado pela bancada de estudantes da Escola de Química de Sergipe. Op. cit. (negrito nosso).

“acreditava que o pequeno grupo da JUC estivesse mandando”<sup>364</sup>. O fato é que a partir da eleição do congresso estadual de 1959, a JUC teria um peso decisivo na hegemonia da UEES, seja ocupando diretamente a sua presidência, seja apoiando aqueles que a ocupariam. Esta atitude não agradou o orientador espiritual da JUC, o padre Luciano José Cabral Duarte, como recorda a jucista Carmem Machado Costa, em entrevista concedida a Gizelda Moraes, ao enfatizar que

quando foi para entrar na política, o Padre [Luciano José Cabral Duarte] chamou a gente lá na casa dele e disse: ‘você vão ver como essa JUC vai se modificar, porque, na política, existe o interesse do voto’. Mas aí nós tivemos que entrar, mesmo, porque, quem tomava conta da UEES e dos diretórios, era o outro lado que não fazia nada<sup>365</sup>.

O jucista José Alexandre Felizola Diniz, então estudante de filosofia, recorda que desde 1960, quando ele havia entrado na direção do Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo, e depois na UEES, a JUC, “que antes tinha um posicionamento mais religioso”, passa, “a partir do início dos anos sessenta”, a ter “um maior envolvimento político”<sup>366</sup>. Em relação à UEES, Diniz frisa a gestão de Manoel Joaquim como o primeiro jucista, nessa fase política mais ativa da JUC, a ocupar a presidência dessa entidade<sup>367</sup>.

Essa nova diretoria da UEES, sob a influência da nova fase da JUC, teve como presidente Manoel Joaquim F. de Barros Sobrinho, 1ª vice-presidente Maria Diná Menezes, 2º vice-presidente Hélio Oliveira, 3ª vice-presidente Elza Schuster, secretário geral Mariano Salmeron Netto, 1ª secretária Maria Auxiliadora de Mello Diniz, 2ª secretária Rose Mary de Albuquerque Mesquita, 3ª secretária Marlene Rosa Montalvão, tesoureiro Gildo Prado Nunes e vice-tesoureira Edinalda Simões de Moura<sup>368</sup>.

A gestão da UEES sob a presidência do jucista Manoel Joaquim F. de Barros Sobrinho, no período de setembro de 1959 a setembro de 1960, ficou marcada pelo slogan “pela formação de uma consciência universitária nacionalista” estampado no pé de página dos ofícios enviados pela entidade. Dentre esses ofícios está o que comunica aos diretórios acadêmicos existentes no ano de 1960 que entre os dias 4 e 11 de setembro daquele ano

---

<sup>364</sup> MORAIS, Gizelda. *Dom Luciano José Cabral Duarte: relato biográfico*. Op. cit., p. 212.

<sup>365</sup> MORAIS, Gizelda. *Dom Luciano José Cabral Duarte: relato biográfico*. Op. cit., p. 213.

<sup>366</sup> DINIZ, José Alexandre Felizola. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 12/03/1998.

<sup>367</sup> MORAIS, Gizelda. Op. cit., p. 213.

<sup>368</sup> Mais informações a respeito no quadro comparativo 05: Diretoria da UEES – gestão de setembro de 1959 a setembro de 1960, p. 518.

ocorreria o “X Congresso dos Estudantes Superiores de Sergipe”<sup>369</sup>, resultando na eleição de uma nova diretoria para órgão estadual dos estudantes universitários.

A diretoria da UEES, eleita para a gestão 1960/1961, teve como presidente José Costa Calvacante, 1º vice-presidente Juarez Alves Costa, 2ª vice-presidente Maria Silvia Aguiar Siqueira, 3ª vice-presidente Maria Auxiliadora de Mello Diniz, secretário geral José Alexandre Felizola Diniz, 1º secretário Guido Azevedo, 2º secretário Deoclécio Vieira Filho, 3ª secretária Maria Luiza de Souza, tesoureiro Antonio Aureliano Bispo e vice-tesoureira Gilsa Luiza da Mota Gomes<sup>370</sup>.

Em meio a essa configuração política, na qual a JUC passava a se firmar como tendência hegemônica dentro do movimento estudantil universitário, o jogo de correlação de forças entre as faculdades se manteve, indicando um contínuo processo de negociação e de alternância entre as faculdades e escolas superiores na presidência da UEES. Neste sentido, mesmo quando o slogan postado nos documentos dessa entidade, na gestão de 1960 a 1961, postulava a necessidade de que “Sergipe precisa ter uma universidade”<sup>371</sup>, isto não significava que todas as escolas e faculdades conferissem ao tema o mesmo peso e a mesma importância.

No caso da Faculdade de Direito, que já apresentava sinais de consolidação recebendo subvenções federais que a bastavam, o tema da criação de uma universidade parecia não ganhar tanta ênfase<sup>372</sup>. Segundo Zelita Correia Rodrigues dos Santos, liderança estudantil do curso de direito, havia certo receio dos que faziam aquela faculdade em relação à possibilidade de que os recursos das subvenções federais fossem parar em uma bolsa comum, no caso da universidade, implicando a perda de qualidade daquele curso<sup>373</sup>, preocupação também presente entre as recordações de outros estudantes daquela faculdade<sup>374</sup>.

O mesmo tipo de preocupação parecia não ocorrer com as demais instituições de ensino superior do estado que declaravam viver com dificuldades financeiras e estruturais.

---

<sup>369</sup> UEES. *Of. s/nº/UEES para CASR*, de 31 de agosto de 1960. In: Encadernação com as correspondências da gestão de Francisco de Melo Novais à frente do CASR (1959-1960), localizado no Arquivo do CASR/DDI/UFS.

<sup>370</sup> Mais informações a respeito no *quadro* comparativo 06: Diretoria da UEES – gestão de setembro de 1960 a setembro de 1961, p. 518.

<sup>371</sup> UEES. *Of. Circular 01/ 1960/1961/UEES*, setembro de 1960.

<sup>372</sup> ACADEMUS. *Um decênio de educação e cultura: faz dez anos a Faculdade de Direito de Sergipe*. Ano VIII, nº 20, novembro de 1960, pp. 1-2.

<sup>373</sup> SANTOS, Zelita Rodrigues Correa. Entrevistada por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 04/08/1998.

<sup>374</sup> SANTANA, Luiz. “História de uma vida”. In: *Crônica de uma cidade*. 6 de setembro de 2009. Disponível: < <http://cronicadacidade.blogspot.com> >. Acessado em 10/10/2010.

Para estas, a luta pela criação de uma universidade no estado parece ter despertado maior interesse por parte dos professores e alunos. No caso das faculdades católicas, o interesse na criação de uma universidade em Sergipe, como já foi discutido, vinha desde o VIII Congresso da entidade, em 1958, quando seus estudantes passaram a externar de modo mais efetivo a preocupação com o funcionamento de algumas faculdades que sofriam com a falta de recursos. Segundo o estudante Clodoaldo Alencar Filho, então diretor cultural da Rádio Cultura e membro do Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo, a defesa da criação de uma universidade mantida com recursos federais parecia uma alternativa para resolver os problemas de recursos de muitas das instituições de ensino superior em funcionamento em Sergipe entre a década de 1950 e início da década de 1960<sup>375</sup>.

Para José Silvério Leite Fontes, membro da LUC e presidente do Sindicato dos Professores do Estado de Sergipe, a falta de recursos agravou até mesmo o número de matrículas nos cursos da Faculdade de Filosofia, e algumas turmas chegaram a ter apenas dois ou três alunos<sup>376</sup>. Os estudos já desenvolvidos a respeito da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, instituição que abrigava os cursos das diversas áreas da licenciatura, como filosofia, história e geografia e os cursos de letras, tendem a registrar os esforços dos primeiros professores e alunos para manter os seus respectivos cursos e a faculdade<sup>377</sup>.

A posição das duas faculdades estaduais – a Faculdade de Ciências Econômicas e a Escola de Química de Sergipe –, ambas fundadas no final da década de 1940, também registrava a falta de recursos como um dos grandes problemas enfrentados por aquelas instituições. Esta situação parece ter sido agravada no contexto político e econômico do início dos anos de 1960, quando tanto os estudantes do curso de economia<sup>378</sup> quanto os do curso de química<sup>379</sup> passaram a reivindicar, de modo mais constante, o repasse regular de recursos e a realização de investimentos para melhorar as condições de ensino e funcionamento das respectivas instituições de ensino.

Em face dessa falta de recursos, denunciada por grande parte das faculdades e escolas superiores, a bandeira da criação de uma universidade em Sergipe mantida com

---

<sup>375</sup> ALENCAR FILHO, Clodoaldo. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 15/09/1998.

<sup>376</sup> FONTES, José Silvério Leite. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 10/08/1998.

<sup>377</sup> Ver a respeito em MORAIS, Gizelda. *Dom Luciano José Cabral Duarte: relato biográfico*. Op. cit., pp. 74-92. E ainda em: LIMA, Luís Eduardo Pina. *Ideologias e utopias na história da educação: o processo de criação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe – 1950-1951*. Op. cit.

<sup>378</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Crise na Faculdade de Ciências Econômicas*. Ano V, nº 1069, 22 de setembro de 1961, p.1.

<sup>379</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes de química reivindicam construção e aparelhamento da Escola*. Ano V, nº 1074, 28 de setembro de 1961, p.1.

recursos federais passou a ganhar cada vez mais força, inclusive por parte de estudantes do curso de direito, seja por solidariedade às reivindicações dos demais colegas universitários, seja em razão do amplo arco de alianças necessárias para compor e disputar os cargos de direção da UEES.

## **2.2. A UEES, a Campanha da Legalidade e a imprensa estadual**

A composição desse arco de alianças envolvendo os interesses das faculdades, das escolas superiores, dos diretórios acadêmicos e das tendências que atuavam no movimento estudantil, entre as quais a JUC, parece ter sido fermentada ainda mais pelo contexto político que passou a tomar conta do país a partir da renúncia de Jânio Quadros e pelos debates em torno da chamada política de “reformas de base”, entre estas, a reforma universitária, que mais de perto mobilizaria os estudantes universitários.

A justaposição desses acontecimentos, debates e tensões resultou em um processo de “ebulição política” que, entre outros aspectos, terminaria por dimensionar o protagonismo dos universitários sergipanos – nos debates estaduais e mesmo nos debates nacionais acerca da Reforma Universitária –, e a ocupar as primeiras páginas dos jornais que circulavam no estado, em particular as do jornal *Gazeta de Sergipe*, que substituiu o jornal *Gazeta Socialista*, desde o ano de 1959.

Nesse contexto, o movimento estudantil universitário de Sergipe passaria “por um período de ebulição política”<sup>380</sup>. E em meio a essa efervescência, a UEES participa dos desdobramentos ocorridos no estado, relacionados ao processo de instabilidade política instaurado no país nos últimos dias do mês de agosto de 1961, após a renúncia de Jânio Quadros, e as seguidas tentativas de alguns setores da sociedade brasileira em opor-se à posse do vice-presidente João Goulart.

Estes acontecimentos promoveram entre os segmentos organizados da sociedade brasileira a realização de uma forte mobilização em torno do cumprimento da legalidade constitucional. Estas mobilizações ocorreram, no primeiro momento, como apoio ao presidente que havia renunciado, e a seguir como apoio à chamada “Campanha da Legalidade”, liderada pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, para garantir a posse de João Goulart na presidência da república.

---

<sup>380</sup>DINIZ, José Alexandre Felizola. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 12/03/1998.

Nesse episódio, os estudantes universitários brasileiros, através da UNE, tomaram uma posição importante no processo de mobilização social em favor dos princípios constitucionais que legitimavam a posse de João Goulart na presidência do país. Segundo o pesquisador José Luís Sanfelice, a UNE buscou agir rapidamente, decretando greve geral dos estudantes, fazendo pronunciamento através da cadeia de rádios formada pela “Rede da Legalidade” e estimulando entidades congêneres, como a União Metropolitana de Estudantes, a lançar notas e manifestos conclamando o povo a defender a legalidade constitucional<sup>381</sup>.

Em Sergipe, os desdobramentos relacionados à participação de setores da sociedade brasileira, entre eles as entidades estudantis, em torno da legalidade constitucional, coincidem com os preparativos para a realização do “XI Congresso dos Estudantes Superiores de Sergipe”, ocorrido entre os dias 7 e 13 de setembro de 1961, nas instalações da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (FCFS)<sup>382</sup>. Mas antes mesmo da realização desse conclave, a direção da UEES, reunida na Faculdade de Filosofia no dia 28 de agosto daquele ano, portanto, nos primeiros dias após a renúncia de Jânio Quadros, decretou greve para todos os universitários até que fosse restabelecida a legalidade constitucional do país. A direção da UEES ainda elaborou um manifesto que, apesar de aprovado em reunião, foi assinado apenas por alguns dos presentes<sup>383</sup>.

Essa discussão referente às assinaturas de apoio ao manifesto em que a UEES defendia a ordem constitucional do país tomou corpo, em 29 de agosto de 1961, na 49ª sessão extraordinária do Diretório Acadêmico Antônio Militão de Bragança (DAAMB), entidade estudantil vinculada a Escola de Química de Sergipe. Nessa sessão extraordinária, foram apresentados os argumentos por parte dos representantes da UEES, presentes à mencionada reunião, explicando, sobretudo as razões de o manifesto não ter sido publicitado<sup>384</sup>.

Essa discussão revela, de um lado, a cobrança de alguns estudantes em relação ao fato de o manifesto “não ter saído” e, por outro, certa apreensão e cautela por parte de alguns representantes da direção da UEES e da direção do DAAMB por conta dos

---

<sup>381</sup> SANFELICE, José Luís. *Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986, pp. 18-21.

<sup>382</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Instalado o XI Congresso dos Estudantes Superiores*. Ano V, nº 1058, 9 de setembro de 1961, p.1.

<sup>383</sup> DAAMB. *Ata da 49ª sessão extraordinária do DAAMB da ESQS*, realizada em 29 de agosto de 1961. In: *Localização no Arquivo Central da UFS: Fundo CCET-DQI, Caixa 25, item 78.*

<sup>384</sup> Op. cit.

desdobramentos que estavam por vir na ordem política do país com aquele prenúncio de golpe. Esse sentimento de apreensão e cautela fica evidente na preocupação dos representantes do movimento estudantil universitário de comunicar ao Comando Militar de Aracaju que “estavam em greve por período indeterminado, e que lançariam um manifesto”<sup>385</sup>, o que na prática também significava a solicitação prévia de autorização às autoridades militares para que os mencionados protestos fossem realizados. Entretanto, não obstante esses cuidados, os representantes da UEES foram comunicados pelas autoridades militares “que [o Exército] agiria caso houvesse qualquer agitação”<sup>386</sup>.

Esse “diálogo” mantido entre os estudantes e o Comando Militar de Aracaju, na época exercido pelo coronel José Lopes Bragança, parece ter produzido efeitos sobre os protestos estudantis em favor da legalidade constitucional. Segundo Ibarê Dantas, baseado no relato desse acontecimento escrito pelo coronel Bragança<sup>387</sup>, a UEES “lançou manifesto condenando os que levaram o presidente à renúncia, e pedindo ao Congresso para não ratificá-la, ao tempo em que clamava as entidades de classe a pronunciarem-se contra a violação da Constituição”<sup>388</sup>. A nota oficial da UEES, transcrita por José Lopes Bragança em seu livro de memórias sobre Sergipe, diz que:

A União Estadual dos Estudantes de Sergipe, entidade de representação dos universitários sergipanos, no uso de suas prerrogativas de célula viva e atuante da sociedade, sente-se no dever de vir a público manifestar o pensamento da **classe universitária** acerca dos últimos acontecimentos da vida política nacional.

A **classe universitária** foi tomada de surpresa pela renúncia do Sr. Jânio Quadros, mas compreende que mais uma vez as forças da reação ao progresso e ao desenvolvimento nacional conseguiram se impor aos desejos de transformação do País. O Presidente Jânio Quadros soube responder a estes desejos e justamente por isso foi esmagado quando apresentava uma esperança concreta de superação deste estado de coisas. Assim, a **classe universitária** que sempre lutou por estes ideais, vem de público apresentar ao presidente renunciante, ao mesmo tempo em que exprime sua repulsa àqueles de interesse contrariados que mais uma vez agiram, atentando contra a vida democrática do País.

Cremos que todo o ato jurídico, realizado sob coação, é de pleno direito nulo; e assim sendo apelamos para o Congresso Nacional no sentido de

---

<sup>385</sup> DAAMB. *Ata da 49ª sessão extraordinária do DAAMB da ESQS*, realizada em 29 de agosto de 1961. In: Localização no Arquivo Central da UFS: Fundo CCET-DQI, Caixa 25, item 78.

<sup>386</sup> Op. cit.

<sup>387</sup> BRAGANÇA, José Lopes. *Sergipe por um óculo*. Belo Horizonte: Carneiro e Cia, s/d, pp. 90-91.

<sup>388</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *Os partidos políticos em Sergipe (1889-1964)*. Op. cit., p. 252.

que não ratifique a atitude do Sr. Jânio Quadros e ao povo pedimos que dê uma demonstração maciça de apoio ao Presidente.

Confiamos que a ordem democrática constitucional será mantida, mas não devemos permitir pelo nosso silêncio que se concretizem abusos contra a Constituição. Conclamamos as entidades de classe, sindicatos, representantes do povo, a fim de que expressem estes sentimentos através de manifestações oficiais e telegramas.

Aracaju 26 de agosto de 1961<sup>389</sup>.

Como já foi discutido nos parágrafos anteriores, os estudantes não teriam publicitado esse manifesto, pelo menos não antes do dia 29 de agosto de 1961, como consta nos registros da assembleia dos estudantes de Química, da qual os representantes da UEES também tomaram parte. Além disso, a presente pesquisa não conseguiu localizar a publicação desse manifesto nos jornais que circulavam na época, o que era esperado para esse tipo de ação política.

As indefinições do cenário político, com a confirmação da renúncia de Jânio Quadros, e as ponderações do coronel José Lopes de Bragança, então comandante do 28º BC, às lideranças estudantis em relação às consequências do ato de divulgar os panfletos do citado manifesto na imprensa, devem ter influenciado os estudantes a não publicarem o tal documento.

Reforça essa compreensão o exame do apelo proferido pelo mencionado comandante, através da imprensa e por meio de microfones aos participantes das manifestações, no sentido de que os universitários fossem dissuadidos do ímpeto de protestar e da vulnerabilidade a que estavam expostos, por conta da inexperiência da idade, e das manipulações de “forças do mal” associadas à ação de comunistas, como se pode verificar na transcrição desse apelo, feita pelo coronel Bragança em seu livro de memórias sobre Sergipe, aos estudantes universitários:

Estudantes Sergipanos

O Comandante da Guarnição Federal, preocupado com as consequências que poderão advir da vossa atitude de vir para a praça pública em ímpetos de protesto, vem vos fazer apelo.

Não turbeis a paz da família sergipana neste momento em que todos se voltam para a Pátria na certeza de que tudo se resolverá dentro das

---

<sup>389</sup> BRAGANÇA, José Lopes. *Sergipe por um óculo*. Op. cit., pp. 89-90. (negrito nosso).



disposições contidas na Constituição Federal. O Exmo. Sr. Ministro da Guerra já o declarou, como penhor ao povo brasileiro.

Na vossa inexperiência, que é fruto de vossa idade, sereis empolgados pelas **forças do mal**, sempre alertas contra nós, **o comunismo**.

**Os comunistas** não sabem o que somos capazes contra eles e vós ignorais o que eles poderão vos levar a fazerdes.

Acautelai-vos, pois. Apelo no sentido de que vos retireis para vossas casas, onde vossas famílias vos reclamam.

Aracaju, 27 de agosto de 1961<sup>390</sup>.

O coronel José Lopes de Bragança, revelando seus temores anticomunistas, tentou persuadir os estudantes a não tomarem uma posição frente aos acontecimentos políticos que se desencadearam a partir da renúncia de Jânio Quadros. Tal medida tinha o objetivo de convencer os estudantes a não se transformarem em inocentes úteis ou alvos manipuláveis pelas “forças do mal” corporificadas na ação de comunistas que buscam tirar proveito da inexperiência e da empolgação dos estudantes. Além disso, procurou abafar as manifestações da sociedade civil censurando as rádios, o que gerou protestos de vários segmentos sociais e buscou autorização para intervir na Assembleia Legislativa e no governo estadual, tentativas que não lograram êxito<sup>391</sup>. O discurso e a postura política desse militar revelavam, portanto, uma clara atitude de oposição sistemática ao comunismo e aos militantes políticos que levantavam essa bandeira<sup>392</sup>.

Entretanto, o aparente êxito do apelo, feito pelo coronel José Lopes de Bragança, aos representantes da UEES, deve levar, também, em consideração o fato de os militantes da JUC, à frente da entidade estudantil no período, sustentarem, devido à formação católica, uma postura de crítica e discordância quanto às propostas e às práticas comunistas. Bragança, ao explorar estas possíveis discordâncias, atribui à responsabilidade de supostas agitações e desordens aos comunistas, numa tentativa de convencer e dissuadir os estudantes a não aderirem a causas e propostas radicais.

---

<sup>390</sup> BRAGANÇA, José Lopes. *Sergipe por um óculo*. Op. cit. p. 90. (negrito nosso)

<sup>391</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *Os partidos políticos em Sergipe (1889-1964)*. Op. cit., p. 252.

<sup>392</sup> A respeito do conceito de anticomunismo, consultar os verbetes políticos relacionados em: BOBBIO, Norberto et alii. *Dicionário de Política*. vol. I. 4 ed. Brasília: UNB, 1998, pp. 34-35; em: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da, MEDEIROS, Sabrina Evangelista, VIANNA, Alexander Martins. *Dicionário crítico do pensamento da direita*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Mauad, 2000, p. 42. E ainda as discussões formuladas sobre o anticomunismo no Brasil em: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002; e sobre as orientações políticas do Exército Brasileiro sobre o PCB em: SOUZA, Sandra Regina Barbosa da Silva. *Os sete matizes do rosa ou mundo contaminado pela radiação comunista: homens vermelhos e inocentes úteis*. Salvador: PPGH/UFBA, 2009 (Tese de doutorado), pp. 22-40.

Em torno desses fatos, a realização do XI Congresso da UEES aconteceu nas primeiras semanas de setembro daquele ano, juntamente com as intensas e fervorosas discussões sobre a situação política nacional que continuavam a ganhar corpo. Dentro desse contexto, durante os dias em que o mencionado conclave ocorreu, além das lideranças universitárias, também se fizeram presentes ao evento “líderes sindicais, representantes do Governo do Estado, da Assembleia Legislativa, do Prefeito da Capital, da Câmara de Vereadores, do Arcebispo Metropolitano e das **Forças Armadas**”<sup>393</sup>. E como não poderia deixar de ser, o tema central discutido pelo conclave foi “a defesa da Constituição e a manutenção do regime [presidencialista]”. Estes pontos, segundo a reportagem do jornal *Gazeta de Sergipe*, “estiveram seriamente ameaçados durante a última crise político-militar”<sup>394</sup>, que, fazendo um jogo de palavras, não seria a última e sim o prenúncio de outra ainda mais contundente e prolongada ainda por vir nos anos seguintes.

Prestigiado por lideranças sociais e por autoridades políticas e religiosas, o XI Congresso da UEES carregou as atenções de seus participantes para o debate político que se travava naquele momento acerca da manutenção da ordem constitucional. Nessa oportunidade, a já tradicional declaração de princípios lançada pelos universitários nos últimos congressos realizados pela UEES adquiriu uma projeção política e um significado social bem maior.

Nesse sentido, o XI Congresso da UEES listou entre os itens de sua declaração de princípios uma série de propósitos e reivindicações que perpassavam o reconhecimento da UNE enquanto unidade maior dos universitários brasileiros, a defesa da escola pública, a defesa da formação de um pacto de unidade entre os universitários de Sergipe, o repúdio às atitudes autoritárias do Comando do 28º BC quanto aos acontecimentos relacionados à renúncia de Jânio Quadros, a defesa dos princípios democráticos para todos, a defesa da necessidade da reforma agrária, a defesa do monopólio nacional na exploração das riquezas minerais do país, a defesa da autonomia dos povos, a rejeição ao capitalismo, a defesa da inclusão de todos os povos na ONU, a defesa do direito de greve e a defesa de que o Estado deveria intervir no mercado de livros e materiais didáticos para garantir

---

<sup>393</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Instalado o XI Congresso dos Estudantes Superiores*. Ano V, nº 1058, 9 de setembro de 1961, p.1. (negrito nosso)

<sup>394</sup> Op. cit.

condições de acesso ao conhecimento de todos<sup>395</sup>. Os fundamentos dessa declaração de princípios foram assim delineados:

#### Declaração de princípios do XI Congresso Estadual da UEES

- Reconhecemos a UNE como entidade central dos universitários brasileiros, e hipotecamos total apoio à sua Diretoria em todas as suas iniciativas em prol da **classe universitária** e do aperfeiçoamento político e social do Brasil.
- Pronunciamos-nos favoráveis à escola pública (assim consideradas as escolas que ministram ensino gratuito) e preconizamos que os recursos públicos consignados no orçamento para educação, devem ser prioritariamente concedidos à mesma, a fim de permitir a todos um ensino democrático e gratuito em todos os graus para cumprimento integral de que assegura o art. 166 da Constituição Federal.
- Preconizamos a necessidade urgente da formação em Sergipe de um **pacto de unidade entre os universitários, operários e camponeses**, como meio de pressionarmos as classes dirigentes a atender as legítimas reivindicações do povo e promover a politização das classes proletárias possibilitando-as a tornarem-se forças vivas do exercício do Poder Político, e realizem o papel histórico que lhes cabe na vida nacional.
- **Repudiamos a atitude tomada durante os últimos acontecimentos políticos nacionais pelo Comando do 28º BC**, prendendo radialistas, retirando duas emissoras do ar, **proibindo uma manifestação pacífica dos estudantes**, ordenando inclusive uma desnecessária demonstração de força, num atentado flagrante às leis do país exorbitando de modo evidente as suas funções específicas.
- Reafirmamos nossa fé inabalável na democracia, ressaltando porém a necessidade imperiosa de promover a aplicação efetiva de seus princípios a fim de que na palavra 'povo' sejam incluídas realmente todas as classes proletárias para que a liberdade não seja unicamente o direito de escolher burgueses para o comando político, a igualdade simples equiparação em termos monetários e a fraternidade um fútil convívio de gente de bem em clubes granfinos.
- Reconhecemos como indispensável e urgente a efetivação de uma Reforma Agrária que venha modificar a colonial estrutura agrária e latifundiária do nosso país responsável pela baixa produtividade dos nossos campos e conseqüentemente, pelos míseros padrões de vida da massa rural que constitui a maioria da população brasileira, sendo portanto um forte obstáculo ao pleno desenvolvimento do Brasil.
- Somos pelo monopólio estatal em todos os nossos recursos energéticos e nas riquezas básicas, e pela intervenção nos serviços de utilidade pública, como fator da nossa emancipação econômica e dispositivo de segurança nacional.
- Manifestamo-nos favoráveis a uma política de autodeterminação e neutralismo como o único meio de nos tornarmos protagonistas da nossa emancipação política e desenvolvimento econômico, livres do jugo humilhante de qualquer potência estrangeira.

---

<sup>395</sup> FOLHA POPULAR. *XI Congresso Universitário*: estudantes sergipanos traçam rumos para a luta em favor do povo brasileiro. Ano VIII, nº 336, 23 de setembro de 1961, p. 4.

- Somos contrários ao capitalismo por reconhecer nele um sistema injusto e incapaz de promover o bem-estar do povo sem recorrer à exploração dos outros povos subdesenvolvidos, e como tal, impossibilitados de desenvolver-se no mundo atual, onde todos os países desejam progredir e emancipar-se. Vemos no Capitalismo a socialização dos prejuízos e a individualização dos lucros.
- Somos favoráveis à admissão de todos os povos na ONU sem discriminações ideológicas, pois acreditamos ser a comunhão de todos os Estados neste organismo internacional um dos fatores básicos para a manutenção da paz.
- Nós universitários somos favoráveis ao direito de greve, pois achamos o mesmo a única arma democrática ante as imposições reacionárias daqueles que esquecendo-se da força do Direito utilizem o direito da força, na tentativa de sufocar os anseios e reivindicações justas das classes operárias.
- Manifestamos a necessidade imperiosa do Estado intervir no mercado de livros escolares criando inclusive editoras visando propiciar ao estudante a aquisição em condições condignas, de livros e materiais indispensáveis à sua aprendizagem e a especialização<sup>396</sup>.

Nesse congresso, como de praxe, foi eleita a diretoria da entidade para a gestão 1961/1962, a qual passou a ter a presidência do estudante de direito Guido Azevedo<sup>397</sup>, e ainda foi realizada uma homenagem a Dom José Vicente Távora, arcebispo da recém-criada província eclesiástica de Sergipe, pela “defesa da legalidade e integridade da Constituição, na recente crise político-militar”<sup>398</sup>. A postura política dessa autoridade eclesiástica<sup>399</sup> e o conjunto de sua obra social, em particular o Movimento de Educação de Base, renderiam a ele não apenas o respeito dos universitários de Sergipe, como também aplausos no IX Congresso Nacional de Jornalistas, ocorrido no final daquele mês de setembro de 1961, em Nova Friburgo, no Rio de Janeiro<sup>400</sup>.

O posicionamento dos estudantes de Sergipe em defesa da legalidade democrática também obtivera reconhecimento no campo político nacional. Conforme noticiou o *Gazeta de Sergipe*, a UEES recebera telegramas de agradecimentos dos governadores Leonel

---

<sup>396</sup> FOLHA POPULAR. *XI Congresso Universitário*: estudantes sergipanos traçam rumos para a luta em favor do povo brasileiro. In: Ano VIII, nº 336, 23 de setembro de 1961, p. 4. (negritos nossos).

<sup>397</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Universitários satisfeitos com os resultados do XI Congresso*. Ano V, nº 1063, 14 de setembro de 1961, p.1.

<sup>398</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Universitários de Sergipe homenageiam D. Távora*: decisão do XI Congresso de Estudantes Superiores. Ano V, nº 1059, 1º de setembro de 1961, p.1.

<sup>399</sup> NASCIMENTO, Isaias. Op. cit., pp. 177-198.

<sup>400</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Aplausos a D. José Távora no IX Congresso Nacional de Jornalistas*. Ano V, nº 1075, 29 de setembro de 1961, p.1.

Brizola, do Rio Grande do Sul; Gilberto Maranhão, do Amazonas; e Mauro Borges, de Goiás, “que enaltecem a atitude dos universitários sergipanos”<sup>401</sup>.

Na Câmara Municipal de Aracaju, os ecos positivos do congresso realizado pelos universitários foram objeto de elogios do vereador Agonalto Pacheco, liderança sindical dos funcionários públicos, militante do PCB, que destacou a “maneira incisiva com que [os estudantes universitários] debateram os problemas cruciais de **sua classe**, como também os vinculados ao país”<sup>402</sup>. A repercussão política do XI Congresso da UEES fez-se notar também na Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, onde foi objeto da exposição pessoal do deputado Viana de Assis, que “disse do brilhantismo [com] que se revestiu o citado congresso, pela seriedade com que foram debatidos importantes problemas vinculados à **classe estudantil** e de ordem econômica, política e social do país”<sup>403</sup>.

Viana de Assis, que havia participado da militância estudantil junto à USES e à Faculdade de Direito de Sergipe<sup>404</sup>, ressaltou ainda à imprensa a importância da classe estudantil em conquistas, como a criação da Petrobras, e nos recentes debates desenvolvimentistas do país. Assis finalizou sua declaração dizendo que nos debates a respeito da “abertura de novos rumos para o ensino brasileiro”, os estudantes “**representam a vanguarda da nossa comunidade**”<sup>405</sup>. Mais que uma peça de oratória, o discurso desse deputado retrata o significado que a participação política desses universitários alcançou naquele instante da história do Brasil, a partir de seus desdobramentos em Sergipe.

Não se pode dizer que o governo do Estado de Sergipe na época tenha tido a mesma sensibilidade política do então vereador Agonalto Pacheco e do deputado estadual Viana de Assis quanto à projeção que os estudantes estavam a usufruir naquele momento. Luís Garcia, eleito pela UDN para governar o estado no período de 1959 a 1962, assim

---

<sup>401</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Governadores enaltecem universitários sergipanos*. Ano V, nº 1070, 23 de setembro de 1961, p.4.

<sup>402</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Imprensa oficial do município* [Coluna Câmara dos Vereadores]. Ano V, nº 1063, 15 de setembro de 1961, p. 4. (negrito nosso).

<sup>403</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Vitória da vanguarda estudantil* [coluna Assembleia Legislativa]. Ano V, nº 1063, 15 de setembro de 1961, p. 4. (negrito nosso).

<sup>404</sup> Ver a respeito em: ASSIS, Antonio Fernandes Viana de. Entrevista concedida a Irene Soares Rodrigues, Nadja Costa dos Santos e a Neide Costa dos Santos. Aracaju/SE, 30/10/2006. E ainda em: SANTANA, Kátia. “Ex-prefeito Viana de Assis morre aos 74 anos de idade”. In: *Jornal da Cidade*, 22 de junho de 2010. Disponível em: <<http://www.jornaldacidade.net/2008/noticia.php?id=68660>>. Acessado em 3/12/2010.

<sup>405</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Vitória da vanguarda estudantil* [coluna Assembleia Legislativa]. Ano V, nº 1063, 15 de setembro de 1961, p. 4. (negrito nosso).

como parte de seu secretariado, não conseguiram lidar de forma habilidosa com a projeção alcançada pelos estudantes a partir da realização do XI Congresso da UEES.

Neste sentido, o governador Luís Garcia enfrentou sérias críticas advindas dos estudantes, muitos dos quais logo se alinhariam com a oposição que derrotaria o seu grupo político, que estava à frente do governo estadual desde 1955, sob a liderança de Leandro Maynard Maciel. Após o congresso, os universitários vinculados às instituições estaduais, no caso a Faculdade de Ciências Econômicas (FCE), e a Escola de Química de Sergipe (EQS), passaram a reivindicar mais recursos e investimentos para as suas instituições.

Os problemas nas instalações físicas, falta de direção e a falta de professores da FCE foram descritos pelos estudantes daquela faculdade estadual como graves, inclusive representando uma séria ameaça de fechamento. Diante dessa realidade, foi formada uma comissão de estudantes para elaborar um relatório descrevendo a situação a ser encaminhado às autoridades estaduais, solicitando-lhes providências. Essa comissão formada pelos estudantes Walter Ribeiro, José Lourenço, José Carlos, Carlos Augusto, Paulo Barbosa, Jacob Charcot, Oscar Ludovice e José Marquivaldo contou ainda, segundo informa a reportagem do *Gazeta de Sergipe*, com o apoio da entidade de representação estadual dos estudantes universitários e de todos os demais diretórios acadêmicos então existentes no estado<sup>406</sup>.

### **Os ecos das reivindicações dos estudantes de economia e de química**

Concluído o relatório, os estudantes de economia compareceram ao palácio Olímpio Campos, sede do governo do estado, para entregar o documento e ter uma audiência com o chefe do executivo estadual. Segundo a reportagem do *Gazeta de Sergipe*, em tom de desabafo, o governador Luís Garcia lamentou a atitude dos estudantes em terem tornado público os problemas da instituição, expondo assim sua administração, e ainda que teria chamado alguns membros da comissão de “agitadores” e de praticantes de pessedismo, em alusão ao PSD, que fazia oposição ao seu governo. Mas ao final da reunião, a indicação do jovem economista Jaime Santiago para a direção da Faculdade de Ciências Econômicas e a garantia de que ele receberia o apoio necessário para atender às

---

<sup>406</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Faculdade sem nada poderá ser fechada*. Ano V, nº 1066, 19 de setembro de 1961, p.1.

reivindicações dos estudantes, estabeleceu uma aparente trégua entre os estudantes universitários e o governo do estado<sup>407</sup>.

O assunto em questão também foi abordado pelo *Correio de Aracaju*, jornal udenista, dirigido por José Gilton Garcia, familiar do chefe do executivo estadual, que tratou o assunto com mais moderação e ressaltou a intenção do governador em atender parte das reivindicações formuladas pelos estudantes. Uma vez que o chefe do poder executivo estadual havia rejeitado algumas reivindicações por entender “lhe parecerem de influência vinda de fora da área estudantil”<sup>408</sup>. Já as reivindicações dos estudantes parecem não ter recebido por parte desse periódico a mesma atenção, não se verificando a publicação de reportagens, matérias ou notas a respeito das mobilizações e reivindicações estudantis.

Ao contrário do jornal situacionista, o *Gazeta de Sergipe*, soube explorar ao máximo a onda reivindicatória dos estudantes dos cursos superiores mantidos pelo governo do estado, publicando matérias e reportagens ricas em detalhes a respeito da organização e da luta dos estudantes. No caso da pauta de reivindicações dos alunos da Escola de Química de Sergipe, tida até então como uma das instituições de ensino superior mais estruturadas, externava a preocupação dos estudantes com a conclusão das obras do prédio destinado à sede da Escola, as quais se prolongavam há quase oito anos, e ainda denunciava que dotações orçamentárias da União recebidas pelo estado não estavam sendo “devidamente aplicadas na Escola de Química de Sergipe”, prejudicando o andamento das obras e dos investimentos necessários àquela instituição<sup>409</sup>.

Os problemas discutidos e denunciados pelos universitários de química foram acompanhados de perto pela direção da UEES, que tanto se fez presente às assembleias como também se manteve articulada ao movimento reivindicatório fomentado por aqueles estudantes. Esse acompanhamento e apoio ficam evidenciados na publicação, por parte da UEES, de uma nota oficial apoiando os seis itens reivindicados pelos universitários de química:

---

<sup>407</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Crise na Faculdade de Ciências Econômicas*. Ano V, nº 1069, 22 de setembro de 1961, p.1 e p.4.

<sup>408</sup> CORREIO DE ARACAJU. *Reivindicações de alunos da Faculdade de Ciências Econômicas*. Ano LIV, nº 6.607, 23 de setembro de 1961, p.1.

<sup>409</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes de química reivindicam construção e aparelhamento da Escola*. Ano V, nº 1074, 28 de setembro de 1961, p.1 e p. 4.

- 1) Imediata aplicação das verbas existentes, e específicas para a construção do prédio onde funcionará a referida Escola [o atual Instituto de Tecnologia e Pesquisa de Sergipe – ITPS].
- 2) Elaboração de um plano de trabalhos e pesquisas por parte do Governo do Estado em coordenação com a CONDESE e [a] SUDENE, a fim de enquadrar o estudante de Química dentro das necessidades do Estado.
- 3) Criação de cadeiras importantes ao estudo e complementação dessa carreira como: Curso de Vidros e Mineralogia, cuja existência está dentro das possibilidades financeiras do Estado.
- 4) Aumentar o quanto antes as gratificações ou ordenados a que estão submetidos alguns funcionários da referida Escola, onde, por incrível que pareça, constata-se a remuneração irrisória e desumana de Cr\$ 900,00 (NOVECIENTOS CRUZEIROS) por mês.
- 5) Evitar a nomeação de professores cuja incompetência é notória ao ensino técnico de tal gabarito.
- 6) Abertura de créditos para os dois milhões de cruzeiros, enviados pela Petrobras a pedido do Governador do Estado em ofício nº 201, de 30 de dezembro de 1960, específicos para:  
Melhoria do nível de vencimentos dos professores Cr\$ 1.200.000,00.  
Aquisição de material, aparelhos de laboratórios – Cr\$ 600.000,00.  
Despesas com estágios e curso de Especialização para alunos da Escola Cr\$ 200.000,00.  
Este pedido foi completamente aceito e compreendido pelo Cel. Idálio Sandenberg, na ocasião Presidente daquela empresa Estatal.  
Confiantes no poder resolutivo dos órgãos responsáveis por tal setor administrativo, esperamos que tal estado de coisas seja completamente sanado, o que traria novos rumos ao ensino superior em Sergipe.

Aracaju, 23 de setembro de 1961.

Guido Azevedo  
Presidente [da UEES]  
Juracy Magalhães Chagas  
Secretário geral [da UEES] <sup>410</sup>

A nota oficial da UEES, publicada no jornal *Gazeta de Sergipe*, evidencia que os estudantes de química reivindicavam a conclusão do prédio da Escola, a efetivação de políticas de extensão e pesquisa, a criação de novas cadeiras de ensino, o aumento de proventos de funcionários, a melhor seleção dos professores e, sobretudo, a imediata aplicação de verbas para a resolução dos problemas e nos investimentos para melhoria do curso. Segundo os estudantes, estas verbas já haviam sido obtidas pelo governo do estado junto à Petrobras.

---

<sup>410</sup> UEES. “Nota oficial da União Estadual dos Estudantes de Sergipe”. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano V, nº 1074, 28 de setembro de 1961, p. 4.



Ainda que pesem possíveis relações político-partidárias de alguns dos líderes estudantis que participaram desse movimento, como havia alegado o governo do estado, no tocante às reivindicações dos estudantes de economia, no entanto, no caso dos estudantes de química ficou evidenciado que entre os pontos reivindicados, muitos já poderiam ter sido atendidos por parte do governo, se tivesse havido a devida aplicação dos recursos orçamentários.

Além disso, as reivindicações dos estudantes universitários não deixaram de ser exploradas pela oposição para desgastar o governo udenista<sup>411</sup>. O próprio jornal *Gazeta de Sergipe* dedica à questão um editorial em que descreve como um fato já esperado a crise na Faculdade de Ciências Econômicas e na Escola de Química de Sergipe em razão do descaso, dos “ouvidos moucos” e da forma como o governador Luís Garcia deixou “o barco desarvorado, sem direção, ao sabor das correntes”. Segundo esse editorial, assinado pelo jornalista Orlando Dantas, membro do PSB, a postura do governador em face das questões relacionadas ao desenvolvimento do estado era considerada

irrecuperável, salvo para as construções de obras, quando emprega todos os seus esforços por ressaltar os méritos de sua administração. Mas, como em tudo há dente de coelho, eis que essas construções são administrativas *et pour cause*, favoráveis ao enriquecimento ilícito de alguns<sup>412</sup>.

Descontada a crítica política tecida pelo jornalista do PSB ao trato dispensado ao erário pela gestão de Luís Garcia no governo do Estado de Sergipe, por este se envolver na construção de obras para obtenção de benesses, no caso da Escola de Química de Sergipe, nem mesmo as obras do prédio da instituição haviam sido concluídas.

### **O turbulento contexto político de 1961**

Acompanhando o plano da política nacional, os estudantes, assim como a sociedade brasileira, assistiriam nesse contexto à posse de João Goulart na presidência da República, limitado pela instituição do parlamentarismo, alternativa política encontrada para empossá-lo sem as prerrogativas que o cargo lhe conferia. Esta solução política, entretanto, não resistiu ao clima conturbado que o país atravessava, sendo, no ano de 1963,

---

<sup>411</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Viana*: Incúria governamental criou a crise na Faculdade. Ano V, nº 1070, 23 de setembro de 1961, p.4.

<sup>412</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Fechar ou criar* [editorial]. Ano V, nº 1067, 20 de setembro de 1961, p.2.

derrotada através de um plebiscito que foi favorável ao restabelecimento do regime presidencialista. A partir de então, João Goulart passaria a exercer os poderes que a Constituição resguardava ao cargo de presidente do país. Iniciando uma gestão política difícil, João Goulart teve que administrar a dívida econômica elevada e a inflação crescente deixadas como herança pelo governo de Juscelino Kubitschek, o clima de instabilidade política provocado pela renúncia de Jânio Quadros e ainda os debates que a sociedade brasileira travava em torno das discussões sobre as reformas de base<sup>413</sup>.

Já no campo político estadual, o movimento estudantil universitário participaria de forma decisiva do processo político que terminou por derrotar a sucessão de dois mandatos udenistas no comando do executivo estadual, ajudando a coalizão de forças políticas que uniu PSD, PR, PRT, PTR, PSB, PDC e uma dissidência da UDN que formaria a Aliança Social Democrática (ASD), para eleger João de Seixas Dória ao governo do Estado na campanha eleitoral ocorrida em 1962<sup>414</sup>. Discussão a ser aprofundada no penúltimo tópico desse capítulo.

No período político em estudo, os universitários de Sergipe, articulados por seus órgãos de representação, atravessariam um momento efervescente transpassado por greves, mobilizações em torno de campanhas de educação e cultura popular e debates em torno da criação do que viria a ser a primeira universidade de Sergipe. Estes debates e mobilizações estavam articulados em torno das discussões sobre a reforma universitária que os universitários brasileiros, através da UNE, vinham promovendo desde o final da década de 1950, mas que ganhariam corpo e ecos nos diferentes estados do país a partir de 1961.

### **2.3. A reforma universitária e seus ecos em Sergipe**

A presente tese, apresentada pela bancada de Sergipe ao I Seminário Nacional de Reforma Universitária, constitui a nossa contribuição, dentro de nossas limitações ao estudo do problema do sistema universitário brasileiro (...) a imprescindibilidade da participação do corpo discente no governo das universidades e faculdades, seja no Conselho Universitário,

---

<sup>413</sup> Ver a respeito: TOLEDO, Caio Navarro. “1964: O golpe contra as reformas e a democracia”: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, V. 24, nº 24, 2004, pp. 15-17. E também: FERREIRA, Jorge. “A estratégia do confronto: a frente de Mobilização Popular”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, V. 24, nº 24, 2004, pp. 191-194.

<sup>414</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *Os Partidos Políticos em Sergipe: 1889-1964*. Op. cit., pp. 270 -295.

nas Congregações (...) autonomia suficiente do organismo universitário<sup>415</sup>.

No Brasil, as discussões sobre a reforma universitária são anteriores à instalação da ditadura civil-militar no país. Elas ganham a dimensão de fórum de debates com a iniciativa dos estudantes, articulados pela UNE a partir de 1958. Esses debates ganharam maior intensidade a partir de 1961 quando o movimento estudantil passou a reivindicar que um terço das representações nos conselhos deliberativos das instituições de ensino superior fosse composto de estudantes.

Esta forma de representação política paritária nas instâncias deliberativas das universidades significaria a possibilidade de um novo tipo de gestão com a participação dos estudantes na construção de um modelo de universidade pública, gratuita e popular. Estes debates procuravam compreender o significado que a reforma universitária teria para a sociedade brasileira<sup>416</sup>, descortinando aquilo que o pensador Álvaro Vieira Pinto, ligado ao ISEB, colocou como necessário para “construir a verdadeira universidade de que o povo brasileiro necessita, como um dos mais importantes instrumentos para a conquista de sua cultura, riqueza e liberdade”<sup>417</sup>. A esse respeito, a socióloga Marialice Foracchi destaca que a participação dos estudantes universitários nos debates políticos sobre a reforma universitária e a realidade do país permitia-lhes compreender melhor a confluência dos planos pessoal, institucional e societário do qual eles faziam parte<sup>418</sup>.

De um modo geral, esses debates estavam relacionados à construção de modelos de gestão participativa, em alta na agenda de discussões dos estudantes universitários de vários países nos idos da década de 1960. No cerne dessas discussões estava a proposta do estabelecimento de uma representação estudantil paritária nas esferas deliberativas das instituições de ensino superior no Brasil, proposta que encontrava resistências institucionais e corporativas.

Não obstante essas discussões, o modelo de gestão universitária brasileira consolidar-se-ia no contexto de instalação da ditadura civil-militar, limitando e, sobretudo, negando o modelo de democracia representativa nas universidades. Para Dermeval Saviani,

---

<sup>415</sup> UEES/SNRU. *Tese apresentada ao I Seminário Nacional de Reforma Universitária pela bancada de estudantes de Sergipe*. Aracaju, 19 de maio de 1961, p. 3. In: Projeto Engenharia nacional, os estudantes e a educação superior: a memória reabilitada (1930-1985)/UFPE.

<sup>416</sup> PINTO, Álvaro Vieira. *A questão da universidade*. Op. cit., p.11.

<sup>417</sup> Op. cit., p. 10.

<sup>418</sup> FORACCHI, Maria A. *A juventude na sociedade moderna*. Op. cit., 1972, p.160.

a herança do período militar sobre esse debate acerca da reforma universitária “acabou por implicar a circunscrição do problema da universidade aos limites da democracia liberal burguesa”<sup>419</sup>.

Dessa forma, percebe-se que, no período compreendido entre 1961 e 1964, além da questão da criação de uma universidade em Sergipe, defendido pelos estudantes e por outros setores da sociedade, estavam também em foco as discussões sobre a reforma do ensino universitário no país. Neste contexto, a UNE promoveu os Seminários Nacionais da Reforma Universitária (SNRU), nos quais se questionava o papel da universidade brasileira para o desenvolvimento do país.

O primeiro desses seminários, ocorrido na cidade de Salvador em maio de 1961, resultou na Declaração da Bahia. Já o “II Seminário de Reforma Universitária”, ocorrido na cidade de Curitiba, em março de 1962, consolidou a discussão sobre a reforma universitária com a publicação da Carta do Paraná. Este último documento conclamou os estudantes a participarem de uma greve nacional em defesa da representação estudantil na proporção de “um terço”, ou seja, de uma terça parte, nos órgãos deliberativos das instituições de ensino superior<sup>420</sup>. Além desses documentos, o lançamento de outras publicações instigou não somente a questão da reforma universitária como também a discussão da realidade brasileira. Um exemplo desta ordem foi o lançamento, em Sergipe, do livro “A Questão da Universidade”, de Álvaro Vieira Pinto, obra que abriu uma série de lançamentos de publicações distribuídas pela UNE<sup>421</sup>.

Articulada à estratégia de publicações, a UNE apoiou as atividades do Centro Popular de Cultura, que percorreu o país, através da chamada UNE-volante, promovendo debates sobre a questão universitária e a reivindicação de “um terço” de participação estudantil nos conselhos deliberativos. Dentro de uma proposta de arte engajada, a UNE-volante promoveu espetáculos de teatro e de música, além de mostras de cinema, entre diversas outras oficinas de arte. Em Sergipe, a passagem desse projeto político e cultural passou pela primeira vez em abril de 1962, retornando em maio de 1963<sup>422</sup>.

---

<sup>419</sup> SAVIANI, Dermeval. “Prefácio”. In: PINTO, Álvaro Vieira. *A questão da universidade*. Op. cit., p. 2.

<sup>420</sup> FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *A UNE em Tempos de Autoritarismo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994, p. XCVI.

<sup>421</sup> FOLHA POPULAR. *UNE lança primeiro livro: “A questão da universidade”*. Ano VIII, nº 386, 24 de abril de 1962, p. 2.

<sup>422</sup> CRUZ, José Vieira da. “O engajamento político-cultural dos estudantes sergipanos no início dos anos 1960”. In: *Caderno do Estudante*. São Cristóvão, V. 2, 1999, p. 102.

Em torno dessa atmosfera de mobilizações, a UEES participou dos seminários nacionais organizados pela UNE para discutir a reforma universitária. Essa participação não se limitou apenas a incorporar e reproduzir experiências fomentadas pela direção nacional do movimento estudantil. O documento elaborado pela bancada de Sergipe para o seminário de reforma universitária realizado em Salvador, resgatado pelo “Projeto Engenharia Nacional, os estudantes e a educação superior: a memória reabilitada (1930-1985)”<sup>423</sup>, revela as experiências fomentadas pelos estudantes universitários em Sergipe, no que tange ao debate institucional para obtenção da representação de “um terço” nos colegiados das instituições de ensino superior, à preocupação em efetivar o ensino superior no estado através da criação de uma universidade e à necessidade dos estudantes se envolverem também nas campanhas de educação e cultura popular. Essas questões, portanto, parecem ter alicerçado os argumentos da proposta encaminhada pela UEES à apreciação de outras bancadas estaduais também presentes ao I SNRU.

O fragmento da “Tese apresentada ao I Seminário Nacional de Reforma Universitária pela bancada de estudantes de Sergipe”, destacado no início deste tópico, faz parte de um conjunto de teses produzidas por órgãos estudantis dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Sergipe, a respeito da reforma universitária. Esses documentos revelam a possibilidade de explorar outros olhares acerca da reforma universitária e de como os estudantes de diferentes partes do país envolveram-se com esse debate.

Entre os documentos resgatados, o documento produzido pela UEES para o I Seminário Nacional de Reforma Universitária é o único elaborado fora do eixo Sul-Sudeste, razão que o torna representativo do olhar estudantil sobre as discussões acerca da reforma universitária promovida pelos estudantes fora dos mencionados centros urbanos. Sendo assim, esse documento permite explorar algumas discussões promovidas pelos universitários de Sergipe acerca da importância da Reforma Universitária.

É preciso deixar claro que essa discussão não pretende dimensionar a centralidade do papel da bancada de Sergipe nos debates e na elaboração do texto final que resultou da realização do I SNRU – no caso a Declaração da Bahia –, mas sim pontuar a contribuição do olhar fomentado por estudantes de fora do eixo Sul-Sudeste, no caso os estudantes de Sergipe, sobre a questão da reforma universitária. A importância do resgate e análise desse

---

<sup>423</sup> ZAIDAN FILHO, Michel & MACHADO, Otávio Luiz. *Movimento estudantil brasileiro e a educação superior*. Recife: UFPE, 2007, pp. 30-31.

tipo de registro, ainda que fragmentado, contesta a ideia de se referir à história nacional somente a partir dos acontecimentos ocorridos nos chamados grandes centros urbanos do país, como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Neste sentido, é importante analisar não apenas o olhar do “centro” sobre a “periferia” como também o inverso.

É nesse inverso, como diria Berman, ao discutir a modernidade na periferia, como foi o caso do esforço russo em tornar São Petersburgo uma janela para a modernidade, que se pode, quiçá, encontrar também luzes para compreender um Brasil mais plural e diverso<sup>424</sup>, assim como também são plurais e diversos os movimentos dos quais os estudantes e os jovens tomam parte. E no caso dos estudantes universitários de Sergipe, a presença e o diálogo com os debates sobre a reforma universitária no país também ganhavam um sentido a mais em razão da luta pela criação de uma universidade no estado, pensada não apenas para formar frações de sua intelectualidade, mas também para trazer o desenvolvimento ao estado.

O documento em apreço, a “Tese apresentada ao I Seminário Nacional de Reforma Universitária pela bancada de estudantes de Sergipe”, divide-se em três partes. Elas versam sobre aspectos diferentes acerca dos debates sobre a reforma universitária que ocorreu em Salvador em 1961. A primeira parte versa sobre o sistema universitário, em particular sobre a questão do exame, da política de aprovação, do currículo e dos programas de ensino e, por fim, da política de assistência estudantil; a segunda focaliza a necessidade de formulação de um projeto político para discutir a reforma universitária; e a terceira aponta a necessidade da participação dos estudantes nos conselhos deliberativos das instituições de ensino superior.

Nestes documentos, datados de 18 e 19 de maio de 1961, uma semana antes da realização do seminário que daria origem à Declaração de Salvador, a UEES encaminhava a identificação de problemas e possíveis soluções em face das questões que deveriam contribuir para melhorar o sistema de ensino universitário. Esse documento criticava também o sistema de ensino superior por excluir e limitar a possibilidade de ocupação das vagas ofertadas pelas faculdades.

Para que se possa ter uma dimensão do que essa questão significava para os universitários de Sergipe, é interessante analisar a disposição dos dados de matrícula por ano de entrada dos alunos matriculados nas instituições de ensino superior existentes no

---

<sup>424</sup> BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

estado, no período de 1957 a 1964<sup>425</sup>. Eles revelam uma variação no número de matrículas iniciais de 105, em 1957, para 128 matrículas, em 1964. Esses dados revelam ainda oscilações decrescentes entre os anos de 1957 a 1961, cujo índice de matrícula atingiu o número de 75 estudantes, menor índice em toda a série histórica analisada. Considerando que no período pesquisado foi criada a Faculdade de Medicina de Sergipe, pode-se inferir que as vagas não foram preenchidas em sua totalidade. No caso da faculdade mencionada, o seu primeiro vestibular, ocorrido em 1961, 32 candidatos se inscreveram, e como já foi dito, apenas 9 foram aprovados, e destes, apenas 7 concluíram o curso cinco anos depois<sup>426</sup>.

Já o índice de matrícula, no período de 1962 a 1964, apresenta um crescimento que oscila entre 94 matrículas em 1962, 106 matrículas em 1963, até atingir o número de 128 alunos matriculados em 1964. Este crescimento do número de matrículas iniciais coincide com o período em que os estudantes, através da UEES, passam a questionar o excesso de rigor nos exames vestibulares que cada faculdade aplicava, a exigir alojamento e alimentação para os estudantes que necessitassem de assistência estudantil e a reivindicar o preenchimento das vagas existentes<sup>427</sup>. Essas reivindicações e questionamentos – perceptíveis nos argumentos da tese elaborada pela bancada de Sergipe para o Seminário Nacional de Reforma Universitária, ocorrido em Salvador em 1961 –, parecem ter contribuído na melhora dos índices de matrículas em discussão.

No que tange à reforma universitária, a bancada de Sergipe propôs a “movimentação da massa universitária” para que “num movimento que não fique só na cúpula, mas que atinja toda a massa universitária”<sup>428</sup>. Desta forma, segundo a bancada de Sergipe, seria possível mobilizar a maioria dos estudantes. Para eles, portanto, era necessário esclarecer o conjunto dos estudantes sobre a importância da autonomia financeira, administrativa e didática das instituições de ensino e que a autonomia universitária deveria ser compartilhada com os estudantes que, além de fiscalizarem, também deveriam propor encaminhamentos para os problemas de suas instituições.

---

<sup>425</sup> Ver a respeito no gráfico 04: Estudo comparativo da matrícula das instituições de ensino superior em Sergipe, 1957 a 1964 p. 514.

<sup>426</sup> CINFORM. *Faculdade de Medicina de Sergipe completa 50 anos* [reportagem do jubileu de ouro]. Ano XXIX, nº 1467, 23 a 29/05/2011, p. 11.

<sup>427</sup> GAZETA DE SERGIPE. *UEES venderá livros didáticos por preços populares aos universitários*. Ano IX, nº 2359, 12 de março de 1962, p.1.

<sup>428</sup> UEES/SNRU. *Tese apresentada ao I Seminário Nacional de Reforma Universitária pela bancada de estudantes de Sergipe*. Op. cit.

Nesse sentido, entre os pontos de luta em torno da questão da reforma universitária estava, portanto, a questão da mobilização da UNE, das entidades estaduais e dos diretórios acadêmicos em favor do aumento de vagas e pelo preenchimento das vagas existentes nos cursos superiores do país<sup>429</sup>. A questão da luta por vagas avolumar-se-ia ainda no decorrer dos anos de 1960 e 1970, chamando a atenção dos estudiosos para a questão<sup>430</sup>. Em Sergipe, além da questão do preenchimento das vagas existentes, a questão dos excedentes ganharia projeção a partir de 1967 com o apelo de ingresso dos estudantes que foram classificados após os limites de vagas no curso de medicina<sup>431</sup>.

Já o II Seminário Nacional de Reforma Universitária – II SNRU –, por sua vez, ocorrido na cidade de Curitiba em 1962, mobilizaria os estudantes em torno das possibilidades apontadas pela LDB aprovada em 1961, em particular no que se refere à participação dos estudantes nos órgãos deliberativos das instituições de ensino superior. Em Sergipe, os ecos sobre os debates acerca da reforma universitária resultaram em dois seminários estaduais, em uma greve geral dos universitários em defesa da representação estudantil de “um terço” nos conselhos deliberativos das instituições de ensino superior, na luta pela criação de uma “universidade popular” no estado e na defesa em prol da matrícula dos estudantes que ficaram na condição excedentes no vestibular. Em torno dessas questões e mobilizações, parte do movimento estudantil articulado pela UNE, pela UEES e pelos diretórios e centros acadêmicos, interpretaram a Lei de Diretrizes e Base (LDB), Lei nº 4.024/1961, em favor de um modelo de ensino superior participativo, inclusivo e não elitista.

#### **2.4. O I Seminário Estadual sobre a Reforma Universitária (I SERU)**

O primeiro seminário estadual promovido pelos estudantes universitários para tratar da questão da reforma do ensino superior ocorreu nas instalações de um cinema localizado na cidade de São Cristóvão – primeira capital do estado e cuja praça central alcançou recentemente a condição de patrimônio da humanidade<sup>432</sup> –, entre os dias 26 a 27

---

<sup>429</sup> UNE. *Of. cir. nº 22/1963/1964/UNE*. 23 de janeiro de 1964, Rio de Janeiro. In: Localização no Arquivo Central da UFS: Fundo CCBS, Caixa 01, item 01.

<sup>430</sup> OLIVEIRA, José Alberto Saldanha de. “O movimento estudantil alagoano e os excedentes”. Op. cit., pp. 52-64.

<sup>431</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Apelo dos excedentes*. Ano II, nº 3206, 25 de janeiro de 1967, p.5.

<sup>432</sup> OLIVA, Terezinha Alves. “São Cristóvão e a emancipação política de Sergipe”. In: *Revista do IHGSE*, Aracaju, nº 40, 2010, pp. 347-356.



de maio de 1962. Já nos preparativos desse evento, os representantes das entidades estudantis anunciaram à imprensa que a pretensão dos estudantes universitários era discutir temas como a teoria da reforma universitária, a crítica da universidade em Sergipe e a política para a reforma universitária<sup>433</sup>.

Além do objetivo acadêmico de discutir a reforma do ensino superior, esse seminário atendeu também à finalidade de mobilizar os estudantes em torno dos debates nacionalistas e populares em andamento naquele momento da história brasileira. Neste sentido, I SERU contou também com apresentações artísticas do Centro Popular de Cultura do Centro Acadêmico Silvio Romero (CPC do CASR), possivelmente o primeiro centro popular de cultura organizado no estado, que encenou duas peças teatrais: uma de autoria dos universitários sergipanos José Olívio e Luiz José e outra de autoria do teatrólogo Augusto Boal. Embora não se tenham mais informações a respeito dos textos encenados, o caráter político-cultural da proposta do CPC indica a natureza dessas apresentações culturais voltadas para uma “arte popular revolucionária”<sup>434</sup>.

Reforça essa hipótese o fato de o seminário também ter realizado uma assembleia geral com a presença de estudantes, camponeses, operários e autoridades políticas. Embora também não se tenham informações mais detalhadas sobre a dimensão e repercussão dessa assembleia, observa-se na sua realização uma clara evidência da postura dos organizadores do seminário da necessidade de uma maior aproximação dos estudantes com os trabalhadores do campo e da cidade. Este fato indica a posição desses estudantes em relação à questão social e ao processo político em curso no país no alvorecer dos anos de 1960. Período marcado por ações culturais e políticas enlaçadas pela participação de parcelas da intelectualidade, dos artistas, dos estudantes e de militantes políticos de diversas matrizes de pensamento em torno dos debates acerca do nacional popular na cultura brasileira<sup>435</sup>.

---

<sup>433</sup> GAZETA DE SERGIPE. *UEES promove seminário de reforma universitária*. Ano VII, nº 2794, de 27 de abril de 1962, p. 6.

<sup>434</sup> Ver a respeito em: CPC DA UNE. “Manifesto do CPC da UNE”. In: FÁVERO, Osmar (Org.). *Cultura popular e educação popular: memórias dos anos 60*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983, pp. 59-70, e, ainda em: CRUZ, José Vieira da. “O engajamento político-cultural dos estudantes sergipanos no início dos anos 60”. Op. cit.

<sup>435</sup> Ver a esse respeito: ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira identidade nacional*. Op. cit., pp. 68-78; CHAUI, Marilena. *Seminários: o nacional e o popular na cultura brasileira*. Op. cit.; RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da tv*. Op. cit., pp. 19-140. E ainda: BARCELLOS, Jalusa. *CPC: Uma história de paixão e consciência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

Entre os resultados desse seminário, os estudantes sedimentaram o propósito de lutar pela criação da universidade de Sergipe e declararam à imprensa o entendimento de que era necessária “a adequação da universidade à realidade sergipana – especialmente a face atual do nosso ensino superior academicista, classista e retrógada” e ainda que esse ensino fosse “acessível a todas as classes”<sup>436</sup>. Filtrando os possíveis excessos dessas declarações proferidas em meio à euforia da realização do mencionado seminário, observa-se, conforme a avaliação dos estudantes, o destaque conferido ao papel do ensino superior na construção, reprodução e manutenção de uma sociedade de classe que restringia o acesso ao conhecimento a poucos segmentos sociais. Desta forma, as críticas deferidas por parte desses estudantes davam conta de um ensino superior desvinculado da realidade social e sob o controle de uma elite conservadora que, além da condição econômica, também tinha na restrição do acesso ao ensino superior uma forma de conservação do poder político no estado.

Sendo assim, ainda que esses estudantes representassem frações de classes com interesses distintos, o debate acadêmico promovido pelos seus órgãos de representação indicava a necessidade de pensar a universidade como um caminho para modernizar, de modo democrático e participativo, a sociedade brasileira. Não obstante a importância e os significados dessas críticas no sentido de revelar características e aspectos predominantes do ensino superior no período, é preciso estar atento a algumas questões.

A primeira é que esse discurso representa a posição da parcela de estudantes envolvidos com os debates e as mobilizações políticas daquele momento, sobretudo as dos estudantes ligados à JUC, que exerciam a hegemonia do movimento naquele período, de estudantes próximos ao PCB, como também de estudantes sem vinculação direta a uma ou outra tendência estudantil, mas que acompanhavam os debates sobre a reforma universitária e sobre o nacional e popular na cultura brasileira.

A segunda, não obstante a caracterização feita por esses estudantes de que o ensino superior era elitista, classista e conservador, atenta para as disputas internas de membros dessas instituições em torno dos debates a respeito de sua modernização e democratização. Para os estudantes que defendiam essa posição, existia uma “‘verdadeira luta de classes’ entre professores e estudantes” em torno das mudanças que estavam se processando no ensino superior naquele momento. Enlaçados por essa luta alguns

---

<sup>436</sup> GAZETA DE SERGIPE. *São Cristóvão*: primeiro seminário de reforma universitária. Ano VII, nº 2818, de 26 de maio de 1962, p. 1 e p. 6.

professores, segundo os estudantes, também passaram a se identificar com os propósitos de uma universidade mais moderna e participativa<sup>437</sup>. Neste sentido, para compreender a dinâmica desse processo social, não basta abstrair estereótipos aparentes. É preciso estudar cada um dos casos relacionados a esse processo de reforma de ensino e, sem cometer generalizações, buscar compreender os significados históricos desse acontecimento em cada faculdade, em cada curso e para cada entidade estudantil.

Voltando à questão do I SERU ocorrido em Sergipe, após sua realização, os estudantes, a exemplo do ocorrido em outras cidades do país, retomaram as discussões e as mobilizações pela regulamentação da representação estudantil nos órgãos deliberativos das instituições de ensino superior. Essas discussões e mobilizações haviam sido iniciadas após a promulgação da Lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961 – a LDB – que passou a fixar as diretrizes e bases da educação nacional de modo mais descentralizado, permitindo aos estados e aos sistemas de ensino maior autonomia na estruturação e organização. Em face dessa maior autonomia de estados e dos sistemas de ensino quanto à organização e à estruturação da educação, a UNE, as UEEs, os diretórios e os centros acadêmicos passaram a discutir nos seminários nacionais e estaduais sobre a reforma do ensino superior as implicações dessa norma para a educação no país.

Em torno desse debate, o movimento estudantil universitário, em particular, preocupou-se com a aplicação e a regulamentação do artigo 78 da nova lei, que tratava da questão de os estudantes terem direito de representação “nos conselhos universitários, nas congregações e nos conselhos departamentais das universidades e escolas superiores isoladas, na forma dos estatutos dessas entidades”. A aplicação desse artigo garantia aos universitários o avanço formal do direito à representação nos órgãos deliberativos das instituições de ensino superior, mas não definia como seriam a forma e a proporção dessa representação, deixando a cargo de cada estabelecimento de ensino decidir a questão. Esse artigo, assim como outros dispositivos da mencionada lei federal, continha avanços formais para o campo da educação, porém a sua imprecisão quanto aos pontos que precisavam de regulamentação indicava a transferência de responsabilidade da esfera do governo federal para as instâncias deliberativas dos estabelecimentos educacionais.

Por um lado, o texto da nova LDB procurava conciliar os diferentes projetos políticos e pedagógicos que vinham sendo debatidos no país desde os anos de 1940 e 1950

---

<sup>437</sup> CUNHA, Luiz Antônio. “Ensino superior e universidade no Brasil”. Op. cit., p. 176.

sobre a educação brasileira, concendendo aos estabelecimentos de ensino a decisão sobre muitas questões que demandavam regulamentação. E, por outro lado, indicava a falta de decisão do Estado de encaminhar uma política pública para a educação nacional como um fundamento estratégico para o desenvolvimento do país. Esses pontos foram bastante debatidos entre aqueles que faziam parte do universo educacional brasileiro no contexto do início dos anos 1960, inclusive pelos professores, alunos e suas respectivas instituições representativas.

Entre os professores sergipanos, a avaliação de José Silvério Leite Fontes, um dos líderes sindicais da categoria, sobre a omissão e a falta de posição da LDB traduzia certa inspiração liberal pautada em padrões educacionais estadunidenses e não tomava em consideração a realidade brasileira e a necessidade de intervenção do Estado sobre a realidade educacional e social do país. Para ele, o parlamento havia aprovado uma lei com problemas técnicos, entre os quais, um tempo muito curto para a imediata aplicação dos seus dispositivos legais, o que, na sua visão, acarretaria “desajustamentos e desequilíbrios”, sendo que alguns desses desajustamentos colocariam o ensino à mercê de interesses financeiros dos estabelecimentos particulares, acarretariam problemas trabalhistas para os professores e implicariam problemas pedagógicos e políticos para os alunos que ficariam “sujeitos a decisões arbitrárias e sem objetividade de diretores e de congregações mais preocupadas em atender os seus próprios interesses”<sup>438</sup>.

As preocupações anunciadas pelo professor José Silvério não apenas descreviam os temores quanto à aplicação de parte da nova lei, sobretudo no tocante ao questionamento acerca da situação dos professores catedráticos, como também demonstravam certa postura corporativa de parte das direções e das congregações de instituições de ensino particulares. Envolto nessa discussão, meses depois o professor José Silvério acabaria envolvido no debate sobre a questão da participação paritária dos estudantes nos órgãos deliberativos das instituições de ensino superior, ou seja, na questão do “um terço”.

Como foi dito, a LDB, não obstante suas indefinições, deixou entreaberta a questão da efetivação da participação dos estudantes universitários nos órgãos deliberativos das instituições de ensino superior. Em torno desta abertura legal, a UNE – que já vinha discutindo com os estudantes a necessidade de uma reforma universitária no

---

<sup>438</sup> FONTES, José Silvério Leite. “Diretrizes e bases da educação e a realidade nacional”. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano VII, nº 2774, 1 de abril de 1962, p. 2.

país desde os anos de 1950<sup>439</sup> – aprofundou as discussões a respeito da efetivação da representação estudantil nos citados órgãos deliberativos.

Nesse sentido, após o II SNRU, realizado na cidade de Curitiba entre os dias 17 e 24 de 1962, a UNE passou a sedimentar as posições e as estratégias que seriam tomadas pelos estudantes para assegurar a efetivação dessa representação, assim como para garantir que essa representação não fosse inferior a “um terço” dos membros dos mencionados órgãos colegiados. Entre as estratégias fomentadas pela UNE e pelas entidades de representação estadual dos estudantes universitários, a organização de seminários estaduais para tratar a questão da reforma universitária parece ter assumido, juntamente com a ação cultural dos Centros Populares de Cultura, o cerne de uma política cultural de mobilização e conscientização dos estudantes para a importância dessa reivindicação.

Além dessa política cultural no horizonte de estratégias traçadas em torno da questão do “um terço” de representação estudantil nos órgãos deliberativos das instituições de ensino superior, os estudantes articularam simultaneamente a histórica greve geral por “um terço” em várias cidades do país, no sentido de não apenas fazer cumprir a lei, mas também para que essa representação correspondesse à terça parte do número de membros dos conselhos deliberativos de cada um dos estabelecimentos de ensino. Embora a decisão de como seria regulamentado o artigo 78 fosse de competência de cada estabelecimento de ensino, os estudantes universitários, articulados pelos seus órgãos de representação e mobilizados através das ações culturais dos CPCs e dos seminários nacionais e estaduais sobre a reforma do ensino superior, adotaram como posição nacional do movimento a defesa de que pelo menos “um terço” dos representantes dos conselhos deliberativos das instituições de ensino superior fossem ocupados pelos estudantes. A conquista dessa reivindicação significava para os estudantes redimensionar as relações de ensino superior no país com a efetiva participação deles no “cogoverno” das mencionadas instituições<sup>440</sup>.

Em torno desses debates e mobilizações por ocasião da realização do I SERU em Sergipe e envolvimento nos preparativos para a realização da greve por “um terço”, o estudante Mário Lúcio, um dos vice-presidentes da UNE, declarou ao jornal *Gazeta de Sergipe* que os estudantes brasileiros “agora mais do que nunca” sabiam que se fazia necessária a luta por “uma maior participação nos referidos órgãos”. Segundo Mário Lúcio, os estudantes,

---

<sup>439</sup> FÁVERO, Maria de Lourdes. *A UNE em tempos autoritários*. Op. cit., pp. 25-27.

<sup>440</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e a ditadura militar*. Op. cit., pp. 55-56.

ao participarem da administração das faculdades e das universidades, poderiam discutir “os destinos do ensino superior do Brasil”<sup>441</sup>.

Para o pesquisador Luiz Antônio Cunha, as entidades estudantis defendiam uma reforma universitária como estratégia “para neutralizar o poder das ‘cúpulas dirigentes da universidade’, pois elas estariam comprometidas com a ‘estrutura colonial e alienada em fase de superação’”<sup>442</sup>. Neste sentido, além da reivindicação acerca da participação de “um terço” nos órgãos deliberativos, os universitários também se colocaram contra a efetivação de professores interinos sem concurso e contra a vitaliciedade instituída pelo sistema de cátedras<sup>443</sup>. Em torno desses dois últimos pontos, de modo direto ou indireto, os universitários obteriam certa oposição e resistência de parte dos professores reticentes com os rumos que a participação dos estudantes nos mencionados órgãos deliberativos poderia provocar em detrimento do conjunto dos docentes em atividade naquele período.

Em Sergipe, a defesa do direito de que pelo menos “um terço” dos órgãos colegiados das instituições de ensino superior fosse constituído de estudantes foi articulada pela UEES em conjunto com os diretórios acadêmicos durante o I SERU realizado na cidade de São Cristóvão, no final do mês de maio de 1962. Desta forma, foi pensada e construída coletivamente a estratégia dos universitários para convencer os diretores e os respectivos órgãos deliberativos dos estabelecimentos de ensino superior para atenderem à regulamentação da LDB e, em particular, à reivindicação de “um terço” defendida pelos estudantes. Apesar desse alinhamento dos estudantes em prol da reivindicação mencionada, a negociação foi realizada pelos estudantes, faculdade por faculdade.

Segundo declarações do estudante Guido Azevêdo<sup>444</sup>, presidente da UEES nessa ocasião, ao jornal *Gazeta de Sergipe*, os universitários tinham por objetivo que nos regimentos internos de cada faculdade ou escola passasse a figurar a participação dos estudantes, como previa a LDB. E ainda, como a

---

<sup>441</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Greve geral dos universitários a partir de 1º de junho*. Ano VII, nº 2821, de 30 de maio de abril de 1962, p. 1.

<sup>442</sup> CUNHA, Luiz Antônio. “Ensino superior e universidade no Brasil”. Op. cit., p. 176.

<sup>443</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Universitários contra vitaliciedade de professores de Ciências Econômicas*. Ano VIII, nº 2779, 7 de abril de 1962, p.1.

<sup>444</sup> Sobrinho do também militante estudantil e depois deputado estadual Tertuliano Azevedo, a trajetória política de Guido Azevêdo prosseguiu como deputado estadual filiado ao MDB e depois ao PMDB, no qual combateu a ditadura civil-militar. Já com a redemocratização do país, ele passa a militar no PFL, partido no qual obteve o mandato de deputado estadual constituinte vindo a presidir a Assembleia Constituinte Estadual em 1989. A respeito dessa participação constitucional, ver: ALBUQUERQUE, Igor Leonardo Moraes. “Fragmentos da história constitucional de Sergipe”. In: *Revista do IHGSE*, Aracaju, nº 40, 2010, pp. 263-285.

Lei regedora da espécie não determina o número nem a forma da participação, e como no último Seminário Nacional de Reforma Universitária, e no último Conselho da UNE ficou deliberado que esta participação não poderia ser inferior a um terço, tendo em vista a maior integração dos estudantes à vida comunitária das universidades, arcando com um maior índice de responsabilidade, mister faz-se que em todas as questões da administração, o estudante tem que ser ouvido por intermédio dos seus representantes nos referidos órgãos colegiados<sup>445</sup>.

Nessa entrevista concedida por Guido Azevêdo ao jornal *Gazeta de Sergipe*, ele falou sobre a realização de assembleias estudantis, em cada instituição de ensino, focadas na discussão da citada reivindicação. Para o presidente da UEES, estava se fazendo todo o esforço necessário para que a negociação entre os estudantes e os representantes das instituições de ensino superior terminasse com “uma solução pacífica”. Entretanto, em caso contrário, os estudantes deflagrariam uma greve geral para defender os seus interesses, e que no caso de greve, os estudantes estariam “preparados para enfrentar com todo o entusiasmo próprio dos que têm um futuro incerto”<sup>446</sup>.

## **2.5. A greve por “um terço” e as raízes do modelo de cogestão**

A deflagração dessa greve estudantil contou inicialmente com a participação dos acadêmicos de filosofia e de química, em razão de os conselhos técnicos da Faculdade de Filosofia e da Escola de Química terem sido os primeiros a discutirem e a se contraporem a atender às reivindicações dos estudantes ou pelo menos parte delas<sup>447</sup>. No caso do Conselho Técnico-Administrativo (CTA) da Escola de Química, a contraproposta oferecida aos estudantes era que eles teriam direito ao “estabelecimento [de] um membro do corpo discente para fazer parte das reuniões acima referidas [no CTA e na Congregação], mas apenas com direito à voz”<sup>448</sup>. Em termos práticos, isso significava a não efetivação do artigo 78 da Lei 4024/1961 e menos ainda o atendimento à reivindicação de um terço da participação estudantil nos órgãos colegiados daquela escola superior.

Já a Faculdade de Filosofia informou inicialmente aos estudantes que, embora o regimento da faculdade não contemplasse a participação dos estudantes nos mencionados

---

<sup>445</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Universitários querem participar das direções*: entrevista exclusiva de Guido Azevêdo, presidente da UEES. Ano VII, nº 2823, 2 de junho de 1962, p.1.

<sup>446</sup> Op. cit.

<sup>447</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Greve geral dos universitários!*. Ano VII, nº 2826, 6 de junho de 1962, p.1.

<sup>448</sup> DAAMB. *Ata da 52ª sessão extraordinária do DAAMB da ESQ*, de 5 de maio de 1962. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CCET-DQI, Caixa 25, Item 78.

órgãos colegiados da instituição desde março de 1962, o CTA da Faculdade, após se reunir para tratar sobre o assunto, deliberou que, “embora a regulamentação da referida Lei ainda não tenha sido divulgada, não haveria inconveniente em que, desde logo, fosse o citado artigo nº 78 posto em prática, em nossa Faculdade”<sup>449</sup>. A aceitação do CTA de filosofia acerca do direito de participação dos estudantes nos órgãos colegiados da instituição sinalizava, a princípio, que essa reivindicação não seria foco de maiores controvérsias, postura que não veio a se confirmar.

Reforça essa hipótese o fato de que a direção da FAFI, nome pelo qual a Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe também era conhecida, já havia comunicado aos estudantes em 17 de agosto de 1961, portanto, antes mesmo da aprovação da LDB, em dezembro daquele ano, que a regulamentação da participação dos estudantes nos órgãos colegiados da instituição demandava promover alterações no regimento dessa faculdade, o que, conforme o artigo 141 do regimento, exigia todo um trâmite deliberativo e burocrático que deveria ser submetido ao Ministério da Educação e Cultura. Não obstante a necessidade dessa autorização pelo regimento, a direção da faculdade já havia comunicado aos estudantes que “a participação permanente do Diretório nos órgãos da direção da Faculdade” poderia ocorrer quando os representantes do Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo tivessem “assuntos relevantes” para tratar com o CTA, nesses casos podendo “solicitar o seu comparecimento, em caráter extraordinário, à reunião desse órgão técnico-administrativo”<sup>450</sup>.

Entretanto, com o passar dos meses e após os desdobramentos do seminário ocorrido na cidade de São Cristóvão, em maio daquele ano, o exame da correspondência da faculdade e as notícias de jornais evidenciaram que nem o direito em questão havia sido regulamentado e nem a faculdade havia admitido a reivindicação por “um terço”. Esse tipo de posturas terminou por impulsionar os estudantes de filosofia a entrarem em greve no dia 4 de junho de 1962. Diante da decisão dos estudantes, a congregação dos professores da FAFI, por doze votos a favor, três contra e uma abstenção, resolveu “recusar-se a deliberar sob pressão” e aguardar a regulamentação do Conselho Nacional de Educação a respeito da LDB para só depois tratar da questão da participação dos estudantes nos citados órgãos

---

<sup>449</sup> FCFS. *Of. nº 1/1962/FCFS*, de 1º de março de 1962 para DAJF. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CECH-DHI, Caixa 23, Item 84.

<sup>450</sup> FCFS. *Of. s/nº/FCFS*, de 17 de agosto de 1961 para o DAJF. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CECH-DHI, Caixa 23, Item 84.



colegiados da faculdade. Nesse ínterim de tempo a faculdade manteria o *status quo* de um aluno no CTA e de um aluno na congregação com direito à voz e ao voto<sup>451</sup>.

No compasso desses acontecimentos, os estudantes da Faculdade de Direito de Sergipe também resolveram participar da greve em razão da posição tomada pelo CTA de sua faculdade, que resolveu não deliberar sobre a questão, com as alegações de que estava “em processo de federalização” e de que caberia “ao Ministério da Educação decidir sobre o assunto”<sup>452</sup>.

Já a Faculdade de Ciências Econômicas, a Escola de Serviço Social e a Faculdade de Medicina ainda estudavam uma posição sobre a questão, enquanto os acadêmicos de filosofia e de química já se encontravam em greve. Em face das reivindicações, os universitários receberam certo apoio da imprensa, sobretudo do jornal *Gazeta de Sergipe*, que veiculava manchetes destacando a disposição da “greve geral dos estudantes universitários!”, assim como do apoio de algumas personalidades e professores, entre as quais estava o Secretário de Estado da Educação e Saúde e membro do CTA da Faculdade de Medicina de Sergipe, professor Antônio Garcia Filho<sup>453</sup>.

Na esteira desses acontecimentos, à medida que as negociações entre os conselhos técnicos e administrativos das faculdades, as congregações de professores destas e os representantes dos estudantes não alcançavam sucesso, a greve se ampliava com a participação dos estudantes de direito e serviço social na fileira do movimento ao lado dos estudantes de química e filosofia. Neste intercurso de tempo, em 7 de junho, o CTA da Faculdade de Medicina de Sergipe resolveu atender à “pretensão dos alunos, dando-lhes a participação com um terço [de representação] no Conselho Técnico-Administrativo e na Congregação”. Enquanto isso, o CTA da Faculdade de Ciências Econômicas se mantinha em processo de negociação<sup>454</sup>.

A respeito da reivindicação por “um terço” de representação estudantil nos órgãos deliberativos das instituições de ensino superior, a postura dos professores do CTA da recém-criada Faculdade de Medicina de Sergipe – entre os quais Antônio Garcia Filho<sup>455</sup>,

---

<sup>451</sup> FCFS. *Of. 11/1962/FCFS*, de 6 de junho de 1962 para o DAJF. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CECH-DHI, Caixa 23, Item 84.

<sup>452</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Greve geral dos universitários!*. Ano VII, nº 2826, 6 de junho de 1962, p.1.

<sup>453</sup> Op. cit.

<sup>454</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Faculdade de Medicina atende universitários*. Ano VII, nº 2827, 7 de junho de 1962, p. 1.

<sup>455</sup> GARCIA, Eduardo Conde. *Antonio Garcia Filho e a Faculdade de Medicina de Sergipe: criador e criatura*. Aracaju: Secore Artes Gráficas, 2008.

que figura nos registros dos estatudos do Diretório Acadêmico Augusto Cesar Leite (DAACL) como o representante do CTA responsável pela condução dos trabalhos junto à primeira turma de alunos, orientando-os na criação do diretório acadêmico e de seu estatuto, atuação que possivelmente agilizou, também, a realização da eleição da primeira diretoria daquele órgão estudantil<sup>456</sup> – colaborou com a efetivação da participação dos estudantes na vida administrativa, pedagógica e política da instituição, através da representação proporcional de “um terço”<sup>457</sup>.

A decisão da Faculdade de Medicina de Sergipe de aceitar as reivindicações dos estudantes foi seguida pela Faculdade de Ciências Econômicas (FCE) e recebida “como uma verdadeira vitória de classe” pelos universitários<sup>458</sup>. Desta forma, o fato de duas das seis faculdades do estado terem regulamentado a participação estudantil, tanto nos conselhos técnico-administrativos quanto nas congregações de professores, respeitando a proporção de “um terço”, parece ter significado um estímulo para que os estudantes das demais faculdades e escolas permanecessem em greve.

A dimensão acerca da repercussão desse fato foi estampada na manchete da primeira página do jornal *Gazeta de Sergipe*, em letras garrafais: “PARTICIPAÇÃO DOS UNIVERSITÁRIOS NAS DIREÇÕES DE DUAS FACULDADES”. Esta manchete foi compartilhada com a notícia de que a seleção brasileira de futebol enfrentaria a seleção da Inglaterra na cidade de Viña Del Mar, e da notícia de que um comício dos políticos de oposição ao governo do estado, realizado no interior, havia impressionado os situacionistas<sup>459</sup>. Em outras palavras, a conquista dos estudantes nas duas faculdades mencionadas havia sido equiparada em grau de importância às notícias sobre os jogos da seleção brasileira e sobre a organização de uma coalizão partidária que culminaria, meses depois, com a formação de uma chapa de oposição ao governo do estado, em poder da UDN desde 1955. Essa chapa, como já dito, seria formada pelo dissidente udenista João de

---

<sup>456</sup> A primeira diretoria desse diretório foi composta pelo presidente Carlos Hardman Côrtes, pelo vice-presidente Melício Resende Machado, pela secretária Zulmira Viana Filha Freire, pela 1ª secretária Lydia de ALBUQUERQUE Mesquita, pela 2ª secretária Maria Rosa da Silva, pela tesoureira Simone de Moura Matos e pelos conselheiros fiscais Antonio Leite Cruz, João Fernando Salviano e William Pereira de Meneses.

<sup>457</sup> DAACL. *Ata da assembleia geral do DAACL*. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CCBS, Caixa 32, item 100.

<sup>458</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Participação dos universitários nas direções de duas faculdades* [manchete]. In: Jornal *Gazeta de Sergipe*. Ano VII, nº 2828, 8 de junho de 1962, p. 1.

<sup>459</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Comício de Ribeirópolis impressiona situacionistas*. Ano VII, nº 2828, 8 de junho de 1962, p.1

Seixas Dória, candidato ao governo, e Sebastião Celso de Carvalho, do PSD, candidato a vice, juntamente com os outros partidos que formariam a Aliança Social Democrática<sup>460</sup>.

O jornal *A Cruzada*, periódico católico, também registrou a repercussão do prosseguimento da greve dos estudantes universitários em matéria publicada em 16 de junho de 1962. Nessa reportagem, o jornal promove uma espécie de debate sobre o impasse acerca da questão da reivindicação dos estudantes de terem “um terço” dos representantes nos órgãos colegiados das instituições de ensino superior e a posição de docentes das instituições que resistiam a essa forma de participação. Entre os entrevistados pelo jornal para a realização dessa reportagem estavam o presidente da UEES, o universitário Guido Azevedo, e os professores Manoel Cabral Machado, representando as Faculdades de Direito, de Filosofia e a Escola de Serviço Social, e Luiz Rabêlo Leite, representando a Faculdade de Filosofia e a Escola de Serviço Social<sup>461</sup>.

Para Guido Azevêdo, presidente da UEES, a luta por “um terço” era fundamental para os destinos da “classe universitária”, visto que era necessário reformular os cursos superiores que então existiam, pois eles não estavam adequados à realidade do país e visavam “unicamente servir aos interesses da classe dominante”. Segundo ele, os universitários queriam fazer parte da comunidade universitária para ajudá-la a ter maior dinamismo e não para destruí-la. Além do mais, em torno desse objetivo, os universitários continuariam em greve, mesmo já estando em período de provas, a fim de garantir essa conquista<sup>462</sup>.

Posicionando-se contra as reivindicações estudantis acerca da participação proporcional de “um terço” nos conselhos deliberativos das instituições de ensino superior, o professor Manoel Cabral Machado expressou a opinião corrente entre grande parte dos professores e reitores de não cederem aos anseios dos universitários. A esse respeito, ele declarou que “a representação estudantil deve ser de um estudante por cada curso das respectivas Faculdades, com direito deliberativo em alguns assuntos mais ligados aos interesses da ordem material das mesmas”<sup>463</sup>. Para Machado, a participação de “um terço” nas congregações e nos conselhos deliberativos seria inconveniente, pois, segundo ele, “a interferência estudantil em certas questões básicas virá sempre com a marca da imaturidade

---

<sup>460</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *Os partidos políticos em Sergipe (1889-1964)*. Op. cit., pp. 279-299.

<sup>461</sup> A CRUZADA. *Estudantes e professores opinam sobre a greve dos universitários*. Ano XXVI, nº 1.344, 16 de junho de 1962, p.1 e p.8.

<sup>462</sup> Op. cit.

<sup>463</sup> Op. cit.

e funcionará negativamente trazendo embaraços que se refletiria contra a normalidade do ensino. ‘Esta me parece a realidade’”<sup>464</sup>.

Desta forma, a fala do professor Manoel Cabral Machado expressa não apenas os limites acerca do que a maioria dos reitores e professores das instituições de ensino superior pensavam sobre o direito da representação estudantil nos mencionados órgãos deliberativos, como também certa restrição à ideia de um modelo de ensino com um peso proporcional da participação dos estudantes no processo de gestão do ensino superior, em razão, segundo Machado, da suposta imaturidade daqueles.

Já o professor Luiz Rabêlo Leite, intelectual que assumiria a pasta de secretário da educação no futuro governo de João de Seixas Dória, no período de 1963 a 1964, colocou-se a favor do pleito dos universitários, citando os exemplos das universidades católicas da Bahia e de Minas Gerais, as quais colocaram um fim na greve reconhecendo as reivindicações dos estudantes. Leite defendeu a integral “participação dos estudantes na administração das faculdades e na congregação, através de um terço de seus representantes”, por compreender que a universidade é uma comunidade formada pelos professores e pelos alunos, assim como “defendo na vida econômica que a empresa deva ser uma comunidade em cuja administração o operário possa e deva participar, também defendo que na comunidade universitária o estudante possa se representar com poder deliberativo”<sup>465</sup>. Para além de uma disputa de argumentos, a greve por “um terço” revelava um debate político acerca do ensino superior e sobre a concepção da sociedade brasileira polarizada entre humanistas cristãos, nacionalistas, liberais e socialistas<sup>466</sup>.

### **Desdobramentos da greve pelo direito de “um terço” de representação estudantil**

Voltando à questão da greve por um terço, em 19 de junho de 1962, a UEES realizou um ato público na rua João Pessoa, nas proximidades do palácio Olímpio Campos, sede do governo estadual, com o intuito de esclarecer à população que os motivos da greve estavam relacionados à resistência das faculdades e das escolas em cumprir o artigo da LDB que previa a participação dos estudantes nos órgãos colegiados (vide imagem 04).

---

<sup>464</sup> A CRUZADA. *Estudantes e professores opinam sobre a greve dos universitários*. Op. cit.

<sup>465</sup> Op. cit., p.8.

<sup>466</sup> FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. V. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.



Imagem 04: Ato público promovido pela UEES na rua João Pessoa, Centro, nas proximidades do Palácio Olímpio Campos, sede do governo do estado de Sergipe.

Fonte: Gazeta de Sergipe. Ano VII, nº 2837, 19 de junho de 1962, p. 1.

Nesse ato, os estudantes Renato Chagas, Zelito Figueiredo e José de Alencar Cardoso apontaram a atual estrutura do ensino brasileiro como uma das causas dos grandes problemas do país. Para esses oradores, a questão da reforma universitária só seria resolvida a partir de um movimento endógeno que partisse do interior dos estabelecimentos de ensino para fora, envolvendo, assim, o conjunto da sociedade. Desta forma, o ponto mais importante “para se fazer essa reforma é a maior participação dos estudantes nos órgãos colegiados, tanto administrativos quanto fiscalizadores e, com essa convicção, estão os estudantes dispostos a lutar até a vitória final”<sup>467</sup>.

Dessa forma, a resistência das direções das escolas e das faculdades em aceitarem a reivindicação de “um terço” não arrefeceu a disposição dos estudantes em manterem o movimento grevista, que se estenderia por semanas. Para o professor José Silvério Leite Fontes, em seu artigo publicado no jornal *Gazeta de Sergipe*, em 1º de julho de 1962, intitulado “Reivindicações estudantis”, a continuação da greve dos estudantes das escolas superiores teve como causas de sua extensão a “intransigência dos grevistas” e a “fraqueza

---

<sup>467</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Universitários reafirmam a disposição de greve*. Ano VII, nº 2837, 19 de junho de 1962, p. 1.

da autoridade educacional, que outra coisa não deveria senão mandar praticar os atos escolares normais, com todas as suas consequências”<sup>468</sup>. Afinal, na avaliação de Fontes, a LDB já havia assegurado a participação estudantil nos órgãos deliberativos com direito a voto na forma do regimento de cada instituição. Entretanto, o que os estudantes desejavam, conforme avaliou esse articulista, era o controle das escolas e faculdades superiores em nome de uma proposta de reforma universitária que os estudantes “modificam a cada novo congresso, pois as aspirações variam com a própria população estudantil, sempre movediça”<sup>469</sup>.

Nesse sentido, segundo a avaliação de José Silvério Leite Fontes, membro da Ação Católica, professor de filosofia na FCFS e de direito na FDS, a aspiração dos estudantes enquadrava-se em termos de um “falseamento revolucionário” que visava subverter a ordem sem uma correlata mudança social substancial. Na interpretação desse docente, a participação dos estudantes nos órgãos dirigentes das faculdades e escolas superiores não deveria atender aos fins políticos da chamada “ascensão da classe dos estudantes ao domínio das universidades”, nem tampouco ultrapassar o respeito e a hierarquia que devem existir entre os estudantes – que ainda vivem um momento de amadurecimento –, e os professores, profissionais que, segundo Fontes, estariam preparados para orientá-los<sup>470</sup>. Para esse docente, os estudantes deveriam usar o direito à participação nos órgãos deliberativos para atingirem os seguintes objetivos:

- a) levar ao conhecimento dos professores as aspirações da juventude;
- b) estimular o professorado no cumprimento de suas tarefas didáticas e de administração escolar;
- c) proporcionar ao corpo discente, através de seus representantes, uma aprendizagem de responsabilidades no desempenho de encargos deliberativos;
- d) decidir, em primeira instância, os assuntos relativos à formação do estudante<sup>471</sup>.

A greve dos estudantes também foi avaliada pelo monsenhor Luciano Cabral Duarte, diretor da FAFI, em carta enviada a Dom José Vicente Távora, arcebispo do estado, em 7 de junho de 1962. Nessa correspondência, Duarte menciona ao seu superior a continuação da greve dos estudantes e a persistência destes na defesa de suas

---

<sup>468</sup> FONTES, José Silvério Leite. “Reivindicações estudantis”. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano VII, nº 2846, 1 de julho de 1962, p. 2.

<sup>469</sup> Op. cit.

<sup>470</sup> Op. cit.

<sup>471</sup> Op. cit.

reivindicações, mesmo após o anúncio do Ministério da Educação de que era contra o pleito da proporcionalidade de “um terço” de representantes estudantis em órgãos deliberativos das instituições de ensino superior. Para o monsenhor Duarte, os estudantes, e em particular os da “turma da JUC, seguindo a orientação nacional (inclusive da última moça que passou por aqui, há dias) está vendo no caso verdadeira ‘guerra santa’”<sup>472</sup>. O excesso das reivindicações estudantis configurava-se, consoante a avaliação desse religioso, também nos exemplos utilizados pelos estudantes para justificar a participação estudantil na vida universitária:

E quando se procura saber quais os países que têm esta participação de estudantes na administração das universidades (uma vez que Estados Unidos, França, Inglaterra, Rússia, etc., não têm), respondem com exemplos extraordinários de países que atingiram um alto grau de cultura através desse recurso: a Colômbia e o Peru...<sup>473</sup>

Os universitários, por sua vez, procuravam responder às críticas colocadas ao movimento reivindicatório. Neste sentido, o estudante Oswaldo Catan, através do artigo intitulado “Verdadeiro sentido das reivindicações estudantis”, publicado no jornal *Gazeta de Sergipe*, em 10 de julho de 1962, responde às críticas tecidas pelo professor José Silvério Leite Fontes justificando a importância do movimento grevista. Para Oswaldo Catan, as críticas daquele docente não levavam em conta a singularidade do momento histórico que o país atravessava nem a importância desse momento para aquela geração de estudantes, e ainda da leitura grosseira feita por Fontes “considerando 1/3 força de domínio sobre o inteiro”. Os universitários, segundo Oswaldo Catan, não queriam ter o controle sobre as escolas e faculdades superiores e sim alimentar o desejo de

democratizar as universidades, moralizar o ensino e **reformular os costumes**, apontando as falhas, que muitas vezes não são vistas porque as decisões dos órgãos direcionais obedecem a imperativos de interesses pessoais e alheios aos da comunidade universitária<sup>474</sup>.

No intercurso desse movimento grevista a UNE realizou, na cidade de Petrópolis, em julho de 1962, o XXV Congresso Nacional dos Estudantes, não apenas para

---

<sup>472</sup> DUARTE, Luciano José Cabral. *Carta de 7 de junho de 1962 enviada pelo Monsenhor Luciano Cabral Duarte a Dom Távora*. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CECH-DHI, caixa 23, item 84.

<sup>473</sup> Op. cit.

<sup>474</sup> CATAN, Oswaldo. “Verdadeiro sentido das reivindicações estudantis”. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano VII, nº 2853, 10 de julho de 1962, p. 2 (negrito nosso).

comemorar o jubileu de fundação da entidade, mas também para reunir as principais lideranças universitárias do país com o objetivo de discutir os rumos da greve. Esse movimento grevista, iniciado em junho daquele ano, mantinha-se em curso naquele momento de realização do congresso centrado na reivindicação pela proporcionalidade por “um terço”. Entre os representantes de Sergipe nesse congresso estavam Guido Azevêdo, Renan Cardoso, Jaira Iracy, Inácio Soares, José Arimateia, Jackson da Silva, Josefina Campos, Edmar Martins, José de Alencar, José de Araújo, Glaucia Bastos, Margarida Nascimento, Ana Maria Lima, Humberto Ribeiro, Luiz Eduardo Costa, Juracy Magalhães, Ivo Sampaio, Joana Angélica Mello, Zelita Rodrigues, Luciano Santana, Raimundo Monte e Antonieta Barreto<sup>475</sup>.

A realização desse congresso parece ter evidenciado um momento importante para os destinos das mobilizações estudantis em torno da greve nacional por “um terço”. Atesta este fato o registro da presença do então ministro da educação, professor Roberto de Lyra, que se posicionou a favor da reivindicação dos universitários, mas alegou que não tinha poderes para garantir esse direito, que era de competência do Parlamento. Neste sentido, a resolução dos universitários no congresso de jubileu da UNE propugnou pela manutenção da greve como instrumento de pressão para que tanto as instituições de ensino superior como o Parlamento atendessem às reivindicações dos universitários<sup>476</sup>.

Durante essa greve/campanha os universitários receberam o apoio dos estudantes secundaristas, através da USES, que declarou em manifesto dirigido aos estudantes e ao povo “sua irrestrita solidariedade a uma causa” que eles compreendia ser “justa, humana e acima de tudo racional, aspecto este, que infelizmente ainda não foi percebido por aqueles que representam o magistério em nosso Estado”<sup>477</sup>. Para os secundaristas, a resistência em não aceitar as reivindicações por “um terço” revela, por parte de alguns mestres, o “medo de enfrentar em comum um diálogo franco entre mestres e alunos, onde se ponha[m] em evidência todos os problemas inclusive as falhas de orientação do ensino”<sup>478</sup>. O manifesto termina com uma resposta à alegada imaturidade atribuída críticos aos estudantes. Estes, nos termos do manifesto, não seriam os homens ou a realidade do futuro, “mas sim os

---

<sup>475</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Presença de Sergipe no Congresso do Jubileu da UNE*. Ano VII, nº 2857, 14 de julho de 1962, p.1.

<sup>476</sup> GAZETA DE SERGIPE. *UNE determina prosseguimento de greve*. Ano VII, nº 2864, 24 de julho, 1962, p.1.

<sup>477</sup> USES. *Manifesto aos estudantes e ao povo*. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano VII, nº 2874, 4 de agosto de 1962, p.6.

<sup>478</sup> Op. cit.



homens e a realidade do presente”<sup>479</sup>, um presente que se anunciava em meio ao debate nacionalista e popular transpassado por diversas matrizes ideológicas e políticas<sup>480</sup>.

Em meio a esses debates, as discussões sobre a reforma universitária aqueciam os ânimos e as paixões dos envolvidos. Tomado por essa efervescência, o professor José Silvério Leite Fontes voltaria a publicar mais um artigo sobre a questão, em 25 de julho de 1962, intitulado “Aos jovens universitários”, no qual reafirma sua posição contrária à reivindicação de “um terço” solicitada pelos universitários e contestou a crítica publicada pelo estudante Oswaldo Catan a suas posições quanto à não legitimidade da greve estudantil<sup>481</sup>.

Em defesa da causa dos estudantes e contestando as críticas proferidas contra Oswaldo Catan, o estudante e jornalista Luiz Eduardo Costa, deslocando o debate para o campo filosófico e sociológico, emitiu algumas considerações para refutar as teses do mencionado docente quanto à validade do pleito estudantil. Para Costa, não caberia aos universitários o adjetivo “alienados” como foi atribuído por Fontes; e esse adjetivo, na interpretação desse estudante, evocando as definições de Karl Marx e Hegel, significaria “manter-se em atitude acrítica, é não vivenciar o mundo, conformando-se com a posição de agente passivo atuando em função de forças diversas, e não conscientes é conhecer os fatos tais como os fatos se apresentam sem indagação, respectivamente”<sup>482</sup>. E prossegue, referindo-se a Hegel, afirmando que uma atitude desalienada é aquela em que o homem “através de uma posição não conformista, e essencialmente dinâmica, compreendendo os fatos, ‘como momentos em um processo que leva para além deles, até aquilo que ainda se concretizou em fato’”<sup>483</sup>. Neste sentido, para Luiz Eduardo Costa, a luta dos estudantes não era alienada, pois buscava, através da democratização do ensino superior, enquadrá-la à realidade brasileira.

Negar a necessidade do ensino superior enquadra-se à realidade social do país a partir de uma postura alienada significava para os estudantes, nas palavras de Luiz Eduardo Costa, reduzir o ensino superior àquilo que o pensador Álvaro Vieira Pinto classificou como “o instrumento mais eficiente para assegurar o comando ideológico da classe

---

<sup>479</sup> USES. *Manifesto aos estudantes e ao povo*. Op. cit.

<sup>480</sup> Ver a respeito em: RUBIM, Antônio Albino Canelas. *Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1995.

<sup>481</sup> A respeito desse artigo localizamos apenas a referência feita pelo artigo de COSTA, Luiz Eduardo. “Um terço”. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano VII, nº 2879, 10 de agosto de 1962, p.4.

<sup>482</sup> COSTA, Luiz Eduardo. “Um terço”. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano VII, nº 2879, 10 de agosto de 1962, p.4.

<sup>483</sup> Op. cit.

dirigente porque a ela incumbe a produção dos próprios esquemas individuais de dominação”<sup>484</sup>. Neste sentido, percebe-se em relação à evocação das ideias de Álvaro Vieira Pinto, professor catedrático da Universidade do Brasil e um dos membros do ISEB, que as decisões a respeito da reforma universitária seriam decisivas para transformar a realidade do país dentro de uma proposta voltada para as classes populares<sup>485</sup>.

Na segunda parte desse artigo, publicado simbolicamente no dia 11 de agosto de 1962, dia do estudante, Luiz Eduardo Costa destaca que, para os estudantes, a decisão de transformar a universidade deveria promover a aproximação dela “com o povo, tornando-a uma instituição de massa, e não exclusivamente para ‘elites’”<sup>486</sup>. Ele reforça, assim, a crítica que o movimento estudantil universitário brasileiro fazia ao ensino superior por reproduzir toda uma estrutura classista, conservadora e elitista, existente no país. Esta posição e essa leitura, não obstante seus possíveis excessos, descortinam um momento político em que diferentes projetos estão sendo pensados para o país no contexto de debates nacionalistas e de reforma do Estado Brasileiro em curso nos primeiros anos da década de 1960.

Ciente desse processo social, os estudantes, na ótica de Costa, denunciavam a estrutura patriarcal, paternalista e clientelista que transpassava o ensino superior em Sergipe. Em seu lugar, os estudantes universitários propunham uma cogestão participativa dos problemas das instituições de ensino superior que deveriam ser alinhavados com os problemas e os desafios da sociedade brasileira. Os significados dessa luta, para Luiz Eduardo Costa, encontram respaldo nas avaliações do sociólogo Karl Mannheim de que o papel da juventude universitária expressaria a condição de “agente revitalizante” da sociedade em circunstâncias de mudança ou de inovação em oposição às “tradições existentes na sociedade”<sup>487</sup>.

Avaliando esses discursos e as ações dos estudantes em torno dos debates sobre a reforma universitária e a greve por “um terço”, verifica-se a ideia de que a juventude, em particular a juventude universitária, está relacionada a uma concepção de modernidade descontínua. Segundo Pierre Furter, essa concepção de modernidade descontínua sedimenta a representação de que os jovens vivem uma “perene adolescência” propensa a

---

<sup>484</sup> COSTA, Luiz Eduardo. “Um terço”. Op. cit.

<sup>485</sup> Ver a este respeito em: PINTO, Álvaro Vieira. *A questão da universidade*. Op. cit., e, ainda em: CUNHA, Luiz Antônio. “Ensino superior e universidade no Brasil”. Op. cit., p. 177.

<sup>486</sup> COSTA, Luiz Eduardo. “Um terço II”. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano VII, nº 2880, 11 de agosto de 1962, p.4.

<sup>487</sup> Op. cit.

aproveitar a renovação e as novas oportunidades e a rejeitar a continuidade e as tradições<sup>488</sup>. Neste sentido, cada nova geração estaria propensa a uma contínua reestruturação da sociedade e dos seus atores sociais no “eterno” conflito de geração.

Dessa forma, a dinâmica existente entre os grupos juvenis e a sociedade ao longo do tempo não se verifica de modo linear, evidenciando momentos em que os atores sociais que se identificam como jovens configuraram-se como protagonistas de uma trama social que ao mesmo tempo se metamorfoseia e é polissêmica. Alberto Mellucci, a este respeito, argumenta que os movimentos da juventude formam um mosaico entre “as heranças do passado, os efeitos da modernização, as resistências às mudanças”<sup>489</sup>. Ainda segundo Mellucci, a configuração de sentidos diferentes e simultâneos provocados pelos movimentos sociais independentemente de sua natureza e composição, tendem a impulsionar ações coletivas que ajudam a manter em “aberto o espaço da diferença”, colaborando assim para “inventar o presente” com alternativas sociais que nem sempre são as “hegemônicas” ou “dominantes”<sup>490</sup>.

Assim, para além do denominado conflito geracional, é preciso ampliar os significados das disputas e embates que ele envolve. Afinal, os universitários ou a juventude universitária, grupo etário mais presente em sua composição, não formam um todo coeso, e seus grupos de interesses representam diferentes frações de classe e vinculações sociais de origem. Neste sentido, o processo social em que eles estão inseridos revelam disputas, composições, arranjos e desarrajos políticos entre grupos situacionistas e de oposição. Disputas e arranjos políticos perceptíveis tanto no plano da política partidária estadual quanto no plano das alas religiosas existentes na Igreja Católica em Sergipe.

Essas disputas e arranjos políticos evidenciam-se, de modo claro, no desalinhamento de parte dos estudantes e de algumas de suas entidades representativas em face do governo udenista de Luiz Garcia, no período de 1959 a 1962, em contraposição ao alinhamento de algumas entidades estudantis e de algumas tendências do movimento estudantil frente ao mandato obtido pela Aliança Social Democrática, responsável pela eleição do governador João de Seixas Dória, para o período de 1963 a 1967. E ainda ao

---

<sup>488</sup> FURTER, Pierre. *Juventude e tempo presente*. Tradução Luís Lourdes Orlandi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967, pp. 14-15.

<sup>489</sup> MELLUCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Op. cit., p.28.

<sup>490</sup> Op. cit.

fato de os estudantes mais envolvidos com as questões sociais e políticas, fazerem referência à figura de D. José Vicente Távora, em oposição àqueles que faziam referências mais espiritualistas e intelectuais ao monsenhor Luciano Cabral Duarte.

Dessa forma, quando os universitários, particularmente no texto de Luiz Eduardo Costa, evocam a interpretação de Karl Mannheim de que a juventude é uma espécie de “agente revitalizante”, eles estão reforçando o papel desses jovens como um novo grupo político “esclarecido” que se prepara para ocupar o comando da sociedade. Isto, porém, não é suficiente para delinear o mosaico de interesses e de disputas tecidas entre os universitários, os professores e os interesses políticos e sociais dos que compunham o jogo de poder no estado num período marcado pela renúncia do presidente Jânio Quadros; posse de João Goulart mediante o arranjo político parlamentarista; restabelecimento do presidencialismo, através do plebiscito de 1963; desgaste dos governos udenistas de Leandro Maciel e de Luís Garcia; e pelas mobilizações e arranjos políticos da oposição que chegaria ao poder em janeiro de 1963, com a eleição de Seixas Dória e de Sebastião Celso de Carvalho<sup>491</sup>.

Em todo o caso, o discurso dos universitários nesses acontecimentos não pode ser desvinculado do fato de eles terem se posicionado a favor da reforma universitária e da greve/campanha por “um terço”. Além disso, é preciso considerar também a capacidade desses estudantes, enquanto futuros profissionais e cidadãos, para ocuparem posições de dirigentes e gestores públicos. Dentro dessa perspectiva, esses estudantes sinalizavam – parafraseando Christopher Hill<sup>492</sup> –, um o novo tipo de dirigente ou uma nova forma de dirigir as instituições de ensino superior. Esse novo modelo estaria fundamentado na proposta da cogestão participativa e da crítica à postura conservadora e elitista do ensino superior como reflexo das relações de poder dominantes no país e no estado.

### **O debate político e acadêmico sobre o modelo de cogestão**

A ideia da participação dos universitários na cogestão do ensino superior, por sua vez, já era uma velha bandeira dos estudantes latino-americanos colocada pela Reforma

---

<sup>491</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *Os partidos políticos em Sergipe (1889-1964)*. Op. cit., pp. 153-306.

<sup>492</sup> Estamos nos referindo a discussão da formação de um exército de “novo tipo” formado por homens provenientes de fora das tradicionais camadas sociais inglesas, ver a respeito em: HILL, Christopher. *O mundo de ponta-cabeça: ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640*. Tradução Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp. 72-77.

Universitária de Córdoba, ocorrida em 1918. Esta proposta de reforma universitária fomentada pela federação de estudantes universitários argentinos, na cidade de Córdoba, havia tecido duras críticas ao modelo tradicional das universidades existentes na América Latina. Além disso, essa discussão provocou os primeiros debates sobre a questão da autonomia universitária, da eleição de dirigentes universitários pela comunidade acadêmica, da necessidade de políticas de assistência social permanente aos estudantes, entre outros pontos<sup>493</sup>. Os estudantes de Córdoba, afirmavam, que

acabamos de romper la última cadena que, en pleno siglo XX, nos ataba a la antigua dominación monárquica y monástica. Hemos resuelto llamar a todas las cosas por el nombre que tienen. Córdoba se redime. Desde hoy contamos para el país una vergüenza menos y una libertad más. Los dolores que quedan son las libertades que faltan. Creemos no equivocarnos, las resonancias del corazón nos lo advierten: estamos pisando sobre una revolución, estamos viviendo una hora americana<sup>494</sup>.

Muitas das críticas e das posições do “Manifesto de Córdoba” foram retomadas pela UNE e pelos universitários de várias partes do país a partir de 1957, com as primeiras discussões sobre a reforma universitária, e de modo mais intenso com a realização dos Seminários Nacionais pela Reforma Universitária de 1961 e 1962 e pelo Conselho de Representantes da UNE em 1963. O alcance e a força desses debates teriam curso mesmo depois do golpe civil-militar de 1964, evidentemente que redimensionados pela nova ordem política que se implantaria no país, o que, entre outras consequências, restringiu a autonomia reivindicada para as universidades, assim como afastou a possibilidade de que seu gerenciamento adotasse o modelo de cogestão<sup>495</sup>.

Não obstante as raízes latino-americanas a respeito da necessidade de uma reforma universitária sobre o prisma dos estudantes, influenciada pelo “Manifesto de Córdoba”, a discussão a respeito da universidade como centro de ciência e cultura desde a

---

<sup>493</sup> OLIVEIRA, Dalila Andrade; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de Azevedo. “Atualidade dos ensinamentos da Reforma de Córdoba (1918): ou qual a herança de Córdoba nas reformas atuais”. In: SADER, Emir, GENTILI, Pablo, ABOITES, Hugo. *La reforma universitaria: desafíos y perspectivas noventa años después*. Buenos Aires: CLACSO, 2008. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/reforAboit/08oliaze.pdf>>. Acessado em 10/10/2010.

<sup>494</sup> UNC. *Manifiesto de la federación de los universitarios de Córdoba*. Córdoba, 21 junho de 1918. Disponível em: <<http://manifiestodecordoba1918.blogspot.com/>>. Acessado em 10/10/2010.

<sup>495</sup> A respeito das contribuições dos universitários brasileiros a esse debate ver: FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *A UNE em Tempos de Autoritarismo*. Op. cit. E sobre o processo de reforma universitária durante a ditadura militar brasileira, também da mesma autora, ver: FÁVERO, Maria de Lourdes de A. “A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968”. In: *Revista Educar*, n. 28, Curitiba: Editora UFPR, 2006, pp. 17-36.

Idade Moderna já antagonizava sua natureza cosmopolita em oposição a sua perspectiva funcional<sup>496</sup>. Segundo Boaventura de Souza Santos, essa ambivalência foi intensificada ao longo do século XX, em particular a partir da segunda metade deste, através de pelo menos três contradições: uma crise de hegemonia a respeito da universidade como centro de produção cultural; uma crise de legitimidade no tocante à necessidade de democratização do conhecimento e, por fim, uma crise de institucionalização diante aos parâmetros produtivistas da sociedade contemporânea, sendo que as duas primeiras crises já se evidenciavam no horizonte social da década de 1960<sup>497</sup>.

Seja qual for o ângulo de abordagem, a participação do movimento estudantil brasileiro nos debates sobre a reforma universitária no decurso dos anos de 1950 a 1960 deve ser compreendida, como definiu Fávero, a partir “das dimensões de um projeto de reforma social proposto por frações de classe média urbana progressista”, responsável pela definição de “uma nova hegemonia” política e cultural pensada para o país a partir da sociedade civil<sup>498</sup>.

No tocante ao modelo de reforma universitária encampada pelos universitários brasileiros no decorrer da década de 1960, em particular na esteira das mobilizações ocorridas em razão do I SERU e da greve pelo direito de os estudantes terem “um terço” de participação nos órgãos colegiados das instituições de ensino superior, como já foi delineado, essa proposta de reforma gerou debates, conquistas, avanços e resistências.

A resistência à reivindicação dos estudantes por “um terço” de representação nos conselhos deliberativos das instituições de ensino superior, além de expor nuances em defesa de certa tradição e hierarquia por parte da maioria das instituições e de parte de seus professores. Essa resistência expressou também a necessidade de essas instituições, seus órgãos colegiados e seus professores pensarem, debaterem e se posicionarem frente à LDB e às reformas do ensino superior que estavam em andamento. O professor José Silvério Leite Fontes, em entrevista concedida algumas décadas depois, ao ensejar essa questão, ressalta que não havia ficado contrário à participação dos estudantes nos órgãos deliberativos, mas entendia

---

<sup>496</sup> GROppo, Luís Antonio. *Autogestão, universidade e movimento estudantil*. Campinas: Autores Associados, 2006, pp. 29-30.

<sup>497</sup> SANTOS, Boaventura de Souza. “Da ideia de universidade à universidade de ideias”. In: *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2001, pp. 87-233.

<sup>498</sup> FÁVERO, Maria de Lourdes A. *A UNE em tempos de autoritarismo*. Op. cit., pp. 72-75.

que os estudantes se preocupavam muito com a política, e a questão do ensino era, sobretudo, um problema de ordem cultural. Eu tinha receio que houvesse um desmando do ensino em face dessa preocupação dos estudantes com “um terço” que poderia ser uma voz decisiva nas decisões da Faculdade, nos novos regulamentos da Faculdade de Filosofia foi admitida a presença dos estudantes. Eu não era contra essa presença, mas sim das reivindicações de um terço. Foi admitida essa participação, embora bem menor. Alexandre [Diniz] inclusive fez parte dessa votação do regulamento da faculdade. Quanto a isso não havia oposição, mas a pretensão dos estudantes era muito maior e não foi aceita. E dentro do novo quadro [político] da ditadura [militar], não havia condição de ser aceita...<sup>499</sup>.

Neste sentido, para Fontes, o problema não era o da participação dos estudantes na gestão da administração universitária, mas sim o estabelecimento da paridade, pretensão inviabilizada após a deflagração do golpe civil-militar de 1964. A contenda, portanto, residia no poder de decisão que o estabelecimento da paridade de “um terço” proporcionaria aos representantes dos estudantes nos mencionados conselhos. Além disso, a forma como essa reivindicação havia sido feita através de uma longa greve articulada pela UNE, simultaneamente, em várias partes do país, reivindicando que essa representação fosse proporcional a “um terço” dos membros dos mencionados colegiados e conselhos, parece ter causado entre os corpos diretivos e docentes das instituições de ensino superior o temor quanto aos rumos que as decisões estudantis poderiam inferir nos destinos dessas instituições e de seus professores.

É nesse último sentido, o da greve como instrumento válido para as reivindicações universitárias, que o editorial do programa “Nossa Opinião”, transmitido pela Rádio Cultura de Sergipe, emissora católica de grande audiência no período, questionou o uso da greve pelos universitários como instrumento de pressão para terem atendidas suas reivindicações. Para a linha editorial do programa, não obstante os motivos dos estudantes, a greve não seria um meio adequado através do qual eles deveriam lutar por suas reivindicações. Segundo essa emissora de rádio católica, a greve seria um instrumento cabível para os trabalhadores que, ao lançarem mão desse expediente, provocariam uma pressão incômoda sob o sistema. Ao contrário, em uma greve de estudantes, os maiores prejudicados eram eles mesmos.

Em Sergipe, essa greve, ocorrida entre 1º de junho e 17 de agosto de 1962, atingiu quatro das seis instituições de ensino superior de Sergipe, num total de mais de 40 dias

---

<sup>499</sup> FONTES, José Silvério Leite. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 10/08/1998.

letivos – descontado o período em que eles deveriam estar de férias, foi vista pelo programa “Nossa Opinião” como um ato prejudicial “aos acadêmicos e não aos seus mestres”<sup>500</sup>. O editorial ainda reforça essa crítica acrescentando que a greve é um instrumento de força, e este, enquanto argumento, “nunca foi o mais convincente, entre pessoas que se definem como os trabalhadores da **inteligência**”<sup>501</sup>. Concluindo a mensagem, o editorial conclamou os estudantes a continuarem em seu caminho, mas que “a greve seja banida dentre as armas. Esta é a nossa opinião”<sup>502</sup>.

Em suma, a greve por “um terço” não foi a primeira nem a última mobilização desencadeada pelos universitários brasileiros; contudo, sua articulação e desdobramentos a colocam como um dos mais significativos movimentos dessa natureza. E não obstante as resistências e as críticas deferidas contra essa greve/campanha, ocorrida em 1962, ela produziu avanços importantes.

Em Sergipe, para além da impressão das primeiras pesquisas a respeito da temática sobre o movimento estudantil de que os universitários haviam obtido conquistas pontuais com a greve em apreço<sup>503</sup>, constata-se que os avanços conquistados pelos universitários com esse movimento grevista foram significativos. Dentre esses resultados destaca-se: a realização de debates sobre a democratização e a modernização do ensino superior; as conquistas ocorridas nas Faculdades de Medicina de Sergipe e na Faculdade de Ciências Econômicas que aceitaram a participação dos estudantes em seus órgãos colegiados com representação proporcional de “um terço”; e a admissão por parte das instituições de ensino superior existentes no estado, de uma maneira ou de outra, do reconhecimento do direito de participação dos estudantes em seus órgãos colegiados.

## **2.6. O II SERU e a Declaração de Santo Amaro das Brotas**

Em Sergipe, outro importante eco da reforma universitária ocorreu na cidade de Santo Amaro das Brotas, nos dias 8 e 9 de junho de 1963, quando a UEES promoveu a

---

<sup>500</sup> A CRUZADA. *A greve, instrumento das reivindicações universitárias?* [Editorial do programa “Nossa Opinião”, transmitido pela Rádio Cultura de Sergipe, em 17 de agosto de 1962]. Ano XXVI, nº 1362, 18 a 19 de agosto, 1962, p. 6.

<sup>501</sup> Op. cit. (negrito nosso)

<sup>502</sup> Op. cit.

<sup>503</sup> CRUZ, José Vieira da. *O Centro Popular de Cultura da União Estadual dos Estudantes Sergipanos e os Movimentos Culturais do início dos anos 60: 1962-1964*. Op. cit., pp. 25-26.



realização do II SERU<sup>504</sup>. Segundo o jornal *A Cruzada*, o mencionado seminário, presidido pela universitária Gilsa Luiza da Mota Gomes, além de contar com a presença de representantes de todas as bancadas de estudantes das instituições de ensino superior, também contou com a presença dos professores Dr. Antônio Garcia Filho; Dr. Bonifácio Fortes; Dr. Luiz Rabêlo Leite, Secretário de Educação do Estado; dos professores Paulo Freire<sup>505</sup>, Jonas Brito, Eurico Cardoso, da Universidade do Recife; do arcebispo metropolitano D. José Vicente Távora; da professora Carmelita Fontes Pinto, da professora Eurenice Fontes Pinto, entre outros professores e autoridades<sup>506</sup>.

O temário das conferências e dos debates realizados durante o II SERU discutiu: a universidade de Sergipe e a reforma universitária, as universidades brasileiras, as estruturas das faculdades de Sergipe, a universidade de Sergipe como universidade nova, a LDB e a universidade de Sergipe, entre outros pontos<sup>507</sup>. Esta pauta de discussão não apenas incorporava os debates realizados pelos Seminários Nacionais de Reforma Universitária promovidos pela UNE, como também intensificava as discussões sobre a necessidade de criação de uma universidade em Sergipe, inclusive discutindo “se o seu modelo ia ser uma autarquia ou fundação”, ideia que veio a se consolidar durante a realização do mencionado seminário estadual<sup>508</sup>.

Ao final do conclave, foi elaborada a "Declaração de Santo Amaro das Brotas", que sintetizou as deliberações de pontos discutidos pelos participantes do II SERU, dentre os quais: os problemas de estrutura das instituições de ensino superior do estado, a necessidade de não mais formar profissionais desvencilhados da realidade local, a necessidade de formar profissionais aptos a enfrentar as transformações de um país em processo de “revolução” e à crítica a forma elitista e excludente das universidades brasileiras que se mantêm fechadas para o “povo”<sup>509</sup>.

Essa declaração defendeu a criação da “Universidade de Sergipe” sob a forma de uma fundação federal, colocou-se em oposição ao sistema de cátedra e à ordem econômica

---

<sup>504</sup> GAZETA DE SERGIPE. *II Seminário de reforma universitária*. Ano VII, nº 2223, 8 de junho de 1963, p.1.

<sup>505</sup> A respeito da presença do educador Paulo Freire no mencionado seminário ver: GAZETA DE SERGIPE. *Paulo Freire ensina alfabetizar em trinta e seis horas*. Ano VII, nº 2224, 9 de junho de 1963, p. 1.

<sup>506</sup> A CRUZADA. *Em Santo Amaro II Seminário de reforma universitária*. Ano XXVII, nº 1391, 16 de junho de 1963, p.1.

<sup>507</sup> GAZETA DE SERGIPE. *II seminário de reforma universitária*. Ano VII, nº 2223, 08 de junho de 1963, p. 1.

<sup>508</sup> DINIZ, José Alexandre Felizola. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE. 12/03/1998.

<sup>509</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Universitários: “Declaração de Santo Amaro das Brotas”*. Ano VII, nº 2225, 11 de agosto de 1963, p. 6.

capitalista; propôs a participação dos estudantes na comissão encarregada de estudar o problema do ensino superior no estado e, sobretudo, defendeu de modo intransigente a necessidade de a “Universidade de Sergipe” ser voltada para o povo<sup>510</sup>, como se pode observar na transcrição do mencionado documento:

#### Declaração de Santo Amaro das Brotas

Nós, os estudantes universitários de Sergipe, reunidos no II SEMINÁRIO ESTADUAL DE REFORMA UNIVERSITÁRIA considerando que:

- a) a atual estrutura que rege as nossas Faculdades é inadequada, decorrente das insuficiências locais;
- b) as nossas Faculdades ministram um ensino acadêmico, formando profissionais para uma realidade diversa da nossa;
- c) o nosso Estado necessita, como todo o País em revolução, técnicos preparados para superação da atual estrutura;
- d) as universidades brasileiras estão fechadas para o povo e os seus ideais visam, essencialmente, a formação de uma casta de profissionais que insiste em manter à estrutura opressora, esquecendo-se das suas dívidas para com o povo.

Vimos de público declarar que somos favoráveis à criação da Universidade de Sergipe, sob forma de Fundação Federal, não como uma Universidade comum, igual as existentes no País, mas com uma estrutura nova, voltada, dos seus ideais mais profundos até as suas mais superficiais características, integralmente para o povo. É preciso que em Sergipe não se crie mais uma entidade que vise à promoção, à cientificação e à justificativa filosófica para a manutenção da atual estrutura capitalista, a promoção do anti-povo. A Universidade não pode ser criada por um grupo, mas sim por todo um esforço consciente de professores e alunos. Por esta razão, exigimos uma representação efetiva no Grupo de Trabalho instituído pela Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, segundo a Portaria nº 10, e encarregada de estudar o problema do Ensino Superior no Estado.

Por outro lado, somos contrários à efetivação dos professores fundadores da Faculdade de Direito de Sergipe, pois tal medida é contrária a todo e qualquer ideia de REFORMA UNIVERSITÁRIA, desde que a efetivação conduz em tese, a estagnação cultural. Apoiamos, assim, a luta do Centro Acadêmico “Silvio Romero”, no sentido de conservar a situação dos professores até a criação da Universidade, onde o sistema de Fundação elimina a cátedra e a substitui pela carreira do magistério.

Convocamos nesses termos, os operários, camponeses e o povo em geral para a luta que neste momento empreendemos pela democratização do ensino superior no nosso Estado.

Que a Universidade venha para o povo; seja uma resposta aos angustiantes problemas do País que ficam sem resposta; que a

---

<sup>510</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Universitários*: “Declaração de Santo Amaro das Brotas”. Op. cit.

Universidade ou venha para resolver problemas ou não chegue a nascer pois estaremos prontos para reagir contra mais uma mistificação.

## **UNIVERSIDADE PARA O POVO OU NADA**

Santo Amaro das Brotas (SE), 9 de junho de 1963.

**Juracy Magalhães Chagas**

(Bancada da Escola de Química)

**Luiz Machado Mendonça**

(Bancada da Faculdade de Medicina)

**José Cortes Rolemberg Filho**

(Bancada da Faculdade de Medicina)

**José Alexandre Felizola Diniz**

(Bancada da Faculdade Católica de Filosofia)

**Maria Laete Fraga**

(Bancada da Faculdade de Direito)

**Cândido Fontes**

(Bancada da Escola de Serviço Social)

**Gil Cardoso Natureza**

(Bancada da União Estadual dos Estudantes) <sup>511</sup>

A publicidade da “Declaração de Santo Amaro das Brotas” pela UEES foi objeto de apreciação no editorial do *Gazeta de Sergipe* de 12 de junho de 1963. No texto, é avaliado o mérito político do mencionado documento, além da valorização da atitude inconformada da mocidade em face de que a “reformulação do espírito universitário merece a atenção do povo, para que o ensino se estenda às diversas camadas sociais” <sup>512</sup>. A posição desse editorial reforça a crítica de que o ensino superior no Brasil continuava elitista e precisava ser reformulado em favor de uma sociedade mais democrática e mais participativa.

Essa mesma discussão foi objeto de um segundo editorial focado na criação da Universidade de Sergipe nos moldes da Universidade de Brasília, considerada, pelo jornal, como a melhor das experiências do ensino superior no país. O texto destaca também a compreensão do arcebispo Dom José Vicente Távora em aceitar sem restrições que a

---

<sup>511</sup> UEES. “Declaração de Santo Amaro das Brotas”. In: GAZETA DE SERGIPE. *Universitários*: Declaração de Santo Amaro das Brotas. Ano VII, nº 2225, 11 de agosto de 1962, p. 6. (negritos originais do documento publicado).

<sup>512</sup> DANTAS, Orlando. “Universidade para o povo” [editorial]. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano VII, nº 2226, 12 de junho de 1963, p.2.

Escola de Serviço Social e a Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, ambas mantidas pela Igreja Católica, também fossem incorporadas ao conjunto das seis instituições de ensino superior que formariam a base para a futura Universidade de Sergipe<sup>513</sup>. Na prática essa atitude da Igreja Católica em favor da criação de uma universidade em Sergipe, como já discutido, reforça o envolvimento de sua autoridade maior, o arcebispo D. Távora, que desde o VIII Congresso da UEES, realizado em 1958, já havia devotado seu apoio à questão<sup>514</sup>, inclusive para que seus auxiliares, a exemplo do então monsenhor Duarte, não poupasse esforços com esse objetivo.

Segundo esse editorial, a ideia de uma “Universidade para o povo”, defendida pela Declaração de Santo Amaro das Brotas, “não é uma expressão demagógica, mas uma perseguição dos valores humanos e intelectuais que surgem nas classes trabalhadoras e médias”, desejosas de sua efetiva participação nos quadros dirigentes do país<sup>515</sup>.

Dessa forma, a proposta de criação de uma universidade em Sergipe, lançada nos idos de 1958 durante o VIII Congresso da UEES, retomada de modo mais intenso durante o II SERU, ocorrido em 1963, começou a ser viabilizada a partir da publicação, pelo governo do Estado de Sergipe, da Lei nº 1.194, de 11 de julho daquele ano. Esta lei autorizava as providências legais para que o patrimônio das faculdades e escolas de ensino superior existentes no estado viessem a compor o patrimônio da futura universidade de Sergipe<sup>516</sup>. Contudo, em termos efetivos, as providências administrativas nesse sentido só seriam tomadas nos primeiros meses de 1964<sup>517</sup>.

Entretanto, não obstante os avanços em torno da proposta de como deveria ser criada a citada instituição, os desdobramentos decorrentes do contexto político nacional em curso naquele ano redimensionariam o norte do que viria a ser a Universidade Federal de Sergipe, fundada somente em 1968. Ela continuaria a ser objeto dos esforços de grande parte da sociedade sergipana, contudo a proposta de uma universidade popular cederia espaço para um projeto de ensino circunscrito aos horizontes políticos de uma sociedade controlados por autoridades civis e militares sob a égide de uma ditadura. A posse do

---

<sup>513</sup> DANTAS, Orlando. “Universidade de Sergipe” [editorial]. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano VII, nº2229, 12 de junho de 1963, p.2.

<sup>514</sup> ACADEMUS. *VIII Congresso Estadual dos Estudantes*. Ano VII, nº 18, setembro de 1958, p. 2.

<sup>515</sup> DANTAS, Orlando. “Universidade de Sergipe” [editorial]. Op. cit.

<sup>516</sup> As providências sobre a criação da universidade de Sergipe no período em discussão é um campo de pesquisa ainda não explorado. A respeito dessa discussão, o acervo de documentos do Arquivo do Conselho de Educação do Estado de Sergipe poderá revelar fontes importantes relacionadas a esse tema.

<sup>517</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Universidade de Sergipe em fase de criação*. Ano IX, nº 2345, 25 de fevereiro de 1964, p.1.

coronel Arivaldo Silveira Fontes no cargo de Secretario de Educação, Cultura e Saúde, em 29 de abril de 1964, é uma evidência da mudança de cenário político que então se processava em Sergipe e no país<sup>518</sup>. Neste novo cenário a educação e a cultura também passavam a ser assuntos da política de segurança nacional.

---

<sup>518</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Arivaldo*: Universidade e Casa do Estudante serão concretizadas. Ano IX, nº 2394, 29 de abril de 1964, p.1.

## Capítulo III – A UEES, o IBAD e os movimentos de cultura e educação popular

### 3.1. Os estudantes, as eleições de 1962, o IBAD e a postura da UEES

Ainda no ano de 1962, após o término da greve nacional articulada pela UNE em favor do estabelecimento da representação estudantil de “um terço” nos conselhos deliberativos das instituições de ensino, os universitários deixaram de figurar aparentemente como objeto das atenções da imprensa em Sergipe. Neste novo contexto, os estudantes passaram a atuar nos bastidores da campanha eleitoral disputada entre os situacionistas da UDN e uma coalisão de oposição composta por dissidentes da UDN, pelo PSD e por outros partidos.

A partir desse momento, portanto, a pauta de atenções da sociedade, assim como da imprensa, voltou-se para acompanhar os desdobramentos da acirrada campanha eleitoral ao governo do estado. Essa campanha foi disputada entre os partidários do governador Luiz Garcia e do candidato a governador pela UDN, Leandro Maciel, e os partidários da oposição formada pelo candidato a governador João de Seixas Dória, ex-liderança da UDN, e seu candidato à vice, Celso de Carvalho, vinculado ao PSD.

As peculiaridades desse processo eleitoral chamam atenção para as denúncias veiculadas pelo jornal *Gazeta de Sergipe*, periódico de postura oposicionista, com informações sobre a interferência do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)<sup>519</sup>. Esta agência cultural era acusada de financiar grupos políticos “conservadores” alinhados com a política externa estadunidense e de defender uma postura anticomunista<sup>520</sup>.

Em Sergipe, conforme denúncias do mencionado jornal, o “terror financeiro” provocado pela atuação do IBAD realizava-se em apoio à campanha do udenista Leandro Maciel, através do uso de material de propaganda padronizado por esse instituto para lideranças políticas do Nordeste que estavam concorrendo ao governo de seus respectivos estados. Neste sentido, o *Gazeta de Sergipe* estampa na primeira página de uma de suas edições uma foto, cedida pelo jornal *Última Hora*, da campanha do candidato a governador

---

<sup>519</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Eloy Dutra denuncia o IBAD ao Conselho de Segurança*. Ano VII, nº 2905, 12 de setembro de 1962, p. 6.

<sup>520</sup> Ver a respeito em: DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Tradução Ayeska Branca de Oliveira Farias, Ceres Ribeiro, Pires de Freitas, Else Ribeiro Pires Vieira e Glória Maria de Mello Carvalho. Petrópolis: Vozes, 1981.

pela UDN em Pernambuco, João Cleofas, ao lado de uma foto da campanha do candidato a governador pela UDN em Sergipe, Leandro Maciel. Nessas fotos fica evidente o uso do mesmo slogan em ambas as campanhas: “Um homem de responsabilidade!”. Mais do que uma estratégia de candidatos de um mesmo partido concorrendo a eleições em estados distintos, para esse de Sergipe, essa coincidência trazia em si a marca do IBAD (ver imagem 05).



Imagem 05: À esquerda, foto da faixa da campanha ao governo de Sergipe do candidato Leandro Maciel, colocada na frente do IHGSE, e à direita, foto da faixa do candidato ao governo de Pernambuco, João Cleofas.

Fonte: GAZETA DE SERGIPE. *Propaganda padronizada pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática*. Ano II, nº 2017, 26 de setembro de 1962, p.1

Segundo o historiador Ibarê Dantas, a presença do IBAD enquanto agente financiador contribuiu para tornar o jogo político estadual mais disputado economicamente<sup>521</sup>. Ao denunciar a atuação desse instituto na região Nordeste, em particular em Sergipe, a mencionada matéria revela o debate político travado entre nacionalistas e participantes dos movimentos populares frente a segmentos liberais e

---

<sup>521</sup> Ver a respeito: DANTAS, José Ibarê Costa. *Os partidos políticos em Sergipe: 1889-1964*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989, p. 256. Ainda sobre o IBAD consultar: FORTES, José Bonifácio. *Democracia de poucos, 2 um ensaio de ciência política*, (A política de Sergipe entre 1958 e janeiro de 1963). Aracaju: Livraria Regina, 1963.

anticomunistas da sociedade brasileira, e, no caso destes últimos, de suas vinculações ideológicas com a política estadunidense<sup>522</sup>.

Em Sergipe, entre os parlamentares federais, o deputado Lourival Batista é o único representante do estado vinculado à Ação Democrática Parlamentar (ADP)<sup>523</sup>, órgão também alinhado ao campo de atuação do IBAD. Vinculados diretamente às atividades dessa instituição no estado, existem registros da atuação de Murilo Dantas, Edson Brasil, Francisco Costa Garcez e José Teixeira Machado<sup>524</sup>, sendo este último vereador na cidade de Aracaju. Em face desse alinhamento com essas instituições – ADP e IBAD –, não foi por um acaso que Lourival Batista e José Teixeira Machado assumiram, a partir de 1967, por indicação dos militares e respaldados pelos setores da sociedade que apoiaram o golpe, o governo do estado e da capital, respectivamente, desbancando inclusive lideranças políticas tradicionais.

A presença de instituições de direita financiadas com recursos estadunidenses no contexto eleitoral das disputas estaduais e da campanha plebiscitária em favor ou não do sistema parlamentarista, ocorridas entre 1962 e 1963, não apenas foi observada como também foi objeto de denúncia de segmentos da sociedade civil organizada em Sergipe. Evidencia essa questão a publicação pelo *Gazeta de Sergipe*, em 14 de dezembro de 1962, do “Manifesto ao povo sergipano”, documento que destacava o repúdio de vários segmentos sociais ao “movimento entreguista financiado pelo IBAD, MAC<sup>525</sup>, ADP” e sua tentativa de alienar lideranças estudantis em prol das “hostes imperialistas”<sup>526</sup>.

Além de defender o nacionalismo e as reformas de base como uma política necessária à independência do país, o mencionado manifesto – organizado pela Frente de Libertação Nacional e pelos órgãos de representação dos universitários, pelo órgão de representação dos secundaristas e por diversos sindicatos – deixou claro o seu repúdio às tentativas do IBAD e das instituições congêneres de cooptação de estudantes e de fomentação de tendências diversionistas entre os discentes brasileiros<sup>527</sup>.

---

<sup>522</sup> DREIFUSS, René Armand. 1964: *a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Op. cit., pp. 21-38.

<sup>523</sup> Ver a respeito em: DANTAS, José Ibarê Costa. *Os partidos políticos em Sergipe: 1889-1964*. Op. cit., p. 293, e, ainda em: DREIFUSS, René Armand. Op. cit., pp. 319-322.

<sup>524</sup> DREIFUSS, René Armand. Op. cit., p. 648.

<sup>525</sup> Movimento Anticomunista – MAC.

<sup>526</sup> FRENTE DE LIBERTAÇÃO NACIONAL *et. ali.* “Manifesto ao povo sergipano”. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano VII, nº 2080, 14 de dezembro de 1962, p.5.

<sup>527</sup> Op. cit.



Constam da lista de assinatura desse documento os nomes de presidentes de várias entidades da sociedade civil organizada de Sergipe naquele momento, entre eles: José Alexandre Felizola Diniz, da UEES; Luiz Gonzaga, do Sindicato de Fiação e Tecelagem de Aracaju; José Nunes da Silva, do Centro Operário; Zuleica de Souza Mendes, da FESPES; Gilberto Menezes Fontes, da Associação de Bombeiros; José Rolemberg Côrtes, da USES; Manuel Messias dos Santos, da Federação dos Trabalhadores na Indústria e do Sindicato dos Pedreiros; Ismael Pereira dos Santos, do Sindicato de Engraxates; Paulo Barbosa de Araújo, da ASPES; Afrodízio Menezes, do Sindicato dos Gráficos de Aracaju; José Domingos Correia, do Sindicato dos Marceneiros; Raimundo Correia dos Santos, do Sindicato dos Estivadores; Humberto Santos, do Sindicato dos Ensacadores do Sal; José Sales, do Sindicato dos Conferencistas de Sergipe; e Daniel Monteiro de Jesus, da Sociedade União dos Operários e Ferroviários<sup>528</sup>.

Dentro dessa perspectiva, a denúncia acerca da presença de pessoas associadas ao IBAD entre os estudantes universitários e secundaristas mantém-se constante em Sergipe no decorrer do ano de 1963. Entre os demais registros a esse respeito destacam-se as tentativas de implantação do modelo de “teatro ibadeano” para se contrapor ao movimento do teatro de cultura popular que passava a ganhar corpo no estado<sup>529</sup>, e as tentativas, descritas pela imprensa, de tomada do controle das entidades estudantis estaduais, entre as quais a UEES, por parte de pessoas supostamente ligadas ao IBAD. A este respeito é interessante frisar que a imprensa não chega a identificar os nomes dos representantes do IBAD, mas apenas refere-se a eles por meio de apelidos<sup>530</sup>.

As denúncias relacionadas à atuação do IBAD no estado, em linhas gerais, são anunciadas pela imprensa, sobretudo pelo jornal *Gazeta de Sergipe*, como uma linha de ação contrária às atividades estudantis nos debates em torno da reforma universitária, nas mobilizações em prol da reforma de base, principalmente no alinhamento com as políticas educacionais do governo federal, na gestão do presidente João Goulart, e no governo estadual, na gestão do governador Seixas Dória, candidato da oposição eleito no pleito ocorrido em 1962.

---

<sup>528</sup> Mais informações a respeito no quadro comparativo 07: Manifesto ao povo sergipano contra o IBAD subscrito por entidades civis em 1962, p. 519

<sup>529</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Teatro Ibadeano* [editorial]. Ano VII, nº 2903, 15 de setembro de 1963, p.1.

<sup>530</sup> GAZETA DE SERGIPE. *IBAD tenta assaltar a UEES*. Ano VIII, nº 2198, 9 de maio de 1963, p.2.

### 3.2. Os estudantes, a UEES e os movimentos populares de cultura

A nova gestão do governo estadual iniciada em 1963 destacava-se pela eloquência dos discursos entusiasmados e por algumas medidas efetivas em certas áreas da ação governamental. Entre essas áreas, evidencia-se a atuação da Secretaria de Estado da Educação, a cargo do bacharel Luiz Rabêlo Leite, que favoreceu o desenvolvimento de experiências associadas aos movimentos populares de cultura com o objetivo de “acelerar o processo de alfabetização e educar as massas, sem perda de tempo”<sup>531</sup>.

Diante desse propósito, a gestão de Luiz Rabêlo capitaneou recursos junto aos acordos financeiros como o da United States Agency for International Development (USAID) e o governo brasileiro, através dos convênios da chamada política “Aliança para o progresso” ou, como ficaram conhecidos, acordos MEC/USAID <sup>532</sup>. Estes convênios – ou pelo menos parte deles – foram utilizados para captar recursos empregados no estímulo a iniciativas educacionais voltadas ao combate ao analfabetismo e ao desenvolvimento da educação. Em termos práticos, parte desses recursos foi utilizada para incorporar e/ou estimular experiências/movimentos de educação e cultura popular no estado, como o método Paulo Freire, que viria a consolidar-se com a Campanha Nacional de Alfabetização (CNA), organizado pela própria Secretaria Estadual de Educação<sup>533</sup>; o Movimento de Educação de Base (MEB), organizado pela Igreja Católica por meio da Rádio Cultura de Sergipe<sup>534</sup>; e os Centros Populares de Culturas (CPCs). Estes últimos, segundo Ibarê Dantas, varriam o interior, de município a município, “encenando suas peças com inflamada participação estudantil”<sup>535</sup>.

Ainda sobre essa discussão chama atenção o fato de que alguns desses movimentos/experiências mantinham uma crítica cerrada à política imperialista

---

<sup>531</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *Os partidos políticos em Sergipe: 1889-1964*. Op. cit., p. 279.

<sup>532</sup> Entre os estudos a respeito da participação da USAID na educação brasileira através da chamada política da “Aliança para o progresso” destacam-se: ARAPIRACA, José Oliveira. *A USAID e a educação brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica do capital humano*. São Paulo: Cortez, 1982; SANTO, Éder Fernando. *O ensino superior no Brasil e os Acordos MEC-USAID: o intervencionismo norte-americano na educação brasileira*. Maringá: PPE/UEM, 2005 (Dissertação de mestrado); e ainda: SILVA, Vicente Gil da. *Aliança para o Progresso no Brasil: de propaganda anticomunista à instrumento de intervenção política*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2008 (Dissertação de mestrado).

<sup>533</sup> PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo: Loyola, 1987, pp. 255-258.

<sup>534</sup> BARROS, Francisca Argentina Góes. *Movimento de Educação de Base (MEB) em Sergipe (1961-1964): uma reconstrução histórica*. João Pessoa: PPGE/UFPB, 1995 (Dissertação de mestrado).

<sup>535</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *Os partidos políticos em Sergipe: 1889-1964*. Op. cit.

estadunidense, não obstante estarem vinculados a um governo que mantinha parceria com o USAID<sup>536</sup>. Situações dessa ordem revelam a existência de diferentes espaços de negociações e de margens de manobras relacionadas tanto à obtenção de convênios quanto à postura das experiências de educação e cultura popular que pululavam no período.

Envolta nesse contexto político, a UEES inicia suas atividades de 1963 fomentando uma política cultural centrada nas experiências do movimento de cultura popular e dos CPCs, valorizando a cultura nacional e criticando a interferência estadunidense. Estas experiências foram evidenciadas na programação dos eventos organizados pela UEES para recepcionar os calouros universitários com as encenações de espetáculos, como o “Bumba meu boi”, apresentado pelo CPC da Bahia, e a peça teatral “Eles não usam Black-tie”, organizada pelo grupo de teatro TEGEBE, entre outras atividades<sup>537</sup>.

A apresentação do espetáculo “Bumba meu boi” pelo CPC da Bahia – grupo especialmente convidado para esse evento – aconteceu no Cine Bonfim, situado no bairro Siqueira Campos, na periferia da cidade, e nas imediações do Corpo de Bombeiros e da praça Fausto Cardoso, na região do convencionado centro da cidade de Aracaju<sup>538</sup>. Essas apresentações não representaram apenas uma oportunidade de intercâmbio e entretenimento para os novos universitários e para os já veteranos com os colegas do vizinho Estado da Bahia, mas também uma forma de difundir a proposta da “arte popular revolucionária”, voltada para a “politização” e a “conscientização” da sociedade local, como previam as premissas do Manifesto CPC da UNE.

A proposta do Centro Popular de Cultura (CPC), articulada por artistas e pela diretoria da UNE, no contexto das comemorações dos 25 anos daquela entidade estudantil, consistia em levar para o povo um projeto de cultura politicamente engajado. A difusão desta proposta, através das UNE-volantes ou CPC-volantes, tinha a intenção de fundar uma política cultural voltada para a mobilização de estudantes e populares em torno dos problemas da realidade nacional<sup>539</sup>.

---

<sup>536</sup> Ver a este respeito em: OLIVEIRA, Dilma Maria Andrade de. *A Participação da USAID na educação em Sergipe*. São Carlos: UFSCAR, 1989 (Dissertação de Mestrado). E ainda: NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. *A Intervenção da SUDENE na Política educacional do Estado de Sergipe (1959-1963)*. São Paulo: PUC, 1991 (Dissertação de mestrado).

<sup>537</sup> GAZETA DE SERGIPE. *UEES patrocinará semana do calouro*. Ano VIII, nº 2153, 13 de março de 1963, p.1.

<sup>538</sup> GAZETA DE SERGIPE. *“Bumba meu boi” em Aracaju*. Ano II, nº 2157, 17 de março de 1963, p.1.

<sup>539</sup> UNE. Manifesto do CPC da UNE. In: FÁVERO, Osmar (Org.). *Cultura popular e educação popular: memórias dos anos 60*. Op. cit., pp. 59-70.

Em Sergipe, a experiência cepecista já havia sido vivenciada em abril de 1962 com a passagem da primeira UNE-volante pelo estado. Naquela oportunidade foram apresentadas “várias peças [teatrais] com grande sucesso, entre as quais ‘Brasil versão Brasileira’, ‘O auto dos 99%’, ‘A miséria é para todos’”, além da realização de reuniões entre os diretores da UNE com os universitários dos diretórios acadêmicos então existentes no estado<sup>540</sup>.

Os resultados dessa caravana cultural, que havia percorrido várias cidades do país, também se fizeram sentir no Estado de Sergipe com a fundação do CPC do Centro Acadêmico Sílvio Romero (CASR). Este CPC participou do I Seminário Estadual pela Reforma Universitária, ocorrido na cidade de São Cristóvão, em 1962, apresentando peças de autoria de universitários de Sergipe<sup>541</sup>, um indício importante de que a política cepecista não foi apenas um estímulo à reprodução de atividades cênicas, musicais, poéticas e cinematográficas fomentadas pelo núcleo do CPC da UNE sediado no Rio de Janeiro<sup>542</sup>.

Reforça também essa compreensão – de que as ideias cepecistas estimularam o despertar para as artes entre estudantes de várias partes do país, inclusive em Sergipe – o exame da primeira fase de poesias escritas por Mário Jorge Menezes Vieira, na qual se verifica a influência da lira cepecista. Esse poeta era estudante do Colégio Estadual de Sergipe – instituição de ensino secundário equivalente às instituições públicas que na época eram referências de ensino nos demais estados – e militante da União Sergipana dos Estudantes Secundaristas (USES). Mário Jorge possivelmente assiste e participa das experiências produzidas pelas passagens das duas UNE-volantes pelo Estado de Sergipe. Segundo Prado, as primeiras produções literárias mariojorgianas revelam a influência da lira cepecista sentida e experimentada por ele na fase de estudante secundarista<sup>543</sup>. A exemplo, pode-se citar o poema “momento” que externaliza esteticamente traços dessa influência.

o pão é tão raro!  
a carne?... é privilégio!

---

<sup>540</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes trazem cultura para o povo*. Ano VII, nº 2780, 8 de abril de 1962, p. 1. Ver mais informações a respeito em: ANDRADE, Maria Cleide Leite. “UNE-volante em Sergipe”. In: CRUZ, José Vieira da, MENEZES, Magna et. ali. *O Centro Popular de Cultura e a UNE-volante em Sergipe (1962-1964)*. São Cristóvão: DHI/UFS, 1996, pp. 35-42 (Trabalho de conclusão de disciplina).

<sup>541</sup> GAZETA DE SERGIPE. *UEES promove seminário de reforma universitária*. Ano VII, nº 2794, de 27 de abril de 1962, p. 6.

<sup>542</sup> BERLINCK, Manoel T. *O Centro Popular de Cultura da UNE*. Campinas, Papyrus, 1984, p. 9.

<sup>543</sup> PRADO, Thiago Martins. *Utopia política, vanguarda e ritual: linguagem e temporalidade na poesia de Mário Jorge*. São Cristóvão: Editora da UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008, pp. 13-18.

o transporte é caro  
o arroz é sortilégio.  
a vida é difícil  
de ser vivida.  
viver é sacrifício  
para o povo sem comida.

mas dizem que tudo vai bem  
o dólar ainda sobe!  
os “bons senhores” dizem amém.  
o ladrão do povo mais e mais rico,  
o povo já pobre mais e mais pobre.  
os “donos da verdade” discursando  
festejando e engordando  
vem o povo  
esperando  
cansado  
morrendo  
e sofrendo  
pela justiça que não vem  
pela comida que não tem  
esperando que a vida  
deixe de ser sofrida  
que a vida seja vivida,  
na terra... e não no além<sup>544</sup>.

Esses versos revelam – como colocou Pelegrini em relação à poesia concreta produzida no início dos anos de 1960, sob inspiração da proposta cepecista – uma crítica tanto às relações de exploração dominante como aos laços de exploração e dependência estadunidenses, ao passo que reclamam por uma justiça capaz de evocar as raízes de uma “cultura brasileira e de libertação nacional”<sup>545</sup>. Essas raízes também foram captadas e significadas pela leitura poética mariojorgiana frente à realidade que ele vivia, acompanhava e debatia enquanto liderança secundarista do Colégio Estadual de Sergipe e da USES, como apreciado no poema “Momento”.

Já em relação ao grupo Teatral Gato de Botas, também denominado TEGEBE ou TGB – abreviação das letras iniciais do nome do grupo – fundado no final da década de 1950, com uma proposta focada no teatro infantil radiofônico, a partir do início da década de 1960, passa a acompanhar o florescimento da dramaturgia urbana nacional e a proposta

---

<sup>544</sup> VIEIRA, Mário Jorge Menezes Menezes. *Poemas de Mário Jorge*. Aracaju: Gráfica J. Andrade, [1982], p. 33.

<sup>545</sup> PELEGRINI, Sandra de Cássia. “Manifestações culturais nos anos 60: um destaque à problematização da palavra concreta”. In: *Revista de História Regional*. Vol. 6, 2008, pp. 39-41.

cênica do CPC da UNE<sup>546</sup>. Um dos momentos de destaque do TGB nessa nova fase foi a montagem e a apresentação, com artistas locais, da peça “Eles não usam Black-tie” (Ver imagem 6).



Imagem 06: Ensaio geral da peça “Eles não usam Black-tie” pelo grupo TGB, no auditório do Colégio Estadual de Sergipe, em 15 de março de 1963.

Fonte: GAZETA DE SERGIPE. *TEGEBE hoje: “Êles não usam Black-tie”*. Ano VII, nº 2156, 16 de março de 1963, p.1

A peça em apreço, de autoria de Gianfrancesco Guarnieri, escrita em 1955, montada pela primeira vez em 1958, significou o desenvolvimento de uma proposta de dramaturgia urbana assentada na realidade brasileira, mais especificamente na realidade de uma família, cujo chefe era um líder sindical, residente em uma favela carioca, no contexto da década de 1950, que enfrentou a organização de uma greve, a repressão policial dos operários que dela participaram e a cooptação de um dos filhos pelos patrões<sup>547</sup>.

Delmiro Gonçalves, ao prefaciá-la, destacou que o texto em tela não propunha mostrar “uma favela para turistas” e sim “um conglomerado humano que luta, que sofre, que vive e que tem uma consciência clara de sua função social”<sup>548</sup>, e ainda o conflito de geração entre os pais e o filho que não adere à

---

<sup>546</sup> MENEZES, Magna. *As ideias cepecistas no Teatro Gato de Botas em Aracaju: 1962-1964*. São Cristóvão: DHI/UFS, 1998 (Monografia de graduação).

<sup>547</sup> GUARNIERI, Gianfrancesco. *Eles não usam Black-tie*. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

<sup>548</sup> GONÇALVES, Delmiro. “Prefácio”. In: GUARNIERI, Gianfrancesco. *Op. cit.*, p. 12.

greve<sup>549</sup>. Montada e apresentada em várias cidades do país entre o final da década de 1950 e início dos anos 1960, essa peça, na avaliação dos críticos, teria marcado o despertar daquela geração<sup>550</sup>.

Nesse sentido, a montagem e a apresentação da peça “Eles não usam Black-tie” pelo TGB não apenas representava a reprodução de uma proposta teatral sintonizada com a vanguarda cultural e política daquele momento, como também representava o esforço de se efetuar com recursos e talentos locais a passagem do teatro amador para o teatro profissional em Sergipe<sup>551</sup>. O desejo e esforço em fazer parte das vanguardas culturais e políticas do período, em particular, no campo das artes cênicas, mobilizaram também os grupos de teatro amador existentes no estado. Dentre estes grupos, em sua maioria formados por estudantes secundaristas e universitários, estavam o Teatro da Cultura Artística (TECA)<sup>552</sup>, o Teatro do Colégio Estadual de Sergipe (TECES)<sup>553</sup>, e o mais recente desses, o Teatro Novo de Sergipe<sup>554</sup>. Os participantes desses grupos cênicos muitas vezes também tomavam parte das mesmas empreitadas relacionadas aos desafios do “fazer-teatro-amador” naquele período.

Nessa perspectiva, a montagem e a apresentação da peça “A derradeira ceia”, por membros do CPC da UEES, do TECA, do TECES e do Teatro Novo de Sergipe, evidenciam um desses momentos de interação, mobilização e soma de esforços<sup>555</sup>. Assim como a montagem e apresentação da mencionada peça, que tratou sobre o tema do cangaço, o mesmo parece ter ocorrido com a apresentação da peça “Eles não usam Black-tie” no âmbito da programação da calourada organizada pela UEES naquele ano de 1963, ou seja, uma soma de esforços daqueles que participavam do “fazer-teatro-amador” no estado.

Além disso, é importante registrar que os participantes do TECES e do Teatro Novo de Sergipe, muitos dos quais secundaristas matriculados no Colégio Estadual de

---

<sup>549</sup> Op. cit., p. 16.

<sup>550</sup> GONÇALVES, Delmiro. “Prefácio”. In: GUARNIERI, Gianfrancisco. Op. cit., p. 18.

<sup>551</sup> VALENÇA, Ivan. “Movimento teatral” [Coluna 7ª arte]. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano VII, nº 2843, 27 de junho de 1962, p. 4. Compreensão também ratificada por ALENCAR FILHO, Clodoaldo. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 15/10/1998.

<sup>552</sup> CRUZ, José Vieira da. “Artes cênicas e literatura: O Teatro da Cultura Artística de Sergipe”. In: *Jornal da Cidade*, 29 de janeiro de 2004, p. C-1.

<sup>553</sup> VALENÇA, Ivan. Op. cit.

<sup>554</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Fundado o Teatro Novo de Sergipe*. Ano VIII, nº 2907, 20 de setembro de 1963, p. 6.

<sup>555</sup> GAZETA DE SERGIPE. *CPC da UEES encenará “A derradeira ceia”*. Ano VIII, nº 2229, 15 de junho de 1963, p. 1.

Sergipe, tempos depois, já na condição de estudantes universitários, atuaram de modo decisivo nas mobilizações e protestos estudantis ocorridos nos quatro primeiros anos da ditadura civil-militar em Sergipe<sup>556</sup>.

### 3.3. Os estudantes, a UEES e o Restaurante Universitário

A inauguração do Restaurante Universitário, em 11 de maio de 1963, foi outro grande acontecimento para os universitários de Sergipe. Situado na rua Santa Luzia, nº 810, no centro de Aracaju, esse restaurante foi aberto pelo estudante José Alexandre Felizola Diniz, presidente da UEES, e por Osvaldo Catan, representante do governo do estado, que cortou a fita simbólica do mencionado estabelecimento diante da presença de grande número de estudantes e de alguns professores e jornalistas. No ensejo da solenidade de descerramento, Osvaldo Catan enfatizou que o governo estadual via “aquela realização como uma grande necessidade para a mocidade [universitária] que enfrenta todas as dificuldades para atingir seus objetivos”<sup>557</sup>. Também registrou presença ao evento o ex-militante estudantil e então deputado estadual Viana de Assis, que externou suas congratulações à UEES pela concretização de “uma velha aspiração dos universitários sergipanos”<sup>558</sup>.

É interessante observar que as mencionadas autoridades, a exemplo de alguns membros da UEES nas gestões de 1962 e 1963, entre os quais o então estudante Osvaldo Catan<sup>559</sup>, haviam se reposicionado politicamente com a vitória do grupo de oposição que venceu as eleições para o executivo estadual, ocorridas em 1962. Neste sentido, tanto essas autoridades políticas quanto alguns membros da direção da UEES estavam colhendo os frutos do apoio outrora despendido à campanha do grupo oposicionista ao governo do Estado de Sergipe.

---

<sup>556</sup> Próximo a essa discussão, a atuação política e cultural dos secundaristas do Colégio Estadual da Bahia ocorrida em 1966 foi estudada por: CARNEIRO, Cesar Oliveira. *Aventuras e desventuras: a peça proibida e a greve de estudantes que desafiou a ditadura de 1966*. Salvador: PPGH/UFBA, 2008 (Dissertação de mestrado).

<sup>557</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Inaugurado ontem o Restaurante Universitário*. Ano VII, nº 2201, 12 de maio de 1963, p. 1.

<sup>558</sup> Op. cit.

<sup>559</sup> CATAN, Osvaldo. “Verdadeiro sentido das reivindicações estudantis”. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano VII, nº 2853, 10 de julho de 1962, p. 2.



Negociada em meio às disputas político-partidárias estaduais, a antiga aspiração da UEES tinha por objetivo fornecer “refeições diárias aos estudantes, devidamente identificados”. O preço dessas refeições foi estabelecido tomando como critério o número de refeições que cada estudante fazia. Desta forma, aqueles que faziam sessenta refeições por mês pagavam o valor de trinta Cruzeiros para cada uma delas; já os que faziam trinta refeições por mês, pagavam cinquenta Cruzeiros, e por fim, aqueles que faziam refeições avulsas e de modo esporádico pagavam oitenta Cruzeiros por cada refeição<sup>560</sup>.

Presumem-se do exame desses critérios ao menos três preocupações: a primeira era de que os serviços prestados pelo restaurante deveriam ser disponibilizados para os universitários, sobretudo àqueles que não mantinham residência em Aracaju, um percentual estimado em pelo menos 20% dos estudantes<sup>561</sup>; a segunda residia no uso do critério do quantitativo das refeições efetivadas por cada estudante para reduzir o valor pago por aqueles que mais utilizavam o serviço; e a terceira preocupação referia-se à questão de que o serviço de assistência estudantil oferecido pelo Restaurante Universitário era prestado pelo órgão estadual de representação universitária, a UEES, a todos os estudantes que necessitassem do serviço, fossem eles vinculados a instituições de ensino superior públicas ou privadas.

Dessa forma, a preocupação da UEES em divulgar os critérios utilizados pelo Restaurante Universitário no atendimento e na cobrança de valores das refeições que seriam servidas, além de externar a transparência por parte dos gestores estudantis quanto ao emprego dos recursos utilizados naquela atividade, indicava também a relevância da prestação desse tipo de assistência aos estudantes. Segundo Zelita Rodrigues Correia dos Santos, na época 4ª vice-presidente da UEES, o funcionamento do Restaurante Universitário ficava sob a responsabilidade de alguns membros da direção daquela instituição, os quais faziam as compras dos alimentos para preparação das refeições, contratando uma pessoa para prepará-los<sup>562</sup>.

---

<sup>560</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Inaugurado ontem o Restaurante Universitário*. Op. cit.

<sup>561</sup> CRUZ, José Vieira. *Juventude e identificação social: experiências culturais dos universitários em Aracaju/SE (1960-1964)*. Aracaju: PPGS/UFS, 2003 (Dissertação de mestrado), pp. 73-78.

<sup>562</sup> SANTOS, Zelita Rodrigues Correia dos. Entrevistada por José Vieira da Cruz, José Anderson Farias Andrade, Lívia Rocha Teles Barreto e Maria Juliene Menezes Florêncio. Aracaju/SE, 29/03/2011.

### 3.4. Os estudantes, a segunda UNE-volante e o CPC da UEES

Ainda no ensejo da inauguração do Restaurante Universitário, o representante da UNE, conhecido como Teixeira, aproveitou a solenidade para divulgar a segunda visita do CPC da UNE em Aracaju. Conforme ele declarou ao jornal *Gazeta de Sergipe*, como essa visita não havia sido programada, a sua presença na cidade tinha o objetivo de realizar os contatos com as entidades estudantis locais acerca das atividades que seriam promovidas pela citada caravana cultural<sup>563</sup>.

Segundo a universitária Zelita Rodrigues Correia dos Santos, que na época também era coordenadora estadual do Movimento Popular de Cultura, a vinda da caravana da UNE a Aracaju tinha por objetivo promover a campanha de politização através da arte junto aos estudantes, operários e camponeses<sup>564</sup>. Para o jornal *Gazeta de Sergipe*, em editorial intitulado “Centro de Cultura Popular”, publicado em 24 de abril de 1963, as atividades relacionadas a esse movimento popular de cultura constituíam um importante acontecimento social, seja estimulando a juventude universitária a se interessar pela “educação do povo”, seja despertando naqueles, através de novos métodos didáticos, o sentimento político necessário para “as tarefas de emancipação econômica do país”<sup>565</sup>. A esse respeito, presume-se das declarações da coordenadora estadual do Movimento Popular de Cultura (MCP) e do editorial do mencionado periódico o significado social conferido, naquele momento, às atividades desenvolvidas por esses centros de cultura e, por conseguinte, à expectativa alimentada em torno da passagem da segunda UNE-volante por Aracaju.

Dessa forma, a passagem da segunda caravana da UNE-volante por Aracaju em 1963, ocorrida sob a coordenação do estudante Vinicius Caldeira Brant, na época presidente da UNE, foi aguardada com expectativa por parte da sociedade e pelos estudantes, sobretudo por aqueles envolvidos com os movimentos de cultura e educação popular. A exemplo de 1962, essa caravana procurou aproximar os estudantes dos debates

---

<sup>563</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Aracaju quer CPC da UNE*. Ano VII, nº 2201, 12 de maio de 1963, p. 1.

<sup>564</sup> GAZETA DE SERGIPE. *UNE-volante virá com o CPC*. Ano VII, nº 2204, 16 de maio de 1963, p.1.

<sup>565</sup> DANTAS, Orlando. “Centro de Cultura Popular” [editorial]. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano VII, nº 2187, 24 de abril de 1963, p.2. Ver também a respeito: LEITE, Sebastião Uchoa. “Cultura Popular: esboço de uma resenha crítica”. In: FÁVERO, Osmar (Org.). *Cultura popular e educação popular: memórias dos anos 60*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983, pp. 247-270; e, ainda em: ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira identidade nacional*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985, pp. 68-78.

políticos sobre a realidade vivida pela sociedade, ou melhor, usando a expressão da época, “pelo povo brasileiro”<sup>566</sup>.

Não obstante as críticas de natureza estética quanto à forma empregada por essa proposta política de uso da arte, que, por vezes, lançava uso de expressões estrangeiras, como “*royalties*”, ou de expressões teóricas, como imperialismo, nem sempre compreendidas pelo povo<sup>567</sup>, a proposta cepecista contribuiu para inflamar “a participação estudantil”, que passou a percorrer as cidades do interior do estado juntamente com os demais participantes dos movimentos populares de cultura<sup>568</sup>. Nessa segunda passagem, constou da programação de atividades da UNE-volante no estado a exibição do filme “Cinco vezes favela”, ocorrida no Cine Palace; a encenação da peça “O filho da besta torta de Pageu”, de autoria de Oduvaldo Viana Filho; entre outras atividades<sup>569</sup>.

Na esteira das experiências fomentadas pelas ideias cepecistas, a UEES, já envolvida com o debate a respeito da reforma universitária e da criação de uma universidade em Sergipe, fundou um Centro Popular de Cultura, o CPC da UEES. Esta agência de política cultural passou a atuar de modo direto nos movimentos de educação e cultura popular, imprimindo-lhes uma concepção de ensino definida como “revolucionária”. Esta concepção de ensino foi previamente externada por esse grupo desde o início de suas apresentações, como se pode perceber na letra do hino do CPC da UEES:

#### Hino do CPC da UEES

Centro de Cultura  
Vai apresentar  
A todos vocês (bis)  
A Cultura Popular

A cultura que vem do povo  
Cultura para libertar  
Cultura do grupo novo (bis)  
Cultura Popular

Povo de Sergipe

---

<sup>566</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Amanhã em Aracaju: UNE-volante com o CPC*. Ano VII, nº 2206, 18 de maio de 1963, p.1 e p.6.

<sup>567</sup> DANTAS, Orlando. “Centro de Cultura Popular” [editorial]. Op. cit.

<sup>568</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *Os partidos políticos em Sergipe (1889-964)*. Op. cit., p. 279.

<sup>569</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Amanhã em Aracaju: UNE-volante com o CPC*. Ano VII, nº 2206, 18 de maio de 1963, p.1 e p.6.

Povo brasileiro  
Escute com atenção  
Nosso grito de guerreiro  
Grito de luta de toda a nação  
Que levará o povo à revolução<sup>570</sup>

[Desperta, povo brasileiro,  
Que a hora já chegou  
Hora da liberdade (bis)]<sup>571</sup>

Alimentando essa linha de atuação, o CPC da UEES participa, em julho de 1963, do I Festival de Cultura Popular – evento patrocinado pela coordenação do Movimento de Cultura Popular mantido pela Secretaria de Educação do Estado (ver imagem 07).



Imagem 07: Apresentação do CPC da UEES no I Festival de Cultura Popular, promovido pela Secretária de Educação de Sergipe, na gestão do secretário Luís Rabêlo Leite, em julho de 1963.

Fonte: GAZETA DE SERGIPE. *Empolga o Movimento de Cultura Popular*. Ano VIII, nº 2243, 04 de julho de 1963, p.1.

---

<sup>570</sup> A letra deste hino foi recordada por José Alexandre Felizola Diniz, presidente do CPC da UEES, entrevistado pela pesquisadora Clésia Oliveira Caetano Santos em setembro de 1966, ver em: CRUZ, José Vieira da, MENEZES, Magna et ali. *O Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes e a UNE-volante em Sergipe (1962-1964)*. Op. cit., p. 33.

<sup>571</sup> Em colchetes um dos refrãos do hino do CPC da UEES recordado por SANTOS, Zelita Rodrigues Correia dos. Entrevistada por José Vieira da Cruz, José Anderson Farias Andrade, Livia Rocha Teles Barreto e Maria Juliene Menezes Florêncio. Aracaju/SE, 29/03/11.

Ao se avaliar o teor do hino e a participação em eventos dos estudantes/artistas cepecistas da UEES, percebe-se como eles compartilhavam tanto a necessidade de fomentação de experiências de alfabetização como a de que essas experiências surgissem a partir da valorização da cultura popular presente nas tradições folclóricas do estado, a exemplo do “Grupo Guerreiro”, que serviu de inspiração para a indumentária, o hino e as coreografias do mencionado CPC.

### **3.5. O congresso dos estudantes universitários de Sergipe de 1963**

A participação dos universitários nos movimentos populares de cultura e nos debates a respeito da reforma universitária, em especial sobre a criação de uma universidade no estado, embalou a realização do XIII Conclave da UEES, ocorrido nas instalações da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, entre os dias 10 e 15 de setembro de 1963<sup>572</sup>. Segundo o jornal *Gazeta de Sergipe*, além desses temários, o mencionado congresso também foi palco de investidas de grupos de estudantes ligados ao IBAD que procuraram impedir o andamento do conclave. E como de regra, o jornal não chega a mencionar quais seriam esses grupos e nem identifica quem seriam esses estudantes<sup>573</sup>.

No geral, o XIII Congresso da UEES parece ter sido marcado por polarizações. Estas polarizações terminaram por provocar a necessidade de um novo arranjo político entre os grupos que dele participavam para compor a nova direção da entidade. A esse respeito, Zelita Rodrigues Correia dos Santos, já na condição de militante da Ação Popular (AP), recorda-se de que ele foi marcado por disputas duras, mas que ao final, o grupo do qual ela fazia parte terminou por apoiar a eleição da nova diretoria da entidade, tendo à frente o estudante de química Adalberto Pinto Carvalho. Este, segundo Santos, havia feito parte da UNE e teria vinculações com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), não sendo

---

<sup>572</sup> GAZETA DE SERGIPE. *XIII Congresso dos universitários*. Ano VIII, nº 2887, 7 de setembro de 1963, p.1 e p.6.

<sup>573</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Venceu a “Unidade” no congresso dos universitários sergipanos*. Ano VIII, nº 2904, 17 de setembro de 1963, p.1.

em sua opinião o candidato ideal<sup>574</sup>. Não obstante essa ressalva, o encerramento desse congresso resultou na eleição por unanimidade da nova diretoria da UEES para a gestão 1963/1964<sup>575</sup>, justamente a gestão que enfrentaria a turbulência política da implantação do golpe civil-militar.

Ainda sobre o processo de negociação para eleição dessa nova diretoria, não obstante ter contado com o apoio da gestão anterior – na qual muitos dos integrantes militavam entre a Juventude Universitária Católica (JUC) e a AP<sup>576</sup> –, esse processo parece ter exigido uma ampliação do arco de alianças para comportar outras tendências ou organizações políticas que atuavam no movimento estudantil universitário em Sergipe, entre as quais o PCB. O resultado dessa negociação, portanto, foi a inscrição de apenas uma chapa para o pleito: a chapa Unidade.

Na avaliação do jornal *Gazeta de Sergipe*, a composição de uma única chapa para disputar as eleições ocorridas no XIII Congresso da UEES significava “uma grande demonstração de harmonia e unidade” entre os universitários de Sergipe<sup>577</sup>. No entanto, essa demonstração de harmonia e unidade estudantil destacada pelo jornal mascara pelo menos duas disputas: por um lado, a disputa entre os estudantes próximos ao IBAD – ou assim denominados – pelo jornal e pelas demais tendências estudantis do período, e os estudantes próximos aos movimentos populares de cultura, notadamente militantes da JUC, da AP e do PCB; e, por outro lado, a disputa dentre os estudantes desses movimentos populares pela direção da entidade em meio a uma crise de hegemonia.

Essa crise de hegemonia, por sua vez, pode ser atribuída a pelo menos dois acontecimentos: o primeiro deles relaciona-se ao desgaste que o grupo que esteve à frente da greve por “um terço” pode ter sofrido, uma vez que, não obstante as conquistas obtidas sob a liderança da UEES, o movimento prolongou-se por mais de dois meses, expondo suas lideranças e o grupo que os apoiava a constantes embates<sup>578</sup>; e o segundo acontecimento relaciona-se ao embate da JUC frente às orientações colocadas por setores mais conservadores da Igreja que culminaram no surgimento da AP e na divisão daquela juventude.

---

<sup>574</sup> SANTOS, Zelita Rodrigues Correia dos. Entrevistada por José Vieira da Cruz, José Anderson Farias Andrade, Lívia Rocha Teles Barreto e Maria Juliene Menezes Florêncio. Aracaju/SE, 29/03/11.

<sup>575</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Venceu a “Unidade” no congresso dos universitários sergipanos*. Op. cit.

<sup>576</sup> Não temos como precisar em que momento ocorreu a passagem dos militantes da JUC para a AP, nem tampouco quais deles teriam permanecido na JUC e quais teriam migrado para a AP.

<sup>577</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Venceu a “Unidade” no congresso dos universitários sergipanos*. Op. cit.

<sup>578</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *Os partidos políticos em Sergipe: 1889-1964*. Op. cit., p. 314.

### 3.6. Os estudantes, a UEES e o golpe civil-militar de 1964

Esse processo de composição política parece não ter sido suficiente para que a nova gestão da UEES mantivesse o fluxo de algumas atividades, em particular as relacionadas ao CPC da UEES. Zelita Rodrigues Correia dos Santos, coordenadora estadual do MCP e ex-participante do mencionado CPC, ao avaliar a estagnação das atividades daquele grupo de cultura popular, ressalta a importância de se manter o “élan social” característico da luta universitária em Sergipe<sup>579</sup>.

A crítica à estagnação das atividades do CPC da UEES ocorre justamente no momento em que as experiências/movimentos de educação e cultura popular no estado passavam por um momento de difusão, a exemplo do MEB, do MCP e, em particular, do arregimentamento de esforços em torno da implantação do método Paulo Freire, através da Campanha Nacional de Alfabetização (CNA)<sup>580</sup>.

Nesse sentido, em face da importância conferida aos movimentos de cultura e educação popular, inclusive pelos estudantes universitários, muitos dos quais eram participantes dessas experiências, a direção da UEES logo passou a informar a sociedade sobre o planejamento e os esforços que seriam despendidos para a retomada das atividades do CPC da UEES em 1964<sup>581</sup>. Além do anúncio de que as atividades cepecistas seriam retomadas, a entidade também declarou à imprensa a obtenção de recursos da ordem de seis milhões de Cruzeiros para o Restaurante Universitário<sup>582</sup> e a pretensão de a entidade comercializar livros didáticos a preços de custo. Além disso, por interferência da UEES, ocorreu “o preenchimento total nas vagas das escolas superiores” e a “realização de segunda chamada para curso[s] de habilitação em quatro faculdades”<sup>583</sup>.

Segundo José Alexandre Felizola Diniz, a realização desse planejamento e dessas lutas do movimento estudantil universitário de Sergipe foi desarticulada logo em abril de 1964 com a invasão à sede da UEES e a retirada dos documentos da entidade<sup>584</sup>. A partir

---

<sup>579</sup> SANTOS, Zelita Rodrigues Correia dos. “[coluna] Movimento de cultura popular”. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano IX, nº 2327, 1º de fevereiro de 1964, p.3.

<sup>580</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Método Paulo Freire: 200 mil pessoas serão alfabetizadas!*. Ano VIII, nº 2989, 15 de dezembro de 1963, p.1.

<sup>581</sup> GAZETA DE SERGIPE. *UEES venderá livros didáticos por preços populares aos universitários*. Ano IX, nº 2359, 12 de março de 1964, p.1.

<sup>582</sup> GAZETA DE SERGIPE. *6 milhões para o restaurante da UEES*. Ano IX, nº 2355, 7 de março de 1964, p.1 e p.6.

<sup>583</sup> GAZETA DE SERGIPE. *UEES venderá livros didáticos por preços populares aos universitários*. Op. cit.

<sup>584</sup> DINIZ, José Alexandre Felizola. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 12/03/1998.

daquele momento não apenas foram interrompidas as experiências/movimentos de cultura e educação popular, como também passaram a ser objeto de restrição por parte do Estado a autonomia política das entidades estudantis. Esse foi um dos primeiros reflexos do novo ordenamento político que passava a ser imposto à sociedade civil brasileira, ou ao menos à parte dela, naqueles 21 anos que estavam por vir.

Em Sergipe, apesar do triunfalismo do “clima de pré-revolução”, mencionado por Ibarê Dantas, os novos rumos da política nacional não evidenciaram um movimento de resistência armada. Entretanto, o fato de o estado ter um governador afinado com o discurso das reformas, um bispo progressista – que estimulava os movimentos populares de cultura e a organização sindical dos camponeses –, setores da grande imprensa simpáticos à causa das reformas de base, de parcelas dos sindicalistas e dos estudantes envolvidos com os movimentos populares, fomentou uma teia de inquietações quanto ao desfecho da inflexão política iniciado no país entre o final de março e o início de abril de 1964.

Em meio a essa inquietação, o então governador João de Seixas Dória reiterou, em discurso proferido nas emissoras de rádio, sua posição nacionalista, constitucional e a favor das instituições democráticas. Proferido de forma serena, esse discurso pedia tranquilidade à população diante dos rumos que a política do país estava tomando. Por isso, por não ter aderido à nova ordem política que foi imposta através de um golpe civil-militar e por defender a Constituição e o estado democrático de direito, Seixas Dória foi deposto, preso, processado e perdeu seu mandato, tendo ocorrido o mesmo com Miguel Arraes, governador de Pernambuco, e Mauro Borges, governador de Goiás. Discussão a ser abordada no próximo capítulo.



## PARTE II – DO ILUSÓRIO TRANSITÓRIO À RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA

### Convocação (II parte)

o fel do agora  
amarga  
mas é **ilusório**  
as botas esmagam  
mas pisam o **transitório**

o suor roubado durante séculos  
o sangue derramado na luta milenar  
o pranto chorado na falta de pão  
na falta de amor, na escravidão  
o grito abafado pelos grilhões traiçoeiros  
as grades cruzadas para quem ousa amar o irmão quando a Paz é crime  
a vida feita de amarra dela mesma

tudo  
faz brotar do solo  
holocausto luminoso  
do escuro passado  
fazendo o braço que trabalha  
dono da terra  
da usina, do arado  
e o coração viver do amor  
cantando a canção do amanhã libertado<sup>585</sup>

---

<sup>585</sup> VIEIRA, Mário Jorge Menezes. *Poemas de Mário Jorge*. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 1982, p. 42 (negrito nosso).

## Capítulo IV – O golpe de 1964, a sociedade e o (des) compasso do ME em Sergipe

### 4.1. A FMP, o golpe de 1964 e suas desventuras

No decurso dos acontecimentos do final de março e do início de abril de 1964, as perseguições aos aliados do presidente João Goulart e do governador João de Seixas Dória, no caso do Estado de Sergipe, atingiriam diretamente organizações sindicais, camponesas, estudantis e os movimentos de cultura e educação popular, assim como os participantes da Frente de Mobilização Popular (FMP). Os militantes e os simpatizantes desses movimentos próximos à FMP defendiam as denominadas reformas de base – reforma agrária, reforma urbana, reforma universitária, entre outras – e um modelo de democracia de tipo nacional e popular<sup>586</sup>.

Essa frente havia organizado núcleos em vários estados da federação com o intuito de propagar as ideias e as propostas do movimento. Estas propostas eram reforçadas por demandas locais, cujo objetivo consistia em fortalecer os chamados governos “progressistas e populares”. Segundo o padre Lages, um dos componentes dessa frente, em entrevista concedida ao jornal *Gazeta de Sergipe*, ao mencionar a diversidade de forças que constituíam o movimento, enfatizou que a ampliação do movimento estava “aberta aos ideais de reformas que a Nação reclama em favor do bem-estar coletivo do povo brasileiro”<sup>587</sup>.

Nessa entrevista, o padre Lages deixa evidente a necessidade de modificar a estrutura socioeconômica do país em favor do bem-estar coletivo como mola propulsora do movimento. Entretanto, as mobilizações e estratégias adotadas pela FMP não foram suficientes para lidar com as reticências de setores conservadores da sociedade brasileira quanto à proposta de reformas vinculadas à maior participação social nos processos políticos de tomada de decisão. Nesse sentido, na avaliação de Jorge Ferreira, os resultados desse enfrentamento “foram fatais para a democracia e, sobretudo, dolorosos para os que conheceram as prisões da ditadura e o exílio”<sup>588</sup>. Referindo-se a esse movimento em Sergipe, Ibarê Dantas destacou que a FMP

---

<sup>586</sup> FERREIRA, Jorge. “A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 24, 2004, pp. 181-212.

<sup>587</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Frente de Mobilização Popular* [editorial]. Ano VIII, nº 2.199, 10 de maio de 1963, p.2.

<sup>588</sup> FERREIRA, Jorge. Op. cit., p. 210.

tentou unificar os movimentos de esquerda, mas já num clima de pré-revolução, sem jamais conseguir estabelecer sólida articulação nem grande organicidade. Pretendendo queimar etapas, a grande parte dos grupos de esquerda, desacreditando da possibilidade de mudanças pelo processo democrático, subestimou a difícil tarefa de construção da representação [política] pela ideia de [se] organizar para a Revolução, dentro de uma concepção vanguardista. Quando o movimento popular cresceu, carente de institucionalização, permaneceu descoordenado, triunfalista<sup>589</sup>.

Para Ibarê Dantas, portanto, a proposta da FMP acerca da necessidade das reformas de base para que a nação modificasse a sua estrutura social esbarrou no triunfalismo antecipado e na desarticulação do movimento. Estes enfoques, segundo o autor, terminaram por desviar o movimento da tarefa de construção de uma representação política em favor da “organização da revolução”, contribuindo para incitar a “reação dos conservadores civis e militares até ser surpreendido pela mobilização **contra-revolucionária**”<sup>590</sup>. Esse historiador, ao caracterizar os acontecimentos políticos e militares ocorridos no Brasil a partir do final de março de 1964, como contrarrevolucionários, compreendeu que os acontecimentos históricos mencionados haviam sido precedidos de “uma revolução em marcha, visando a transformar o regime liberal-democrático em socialista”, fatos que justificavam, segundo sua interpretação, “qualificar a intervenção dos militares de contra-revolução”<sup>591</sup>.

Ao considerar a perspectiva da “contrarrevolução”, causada pelo triunfalismo antecipado e descoordenado dos movimentos nacionalistas e populares, Dantas aproxima-se das posições de Florestan Fernandes<sup>592</sup> e Fernando Henrique Cardoso<sup>593</sup> e prefere tratar o momento político em discussão como uma situação de “tutela militar”, derivando dessa posição inclusive o título da obra que publicou a respeito: *A tutela militar em Sergipe*<sup>594</sup>. Sua interpretação indica, assim, que os militares controlaram tanto o Estado (sociedade política) como a sociedade civil, sendo que no caso desta última, com o consentimento e a colaboração dos setores contrários aos movimentos de reformas e aos movimentos populares. Ao fazer isso, não obstante suavize o debate a respeito, discute a natureza da

---

<sup>589</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *Os partidos políticos em Sergipe: 1889-1964*. Op. cit., p. 314.

<sup>590</sup> Op. cit., p. 314 (negrito nosso).

<sup>591</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1985: partidos políticos num estado autoritário*. Op. cit., p. xix.

<sup>592</sup> FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

<sup>593</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. *Movimento político brasileiro*. São Paulo: Difel, 1972.

<sup>594</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1985*. Op. cit.

nova ordem política estabelecida em 1964, considera o clima pré-revolucionário existente e avalia a participação tanto de militares quanto de setores civis colaboracionistas. Além disso, discute como as mudanças políticas impostas não atendiam parte considerável da sociedade civil<sup>595</sup>.

Em termos historiográficos, além da interpretação acerca do sentido contrarrevolucionário dessa inflexão política<sup>596</sup>, outras interpretações defendem o viés revolucionário do movimento militar de março de 1964<sup>597</sup> e o caráter de classe assumido pelo golpe deflagrado pela coalizão civil-militar instalada no país<sup>598</sup>. Debate que tem se renovado nos últimos anos, indicando não apenas a relevância desse objeto de estudo, como também a importância política que ele tem para o fortalecimento da democracia em detrimento do autoritarismo praticado durante a ditadura civil-militar que se instalou no país nos 21 anos que seguiram<sup>599</sup>.

Em torno dessa discussão historiográfica, a interpretação de que a citada inflexão política tratou-se de um golpe de estado tem sido destacada nos últimos balanços históricos

---

<sup>595</sup> Avaliando a contribuição historiográfica de Ibarê Dantas, Sá enfatiza que talvez “sua principal contribuição seja o livro sobre o período da ditadura militar em Sergipe, quando polemiza com vertente explicativa que caracteriza a intervenção militar de 1964 como ‘golpe de estado’, como foi o caso de Manoel Correia de Andrade, em *1964 e o Nordeste*”. Ver a respeito em: SÁ, Antônio Fernando de Araújo. “A historiografia Sergipana nos últimos 50 anos: tentativa de avaliação crítica”. In: GLEIZER, Raquel (Org.). *Do passado para o futuro*: edição comemorativa dos 50 anos da ANPUH. São Paulo: Contexto, 2011, p. 347.

<sup>596</sup> Entre os que partilham dessa interpretação destacam-se: CARDOSO, Fernando Henrique. *Movimento político brasileiro*. Op. cit.; FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*: ensaios de interpretação sociológica. Op. cit., entre outros.

<sup>597</sup> Interpretação presente nos discursos dos presidentes militares e nos livros de memórias de autoridades militares que atuaram no mencionado acontecimento. Destacam-se a respeito: CASTELO BRANCO, Humberto de Alencar. *A revolução e os trabalhadores* [discurso]. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1965, 12 p.; MOTTA, Arilcides de Moraes (Coordenação Geral). *31 de março: o movimento revolucionário e sua história*. 13 tomos, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003, entre outros. E ainda em torno dessa discussão destaca-se: CASTRO, Celso. “Comemorando a ‘revolução’ de 1964: a memória histórica dos militares brasileiros”. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAÚJO, Maria Paulo; QUADRAT, Samatra Viz (Orgs.). *Ditadura e democracia na América Latina*: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2008, pp. 119-142. E ainda a respeito dos discursos celebrativos da “Revolução de 1964”, ver também: CARDOSO, Lucileide Costa. “Os discursos de celebração da ‘Revolução de 1964’”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol.31, n.62, 2012, pp. 117-140.

<sup>598</sup> Entre os que partilham dessa interpretação destacam-se: DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*: ação política, poder e golpe de classe. Tradução Ayeska Branca de Oliveira Farias, Ceres Ribeiro, Pires de Freitas, Else Ribeiro Pires Vieira e Glória Maria de Mello Carvalho. Petrópolis: Vozes, 1981; ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Op. cit., entre outros.

<sup>599</sup> Entre os estudos a esse respeito destacam-se: CARDOSO, Lucileide Costa. “Construindo a memória do regime de 64”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, v. 14, n. 27, pp. 179-196, 1994; FICO, Carlos. *Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004; SCHMIDT, Benito Bisso. “Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964 quarenta anos depois”. In: *Anos 90*, Porto Alegre, v. 14, n. 26, pp. 127- 156, dez. 2007, entre outros.

ocorridos no país a respeito da questão<sup>600</sup>. Estes estudos comparativos têm relacionados às repercussões provocadas pelos golpes de Estado e as correspondentes ditaduras civil-militares que deles decorreram no contexto da América Latina<sup>601</sup>. Desta forma, a utilização dos termos golpe civil-militar e ditadura civil-militar, para se referir aos acontecimentos ocorridos a partir de março de 1964, reflete essas discussões e a posição interpretativa desta tese.

Além desse debate historiográfico, a mencionada inflexão política ocorrida no país em abril de 1964 estabeleceu, por um lado, uma nova ordem institucional pautada no controle da sociedade em nome do interesse nacional, sob o controle dos militares e o apoio de parte da sociedade civil e, por outro lado, apesar das tentativas do governo para desarticular a sociedade civil, alguns de seus segmentos criaram dificuldades para a construção desse bloco hegemônico, construindo estratégias de contra hegemonia, no sentido gramsciano do termo<sup>602</sup>.

#### 4.2. O golpe de 1964 e a deposição de Seixas Dória

Em Sergipe, apesar do triunfalismo do “clima de pré-revolução”, mencionado por Ibarê Dantas, os novos rumos da política nacional, além de não evidenciar um movimento de resistência armada, fomentou uma teia de inquietações quanto ao desfecho da inflexão política iniciado no país em março de 1964<sup>603</sup>. No desenrolar desses acontecimentos, por volta das 23 horas do dia 31 de março de 1964, o governador de Sergipe dirigiu-se ao palácio das Laranjeiras, local onde se encontrava o presidente João Goulart, que lhe comunicara a sua recusa em “tomar qualquer iniciativa, por achar que, assim fazendo, estaria ferindo a sua autoridade”<sup>604</sup>. O presidente também comunicou a Seixas Dória que

---

<sup>600</sup> ANPUH. “Dossiê Brasil: 1954-1964”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 14, n° 27, 1994; e: ANPUH. “Dossiê Brasil: do ensaio ao golpe (1954-1964)”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 24, n° 47, 2004.

<sup>601</sup> FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAÚJO, Maria Paulo; QUADRAT, Samatra Viz (Orgs). *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008. Ver também a esse respeito: RAMIREZ, Hernán. “Las dictaduras de Brasil y Argentina: su carácter cívico-militar, de contrarrevolución y refundacional”. In: *Anais do I Seminário Internacional História do Tempo Presente*. Florianópolis: PPGH/UDESC; ANPUH-SC, 2011, pp. 905-916.

<sup>602</sup> Ver a respeito em: GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Op. cit.; GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Op. cit.; e ainda em: ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. “O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe”. Op. cit.

<sup>603</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *Os partidos políticos em Sergipe: 1889-1964*. Op. cit., p. 314.

<sup>604</sup> DÓRIA, João de Seixas. *Eu, réu sem crime*. 5 ed. Aracaju: Editora Gráfica J. Andrade/ASL/Fundação Oviêdo Teixeira, 2007, pp. 53-54.

não pretendia levar o país a uma guerra civil, ao passo que sugeria aos governadores do Nordeste que ali passaram que fizessem “um apelo em favor de um entendimento geral”, no que comentou a Dória

O Lomanto já assegurou que vai lançar um manifesto. Aluíso também. Não creio que o Virgílio Távora, tão intimamente ligado a mim, negue-se a concordar com uma iniciativa pacificadora, nobre e patriótica. O Petrônio e o Arraes, idem. O General Justino Alves Batista, que é meu amigo e está integralmente a favor da manutenção do regime (segundo me informou há pouco pelo telefone), poderá coordenar o movimento dessa natureza<sup>605</sup>.

Após esse contato com o presidente, o governador Seixas Dória inicia sua viagem de retorno a Aracaju, fazendo antes uma escala em Salvador, onde se reuniu com o governador Lomanto Júnior. Nessa oportunidade, já tendo conhecimento pelos noticiários radiofônicos de que João Goulart havia solicitado asilo político, foi informado pelo governador da Bahia que o IV Exército já havia se posicionado em favor do “movimento revolucionário” e que Miguel Arraes havia sido preso em Pernambuco. Diante desse quadro político, Lomanto Júnior teria apresentado a ele um novo manifesto. A respeito desse manifesto, fica a dúvida se o governador da Bahia também havia publicado a sua primeira versão ou somente àquela apresentada ao governador de Sergipe<sup>606</sup>.

Naquele momento, o governo de Lomanto Júnior refletia em suas decisões os arranjos e desarrajos do jogo político-partidário brasileiro em curso no início da década de 1960. Eleito pela coalizão UDN-PTB que havia derrotado o candidato Waldir Pires do PSD, Lomanto Júnior equilibrava-se como um “algodão entre cristais”. Desta forma, apoiado pela elite agrária baiana, advogou em favor dos problemas nacionais, a favor do presidencialismo de Jango e da criação da SUDENE. Entretanto, pela natureza dos compromissos políticos assumidos com o seu eleitorado estadual, defendia que a resolução desses problemas deveria ser descentralizada, cabendo a cada estado encontrar os encaminhamentos mais adequados<sup>607</sup>. Seguindo essa linha política, Lomanto Júnior

---

<sup>605</sup> DÓRIA, João de Seixas. *Eu, réu sem crime*. Op. cit., pp. 53-54.

<sup>606</sup> Op. cit., p. 54

<sup>607</sup> Ver a respeito em: DANTAS NETO, Paulo Fabio. “Quebra da casca do ovo: a elite baiana e a obra do golpe de 1964”. In: *Observa Nordeste: O Golpe de Estado de 1964 no Nordeste*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, s/d. Disponível: < [http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa\\_bahia\\_01.pdf](http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_bahia_01.pdf) >. Acessado em 11/10/2010; e em: FERREIRA, Muniz Gonçalves. “O Golpe de Estado de 1964 na Bahia”. In: *Observa Nordeste: O Golpe de Estado de 1964 no Nordeste*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, s/d. Disponível: < [http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa\\_bahia\\_02.pdf](http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_bahia_02.pdf) >. Acessado em 11/10/2010.

subscreeveu um manifesto em defesa da legalidade constitucional, publicado em 1º de abril de 1964, com o seguinte título destacado na matéria de capa do *Jornal da Bahia*: “Lomanto assegura fidelidade a JG!”<sup>608</sup>.

O manifesto publicado, possivelmente a versão reelaborada apresentada por Lomanto Júnior a Seixas Dória, colocava-se de um modo genérico a favor da legalidade democrática e repugnava a possibilidade de uma guerra civil. Nos dias seguintes, segundo Brito, além da repulsa a uma possível guerra civil, Lomanto Júnior passa a ressaltar o papel das forças armadas e a apoiar o “movimento revolucionário” deflagrado pelos militares e apoiado por parte da sociedade<sup>609</sup>. Desta forma, Lomanto Júnior não demorou a aderir à causa da “Revolução”, evitando com isso o destino de alguns governadores de sua época, a exemplo de Seixas Dória, governador de Sergipe, e Miguel Arraes, governador de Pernambuco, os quais foram presos, processados e perderam os seus mandatos.

No caso do governador Seixas Dória, ao retornar a Aracaju, na tarde de 1º de abril de 1964, mesmo ciente dos rumos que o movimento civil-militar estava tomando e avisado de que se fizesse um pronunciamento contrário à “revolução” colocaria em risco o seu mandato e a sua liberdade, dirigiu-se à Rádio Difusora de Sergipe e, por volta das 22 horas, leu para a população um discurso. Neste discurso, ele procurou reafirmar os princípios cristãos, populares e nacionalistas que orientaram sua linha de conduta; defendeu a legalidade institucional, as instituições democráticas, os mandatos populares e as reformas estruturais, democráticas e cristãs, que incorporassem “ao organismo social vivo da nacionalidade as populações marginalizadas pela vigência de uma ordem anacrônica e semifeudal”<sup>610</sup>. Solicitou ainda ao povo sergipano a “maior serenidade e equilíbrio, e que evitem tudo que possa trazer maiores prejuízos e sofrimento para as massas populares tão injustiçadas e sofridas”<sup>611</sup>. E concluiu sua mensagem desejando que “Deus nos guie neste momento difícil da história da nossa Pátria!”<sup>612</sup>.

Nesse pronunciamento, portanto, o governador Seixas Dória, sem fazer referência direta ao presidente João Goulart, reconhece a gravidade do momento político e pede “serenidade e equilíbrio” à população. Dória expressa também à preocupação de que fossem evitados enfrentamentos ou quaisquer outras formas de confronto social. E ainda

---

<sup>608</sup> BRITO, Antonio Mauricio Freitas. *O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968)*. Op. cit., pp. 68-69.

<sup>609</sup> Op. cit., pp. 69-72

<sup>610</sup> DÓRIA, João de Seixas. *Eu, réu sem crime*. Op. cit., p. 56-57.

<sup>611</sup> Op. cit.

<sup>612</sup> Op. cit.

que ele mantém-se coerente com seus princípios ao tempo que reconhece a impossibilidade de uma reação frente aos acontecimentos políticos que estavam em andamento. A leitura dessa mensagem, ainda que não tenha, na avaliação de Dória, se confrontado com os pronunciamentos dos “revolucionários”, foi suficiente para que, na madrugada do dia 2 de abril de 1964, horas depois de seu pronunciamento, ele recebesse ordem de prisão do comandante do 28º Batalhão de Caçadores (28º BC)<sup>613</sup>.

Em concomitância a esse desfecho autoritário, após as primeiras notícias do deslocamento das tropas do IV Exército, lideranças políticas, trabalhadores e estudantes foram às ruas buscar informações. Alguns trabalhadores saíram do bairro Industrial em passeata rumo ao centro de Aracaju, tendo à frente a figura do deputado federal Euvaldo Diniz. Mas o que parece o esboço de um processo de resistência foi rapidamente dissolvido por intervenção do major Silveira, comandante do 28º BC. Este mesmo oficial, ambientado já há alguns anos no estado, além de dissolver a passeata mencionada de modo diligente, recrutou também as rádios locais para formarem uma rede de emissoras com o objetivo de divulgarem, sob a locução do radialista Santos Mendonça, a “Cadeia da Democracia” em apoio ao movimento “revolucionário”<sup>614</sup>.

A experiência desse e de outros oficiais com os acontecimentos decorridos em Sergipe em 1961 – quando dos desdobramentos decorrentes da renúncia de Jânio Quadros, em face do posicionamento de políticos e de movimentos sociais em favor da legalidade institucional, entre os quais estavam os universitários, que haviam esboçado naquela ocasião uma greve de apoio à manutenção da ordem institucional<sup>615</sup> –, possivelmente deve ter favorecido as rápidas tomadas de decisão dos militares para desarticular possíveis movimentos de contestação no estado. Esse relativo conhecimento do contexto estadual por parte do comando militar, pode ter contribuído para explicar aquilo que o historiador Ibarê Dantas havia frisado quanto ao fato de que, apesar das arbitrariedades, prisões e maus-tratos, “devemos reconhecer que as brutalidades ocorridas em Sergipe, nestes primeiros meses de ordem autoritária, não atingiram as dimensões de outros Estados”<sup>616</sup>.

Voltando às incertezas políticas provocadas pelas primeiras notícias acerca do golpe, no transcorrer da quinta-feira, 2 de abril, a capital do estado, Aracaju, assiste ao

---

<sup>613</sup> OP. cit., pp. 58-59.

<sup>614</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Agitação em Aracaju com a crise brasileira*. Ano IX, nº 2373, 2 de abril de 1964, [edição vespertina], p.4.

<sup>615</sup> DAAMB. *Ata da 49ª sessão extraordinária do DAAMB da ESQS*, realizada em 29 de agosto de 1961. In: *Localização no Arquivo Central da UFS: Fundo CCET-DQI, Caixa 25, item 78.*

<sup>616</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *Os partidos políticos em Sergipe: 1889-1964*. Op. cit., p.11.



fechamento de escolas, dos mercados municipais e do comércio. Neste ínterim, comerciários, estudantes e demais populares deslocavam-se em direção à rua João Pessoa, rumo à praça Fausto Cardoso, para se aglutinarem nas proximidades do palácio Olímpio Campos, sede do governo estadual. As notícias e as fotos sobre essa movimentação de populares, publicadas na primeira página da edição vespertina do jornal *Gazeta de Sergipe* daquele dia, contrastam com a publicação nessa mesma edição da manchete “IV Exército controla o Nordeste”, indicando a rápida movimentação das forças armadas<sup>617</sup>.

Por um lado, a movimentação de populares indicava um possível esboço de apoio à ordem constitucional, a exemplo da crise política instalada em razão da renúncia de Jânio Quadros, quando muitos populares, inclusive estudantes, haviam se reunido na praça Fausto Cardoso em frente ao palácio Olímpio Campos em favor da legalidade institucional do país<sup>618</sup>. Dessa feita, a movimentação de populares, entre eles estudantes, e o fechamento de estabelecimentos públicos e privados não foram seguidos por nenhuma Campanha da Legalidade, como a comandada por Leonel Brizola em 1961. Nesse outro contexto, muito ao contrário: a confirmação da renúncia do presidente João Goulart, a mensagem serena e pouco entusiasmada do governador Seixas Dória e o anúncio de que o IV Exército controlava o Nordeste pareciam soar como uma ducha de água fria para aqueles que se aglomeravam em praça pública na expectativa de que alguma reação pudesse acontecer. Por outro lado, a imagem de soldados do Exército perfilados em alguns pontos da cidade e o discurso de que a ordem social estava sob controle no Nordeste, em razão das movimentações do IV Exército, indicavam que as tentativas anteriores de golpe no país – o caso do suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, e o episódio da renúncia de Jânio Quadros, em 1961–, naquele momento havia(m) sido consolidado(s) (ver imagem 08).

---

<sup>617</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Agitação em Aracaju com a crise brasileira*. Op. cit.

<sup>618</sup> SANTOS, Zelita Rodrigues Correia. Entrevistada por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 04/08/1998.



Imagem 08: Primeira página da edição especial da Gazeta de Sergipe.  
 Fonte: Gazeta de Sergipe. Ano IX, nº 2373, 2 de abril de 1964, [edição vespertina], p.1.

Entretanto, mais que anunciar um momento de indefinições, essa edição vespertina do jornal *Gazeta de Sergipe* informava também a alteração na chefia do executivo estadual, com a passagem do poder do governador João de Seixas Dória para o vice-governador Sebastião Celso de Carvalho. Esta passagem de poder é ilustrada à esquerda com a foto do governador João de Seixas Dória, associada à informação de que ele “se encontrava em Salvador em entendimento com as Forças Armadas”, e à direita com a foto do governador em exercício Sebastião Celso de Carvalho, vinculado a informação de que a partir daquela data ele “assumia o Governo mais uma vez, como substituto legal”<sup>619</sup>.

O jornal informou também que essa alteração no executivo estadual ocorreu em razão de o governador Seixas Dória ter se pronunciado, através da Rádio Difusora, em 1º de abril de 1964, a respeito do momento político que o país atravessava, motivo pelo qual

<sup>619</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Nova alteração na chefia do executivo*. Ano IX, nº 2373, 2 de abril de 1964, [edição vespertina], p.1.

ele havia sido “convidado” pelo comando militar do 28º BC a comparecer à sede da 6ª Região Militar, em Salvador, e que em seu lugar, o vice-governador Celso de Carvalho estava tomando as providências para a “manutenção da ordem e [da] tranquilidade do Estado de Sergipe” e ainda que todo o secretariado se mantinha, à exceção do doutor “José Rosa de Oliveira Neto, chefe do seu gabinete [do governador Seixas Dória] que exonerou-se, a pedido, do seu cargo”<sup>620</sup>.

A respeito de José Rosa de Oliveira Neto é importante ressaltar sua proximidade com o PCB desde 1950, quando passou a participar do movimento estudantil universitário junto ao CASR, vínculo político que o colocava na alça de mira dos participantes da chamada “Revolução gloriosa de 1964” – como os golpistas denominaram o mencionado movimento –, e que deve ter contribuído para sua decisão de não permanecer no governo diante do quadro político que se configurava. Além disso, a deposição de Seixas Dória foi acompanhada da cassação dos deputados estaduais Cleto Sampaio Maia (PRT), Antonio Fernando Viana de Assis (PR), José Nivaldo dos Santos (PR) e Baltazar José dos Santos (PSD), sendo que os três primeiros haviam declarado publicamente solidariedade ao governador deposto<sup>621</sup>.

Voltando à questão da prisão de Seixas Dória, em termos efetivos, o Exército, representado pelo major Lário Lopes Serrano, empossou o vice-governador, Celso de Carvalho, à frente do executivo estadual. Esta decisão foi ratificada pela Assembleia Legislativa, que dois dias depois desse fato, sob instruções do IV Exército, declarou vago o cargo e oficializou Sebastião Celso de Carvalho como governador do Estado de Sergipe. Empossado governador, Carvalho concluiria seu mandato em 1967, quando então foi substituído pelo médico baiano, radicado em Sergipe, Lourival Batista, político vinculado ao IBAD e indicado pelos militares ao cargo de chefe do executivo estadual<sup>622</sup>.

---

<sup>620</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Nova alteração na chefia do executivo*. Op. cit.

<sup>621</sup> Ver a respeito em: CARDOSO, Célia Costa. “Políticos cassados no Estado de Sergipe em 1964”. In: *Caderno do tempo presente*, nº 02, 2011, pp. 1-10; CARDOSO, Célia Costa. “1964 em Sergipe: política e repressão”. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH, 2011, pp. 1-17; e em: DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., pp. 7-8.

<sup>622</sup> A respeito desta “passagem de poder” tutelada pelo Exército, ver: DANTAS, José Ibarê Costa. *Tutela Militar em Sergipe, 1964/1984: partidos políticos e eleições num estado autoritário*. Op. cit., pp. 6-7; para conhecer a versão de João de Seixas Dória ver: DÓRIA, Seixas. *Eu, réu sem crime*. Op. cit., sobre a posição de Sebastião Celso de Carvalho, ver: CARVALHO, Sebastião Celso de. *O destino acontece*. Aracaju: Livraria Regina, s/d. [discurso pronunciado em 1968].

### 4.3. O golpe contra os sindicatos e os trabalhadores

Para fazer frente a essa avalanche de acontecimentos, algumas lideranças sindicais, estudantis e políticas reuniram-se na sede do Sindicato dos Ferroviários, uma das entidades mais antigas e combativas dos trabalhadores no Estado, para discutir como reagir contra aqueles acontecimentos<sup>623</sup>. Entretanto, enquanto as lideranças da sociedade civil não sabiam como deveriam proceder, os militares, por outro lado, mostraram-se diligentes, e após realizarem a prisão de sindicalistas da área da construção civil, cercaram o prédio da rede ferroviária federal – situado na praça dos Expedicionários, no bairro Siqueira Campos, periferia da cidade – e prenderam as lideranças sindicais e estudantis até o dia seguinte, quando houve a liberação destes<sup>624</sup>.

Antes de essas prisões ocorrerem alguns militantes se sentiram estimulados a uma ação mais ousada, e na “madrugada, espremidos num jipe do militante comunista Antonio Joaquim”, foram Paulo Barbosa, Luís Eduardo Costa, Marcélio Bonfim e Osvaldo Catan “tentar dinamitar uma torre da Chesf”<sup>625</sup>, ação que deixaria o estado às escuras e poderia contribuir com possíveis outras ações de resistência. Essa ação, entretanto, foi dissuadida antes de sua conclusão com a notícia obtida através de um “radinho de pilha [que] transmitia a fala soturna de Carlos Lacerda, anunciando a vitória do golpe e a fuga do Presidente”<sup>626</sup>.

A narrativa desse episódio, escrita pelo jornalista Luís Eduardo Costa ao prefaciar o livro de memórias póstumas do também jornalista Paulo Barbosa, que na época do golpe era, juntamente com ele, estudante e militante político, termina com uma dura avaliação política de que até aquele momento parecia que eles tinham “brincado de fazer Revolução, talvez tenhamos abusado da liberdade, vamos agora nos preparar para viver sem ela por muito tempo”<sup>627</sup>. Em outras palavras, essa foi uma avaliação negativa do triunfalismo antecipado daqueles que haviam tomado parte dos movimentos populares e nacionalistas

---

<sup>623</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., p.1.

<sup>624</sup> As narrativas desse episódio foram concedidas por José Silvério Leite Fontes, Marcélio Bomfim e Virgílio de Oliveira, através de entrevistas, ao historiador José Ibarê Costa Dantas. Ver a respeito em: DANTAS, José Ibarê Costa. Op. cit., pp. 1-2 e p. 27.

<sup>625</sup> COSTA, Luís Eduardo. “Quando morre a liberdade” [prefácio]. In: ARAÚJO, Paulo Barbosa. *Os ícones de um terremoto: Golpe Militar, repressão e resistência política*. Aracaju: Diário Oficial, 2010, p.13.

<sup>626</sup> Op. cit.

<sup>627</sup> Op. cit.

que antecederam o golpe e, ao mesmo tempo, um lamento quanto aos efeitos provocados pela ditadura civil-militar imposta ao país.

Nos meses seguintes, dentre as organizações que esboçaram algum tipo de resistência à nova ordem política, os sindicatos foram os primeiros a serem desarticulados pelo governo com a utilização dos dispositivos intervencionistas herdados do período da ditadura do Estado Novo. A esses dispositivos foi adicionada a Lei 4.330, promulgada em 1º de junho de 1964, que regulamentava o direito de greve e reforçava o controle do Estado sobre os trabalhadores e seus sindicatos<sup>628</sup>. Na prática, segundo Alves, a nova lei proibia expressamente que funcionários públicos federais, estaduais e municipais entrassem em greve, proibia greves nos serviços essenciais, greves por solidariedades ou por natureza política e assegurava ao Estado definir a natureza política ou não da greve, possibilitando o estabelecimento de uma política de controle salarial e, ao mesmo tempo, de incentivo para atrair investimentos estrangeiros em razão da política de baixos salários<sup>629</sup>.

A respeito do direito de greve, visto como um delito criminal e/ou trabalhista nas três primeiras constituições republicanas, a partir da Constituição de 1946 passou à condição de direito a ser regulamentado por lei<sup>630</sup>. Entretanto, apesar dessa mudança jurídica e do contexto político de maior liberdade democrática decorrente do fim da ditadura do Estado Novo, as tensões, as proibições e a repressão aos movimentos grevistas e aos sindicatos paredistas tiveram curso ao longo da década de 1950 e início da de 1960<sup>631</sup>.

Ainda assim, o significado social atribuído ao direito de greve estabelecido pelo mencionado texto constitucional de 1946 foi considerado tão importante que seu reconhecimento era reivindicado pelos sindicatos e pelos trabalhadores. Os estudantes e suas entidades representativas também reivindicavam esse direito de greve como forma de mobilização e conquista de direitos<sup>632</sup>. Nesse sentido, a forma com o direito de greve foi regulamentado pela Lei 4.330/1964 não apenas se tornou um empecilho à capacidade de

---

<sup>628</sup> BRASIL. *Lei 4.330*, 1º junho de 1964.

<sup>629</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Op. cit., pp. 76-79.

<sup>630</sup> Ver a respeito em: PISTORI, Gerson Lacerda. “Direito de greve: origens históricas e sua repercussão no Brasil”. In: *Caderno de doutrina e jurisprudência da Ematras*. Ano XV, V. 1, nº 2, mar/abr, 2005, pp. 37-43.

<sup>631</sup> Ver a respeito em: MATTOS, Marcelo Badaró. “Greves, sindicatos e repressão policial no Rio de Janeiro (1954-1964)”. In: *Revista Brasileira de História*, vol. 24, nº 47, jan-jun, 2004, pp. 258-259.

<sup>632</sup> Ver a respeito o artigo 55º do: DAFCE. *Estatuto do Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas de Sergipe*, reformulado em 28 de setembro de 1951. In: Encadernação com os ofícios recebidos pelo DAJF/FCFS (1951-1955), localizado no Arquivo Central da UFS: Fundo CECH - DHI, Caixa 24, item 90.

mobilização dos trabalhadores, como também terminou por restringir e criminalizar grande parte das mobilizações sindicais.

Em Sergipe, a prisão de líderes ferroviários, logo nos primeiros momentos do golpe, e a posse de um interventor federal, em 22 de maio de 1964, na Sociedade União dos Operários e Ferroviários (SUOF), são evidências dos expedientes utilizados para controlar os sindicalistas e os sindicatos mais combativos<sup>633</sup>. A este respeito, o exame do relatório produzido, em setembro de 1964, pelo 2º Tenente Antonio Barreto Cardoso, encarregado do IPM sobre o clima de agitação política no Estado de Sergipe, associa a sindicatos como a SUOF e o Departamento de Correios e Telégrafos a realização de greves ilegais, passeatas e reuniões políticas suspeitas, sendo que estas últimas estariam associadas à agitação comunista no estado<sup>634</sup>. Esse tipo de relatório, em regra, tendia a criminalizar tanto as manifestações grevistas como os sindicatos e seus sindicalistas.

No caso da SUOF, a consequência das prisões das suas principais lideranças sindicais, do processo de intervenção sofrido por essa instituição e, anos depois, dos efeitos da “Operação Cajueiro”<sup>635</sup> – ação de repressão político-militar ocorrida na década de 1970 – resultaram na desmobilização da categoria e na extinção dessa sociedade de caráter sindical. Em seu lugar, entre 1972 e 1983, esses trabalhadores criaram a Associação Beneficente dos Ferroviários Inativos e Pensionistas de Sergipe (ABFIPS), com a finalidade de prestar assistência jurídica e social aos seus associados. E somente vieram a restabelecer uma representação sindical em 1983, com a fundação do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transporte Ferroviários e Metroviários dos Estados da Bahia e de Sergipe (SINDIFERRO)<sup>636</sup>.

---

<sup>633</sup> A importância da atuação política dos ferroviários em Sergipe já havia sido evidenciada em vários outros momentos e, em particular, chama atenção o envolvimento desses militantes, a partir da década de 1920, com o movimento tenentista. Ler a respeito em: DANTAS, José Ibarê Costa. *O tenentismo em Sergipe*: da Revolta de 1924 à Revolução de 1930. Petrópolis: Vozes, 1972.

<sup>634</sup> MINISTÉRIO DA GUERRA, IV Exército, 6ª Região Militar, 28º BC, cópia do relatório. Antonio Fernandes Viana de Assis. Mandado de segurança, impetrado contra a Assembleia Legislativa, Aracaju-SE, 1964. Fundo Aju/1ª. Esc., Cx. 06, Arquivo Geral do Judiciário/SE. TJ/GP.

<sup>635</sup> A respeito da “Operação Cajueiro” ler: DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., pp.181-186. E ainda os trabalhos de: LIMA, Paulo. *Operação Cajueiro: a repressão aos comunistas em Sergipe*. Aracaju: Artexto, 2005; e de: CRUZ, José Vieira da. “Tempos difíceis”: os estudantes, a Operação Cajueiro e a repressão política em Sergipe (1969-1976). In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH, 2011, pp. 1-17.

<sup>636</sup> A respeito dos ferroviários em Sergipe, ler: SANTOS, Edileuza Batista C. dos; GÓIS, Mary Jane Batista; TAVARES, Priscila da Costa. *Nos trilhos da memória: os ferroviários em Sergipe (1907-2006)*. Op. cit. E ainda sobre a questão da interventoria na SUOF, consultar o ofício que comunica a posse do interventor federal na SUOF no Arquivo Geral do Judiciário/SE. TJ/GP – Ofícios recebidos, cx. 45/1827. In: SILVA, Eugênia Andrade Vieira da. *Arquivo do Judiciário: guia de fontes temáticas*. Ed. ver. ampl. Aracaju: TJ/SE, 2009, p. 480.

Em relação aos camponeses, a repressão também não poupou esforços para controlá-los<sup>637</sup>. Segundo Martins Filho, “organismos paramilitares e milícias privadas fizeram livre uso de torturas e assassinatos para calar a voz recém-despertada dos trabalhadores rurais”<sup>638</sup>. Um registro importante dessa repressão aos camponeses do Nordeste pode ser apreciado no filme *Cabra marcado para morrer*, produção iniciada pelo CPC da UNE nos primeiros meses de 1964 e só concluída na década de 1980, durante o processo de abertura política<sup>639</sup>.

Esse filme, dirigido por Eduardo Coutinho, inicialmente projetado pelos cineastas cepecistas para divulgar a história da liga camponesa do Engenho Sapé, localizado no interior da Paraíba, e denunciar o assassinato do líder camponês João Pedro Teixeira, ocorrido em 2 de abril de 1962 – contando, para isso, com a participação dos próprios camponeses como atores e figurantes para realização das filmagens –; interrompido em 1964 por conta da repressão militar e só sendo retomado durante o processo de abertura política; exhibe, à luz da cinematografia, detalhes da repressão imposta aos participantes das ligas camponesas no Nordeste durante a ditadura civil-militar instalada no país<sup>640</sup>.

Em Sergipe, não obstante o conhecimento de que no período anterior ao golpe existia um movimento coordenado pela Igreja Católica, através do MEB, que estimulou a organização sindical dos trabalhadores do campo<sup>641</sup>, não se realizaram estudos aprofundados a respeito da situação desses trabalhadores em face da nova ordem política do país a partir de 1964. Uma das poucas referências a esse respeito destaca que em relação à Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Sergipe (FETASE), com o golpe

se desarticulou quase totalmente em Sergipe, restando pouco ou quase nenhum registro do conteúdo das reivindicações e lutas travadas pelos trabalhadores [agrícolas] naqueles dois primeiros anos de existência, uma vez que grande parte dos documentos e arquivos que registravam a

---

<sup>637</sup> A respeito da repressão aos camponeses durante a ditadura civil-militar ver: CARNEIRO, Ana, CIOCCARI, Marta. *Retrato da repressão política no campo: Brasil, 1962-1985: camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. Brasília: MDA, 2010.

<sup>638</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e a ditadura militar*. Op. cit., p. 76.

<sup>639</sup> Ver a respeito em: QUEIROZ, Anne Lee Fares de. *Cabra marcado para morrer: da história do cabra à história do filme*. Campinas: Programa de Pós-graduação em Múltiplos Meios/UNICAMP, 2006.

<sup>640</sup> Ficha técnica do filme: Título original: *Cabra Marcado Para Morrer*/ Lançamento: 1984 (Brasil)/ Direção: Eduardo Coutinho /Atores: Elizabeth Teixeira, João Virgínio Silva, Ferreira Gullar, Tite de Lemos/ Duração: 119 min./ Gênero: Documentário.

<sup>641</sup> Ver a esse respeito em: NASCIMENTO, Isaias. *Dom Távora o bispo dos operários: um homem além de seu tempo*. Op. cit., pp. 166-171.

história do movimento sindical [rural], neste período (1962/63), desapareceram ou foram destruídos pelos próprios trabalhadores<sup>642</sup>.

Comentando a questão, Rosemiro Magno da Silva coloca que o sindicalismo rural no estado, assim como o movimento sindical, foi bastante reprimido. E que no caso da FETASE, após um processo de disputa com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), ela veio a sofrer um processo de intervenção e fechamento, só sendo reaberta a partir de 1974<sup>643</sup>.

Em contrapartida, é preciso registrar que nesse período a Igreja Católica continuou conferindo atenção aos problemas do homem do campo no estado, entretanto, essa atenção não tinha mais como preocupação o estímulo a sindicalização desses trabalhadores. Neste sentido, a orientação inicial, proferida antes do golpe de 1964, por Dom José Vicente Távora, foi redirecionada a partir de 1967. Esse direcionamento, ocorrido sob a orientação de Dom Luciano José Cabral Duarte, já na condição de arcebispo auxiliar, buscou recursos junto ao governador Lourival Batista para o projeto Promoção do Homem do Campo em Sergipe (PRHOCASE). Esse projeto, fundado na experiência com fazendas comunitárias e colônias agrícolas, resultou na transferência de lotes de terra para os participantes dos assentamentos<sup>644</sup>.

Para o jornalista Luiz Antônio Barreto, em entrevista a Gizelda Moraes, a Igreja Católica, sob a direção de Dom Luciano, embora não fosse simpática à questão da reforma agrária, buscou alternativas para ajudar o homem do campo<sup>645</sup>. Esse claro esforço de evitar o agravamento das tensões pela posse da terra buscava também evitar a politização da questão agrária no estado. Objetivo que parece ter sido respaldado pelo estado e demais instituições que ajudaram a financiar o projeto.

Entretanto, apesar do relativo sucesso das experiências da PRHOCASE, ocorridas entre 1968 e 1978, elas não foram suficientes para evitar a eclosão de conflitos de terra em Sergipe nos anos seguintes, já no transcurso do processo de abertura política do país. A

---

<sup>642</sup> SERGIPE. *Formas de organização da produção*. Aracaju: Secretaria de Estado da Agricultura, 1980, pp. 90-91.

<sup>643</sup> SILVA, Rosemiro Magno da. *A luta dos posseiros de Santana dos Frades*. São Cristóvão: Editora da UFS/Fundação Oviêdo Teixeira, 2002, pp. 126-127.

<sup>644</sup> Mais informações a respeito em: OLIVEIRA, Agamenon Guimarães de. “Uma experiência de colonização na Cotinguiba Sergipana: as fazendas prhocaseanas”. In: *Revista Geonordeste*. Ano III, nº 1 e 2, 1986, pp. 30-49; em: MORAIS, Giselda. *Dom Luciano José Cabral Duarte: relato biográfico*. Op. cit., pp. 438-491; e em: LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. “História dos movimentos sociais no campo em Sergipe: uma abordagem preliminar”. In: *Revista Candeeiro*. Ano VI, v. 9 e 10, pp. 63-75, outubro de 2003.

<sup>645</sup> MORAIS, Giselda. Op. cit., pp. 488-489.



emersão de conflitos dessa natureza revela que as desventuras produzidas pelo golpe, assim como as alternativas adotadas pelos governos que dele se beneficiaram, não foram capazes de apontar uma solução para a questão agrária no Brasil e, conseqüentemente, em Sergipe<sup>646</sup>.

#### 4.4. A repressão ao ME e aos movimentos de cultura popular

Olha, as primeiras 62 horas, foi uma depressão horrível. Teve gente que foi presa logo no dia. Eu fui preso em maio. Ali não era somente o medo de ser preso. Acabou! O ano parou... E agora? E agora?... Vou voltar a apoiar concurso de miss, as dez mais elegantes. Toda a alienação da sociedade voltou. O que o movimento de política popular estava começando a inibir, ficou um vazio!.. Ficou um vazio!.. Um silêncio profundamente eloquente!...<sup>647</sup>

A fala de Clodoaldo de Alencar Filho, que, na época do golpe, era radialista, recém-licenciado do curso de letras, ex-presidente do Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo, evidencia o sentimento de apreensão e vazio em face das perseguições realizadas pela “Operação Limpeza” – codinome atribuído pelos militares às estratégias psicossociais e repressivas por eles utilizadas para desmobilizar “os movimentos sociais que ganharam força nos anos anteriores ao golpe de Estado civil-militar”<sup>648</sup>. Em torno dessas estratégias, os militares utilizaram manobras de busca e de detenção conduzidas em instituições de ensino, “sindicatos, ligas camponesas e nos muitos movimentos católicos de trabalhadores e estudantes”<sup>649</sup>.

A esse respeito, Zelita Rodrigues Correia dos Santos, militante da AP e coordenadora estadual do Movimento de Cultura Popular, recorda que mesmo o seu grupo político já tendo perdido a direção da UEES para o PCB – desde a realização do XIII Congresso da UEES, ocorrido em setembro de 1963 –, logo nos primeiros dias do golpe os militares realizaram uma operação de busca em sua residência e fizeram a apreensão da indumentária utilizada pelos participantes do CPC da UEES, material confeccionado por

---

<sup>646</sup> Ver a respeito em: SILVA, Rosemiro Magno da & LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. *Conflitos de terras e reforma agrária em Sergipe*. São Cristóvão: Editora da UFS, 1996.

<sup>647</sup> ALENCAR FILHO, Clodoaldo. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 15/10/1998.

<sup>648</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Op. cit., p. 66.

<sup>649</sup> Op. cit.

sua mãe e pelas mães de outros estudantes que haviam participado daquela experiência cepecista<sup>650</sup>.

Jackson de Sá Figueiredo, membro da direção do Grêmio Estudantil “Clodomir Silva” do Colégio Estadual de Sergipe e da USES, por sua vez, ao comentar as ações dos policiais que o prenderam logo após a deflagração do golpe destacou a arbitrariedade desse tipo de operação que prendia as pessoas sem uma acusação formal de crime tipificado penalmente, sem flagrante delito, nem mandado judicial e desrespeitando toda a forma de cidadania. Segundo Figueiredo, “fazia[m] com a gente da classe média o que normalmente se faz muito hoje com a marginalidade, com a gente fazia[m] depor ..., mas normalmente só pode ser preso em flagrante ou por ordem de autoridade [judicial], o que não se fazia naquela época, eles reprimiam prendendo, torturando”<sup>651</sup>. E ainda sobre esse tipo de prática ele acrescenta que “teve militante daqui que ficou cego, outros tiveram torturas vergonhosas, tiraram as roupas de mulheres, o policial dizia eu vou estuprar sua mulher, tudo isso houve”<sup>652</sup>.

Segundo Ibarê Dantas, historiador que vivenciou os acontecimentos em discussão na condição de funcionário do Banco do Brasil – o que também o torna uma testemunha desse processo histórico –, aqueles primeiros dias de abril de 1964 foram intensificados pelas

prisões de lideranças sindicais, estudantes, professores, funcionários públicos, jornalistas, operários e trabalhadores rurais através de diligências sem ordem judicial, marcadas de arbitrariedades. Ser levado para a colina do bairro 18 do Forte, onde estava situado o Quartel do 28º BC, tornou-se uma ameaça atemorizadora para todos os participantes da mobilização política do Estado Populista<sup>653</sup>.

Envoltos nesse clima de temor, entre as consequências dos desdobramentos provocados pelo golpe civil-militar de 1964 sobre os militantes do movimento estudantil e dos movimentos de cultura e educação popular estavam as prisões arbitrárias, a possibilidade de serem torturados, de serem submetidos a processos de investigação ou ainda de estarem sujeitos a outras formas de perseguição.

---

<sup>650</sup> SANTOS, Zelita Rodrigues Correia dos. Entrevistada por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 04/08/1998.

<sup>651</sup> FIGUEIREDO, Jackson de Sá. Entrevistado por Gardênia Correia Palmeira e Glícia Laís Macedo Silva. Aracaju, 21/10/2006.

<sup>652</sup> Op. cit.

<sup>653</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *Tutela Militar em Sergipe, 1964/1984: partidos políticos e eleições num estado autoritário*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, p. 10.

José Alexandre Felizola Diniz, militante da JUC, presidente do CPC da UEES, membro do Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo, ao recordar-se de quando a sede da UEES foi invadida, em abril de 1964, destacou que nem passava pela cabeça dos estudantes retirarem a documentação que lá existia, até porque se tratava do registro de um trabalho público conhecido e aceito por grande parte da sociedade<sup>654</sup>. Esses registros, entretanto, foram acrescentados ao processo de acusação contra ele e os demais membros do movimento popular de cultura e do movimento estudantil. Nesse sentido, a ditadura havia transformado ações lícitas em ilícitas, tipificando delitos antes que existisse uma lei para defini-los e ainda buscando fazer com que a lei retroagisse para punir. A esse respeito, Diniz lembra que foram prendê-lo

em Rio Claro [São Paulo], onde eu estava desde setembro de 1963, dando continuidade aos meus estudos. Estava trabalhando, coisa que fiz durante todo o período de movimento estudantil. Fiquei ainda um mês preso, depois passei a responder o Inquérito Policial Militar sobre o movimento estudantil. No início, era um processo civil e ficou se arrastando até que a partir de 1968, com o AI-5, deram andamento. Os processos ficaram reduzidos a mim, Zelita e Chico Varela. Esses processos que eram civis, passaram a se tornar militares e eu tinha de prestar depoimento na Junta Militar de Salvador. Os processos eram organizados por tenentes que muitas vezes não dominavam o campo jurídico e nos acusaram de um crime que antecedia a própria lei e, depois de muitas pressões, fomos absolvidos<sup>655</sup>.

A montagem desse novo sentido da política nacional frente aos mencionados movimentos e seus participantes passou a tomar como referência os preceitos instituídos pelo Ato Institucional nº 1 e os demais atos que o seguiram. O primeiro deles, assinado em 9 de abril de 1964, havia sido elaborado em segredo pelos representantes das Forças Armadas com o objetivo de “fixar o conceito de **movimento civil e militar** que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre seu futuro (...) [o] de uma autêntica revolução”<sup>656</sup>. E a sua formulação ressaltava o êxito da “Revolução Gloriosa” ocorrida naquele ano, instalava o Estado Sítio – quebrando garantias do Estado de Direito asseguradas pela Constituição de 1946 –, e propugnava pela legitimação e legalidade da

---

<sup>654</sup> DINIZ, José Alexandre Felizola. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 12/03/1998.

<sup>655</sup> Op. cit.

<sup>656</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Comandos militares em manifesto decretam “Ato Institucional”*. Ano IX, nº 2379, 10 de abril de 1964, p.1.

nova ordem política. Para Alves, esse ato constitucional “rompeu o apoio tácito à coalizão civil-militar, dando origem à dialética Estado/oposição”<sup>657</sup>.

Por um lado, em termos históricos, essa dialética Estado/oposição, descrita por Alves, não pode ser reduzida a um único binômio, sob pena de não se visualizarem os conflitos e as diferentes alianças de interesse que perpassam um e outro. Em outras palavras, que perpassam o Estado, pensado não apenas enquanto ente público/institucional sob o controle dos militares, mas também por parte da sociedade civil que havia apoiado o golpe<sup>658</sup>. Por outro lado, esse binômio Estado/oposição é capaz de delinear a construção de um discurso que reforça a pseudoneutralidade do enunciado “revolucionário”. Enunciado responsável pela manutenção da ordem e da tranquilidade pública, em oposição à “desordem” e à “subversão” suscitadas pelo governo anterior e os grupos políticos e sociais que as apoiavam.

Segundo José Luiz Fiorin, esse discurso da “Revolução Gloriosa”, presente nos pronunciamentos dos presidentes militares e nos novos dispositivos constitucionais, passou, portanto, a manipular, de modo consciente, a aparência real dos fatos que deseja justificar. Estes pronunciamentos também se apropriaram de temas e figuras políticas para transparecer a existência de uma única classe hegemônica, como se a “revolução” simbolizasse o consenso<sup>659</sup>.

Assim, as Forças Armadas prevaleceram-se de um poder arbitrário para caçar direitos políticos, suspender garantias individuais, demitir, prender, matar, torturar, entre outras prerrogativas. E fundamentados no discurso da “Revolução Gloriosa” distinguem o Estado da sociedade, e o Governo toma o lugar da Nação. De outro lado, diz vir para transformar o país em grande potência. Desta forma, o golpe de 1964 “nunca é responsável pelo que faz, pois é a oposição que radicaliza, obrigando o governo a um fazer defensivo”<sup>660</sup>. O discurso é enfocado sempre como uma luta maniqueísta entre o bem e o mal. Dentro desse tipo de discurso está também situada a manipulação, em que são ocultadas as divisões, as diferenças e as contradições. Como diz Marilena Chauí, “são montados um

---

<sup>657</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Op. cit., p. 54 (negrito nosso)

<sup>658</sup> A compreensão aqui utilizada da relação entre Estado e sociedade civil toma como fundamento as reflexões de Antonio Gramsci, ler a respeito em: GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Op. cit.; e do mesmo autor: *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Op. cit.; e ainda: LAHUERTA, Milton. “Intelectuais e resistência democrática”. In: *Gramsci e o Brasil*, 2001. Disponível em: <<http://www.acessa.com/gramsci/?id=23&page=visualizar>>. Acessado em 10/09/2011.

<sup>659</sup> FIORIN, José Luiz. *O regime de 1964: discurso e Ideologia*. São Paulo: Atual, 1988, pp. 18-138.

<sup>660</sup> Op. cit., pp. 74-75.

imaginário e uma lógica da identificação social com a função precisa de escamotear o conflito, dissimular a dominação e ocultar a presença do particular, dando-lhe a aparência do universal”<sup>661</sup>.

É sob essa ordem discursiva e em conformidade com o novo ordenamento jurídico, instituído a partir do AI-1, que os acontecimentos passariam a ser desdobrados e apreciados pelas autoridades civis e militares que integravam a nova ordem institucional do país. Neste particular, os movimentos de cultura e educação popular e seus participantes, muitos dos quais estudantes universitários ou recém-egressos do ensino superior, passaram a ser alvos não gratos dos órgãos de segurança e informação. A partir desse posicionamento, segundo estudiosos do campo da educação, os “movimentos de educação e cultura popular foram destruídos e os seus educadores e aliados cassados, presos e exilados. Para eles, como para as lideranças dos trabalhadores, começa o caminho em direção aos ‘anos de chumbo’”<sup>662</sup>.

Em Sergipe, a extinção dos movimentos de cultura e educação popular, coordenados ou apoiados pela Secretaria de Estado da Educação e Cultura, em 9 de abril de 1964, reproduzia os efeitos do fechamento de órgãos e movimentos congêneres pelo país, assim como a mudança de olhar para com os participantes desses movimentos<sup>663</sup>. Neste sentido, a mesma decisão administrativa que havia revogado o MCP no estado informava também a revogação das portarias de diversos outros movimentos, como a dos centros populares de cultura mantidos pela UEES e pelos diretórios acadêmicos das Faculdades de Direito, Filosofia e Ciências Econômicas<sup>664</sup>.

Essas medidas, segundo o que foi noticiado pelas autoridades estaduais e federais, visavam pôr um fim aos chamados focos de “agitação social”. Entre estes focos estavam também identificados pelas autoridades “revolucionárias” o Movimento de Educação de Base (MEB) e a também fechada Campanha Nacional de Alfabetização (CNA). Esses movimentos, juntamente com o Movimento de Cultura Popular (MCP), haviam sido responsabilizados, segundo as autoridades golpistas, pela sistematização e difusão de práticas de alfabetização com claros fins de agitação política. E ainda que essas

---

<sup>661</sup> CHAUI, Marilena. *Cultura e Democracia*. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2000, p. 21.

<sup>662</sup> CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr. *O golpe na Educação*. Rio de Janeiro, Zahar, 1985, p. 34.

<sup>663</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Secretário de Educação extingue Movimento de Cultura Popular*. Ano IX, nº 2379, 10 de abril de 1964, p.6. Ainda a esse respeito consultar: PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo: Loyola, 1987, pp. 255-258.

<sup>664</sup> CRUZ, José Vieira da. *O Centro Popular de Cultura da União Estadual dos Estudantes Sergipanos e os Movimentos Culturais do início dos anos 60: 1962-1964*. Op. cit.

experiências eram desenvolvidas através de programas radiofônicos, de grupos de cultura popular e da aplicação do método de alfabetização idealizado por Paulo Freire, sendo que este último, começou a ser desenvolvido oficialmente no estado entre o final de 1963 e início de 1964<sup>665</sup>.

Participante da experiência do MCP, a então estudante do curso de letras da FCFS, Maria de Lourdes Rodrigues Correia, recorda que após o processo de seleção, ocorrido por volta de 1963, ela foi fazer o curso de educação de adultos na SUDENE, na cidade do Recife, numa duração de aproximadamente seis meses. E lá teve contato com Paulo Freire e com outros educadores que ministravam as aulas. Posteriormente, segundo Rodrigues, Paulo Freire e sua equipe estiveram em Sergipe para fazer um plano-piloto focado na experiência do seu método de alfabetização. Após esse encontro pedagógico, já na condição de supervisora do “Método Paulo Freire”, ocorre o golpe e

de repente eu perdi o emprego. Eu estava trabalhando na Secretaria de Educação, em nível federal porque o Movimento de Cultura Popular era federal e fui posta para fora. Com esse projeto do professor Paulo Freire nós fomos postas para fora de uma hora para outra. Foi difícil, porque um dia estava empregada e outro dia estava na rua! Pois não tinha mais emprego, não tinha nada<sup>666</sup>.

Após o fechamento desses movimentos/experiências de cultura e educação popular, muitos dos seus participantes foram presos e passaram a responder a IPMs. Entre os IPMs instaurados destaca-se o movido contra as lideranças do movimento estudantil e, em particular, contra os estudantes e educadores que tomaram parte da CNA. Este último IPM, vinculado à Auditoria da 6ª Região Militar sob o nº 27/1965, ficou sob a responsabilidade do 1º tenente Jorge Henrique Leite Fontes e dos escrivães 3º sargento Andrade Alves da Anunciação e 1º sargento Gildrasio Silva Andrade. Nesse inquérito, além dos estudantes/educadores e dos dirigentes do CNA, foram também indiciados os funcionários que trabalhavam na mencionada companhia por suspeita de corrupção e de subversão<sup>667</sup>.

---

<sup>665</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Secretário de Educação extingue Movimento de Cultura Popular*. Ano IX, nº 2379, 10 de abril de 1964, p. 6. E ainda a esse respeito, consultar: PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo: Loyola, 1987, pp. 255-258.

<sup>666</sup> CORREIA, Maria de Lourdes Rodrigues. Entrevistada por José Vieira da Cruz, José Anderson Farias Andrade, Lívia Rocha Teles Barreto e Maria Juliene Menezes Florêncio. Aracaju/SE, 31/04/11.

<sup>667</sup> BRASIL. Ministério do Exército. Auditoria da 6ª Região Militar. *Relatório do IPM nº 27/1965*, pp. 377-382.

No decurso desse IPM, após a juntada de documentos recolhidos na sede do CNA – situada na rua São Cristóvão, nº 1840 –, entre os quais: os exames de seleção dos educadores, termos de perguntas dos indiciados e os termos de inquirição de testemunhos, o encarregado do IPM, o 1º tenente Jorge Henrique Leite Fontes, examinando os depoimentos e demais documentos arrolados, subscreveu no relatório de 4 de setembro de 1964 não achar culpabilidade em vários dos indiciados. Dentre eles: Renato Chagas, Arly Silva e Lisbôa, Eleonora Pereira, Jackson de Sá Figueiredo, Jackson da Silva Lima, Jugurta Barreto, José Maria Barreto, Lucia Viana Ribeiro, Marilza Dantas Maynard, Maria José de Santana, Maria de Lourdes Rodrigues Correia, Maria Auxiliadora Silva, Paulo Barbosa Araújo, Rosa Helena, Terezinha Ribeiro, Walmir Bruno Soares, Maria Auxiliadora Rosal e Zelita Rodrigues Correia<sup>668</sup>.

Esses estudantes/educadores, na avaliação do 1º tenente Jorge Henrique Leite Fontes, tendo em vista que não havia provas suficientes contra eles, não foram considerados culpados de subversão. Segundo o 1º tenente Fontes, “a única probabilidade de agirem subversivamente teria sido nas entrevistas [de seleção], e esta por ser uma prova oral sem testemunhas”, não se configurava em prova jurídica aceitável<sup>669</sup>. Mas em relação ao CNA ele conclui que não se tratou de uma campanha educacional e sim de uma “campanha para fazer propaganda e doutrinar o povo sobre a linha política do Sr. João Goulart”<sup>670</sup>. E sobre o Método de Paulo Freire, ele o considerou “eficiente e prático para o problema educacional do Brasil. Porém, a sua filosofia na parte de politização é temerária, pois, pode ser deformada, como foi”<sup>671</sup>.

Entretanto, as conclusões desse relatório não foram consideradas satisfatórias pelo comandante do 28º BC, major Francisco Rodrigues da Silveira, que concluiu também “pela responsabilidade da equipe de supervisores”. Segundo o major Silveira, os supervisores do CNA em Sergipe, a exemplo dos coordenadores e de professores da campanha – dentre eles Paulo Freire e Pierre Fourther –, vinham incitando “no campo político-partidário a atentar [contra a] ORDEM PÚBLICA e a deturpação da filosofia de Paulo Freire”<sup>672</sup>. Por essas razões, na compreensão do comandante do 28º BC, eles deveriam ser incursos nos

---

<sup>668</sup> BRASIL. Ministério do Exército. Auditoria da 6ª Região Militar. *Relatório do IPM nº 27/1965*, pp. 377-382.

<sup>669</sup> Op. cit.

<sup>670</sup> Op. cit.

<sup>671</sup> Op. cit.

<sup>672</sup> Op. cit.

artigos 11º e 17º da Lei 1.802/1953 – Lei de Segurança Nacional – e no artigo 25º do Código Penal Brasileiro<sup>673</sup>.

Em relação à consulta, sem restrições, do processo relacionado ao IPM movido contra o CNA de Sergipe, é preciso registrar que ela foi possível em razão da disponibilização de sua cópia cedida por Zelita Rodrigues Correia dos Santos, coordenadora do MCP em Sergipe e uma das supervisoras do CNA no estado. Essa cópia foi cedida, inicialmente, ao historiador José Ibarê Costa Dantas, que, por sua vez, disponibilizou-o para que fosse realizada a presente pesquisa. Entretanto, apesar de colaborações dessa ordem, o acesso a mencionada documentação, seja por razões de impedimento da normatização arquivística brasileira vigente seja por razão da salvaguarda de direitos pessoais ou institucionais constitui-se em um dos obstáculos dessa pesquisa. A expectativa de que uma nova legislação possa suprir essas dificuldades poderá estimular, quiçá, o maior aprofundamento de estudos sobre questões como a repressão política e militar imposta aos sindicatos, ao movimento estudantil e aos movimentos de cultura e educação popular.

#### **4.5. Relato do cárcere, o apoio da família e da maçonaria**

Além da submissão a IPMs e a prisões, muitos dos participantes do CNA e de outros movimentos de cultura e educação popular, como já foi dito, perderam o emprego e continuaram a responder aos inquéritos por vários anos. A esse respeito, Zelita Rodrigues Correia dos Santos destacou que após a prisão perdeu os empregos e começou a “trabalhar nos jornais Diários Associados e Gazeta [de Sergipe]”<sup>674</sup>. Nesse período, conseguiu concluir o curso de direito e foi aprovada no concurso para o cargo de promotora no Estado da Bahia. Entretanto, em 1969, após a decretação do AI-5, o IPM que ela respondia e já havia sido fechado, foi reaberto e ela voltou para alça de mira dos militares<sup>675</sup>.

A retomada desse processo significou para Zelita Rodrigues Correia dos Santos que sua vida continuava a ser revolvida pelas desventuras do golpe civil-militar de 1964. E neste sentido, ela recorda que sua reação, em face do transcurso do processo reaberto na justiça militar de Salvador, foi diferente da de José Alexandre Felizola Diniz, também

---

<sup>673</sup> BRASIL. Ministério do Exército. Auditoria da 6ª Região Militar. *Relatório do IPM nº 27/1965*, p. 386.

<sup>674</sup> SANTOS, Zelita Rodrigues Correia dos. Entrevistada por Alene Leite Campos. Aracaju/SE, 11/09/2007.

<sup>675</sup> Op. cit.



incluído no rol dos acusados do processo reaberto. Diniz, segundo Santos, não obstante ser uma pessoa reservada, durante os momentos em que aguardava o andamento do processo, deixou o assoalho de seu apartamento em Salvador marcado pelo tampão dos sapatos dele. Enquanto,

Eu botava a saia na cabeça, gritava, chorava e me descabelava. Ele não fazia nada disso, prendia a emoção. As pessoas reagem de maneira diferente. Eu não sei... Eu tive uma depressão profunda... Hoje, eu olho para trás e rio. Mas eu... Lá no quartel... Eu tive minha mão forte com os militares... Eu, por dentro, estava morrendo de medo. Tive anorexia... Fiquei com 35 quilos<sup>676</sup>.

Ainda sobre os traumas da prisão, Zelita Rodrigues Correia dos Santos recorda-se da luta dos familiares para que ela e suas colegas de militância não fossem maltratadas e sim colocadas em liberdade<sup>677</sup>. Este apoio contou com a participação decisiva das mães dos demais presos políticos que buscaram formas de, ao menos, atenuar aqueles instantes de cárcere. Neste sentido, é significativo destacar a lembrança de Zelita Rodrigues a respeito da posição que as mães das mulheres presas tiveram no episódio em que o vaso do banheiro do local em que elas estavam foi entupido,

uma vez a gente reclamou por que o vaso estava entupido e nem vieram consertar, repare que peso teve o comandante com as nossas mães. Elas disseram que nós éramos um bando de moças virgens.... [risos....] e se acontecesse alguma coisa no quartel, ele era o responsável, então o comandante pegou [nos transferiu para] uma cela [apartamento] de oficiais<sup>678</sup>.

A postura das mães, atribuindo ao comandante do 28º BC a responsabilidade pela integridade das moças que estavam presas sob sua guarda, evocava padrões comportamentais e morais articulados com um alerta ao oficial responsável quanto às consequências do que ocorresse no quartel com aquelas jovens. Nesse episódio do entupimento do vaso sanitário, segundo Santos, mais seis moças compartilhavam a cela: Maria José Santana, Maria José Oliveira, Laíde Nunes, Dôra Rosal, Zuleica, e as gêmeas

---

<sup>676</sup> SANTOS, Zelita Rodrigues Correia. Entrevistada por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 04/08/1998.

<sup>677</sup> Ver a respeito em: CORREIA, Zelita Rodrigues. *A porta estandarte*. Aracaju: Segrase, 1983, pp.13-14 [Observação neste livro de crônicas e poesias ela usa o nome de solteira].

<sup>678</sup> SANTOS, Zelita Rodrigues Correia. Entrevistada por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 04/08/1998.

Ari e Arly<sup>679</sup>. Ainda a respeito desse acontecimento, Santos recorda-se, em outra entrevista, que em determinado dia se reuniram a mãe dela,

a mãe de Dora Rosalvo, a mãe de Ari e Arli, a mãe de Laide, e foram dizer ao comandante, acompanhadas do professor Barretão, José Barreto Fontes, que era o **grão mestre da maçonaria** para dizer que eles eram responsáveis por nossa virtude. Além disso, **o comandante era maçom e elas foram com o grão mestre da maçonaria**, Barretão, foi incansável!<sup>680</sup>

Nessa fala, Santos, além de identificar algumas das mães que se mobilizaram para ajudar as filhas presas, também revela o papel desempenhado pela maçonaria em Sergipe, através de seu grão mestre, José Barreto Fontes, e do próprio comandante do 28º BC, que, segundo ela também era maçom, primeiro, no sentido de resguardá-las de possíveis maus-tratos, e segundo, no sentido de agilizar o processo para que elas fossem libertadas.

Ainda a respeito do papel da maçonaria, Santos, que havia passado aproximadamente 52 dias presa, sendo uma das últimas a ser liberada da prisão, comenta que não sabe qual teria sido o posicionamento da maçonaria em outros estados, mas que no caso de Sergipe, a atuação do grão mestre José Barreto Fontes e do comandante do 28º BC, que, segundo ela, por um acaso era maçom, foram importantes para impedir ações ainda mais arbitrárias. Segundo Zelita Rodrigues, o grão mestre José Barreto Fontes

chegou às raias de correr perigo, ele com aquela moral dele de antigo mestre, de professor e de grão mestre chegava ao quartel e não respeitava patente não! De ninguém, ele exigia mesmo! Eu saí do quartel no carro de Barreto Fontes. Então ele foi acionado pelas mães, que foram ali na rua Santo Amaro na sede da maçonaria [da Loja Maçônica Cotinguiba,] pedir ajuda aos maçons<sup>681</sup>.

José Barreto Fontes teria atendido a mobilização feita pelas mães das presas políticas junto a membros da maçonaria para que interviessem naquela situação. A esse respeito, Santos relata:

nós éramos jovens, éramos estudantes e éramos bem molecas, nós sabíamos que do lado de fora a nossa família estava unida. Mas não foi

---

<sup>679</sup> SANTOS, Zelita Rodrigues Correia dos. Entrevistada por José Vieira da Cruz, José Anderson Farias Andrade, Lívia Rocha Teles Barreto e Maria Juliene Menezes Florêncio. Aracaju/SE, 29/03/11.

<sup>680</sup> Op. cit. (negritos nosso)

<sup>681</sup> Op. cit.

bom, pois o tenente tinha a mania de chegar e abrir a porta da cela da gente, **inclusive foi isto que causou a intervenção de Barretão**, e dizer que ia **levar Maria José para a estrada de Itaporanga Velha para ela contar o envolvimento de Dom Távora**, ela então punha-se a gritar<sup>682</sup>.

O comportamento dos militares em relação aos presos políticos também apresentava posturas diferentes. Enquanto alguns oficiais, como descrito na citação anterior, ameaçavam e desrespeitavam os direitos dos presos, fossem eles homens ou mulheres, outros revelavam uma atenção maior tanto aos direitos quanto à trajetória profissional e social dos presos.

A esse respeito, Maria José Oliveira, integrante do MEB, em entrevista a Giselda Moraes, relatou que quando a levaram pela primeira vez ao quartel, tomaram conhecimento de que ela era diretora do Colégio Modelo, onde o filho do comandante do 28º BC estudava. Ele então teria dito aos seus comandados que a soltasse, pois não tinha nada a ver, ele não iria prender a diretora do colégio do filho dele<sup>683</sup>. Entretanto, após a transferência desse comandante ela foi presa novamente e passou as festas juninas no quartel sendo acusada de ser “a refém do bispo’, de Dom Távora”, em razão de sua proximidade com a obra social desse religioso<sup>684</sup>.

O empenho de familiares e mesmo de membros da maçonaria, entre outras autoridades, no sentido de assegurar a integridade dos presos políticos e sua posterior liberação, indica que alguns segmentos da sociedade não respaldaram as arbitrariedades colocadas em prática pela chamada “Vitoriosa Revolução de 1964”. Neste sentido, embora setores da maçonaria tenham apoiado o golpe, o peso das relações familiares parece ter sido decisivo para que alguns membros dessa sociedade empenhassem o prestígio pessoal em favor de pessoas conhecidos, por vezes, posicionando-se contra situações arbitrárias<sup>685</sup>.

Dessa forma, não obstante as tentativas dos discursos oficiais de construir um consenso em torno da nova ordem institucional e das tentativas de reduzir a sociedade, pensada como povo nação, a um tipo de instrumento ou objeto, degradando sua

---

<sup>682</sup> SANTOS, Zelita Rodrigues Correia. Entrevistada por José Vieira da Cruz, José Anderson Farias Andrade, Lívia Rocha Teles Barreto e Maria Juliene Menezes Florêncio. Aracaju/SE, 29/03/11, (negritos nosso).

<sup>683</sup> MORAIS, Giselda. *D. Luciano José Cabral Duarte: relato biográfico*. Op. cit., pp. 218-219.

<sup>684</sup> Op. cit.

<sup>685</sup> A intervenção da maçonaria em prol dos estudantes presos em diferentes momentos pela ditadura civil-militar instalada no país também é ressaltada na memória de Wellington Manguieira, ver a respeito em: MARQUES, Wellington Dantas Manguieira. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Renata de Carvalho Santana e Giselle Carvalho Menezes. Aracaju/SE, 28/10/2011.

importância<sup>686</sup>. Parte da sociedade brasileira não se mostrou inteiramente adesista ao novo quadro político do país. Dentre os segmentos não adesistas, verifica-se, ao menos parte, parcelas significativas do movimento estudantil, dos sindicatos, da imprensa e setores da Igreja Católica, entre outros. Estes segmentos esboçaram alguma forma de “adesão contida”, de protesto ou de discordância.

#### **4.6. A marcha com Deus, o CEA e a expulsão dos secundaristas**

Como já frisado, parte da sociedade brasileira havia apoiado o golpe; e em Sergipe, a exemplo, os estudantes secundaristas, convocados pelas direções das escolas, participaram da “Marcha com Deus e pela liberdade” organizada pela ala conservadora da Igreja Católica em nome da liberdade do Brasil e contra a ameaça do comunismo<sup>687</sup>. Essas passeatas, segundo Ibarê Dantas, ocorreram nas cidades de Aracaju, Barra dos Coqueiros, Laranjeiras, Itabaiana, dentre outras, entre os dias 14 de abril e 2 de maio de 1964, “com grande acompanhamento, sensibilizando as massas”<sup>688</sup>. A esse respeito, o jornal *Gazeta de Sergipe* procurou mitigar a repercussão da citada marcha, destacando que sem a participação dos colégios que “deram [uma] cor original à procissão” essa atividade cívico-religiosa passaria despercebida<sup>689</sup>.

As explicações acerca da repercussão contida nessas marchas, como sugere o jornal *Gazeta de Sergipe*, chama atenção para o fato de que nem todos os membros da Igreja Católica teriam apoiado a manifestação. E a esse respeito também considera a postura assumida pela ala progressista da Igreja Católica no estado, sob influência de D. José Vicente Távora<sup>690</sup>. Esse segmento da Igreja mostrava-se pouco propenso a apoiar movimentos golpistas, como na tentativa ocorrida em 1961, com a renúncia de Jânio Quadros, e como no golpe civil-militar em curso naquele ano de 1964<sup>691</sup>. Por outro lado, a necessidade de convocar os estudantes para ajudar a compor a mencionada manifestação indicou, ao menos, que a adesão a essa marcha não foi de todo espontânea.

---

<sup>686</sup> O sentido de povo nação aqui utilizado toma como referência discussões de Gramsci, ver a respeito em: GRAMSCI, Antonio. “O Ressurgimento”. In: *Obras Escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1976, p. 290.

<sup>687</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Marcha por Deus e pela Liberdade*. Ano IX, nº 2393, 28 de abril de 1964, p. 1.

<sup>688</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *A Tutela Militar em Sergipe, 1964-1984*. Op. cit., p.17.

<sup>689</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Marcha por Deus e pela Liberdade*. Op. cit.

<sup>690</sup> Op. cit.

<sup>691</sup> NASCIMENTO, Isaías. *Dom Távora, o bispo dos operários: um homem além de seu tempo*. Op. cit., pp. 177-198.

Sobre a Igreja Católica em Sergipe, no período da ditadura, o historiador Ibarê Dantas destacou que “reinava a divisão” entre duas alas:

Uma ala mais ligada ao Bispo Auxiliar, D. Luciano Cabral Duarte, zeloso cooperador do Estado Autoritário, revelou-se simpatizante da nova ordem. Dentro dela, incluem-se alguns sacerdotes e até o Bispo de Propriá (Se), D. José Brandão de Castro, que posteriormente se manifestaria intrépido defensor das causas dos trabalhadores rurais e dos índios. Uma outra ala, vinculada ao arcebispo D. José Vicente Távora, recebeu o movimento como o grande retrocesso político. O próprio arcebispo, promotor do Movimento de Educação de Base, foi ameaçado de prisão. Sob o fogo cruzado dos delatores que abominavam sua obra, além de submeter-se a depoimentos irritantes, esteve por vários dias praticamente confinado no Palácio Episcopal, escapando de maiores hostilidades por interferência do general Juarez Távora, seu parente<sup>692</sup>.

O golpe de 1964 representou, portanto, para a Igreja Católica em Sergipe um divisor de águas que expôs as disputas internas que existiam e que passaram a ganhar mais projeção. Para os progressistas, liderados pelo arcebispo Dom José Vicente Távora, significou um período de restrições e de ofuscação<sup>693</sup>; já para os conservadores, liderados pelo então monsenhor e logo bispo auxiliar, Dom Luciano José Cabral Duarte, um período de prestígio e de ascensão política<sup>694</sup>.

---

<sup>692</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *A Tutela Militar em Sergipe, 1964-1984: partidos e eleições num estado autoritário*. Op. cit., p.13.

<sup>693</sup> NASCIMENTO, Isaías. *Dom Távora, o bispo dos operários: um homem além de seu tempo*. Op. cit., pp. 181-214.

<sup>694</sup> Ver a respeito MORAIS, Giselda. *D. Luciano José Cabral Duarte: relato biográfico*. Op. cit., pp. 180-506; e em: SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. Op. cit., pp. 236-237 e pp. 281-285

## A expulsão dos estudantes do CES

Já em relação aos estudantes, em particular os estudantes secundaristas do Colégio Estadual de Sergipe (CES), a convocação para participar da “Marcha com Deus e pela liberdade” produziu alguns conflitos entre os estudantes, a direção do colégio e as autoridades militares. Esses conflitos, somados a outros, terminariam com a expulsão de seis alunos, dentre estes: Wellington Dantas Mangueira Marques, Abelardo Silva Souza, José Anderson Nascimento, Alceu Monteiro, Jackson de Sá Figueiredo e Mário Jorge Menezes Vieira.

Segundo Jackson de Sá Figueiredo, que já havia sido vice-presidente da USES e fazia parte do grupo de Wellington Mangueira no Grêmio Clodomir Silva, ele havia sido “expulso do Colégio Estadual pelo fato de não participar [da marcha] pela luta por Deus, pela pátria e pela liberdade”, convocada pela então diretora do CES, professora Maria Augusta Lobão Moreira<sup>695</sup>.

Já Wellington Dantas Mangueira Marques, então presidente do Grêmio Estudantil Clodomir Silva, por ocasião do golpe civil-militar de 1964, acrescenta outros acontecimentos ao rol de conflitos que resultaram em sua expulsão do CES. O primeiro deles teria ocorrido com o seu afastamento da escola, por alguns dias, logo ao ser informado que estavam prendendo lideranças políticas e estudantis. Passada essa primeira turbulência, ao retornar para a escola, ele foi surpreendido com a atitude da diretora do CES, a qual nomeara o estudante Léo Filho interventor daquele órgão estudantil<sup>696</sup>.

Segundo Marques, os desentendimentos com a direção do CES prosseguiriam em outras oportunidades quando alguns estudantes tomaram parte em protestos contra o embaixador estadunidense Lincoln Gordon. Nesta oportunidade, eles se recusaram a prestar juramento de fidelidade a uma associação criada pelos militares para caça aos comunistas, atitude que lhes renderiam a prisão e a expulsão do CES<sup>697</sup>.

Esses desentendimentos, sobretudo no tocante a expulsão dos estudantes do CES, transferiram-se da esfera do colégio para o campo judiciário, político e militar. Esse deslocamento teve razão, pois Marques e Abelardo Souza ganharam um mandado judicial

---

<sup>695</sup> FIGUEIREDO, Jackson de Sá. Entrevistado por Gardênia Correia Palmeira e Glícia Laís Macedo Silva. Aracaju/SE, 05/10/2007.

<sup>696</sup> MARQUES, Wellington Dantas Mangueira. Entrevistado pelo jornalista Osmário em 20/06/1993. Ver a respeito em: SANTOS, Osmário. *Memórias de políticos de Sergipe no século XX*. Op. cit., pp. 793-796.

<sup>697</sup> MARQUES, Wellington Dantas Mangueira. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Renata de Carvalho Santana e Giselle Carvalho Menezes. Aracaju/SE, 28/10/2011.

para permanecerem matriculados. Entretanto, a diretoria, Maria Augusta Lobão Moreira, identificado por Marques como colaboradora de primeira hora do golpe, desacatou a ordem judiciária que permitia o retorno dos alunos expulsos ao CES fechando as portas da instituição e, por conseguinte, impedindo o acesso desses estudantes ao colégio. Em face dessa atitude, o juiz Osman Buarque destacou uma força policial para fazer cumprir sua decisão<sup>698</sup>.

Contudo, não obstante a interpretação e o posicionamento favorável da justiça no sentido que os estudantes deveriam retornar a escola<sup>699</sup>, o Exército foi acionado para retirá-los da sala de aula, levando-os de volta à prisão, onde passaram vinte dias presos. Diante dessa situação, eles foram aconselhados a aceitar o convite do padre Carvalho para estudar no Colégio Arquidiocesano, escola particular mantida pela Igreja Católica, para continuar os estudos e evitarem novos desentendimentos com a diretora do CES<sup>700</sup>.

No caso de Mário Jorge Menezes Vieira, o documento que trata de sua expulsão toma como fundamentos os ofícios nº 104 e 400, enviados pelo Comando do 28º Batalhão de Caçadores, respectivamente em 19 de agosto e 1º de setembro de 1964, à Comissão de Pesquisa [Geral de] e Investigação, órgão possivelmente vinculado a Secretaria de Educação e Cultura. E ainda, conforme esse documento, a mencionado secretaria “sugeriu a direção [CES] o afastamento definitivo do Colégio Estadual, dos alunos indiciados pelo Comando da Guarnição Federal”<sup>701</sup>. Em face dessa documentação, a direção do CES, elabora em 10 de setembro daquele ano, a Portaria nº 37, concedendo a transferência *ex-offício* do estudante Mário Jorge Menezes Menezes Vieira<sup>702</sup>.

Na interpretação do pesquisador Ariosvaldo Figueiredo, a expulsão dos estudantes do CES, descrita na entrevista de Marques e na Portaria de nº 37, não deveria ser atribuída à professora Maria Augusta Lobão Moreira, diretora daquele colégio. Ela, segundo

---

<sup>698</sup> MARQUES, Wellington Dantas Manguiera. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Renata de Carvalho Santana e Giselle Carvalho Menezes. Aracaju/SE, 28/10/2011.

<sup>699</sup> Em relação ao mencionado mandado judicial, conforme informações do próprio Marques, esse documento ainda não foi localizado no Arquivo do Poder Judiciário de Sergipe. E até o presente momento dessa pesquisa ele também não foi localizado.

<sup>700</sup> Ver também a esse respeito em: DANTAS, José Ibarê Costa. *Tutela Militar em Sergipe, 1964/1984: Partidos e eleições num Estado Autoritário*. Op. cit., p.90. E em: PALMEIRA, Gardênia Correia, SILVA, Glícia Laís Macedo. *Em tempos autoritários: história do movimento estudantil em Sergipe (1964 – 1968)*. Op. cit., pp. 23-25.

<sup>701</sup> Ver a respeito em: CES/SERGIPE. Portaria nº 37, 10 de setembro de 1964. E ainda, sobre a versão *fasc-símile* desse documento, é importante observar que a antepenúltima e a penúltima linhas estão com uma tarja preta obstruindo a leitura dessa parte da mencionada portaria. Ver a respeito em: VIEIRA, Mário Jorge Menezes. *Poemas de Mário Jorge*. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 1982. [anexos].

<sup>702</sup> Op. cit.

Figueiredo, teria se preocupado com a transferência dos estudantes perseguidos pelo 28º BC, para que eles pudessem estudar em outra instituição de ensino. Já as “autoridades estaduais insensíveis”, segundo o mencionado pesquisador, nada fizeram para defender os estudantes<sup>703</sup>.

Na interpretação de Ibarê Dantas, Maria Augusta Lobão Moreira tinha uma relação próxima com os militares, “facilitada pelas atividades de seu marido, João Moreira, o mais declarado informante civil do Exército em Sergipe”<sup>704</sup>. A posição de Dantas leva em consideração também as versões a ele apresentadas em entrevista pelos então estudantes Wellington Dantas Mangueira Marques, Alceu Monteiro, Jackson de Sá Figueiredo e pelo professor Manoel Cabral Machado; este último, intelectual católico do PSD que na época fazia parte da administração do governo estadual. Ainda sobre a repercussão dessas expulsões, Dantas destaca que como se tratava de “filhos de figuras da classe média, alguns com bastante prestígio social, o caso repercutiu na sociedade, expondo os abusos dos militares e gerando tensões desgastantes”<sup>705</sup>.

### **CES: uma das principais referências do ensino público e da militância estudantil**

O CES ou Atheneu Sergipense, como é mais conhecido, era considerado uma referência do ensino público secundário desde sua fundação em fins do século XIX<sup>706</sup>. Além dessa referência, os seus estudantes acumularam diversas experiências no movimento estudantil secundarista, seja no Grêmio estudantil Clodomir Silva seja na União Sergipana dos Estudantes Secundaristas (USES); no movimento cultural, através da Arcádia Literária, espécie de academia literária; e ainda, na participação de seus egressos no movimento estudantil universitário do estado.

Além disso, a importância do CES fazia-se notar em relação ao número de estudantes que ingressaram nas instituições de ensino superior do estado. A esse respeito, no período de 1957 a 1964, verifica-se que esses estudantes chegaram a ocupar o percentual de 44,87% das matrículas do ensino superior<sup>707</sup>. Nesse mesmo período, o

---

<sup>703</sup> FIGUEIREDO, Ariosvaldo. *História política de Sergipe* (1962/1975). Vol. V. Aracaju: [s/editora], [sem data], p. 103.

<sup>704</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., p.33.

<sup>705</sup> Op. cit., p. 69.

<sup>706</sup> NUNES, Maria Thétis. *História da educação em Sergipe*. Op. cit., pp.109-170.

<sup>707</sup> CRUZ, José Vieira da. *Juventude e identificação social: experiências culturais dos universitários em Aracaju/SE* (1960-1964). Op. cit., pp. 98-100.



percentual de matrículas no ensino superior em relação aos estudantes provenientes de outras instituições de ensino secundário ficou assim distribuído: 11,60%, da Escola Técnica de Comércio; 14,12%, do Colégio Tobias Barreto; 5,71%, do Colégio Nossa Senhora de Lourdes; 2,52%, do Instituto Educacional Rui Barbosa (IERB), mais conhecido como Escola Normal; 8,74%, de diversos colégios da Bahia; entre outros<sup>708</sup>.

Dessa forma, tanto em termos culturais quanto políticos, o CES era um centro de formação de ideias e cidadania, inclusive preparando militantes para o movimento estudantil universitário. A esse respeito, Zelita Rodrigues Correia dos Santos, militante da JUC e depois da AP, ao comentar ao período em que atuou junto à UEES, entre o final da década de 1950 até ano de 1964, destacou que o PCB era muito presente junto ao movimento sindical, mas não o era entre os estudantes universitários. Essa situação, segundo Santos, só viria a mudar após o golpe de 1964 em razão do trabalho de formação de novos militantes do Partidão realizado junto ao CES<sup>709</sup>.

Essa “tacada de gênio” do PCB, segundo Santos, atraiu para sua militância pessoas como Maria Guadalupe Costa Teixeira, Francisco Carlos Nascimento Varela, Mário Jorge Menezes Vieira, Wellington Dantas Manguiera Marques, Marcélio Bonfim, Jackson Sá Figueiredo, entre outros<sup>710</sup>. A passagem desses estudantes secundaristas, alguns dos quais expulsos do CES, para o ensino superior, ocorrida nos anos seguintes ao golpe, permitiria ao Partidão participar, de modo destacado, na reorganização do movimento estudantil universitário, após a desmobilização que ele havia sofrido no decorrer do ano de 1964. E ainda, permitiria que a militância do PCB no estado, ao contrário do que parece ter ocorrido em outros estados, conquistasse a hegemonia do movimento estudantil universitário entre os anos de 1966 a 1978, como será discutido nos próximos capítulos.

Quanto ao Grêmio Estudantil Clodomir Silva, após os quatro primeiros anos decorridos do golpe civil-militar, ele parece ter passado por uma fase de refluxo. Nesse período, não obstante o registro de que foram realizadas duas eleições, existem poucas evidências quanto à atuação desse órgão estudantil<sup>711</sup>. Esta situação parece ter começado a

---

<sup>708</sup> Ver mais informações a respeito na tabela 05: Estudo comparativo de matrículas nas instituições de ensino superior de Sergipe em relação a instituições de ensino secundário de origem no período, 1957 a 1964, p. 513; e: gráfico 05: Estudo comparativo das matrículas nas instituições de ensino superior de Sergipe em relação a instituições de ensino secundário de origem, 1957 a 1964, p. 524.

<sup>709</sup> SANTOS, Zelita Rodrigues Correia dos. Entrevistada por José Vieira da Cruz, José Anderson Farias Andrade, Lívia Rocha Teles Barreto e Maria Juliene Menezes Florêncio. Aracaju/SE, 29/03/11.

<sup>710</sup> Op. cit.

<sup>711</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Eleições movimentam CES*. Ano XIII, nº 3.556, 1º maio de 1968, p. 2.

inverter-se a partir dos meses de abril e maio de 1968, quando é realizada uma nova eleição para o “Grêmio Cultural Clodomir Silva”, sob a coordenação, do então diretor do CES padre João de Deus Góis<sup>712</sup>.

Essa eleição, segundo o jornal *Gazeta de Sergipe*, buscava resgatar a tradição de uma entidade estudantil, “fundada há mais de 30 anos pelo jornalista Joel Silveira”, que se notabilizou pelos trabalhos publicados nos principais jornais do país<sup>713</sup>. Ainda a respeito dessa eleição, o jornal destaca a inscrição de três chapas: “Liberdade”, “Autonomia Estudantil” e “Independência”<sup>714</sup>. Os nomes das chapas inscritas já prenunciavam que a intenção dos estudantes não era só reativar as atividades culturais do mencionado grêmio. Neste sentido, eles deixaram claro que pretendiam resgatar a autonomia política de sua entidade representativa, como se verificou no movimento grevista que estes estudantes secundaristas iniciaram, juntamente com os estudantes universitários, entre agosto e setembro daquele ano de 1968, assunto a ser discutido no capítulo VII.

---

<sup>712</sup> O padre João de Deus Góis, nasceu em Simão Dias, Sergipe, ordenado padre por D. José Vicente Távora em 1960. Foi diretor de várias instituições de ensino, entre elas o CES naquele ano de 1968. Coursou direito na Universidade Federal de Sergipe, onde também participou como estudante das eleições para o Centro Acadêmico Silvio Romero. Contudo, em razão de sua transferência, pela arquidiocese de Sergipe, para o Rio de Janeiro, conclui seu curso jurídico naquele estado. Ver a respeito em: PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO. *Padre João de Deus Góis*. Disponível em: <<http://www.vozdorosario.org.br/igreja/paroco.php>>. Acessado em 10 de setembro de 2011. Ainda respeito da transferência desse religioso para o Rio de Janeiro, segundo Marques, ela teria ocorrido por motivos políticos e não religiosos. Ver a respeito em: MARQUES, Wellington Dantas Mangueira. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Renata de Carvalho Santana e Giselle Carvalho Menezes. Aracaju/SE, 28/10/2011.

<sup>713</sup> Jornalista, correspondente durante a Segunda Guerra Mundial e escritor. Joel Silveira notabilizou-se pelas críticas publicadas nos principais jornais do país. Em Sergipe, além de ter participado da fundação do “Grêmio Estudantil Clodomir Silva”, vinculado ao CES, ele teria, possivelmente, acompanhado os protestos da sociedade sergipana contra os torpedeamentos de navios na costa nordestina atribuídos aos submarinos alemães. Essa e outras passagens importantes de sua vida carecem do desenvolvimento de pesquisas e discussões. Ver a respeito em: SILVEIRA, Joel. “Os intelectuais e o Estado Novo”. In: JÚNIOR, Gonçalo. *Gazeta Mercantil*. 1 de abril de 1999. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/mt200499.htm>>. Acessado em 15 de agosto de 2011.

<sup>714</sup> Op. cit.

## Capítulo V – A Lei Suplicy, a intervenção na UEES e a DEE de Sergipe

### 5.1. A Lei Suplicy, a intervenção no ME e reação estudantil

Em meio a esse contexto no qual uma coalizão civil-militar controlava o aparelho do Estado e reprimia os sindicatos e as organizações populares, os estudantes, através de suas instituições representativas e seus movimentos, foram os primeiros a reorganizar suas atividades. A respeito desta retomada, Martins Filho questionou: “por que o meio universitário conseguiu vencer as dificuldades do momento político ditatorial antes de outros movimentos sociais, conseguindo reconstruir suas formas de participação e retomar seus protestos?”<sup>715</sup>.

Em resposta a esse questionamento, ele apresenta dois argumentos: o primeiro aponta a origem social dos estudantes, em grande parte oriundos da classe média, como motivo que teria impedido “uma repressão mais intensa às suas áreas mais militantes, semelhante à que ocorreu nos meios camponês e operário”<sup>716</sup>; e o segundo argumento relaciona-se à resistência dos estudantes para não perderem a autonomia política e administrativa que suas entidades representativas possuíam em relação às instituições de ensino a que estavam vinculadas, como passou a propor a Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, a chamada Lei Suplicy<sup>717</sup>.

A nova lei, elaborada com o intuito de intervir nas instituições estudantis, por um lado, tornava sem efeito o dispositivo do Decreto nº 37.613, de 19 de julho de 1956, que vetava esse tipo de intervenção<sup>718</sup>; por outro, iniciava uma política de controle quanto ao funcionamento dessas instituições e colocava para os estudantes a difícil decisão de aderir, resistir, fechar ou sofrer a intervenção proposta pelo governo federal em suas entidades representativas.

Além disso, passou a estabelecer: a proibição por parte dos órgãos de representação estudantil de “qualquer ação, manifestação ou propaganda de carácter político-partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares” – previsto no artigo 14; a normatização para a realização do processo de eleição dos diretórios – disposto no artigo 6º; além de determinar o prazo de 60 dias para que os

---

<sup>715</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar*. Op. cit., pp. 77-78.

<sup>716</sup> Op. cit., p.78.

<sup>717</sup> BRASIL. *Lei 4.464*, 9 de novembro de 1964.

<sup>718</sup> BRASIL. *Decreto nº 37.613*, 19 de julho de 1956.

órgãos de representação estudantil se adaptassem ao controle e à fiscalização das instituições de ensino a que essas entidades estudantis deveriam se vincular – previsto nos artigos 15 e 20.

Em termos jurídicos, o citado texto normativo, por um lado, tinha o objetivo de colocar um fim à autonomia das instituições estudantis, subordinando-as às instituições ou órgãos de ensino conforme a esfera de vinculação. E, por outro lado, criminalizava a relação dos órgãos de representação estudantil com os partidos políticos e as mobilizações estudantis que ocorressem em horário de aula, o que, na prática, tinha como objetivo restringir a atuação dos estudantes a ações recreativas ou cívicas.

A intenção de controlar e fiscalizar os estudantes universitários em razão de sua projeção no cenário político brasileiro não era um acontecimento recente. Nesse sentido, o anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases proposto pelo ministro Clemente Mariani, na década de 1940<sup>719</sup>, e anos depois o projeto do deputado federal udenista Geraldo Freire<sup>720</sup>, que tramitava no Congresso Nacional às vésperas do golpe, já discutiam essa questão. Por um lado, esses projetos de iniciativa liberal e udenista tinham como intenção estabelecer mecanismos de controle e fiscalização sobre os recursos públicos repassados tanto à UNE quanto às entidades estudantis nos estados. Por outro lado, esses projetos, como colocou Martins Filho, “não propunham, de forma alguma, a extinção da UNE, e sim o seu controle e fiscalização; tampouco previam a criação de uma estrutura de representação estudantil subordinada ao Estado<sup>721</sup>”, como foi a proposta aprovada pelos golpistas.

Para Martins Filho, o deslocamento das tentativas de “depuração” da UNE e das demais entidades estudantis estaduais pela “extinção” das mencionadas instituições foi, sobretudo, um produto da Ideologia de Segurança Nacional que começava a ser preconizado pelos militares formados pela Escola Superior de Guerra (ESG)<sup>722</sup>. Neste sentido, para ele, a área estudantil universitária foi considerada pelos militares um dos

---

<sup>719</sup> O anteprojeto da LDB, proposto pelo ministro Clemente Mariani, em 1948, tinha, segundo Hilsdorf, um caráter liberal e descentralizador. Ver a respeito: HILSDORF, Maria Lúcia S. *História da Educação brasileira: leituras*. São Paulo: Thomson, 2002, p. 110.

<sup>720</sup> Após o golpe de 1964, com o bipartidarismo, Geraldo Freire, deputado federal por Minas Gerais, passa a integrar a bancada da ARENA, ocupando sua vice-liderança. In: *Site da Câmara dos Deputados*. Disponível em: <[http://www2.camara.gov.br/a-camara/conheca/historia/Ex\\_presidentesCD\\_Republica/gfreire.html](http://www2.camara.gov.br/a-camara/conheca/historia/Ex_presidentesCD_Republica/gfreire.html)>. Acessado em 20/02/2012.

<sup>721</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar*. Op. cit., p. 84.

<sup>722</sup> A respeito da ESG e da Doutrina de Segurança Nacional vide: ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Op. cit., pp. 33-51. E ainda em FICO, Carlo. *Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Op. cit.

primeiros setores no qual se fizeram notar “o crescimento da ESG, no interior do aparelho de Estado, após a intervenção militar”<sup>723</sup>.

Dessa forma, o significado político dos 126 votos a favor, dos 117 votos contrários e das 5 abstenções registradas na plenária que aprovou a Lei Suplicy evidencia a relutância de parte do parlamento em face desse processo de interferência e controle do Estado sobre as entidades representativas dos estudantes. Segundo declarações do estudante Altino Dantas, um dos dirigentes da UNE no biênio 1965/1966, os estudantes que acompanharam o processo de tramitação e de votação que aprovou essa lei fizeram mobilizações para que os parlamentares votassem contra, mas a lei “foi aprovada por 9 votos de vantagem”, e os estudantes começaram ali “a aprender como de fato funcionaria uma ditadura”; isto é, ela seria indiferente às mobilizações e às reivindicações sociais<sup>724</sup>.

Em virtude da Lei Suplicy, a UNE passaria a ser denominada de Diretório Nacional dos Estudantes (DNE), subordinada ao Conselho Federal de Educação; as uniões estaduais de estudantes passariam a ser denominadas de Diretórios Estaduais de Estudantes (DEEs), subordinadas aos respectivos conselhos universitários de cada estado; e tanto os centros como os diretórios acadêmicos, tratados indistintamente pela nova lei, passariam a adotar a nomenclatura de diretórios acadêmicos, subordinados aos conselhos ou congregações departamentais da escola ou faculdade à qual estivessem vinculados<sup>725</sup>.

Segundo a nova lei, as diretorias das DEEs deveriam ser constituídas pelos representantes dos diretórios acadêmicos das instituições de ensino superior existentes em cada estado. E a composição dessas diretorias ficaria limitada a no máximo vinte representantes<sup>726</sup>. Quanto à realização de eleição para os gestores desse Diretório Nacional dos Estudantes, o texto legal não deixava claro como seria esse processo<sup>727</sup>. Não obstante essa indefinição, as pesquisas a respeito evidenciam que as diretorias das “DEEs elegeriam, também, a cúpula do Diretório Nacional dos Estudantes (DNE), cuja sede seria em Brasília”<sup>728</sup>.

Na avaliação de Jean Marc Von Der Weid – eleito presidente da UNE no emblemático XXX Congresso Nacional dos Estudantes, realizado clandestinamente na

---

<sup>723</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar*. Op. cit., p.85.

<sup>724</sup> DANTAS, Altino. In: VÁRIOS. *História da UNE: depoimentos de vários dirigentes*. São Paulo: Editorial Livramento, 1980, p.32.

<sup>725</sup> Alínea c e d do Art. 2º em combinação com o Art. 15. In: BRASIL. *Lei 4.464*, 9 de novembro de 1964.

<sup>726</sup> Art. 7º combinado com o Art. 6º. Op. cit.

<sup>727</sup> Art. 10 e o Art. 11 combinados com o Art. 5º e seus parágrafos. In: Op. cit.

<sup>728</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. Op. cit., p.88.

cidade de Ibiúna, São Paulo, em 1968 –, a atitude do governo de tentar controlar as entidades estudantis foi, no contexto de 1964 a 1968, ao contrário do que se pretendia, favorável à reorganização do movimento estudantil e, em particular, não conseguiu evitar que grupos de esquerda continuassem a disputar a hegemonia do movimento em oposição às determinações da Lei Suplicy e do Decreto-Lei 228/1967<sup>729</sup>.

Weid reforça essa tese ao apontar, como evidência dessa postura de resistência, a realização de um referendo em que 98% dos votantes apoiaram a UNE como a entidade legal dos estudantes<sup>730</sup>. Para esse líder estudantil, a obrigatoriedade da participação dos estudantes nos processos eleitorais estipulados pela Lei Suplicy era fundada na presunção de que a maioria dos estudantes não participava das eleições, e por conta disso,

a esquerda ganhava as eleições do movimento estudantil, porque os verdadeiros democratas não se mobilizavam, não participavam dos processos, se deixando alijar. Era a teoria da maioria silenciosa. Então, para impedir que essa minoria da esquerda tomasse conta das organizações do movimento estudantil, eles tornaram o voto obrigatório e proibiram a candidatura de qualquer aluno que estivesse em dependência em qualquer matéria. Eles diziam que os estudantes de esquerda eram todos profissionais, não estudavam, eram maus alunos. Assim, eles eram alijados desse processo por causa dessa exigência<sup>731</sup>.

Em termos historiográficos, os estudos a respeito da reação estudantil à Lei Suplicy concentram-se em torno de pesquisas sobre a UNE, ficando as pesquisas sobre a reação das uniões estudantis estaduais passivas de uma visão de conjunto mais apropriada, em particular no que se refere à questão do Nordeste. Nesse sentido, algumas uniões estaduais dos estudantes universitários, por ocasião do golpe civil-militar de 1964 e de seus desdobramentos, esboçaram algum tipo de resistência à nova lei, sendo em razão disso objeto de intervenções, com a indicação de dirigentes para suas entidades. Outro grupo de UEEs, por sua vez, havia se colocado a favor da nova lei, aderindo, como informa Martins Filho, “tacitamente, a favor da intervenção militar”, como parece ter sido o caso das UEEs de “Pernambuco, Minas Gerais e Paraná que se colocaram inicialmente a favor da nova ordem”<sup>732</sup>. Esse tipo de posicionamento reformista, segundo Saldanha Oliveira, contrasta

---

<sup>729</sup> WEID, Jean Marc Von Der. *Brazil, 1964 to the Present: a political analysis*, an Interview with Jean Marc Von Der Weid. Montreal: Latin American Editions, 1972.

<sup>730</sup> Op. cit., p. 17.

<sup>731</sup> WEID, Jean Marc Von Der. Entrevistado por Carla Siqueira e Ana Paula Goulart. Transcrição e edição de Vitrine Comunicação e revisão de Ana Paula Goulart. Rio de Janeiro, em 7/10/2004. Disponível em: < <http://www.mme.org.br> >. Acessado em 10/01/2010.

<sup>732</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar*. Op. cit., p.90.

com a ideia defendida por algumas organizações de esquerda de que o movimento estudantil não teria apoiado e nem dialogado com a intervenção militar<sup>733</sup>.

O caso da UEE do Estado do Rio Grande do Norte é ilustrativo a esse respeito. Segundo Silva, o movimento estudantil naquele estado, após o golpe civil-militar de 1964, adere à Lei Suplicy, reprovando as tendências “subversivas da UNE”, reformula a UEE do estado para se adequar à nova realidade jurídica e apoia a concessão do título de doutor *honoris causa* ao então ministro da educação, professor Flávio Suplicy de Lacerda, em 23 de junho de 1966<sup>734</sup>. No Rio Grande do Norte a alteração dessa postura somente ocorreria nos anos seguintes, 1967 a 1969. Nesse período, segundo Silva, a “retomada das lutas estudantis em defesa da democracia, da liberdade e dos direitos à educação” passa a esboçar resistência às práticas intervencionistas e de controle do governo federal sobre o movimento estudantil e seus órgãos representativos<sup>735</sup>.

A retomada das mobilizações estudantis a partir de 1965 e, sobretudo, de 1966, dentro de uma postura de crítica e de resistência à ordem instituída, sinalizava o refluxo dos “reformistas” entre as hostes estudantis e o crescimento da preeminência das tendências de esquerda. Segundo Martins Filho, esse posicionamento também foi observado em Minas Gerais. Nesse contexto, os protestos organizados pelos estudantes mineiros, veiculados por alguns jornais do país, repercutiram em outras cidades do país<sup>736</sup>.

Os protestos e os repúdios desses estudantes tinham como foco às imposições colocadas pela Lei Suplicy e, em particular, à obrigatoriedade de os estudantes participarem do processo de votação. Esta posição de parte dos estudantes mineiros resultou na elaboração de um manifesto que circulou o país, criticando a mencionada norma. A nova lei para aqueles estudantes foi uma forma de “terrorismo cultural” resultante “da política educacional do Ministério da Educação que constitui[a] num aspecto da política global do atual governo, visando barrar o país no rumo de sua emancipação”<sup>737</sup>.

O despertar dessa e de outras manifestações estudantis contra o ordenamento jurídico em questão, avolumadas nos anos de 1965 e 1966, convertia-se em bandeira de

---

<sup>733</sup> OLIVEIRA, José Alberto Saldanha. *A mitologia estudantil: uma abordagem sobre o movimento estudantil alagoano*. Op. cit., pp. 17-18.

<sup>734</sup> SILVA, Justina Iva de A. *Estudantes e política: estudo de um movimento (RN – 1960-1969)*. Op. cit., pp. 133-135.

<sup>735</sup> Op. cit., pp. 156-182.

<sup>736</sup> Em Sergipe, ver a respeito: GAZETA DE SERGIPE. *Universitários mineiros votam sob protesto*. Ano X, nº 2782, 19 de agosto de 1965, p. 6.

<sup>737</sup> Op. cit.

luta para estudantes de várias partes do país<sup>738</sup>. Essas manifestações sinalizavam aos estudantes vinculados a entidades estaduais a importância da resistência contra a intervenção e o controle do Estado sobre a sociedade civil brasileira. A exemplo da UEE do Estado de Minas Gerais, inicialmente adesista, mas que depois passou a constituir-se em uma espécie de *front* político dessas manifestações.

A repercussão dos protestos promovidos pela UEE de Minas Gerais – entidade considerada ilegal pelo governo federal –, no decorrer do ano de 1968, em torno das discussões sobre a reforma universitária, revelava a disposição dos estudantes universitários em manterem-se mobilizados. Essas mobilizações estudantis, mesmo confrontando-se com a posição de alguns setores do governo federal e das instituições de ensino, defendiam um modelo mais participativo, democrático e moderno para o ensino superior e, conseqüentemente, para a sociedade brasileira<sup>739</sup>.

Parte dos significados relacionados à experiência de resistência dos estudantes da UEE de Minas Gerais no contexto em discussão é dimensionada no discurso proferido por Doralina Rodrigues, presidente da UEE/MG, na gestão 1967/1968, por ocasião da realização do congresso de reabertura da entidade, ocorrido na cidade de Ouro Preto, em 1979. Nesse discurso ela recorda que os estudantes mineiros

foram os primeiros a revelar que os trabalhadores e o povo brasileiro não aceitaram a supressão das liberdades políticas, o fechamento dos sindicatos e entidades como a UNE, as prisões e cassações das lideranças populares, o arrocho salarial, a política econômica e social da ditadura, a censura à imprensa, à cultura e às artes como um todo. A passeata dos calouros de 1966, em Belo Horizonte, a primeira do país após o golpe militar, foi um claro sintoma da indignação popular que cedo iria varrer o país de ponta a ponta<sup>740</sup>.

Nesse sentido, como também avaliou Jean Marc Von Der Weid, o sentimento de rejeição por parte dos estudantes em relação à nova lei produziu como efeito contrário a reorganização do movimento estudantil e seu engajamento contra a ditadura civil-militar que havia sido instalada no país.

---

<sup>738</sup> A respeito destas greves, passeatas, boicotes, atos públicos, campanhas de luto, julgamentos simulados, entre outros protestos, foram listados, só no ano de 1966, mais de 56 atos. Ver a respeito em: MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar*. Op. cit., pp. 106-109.

<sup>739</sup> GAZETA DE SERGIPE. *UEE de Minas faz seminário às escondidas*. Ano XIII, nº 3603, 2 de julho de 1968, p.1.

<sup>740</sup> RODRIGUES, Doralina. “A reconstrução da União Estadual de Estudantes de Minas Gerais (UEE/MG): um dever histórico”. In: ZAIDAN FILHO, Michel e MACHADO, Otávio Luiz (Orgs.). *O pensamento das juventudes brasileiras no século XX*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010, p. 262.



Na Bahia, a Lei Suplicy causou um sentimento de irritação por parte dos estudantes que a chamaram de “intervenção branca” praticada pelos golpistas contra a União de Estudantes da Bahia (UEB). Essa atitude, segundo Brito, também parece ter se verificado nos diretórios de algumas faculdades que reagiram de forma contrária à política de intervenção da nova legislação<sup>741</sup>. Os estudantes baianos, por um lado, rejeitaram a Lei Suplicy e sua interferência na autonomia do movimento estudantil; por outro, estimulados pela defesa da UNE, reorganizaram a UEB, fechada no período do golpe<sup>742</sup>. Concomitantemente aos esforços de reestruturação da UEB, o posicionamento da diretoria provisória do DCE/UFBA, gestão 1965, também reforçava a aprovação da resolução pela luta “contra a Lei Suplicy e as eleições obrigatórias, marcadas para o dia 16/08/1965”<sup>743</sup>.

Mas nem todos os órgãos de representação estudantil adotaram a mesma estratégia de resistência em relação à nova lei. A esse respeito, segundo Brito, alguns diretórios da UFBA optaram por agir dentro da lei, esse posicionamento não era consensual, como foi evidenciado na eleição para o DA da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica. Nessa eleição, a única chapa inscrita obteve 130 votos e os demais 530 votos registrados foram nulos. Este processo eleitoral chama atenção ainda pelo controle e “pressão” das autoridades vinculadas à Universidade Católica em relação aos estudantes para que eles fossem enquadrados na legislação então vigente<sup>744</sup>.

A reação dos universitários do Estado da Bahia à Lei Suplicy, ao contrário do esperado pelas autoridades, terminou por recolocar na direção do movimento lideranças próximas ou pertencentes aos partidos de esquerda. Nesse sentido, para Brito, a legislação fomentada pelo governo, no período da ditadura civil-militar, não teria sido “suficiente para conter o ME”, como também parece evidente que a lei em discussão não foi aplicada *ipsis literis* nas universidades e demais instituições de ensino superior<sup>745</sup>.

Entretanto, é preciso compreender melhor as razões que levaram o movimento estudantil em alguns estados a manter os órgãos de representação estadual em afronta à lei. Dentre os estados resistentes destacam-se: São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará e Bahia, entre outros, onde as UEEs, seguindo o espelho da UNE, procuraram resistir e mostrar alguma

---

<sup>741</sup> BRITO, Antonio Mauricio F. *O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968)*. Op. cit., pp. 122-123.

<sup>742</sup> Op. cit., pp. 123-124.

<sup>743</sup> Op. cit., p. 124.

<sup>744</sup> Op. cit., p. 125.

<sup>745</sup> Op. cit., p. 128.

capacidade de sobreviver aos objetivos da Lei Suplicy<sup>746</sup>. Em outros estados, contudo, as UEEs ou aderiram ou não conseguiram resistir, aceitando, pois, o novo ordenamento jurídico, como parece ter sido a situação da UEE do Rio Grande do Norte<sup>747</sup>, no primeiro caso, e da UEE de Sergipe, no segundo.

Dessa forma, é importante o desenvolvimento de pesquisas sobre como cada entidade estudantil estadual se posicionou frente à questão, assim como também é necessária à produção de estudos comparativos a respeito da reação dos estudantes brasileiros à Lei Suplicy. Esses estudos devem tomar como referência tanto a posição da UNE quanto as posições das UEEs, dos diretórios e dos centros acadêmicos então existentes. Em relação a essa discussão deter-nos-emos na posição da UEES frente à nova lei.

## **5.2. A UEES: aderir, resistir, fechar ou sofrer intervenção**

Em Sergipe, após o golpe de 1964, as lideranças da UEES são presas no quartel do 28º BC sob os auspícios do Comando Militar de Aracaju. Influenciado por esse momento de repressão, desmobilização e esvaziamento, não se encontram indícios da realização de eleições para a diretoria da UEES, as quais deveriam ter ocorrido em setembro daquele ano. Além disso, a promulgação da Lei Suplicy, em outubro de 1964, colocou o mencionado órgão estudantil sob intervenção.

Dessa forma, a desmobilização de suas lideranças, a não realização de eleições para a nova diretoria e a indicação de um interventor, significou a produção de uma situação ambivalente ou atípica. Pois, em face dessa situação, não se verificou a existência de uma resistência oficial à nova legislação, tampouco ocorreu uma adesão por parte daqueles universitários ao enquadramento jurídico imposto às entidades estudantis pelo governo federal.

Esse processo de intervenção teve início com a nomeação do estudante do curso de direito José Augusto Siqueira para ocupar a presidência da UEES, em lugar do

---

<sup>746</sup> A respeito das UEEs de São Paulo e do Rio de Janeiro, ver: MARTINS FILHO, João Roberto *Movimento estudantil e ditadura militar*. Op. cit., p. 98; da UEE do Ceará, ver: MAIA JÚNIOR, Edmilson Alves. *Memórias de luta: ritos políticos do movimento estudantil universitário* (Fortaleza, 1962-1969). Op. cit., pp. 31-124; e sobre a União dos Estudantes da Bahia, ver: BRITO, Antonio Maurício F. *O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968)*. Op. cit., p.124.

<sup>747</sup> No caso da DEE do Rio Grande do Norte, ver: SILVA, Justina Iva de A. *Estudantes e política: estudo de um movimento* (RN – 1960-1969). Op. cit., pp. 133-135.

estudante do curso de química Adalberto Pinto de Carvalho, militante do PCB que havia sido apoiado pela AP, no disputado congresso de 1963, para ocupar a presidência da entidade na gestão 1963/1964<sup>748</sup>.

Em relação a Adalberto Pinto de Carvalho, não foram encontrados registros escritos referentes à posição por ele assumida tanto em relação ao golpe como em relação à questão da Lei Suplicy. É possível que o acesso aos depoimentos que ele prestou em pelo menos um dos IPMs instalados em Sergipe por ocasião do golpe possa ajudar a esclarecer essa postura<sup>749</sup>.

José Augusto Siqueira, por sua vez, logo ao ser empossado interventor da UEES, declarou ao jornal *Gazeta de Sergipe* que o “maior problema da classe universitária sergipana é a união e a culpa [de ela não estar unida] está toda na UEES, que não procurou unir a nossa classe”<sup>750</sup>. Siqueira acrescentou em seguida que “a UNE não pode ser fechada; o que ela precisa é de nova orientação”<sup>751</sup>, indicando seu posicionamento a favor de transformar a UNE em DNE, como prescrevia a Lei Suplicy.

Essa postura “dúbia”, expressa na entrevista do interventor, evidencia o seu alinhamento com a Lei Suplicy ao defender uma nova orientação para a UNE no lugar de sua extinção, do mesmo modo que justificava sua intervenção na UEES substituindo-a pelo Diretório Estadual dos Estudantes de Sergipe (DEE de Sergipe). Dessa forma, o discurso de José Augusto Siqueira reforça seu apoio à substituição da UNE pelo DNE, isentando-a de influências político-partidárias, assim como de que a UEES substituída pelo DEE de Sergipe deveria afastar-se dos problemas partidários e concentrar-se nos problemas de assistência aos estudantes<sup>752</sup>.

As críticas dos universitários estaduais ao fechamento da UNE e sua substituição pelo DNE e sobre a intervenção da UEES e sua substituição pelo “DEE de Sergipe” foram,

---

<sup>748</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Venceu a “Unidade” no congresso dos universitários sergipanos*. Ano VIII, nº 2905, 17 de setembro de 1963, p.1.

<sup>749</sup> Na realização desta pesquisa não conseguimos localizar Adalberto Pinto de Carvalho para entrevistá-lo. E sobre a relação dos IPMs instalados em Sergipe por ocasião do golpe civil-militar de 1964, ver em: DANTAS, José Ibarê Costa. *Tutela Militar em Sergipe 1964/1984*. Op. cit., pp. 311-314.

<sup>750</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Interventor da UEES: a UNE precisa ter nova orientação*. Ano XLV, nº 14.340, 25 de outubro de 1964, p. 3.

<sup>751</sup> Op. cit.

<sup>752</sup> No decorrer desta tese usaremos a expressão “DEE de Sergipe” em referência ao “Diretório Estadual dos Estudantes de Sergipe”, órgão criado em cumprimento à Lei Suplicy de Lacerda. Esta nota faz-se necessária para evitar dúvidas em relação a outro órgão que também usava a sigla DEE, como era o caso do Departamento Estadual de Estatística, ligado ao governo do Estado de Sergipe. Ela também se faz necessária para evitar possíveis confusões na avaliação da documentação que alternadamente faz uso das siglas DEE – Diretório Estadual dos Estudantes – e DEES – Diretório Estadual dos Estudantes de Sergipe – referindo-se ao mesmo órgão estudantil.

segundo Ibarê Dantas, moderadas e pontuais<sup>753</sup>. Essas críticas voltaram-se mais à recusa dos estudantes quanto à aceitação do fechamento da UNE, com certa concordância quanto à transformação daquela entidade em DNE – salvo ressalvas de que a instituição não poderia se transformar em um mero órgão recreativo sem adoção de posturas políticas e reivindicatórias. E ainda com silêncio quanto à questão da intervenção na UEES, substituída pelo DEE de Sergipe.

A esse respeito, a universitária Carmélia Guimarães, representante do Diretório Acadêmico Maria Khriel, vinculado aos estudantes da Escola de Serviço Social, declarou à imprensa que a extinção da UNE era “uma verdadeira barbaridade, pois o que é preciso é uma nova orientação na entidade e não o fechamento puro e simplesmente”. Posicionamento também compartilhado pela universitária Mirian Rabêlo, presidente do Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo, da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, que declarou ao jornal *Gazeta de Sergipe* ser “contra a extinção da UNE porque deixará a classe acéfala”.

Já Albano Franco<sup>754</sup>, presidente do Centro Acadêmico Silvio Romero, órgão vinculado aos estudantes da Faculdade de Direito de Sergipe, declarou a imprensa ter enviado telegrama à bancada federal de Sergipe colocando-se contra a extinção da UNE, contra a transformação dos diretórios acadêmicos em clubes recreativos e apelando às autoridades do país para que “não seja permitido o asfixiamento do Movimento Estudantil Brasileiro, retirando-lhe sua autonomia e independência”<sup>755</sup>. Ele ressaltou ainda a importância da participação dos estudantes como “homens de vanguarda” para discutirem problemas que afligiam o país<sup>756</sup>. Ao avaliar sua atuação nesse período, em entrevista concedida a Osmário Santos, Franco destaca a postura moderada que havia assumido:

---

<sup>753</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit. p. 70 e p.91.

<sup>754</sup> Albano do Prado Pimentel Franco nasceu em Aracaju, em 22 de novembro de 1940. Formou-se pela Faculdade de Direito de Sergipe, atualmente UFS e atuou nas empresas da família. Dentre elas a Refrescos Guararapes em Pernambuco, detentora da franquia da The Coca-Cola Company; a FM Sergipe; e a TV Sergipe, emissora afiliada da Rede Globo, entre outras. Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Sergipe (1971-1977), diretor da Confederação Nacional da Indústria (1977-1980) e presidente dessa entidade (1980-1994). Foi eleito em 1966 para deputado estadual pela ARENA, foi vice-presidente da executiva regional da ARENA (1971-1972) e secretário-geral da legenda (1979), foi eleito primeiro suplente do senador Lourival Batista em 1978 e chegou a exercer o mandato mediante convocação. Elegeu-se senador em 1982 pelo PDS, sendo reeleito pelo PRN em 1990, migrou para o PSDB e foi eleito governador de Sergipe em 1994 e reeleito em 1998. Elegeu-se deputado federal em 2006, e na eleição para o senado de 2010 ficou no terceiro lugar, amargando a primeira derrota eleitoral de sua carreira.

<sup>755</sup> SERGIPE JORNAL. *Interventor da UEES: a UNE precisa ter nova orientação*. Ano XLV, nº 14.340, 25 de outubro de 1964, p. 3.

<sup>756</sup> SERGIPE JORNAL. *Interventor da UEES: a UNE precisa ter nova orientação*. Op. cit.

No dia 13 de março de 1964 aconteceu o célebre comício da Central do Brasil, com a presença de João Goulart, de Seixas Dória e outros mais. Mais tarde, no dia 31 de março, aconteceu a Revolução. Então, como presidente do Diretório Estudantil de Direito, tive uma posição muito digna e coerente na faculdade, não aceitando imposições do Regime Militar, não aceitando prorrogação do meu mandato como presidente no diretório acadêmico e convivendo muito bem com pessoas que tinham posições ideológicas antagônicas<sup>757</sup>.

Corroborando com essa avaliação, Santos mencionou que Albano Franco portou-se com dignidade e mostrou-se solidário aos colegas presos tendo, inclusive, visitado estes<sup>758</sup>.

Voltando à questão da reação dos estudantes ao processo de intervenção da UEES e ao processo de extinção da UNE, pelo exposto, parece que ela não ultrapassou o conjunto dos registros até aqui discutidos. Nesse sentido, afora os protestos contra o fechamento da UNE, os registros a respeito da atuação do interventor do DEE de Sergipe, nomeado em outubro de 1964, são esparsos, o que reforça o argumento de Dantas de que “essa interventoria, indicada em momento de desmobilização, pouco atuou”<sup>759</sup>.

Entre os poucos registros da atuação dessa interventoria, o ofício encaminhado por esse órgão, em 20 de abril de 1965, às instituições de ensino superior então em funcionamento no estado, solicitando a lista nominal de alunos matriculados, evidencia a preocupação do interventor em tomar as providências para realização da primeira eleição da DEE de Sergipe em conformidade com as normas da Lei Suplicy, que, entre outras coisas, além da obrigatoriedade do voto, estipulava condições à habilitação do votante e à forma de como deveria ocorrer o processo de votação, como também que cada diretório acadêmico elegeisse representantes para a entidade estadual<sup>760</sup>.

Nesse sentido, o interventor da DEE de Sergipe solicitou às diretorias das faculdades e das escolas superiores o fornecimento das listas nominais dos alunos inscritos regularmente em cada faculdade ou escola superior naquele momento. E ainda, que essas listas informassem a condição dos estudantes quanto à possíveis pendências escolares<sup>761</sup>.

---

<sup>757</sup> Entrevista concedida por Albano Franco ao jornalista Osmário Santos, publicada no Jornal da Cidade em 4 de agosto de 1998. In: SANTOS, Osmário. *Memórias de políticos de Sergipe no século XX*. Op. cit., p. 68.

<sup>758</sup> SANTOS, Zelita Rodrigues Correia dos. Entrevistada por José Vieira da Cruz, José Anderson Farias Andrade, Lívia Rocha Teles Barreto e Maria Juliene Menezes Florêncio. Aracaju/SE, 29/03/11.

<sup>759</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., pp. 69-70.

<sup>760</sup> DEE DE SERGIPE. *Ofício especial/DEES*, 20 de abril de 1965. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CCBS, Caixa 01, item 02.

<sup>761</sup> DEE DE SERGIPE. *Ofício especial/DEES*, 20 de abril de 1965. In: Op. cit.

Estes estudantes com pendências escolares, conforme a Lei Suplicy, não poderiam participar do processo eleitoral.

O documento indica também o cuidado do estudante José Augusto Siqueira em reforçar sua condição de interventor à frente daquele órgão de representação estudantil. Esta informação já se encontrava presente no cabeçalho e na identificação do responsável pela assinatura do documento. Além disso, a designação “Senhor interventor” também foi noticiada sem estranhamento pelos jornais locais<sup>762</sup>.

O cuidado demonstrado pelo interventor também parece ter sido esboçado na condução do mencionado processo eleitoral. Este seguiu as determinações normativas da obrigatoriedade da participação dos estudantes nas eleições estudantis, da inelegibilidade de alunos repetentes ou em dependência em alguma disciplina e do acompanhamento do processo eleitoral por algum representante das instituições de ensino superior, conforme prescrevia o artigo 6º da Lei 4.464/1964<sup>763</sup>. A realização desse processo eleitoral, no qual os estudantes das faculdades e escola superiores votaram nas novas diretorias dos diretórios acadêmicos, também era necessário para que fossem indicados por esses diretórios um representante para compor as chapas que concorreriam à direção da DEE de Sergipe.

### **5.3. A DEE de Sergipe, a falta de recursos e a atuação do MEC**

O processo eleitoral conduzido pelo estudante José Augusto Siqueira – interventor da DEE de Sergipe –, em conformidade com a Lei Suplicy, não foi de todo tranquilo. Isto é o que se observa de pelos menos duas notícias que colocaram em suspeição a realização de sua primeira eleição. A primeira delas questionava o fato de apenas uma única chapa ter sido inscrita, já que existiam informações acerca da articulação de outras chapas para o pleito<sup>764</sup>. A segunda dava conta de uma suposta solicitação de estudantes udenistas que teriam apelado ao tenente Rabêlo para “uma ‘suave’ intervenção” na DEE de Sergipe<sup>765</sup>.

---

<sup>762</sup> SERGIPE JORNAL. *Interventor da UEES: a UNE precisa ter nova orientação*. Ano XLV, nº 14.340, 25 de outubro de 1964, p. 3; e ainda os comentários de BRITO, Maria Zelita Batista. *Em tempos de rebeldia e sombras: o movimento estudantil em descompasso com o regime autoritário (1964-1968)*. Op. cit., p. 77.

<sup>763</sup> A esse respeito, conferir também os comentários de SANFELCE, José Luís. *Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64*. Op. cit., pp. 80-82.

<sup>764</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Chapa única é candidata ao DEE*. Ano X, nº 2691, 27/04/1965, p. 1.

<sup>765</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Eleições universitárias*. Ano X, nº 2692, 28 de abril de 1965, p. 1.

Embora essa suposta “segunda intervenção” não tenha ocorrido, o esboço de que ela deveria ter acontecido indica que a única chapa inscrita e que termina por vencer o pleito não havia sido composta apenas por estudantes liberais ou mesmo adesistas, como seria de esperar da parte dos golpistas, mas sim a partir das correlações de forças que se faziam representar no movimento estudantil universitário do estado naquele momento. Neste sentido, a participação da universitária Maria Guadalupe Costa Teixeira, estudante da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, militante próxima ao PCB, como 1ª vice-presidente de coordenação universitária da diretoria da DEE de Sergipe, é uma forte evidência de que esse processo de composição foi amplo e refletiu diferentes estratégias de ação<sup>766</sup>.

Dessa forma, a diretoria eleita para a primeira DEE de Sergipe não apenas foi composta tomando como base as representações das diferentes instituições de ensino superior que existiam no estado, conservando uma tradição que remontava a década de 1950, como também por militantes próximos ao PCB ou aos movimentos de educação e cultura popular. A exemplo de Walmir Bruno Soares, da Faculdade de Direito, ocupante do cargo de secretário geral da “nova” entidade estudantil, e que havia tomado parte da Campanha Nacional de Alfabetização, portanto, de um movimento de educação popular fechado pelo golpe de 1964; e do caso já mencionado de Maria Guadalupe Costa Teixeira, vice-presidente de coordenação universitária da diretoria da DEE de Sergipe, que mantinha vínculos com o PCB<sup>767</sup>. A tessitura dessa composição política, indica, do ponto de vista histórico, a necessidade de uma avaliação mais ampla sobre essa diretoria e sua forma de atuação, não a reduzindo a uma simples forma de adesismo.

Dessa forma, após o transcurso desse processo eleitoral, os membros da chapa “Pela Universidade” tomam posse e passam a dirigir o mencionado órgão estudantil no período de 1965 a 1966. Essa diretoria, após ter sido empossada, passou a adotar o slogan “Tudo pela universidade de Sergipe”<sup>768</sup>, numa referência à importância de estarem unidos e organizados naquele momento em prol da criação de uma universidade no estado. Uma reivindicação histórica dos universitários e da sociedade de Sergipe, suscitada em tempos de nacionalismos e reformas e que, naquele momento, persistia em meio a ditadura civil-militar instalada no país.

---

<sup>766</sup> Ver a respeito: DEE DE SERGIPE. *Of. circular nº 1 – 1965/1966/DEES*, maio de 1965. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CCBS, Caixa 01, item 02.

<sup>767</sup> *Op. cit.*

<sup>768</sup> Ver quadro comparativo 08: DEE de Sergipe – primeira gestão, eleição indireta de 1965, p. 520.

## A discreta atuação da DEE de Sergipe e a palestra do CONDESE

Discreta em sua forma de atuação, essa diretoria volta suas ações para discussões mais acadêmicas, a exemplo da organização, em conjunto com o 3º ano da Faculdade de Ciências Econômicas, de uma palestra sobre “Os órgãos de planejamento econômico”. Essa palestra foi ministrada em 28 de maio de 1965, pelo professor José Aloísio de Campos, secretário executivo do Conselho de Desenvolvimento de Sergipe (CONDESE), órgão técnico que passou a exercer grande prestígio junto ao modelo de gestão adotado no período<sup>769</sup>.

Segundo Dílson Menezes Barreto, o CONDESE e a figura do professor José Aloísio de Campos para os estudantes de economia devem ser pensados para além dos reducionismos políticos ou ideológicos. Dessa forma, ele, que na época era membro do diretório acadêmico daquela faculdade e posteriormente membro da primeira diretoria eleita para o DCE/UFS – preso em 1968 após o AI-5 –, destaca que aquele conselho fora a maior escola da administração pública do Estado de Sergipe, criado no governo de Luís Garcia. Esse órgão, redimensionado em termos de importância durante os anos da ditadura civil-militar, foi, segundo Barreto, o equivalente estadual à SUDENE para o desenvolvimento da região Nordeste. E ainda que José Aloísio de Campos o administrava com dedicação<sup>770</sup>.

Para Barreto, influenciado por José Aloísio de Campos<sup>771</sup> e assessorado pelas orientações técnicas de Rômulo Almeida – intelectual baiano responsável pelo planejamento econômico e industrial da Bahia<sup>772</sup> –, os membros do CONDESE pensaram e colocaram em prática um modelo de desenvolvimento econômico para o estado. Na esteira

---

<sup>769</sup> DEE DE SERGIPE. *Of. circular nº 5/1965/DEES*, 26 de maio de 1965. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CCBS, Caixa 01, item 02. Além do presidente e do secretário geral da DEES, gestão 1965, também assina esse documento Everaldo Aragão Prado, representando os estudantes do 3º ano da Faculdade de Ciências Econômicas – FCE.

<sup>770</sup> BARRETO, Dílson Menezes. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Fernanda de Andrade Santos, Lidiane Barbosa de Góis e Rose Carla de Araújo Oliveira. Aracaju/SE, 11/11/2009.

<sup>771</sup> José Aloísio de Campos também exerceria o cargo de reitor da FUFSE, entre 1974 a 1978, sendo um dos responsáveis pela transferência do campus universitário do centro de Aracaju para o local atual. E foi também prefeito de Aracaju, entre 1968 e 1970. O mencionado campus universitário, assim como o atual centro administrativo da Prefeitura Municipal de Aracaju – inaugurado em 2005, na gestão do então prefeito Marcelo Déda –, recebem o nome de José Aloísio de Campos em reconhecimento a sua contribuição tanto a FUFSE quanto a cidade de Aracaju.

<sup>772</sup> Ver a respeito em: SOUZA, Aristeu, ASSIS, J. Carlos de. *A serviço do Brasil: a trajetória de Rômulo Almeida*. Rio de Janeiro: Fundação Rômulo Almeida, 2006.



desse planejamento, foi criada a Telergipe – Empresa de Telecomunicação do Estado de Sergipe, a adutora do São Francisco e o complexo industrial de Sergipe, este último “idealizado com base no Complexo Industrial de Aratu”<sup>773</sup>.

Os membros desse conselho aspiravam promover o desenvolvimento industrial do estado, que até então baseava sua economia nas atividades pastoris, na extração do sal, no cultivo da cana-de-açúcar e do coco. Para atingir esse objetivo, eles planejaram a construção de um novo porto para o estado, desenvolveram estudos para instalar indústrias do setor químico que aproveitassem o potencial mineralógico do subsolo sergipano e planejaram a construção de adutoras e linhas de transmissão de energia<sup>774</sup>.

Na compreensão de Barreto, os membros do CONDESE haviam compreendido que o desenvolvimento industrial do estado não seria possível “se não tivesse água, energia (...). Então, o projeto da adutora do São Francisco nasceu em função disso: da necessidade de atender esse complexo industrial”<sup>775</sup>. Na avaliação de Ibarê Dantas, não obstante o excesso de valorização dos êxitos desse corpo técnico e burocrático, do ponto de vista do planejamento econômico e industrial, no decurso da década de 1970, a atuação desse conselho teve uma importância significativa para que o estado alcançasse taxas de crescimento econômico acima da média da região Nordeste e das médias de crescimento do país<sup>776</sup>.

A atuação de corpos técnicos e burocráticos dessa natureza pode ser compreendida como uma forma de tecnoburocracia, na qual tecnocratas exercem o poder procurando impor a prevalência de suas decisões técnicas sobre a dos políticos eleitos ou não<sup>777</sup>. No caso em estudo, esse discurso técnico e administrativo serviu aos interesses dos governos militares para desqualificar o debate político em favor da realização de um processo de modernização autoritária e da legitimação da permanência deles à frente do comando do Estado Brasileiro<sup>778</sup>.

---

<sup>773</sup> SOUZA, Aristeu, ASSIS, J. Carlos de. *A serviço do Brasil: a trajetória de Rômulo Almeida*. Op. cit.

<sup>774</sup> Ver a respeito do CONDESE: BARRETO, Dílson Menezes. *A construção do desenvolvimento de Sergipe e o papel do CONDESE (1964-1992)*. Aracaju: NPPCS/UFS, 2003 (Dissertação de mestrado).

<sup>775</sup> BARRETO, Dílson Menezes. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Fernanda de Andrade Santos, Lidiane Barbosa de Góis e Rose Carla de Araújo Oliveira. Aracaju/SE, 11/11/2009.

<sup>776</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *História de Sergipe República (1889-2000)*. Op. cit., pp. 205-206.

<sup>777</sup> FARHAT, Saíd. *Dicionário parlamentar e político: o processo político e legislativo no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1996, p. 943. Mais informações a esse respeito em: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. “notas introdutórias ao modo tecnoburocrático ou estatal de produção”. In: *Estudos Cebrap*, nº 20, abril-junho, 77-109, 1977.

<sup>778</sup> Ver mais informações a esse respeito em: FIECHTER, Georges- André. *O regime modernizador do Brasil: estudo sobre as interações político-econômicas em um regime militar contemporâneo*. Tradução

É interessante observar que o período de maior prestígio da tecnocracia em Sergipe vincula-se ao período do chamado “Milagre econômico”, durante a presidência do general Médici. Esse momento político foi marcado por uma expressiva vitória da ARENA sobre o MDB nos pleitos eleitorais realizados em 1970 e 1972, fato que não impediu o empenho dos militares em apoiar a indicação de técnicos para a composição do governo estadual, sobretudo aqueles vinculados à ADESG<sup>779</sup>.

### **Tempos difíceis: a DEE de Sergipe e a falta de recursos**

Voltando à questão da DEE de Sergipe, além da promoção de palestras focadas em questões atinentes ao planejamento econômico e industrial do estado, a primeira gestão eleita para essa entidade foi pautada, sobretudo, pela dificuldade financeira e por problemas administrativos. Afinal, desde o golpe de 1964, conforme veiculado na imprensa, o repasse de verbas para esse órgão não estava sendo efetivado pelo governo federal. Este fato indica que a substituição da UEES pela DEE de Sergipe não foi suficiente para que ela recebesse os repasses necessários para assegurar a manutenção do trabalho de assistência estudantil.

Esse trabalho de assistência estudantil, desenvolvido inicialmente pela UEES, através da “Casa do Estudante”, residência onde os universitários de outros municípios ou estados poderiam morar, e o “Restaurante Universitário”, onde os estudantes realizavam suas refeições, era subsidiado tanto por meio de verbas estaduais como, e sobretudo, por verbas federais. Entretanto, não obstante a subordinação da DEE de Sergipe à política do governo federal do período, a diretoria da entidade teve negada a verba de cinco milhões de Cruzeiros pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), sob a alegação de que as contas da entidade não haviam sido suficientemente comprovadas<sup>780</sup>.

Em relação à questão da comprovação das contas da DEE de Sergipe junto ao MEC, a “destruição” dos arquivos da UEES e a desarticulação de sua diretoria por ocasião do golpe civil-militar de 1964, devem ter contribuído para a desorganização administrativa da entidade. A esse respeito, segundo Brito, a falta de credibilidade da DEE de Sergipe,

---

Maria Cecília Baêta Neves e Nathanael Caxeiro. Rio de Janeiro: FGV, 1974, e, ainda em: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização 1964/1984”. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). *História geral do Brasil*. 9 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990, pp. 351-384.

<sup>779</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe 1964/1984*. Op. cit., pp. 151-161.

<sup>780</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes sofrem novo despejo*. Ano XI, nº 2928, 02 de fevereiro de 1966, p.1.

gestão 1965/1966, pode ter contribuído também para o não repasse das verbas federais<sup>781</sup>. Entretanto, ainda que tenham sido esses os motivos para o não repasse dos recursos previstos, não se pode deixar de considerar o desinteresse do governo federal em repassar as verbas destinadas às entidades estudantis naquele momento.

Nesse sentido, não obstante algumas DEEs terem se enquadrado junto às novas diretivas da política federal, o que parece ter sido o caso da DEE de Sergipe e da DEE do Rio Grande do Norte, os protestos da UNE e das UEEs de outros estados frente à nova política nacional devem ter pesado na avaliação do MEC em restringir a liberação de verbas para os órgãos estaduais de representação estudantil. Reforçam essa hipótese as deliberações da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada para verificar a aplicação de recursos do orçamento da União liberados para a UNE e outros órgãos estudantis<sup>782</sup>.

Entre as conclusões dessa CPI, relatadas pelo deputado federal Geraldo Freire, destaca-se a preocupação em relação à influência comunista em meio aos universitários. Preocupação acentuada em razão da “União Nacional dos Estudantes, desde muito apontada como a força de vanguarda do comunismo internacional em nosso país, converteu-se pouco a pouco numa das células mais revolucionárias”<sup>783</sup>. O relatório também destaca que a “gravidade desses fatos cresce de vulto ao verificarmos que para sua ocorrência vem participando nada menos do que o dinheiro do povo, através dos orçamentos da nação”<sup>784</sup>.

Pelo exposto, percebe-se que a preocupação política quanto à aplicação das verbas liberadas pelo Orçamento Geral da União para os órgãos estudantis ganha, no contexto da ditadura civil-militar, também a dimensão ideológica de combate a grupos próximos ou sob influência comunista presente entre o movimento estudantil brasileiro. Neste sentido, algumas das discussões dessa CPI se fariam presentes também no *corpus* jurídico da Lei Suplicy e, possivelmente, deve ter influenciado as decisões do MEC quanto à liberação de recursos financeiros para entidades estudantis<sup>785</sup>.

---

<sup>781</sup> BRITO, Maria Zelita Batista. *Em tempos de rebeldia e sombras: o movimento estudantil universitário sergipano em descompasso com o regime autoritário (1964-1968)*. Op. cit., p. 91.

<sup>782</sup> BRASIL. “Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a aplicação pela UNE e demais órgão estudantis”. In: *Diário do Congresso Nacional*. Seção I, abril de 1964, pp. 2652-2665.

<sup>783</sup> Op. cit.

<sup>784</sup> Op. cit.

<sup>785</sup> Ver mais informações a respeito dos efeitos provocados pela CPI da UNE sobre o movimento estudantil em: CARNEIRO, Cesar Oliveira. *Aventuras e desventuras: a peça proibida e a greve de estudantes que desafiou a ditadura de 1966*. Op. cit., pp. 38-42.

O fato é que sem recurso e com o acúmulo de dívidas, a DEE de Sergipe foi obrigada a fechar as portas de sua sede e de outros imóveis por falta de pagamento do aluguel. Desta forma, a entidade teve de sair da “Casa do Estudante”, que funcionava na rua São Cristóvão, nº 205, centro de Aracaju, despejo antecedido por dois outros, o da sede do órgão, que funcionava na rua João Pessoa, nº 11, sala 6, e do Restaurante Universitário, que funcionava na rua Santa Luzia, nº 810, ambos também situados no centro da capital sergipana. Na falta desses recursos federais e após três despejos – o da sede, o da Casa do Estudante e o do Restaurante Universitário –, os estudantes apelaram para o governo estadual que teria acenado com o incremento de um milhão de Cruzeiros para o exercício de 1967, o que não resolveria o problema para o exercício de 1966<sup>786</sup>.

Por outro lado, embora o governo do estado mostrasse a intenção de ajudar os estudantes e sua entidade representativa, considerando a conjuntura política do país naquele período e os trâmites inerentes à gestão pública, ampliar um repasse de duzentos mil para um milhão de Cruzeiros no mesmo exercício financeiro não era um processo simples. Por esta razão, a afirmação, por parte da imprensa, de “que os estudantes parecem ter ‘dormido no ponto’ pois a referida verba poderia ser concedida ainda em 1966, o que evitaria o lamentável despejo” deve ser apreciado com atenção<sup>787</sup>, inclusive porque o governador do estado, Sebastião Celso de Carvalho, vice empossado após a deposição e prisão de Seixas Dória, governava sob a “tutela” dos militares e sob a ameaça golpista de adversários políticos da UDN<sup>788</sup>.

Em relação ao despejo da “Casa do Estudante”, o jornal *Gazeta de Sergipe* avaliou que o fato ocorreu “sem maiores consequências”, já que para esse periódico os estudantes “despejados mostram, na despedida, seu conforto e vestuário: cama, blusas e livros pouco lidos. Era uma vez a moleza”<sup>789</sup>, revelando a associação dos estudantes despejados a de jovens transviados. Essa associação desqualificava os despejados colocando-os distantes do papel de “vanguarda de todos os movimentos renovadores”, modo como o mencionado jornal costumava referir-se à mocidade ou estudantes universitários no período<sup>790</sup>. A posição do jornal sobre esse acontecimento sugere que os

---

<sup>786</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes sofrem novo despejo*. Ano XI, nº 2928, 2 de fevereiro de 1966. p.1.

<sup>787</sup> Op. cit.

<sup>788</sup> Ver a respeito: CARVALHO, Sebastião Celso de. *O destino acontece*. Op. cit. E em: DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., pp. 21-22

<sup>789</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes sofrem novo despejo*. Op. cit.

<sup>790</sup> GAZETA DE SERGIPE. *O papel da mocidade universitária* [editorial]. Ano V. nº 2048, 19 de novembro de 1964, p. 2.

universitários envolvidos na questão do despejo, a julgar pela exposição de seus pertences, não precisavam ser atendidos por uma política de assistência estudantil.

Sobre esse último aspecto, o da necessidade ou não de os estudantes precisarem de uma política de assistência estudantil, a retomada dos dados referentes à cidade de origem dos universitários ingressos nas instituições de ensino superior existentes no estado no período de 1957 a 1964, já discutidos no capítulo I desta tese, pode ajudar a avaliar essa questão. Nesses dados são identificados em relação à cidade de nascimento 95,40% do universo pesquisado. Em torno desse universo, obteve-se o percentual de 36,54% nascidos em Aracaju; 37,34% nascidos em outras cidades do Estado de Sergipe e 21,50% nascidos em cidades de outros estados<sup>791</sup>.

Os dados analisados indicam, portanto, que 58,84% dos universitários que estudavam na cidade de Aracaju, no período de 1957 a 1964, não haviam nascido em Aracaju. Neste sentido, ainda que esses dados não sejam suficientes para indicar as causas e o momento de um possível movimento migratório, pode-se presumir que pelo menos uma parte desses estudantes tenha se deslocado dos seus municípios para Aracaju com o intuito de ingressar em um dos seis cursos de ensino superior existentes. Em razão dessa possível migração, é compreensível que parte desses estudantes tivesse transferido seu domicílio para Aracaju, pelo menos durante os anos de estudo.

A mudança de domicílio em questão, temporária ou não, pode ter ocorrido através da aquisição de imóveis por parte de familiares, como revelado por Barreto<sup>792</sup>, por um período de estada na casa de familiares, por meio do aluguel de imóveis, por meio de pensionatos femininos ou na mencionada “Casa do Estudante”, que, por sua vez, era reservada aos estudantes do sexo masculino. A esse respeito, Santos menciona que a

Casa do Estudante [localizada] em cima da Casa Ávila, na rua São Cristóvão, sendo que os estudantes do interior moravam ali. E tinha muitos estudantes morando lá, só que era masculino. As meninas geralmente moravam em um pensionato na rua Santo Amaro: Maria do Carmo<sup>793</sup>, Margarida, Olegária. [Este pensionato era mantido] Por conta

---

<sup>791</sup> Ver a respeito tabela 02: Estudo comparativo da cidade de origem dos universitários matriculados nas instituições de ensino superior de Sergipe entre 1957 a 1964, p. 522.

<sup>792</sup> Segundo Barreto, seus pais mudaram para Aracaju com o intuito de assegurar aos filhos a continuidade nos estudos. In: BARRETO, Dílson Menezes. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Fernanda de Andrade Santos, Lidiane Barbosa de Góis e Rose Carla de Araújo Oliveira. Aracaju/SE, 11/11/2009.

<sup>793</sup> Maria do Carmo do Nascimento Alves nasceu no município de Cedro de São João/SE, em 23 de agosto de 1941. Fez parte da JUC, participou de atividades estudantis junto ao CASR, formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Sergipe em 1966. Casou-se com João Alves Filho, posteriormente eleito governador

da família, ou seja, as meninas geralmente moravam em casa de família e os meninos moravam na Casa do Estudante<sup>794</sup>.

A narrativa dessas possibilidades de domicílio ajuda a compreender por que – não obstante os dados de que 58,84% dos universitários matriculados não terem nascido em Aracaju<sup>795</sup> –, em relação ao domicílio, 96,36% declararam residir em Aracaju contra 3,64% que declararam residir em outros municípios<sup>796</sup>. Este é um possível indicativo de que ao menos uma parte desses estudantes se valia da Casa do Estudante, de pensionatos ou de outras formas de moradia.

Ainda em relação ao universo de estudantes que declararam domicílio em Aracaju, 81,23% moravam nas imediações do centro da cidade; 9,20%, próximos à região mais ao sul da cidade, e 5,94% declararam domicílio em regiões consideradas periféricas, como o bairro Siqueira Campos<sup>797</sup>. Estes dados, aparentemente absolutos, podem indicar que pelo menos uma parte dos estudantes que declararam morar em domicílios próximos ao convencionado centro de Aracaju estava residindo em casas de familiares, alugadas ou em alguma forma de república universitária, a exemplo da “Casa do Estudante”. Evidentemente esses são pontos que devem ser aprofundados por outras pesquisas, mas por si sós já indicam a complexidade e importância que tinha a assistência estudantil prestada pela entidade estadual dos estudantes aos universitários que vinham de outras cidades.

---

de Sergipe por três mandatos. Filiada ao PFL, em 1996, obteve o terceiro lugar na disputa pela prefeitura de Aracaju. Já 1998, elegeu-se a primeira senadora da República por Sergipe, reelegendo-se nas eleições em 2006. Mais informações a respeito em: SANTOS, Osmário. *Memórias de políticos de Sergipe no século XX*. Op. cit., pp. 622-628.

<sup>794</sup> SANTOS, Zelita Rodrigues Correia. Entrevistada por José Vieira da Cruz, José Anderson Farias Andrade, Lívia Rocha Teles Barreto e Maria Juliene Menezes Florêncio. Aracaju/SE, 29/03/11.

<sup>795</sup> Ver a respeito tabela 02: Estudo comparativo da cidade de origem dos universitários matriculados nas instituições de ensino superior de Sergipe entre 1957 a 1964, p. 522.

<sup>796</sup> Ver mais informações no gráfico 06: Estudo comparativo do domicílio dos universitários matriculados nas instituições de ensino superior de Sergipe, 1957 a 1964, p. 515.

<sup>797</sup> Op. cit.

## **Autonomia restringida, falta de recursos e o início do processo de controle e vigilância**

Em contrapartida, a inviabilização das políticas de assistência estudantil prestadas pelas entidades estudantis aos universitários refletia o impacto da mudança de olhar das novas relações de poder que se instituíam no país a partir do golpe civil-militar. Neste sentido, a promulgação da Lei Suplicy, em 9 de novembro de 1964, representava a construção por parte do governo federal de um escopo jurídico voltado não apenas para controlar a autonomia das entidades estudantis, como também para restringir o espaço de atuação política dos estudantes, atingindo inclusive as políticas de assistência estudantil colocadas em prática pelas entidades estudantis.

A elaboração desse corpo normativo, além da chamada “CPI da UNE”, teve como uma de suas pedras de toque o empenho do ministro da Educação e Cultura, Flávio Suplicy de Lacerda, que articulou, alguns meses antes da aprovação da mencionada lei, através de reuniões com representantes das instituições de ensino superior de várias partes do país, a discussão do anteprojeto de lei que regulamentaria as entidades estudantis. A este respeito é ilustrativo o exame do ofício de 7 de agosto de 1964, enviado pelo diretor da Faculdade de Medicina de Sergipe, professor Antonio Garcia Filho, em resposta ao ministro da Educação e Cultura, para indicar o professor Benjamim Alves de Carvalho, vice-diretor da faculdade, para representá-lo na reunião agendada por aquele ministério para o dia 17 de agosto, “a fim de ser examinado o anteprojeto relativo às entidades estudantis”, alguns meses antes da aprovação da mencionada lei pelo parlamento<sup>798</sup>.

Em outras oportunidades, o ministro da Educação e Cultura também buscou apoio entre os dirigentes das instituições de ensino superior para a devida adequação das entidades estudantis ao conjunto normativo criado para controlar os órgãos de representação estudantil. Neste particular, o ofício encaminhado pelo MEC, em 25 de junho de 1966, através da Diretoria do Ensino Superior (DES), dirigida pela advogada e professora Esther de Figueiredo Ferraz<sup>799</sup>, às instituições de ensino superior de todo o país

---

<sup>798</sup> FMS. *Ofício s/nº/FMS*, de 7 de agosto de 1964, ao ministro da Educação e Cultura, Flávio Suplicy de Lacerda. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CCBS, Caixa 10, item 30.

<sup>799</sup> Esther de Figueiredo Ferraz, professora da Faculdade Mackenzie, foi diretora do Ensino Superior do MEC, entre 1966 e 1967. Destaca-se em seu currículo também o fato de ela ter sido a primeira mulher a ocupar o cargo de ministra no Brasil, ocupando a pasta do Ministério da Educação e Cultura, entre 1982 e 1985, no governo do Presidente João Batista Figueiredo. Ver a respeito: NISKIER, Arnaldo. “Esther de Figueiredo Ferraz – a primeira em tudo”. In: *R. Cult.*: R. IMAE, São Paulo, Ano 6, nº 15, pp. 28-30, 2006. Disponível em:< [http://fmu.br/institucional/revista\\_imaef/n15p28a30.pdf](http://fmu.br/institucional/revista_imaef/n15p28a30.pdf) >. Acessado em 10/10/2009.

revela a preocupação e os cuidados das autoridades educacionais do período em relação à questão estudantil.

O documento retoma as decisões da reunião anterior, ocorrida no dia 18 de junho daquele ano, na qual os representantes das instituições de ensino deveriam encaminhar ao MEC um questionário sobre os órgãos estudantis existentes nas respectivas instituições em que atuavam. De modo particular, esse questionário solicitava as instituições de ensino superior de todo o país informações de como os órgãos estudantis estavam atuando ou não em conformidade com a Lei 4.464/1964. O documento ressalta a necessidade do detalhamento das respostas do questionário e a urgência de seu encaminhamento, uma vez que as eleições estudantis seriam realizadas na segunda quinzena de agosto de 1966. Além do questionário mencionado, também foi anexado ao mencionado ofício um *memorandum* com informações detalhadas sobre a legislação relativa aos órgãos estudantis<sup>800</sup>.

Intitulado “Questionário para as escolas isoladas”, um dos documentos encaminhados por Esther Figueiredo Ferraz recomendava que as autoridades das instituições de ensino superior do país relatassem ao MEC qualquer outra informação que julgassem “útil” sobre o assunto do questionário, que no caso apreciava a adaptação dos órgãos de representação estudantil em relação à legislação que havia sido colocada em vigência. No mencionado formulário do MEC constavam as seguintes questões:

- 1- Foi constituído, nessa faculdade, um órgão de representação estudantil (D.A.)? Qual a sua denominação?
- 2- Elegeu-se esse diretório na forma preceituada pela lei nº 4.464, de 9/11/64 e o decreto nº 56.241, de 4/5/65? Em que data foi realizada essa eleição?
- 3- Esse diretório remeteu, aos órgãos deliberativos indicados no art. 15 da lei nº 4.464/64, no prazo legal, seus regimentos? Que denominação adotou ele?
- 4- Continua porventura, a existir e a funcionar nessa faculdade o antigo centro acadêmico, embora sem a prerrogativa de “representação estudantil”? Em que situação se encontra, máxime se possui patrimônio próprio? Como se comporta em relação ao D.A. e à própria faculdade?
- 5- Como vem atuando, dentro dessa faculdade, o D.A.? Tem ele desempenhado a contento as funções que lhe foram atribuídas pelos arts. 1º e 3º da lei nº 4.464?
- 6- Tem esse órgão recebido verbas orçamentárias federais? Na hipótese afirmativa, como as vem aplicando?

---

<sup>800</sup> DES/MEC. *Of. cir. 1681/DES/MEC*, de 25 de julho de 1966, ao diretor da FMS. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CCBS, Caixa 01, item 02.



- 7- Atentos aos pontos mencionados nos itens anteriores, que informações pode dar a respeito do D.E.E. do Estado em que está situada essa faculdade, assim como sobre o D.N.E.?
- 8- Que outras observações julga útil e oportuna fazer, a respeito da matéria desenvolvida no presente questionário?<sup>801</sup>

A preocupação do questionário girava, portanto, em torno do grau de cumprimento da legislação por parte dos órgãos de representação estudantil, de como as instituições de ensino superior estavam acompanhando a questão e de que outras questões relativas aos estudantes e suas entidades organizativas chamavam a atenção dos dirigentes das instituições de ensino, ponto destacado com relativa ênfase no item oito do citado questionário. Em torno desse tipo de correspondência expedida e recebida, percebem-se os primeiros procedimentos administrativos no sentido do que viria a ser o “fichamento” das lideranças estudantis produzido pelos serviços de segurança e informação que passariam a ser montados oficialmente junto ao MEC e às universidades entre 1969 e 1971<sup>802</sup>.

Em relação ao *memorandum*, suas instruções descrevem a vinculação dos respectivos órgãos de representação estudantil: diretórios acadêmicos em cada estabelecimento de ensino superior, DCE em cada universidade, DEE em cada capital de estado, território ou no Distrito Federal e onde existisse mais de um estabelecimento de ensino superior, DNE com sede na Capital Federal e formada por representantes de estados, territórios e no Distrito Federal. E ainda que essas entidades estudantis estivessem subordinadas as seguintes esferas de fiscalização: Congregação ou Conselho Departamental da Faculdade ou Escola no caso dos DAs, Conselho Universitário em relação aos DCEs, Conselho Federal de Educação no caso das DEEs e do DNE. E que em relação a duração dos mandatos fossem assim organizadas: DAs um ano (art. 5º, parágrafo 4º da Lei 4.464/64), DCE e DEE regulados pelos respectivos regimentos, DNE um ano<sup>803</sup>.

A sistematização desse *corpus* de normas apresentada pelo *memorandum*, não obstante sua intenção de instrução, revela, por um lado, como essa legislação elaborada a partir da Lei nº 4.464/64 foi sendo montada, reformada e aplicada e, por outro, indica as correções de lacunas, imprecisões, conflitos e eficácia da legislação apreciada.

---

<sup>801</sup> DES/MEC. “Questionário para as escolas isoladas”, anexo ao *Of. cir.1681/DES/MEC*, de 25 de julho de 1966, ao diretor da FMS. In: Op. cit.

<sup>802</sup> Ver a respeito em: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “Os olhos do regime militar brasileiro nos *campi*. As assessorias de segurança e informações das universidades”. In: *Topoi*, v. 9, n. 16, jan.-jun, 2008, pp. 30-67.

<sup>803</sup> DES/MEC. “*Memorandum*”, anexo ao *Of. cir. 1681/DES/MEC*, de 25 de julho de 1966, ao diretor da FMS. In: Op. cit.

Esse documento destaca na sequência da Lei nº 4.464/64 o Decreto nº 55.057, de 24 novembro de 1964, que dispunha sobre as dotações orçamentárias destinadas às entidades estudantis para que elas cuidassem da assistência estudantil; a Portaria nº 747, de 7 de dezembro de 1964, que permitia a algumas entidades representativas dos estudantes conservarem as denominações antigas; o Decreto nº 56.241, de 4 de maio de 1965, que regulamentava alguns dispositivos da Lei nº 4.464/64; do Parecer nº 375/1964, do Conselho Federal de Educação, que alterava as datas das eleições das DEEs para 20 de março de 1965 e da DNE para 27 de março de 1965; a Portaria nº 291, de 13 de outubro de 1965, que convocava os presidentes dos DAs para a reunião de constituição da DNE instalada em Brasília em 10 de janeiro de 1966, e o Decreto nº 57.336, de 25 de novembro de 1965, que tratava de regulamentar a representação estudantil nos órgãos colegiados das universidades e escolas superiores isoladas.

Presume-se que a intenção do ofício, do questionário e do *memorandum* expedidos pela então diretora do Ensino Superior do MEC, professora Esther de Figueiredo Ferraz, tinha por objetivo reforçar junto às instituições de ensino superior que ainda não haviam se adequado à nova legislação e, portanto, não haviam subordinado a seu controle os órgãos de representação estudantil, que o fizessem com brevidade e em conformidade com as instruções normativas. A atenção a esta questão oficializa o reconhecimento por parte das autoridades civis de ensino, no decorrer do ano de 1966, de que alguns órgãos de representação estudantil ainda não haviam efetuado as reformas em seus estatutos e nem subordinado sua autonomia às instituições de ensino, conforme estipulado pela Lei Suplicy desde o final de 1964.

Em seu conjunto, esse *corpus* normativo e seus congêneres – o Decreto-Lei nº 228/1967 e o Decreto-Lei nº 447/1969 –, subordinaram a autonomia do movimento estudantil ao controle das instituições de ensino superior, retiraram do campo da administração das entidades estudantis a prestação de assistência estudantil, em particular no que tangia à questão da residência universitária e dos restaurantes universitários, e, de modo mais contundente, expressava a atitude do Estado Brasileiro em controlar o movimento estudantil universitário. Assim, percebe-se como o governo superdimensionou a questão estudantil, transformando aqueles que participavam do movimento estudantil em

“inimigos internos” da ordem pública e em possíveis agentes de “subversão” que deveriam ser controlados, vigiados e, quando preciso, reprimidos com violência<sup>804</sup>.

#### **5.4. A tumultuada segunda eleição da DEE de Sergipe**

Voltando à questão da DEE de Sergipe ao longo do ano de 1966, a repercussão dos protestos estudantis que vinham ocorrendo em várias cidades do país – amplamente divulgados nos jornais locais –, o problema do repasse de verbas dos governos federal e estadual, as dificuldades com a manutenção da sede e da oferta de prestação de serviços à comunidade estudantil através da “Casa do Estudante” e do “Restaurante Universitário” já prenunciavam o quanto seriam tumultuadas as eleições para escolha da gestão 1966/1967. Este processo eleitoral mostrou-se, mais uma vez, impregnado pelos vícios da eleição anterior, quando só havia sido aceito o registro de inscrição de apenas uma chapa. Dentro dessa perspectiva, apenas a chapa “Universitários”, encabeçada pelo estudante do curso de direito Walter do Prado Franco Sobrinho<sup>805</sup>, teve seu registro de inscrição aceito no pleito em questão<sup>806</sup>.

Mas dessa feita o impedimento do registro e a consequente impossibilidade de a chapa “Liberdade Estudantil”, também articulada para concorrer ao mencionado pleito, participar das eleições causaram ruídos e o resultado inusitado de 213 votos brancos contra 182 votos a favor da chapa “Universitários”. Entre as explicações noticiadas pela imprensa para esse resultado foram destacadas: a reprovação feita pela comunidade estudantil em relação à não aceitação da inscrição da chapa “Liberdade Estudantil”, as recomendações feitas aos componentes da mencionada chapa, via pressão familiar, para que eles não participassem dessa eleição e a concretização do que a imprensa denominou de “jogadas

---

<sup>804</sup> Ver a respeito em: VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: O diálogo é a violência. Movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. Campinas: Editora UNICAMP, 1999.

<sup>805</sup> Filho do ex-governador Augusto Franco, liderança da ARENA e depois do PDS, e irmão do ex-governador Albano Franco, Walter do Prado Franco Sobrinho, foi eleito deputado estadual pelo PDS em 1982 e é um dos proprietários da TV Atalaia, atualmente filiada à Rede Record. Ainda sobre Walter Franco, como ele é conhecido, segundo Marques, não obstante o posicionamento controverso assumido por ele na referida eleição da DEE de Sergipe e do sua opção partidária inicial, no período da redemocratização ele assumiria uma postura política importante em favor das reivindicações da sociedade civil, por vezes, contrariando interesses políticos de seus familiares. Ver a respeito: MARQUES, Wellington Dantas Manguiera. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Renata de Carvalho Santana e Giselle Carvalho Menezes. Aracaju/SE, 28/10/2011.

<sup>806</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Posse no D.E.E. foi considerada ilegal*. Ano XI, nº 3103, 23 de setembro de 1966, p. 8.

políticas escusas” para que os estudantes desistissem da composição de outra chapa para concorrer ao mencionado pleito<sup>807</sup>.

Outras situações teriam concorrido para esse resultado, como o apoio de militantes estudantis de esquerda, sobretudo do PCB, à chapa “Liberdade Estudantil”. Dentre os quais, em particular, destacaram-se a turma de calouros do curso de direito de 1966, liderada pelos estudantes Wellington Dantas Manguiera Marques e Mario Jorge Menezes Vieira, que estimularam o voto em branco como meio de protesto contra a forma como aquele processo eleitoral estava sendo conduzido<sup>808</sup>.

Além disso, a resistência à instituição da obrigatoriedade do voto nos mencionados processos eleitorais para escolha dos dirigentes dos órgãos de representação estudantil também deve ter influenciado no resultado desfavorável a única chapa inscrita. Nesses casos, os votos em branco significavam uma dupla forma de protesto tanto em relação ao fato de somente um chapa ter sido aceita quanto à obrigatoriedade do mencionado processo eleitoral.

Entre os embaraços provocados pelo não comparecimento dos universitários às eleições estudantis é ilustrativa a apreciação dos desdobramentos decorridos a respeito do processo eleitoral para escolha da gestão do Diretório Acadêmico Augusto César Leite (DAACL), da Faculdade de Medicina de Sergipe, para a gestão 1966/1967. Após a realização da eleição, em 6 de junho de 1966, o presidente empossado desse diretório, Geraldo Moreira Melo, encaminha à direção da faculdade lista e justificativas dos estudantes que não compareceram ao processo eleitoral, fundamentando o procedimento em atendimento à Lei 4.464/64, em seu artigo 5º, parágrafo 3º. Esse dispositivo impedia o estudante que não comprovasse haver votado no referido pleito, salvo por motivo de doença ou de força maior, devidamente comprovado, de prestar exame parcial ou final, imediatamente subsequente à eleição.

Entretanto, não obstante a clareza da mencionada sanção, o ofício encaminhado pelo DAACL à direção da Faculdade de Medicina de Sergipe transferia para aquela a decisão do acatamento das justificativas dos estudantes que não haviam participado do

---

<sup>807</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Posse no D.E.E. foi considerada ilegal*. Op. cit.

<sup>808</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Acontecimentos descritos em “Opinião de juristas sobre a eleição universitária”*. Ano XI, nº 3102, 22 de setembro de 1966, p.8; em: MARQUES, Wellington Dantas Manguiera. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Renata de Carvalho Santana e Giselle Carvalho Menezes. Aracaju/SE, 28/10/2011. E ainda em: BRITO, Maria Zelita Batista. *Em tempos de rebeldia e sombras: o movimento estudantil universitário sergipano em descompasso com o regime autoritário (1964-1968)*. Op. cit., p. 90.

citado processo eleitoral<sup>809</sup>. As justificativas, duas no total, utilizam-se de estratégias parecidas. Em ambas os estudantes alegam estarem viajando na ocasião da realização do pleito. A primeira justificativa data de 26 e a segunda de 29 de março daquele ano. E esses documentos de iguais formato e teor foram deferidos pelo presidente do diretório ainda no mês de março e receberam também o deferimento favorável do diretor da faculdade em junho de 1966<sup>810</sup>. Para além das coincidências, esse tipo de justificativa indica as alternativas utilizadas pelos alunos para escaparem das sanções que a lei em apreço previa para aqueles que não cumprissem a obrigatoriedade do voto, mas essas estratégias não deixavam de ser uma situação embaraçosa.

Embora as autoridades civis e militares acreditassem que a obrigatoriedade do voto estudantil estimulasse a chamada “maioria silenciosa” a não permitir que grupos de esquerda vencessem-se as eleições estudantis. Diante dos embaraços mencionados, pode-se presumir que a obrigatoriedade do voto e a necessidade de justificar as ausências eram mais um estorvo que um exercício de civismo e patriotismo. E, sobretudo incitava os estudantes a questionarem a nova ordem política instalada no país. Nesse sentido, como já discutido, para os estudantes, a nova legislação acabou tendo o efeito contrário, ou seja, ajudou no processo de (re)organização do movimento estudantil<sup>811</sup>.

Entre os efeitos contrários produzidos pela Lei Suplicy podem ser destacados os seguintes: a manutenção da UNE, ainda que de forma ilegal, como entidade máxima dos estudantes brasileiros, em lugar da DNE; a manutenção das UEEs em alguns estados, em lugar das DEEs; resultados eleitorais inusitados com a superação de votos válidos pelos votos brancos ou nulos; passeatas; greves, entre outras formas de mobilizações que acabaram por sinalizar a retomada do movimento estudantil que havia sido desarticulado com o golpe.

No caso de Sergipe, a confirmação dessa tendência verifica-se desde a primeira eleição para a DEE. Nessa eleição, ocorrida em 1965, a presença de militantes do PCB e

---

<sup>809</sup> DAACL. *Of. nº 07/1966/DAACL*, de 8 de junho de 1966 a FMS. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CCBS, Caixa 01, item 02. Os alunos listados foram: Jaime Ferreira Souza, aluno do 5º ano; Zulmira Freire Rezende, aluna do 6º ano; Ataíde de Oliveira Sousa, aluno do 2º ano; Lydio Dutra do Nascimento, aluno do 5º ano, e José Aguinaldo de Santana Fonseca, aluno do 4º ano.

<sup>810</sup> DAACL. *Of. s/nº*, de 26 de março de 1966, de Lyrio Dutra do Nascimento, e: DAACL. *Ofício s/nº*, de 29 de março de 1966, de José Aguinaldo de Santana Fonseca. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CCBS, Caixa 01, item 02.

<sup>811</sup> Ver a respeito: WEID, Jean Marc Von Der. Entrevistado por Carla Siqueira e Ana Paula Goulart. Transcrição e edição de Vitruva Comunicação e revisão de Ana Paula Goulart. Rio de Janeiro, em 7/10/2004. Disponível em: < <http://www.mme.org.br> >. Acessado em 10/01/2010.

do CNA na composição da diretoria do mencionado diretório, indicava, ao menos, que parte desses estudantes havia decidido agir por dentro da lei contra a intervenção imposta pelo governo ao órgão estadual de representação dos estudantes universitários no estado. No caso a UEES transformada em DEE de Sergipe.

Essa resistência configurou-se de modo mais claro durante o segundo processo eleitoral do citado diretório estadual. Esse processo, ocorrido em setembro de 1966, expôs a atuação de grupos de esquerda que passaram a disputar a hegemonia política do movimento estudantil universitário em Sergipe. A construção dessa hegemonia é iniciada na luta pela direção dos diretórios acadêmicos, depois na disputa pela direção da segunda direção da DEE de Sergipe. Mas só viria a ser consolidada nas eleições estudantis de 1967 e, sobretudo, de 1968, quando militantes do PCB derrotaram os militantes da AP e elegeram a primeira direção do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Sergipe (DCE/UFS).

### **A controvertida segunda eleição da DEE de Sergipe**

Voltando aos resultados da eleição para escolha da segunda gestão da DEE de Sergipe. Os presidentes dos diretórios acadêmicos e parte dos membros da primeira diretoria resolveram, em assembleia geral ocorrida na Faculdade de Ciências Econômicas, solicitar uma opinião jurídica sobre a validade da eleição, uma vez que o número de votos brancos foi superior ao dos votos conferidos à única chapa inscrita<sup>812</sup>. Neste sentido, a direção da DEE de Sergipe encaminhou ofício datado de 17 de setembro de 1966 a uma comissão formada por três professores da Faculdade de Direito de Sergipe a fim de que eles emitissem um parecer a respeito da questão. Dois dias depois, a comissão formada pelos conceituados juristas José Bonifácio Fortes Neto, Jaime Araújo Andrade<sup>813</sup> e Osman Hora Fontes emitiu um parecer estruturado em sete pontos.

O primeiro desses sete pontos descrevia solicitação encaminhada em 17 de setembro de 1966 por aquele órgão de representação estudantil estadual para que fosse

---

<sup>812</sup> DEE DE SERGIPE. *Ofício s/nº DEE*, 19 de setembro de 1966 encaminhado ao DAACL. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CCBS, Caixa 01, item 02.

<sup>813</sup> Além de jurista, Jaime Araújo Andrade havia sido secretário da UNE. E também foi deputado estadual eleito pelo MDB. Para lideranças estudantis que atuaram no período, Jaime Araújo é lembrado como um grande incentivador da militância estudantil. Ler a respeito: SILVA, João Augusto Gama da. “Jaime Araújo: um exemplo para recordar”. In: *Jornal da Cidade*, 11 de janeiro de 2009. Disponível: <<http://www.jornaldacidade.net/2008/noticia.php?id=23341>>. Acessado em 10/01/2010.

elaborado um “parecer opinativo se possível por escrito quanto à legalidade ou não do pleito”. O segundo registrava a posição da comissão de que não existiam elementos suficientes para afirmar se a eleição havia sofrido algum tipo de vício substancial que afetasse a sua legalidade. O terceiro destacava, no tocante ao problema da eficácia do processo eleitoral do diretório acadêmicos, o artigo 5º no seu parágrafo 1º da Lei 4.464/1964, que asseverava considerar “eleitos os estudantes que obtiverem o maior número de votos”, dispositivo aplicado por analogia às eleições das DEEs, dos DCEs e da DNE, sendo que a este último também se aplicava o disposto no artigo 11 da citada lei. O quarto reconhece, em meio à lacuna da lei, o princípio da maioria simples dos votos e que os casos omissos seriam resolvidos pelo Conselho Federal de Educação. O quinto chama atenção para o fato de que a legislação eleitoral em vigor no país é omissa quanto a esse tipo de situação. O sexto, apoiado nos princípios gerais do direito político, ponderava que ainda que a eleição tenha sido legal em termos morais, o resultado dos votos brancos, superior ao número de votos conferidos à chapa inscrita no pleito, não a legitimava moralmente para assumir a gestão. E o sétimo e último ponto do parecer externaliza que a eleição não era eficaz, pois se assim fosse considerada, não respeitaria a vontade da maioria, que nesse caso seria contrariada”<sup>814</sup>.

Portanto, o parecer não indicava apenas uma demanda jurídica que a situação fazia emergir, mas suscitava, sobretudo, a questão da legitimidade moral do resultado de um pleito eleitoral em que a única chapa inscrita é rejeitada pela maioria dos eleitores ao manifestarem sua vontade através dos votos em branco. O posicionamento do trio de juristas coloca em suspeição moral o resultado da eleição e reforça a crise de legitimidade quanto à vitória da chapa “Universitários”. Cientes deste parecer, uma parte da diretoria da DEE de Sergipe e alguns dos presidentes dos diretórios acadêmicos consideraram que o problema do resultado e da legitimidade daquela eleição era da alçada de toda a “classe universitária” e que, portanto, deveria ser realizada uma assembleia geral, que foi agendada para ocorrer no salão da Congregação da Faculdade de Ciências Econômicas de Sergipe, situado na praça Camerino, centro da cidade, por volta das 21h30min, em primeira convocação, e às 22 horas, em segunda e última, no dia 21 de setembro de 1966<sup>815</sup>.

---

<sup>814</sup> GAZETA DE SERGIPE. “Opinião de juristas sobre a eleição universitária”. Ano XI, nº 3102, 22 de setembro de 1966, p.8. Esse parecer jurídico foi publicado na íntegra nas páginas da edição em apreço.

<sup>815</sup> DEE DE SERGIPE. *Of. s/nº/DEES*, de 21 de setembro de 1966 para o DAACL/FMS. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CCBS, Caixa 01, item 02.

O parecer jurídico desfavorável, a avaliação negativa de parte da imprensa, sobretudo do jornal *Gazeta de Sergipe*<sup>816</sup>, e a convocação de uma assembleia geral para as 21h30min do dia 21 de setembro de 1966, convergiam para a necessidade de se discutir uma solução política para o impasse eleitoral. Entretanto, à revelia de parte da “classe estudantil”, os representantes da chapa “Universitários” ignoraram a convocação da mencionada assembleia e agendaram a posse da nova diretoria da DEE de Sergipe para as 20 horas daquele dia, em cerimônia que ocorreu no auditório do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, situado na rua Itabaianinha, centro de Aracaju, a poucas quadras do local da assembleia geral agendada para as 21h30min daquele dia, cujos objetivos era discutir a validade do mencionado processo eleitoral.

O desenrolar desse *script* até poderia ter sido finalizado com uma cerimônia de posse tumultuada, com a presença de estudantes dentro e fora do recinto do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe protestando contra a solenidade e a falta de uma solução quanto à eficácia moral da eleição. No entanto, a antecipação da posse impediu a realização de possíveis protestos. Já a assembleia geral dos estudantes que havia sido agendada para ocorrer na Faculdade de Ciências Econômicas, uma hora e meia depois, foi impedida de concluir suas deliberações por força da presença de um pelotão da Polícia Militar<sup>817</sup>.

Segundo o jornal *Gazeta de Sergipe*, a maioria dos estudantes presentes à mencionada assembleia consideraram a posse antecipada um ato ilegal. E que, devido ao impasse jurídico decorrente do resultado da eleição, os diretórios acadêmicos não poderiam empossar a diretoria da DEE de Sergipe “à revelia da diretoria eleita em pleito anterior e [em] pleno exercício do seu mandato”<sup>818</sup>. Além disso, esses estudantes, segundo o jornal, alegavam que a mencionada eleição não havia sido considerada nem legal tão pouco ilegal pela autoridade competente, no caso o CNE<sup>819</sup>. Em outras palavras, a nova diretoria da DEE Sergipe havia tomado posse sem o apoio da diretoria anterior e em meio a críticas quanto à legitimidade moral do resultado do processo eleitoral.

O exame desses acontecimentos permite discutir algumas questões. A primeira é a de que a posse ocorreu sem muita divulgação, fruto da articulação de uma manobra

---

<sup>816</sup> GAZETA DE SERGIPE. “Opinião de juristas sobre a eleição universitária”. Op. cit.

<sup>817</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Posse no D.E.E. foi considerada ilegal*. Ano XI, nº 3103, 23 de setembro de 1966, p. 8.

<sup>818</sup> Op. cit.

<sup>819</sup> Op. cit.



política, possivelmente para evitar tumultos e contestações à solenidade. A segunda é que o conhecimento da manobra utilizada para empossar a nova diretoria da entidade estudantil inflamou os ânimos daqueles que tomaram parte da assembleia geral ocorrida momentos depois da mencionada posse<sup>820</sup>. E, por fim, embora o local da assembleia geral fosse próximo das instalações do quartel Polícia Militar, situada na rua Itabaianinha, a algumas quadras do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e da Faculdade de Ciências Econômicas, chama atenção a prontidão com que um pelotão de policiais militares foi mobilizado e deslocado para impedir a realização da reunião dos estudantes, conforme noticiado pela imprensa<sup>821</sup>.

Essa última questão, a do deslocamento de policiais militares para impedir a aglomeração de estudantes, possivelmente deve ter sido atribuído ao temor das autoridades estaduais. Esse temor, a exemplo do que se noticiava sobre outros estados, relacionava-se aos possíveis protestos que esse episódio poderia desencadear. E ainda, pode-se presumir, o temor de que esses protestos viessem a culminar na reorganização paralela da UEES, como entidade de representação dos universitários do estado, pelos estudantes descontentes com os rumos que a DEE de Sergipe estava tomando.

Nesse sentido, não obstante a rejeição eleitoral, o parecer jurídico desfavorável, os protestos dos estudantes e o posicionamento contrário de pelo menos parte dos diretórios acadêmicos e de parte da diretoria da DEE de Sergipe em exercício, a nova diretoria tomou posse sem contestações por parte das autoridades estaduais e federais. Essa diretoria, ainda recebeu o apoio, mesmo que de forma indireta, da ala conservadora da Igreja Católica, que recriminou os protestos dos estudantes reticentes à posse da nova diretoria por meio do programa “Nossa Opinião”, transmitido pela Rádio Cultura de Sergipe<sup>822</sup>. Este programa teria criticado, na avaliação do jornal *Gazeta de Sergipe*, de “forma violenta e inverídica” os universitários, os quais haviam se posicionado contra a posse da nova diretoria da DEE de Sergipe<sup>823</sup>.

A postura dessa emissora de rádio ao utilizar um dos programas de maior prestígio, audiência e tradição no estado para criticar e desmobilizar os estudantes que não

---

<sup>820</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Posse no D.E.E. foi considerada ilegal*. Op. cit.

<sup>821</sup> Op. cit.

<sup>822</sup> O programa “Nossa Opinião” surgiu como uma coluna jornalística, criada pelo então padre Luciano Duarte no jornal católico “*A Cruzada*”, na década de 1950. Depois passou a fazer parte da programação da Rádio Cultura de Sergipe – emissora católica fundada em 21/10/1959 –, permanecendo na grade dessa emissora de rádio até os dias de hoje. Ver a respeito em: MORAIS, Gizelda. Op. cit., pp. 301-307.

<sup>823</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Posse no D.E.E. foi considerada ilegal*. Op. cit.

aceitavam a contestada posse significava também o apoio decisivo da ala conservadora da Igreja Católica. Essa ala, influenciada pela figura do então monsenhor Luciano José Cabral Duarte, diretor da emissora, explicitava a sua oposição aos movimentos da sociedade civil que esboçavam algum tipo de contestação à ordem estabelecida pela coalizão civil-militar que havia chegado ao poder em 1964.

As críticas proferidas pelo monsenhor Luciano José Cabral Duarte através da Rádio Cultura aos estudantes que contestavam a posse da nova diretoria da DEE renderam a edição de um fustigante artigo no jornal *Gazeta de Sergipe*. Este artigo, publicado sob o título “Provocações pedagógicas”, escrito pelo jornalista Orlando Dantas, teceu duras críticas à postura daquele religioso em face do ocorrido com os estudantes universitários e dos questionamentos por ele proferidos contra algumas entidades representativas dos estudantes.

Filho de Manuel Correia Dantas, governador de Sergipe de 1928 a 1930, Orlando Dantas descendia de tradicional família sergipana ligada à cana-de-açúcar. Ingressou nos negócios da família, tendo dirigido a Usina Vassouras e contribuído para a modernização da agroindústria no Estado de Sergipe. Destacou-se, porém como intelectual e jornalista, tendo fundado em 1956 o jornal *Gazeta Socialista*, que depois se transformou no jornal *Gazeta de Sergipe*. Como político, foi deputado estadual constituinte em Sergipe no ano de 1946 pela Esquerda Democrática. Em 1950 foi eleito deputado federal pelo Partido Socialista Brasileiro, sendo o único membro da sua bancada a ter participado ativamente da campanha “O Petróleo é nosso”, que resultou na criação da Petrobras. Ao final do seu mandato, retorna a Sergipe participando com destaque da política local. No governo de Seixas Dória, foi nomeado presidente do Banco de Fomento Econômico do Estado de Sergipe, depois Banco do Estado de Sergipe. Nos primeiros anos que se seguiram ao golpe posicionou-se contra o regime militar, mas com a continuação dos militares à frente do poder, passou a apoiá-los, filiando-se à ARENA e incorporando-se às atividades promovidas pela Associação dos Estagiários da Escola Superior de Guerra (ADESG)<sup>824</sup>.

No caso do editorial “Provocações pedagógicas”, Orlando Dantas, ainda não convencido da decisão de apoiar a ditadura civil-militar, inicia sua linha de argumentação reprovando o clima de intranquilidade provocado pela atitude do diretor da Rádio Cultura

---

<sup>824</sup> Sobre os dados biográficos mencionados ver: DANTAS, Orlando Vieira. *A vida patriarcal de Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980; e sobre o posicionamento dele durante a ditadura ver: DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984: partidos e eleições num estado autoritário*. Op. cit., p. 153; e, DANTAS, José Ibarê Costa. Infomação concedida ao autor, 24/02/2011.

de Sergipe, o então monsenhor Luciano Duarte, de denunciar genericamente os estudantes como esquerdistas, marxistas, comunistas e praticantes de atos de subversão. Para o jornalista, esse tipo de “‘pedagogismo policialesco’, na frase lapidar do pensador católico Tristão de Ataíde”, só serviria “para significar o seu repúdio a esses qualificativos”<sup>825</sup>. Ainda sobre o “sentido policialesco das denúncias” proferidas contra os estudantes, Orlando Dantas critica também “as atitudes coercitivas nas eleições dos diretórios acadêmicos”, referindo-se possivelmente às punições para os que não cumprissem a obrigatoriedade de votar nas eleições estudantis, como uma atitude que só acentuaria o inconformismo da mocidade estudantil<sup>826</sup>.

O editorial prossegue ao que intitula provocações pedagógicas, enfatizando que atitudes dessa monta destoavam da postura moral e intelectual de eminentes figuras da Igreja Católica. Dentre elas: Dom Helder Câmara, D. Avelar Brandão Vilela e D. José Vicente Távora, defensores das decisões do Concílio Vaticano II de atrair para a militância católica “a mocidade, cercá-la de atenções, iluminá-la com as luzes as posições progressistas, de amor às liberdades e à fraternidade humana”<sup>827</sup>. Afirma ainda que essas autoridades religiosas e o documento episcopal mencionado não recomendavam apontar os estudantes aos meios policiais militares como “subversivos, comunizantes, esquerdistas, qualificativos que não sendo deprimentes, todavia, carregam um conteúdo ideológico que motiva coações físicas e intelectuais”<sup>828</sup>, uma referência ao clima de deleções e repressão instituído no país desde o golpe civil-militar de 1964.

A postura editorial do jornalista Orlando Dantas, que também era um dos diretores responsáveis pelo jornal *Gazeta de Sergipe*, esboça o temor quanto às consequências da atribuição dessas qualificações aos estudantes no momento político e ideológico no qual prisões, torturas físicas e torturas psicológicas estavam sendo praticadas no país. Ele ainda relativiza os atributos desqualificativos conferidos pelo programa “Nossa Opinião” aos estudantes. Para o jornalista, na realidade

não há marxistas entre a nossa mocidade estudantil. Alguns elementos – bossa nova – falam em marxismo, sem muita convicção, sem conhecimentos da doutrina pregada pelo filósofo alemão, mais, por

---

<sup>825</sup> DANTAS, Orlando. “Provocações pedagógicas”. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano XI, nº 3104, 24 de setembro de 1966, p.4.

<sup>826</sup> Op. cit.

<sup>827</sup> Op. cit.

<sup>828</sup> Op. cit.

impustura [sic], do que por sabedoria. As tendências “esquerdistas” da mocidade é um fato historicamente conhecido em todo o mundo, a maneira mais consentânea dos espíritos jovens empurrarem o carro do progresso e se colocarem contrários ao conservadorismo reacionário. E condenar tendências progressistas quando o mundo se conflita entre o – capitalismo e o socialismo – nos parece uma atitude reacionária, obscura, medíocre<sup>829</sup>.

Orlando Dantas deixa claro o seu entendimento de que a disseminação entre os jovens de ideias de esquerda é ao mesmo tempo um fato progressista e histórico verificado no contexto internacional da época. Assim, para ele, era esperado que os estudantes tivessem reservas quanto a posturas de acomodação e não se sentissem confortáveis diante de situações em que a população ficasse “‘sentadinha aos birros das almofadas’ do tempo do Santo Império”. Para Dantas, os estudantes não deveriam aceitar a permanência de “resíduos culturais [que] persistem em círculos fechados, contrários às inspirações cristãs da época”<sup>830</sup>. As provocações desse editorial, portanto, revelam meandros das disputas teológicas, ideológicas e políticas existentes na Igreja Católica e a forma como os estudantes eram objetos e sujeitos dessas disputas, que ocorriam em torno da postura da Igreja Católica e de seus leigos diante da realidade política e social do país<sup>831</sup>.

### **5.5. A polêmica sobre o modelo da universidade de Sergipe**

A crise estudantil provocada pela posse da nova diretoria da DEE de Sergipe, gestão 1966/1967, teve outros desdobramentos, como a renúncia da presidenta do Centro Acadêmico Silvio Romero (CASR), Josefa Paixão, juntamente com seu vice-presidente, Luís Santana, assim como do secretário de intercâmbio desse centro acadêmico. Esta atitude teria sido motivada em razão de essas lideranças não terem concordado com as solicitações encaminhadas pela assembleia geral dos estudantes no sentido de que aquele diretório acadêmico tomasse posição contrária à posse da diretoria da DEE de Sergipe. Além disso, os estudantes que faziam oposição a esse centro acadêmico, notadamente a turma de 1966, formada por Mário Jorge Menezes, Jackson Barreto, Wellington

---

<sup>829</sup> DANTAS, Orlando. “Provocações pedagógicas”. Op. cit.

<sup>830</sup> Op. cit.

<sup>831</sup> Uma discussão mais balizada a respeito das disputas entre as alas conservadora e progressista da Igreja Católica em Sergipe pode ser apreciada em: DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., pp. 145-149.

Mangueira, entre outros, exigiam da então diretoria do CASR a rejeição do anteprojeto apresentado para a criação da universidade de Sergipe sob a forma de uma fundação<sup>832</sup>.

Em relação a esse segundo ponto, de que a CASR deveria colocar-se em posição contrária à forma de como seria criada a universidade de Sergipe, ou melhor, de que o CA de direito deveria rejeitar a proposta de criação da universidade sob a forma de uma fundação federal e, em lugar dela, defendesse a proposta da criação de uma universidade sob a forma de autarquia federal. É salutar lembrar que esses debates, para além dos aspectos da estrutura organizacional que viria a ter a universidade, eram também permeados por interesses diferentes de alunos e professores de cada uma das faculdades ou escolas de ensino superior então existente no estado.

Para os professores e os alunos da Faculdade de Direito de Sergipe, a criação de uma universidade federal nos moldes de uma fundação federal não era interessante. Segundo Luiz Santana, então vice-diretor do Centro Acadêmico Silvio Romero, que renunciou ao cargo após o conturbado processo eleitoral da DEE de Sergipe, ocorrido em 1966, o diretor daquela faculdade, professor Gonçalo Rollemberg Leite, não queria que a Faculdade de Direito fosse incorporada à UFS. Ele dizia: “já somos Faculdade Federal de Direito’ e não temos interesse de participar da UFS”. Esta posição também foi partilhada por Santana na condição de estudante e, logo depois, nos anos de 1970, como professor<sup>833</sup>.

Essa divergência entre as faculdades acerca de como seria a nova universidade já fazia parte da pauta de reivindicações estudantis desde as primeiras mobilizações pela reforma universitária, ocorridas na cidade de São Cristóvão, em 1962, e na cidade de Santo Amaro das Brotas, em 1963. José Alexandre Felizola Diniz, presidente da UEES no período de 1962/1963, em entrevista concedida à Giselda Moraes, recorda que no seminário ocorrido na cidade de Santo Amaro das Brotas, o então padre Luciano José Cabral Duarte já defendia a criação da universidade na forma de fundação. Essa posição foi apoiada pelos alunos das faculdades católicas e pela maioria dos participantes daquele encontro estudantil. Por outro lado, havia um grupo de estudantes que apoiava a proposta do professor Antônio Garcia Filho, da Faculdade de Medicina de Sergipe, que defendia o modelo de autarquia. Mas já naquela ocasião, junho de 1963, antes mesmo do golpe, a

---

<sup>832</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Presidente do DA de Direito renunciou*. Ano XI, nº 3109, 30 de setembro de 1966, p.8.

<sup>833</sup> SANTANA, Luiz. “História de uma vida”. In: *Crônica de uma cidade*. 6 de setembro de 2009. Disponível: < <http://cronicadacidade.blogspot.com>>. Acessado em 12/01/2010.

defesa do modelo de fundação federal, apesar de aprovado pelo encontro organizado pelos estudantes universitários, já despertava polêmicas e controvérsias<sup>834</sup>.

Os esforços e as mobilizações em torno da criação de uma universidade em Sergipe, iniciados no governo de Luís Garcia (1959-1962) e intensificados no governo de João de Seixas Dória (1963-1964), foram retomados, no decurso da ditadura civil-militar, através de uma comissão organizada pelo monsenhor Luciano José Cabral Duarte. O então diretor da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe não mediu esforços para viabilizar esse projeto, considerado para muitas das faculdades, que enfrentavam dificuldades financeiras, como de vital importância para consolidar o ensino superior no estado<sup>835</sup>.

Não obstante essa importância, a divergência quanto à forma a ser adotada pela nova instituição de ensino superior não havia encontrado um consenso em todas as faculdades. Neste sentido, a Faculdade de Direito de Sergipe, segundo o então estudante Luís Antônio Barreto, manteve-se resistente ao modelo de fundação em defesa de “um movimento pela universidade autárquica, no sentido de que a autarquia não tem subordinação a este ou aquele órgão, mas é vinculada ao Ministério da Educação”<sup>836</sup>. Esse posicionamento defendia que cada faculdade deveria vincular-se ao MEC e não à outra instituição, no caso uma universidade, proposta abertamente defendida pelo diretor daquela faculdade, professor Gonçalo Rolemberg Leite<sup>837</sup>.

Luís Antônio Barreto, escrevendo a respeito da importância de Gonçalo Rollemberg Leite para a Faculdade de Direito de Sergipe, destaca que após a morte, em 1953, do desembargador Otávio de Souza Leite, primeiro diretor daquela instituição, ele que era o seu vice, assumiu a direção da faculdade até os idos de 1979. Nesse período, o professor Gonçalo conseguiu federalizar a faculdade e participou dos debates em torno do modelo sob o qual seria criada a Universidade Federal em Sergipe. A respeito desse último ponto, segundo Barreto,

a posição do Dr. Gonçalo Rollemberg Leite foi a favor de uma autarquia federal, permitindo que os alunos manifestassem, de todas as formas, a mesma posição, enfrentando o esforço de Dom Luciano Cabral Duarte

---

<sup>834</sup> MORAIS, Gizelda. *Dom Luciano José Cabral Duarte: relato biográfico*. Op. cit., pp. 247-249.

<sup>835</sup> A CRUZADA. *Sergipe terá universidade antes de março de 1967*. Ano 84, nº 1468, 10 de setembro de 1966, p.11.

<sup>836</sup> MORAIS, Gizelda. Op. cit., pp. 245-247.

<sup>837</sup> Op. cit.

que defendia, afinado com o MEC e o Conselho Federal de Educação, a solução fundacional, que terminou prevalecendo<sup>838</sup>.

A oposição articulada pelo diretor da Faculdade de Direito de Sergipe ao modelo de fundação defendido pelo monsenhor Luciano José Cabral Duarte, ao menos entre os estudantes do curso de direito, parece ter conquistado alunos de diferentes posições ideológicas e políticas. Dentre esses alunos, destacam-se membros dos movimentos de cultura popular e da AP, como a estudante Zelita Rodrigues Correia dos Santos, até estudantes com destacada militância junto ao PCB, como foi o caso de Wellington Dantas Manguiera Marques. Em outras palavras, na prática, a Faculdade de Direito de Sergipe, dentre as faculdades, devido a sua boa estrutura, sua localização privilegiada e ao fato de ser a única federalizada, bastava. Dessa forma, a luta do professor Gonçalo Rollemberg Leite, encampada por muitos alunos do curso de direito, em resistir à ideia de criação da nova instituição tinha por objetivo garantir os recursos e o *status quo* desfrutados pela instituição e seus egressos desde sua fundação em 1951.

Em contraposição ao prestígio da Faculdade de Direito e ao relativo carisma exercido pelo professor Gonçalo Rollemberg, o monsenhor Luciano José Cabral Duarte, apesar de sua erudição, obstinação e pragmatismo, não tinha o carisma de um conciliador que constrói pelo debate o apoio de todos a uma causa maior, no caso a criação de uma universidade federal em Sergipe. Faltavam ao monsenhor Duarte, a sensibilidade e diálogo que haviam sobrado a D. José Vicente Távora, quando este, a partir de 1958, passou a incentivar setores leigos da Igreja Católica, no caso a JUC e a LUC, a se mobilizarem em torno da criação de uma universidade em Sergipe.

Desta forma, não obstante a sua decisiva atuação para adequar o projeto de criação da mencionada universidade às exigências formuladas pelo Conselho Federal de Educação, sua figura pessoal era alvo de estigmas e repúdios devido a certas atitudes autoritárias e a confessada posição anticomunista que assumiu<sup>839</sup>. Para José Alexandre Felizola Diniz, em entrevista concedida à Gizelda Moraes, apesar da importância da

---

<sup>838</sup> BARRETO, Luís Antônio. “Os 100 anos de Gonçalo Rollemberg Leite”. In: *Infonet*, 16 de fevereiro de 2006. Disponível em: [http://www.infonet.com.br/luisantoniobarreto/ler.asp?id=44237&titulo=Luis\\_Antonio\\_Barreto](http://www.infonet.com.br/luisantoniobarreto/ler.asp?id=44237&titulo=Luis_Antonio_Barreto). Acessado em 12/01/2010.

<sup>839</sup> Ver a respeito em: FCFS. *Of. s/nº/FCFS*, de 8 de setembro de 1960, para o SEI. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CECH – DHI, Caixa 23, item 84.

atuação do monsenhor Duarte na questão da criação da Fundação Universidade Federal de Sergipe (FUFSE)<sup>840</sup>, este foi muito estigmatizado e pouco compreendido<sup>841</sup>.

O estudante Luiz Antônio Barreto recorda que as críticas dos alunos da Faculdade de Direito de Sergipe à figura do monsenhor Luciano José Cabral Duarte, por ocasião da visita de Newton Sucupira, membro do Conselho Federal de Educação, relator do processo que solicitava a criação de uma universidade federal em Sergipe, evidencia um desses momentos de embate<sup>842</sup>. Nesse episódio, em particular, o monsenhor Duarte travou uma polêmica com o estudante Wellington Dantas Mangueira Marques, que havia lido uma carta assinada por vários estudantes externando sua posição contrária à criação da universidade nos moldes de uma fundação<sup>843</sup>. Segundo Marques:

Nós lutamos muito pela sua criação. Nós batalhávamos pela criação [da universidade]. Nós lutamos contra a linha que Dom Luciano queria seguir fazer uma fundação e por isso houve uma discussão: fundação ou autarquia? E nós da Faculdade de Direito, com a Faculdade de Química, Economia lutávamos para que fosse (...) autarquia. Para ela ser federal. E Dom Luciano queria fundação. Tanto que Dom Luciano, depois que eu li um manifesto na Faculdade de Direito, diante do Ministro [Sucupira](...) em 1967. Dom Luciano disse que se tratava de um [estudante] comunista que queria inviabilizar a universidade, mas eu recebi o apoio da própria faculdade de Direito que na época era federal, do meu diretor que era Dr. Gonçalo Rolemberg<sup>844</sup> e houve vários debates. Foi aí que outras faculdades se integraram através de suas lideranças na ideia que uma fundação (...). Dom Luciano ainda quis manipular com a antiga Faculdade de Filosofia e a Faculdade de Serviço Social. Mas tivemos um grande homem, Dr. Antônio Garcia Filho se posicionou ao lado da Universidade Federal de um tipo de Universidade Federal, gratuita e de boa qualidade é essa nossa proposta. Ela podia ser autarquia, fundação desde quando ela fosse gratuita, de boa qualidade e aberta para todos. Então houve vários debates e por conta destes debates **nós ficamos na crista da onda**, e por isso muitos estudantes foram visados e por conta disso muitos sofreram como eu, Gama, Benedito Figueiredo, Antonio

---

<sup>840</sup> A partir desse momento passaremos a nos referir à Universidade Federal de Sergipe utilizando a denominação Fundação Universidade Federal de Sergipe (FUFSE), como uma forma de evitar possíveis dúvidas quanto ao uso das siglas como UFS, UFSE, FUFSE ou FUFSE relacionadas à mesma instituição. Faremos isso também com o propósito de chamar atenção para o tipo de modelo que ela veio a assumir institucionalmente.

<sup>841</sup> MORAIS, Gizelda. *D. Luciano José Cabral Duarte*: relato biográfico. Op. cit., p. 248.

<sup>842</sup> Op. cit., p. 246.

<sup>843</sup> ESTUDANTES DE DIREITO. *Carta dos Estudantes da Faculdade Federal de Direito de Sergipe ao Dr. Newton Sucupira* [manifestando seu repúdio ao anteprojeto de criação da UFS e criticando a atuação de Dom Luciano Duarte], de 19 de setembro de 1966. In: Instituto Dom Luciano Duarte, caixa 01, pacotilha 06.

<sup>844</sup> A respeito desse apoio, em entrevista recentemente concedida, Marques confidência que a mencionada carta havia contado também com a colaboração do professor Gonçalo na sua elaboração. Ver a respeito em: MARQUES, Wellington Dantas Mangueira. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Renata de Carvalho Santana e Giselle Carvalho Menezes. Aracaju/SE, 28/10/2011.



Vieira, Jackson Barreto, Jackson Sá Figueiredo, Laura, Janete Melo, Ibarê Dantas, Francisco Varella, Mário Jorge Vieira, [entre outros]<sup>845</sup>.

A atitude e a posição descrita por Marques, entretanto, não haviam sido compartilhadas pela presidente do Diretório Acadêmico Silvio Romero, Josefa Paixão. Ela, nesse episódio, segundo o jornal *Gazeta de Sergipe*, dirigiu-se ao representante do Conselho Federal de Educação, professor Newton Sucupira, declarando que aquela carta e discurso não representavam em absoluto “o pensamento do Diretório da Faculdade de Direito”<sup>846</sup>.

### **5.6. A criação da FUFSE e a extinção da DEE de Sergipe**

A crise de legitimidade enfrentada pela DEE de Sergipe e os esforços e debates a respeito da criação de uma universidade no estado, transcorridos ao longo do ano de 1966, tiveram desfechos diferentes. A criação da FUFSE foi oficializada por meio do Decreto-Lei nº 269/1967, enquanto a DEE de Sergipe foi extinta, juntamente com as demais DEEs de outros estados, pelo Decreto-Lei nº 228/1967. Coincidentemente, ambos os decretos foram assinados em 28 de fevereiro de 1967.

O processo de extinção dos órgãos de representação estadual dos universitários, em particular o de Sergipe, na realidade já havia sido iniciado com as prisões e os IPMs instalados pela chamada “Operação Limpeza” deflagrada pelo golpe civil-militar de 1964. A esse primeiro momento de desmobilização foi acrescida a regulamentação imposta pela Lei Suplicy para controlar, em particular, os órgãos de representação estudantil, transformando as Uniões Estaduais dos Estudantes em Diretórios Estaduais de Estudantes; logo, a UEES passou a ser denominada de DEE de Sergipe, sem grande resistência por parte dos universitários.

No caso de Sergipe, seguiram-se então a nomeação de um interventor em fins de 1964, a eleição para a diretoria de 1965 e a polêmica eleição de 1966. O passo seguinte foi a extinção do órgão estudantil de representação estadual em fevereiro de 1967 por força do Decreto-Lei nº 228, de autoria do ministro da Educação, Raymundo Aragão, publicado em

---

<sup>845</sup> MARQUES, Wellington Dantas Manguieira. Entrevistado por Gardênia Correia Palmeira e Glícia Laís Macedo Silva. Aracaju/SE, 03/12/2007 (negritos nosso).

<sup>846</sup> A CRUZADA. *Relator do processo da universidade em Sergipe*. Ano 84, nº 1468, 24 de setembro de 1966, p.11.

28 de fevereiro daquele ano. A partir desse acontecimento, os universitários em Sergipe não mais teriam, até os dias atuais, um órgão de representação estadual<sup>847</sup>.

A dimensão desse Decreto-Lei tem sido, de certa forma, pouco avaliada pelos pesquisadores, que rapidamente o associam à revogação da Lei Suplicy. O Decreto-Lei em questão, de fato revogava a lei anterior, mas mantinha suas proibições, como a que vedava a participação de estudantes em “manifestações políticas ou partidárias ou de ações que impliquem em preceitos religiosos ou raciais”, mantendo em seu artigo 11 as proibições estipuladas no artigo 14 da Lei Suplicy<sup>848</sup>. Além disso, a nova norma trazia em si pontos que merecem mais atenção, a começar pelo tipo de dispositivo jurídico em questão, um Decreto-Lei e não uma Lei, indicando os encaminhamentos do ordenamento jurídico que passava a ser formulado pelo executivo, competência atribuída ao presidente da República pelo artigo 9º, inciso II, do Ato Institucional nº 4.

Elaborada nesse contexto normativo, a proposta desse dispositivo foi o de reformular a organização da representação estudantil, uma vez que a lei anterior havia deixado brechas que eram alvos de contestações. Entre as mudanças instituídas pela norma em apreço destaca-se o estabelecimento, no artigo 2º, de apenas dois tipos de órgãos de representação estudantil: os diretórios acadêmicos, nos estabelecimentos de ensino superior, sejam eles escolas de ensino superior, faculdades, institutos ou cursos; e os diretórios centrais dos estudantes, nas universidades.

O mencionado decreto manteve a obrigatoriedade do voto, mas alterou penalidades para os ausentes: da suspensão do exame parcial ou final, inciso III do artigo 5º da Lei 4.464/64, para a suspensão de 30 dias, parágrafo único do artigo 5º da nova norma; instituiu o processo de eleição para os DCEs de forma indireta, através de colegiados formados pelos DAs; instituiu a “Conferência Nacional do Estudante Universitário”, constituída de um representante de cada DCE e de um representante de cada grupo de 10 escolas superiores, pelo prazo de uma semana anualmente, o que, em tese, ainda que o texto não explicita, presume-se que deveria substituir o DNE; e também oficializou a extinção dos órgãos estudantis de âmbito estadual, autorizando o Ministério

---

<sup>847</sup> Na semana em que essa tese foi concluída e enviada para os membros da banca examinadoras recebemos o convite para a solenidade de refundação da UEES, ocorrida em 02 de março de 2012, uma nova história a ser escrita e pesquisada.

<sup>848</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Revogada a “Lei Suplicy”*. Ano XIII, nº 3.235, 2 de março de 1967, p. 6. A respeito da pouca apreciação da nova Lei, exceção deve ser feita a SILVA, Justina Iva de A. *Estudantes e política: estudo de um movimento (RN 1960-1969)*. Op. cit., pp. 135-136.

Público Federal (MPF ) a dissolvê-los e a incorporar os seus respectivos patrimônios aos da universidade federal do estado a que estivessem relacionados.

### **O Decreto-lei de criação da FUFSE**

Compondo esse cenário dos acontecimentos, em particular aqueles direcionados para a construção de uma reforma administrativa e constitucional voltadas para a institucionalização da nova ordem<sup>849</sup>, no dia 28 de fevereiro de 1967, foi promulgado, pelo presidente marechal Castelo Branco, o Decreto-Lei nº 269 autorizando a instituição da fundação mantenedora da Universidade Federal de Sergipe e as providências para sua implantação.

Esse processo seria concluído com a inauguração, em 15 de maio de 1968, em sessão solene no salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, da Fundação Universidade Federal de Sergipe como um marco cultural para a vida intelectual no estado<sup>850</sup>. Para a historiadora Maria Thétis Nunes, uma das fundadoras da nova instituição, a missão da Universidade Federal de Sergipe, uma vez completada, não poderia deixar de ir ao encontro das “aspirações da juventude com que ela sonha, abrindo novos rumos à educação sergipana”; e finaliza afirmando que a universidade não deve esquecer o compromisso de formar a “juventude dentro da liberdade e do espírito democrático e dando-lhe instrumental que a integre plenamente no mundo atual”<sup>851</sup>.

Nesse sentido, nos primeiros dias da promulgação do mencionado Decreto-Lei, o governador do estado, Lourival Batista, reuniu representantes das seis faculdades em funcionamento e o representante da faculdade de odontologia que estava sendo criada. Nessa reunião, ele oficializou, ainda que de modo simbólico, que o patrimônio e os corpos docentes e discentes das instituições estaduais passariam a compor os da fundação recém-criada<sup>852</sup>. Não obstante a euforia das autoridades, a reportagem que descrevia o ocorrido informava que a instalação da universidade somente ocorreria no ano de 1968, uma vez

---

<sup>849</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Op. cit., pp. 112-138.

<sup>850</sup> A CRUZADA. *Solenidade de instalação da FUFSE, marco cultural na vida sergipana*. Ano 49, nº 1545, 18 de maio de 1968, p.1.

<sup>851</sup> NUNES, Maria Thétis. “A missão da Universidade de Sergipe”. In: *A Cruzada*. Ano 49, nº 1545, 18 de maio de 1968, p.1.

<sup>852</sup> SERGIPE. *Decreto Estadual nº 1362/67*, de 14 de maio de 1967.

que, carecia “ainda da inclusão de dotação orçamentária nos termos da legislação em vigor”<sup>853</sup>, como de fato parece ter ocorrido.

### **A extinção da DEE de Sergipe**

Nesse mesmo período em que autoridades estaduais, professores e funcionários comemoravam o decreto que criava a FUFSE, os calouros aprovados no vestibular para a Faculdade de Medicina de Sergipe saíram às ruas para realizar o já tradicional trote cultural. Fantasiados, os estudantes estamparam em seus cartazes mensagens com deboches e críticas ao cotidiano político, econômico e ideológico da época. E, como era costumeiro, os novos universitários receberam a atenção da população que transitava pelas principais ruas da capital do estado. Dentre as frases colocadas nos cartazes destacam-se:

#### **LIBERDADE DE IMPRENSA**

“A liberdade de Imprensa é o caminho mais curto entre um artigo de jornal e a cadeia”;

#### **A REVOLUÇÃO E A DEMOCRACIA**

“A revolução ajudou a democracia”;

#### **A ENERGIPE [Empresa de Energia de Sergipe]**

“De parabéns a Energeipe que proporcionou o aumento da população”;

#### **MATEMÁTICA MODERNA**

“Matemática Moderna, o progresso dos Estados Unidos está diretamente proporcional ao subdesenvolvimento do Brasil”;

#### **CASTELO**

“Castelo, Casarão Velho. Feio que vive nos assustando com Histórias de Fantasmas”;

#### **PREFEITO, BURACOS E VATAPA [VATAPÁ]**

“Prefeito: “ não existe buraco que eu não VATAPA”;

#### **O PESCOÇO DA CADEIA**

“Pescoço, parte do corpo Humano que da [dá] cadeia”;

#### **A JUSTIÇA**

“Justiça, instrumento utilizado para castigar os universitários”<sup>854</sup>.

---

<sup>853</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Decreto cria a universidade* [manchete da primeira página]. Ano XII, nº 3.235, 2 de março de 1967, p.1.

<sup>854</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Trote de medicina saiu às ruas*. Ano XII, nº 3.235, 2 de março de 1967, p.1.

O tom de deboche e a crítica ao cotidiano político do estado prosseguiram ao longo daquela semana com os trotes da Faculdade Católica de Filosofia<sup>855</sup>, satirizando a presença de políticos baianos no estado, em particular o governador Lourival Batista e alguns de seus assessores. Lourival Batista, médico baiano, radicado em Sergipe, havia explorado suas relações pessoais e políticas em Salvador e em Brasília para ser indicado pela presidência da República governador do Estado de Sergipe a partir de 1967. Segundo o historiador Ibarê Dantas, Lourival Batista foi uma figura política avessa a polêmicas, a enfrentamentos, e que procurava servir de modo pragmático e com desenvoltura a ordem autoritária em meio às intrigas e competições internas de seus aliados insatisfeitos com sua indicação<sup>856</sup>. Tais insatisfações também foram reverberadas pelos estudantes universitários de algumas instituições de ensino superior existentes em Sergipe naquele ano.

Esses trotes foram seguidos pelo da Faculdade de Direito, que havia escolhido como tema de suas críticas a questão do uso da não violência<sup>857</sup>. E entre as manifestações de deboche e de crítica, chama atenção a da Faculdade de Ciências Econômicas ao equiparar, em tom de sátira, a relação do “Brasil-EEUU” com a de “Sergipe-Bahia”, duas “grandes Alianças para o progresso”. Numa referência aos acordos desvantajosos que o país realizava com os Estados Unidos e, no caso de Sergipe, com os baianos presentes à administração pública estadual, em particular do governador Lourival Batista. Esse claro rompante de bairrismo reflete os interesses de grupos políticos estaduais representados entre os estudantes universitários, sobretudo aqueles que haviam sido desprestigiados pelos militares com a escolha de Lourival Batista, no caso, os experientes Leandro Maciel e Augusto Franco.

Para além das querelas locais, o trote dos calouros da Escola de Serviço Social também se mostrou instigante para se compreender o espírito estudantil daquele momento. A mensagem dos versos “O Direito do Estudante é não ter direito a nada/Palmatória quebra dedo/Chicote deixa marcas/Cacete quebra costa/Mas não quebra opinião”<sup>858</sup> expressava o sentimento de rebeldia que parecia se tornar cada vez mais presente entre parte dos estudantes que viveram aquele momento. O sentimento de fazer valer sua opinião ainda que sob controle, vigilância e ameaça.

---

<sup>855</sup> GAZETA DE SERGIPE. *FAFI critica ensino: trote*. Ano XII, nº 3.242, 11 de março de 1967, p. 6.

<sup>856</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., pp. 63-66.

<sup>857</sup> GAZETA DE SERGIPE. [nota sem denominação]. Ano XII, nº 3.245, 15 de março de 1967, p. 6.

<sup>858</sup> Op. cit.

Todavia, entre os trotes, a crítica dos calouros de economia, expressada através da frase: “Semelhança entre a SUNAB e o DEES: o primeiro não faz nada e o segundo também”, tinha como alvo o descontrole dos preços, que deveriam ser fiscalizados pela Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB), situação caricaturada como semelhante à atuação da DEES – ou como estamos tratando da DEE de Sergipe – que, de igual modo, não operava a assistência devida aos estudantes e nem à sua representação política<sup>859</sup>. Essa crítica, em particular, revelava, por um lado, que aquele órgão estudantil pouco atuava e, por outro, a indiferença dos estudantes quanto ao fim a ele colocado pelo Decreto-Lei nº 228 de 28 de fevereiro de 1967.

Além de extinguir o DEE de Sergipe, o mencionado decreto criou uma situação jurídica atípica, uma vez que, como Sergipe ainda não havia constituído uma universidade federal, processo iniciado na década de 1950. E a lei presumia a já federalização das instituições de ensino superior agrupadas em pelo menos uma universidade em cada estado, o que somente ocorreria em Sergipe em 1968, observa-se que fora criado um problema para o Ministério Público Federal, órgão responsável pela dissolução dos bens da DEEs nos estados.

O problema configurado vinculava-se a que instituição seria destinada a guarda dos possíveis bens da DEE de Sergipe, já que o decreto prescrevia que eles fossem transferidos para a universidade federal existente no estado. Como oficialmente a FUFSE foi inaugurada em maio de 1968, nesse intervalo de tempo entre, fevereiro de 1967 e maio de 1968, os possíveis bens existentes da UEES transformada em DEE de Sergipe devem ter ficado sobre a guarda do MPF. A localização dos documentos atinentes a esse processo de extinção podem quiçá revelar detalhes importantes dessa situação política e jurídica.

A extinção do órgão de representação estadual dos estudantes universitários e a inexistência de uma universidade significavam, não apenas o fechamento daquele órgão, como também a impossibilidade da criação de outro órgão de representação universitária que não fossem os diretórios acadêmicos. Dessa forma, a situação descrita impossibilitava a fundação do diretório central de estudantes, o que somente ocorria em setembro de 1968, meses após a criação da FUFSE.

---

<sup>859</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Uni.[versitários] criticam só baianada*”. Ano XII, nº 3.243, de 12 de março de 1967, p. 5.

## Capítulo VI – “Liberdade sem democracia”: a reação dos DAs à Lei Suplicy

### 6.1. A reorganização dos diretórios acadêmicos após o golpe

Após o golpe civil-militar de 1964, o cenário político do país, o clima de delação e a prisão de algumas lideranças do movimento estudantil universitário contribuíram para a desarticulação dos estudantes. Naquele ano, as tradicionais eleições realizadas para as diretorias da UEES e dos órgãos de representação estudantil das escolas e faculdades de ensino superior, na sua quase totalidade, não ocorreram. Em seu lugar os documentos e as notícias publicadas na imprensa dão conta da oficialização do processo de intervenção no órgão de representação estadual, UEES, e da necessidade de as demais entidades estudantis, no caso os diretórios acadêmicos e do centro acadêmico de direito, adaptarem seus estatutos à Lei Suplicy.

Em termos jurídicos, como já discutido, a nova lei revelava a intenção do governo em controlar as entidades estudantis, subordinando-as às respectivas esferas de ensino e de atuação, restringindo a participação dos estudantes às atividades recreativas e cívicas, estabelecendo o voto obrigatório, assim como limitando a participação política de alunos com alguma forma de pendência acadêmica. Entretanto, o intuito de controlar as mencionadas entidades acabou por produzir entre os seus efeitos também a retomada das atividades estudantis, sobretudo na esfera dos diretórios acadêmicos, como se pode verificar no decorrer deste capítulo.

Nesse período, Sergipe tinha um campo editorial restrito ao jornal *Gazeta de Sergipe*, submetido à censura; ao *Sergipe Jornal* que evitava fazer críticas políticas; a *Revista Perspectiva* que só publicou duas edições, e a *Revista Alvorada*, de maior regularidade, mas que não definia sua orientação política. Segundo Ibarê Dantas, eram os jornais do Sudeste, particularmente os do Rio de Janeiro, que esboçavam uma leitura “desassombrada” daquele contexto, sobretudo o *Correio da Manhã*, o *Última Hora* e o *Jornal do Brasil*<sup>860</sup>.

Esses jornais eram aguardados nos principais pontos de venda da cidade e “avidamente devorados pelos consumidores de notícias”, que buscavam neles os artigos de Carlos Heitor Cony, Márcio Moreira Alves, Edmundo Muniz e Hermano Alves. Estas leituras “encontravam alguma receptividade não apenas no ambiente universitário, mas

---

<sup>860</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit. pp. 68-69.

[também] em uma minoria de cidadãos mais intelectualizada”<sup>861</sup>. A respeito desse período, Ibarê Dantas diz: “recordo-me [de] que poucos, no círculo de minhas experiências diretas ou por meio dos articulistas, acreditavam que [esse período] durariam 20 anos”<sup>862</sup>.

Em meio a esse cenário e após a prisão das lideranças ligadas ao movimento em favor das reformas de base, coube aos estudantes secundaristas e universitários a realização de mobilizações políticas contra a ditadura civil-militar que se instalava no país. Aos secundaristas couberam as primeiras movimentações neste sentido, sobretudo junto ao CES, como já discutido. Já os universitários, após o impacto do golpe e da legislação engendrada para controlar os órgãos estudantis de representação, coube as mobilizações de maior efeito. Essas mobilizações ocorreram, sobretudo, a partir de 1965, na Faculdade de Filosofia de Sergipe, e a partir de 1966, na Faculdade de Direito de Sergipe e nas demais instituições de ensino superior.

Em Sergipe, de um modo geral, a ausência ou a fraca resistência evidenciada pelos estudantes frente à adaptação dos estatutos de seus órgãos representativos à Lei Suplicy alimenta a evidência de que os estudantes haviam sentido os efeitos do golpe. Desta forma, a adaptação à nova legislação acabou por ser mais um momento de retomada da organização dos diretórios, ainda que restrita a atividades cívicas, recreativas e pedagógicas, do que um motivo para mobilizações de protesto e resistência. Neste sentido, pelo menos inicialmente, o cumprimento da nova lei contribuiu para conferir uma maior visibilidade ao movimento estudantil tanto junto à imprensa local quanto junto às autoridades responsáveis pelo ensino superior.

Em relação aos diretórios acadêmicos e ao centro acadêmico existentes em Sergipe, esse efeito parece evidente. Após o golpe, esses órgãos de representação estudantil passaram por um período de refluxo no qual a grande maioria deles não conseguiu realizar as eleições para a escolha das novas diretorias. Neste sentido, a publicação da Lei Suplicy e suas exigências normativas acabaram por demandar dessas instituições a adaptação de seus estatutos e a realização dos processos eleitorais para escolha das novas diretorias, fatos que ocorreram entre os meses de fevereiro e abril de 1965. Esse processo, como já discutido, também contribuiu para a escolha dos representantes dos diretórios acadêmicos para composição da chapa que concorria à primeira diretoria a ser eleita do DEE de Sergipe.

---

<sup>861</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit. pp. 68-69.

<sup>862</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. Informação concedida ao autor, através de e-mail, em 11/07/2011.



Entre os diretórios acadêmicos existentes em Sergipe nesse período, a situação do Diretório Acadêmico Antônio César Leite (DAACL), relacionado aos estudantes da Faculdade de Medicina de Sergipe (FMS) foi, pelas evidências pesquisadas, o único a realizar as eleições acadêmicas naquele ano de 1964. Fundado em 5 de abril de 1961, esse diretório realizava suas eleições no mês de março de cada ano, como prescrevia o artigo 33 de seu estatuto<sup>863</sup>. Dessa forma, antes da eclosão do golpe civil-militar de 1964, o DAACL já havia realizado suas eleições para aquele ano<sup>864</sup>.

Seguindo essa dinâmica, a terceira diretoria do DAACL, eleita para a gestão 1963/1964, realizou entre os dias 23 e 30 de março de 1964, portanto às vésperas do golpe, a eleição para a escolha da nova diretoria e dos representantes da FMS para o Conselho Técnico Administrativo (CTA). Compuseram essa diretoria: o presidente Lauro Augusto do Prado Maia, vice-presidente Jairo Fontes Sampaio, tesoureiro Amaury Motta Moreira, secretário geral João Fernando Salviano, 1º secretário Fedro Menezes Portugal, secretária de cultura e intercâmbio Simone de Moura Matos, secretário de imprensa e publicidade Caetano de Almeida Quaranta, secretária social Lêda Maria Costa Martins, conselheiros fiscais William de Oliveira Meneses, Wilma Gonçalves Melo e Maria Selma Andrade; e ainda os representantes para o CTA José Côrtes Rolemberg Filho, José de Alencar Cardoso Neto e José Fernando Salviano<sup>865</sup>.

Transcorrido o mencionado processo eleitoral, em 2 de abril de 1964, o DAACL comunicou à direção da faculdade a eleição dos discentes Marcos Aurélio Costa Lima Resende, Eduardo Antônio Conde Garcia, José de Alencar Cardoso Neto e Antônio Leite Cruz para o CTA e do estudante Caetano de Almeida Quaranta para a direção do diretório<sup>866</sup>. Após o golpe, coube a essa direção a responsabilidade de realizar a adaptação do estatuto daquele diretório à Lei Suplicy e submetê-lo à apreciação da assembleia geral dos estudantes que, em 5 de março de 1965, aprovou por unanimidade a mencionada mudança estatutária<sup>867</sup>.

---

<sup>863</sup> DAACL. *Estatuto do Diretório Acadêmico Augusto César Leite*. Op. cit.

<sup>864</sup> DAACL. *Of. s/n/DAACL*, de 2 de abril de 1964 para a FMS. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CCBS, Caixa 01, item 01.

<sup>865</sup> DAACL. *Of. 01/1963/DAACL*, s/d para a FMS. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CCBS, Caixa 32, item 100.

<sup>866</sup> DAACL. *Of. s/n/DAACL*, de 2 de abril de 1964 para a FMS. Op. cit.

<sup>867</sup> Esta informação consta do Of. nº 08/1966 /DAACL, de 15 de junho de 1966, enviado ao diretor da FMS. Informação retificada pelo Of. nº 11/1966/DAACL, de 16 de agosto de 1966, enviado ao diretor da FMS, que informa o dia 5 de março, e não 25 de março de 1965, como o dia em que ocorreu a citada assembleia dos estudantes de medicina. Ver a respeito, respectivamente: DAACL. *Of. nº 08/1966 /DAACL*, de 15 de junho

Ao contrário do DAACL, os demais órgãos de representação estudantil, ao que parece, realizavam suas eleições anuais em outros momentos do período letivo, provavelmente entre os meses de agosto, a depender da instituição. Diante desse outro calendário, esses órgãos sentiram de modo mais direto e intenso os efeitos do momento político que o país atravessava, pelo menos no que se refere à realização do processo eleitoral de suas respectivas entidades. Esta parece ter sido a situação dos estudantes de química, economia, direito e filosofia.

No caso dos estudantes do Diretório Acadêmico Antonio Militão de Bragança (DAAMB), vinculado à Escola de Química de Sergipe (ESQ), existem registros de que as reformulações do estatuto da entidade em relação à Lei 4.464/1964 ocorreram em meio a poucos debates e falta de interesse por parte dos estudantes. Excetuando as falas dos estudantes Roriz, Carlos Bôto, Francisco Varela e José Cláudio, os quais, na primeira assembleia destinada ao assunto, esboçaram algumas discussões sobre as emendas que estavam sendo propostas ao estatuto da entidade<sup>868</sup>.

A esse respeito, o registro da segunda ata da assembleia geral dos estudantes de química destaca a fala do presidente daquele diretório, Márlcio de Araújo Gentil, acerca do pouco envolvimento dos estudantes com a questão. Nessa fala, o presidente do DAAMB comenta “a falta de interesse e responsabilidade dos colegas em resolver o assunto em tela [após duas sessões seguidas sem o quórum suficiente de 2/3]”. Em razão dessa situação e dos prazos determinada pela Lei Suplicy, a assembleia resolveu considerar aprovadas as novas emendas ao estatuto do Diretório Acadêmico da Escola de Química de Sergipe<sup>869</sup>.

Além do presidente do DAAMB, Márlcio de Araújo Gentil, eleito para a gestão 1963/1964, a direção desse diretório também foi composta pelo vice-presidente Pedro Sampaio Linhares, 1º secretário Clêmisson da Silva Araújo, 2ª secretária Teresinha Mary Machado, 1º tesoureiro Renan Nogueira Cardoso, 2º tesoureiro Ronaldo Carvalho Santos. Durante essa gestão, o representante do DAAMB junto à UEES era o estudante Carlos Roriz Silva, sendo sua suplente Maria Aparecida Ataíde Lisbôa<sup>870</sup>. Essa diretoria, que

---

de 1966. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CCBS, caixa 01, item 02. E: DAACL. *Of. nº 11/1966/DAACL*, de 16 de agosto de 1966. In: Op. cit.

<sup>868</sup> DAAMB. *Ata da 62ª sessão extraordinária do DAAMB da Escola de Química de Sergipe*, 20 de março de 1965. In: Arquivo UFS: Fundo CCET-DQI, caixa 27, item 84.

<sup>869</sup> DAAMB. *Ata da 63ª sessão extraordinária do DAAMB da Escola de Química de Sergipe*, 29 de março de 1965. In: Arquivo UFS: Fundo CCET-DQI, caixa 27, item 84.

<sup>870</sup> DAAMB. *Termo de posse da diretoria do DAAMB*, de 2 de outubro de 1964. In: Arquivo UFS: Fundo CCET-DQI, caixa 27, item 84.

havia tomado posse em 3 de outubro de 1963, atravessou o conturbado processo político do ano de 1964, e nos primeiros meses de 1965 conduziu as discussões e a aprovação de mudanças no estatuto do DAAMB para se adequar à Lei Suplicy.

Neste intervalo de tempo, três dias após a aprovação da adaptação do estatuto desse diretório aos dispositivos da Lei Suplicy, ocorrida em 29 de março de 1965, foi empossada para um mandato tampão, que se estendeu até outubro daquele ano, a seguinte diretoria: presidente José Augusto dos Santos; vice-presidente Rivaldo Souza Boto; 1º secretário Antonio Carlos Valadares<sup>871</sup>; 2ª secretária Clara Marise Carvalho Firemaud; 1º tesoureiro Cleobaldo da Silva Araújo; 2º tesoureiro Newton Fontes, e para representante junto a DEE de Sergipe, Ronaldo Carvalho Santos<sup>872</sup>. A nova diretoria assumia com o propósito de regularizar o tempo de mandato do DAAMB, uma vez que, a exemplo dos demais diretórios, não havia sido realizado o processo eleitoral no ano de 1964.

No caso do Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEA), a ata da reunião extraordinária realizada pela congregação daquela faculdade, em 19 de março de 1965, deliberou sobre a reformulação dos estatutos daquele diretório em atendimento à Lei Suplicy sem registros de divergências. Fizeram parte dessa reunião os professores Luiz Carlos Rolemberg Dantas, José Amado Nascimento, Paulo Rocha de Novaes, Adelcy Figueiredo Santos, Alberto Carvalho, José Bispo dos Santos, Gilson Cajueiro de Holanda, Gabriel Machado Silva, Wilson Barbosa de Melo, José Aloísio de Campos e o representante do corpo discente, Edgar Semião da Mota Neto<sup>873</sup>. Esse tipo de registro aponta como tanto as entidades estudantis quanto as

---

<sup>871</sup> Antonio Carlos Valadares, além de ter cursado Química. Formou-se em Direito também pela FUFSE. Atuou no movimento estudantil, ainda que de modo discreto. Já sua carreira política teve início como prefeito de sua cidade natal, Simão Dias, em 1967, pela Arena. Depois então, elegeu-se deputado estadual por dois mandatos, deputado federal, vice-governador no governo de João Alves Filho, elegendando-se governador de Sergipe em 1986, pelo PFL, sendo o único governador eleito do país, naquele ano, que não pertencia ao PMDB. Elegeu-se Senador em 1994, pelo PP, reelegendo-se ao senador em 2002, pelo PSB, e em 2010, novamente pelo PSB, reelege-se para senado pela terceira vez. A respeito de sua eleição ao governo de Sergipe em 1986, pelo PFL, alguns pesquisadores avaliaram que sua eleição engrossava “a ala dos conservadores”, mas que estranhamente ele foi “apoiado pelo PC do B e pelo PCB, legalizados em 1985”. Ver a respeito em: Rubim Santos Leão de Aquino; Fernando Vieira; Gilberto Agostino; Hiran Roedel. *Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais: da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo*. São Paulo: Editora Record, 2007, p. 808. E ainda para obter mais informações sobre a biografia de Antonio Carlos Valadares, ler: SANTOS, Osmário. *Memórias de políticos de Sergipe no século XX*. Op. cit., pp. 89-111.

<sup>872</sup> DAAMB. *Termo de posse da diretoria do DAAMB*, de 24 de abril de 1965. In: Arquivo UFS: Fundo CCET-DQI, caixa 27, item 84.

<sup>873</sup> FCEA. *Ata da reunião extraordinária da Congregação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas*, de 19 de março de 1965. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CCSA –DEE, caixa 03, item 08.

congregações e demais conselhos deliberativos das instituições de ensino superior procuraram adequar-se ao novo escopo jurídico educacional em vigor no país naquele momento.

A respeito da diretoria desse diretório acadêmico, além do secretário geral Edgar Semião da Mota Neto, representante dos estudantes de economia na reunião da congregação da FCEA, a gestão eleita para o período 1963/1964 foi formada pelo presidente Renato Rosal Porto, vice-presidente Selma Viana de Assis, 1º secretário José Rafael de Oliveira, 2ª secretária Josefa Claudia dos Santos, 1º tesoureiro Fernando Firpo Cruz e pela 2ª tesoureira Maria Janete Santos Macedo<sup>874</sup>. E a exemplo do transcorrido na Escola de Química de Sergipe, não ocorreram na FCEA as eleições estudantis em 1964, resultando também no prolongamento da gestão para o primeiro semestre letivo de 1965.

Desta forma, competiu à gestão eleita em 1963 providenciar a adaptação dos estatutos da entidade à nova lei. Nesse ínterim, após adaptação dos estatutos, teve também sequência o processo eleitoral para direção daquela entidade estudantil, inicialmente agendado para o dia 22 de abril de 1965, mas adiado para maio em razão de protestos ocorridos em face da inscrição de apenas uma chapa e da denúncia de manobras eleitorais<sup>875</sup>.

É interessante lembrar, a esse respeito, que alguns dos dispositivos da Lei Suplicy criavam dificuldades para que alguns alunos concorressem aos pleitos eleitorais. Este fato parece ter impedido ou dificultado tanto junto aos diretórios quanto junto à DEE de Sergipe as inscrições de algumas chapas. Em relação às eleições do DA da FCEA, após as mudanças nos estatutos, os registros acerca da realização do pleito eleitoral desse diretório dão conta de que ele se realizou em 6 de maio de 1965, portanto, após a eleição da primeira diretoria da DEE de Sergipe, que ocorrera no final de abril. Foram eleitos para a gestão 1965/1966 desse diretório o presidente Fernando Sampaio Leite, o vice-presidente David Menezes Prudente, o secretário geral Antonio Vieira da Costa, o 1º secretário José Nogueira de Menezes, a 2ª secretária Aurora Tavares Viana, o 1º tesoureiro Francisco de Andrade e o 2º tesoureiro Carlos Alberto Prado de Andrade<sup>876</sup>.

---

<sup>874</sup> AESI/FUFSE. *Relação dos membros do Diretório Acadêmico da FCEA (1952-1974)*. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CCSA - DEE, caixa 03, item 08.

<sup>875</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Hoje eleição na Faculdade de Ciências Econômicas*. Ano X. n.º 2688, 23 de abril de 1965, p.1

<sup>876</sup> AESI/FUFSE. *Relação dos membros do Diretório Acadêmico da FCEA (1952-1974)*. In: Op. cit.

O caso da Faculdade de Direito também não destoa dos acontecimentos eleitorais ocorridos entre os estudantes de química e os de economia. Como já havíamos comentado, o presidente do CASR, na gestão 1963/1964, Albano Franco, declarou à imprensa que era contra o fechamento da UNE e contra a transformação dos órgãos de representação estudantil em meros clubes recreativos; entretanto, parece não ter esboçado críticas quanto ao processo de intervenção na UEES.

Além dessa posição ambígua, Albano Franco também externou sua negativa quanto à posição de não aceitar a prorrogação do seu “mandato como presidente no diretório acadêmico”<sup>877</sup>. Entretanto, não obstante essa declaração, as pesquisas realizadas indicam que naquele ano não ocorreram eleições regulares no Centro Acadêmico Silvio Romero da Faculdade de Direito de Sergipe, tratado na reportagem como diretório e não como centro por força da nova lei.

Reforça essa afirmação o registro da realização de eleições estudantis, em 10 de abril de 1965, no ano seguinte, para a nova diretoria do mencionado centro acadêmico, possivelmente também após as adaptações de seus estatutos à Lei Suplicy. Este processo eleitoral, por sua vez, foi tumultuado por denúncias e por um apertado resultado eleitoral. Ao final desse processo, a chapa “União e Trabalho”, presidida por Carlos Waldemar Machado, venceu a chapa concorrente, encabeçada pelo estudante José Carlos Monteiro, por uma diferença de apenas quatro votos<sup>878</sup>.

É interessante observar a respeito do CASR que era a única instituição de representação estudantil que adotava a nomenclatura de centro acadêmico no estado. E apesar de essas duas nomenclaturas – centro e diretório – figurarem entre os diversos órgãos de representação estudantil no país, a Lei Suplicy normatizava que estes fossem denominados como diretórios acadêmicos. Esta situação não prevista pela lei inicial foi ajustada juridicamente com a publicação da Portaria 747, de 7 de dezembro de 1964, que permitia às entidades de representação estudantil, a exemplo do CASR, continuarem utilizando a antiga denominação, no caso de centro acadêmico.

Já em relação aos estudantes das faculdades católicas, as evidências localizadas revelam duas situações opostas: por um lado temos a ausência de registros a respeito da situação do Diretório Acadêmico Maria Khriel, vinculada à Escola de Serviço Social, em

---

<sup>877</sup> Entrevista concedida por Albano Franco ao jornalista Osmário Santos publicada no Jornal da Cidade em 4 de agosto de 1998. In: SANTOS, Osmário. *Memórias de políticos de Sergipe no século XX*. Op. cit., p. 68.

<sup>878</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Faculdade de Direito realizou eleições no CASR*. Ano X, nº 2681, 11 de abril de 1965, p.1.

relação à adaptação dos seus estatutos à Lei Suplicy, assim como a respeito da realização ou não de eleições estudantis nesse período; por outro lado, a existência de uma razoável quantidade de registros em relação à Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe – FCFS ou FAFI, como também era chamada – tanto em relação à adequação do estatuto de seu diretório acadêmico à Lei Suplicy como em relação à eleição da nova diretoria da entidade estudantil no ano de 1965. E em razão dessas fontes e das peculiaridades que elas revelam a respeito da reação dos estudantes da FAFI no tocante à discussão em questão, ela será tratada à parte no tópico a seguir.

## **6.2. A Lei Suplicy, a FCFS e a reforma do estatuto do DAJF**

No caso dos estudantes do Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo (DAJF), vinculado à FCFS, esse debate projetou-se para fora dos muros da faculdade, chegando a ocupar as páginas dos jornais que circulavam no estado na época. A polêmica girou em torno da rejeição dos estudantes da FCFS quanto à adequação dos estatutos do diretório acadêmico à Lei Suplicy e quanto à pressão do então diretor daquela faculdade, monsenhor Luciano José Cabral Duarte. Essa autoridade de ensino, inicialmente procurou estimular os estudantes a adequarem o estatuto de sua entidade de representação estudantil para que ela cumprisse as determinações da nova lei. Mas, no segundo momento, diante da resistência esboçada pelos estudantes, esses estímulos converteram-se em embates que se estenderiam até os idos de 1966 após uma sucessão de acontecimentos.

No centro desta disputa havia os limites de uma aparente “democracia sem liberdade”, sobre a qual o princípio da autonomia política dos estudantes do DAJF foi confrontado com a nova legislação e as imposições da direção do FCFS. Em Sergipe, como já discutido, a vigência da Lei Suplicy, a partir de novembro de 1964, não havia encontrado um processo de resistência efetiva. Desta forma, gradativamente, os diretórios acadêmicos foram reformando seus estatutos e passaram a ser subordinados à nova legislação. Diante desse quadro de acomodação a reação do DAJF à nova legislação foi o mais significativo exemplo de resistência evidenciado em relação a essa normatização jurídica.

No país, embaladas por essa orientação normativa, algumas instituições mostraram mais empenho do que outras no atendimento a essa nova demanda. A Universidade Católica de Salvador, como exemplo, não se esquivou de pressionar seus

alunos para que estes logo se enquadrassem à nova lei<sup>879</sup>. E no caso de Sergipe, a FCFS comungou da mesma postura. Pelo menos no caso da segunda, o sentimento de anticomunismo e a defesa dos valores da democracia cristã parecem também ter sido decisivos na rápida adesão à legislação em discussão.

### **O sentimento de anticomunismo e a defesa da democracia cristã**

O sentimento de combate ao anticomunismo por parte da Igreja Católica, já presente nas encíclicas papais desde o século XIX, a partir da década de 1920, com a criação do Centro Dom Vital<sup>880</sup> e da Revista *A Ordem*<sup>881</sup>, dirigida pelos intelectuais católicos leigos Alceu de Amoroso Lima e Jackson de Figueiredo, passa a esboçar críticas tanto ao comunismo como ao liberalismo. Na década seguinte, através das Ligas Eleitorais Católicas (LEC), dos Círculos Operários (COs) e das Frentes Agrárias, a Igreja Católica não apenas procurou assegurar a sua participação política no poder como estimular a oposição dos participantes dos mencionados movimentos leigos em relação ao “perigo comunista”<sup>882</sup>.

Já na década de 1950 até os idos do golpe civil-militar, entretanto, alguns setores da Igreja Católica, vinculados à direção da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil e à Ação Católica, em particular a JUC, a JEC e JOC, “passaram a assumir posições de apoio as lutas populares”<sup>883</sup>. Esse tipo de apoio, segundo Rodeghero, “fez com que as críticas ao comunismo ou a determinados aspectos do capitalismo (como o laicismo e a secularização) dessem lugar ao questionamento das injustiças sociais”<sup>884</sup>. O posicionamento de alguns setores da Igreja Católica nesse período em relação às injustiças sociais e aos movimentos populares, portanto, não deve ser tomado como adesão aos movimentos de esquerda ou

---

<sup>879</sup> BRITO, Antonio Mauricio F. *O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968)*. Op. cit., pp. 124-125

<sup>880</sup> A criação do “Centro Dom Vital”, órgão encarregado de difundir o pensamento católico, contou também com o apoio de Dom Sebastião Leme. Religioso que passou a organizar os católicos no sentido de exigir um tratamento especial por parte do Estado Republicano. Ver a respeito: GOMES, Ângela Castro. “Silêncio e Orações: as relações Estado, Igreja e classe trabalhadora no pós-30”. In: *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro: ISER, n.14/2, 1986.

<sup>881</sup> VELOSO, Mônica P. “A Ordem, uma revista de doutrina política e cultura católica”. In: *Revista de Ciência Política*. Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, jul/set, pp. 117-160, 1978.

<sup>882</sup> Ver a respeito: RODEGHERO, Carla Simone. “Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, V. 22, nº 44, pp. 463-488, 2002. E ainda sobre o anticomunismo no Brasil, ler: SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. Op. cit.

<sup>883</sup> Op. cit., p. 480-481

<sup>884</sup> RODEGHERO, Carla Simone. Op. cit.

mesmo de valorização da democracia liberal burguesa. Neste sentido, a obra social de Dom José Vicente Távora, arcebispo de Sergipe no período mencionado, pode ser compreendido como um dos exemplos do combate às injustiças sociais realizadas pela Igreja Católica e não como uma aproximação dessa instituição com as ideias liberais ou comunistas<sup>885</sup>.

A esse esclarecimento podem ser acrescidas ainda pelos menos duas discussões importantes para se compreender a rápida adesão da direção da FCFS à Lei Suplicy e de como os incidentes provocados por essa postura revelaram sentimentos anticomunistas e antidemocráticos na mencionada instituição de ensino. A primeira atenta para o posicionamento do diretor da FCFS, o então monsenhor Luciano Duarte, religioso formado em meio às campanhas de combate ao comunismo, professadas pela Igreja Católica nas décadas de 1930 e 1940<sup>886</sup>.

A segunda evidencia é que esse diretor mantinha correspondência com agências de combate ao comunismo, a exemplo da Sociedade de Estudos Interamericanos (SEI), instituição financiada pelo complexo IPES/IBAD, sediada em São Paulo a rua João Adolfo<sup>887</sup>. Em um dessas correspondências, o mencionado religioso solicita o envio de “4 discos do Curso de líderes democráticos”, preparados por aquela instituição<sup>888</sup>. Esse material era, segundo o monsenhor Luciano Duarte, necessário para a urgente “preparação de nossa juventude, para fazer face à crescente [e] alarmante penetração dos comunistas”<sup>889</sup>. Esse tipo de preocupação também o estimulou a solicitar de uma liderança do DAJF que tomasse cuidado com as correspondências recebidas pelo mencionado órgão estudantil para que não fossem divulgadas publicações com conteúdos de esquerda entre os estudantes da FCFS<sup>890</sup>.

Essa postura do então diretor da FCFS, de controlar as correspondências recebidas pelos estudantes, tinha o intuito de evitar a difusão de certas ideias entre os estudantes

---

<sup>885</sup> NASCIMENTO, Isaias. *Dom Távora, o bispo dos operários*. Op. cit. pp. 127-176.

<sup>886</sup> Luciano José Cabral Duarte conclui o seminário menor em Aracaju em 1937, segue sua formação filosófica e teológica no seminário maior de Olinda a partir de 1942, estudos concluídos no seminário maior da cidade São Leopoldo no Rio Grande do Sul entre os idos de 1945 e 1947. Mais informações a respeito em: MORAIS, Gizelda. *D. Luciano José Cabral Duarte: relato biográfico*. Op. cit., pp. 34-57.

<sup>887</sup> Ver a respeito em: SILVA, Vicente Gil da. *Aliança para o Progresso no Brasil: de propaganda anticomunista à instrumento de intervenção política*. Op. cit., pp. 172-173.

<sup>888</sup> FCFS. *Of. s/nº/FCFS para o SEI*, de 8 de setembro de 1960. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CECH – DHI, Caixa 23, item 84. A esse respeito, é importante não confundir SEI – Sociedade de Estudos Interamericanos –, com SEI – Serviço Estadual de Informações –, atrelado ao DOPS e a SSP do Estado de Sergipe. O primeiro sendo uma instituição de intercâmbio cultural e ideológico, e o segundo um serviço de informações e segurança.

<sup>889</sup> Op. cit.

<sup>890</sup> NASCIMENTO, José Maria do. Entrevistado por José Vieira da Cruz e José Robério Santos. Aracaju/SE, 23/05/2008.



daquela faculdade. Essa atitude também se justificava pelo fato de ele ter sido assistente espiritual da JUC nos primeiros anos de sua existência no estado, sendo que esse grupo ainda tinha influência no meio estudantil da citada faculdade no período em discussão. Nesse trabalho de assistência espiritual ele estimulava os universitários a desenvolverem ações de evangelização e de assistência social e mostrava-se resistente ao envolvimento desses estudantes em debates políticos, sobretudo aqueles que não estivessem em conformação com o pensamento humanista cristão<sup>891</sup>.

Os estudantes da FCFS, possivelmente sob a influência do então padre Luciano José Cabral Duarte e de professores associadas à Liga Universitária Católica, escolheram, o intelectual católico sergipano, Jackson de Figueiredo para nomear o diretório acadêmico daquela faculdade. Esse intelectual, notabilizado pelas críticas deferidas às ideias liberais e comunistas que se contrapunham ao pensamento humanista cristão, também foi homenageado por diretórios de filosofia de outros estados como da Faculdade Católica de Filosofia de Curitiba e da Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, dentre outras.

Dessa forma, as raízes anticomunistas e de aversão ao liberalismo, no caso da FCFS, já estavam estabelecidos desde a fundação da instituição, seja entre alguns de seus docentes, em particular, o padre Luciano Duarte e o professor José Silvério Leite Fontes<sup>892</sup>, seja ainda que em grau difuso entre os seus estudantes. Neste sentido, a resistência de parte dos estudantes daquela faculdade em relação à Lei Suplicy, logo os colocou em posição de confronto frente à postura autocrática e anticomunista do diretor da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, o já monsenhor Luciano José Cabral Duarte, como será discutido a seguir.

## **A Lei Suplicy e as eleições no DAJF**

---

<sup>891</sup> MORAIS, Gizelda. *D. Luciano José Cabral Duarte: relato biográfico*. Op. cit., pp.184-211.

<sup>892</sup> José Silvério Leite Fontes, em especial, além de sua formação humanista e cristã, publicou já na década de 1950 o livro: FONTES, José Silvério Leite. *Jackson de Figueiredo: sentido de sua obra*. Aracaju: Livraria Regina, 1952; e, ainda sobre esse pensador católico: FONTES, José Silvério Leite. *Razão e Fé em Jackson de Figueiredo*. São Cristóvão: EDUFS, 1998. Fontes, por sua vez, também mostrou-se influenciado pelas leituras de Alceu de Amoroso Lima e de Jacques Maritain, pelos debates nacionalistas, pelas ações sindicais e pelos debates em torno da luta de classe, mas sempre se manteve fiel ao humanismo cristão. Ver a respeito: DANTAS, José Ibarê Costa. “Trajetória de José Silvério Leite Fontes”. In: *Depoimentos* [sobre José Silvério Leite Fontes]. s/d. Disponível em: <<http://silveriofontes.com.br/index.html>> . Acessado em 2 maio de 2011.

Voltando à repercussão da Lei Suplicy na FCFS, tão logo ela foi promulgada, o seu diretor, o monsenhor Luciano Duarte, tomou as providências para que os estatutos do Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo (DAJF), fundado em 2 de junho de 1951, fossem adequados ao novo dispositivo jurídico. Como aquele diretório encontrava-se fechado desde dezembro de 1964, para contornar essa situação, a direção da faculdade dirigiu-se, em abril de 1965, à ex-presidente daquele órgão estudantil, Miriam Rabêlo, e a alguns outros estudantes. Esses estudantes formaram uma comissão responsável por apresentar um anteprojeto de reforma do estatuto do mencionado diretório<sup>893</sup>.

Segundo José Maria do Nascimento, outro membro da comissão que havia sido formada, após o encaminhamento do citado ofício pelo diretor da FCFS, Mirian Rabêlo, ele e mais um colega providenciaram a proposta de adaptação do estatuto à Lei Suplicy. A proposta foi então submetida à apreciação do professor José Silvério Leite Fontes, que propôs algumas alterações. Em seguida, o estatuto foi aprovado na reunião do Conselho Técnico de Administração (CTA). Após essa aprovação, coube a José Maria do Nascimento a responsabilidade de datilografar três cópias do novo estatuto, incumbência depois transferida para o estudante Paulo Menezes Leite. Neste intercurso de tempo, em face da necessidade de os estudantes de filosofia indicar o seu representante para participarem das eleições da DEE de Sergipe, foi realizada a eleição para o DAJF, antes mesmo que essas cópias do estatuto a serem datilografadas fossem finalizadas<sup>894</sup>.

A mencionada eleição ocorreu em 26 de abril de 1965 com a participação da chapa “Alceu de Amoroso Lima”, presidida por José Maria do Nascimento, e a chapa “União e Liberdade”, presidida por Antonio Carlos<sup>895</sup>. O resultado do pleito foi noticiado como tendo ocorrido em clima de tranquilidade e com a eleição da chapa “Alceu de Amoroso Lima” por uma diferença de dezesseis votos<sup>896</sup>. Essa nova diretoria foi assim composta: presidente José Maria do Nascimento, vice-presidente Maria Olga de Andrade, secretária geral Josefa Cacilda dos Santos, 1ª secretária Maria Stella Tavares Rollemberg, 2º secretário Paulo Menezes Leite, tesoureira Gildete Moura Santos, secretária social

---

<sup>893</sup> A CRUZADA. *Os estudantes da Faculdade C. de Filosofia e a Lei Suplicy*. Ano XXVIII, nº 1424, 16 a 17 de outubro de 1965, p.1.

<sup>894</sup> DAJF. *Manuscrito elaborado por José Maria do Nascimento com o histórico da votação e rejeição da Lei Suplicy na Faculdade Católica de Sergipe*. A cópia desse documento foi fornecida por José Maria do Nascimento ao autor em 23 de maio de 2008.

<sup>895</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Eleições amanhã em filosofia*. Ano X, nº 2693, 25 de abril de 1965, p. 1.

<sup>896</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Alceu vence em filosofia*. Ano X, nº 2601, 27 de abril de 1965, p.1.

Cândida Amélia Rocha Garcia Moreno, secretário de imprensa Ivan Valença e o secretário de cultura Antônio Carlos M. Viana<sup>897</sup>.

### **O discurso de posse do presidente do DAJF**

No discurso de posse da nova diretoria do DAJF, o presidente José Maria Nascimento expressou o desejo de trabalhar de modo coletivo para efetivar ações concretas e não apenas retóricas. Ele enfatizou também o posicionamento de valorizar os princípios democráticos desde que estes estivessem em sintonia com os da Igreja Católica e da moralidade social. Este discurso revelava a sintonia da nova diretoria estudantil com o pensamento de Alceu Amoroso Lima, intelectual católico que nomeava a chapa então empossada. Esse intelectual, como já discutido, juntamente com Jackson de Figueiredo, havia estabelecido como linha editorial da revista *A Ordem*, editada nas décadas de 1920 e 1930, uma postura de combate tanto ao comunismo como ao liberalismo, em favor dos princípios do humanismo cristão<sup>898</sup>. Mas, no contexto da ditadura civil-militar, ele converteu-se num valoroso defensor das liberdades democráticas<sup>899</sup>.

Balizado pelas ideias desse pensador católico, Nascimento destacou no seu discurso de posse que se todos contribuíssem “com a sua parte, dentro de suas habilidades pessoais, sua capacidade intelectual e suas possibilidades econômicas” ajudariam a transformar a faculdade de filosofia em um ambiente com uma “mentalidade autenticamente democrática”. Enfatizou também a necessidade de que todos deixem de lado o comodismo ou a indiferença para desenvolver “o espírito crítico” e passassem a apresentar sugestões criadoras. Defendeu ainda a necessidade de os estudantes continuarem na luta pela criação de uma “universidade sergipana”. E conclamou os estudantes presentes a se empenharem em desenvolver o espírito universitário a partir de três fundamentos formulados pelo pensador católico Alceu de Amoroso Lima: UNIDADE, COMUNIDADE e UNIVERSALIDADE<sup>900</sup>.

---

<sup>897</sup> FCFS. Ofício nº 07/1965/DAJF, de 7 de outubro de 1965, enviado ao diretor da FCFS. A cópia desse documento foi fornecida por José Maria do Nascimento ao autor em 23 de maio de 2008.

<sup>898</sup> VELOSO, Mônica P. “A Ordem, uma revista de doutrina política e cultura católica”. Op. cit.

<sup>899</sup> Ler a respeito em: SYDOW, Evanize Martins. *Alceu Amoroso Lima e o regime militar 1964-1968*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC/ PPHPBC, 2007 (Dissertação de mestrado).

<sup>900</sup> DAJF. *Discurso de posse de José Maria Nascimento na presidência do Diretório DAJF em 1965*. A cópia desse documento foi fornecida por José Maria do Nascimento ao autor em 23 de maio de 2008.

Para José Maria do Nascimento, a UNIDADE “não significa uniformidade, estandarização ou negação da liberdade, mas o agrupamento orgânico dos estudos, segundo uma harmoniosa escala de valores”. Esta verdade, segundo Nascimento, deveria ser buscada no campo científico, político, religioso e moral e aprofundada como objetivo comum para que “os oportunistas, os aventureiros, os golpistas não tenham mais vez no meio estudantil e nem se verifiquem entre nós aqueles mesmos erros que tão acerbadamente censuramos nas classes dirigentes”<sup>901</sup>. Propôs ainda, a esse respeito, que os estudantes não descuidassem da importância da força da união entre os homens ao longo da história da humanidade<sup>902</sup>.

Já a importância da COMUNIDADE foi ressaltada por Nascimento como a segunda nota essencial ao espírito universitário. Neste sentido, o espírito universitário deveria ir de encontro a tudo que significasse “particularismo, regionalismo estreito, nacionalismo xenófobo, partidarismo, classismo”<sup>903</sup>. Ele resalta assim a ideia do pensador Alceu de Amoroso Lima, ao destacar que o sentido da vida universitária em comunidade não é mero entendimento da coexistência e nem apenas do paralelismo entre professores e os estudantes. Esse espírito de comunidade, segundo Nascimento, deveria

ser uma comunidade de estudantes e professores, de ciências, de filosofia, de tecnologia e de belas-artes. Deve ser, ao mesmo tempo, especulativa e prática, científica e literária, especializada e de cultura geral, dedicada tanto à pesquisa como ao ensino, à transmissão do passado e à procura do futuro, ao espírito crítico e ao espírito criador, autônoma e, ao mesmo tempo, integrada na vida do povo, dentro e fora das fronteiras. Deve ser em suma, essencialmente comunitária. – É nosso intento fomentar este entrosamento através de atividades extracurriculares de cunho científico, artístico e cultural bem como de jogos esportivos, passeios e reuniões sociais<sup>904</sup>.

Já a UNIVERSALIDADE, terceira nota do espírito universitário destacado por Nascimento no seu discurso de posse na presidência do Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo, é definida como a busca por uma cultura geral não fragmentada em especialidades. Para ele, as especialidades, embora seja uma condição inerente à formação universitária, “necessária para se evitar o diletantismo e a superficialidade”, não substitui a

---

<sup>901</sup> Op. cit.

<sup>902</sup> Op. cit.

<sup>903</sup> Op. cit.

<sup>904</sup> Op. cit.

cultura geral, indispensável “para impedir o **profissionalismo** estanque, isolado das verdades vizinhas ou remotas”<sup>905</sup>. Para Nascimento, portanto, a universalidade deve alargar nos universitários o espírito e estabelecer

contatos com o mundo exterior e com outras culturas, afastadas no tempo e no espaço. Ela nos fará dizer e pôr em prática aquela sentença antiga: “Nada de que é humano me é estranho”. Se, como indivíduos chamados José, Pedro ou Antônio somos sergipanos, enquanto homens somos cidadãos do mundo. Não há, pois, limite para o nosso saber. Aqui estão, pois, colegas, um campo vastíssimo para as nossas atividades nesse ano de 1965. Esperamos contar com o vosso apoio e cooperação eficientes para pô-las em prática<sup>906</sup>.

O discurso proferido por Nascimento, presidente do DAJF, sintoniza-se, portanto, com algumas das premissas defendidas por Alceu de Amoroso Lima, pensador católico que se posicionou contra a ditadura civil-militar brasileira. Essa linha de pensamento do presidente do DA de Filosofia logo entraria em confronto com as posições da direção da FAFI, como também era chamada a Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, em particular de seu diretor, o monsenhor Luciano José Cabral Duarte.

### **6.3. A rejeição da Lei Suplicy e a revolta dos estudantes da FAFI**

Após a posse e o transcurso de alguns meses, o posicionamento dos alunos da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe em relação à adaptação dos estatutos do DAJF tomaria outro rumo. Dentre as razões que levaram os estudantes da FAFI tomarem outra posição em relação à Lei Suplicy estão: as notícias de que estudantes de várias partes do país estavam protestando contra a nova lei, a troca de correspondências mantidas com outros diretórios acadêmicos e, sobretudo os debates internos promovidos entre os membros da diretoria e demais estudantes que terminaram por levar a direção do DAJF a “compreender que tomara[m] uma atitude errada”<sup>907</sup>. Diante dessa avaliação, e como estava se aproximando o prazo limite para que fossem entregues as cópias do estatuto reformado, José Maria do Nascimento, presidente do DAJF, reuniu os membros do

---

<sup>905</sup> DAJF. *Discurso de posse de José Maria Nascimento na presidência do Diretório DAJF em 1965*. Op. cit. (negritos do autor)

<sup>906</sup> Op. cit.

<sup>907</sup> DAJF. *Manuscrito elaborado por José Maria do Nascimento com o histórico da votação e rejeição da Lei Suplicy na Faculdade Católica de Sergipe, ocorrido em 1965*. A cópia desse documento foi fornecida por José Maria do Nascimento ao autor em 23 de maio de 2008.

diretório acadêmico para expor o seu posicionamento, após o qual, ficou acordado a convocação de uma assembleia geral para decidir se os estudantes daquela faculdade aceitariam ou não os estatutos reformados<sup>908</sup>.

Diante dessa decisão, foi convocada uma assembleia geral dos estudantes para discutir o assunto da readaptação dos estatutos do DAJF à Lei Suplicy, agendada para às 21 horas, do dia 29 de setembro de 1965, na sala de teologia da FAFI. Segundo Nascimento, ele mesmo se comprometeu a fazer os cartazes convocando a plenária e a falar com os colegas sobre a importância do assunto e de que em razão da mencionada reunião estudantil, não ocorreria reposição de aulas. Informado das intenções do diretório, o monsenhor Luciano Duarte, ao chegar à faculdade, reuniu-se com os estudantes Paulo Menezes, Josefa Cacilda, Maria Olga e José Maria do Nascimento para criticar a convocação da citada plenária estudantil sem a devida comunicação à direção da faculdade.

Em resposta às indagações do monsenhor Luciano Duarte, o estudante José Maria do Nascimento respondeu que a assembleia seria realizada, e se após as duas primeiras convocações o quórum mínimo não fosse alcançado, na terceira convocação, ela se realizaria legalmente com o número de estudantes que estivessem presentes. Diante desse posicionamento, o diretor propôs como acordo que suspenderia as aulas no último horário para que a mencionada reunião estudantil fosse realizada. A decisão de suspender as aulas no último horário, por parte da direção da FAFI, pode ser interpretada sob dois sentidos: no primeiro, essa decisão poderia ter provocado o esvaziamento da plenária, o que não ocorreu, como se pode verificar na cópia da lista dos presentes a essa assembleia<sup>909</sup>; no segundo sentido, estaria relacionado à ideia de que, para a direção da FAFI, a maioria dos estudantes, estando presentes à citada reunião, representaria um obstáculo às propostas apresentadas pelo diretório de rejeitar a reforma no estatuto do diretório<sup>910</sup>.

Transcorrida a mencionada plenária, os estudantes da Faculdade de Filosofia rejeitaram a Lei Suplicy e as consequentes mudanças no estatuto do seu diretório acadêmico. Após a apuração dos resultados da votação e dois dias após a realização da mencionada assembleia, o presidente do DAJF, José Maria do Nascimento, encaminhou

---

<sup>908</sup> Op. cit.

<sup>909</sup> DAJF. *Lista dos presentes a assembleia geral dos estudantes do DAJF*, ocorrida em 28 de setembro de 1965. Documento fornecido por José Maria do Nascimento. A cópia desse documento foi fornecida por José Maria do Nascimento ao autor em 23 de maio de 2008.

<sup>910</sup> DAJF. *Manuscrito elaborado por José Maria do Nascimento com o histórico da votação e rejeição da Lei Suplicy na Faculdade Católica de Sergipe, ocorrido em 1965*. Op. cit.

correspondência ao diretor da faculdade comunicando oficialmente o resultado da eleição. Essa correspondência informou que a eleição, ocorrida em meio a ordem e a lisura necessárias, teve o seguinte resultado: trinta e um votos contra a adaptação, oito votos a favor da adaptação, onze votos brancos e quatro nulos, num total de cinquenta e quatro votantes, dos quais, cinquenta e dois assinaram a lista de presença<sup>911</sup>.

Em razão desse resultado e passado o prazo para entrega do estatuto reformado, findo em 30 de outubro de 1965, a direção do DAJF informou ao diretor da faculdade que não poderia entregar as cópias do estatuto reformado e que o documento anterior continuava em vigor<sup>912</sup>. Esta decisão representou a manifestação de resistência mais concreta contra a Lei Suplicy em Sergipe. Ainda assim, segundo Ibarê Dantas, esses estudantes encontraram dificuldades para manter a posição tomada em razão do controle rígido do diretor da Faculdade, o monsenhor Luciano Cabral Duarte, que empreendeu “rigorosa repreensão” ao representante dos estudantes, “gerando uma questão que se arrastou durante meses”<sup>913</sup>.

Comentando o acontecimento, o jornal *Gazeta de Sergipe* publica uma matéria em sua primeira página em que destaca a decisão daquele diretório em rejeitar a Lei Suplicy enfatizando que “antes de ser oportuna foi eminentemente democrática e só revela o discernimento e a maturidade democrática existentes na Faculdade de Filosofia. O acontecimento define e exalta a conhecida Faculdade”<sup>914</sup>. A avaliação do mencionado periódico sinalizava o apoio de setores da sociedade que viram nesse acontecimento uma forma de expressar o sentimento de inconformismo diante da maneira como esses setores passaram a ser tratados, em particular, os grupos políticos de oposição e parte da imprensa, dos sindicatos e do movimento estudantil. Além disso, a presença de militantes estudantis na condição de redatores e jornalistas daquele jornal possibilitou, não obstante a existência de certa censura, a transposição dos debates ocorridos na FAFI, por conta da Lei Suplicy, para fora dos muros daquela instituição.

---

<sup>911</sup> DAJF. *Of. nº 06/1965/DAJF*, de 1º de outubro de 1965 ao diretor da FCFS. A cópia desse documento foi fornecida por José Maria do Nascimento ao autor em 23 de maio de 2008.

<sup>912</sup> Op. cit.

<sup>913</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit. p. 70.

<sup>914</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes da FAFI rejeitam a Lei Suplicy*. Ano X. nº 2828, 1º de outubro de 1965, p.1

#### 6.4. A reação da FAFI e a polêmica nos jornais

Na avaliação do monsenhor Luciano Duarte, os estudantes da FAFI haviam rejeitado uma lei federal promulgada pelo presidente da República e como tal deveria ser cumprida, não cabendo discussões quanto a sua aceitação ou não<sup>915</sup>. Neste sentido, em nota publicada no jornal *A Cruzada*, ele declarou que após o término da assembleia, vários alunos o procuraram “para dizer-lhe que tinham votado sem saber bem em que, uma vez que os esclarecimentos tinham sido insuficientes”<sup>916</sup>. Alegando esse fato, ele então resolveu convocar os membros do diretório para comparecerem a uma reunião no CTA, na qual alertou os estudantes para a consequência do ato e da necessidade de rever a posição<sup>917</sup>.

Sentindo-se pressionados, os membros daquele diretório resolveram renunciar coletivamente, alegando que, em virtude da decisão da assembleia geral dos estudantes, ocorrida em 29 de setembro de 1965, de rejeitar o estatuto reformado de acordo com a Lei Suplicy, a eleição daquela diretoria ficava automaticamente sem efeito e conseqüentemente destituída. E ainda acrescentaram que não competia mais a eles tomar nenhuma providência para tratar do mesmo assunto, cabendo essa responsabilidade ao CTA da Faculdade<sup>918</sup>.

Diante dessa decisão, o diretor da FAFI convocou uma segunda assembleia de estudantes. Nessa reunião ele advertiu os alunos da gravidade de uma atitude de rebeldia contra uma lei federal e ainda que o Comando Militar de Aracaju havia sido alertado para a situação por uma nota do jornal *Gazeta de Sergipe*, publicada em 30 de setembro de 1965. Alertando os estudantes em face desse último fato, o de que os militares estavam acompanhando atentamente a situação, o monsenhor Luciano Duarte informou aos estudantes que iria apurar nominalmente os responsáveis por essa atitude para não penalizar o coletivo e mesmo para não ter que assumir o ônus pelo descumprimento da

---

<sup>915</sup> SERGIPE JORNAL. *Declarações do diretor da FCFS, Mons. Luciano Duarte*. Nº 14.207, 13 de outubro de 1965, p. 3.

<sup>916</sup> A CRUZADA. *Os estudantes da Faculdade C. de Filosofia e a Lei Suplicy*. Ano XXVIII, nº 1424, 16 a 17 de outubro de 1965, p.1.

<sup>917</sup> Op. cit.

<sup>918</sup> DAJF. *Of. nº 07/1965/DAJF*, de 7 de outubro de 1965 ao diretor da FCFS. A cópia desse documento foi fornecida por José Maria do Nascimento ao autor em 23 de maio de 2008.



mencionada lei e nem ser responsabilizado “de falta grave se por ação, omissão ou tolerância permitir o não cumprimento da Lei”<sup>919</sup>.

Presente a essa assembleia, ocorrida em 11 de outubro daquele ano, o estudante José Maria do Nascimento denunciou as pressões e as intimidações que vinha recebendo do diretor daquela faculdade. Enumerou os problemas jurídicos relacionados à lei em questão e, utilizando-se da palavra, justificou que estava falando naquela plenária

não para forçar os meus colegas a votarem contra a Lei Suplicy. Não farei como o monsenhor Dr. Luciano Duarte, diretor desta Faculdade, o fez neste sábado passado usando de várias intimidações. Não conseguindo o seu objetivo, ele terminou por dizer: “mas eu acho que vocês devem votar a favor da Lei Suplicy”. Mesmo que eu quisesse... Eu não disponho de meios para estimular os meus colegas. Não sou diretor de Faculdade, não sou diretor de rádio [Rádio Cultura], não tenho um jornal [A Cruzada] à minha disposição, não gozo de prestígio especial junto ao 28º BC – sou um simples estudante e professor ao mesmo tempo, funcionário dos Correios e Telégrafos. As minhas armas são o raciocínio e a persuasão (...), os aspectos jurídicos da questão, as minhas convicções de que a verdade possui uma força intrínseca e de que mais cedo ou mais tarde ela virá à tona<sup>920</sup>.

Após os esclarecimentos a respeito da Lei Suplicy e da reforma do estatuto do DAJF, realizados pelo monsenhor Luciano Duarte e pelo estudante José Maria do Nascimento, foi realizada votação secreta para decidir sobre o assunto. O resultado da segunda votação acusou quarenta e oito votos a favor da adaptação do estatuto à Lei Suplicy, dez votos contra e cinco votos nulos. O jornal *Gazeta de Sergipe* publicou matéria explicando que a razão para essa mudança de atitude decorreu da advertência feita pelo diretor daquela faculdade de que os estudantes seriam responsabilizados perante as autoridades militares e pelo próprio Ministério da Educação e Cultura quanto à decisão que tomassem<sup>921</sup>.

Na mesma semana, uma nota na primeira página do *Gazeta de Sergipe* chamava atenção dos leitores da coluna “Fatos e Pessoas” para a recente eleição ocorrida na FAFI.

---

<sup>919</sup> A CRUZADA. *Os estudantes da Faculdade C. de Filosofia e a Lei Suplicy*. In: Op. cit.

<sup>920</sup> DAJF. *Manuscrito com o esboço da reunião ocorrida no dia 11/10/1965*. A cópia desse documento foi fornecida por José Maria do Nascimento ao autor em 23 de maio de 2008. As informações contidas neste manuscrito também se fazem presente na narrativa da entrevista realizada com a mencionada liderança estudantil, ver a respeito em: NASCIMENTO, José Maria do. Entrevistado por José Vieira da Cruz e José Robério dos Santos. Aracaju/SE, 23/05/2008.

<sup>921</sup> GAZETA DE SERGIPE. *FAFI aprova Lei Suplicy depois de rejeitar*. Ano X, nº 2837, de 12 de outubro de 1965, p. 1.

O colunista responsável – Paulo Barbosa de Araújo, também estudante da Faculdade de Filosofia –, em tom irônico, comentou a posição do diretor daquela faculdade em convocar os alunos “dentro do ‘espírito de ampla liberdade’” para comunicou-lhes que era preciso que cada aluno se pronunciasse, verbalmente, sobre a Lei Suplicy. E que “a relação dos ‘contrários’ seria remetida ao Comando Militar para providências ‘saneadoras’”<sup>922</sup>.

Para esse colunista, também militante do PCB, a convocação feita por aquele diretor para que os estudantes se pronunciassem sobre a questão dentro do “espírito de ampla liberdade” não era verdadeira e nem tampouco condizente com os preceitos democráticos. Para esse estudante, o anúncio antecipado de punição para os que não se agissem conforme as orientações do diretor da FAFI era uma prova disso. Neste sentido, Araújo enfatiza que não pode existir democracia sem liberdade; do contrário, ela, a democracia, pode ser tudo menos democracia. E ainda concluiu sua argumentação deplorando o fato de que as lições do Papa João XXIII, acerca da tolerância, não haviam chegado a Sergipe<sup>923</sup>.

Sentindo-se afrontado, o monsenhor Luciano Cabral Duarte endereçou o ofício 32/1965, em 15 de outubro daquele ano, ao senhor Orlando Dantas, diretor do jornal *Gazeta de Sergipe*, no qual fez um histórico do posicionamento daquele periódico frente aos acontecimentos relacionados à Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, em particular os relacionados à aprovação da Lei Suplicy pelos estudantes daquela instituição.

Nesse histórico acusa o jornal de distorcer as informações e de publicar inverdades quanto a sua conduta, sobretudo no que concerne a exigir que os alunos tomassem uma posição pública em relação à lei e que os contrários seriam denunciados ao Comando Militar de Aracaju. Responsabilizou o jornalista Ivan Valença – que também era estudante daquela instituição de ensino superior e compunha a direção do DAJF – pelos ataques caluniosos. E ainda conclui a mencionada correspondência – publicada na íntegra com o título “Carta do diretor da FAFI à GS” – enumerando as questões falsas noticiadas por aquele jornal. A primeira delas se referia à votação da segunda assembleia geral dos alunos da FAFI tenha sido nominal, como teria afirmado o jornalista Paulo Barbosa, na edição do *Gazeta de Sergipe* do dia 14 de outubro de 1966, e a segunda concernente ao

---

<sup>922</sup> ARAÚJO, Paulo Barbosa. “Liberdade, liberdade, liberdade” [coluna pessoas e fatos]. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano X, nº 2839, 14 de outubro de 1965, p. 3.

<sup>923</sup> Op. cit.

fato de que ele “tenha falado em constituir uma lista com os nomes dos ‘contrários’ à Lei, para que tal lista fosse enviada ao Comando Militar”<sup>924</sup>.

“Detalhes, detalhes, detalhes”, assim a coluna “Pessoas e Fatos” respondeu na mesma edição à carta do mencionado intelectual católico, “respeitado por sua cultura, inteligência e prestígio social”. Para o colunista, Paulo Barbosa, as notas da redação e de sua coluna escaparam a alguns detalhes e se detiveram ao fundamental, afirmando que o Monsenhor Luciano Duarte “não nega a evidencia dos fatos. Basta ler a sua carta e confrontá-la com a nossa nota – Liberdade, liberdade, liberdade”. E conclui a nota afirmando que a maneira como esse intelectual e religioso “procura tangenciar os fatos revela o seu drama de consciência” e, sobretudo “o medo de assumir a sua responsabilidade”<sup>925</sup>.

No dia seguinte, 17 de outubro de 1965, a direção do jornal *Gazeta de Sergipe* publicou uma nota em que relatava a visita do monsenhor Luciano Duarte à direção daquele matutino. Na oportunidade, o diretor da FAFI, a direção do jornal e os colaboradores da coluna “Pessoas e Fatos” conversaram sobre as notas e os comentários; e ao final dessa conversa o jornal se comprometeu a corrigir as “inexatidões publicadas, encerrando o assunto”. A nota sobre a reunião foi publicada, mas as supostas correções das inexatidões quanto o assunto não foi localizada por essa pesquisa<sup>926</sup>.

## **6.5. Os estudantes e os significados dos ofícios do Monsenhor Duarte**

O desfecho da contenda jornalística não colocou fim aos desdobramentos dos embates entre os estudantes e o diretor da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. Neste sentido, em 20 de outubro de 1965, o monsenhor Luciano Duarte encaminha, através do ofício 35/1965, um documento, cujo assunto era descrito como “confidencial”, dirigido ao prezado “amigo e aluno” Paulo Barbosa de Araújo. Nesse documento, aquele diretor oficializou os termos da conversa que havia tido com o jornalista em sua residência, por

---

<sup>924</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Carta do diretor da FAFI à GS*. Ano X, nº 2841, 16 de outubro de 1965, p.6. E uma versão muito próxima dessa carta também foi publicada nos dois outros periódicos que circulavam no estado no período: SERGIPE-JORNAL. *Declarações do diretor da FCFS, Mons. Luciano Duarte*. Ano [??], nº 14.207, 13/10/1965, p. 3.; e, A CRUZADA. *Os estudantes da Faculdade C. de Filosofia e a Lei Suplicy*. Ano XXVIII, nº 1424, 16 a 17 de outubro de 1965, p.1.

<sup>925</sup> GAZETA DE SERGIE. *Detalhes, detalhes, detalhes* [coluna pessoas e fatos]. Ano X, nº 2841, 16 de outubro de 1965, p.5.

<sup>926</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Nota da direção da GS*. Ano X, nº 2842, 17 de outubro de 1965, p.6.

volta das 18 horas do dia anterior, 19 de outubro de 1965, na presença de sua esposa. Diante desta, advertiu-o em caráter disciplinar. E ainda expôs as condições especiais de sua admissão na FAFI, mediante seu empenho junto ao Comando Militar de Aracaju, perante o qual havia emitido parecer favorável, declarando que ele, Paulo Barbosa de Araújo, não tinha vínculos ideológicos marxistas e nem com a política estudantil da Faculdade<sup>927</sup>. Disse também que não iria fazer nenhum comunicado ao Comando Militar, mas que diante da crise enfrentada pelo DAJF, caso ele reincidisse, não hesitaria em comunicar ao CTA daquela faculdade as condutas que ele estava praticando, como se pode verificar na transcrição integral do ofício:

Em continuação à conversa pessoal que tivemos ontem, às 18hs, em sua residência, em presença de sua mui digna esposa, quero, pelo presente ofício, fazer-lhe uma **advertência** de caráter disciplinar, pela razão que ontem lhe expus e agora repito.

Esta razão é a seguinte: no começo do ano letivo corrente, dadas as condições especiais de sua admissão nesta Faculdade, eu me comprometi perante o Comando Militar de Aracaju que exigiria do prezado aluno e amigo o compromisso de honrar de: 1) – não exprimir nenhum parecer nem divulgar nenhuma teoria que pudesse parecer de caráter ideológico marxista; 2) – não ter, **absolutamente**, nenhuma participação na política estudantil da Faculdade.

Conforme ontem se concluiu de nossa conversa, em presença de sua mui digna esposa, o segundo item do compromisso acima, aceito livremente pelo prezado amigo e aluno, foi quebrado, na semana passada, quando da crise por que passou o Diretório Acadêmico “Jackson de Figueiredo”.

Venho, assim, comunicar-lhe que, em caso de reincidência, me sinto, em consciência, obrigado a comunicar o ocorrido ao Comando Militar, cumprindo assim meu compromisso de honra com ele.

O caráter **confidencial** desse ofício tem, na minha intenção o seguinte alcance: estimaria que o prezado aluno e amigo não tratasse deste assunto a mais ninguém, além de sua esposa. Da minha parte, não farei nenhuma comunicação ao Comando Militar nem tomarei, a respeito, nenhuma providência de caráter punitivo. Reservo-me o direito de comunicar o

---

<sup>927</sup> Sem a obtenção desse tipo de parecer estudantes relacionados em algum tipo de processo de investigação pelas autoridades militares e/ou políticas não poderiam matricular-se no ensino superior. A esse respeito Paulo Barbosa de Araújo, o Projeto Memórias Reveladas, em parceria com o Arquivo Público do Estado de Sergipe, localizou o Dossiê elaborado pelo Serviço Estadual de Informação (SEI), órgão vinculado a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Sergipe (SSP), cujo conteúdo é assim descrito: “O Dossiê, através de uma investigação de ordem oficial, apresenta documento textual, datilografado e impresso, onde se tem prontuário (1964), ficha individual de qualificação (1964) e ficha de identificação (nº 07), contendo assuntos de antecedentes políticos e ideológicos, informando que PAULO BARBOSA DE ARAÚJO, foi integrante da direção geral do CGT de Sergipe. Tinha ligações com comunistas agitadores”. Não obstante o valor histórico desse documento, indicativo da existência de uma política ideológica de restrição de cidadãos brasileiros ao ensino superior, os órgãos responsáveis pela guarda dessa unidade documental o mantém classificado “com restrição – razões legais/judiciais”. Ver a respeito em: BRASIL. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.407.

fato, se julgar necessário, ao Conselho Técnico da Faculdade. Se for o caso de fazê-lo, pedirei a reserva e a conveniência que o assunto exige<sup>928</sup>.

Pastor diligente, o monsenhor Luciano José Cabral Duarte, diretor da FAFI, assistente espiritual da primeira fase da JUC, mostra-se uma personalidade intelectual e política emblemática, em particular no que tange à sua relação com a coalizão civil-militar durante o período da ditadura. Segundo Giselda Moraes, sua biógrafa, a sua posição anticomunista e de adesão à causa da “Revolução de 1964” não o teriam impedido de ser tolerante com aqueles militantes<sup>929</sup>. Nesse sentido, ele usou de seu livre trânsito entre as autoridades civis e militares intercedendo em favor de membros da JUC, de militantes de esquerda, de sindicalistas e de camponeses. Segundo José Carlos Teixeira, deputado federal no período, destacado político do MDB, em entrevista à Giselda Moraes, declarou:

Com o golpe de 64, muitos intelectuais, homens de vanguarda na corrente do pensamento, foram “recolhidos” ao 28º BC, e D. Luciano subia a colina para visitá-los, ainda como padre. Ele subia para perguntar a todos se algum membro de suas famílias estava a carecer de algum tipo de ajuda, pois ele gostaria de se somar para poder dar o atendimento a qualquer um que tivesse qualquer forma de necessidade, até mesmo, da feira semanal. Este homem, procedendo desta forma, encontrou, depois, muitos setores da esquerda sergipana para contestá-lo. Eu tive a oportunidade de prestar este depoimento e fazer este registro<sup>930</sup>.

Em relação aos estudantes, em particular os da FCFS que haviam sido “recolhidos” ao 28º BC, o deputado federal José Carlos Teixeira relata que o monsenhor mostrou-se ainda mais empenhado. A jucista Maria Auxiliadora Campos a esse respeito relatou, em entrevista à Giselda Moraes, a intervenção daquela autoridade eclesiástica e intelectual no episódio em que ele foi ao 28º BC buscar os estudantes da FAFI que estavam presos para fazer as provas. Em suas memórias, ela destaca que todos ficaram à “porta da FAFI na expectativa. De repente, ele chegou com a Kombi e os meninos dentro. Aí foi aquela ovação e lágrimas”<sup>931</sup>.

Em outras situações a obtenção de um atestado desse religioso funcionava como uma espécie de “salvo conduto” ideológico. Alexandre Diniz, em entrevista à Giselda

---

<sup>928</sup> FCFS. *Of. 35/1965/FCFS*, de 20 de outubro de 1965, endereçado ao estudante Paulo Barbosa de Araújo. In: Arquivo da UFS: Fundo CECH/DHL, caixa 23, item 84 (negritos nossos).

<sup>929</sup> MORAIS, Gizelda. *D. Luciano José Cabral Duarte: relato biográfico*. Op. cit., pp. 215-226.

<sup>930</sup> Op. cit., p. 224.

<sup>931</sup> MORAIS, Gizelda. *D. Luciano José Cabral Duarte: relato biográfico*. Op. cit., p. 217.

Morais, ao falar da questão, mencionou o conselho de um amigo para contornar os entraves que o IPM que ele respondia causava em sua carreira, esse amigo disse-lhe: “Alexandre, se você tivesse um atestado de D. Luciano, que você conhece tanto, talvez saísse mais fácil o seu contrato”<sup>932</sup>.

Esse foi o caso da solicitação feita pelo monsenhor Luciano Cabral Duarte, através do ofício nº 16/1965/FCFS, de 8 de outubro de 1965, ao coronel Tércio Veras, comandante do 28º BC, para que este concedesse atestado de folha corrida ao estudante Alceu Monteiro, um dos expulsos do Colégio Estadual de Sergipe<sup>933</sup>. Nesse ofício, o diretor da FCFS conclama a dignidade, o bom senso e o espírito de justiça do Comando da Guarnição à frente do 28º BC; coloca-se como um colaborador leal; apresenta as credenciais acadêmicas do estudante Alceu Monteiro, assim como as referências de sua conduta familiar e pessoal; comunica sua aprovação em concurso no Banco do Brasil e o impedimento de sua posse em virtude de esse estar com o nome envolvido em um IPM; coloca o seu empenho pessoal acerca da conduta de Alceu Monteiro, que na sua avaliação se apresenta como um estudante habilitado. Isto é o que se pode avaliar da conteúdo do mencionado ofício, cuja transcrição integral foi assim expressa:

A opinião pública do Estado de Sergipe, e especialmente a de Aracaju, têm admirado a dignidade, o bom senso, e o espírito de justiça com [que] V. Excia. tem conduzido o árduo exercício de Comandante da Guarnição de Aracaju, o 28º Batalhão de Caçadores.

---

<sup>932</sup> Op. cit., p. 221.

<sup>933</sup> A respeito de Alceu Ezequiel Monteiro, o Projeto Memórias Reveladas, em parceria com o Arquivo Público do Estado de Sergipe, localizou o Dossiê elaborado pelo SEI, órgão vinculado a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Sergipe (SSP), cujo conteúdo é assim descrito: “O Dossiê através de investigação apresenta documento textual, datilografado e impresso, onde tem prontuário fl. 01 e 02; (1964); ficha individual de informação (1964); ficha de identificação nº 67. Com assuntos de antecedentes políticos e ideológicos informa que ALCEU EZEQUIEL MONTEIRO como estudante do Colégio Estadual de Sergipe foi acusado de haver solicitado o comparecimento do agitador e ex-deputado Cleto Maia ao Congresso para proferir uma palestra sobre a realidade brasileira, além de pedir apoio para a greve dos Bancários. Que as atividades do estudante Alceu Monteiro, durante o Congresso realizado em Lagarto, foi um autêntico agitador. Foi acusado de assinar telegramas, juntamente com outros colegas ao ex-deputado Cleto Maia, solicitando sua presença no Congresso estudantil de Lagarto. Foi indiciado em Inquérito Policial Militar, instaurado pelo 28º BC, por atividades subversivas. Preso em 28.04.64 e libertado em 05.05.64. O Tenente Gilson dos Santos Dantas concluiu em inquérito que Alceu Ezequiel Monteiro era inocente, desprovido de qualquer ideologia contrária ao Regime Democrático, não praticando atos que atentassem contra a Segurança Nacional”. Apesar da relevância histórica dos acontecimentos que Alceu Ezequiel Monteiro tomou parte no período e da conclusão a que chegaram as autoridades militares de que ele não havia praticado crime contra a Segurança Nacional, os órgãos responsáveis pela guarda dessa unidade documental o mantém classificado “com restrição – razões legais/judiciais”. Ver a respeito em: BRASIL. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.659.

Sei que V. Excia. é revolucionário da primeira hora, e formou com aqueles que, no passado, salvaram o Brasil do caos em cujas bordas ele já estava.

Acho que o dever daqueles que desejam ajudar os promotores da recuperação de nossa Pátria, é duplo: apoiá-los nas medidas certas que eles tomam, e preveni-los lealmente, quando, sem o quererem nem saberem, eles podem ser levados pelas circunstâncias a praticar um ato injusto. É por força do segundo aspecto do dever a que me refiro, que aqui me dirijo, respeitosamente, a V. Excia.

Está matriculado nesta Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, da qual tenho a honra de ser o diretor, o aluno Alceu Ezequiel Monteiro, cursando o 1º ano do Curso de Letras (especialização em Inglês).

No exame vestibular, ele tirou o primeiro lugar, entre 45 candidatos. Tem-se conduzido, durante todo este ano, com um modo exemplar. Aluno inteligente, estudioso, desinteressou-se da política universitária, e se ocupa exclusivamente com seus estudos, sendo benquisto por todos os professores, a quem sempre trata com todo acatamento.

Na vida deste jovem (que é órfão de pai, e cuja mãe é doente mental), está ocorrendo agora um drama. No ano passado, quando ele ainda era aluno do Colégio Estadual, naquele clima de desordem pré-revolucionário, que era fomentado pelo próprio Ministério da Educação, Alceu se deixou envolver em alguns movimentos, promovidos pela exaltação dos jovens alunos daquele estabelecimento. Afastado do Colégio, no segundo semestre daquele ano, não procurou a luta judiciária, mas acomodou-se, e foi terminar seu ano letivo em Recife.

No começo do ano em curso, Alceu Monteiro inscreveu-se num concurso para escriturário do Banco do Brasil. Foi aprovado. No mês de julho passado, foi chamado pelo Banco do Brasil, para apresentar-se e começar a trabalhar. Acontece, porém, que, pelo fato de se haver implicado nas exaltações acima referidas, Alceu Monteiro tem o seu nome envolvido num I.P.M., e por essa razão a Secretaria de Segurança de Aracaju tem ordem do comando do 28º B.C. para não dar folha corrida a ele, como a nenhum outro dos implicados em inquéritos que tais.

Em julho, o referido estudante Alceu Monteiro dirigiu-se ao Banco do Brasil, solicitando um prazo de três meses, para apresentar-se. Este prazo se esgota dentro em pouco, no dia 26 do corrente mês.

Conheço o estudante Alceu desde vários anos. Não nego que tenha tido seus pecados leves, na vida estudantil. Mas considero que o comportamento seguido pelo mesmo, durante os últimos doze meses, o apresentam como um estudante perfeitamente reabilitado em sua conduta. Venho, assim, solicitar de V. Excia. que reveja o caso do estudante Alceu Monteiro, e tenha a bondade de mandar fornecer-lhe a folha corrida, a fim de que o mesmo possa tomar posse em seu cargo, conquistado por concurso, no Banco do Brasil.

Dois motivos maiores me levam a tomar esta atitude.

Primeiro, o desejo de evitar que um rapaz, ou melhor dizendo, uma família desfalcada de seu chefe, e que tem em Alceu a sua esperança, venha a arrastar, pela vida a fora, a revolta e o protesto dentro do seu coração, contra uma atitude do comando que, atualmente, está nas mãos honradas de V. Excia.

A segunda razão é a seguinte. Sei que a finalidade dos I.P.Ms. é, não somente a de punir, mas a de procurar recolocar no bom caminho aqueles que tinham se afastado deles. Esta finalidade é, parece-me, absolutamente necessária, sobretudo quando se trata de um caso de estudantes, jovens

mal saídos da adolescência, sem o bom senso da idade adulta, e agindo, frequentemente, de maneira irrefletida.  
Peço a V. Excia. ver, nessas linhas, a minha intenção mais pura de ajudá-lo e de contribuir para a solução de um caso melindroso.  
Valho-me da oportunidade para expressar-lhe meu profundo respeito<sup>934</sup>.

Por um lado, o empenho do monsenhor Luciano Duarte demonstra seu sentimento cristão de ajudar e atenuar os empecilhos das medidas de repressão e restrição de direitos civis instituídas pela coalizão civil-militar; por outro lado, esse empenho estava condicionado àqueles que se afastassem das posições ideológicas de esquerda e das atividades políticas de sindicatos, do movimento estudantil e da militância política de oposição a nova ordem instituída. Inversamente para aqueles que não seguissem esse código de “conduta ética”, seu empenho concretizava-se como “zeloso cooperador do Estado Autoritário”, como o definiu o historiador Ibarê Dantas<sup>935</sup>.

Essa postura colaboracionista do mencionado religioso e intelectual, Luciano José Cabral Duarte, é evidenciada de modo mais incisivo pelo historiador Kenneth P. Serbin, ao estudar a experiência de trabalho da Comissão Bipartite, formada por expoentes da Igreja Católica e das Forças Armadas na década de 1970, para dirimir divergências entre as mencionadas instituições quanto aos casos de torturas e abusos praticados pelos militares contra religiosos. Nesse estudo, Serbin caracteriza a atuação do religioso do Estado de Sergipe como um “contato arquiconservador do governo entre os bispos [da CNBB]” e que o então bispo Dom Luciano Duarte “trabalhou na organização de uma chapa conservadora” e por manter as autoridades militares da “Situação” informados dos progressos das negociações<sup>936</sup>.

Feita essa discussão a respeito da postura emblemática do monsenhor Luciano Duarte, que logo se sagraria arcebispo do Estado de Sergipe, em outubro de 1966, pode-se compreender os últimos desdobramentos da resistência dos estudantes da FCFS à Lei Suplicy. Em particular, no que se refere à aplicação de sanções disciplinares e da relevação destas.

---

<sup>934</sup> FCFS. *Of. nº 16/1965/FCFS*, de 8 de outubro de 1965, ao comandante do 28º BC. In: Arquivo da UFS: Fundo CECH/DHI, caixa 23, item 84.

<sup>935</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964-1984*. Op. cit., pp. 12-13 e pp. 146-147.

<sup>936</sup> SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. Tradução Carlos Eduardo Lins da Silva. Op. cit., pp. 236-237.



## **6.6. A advertência disciplinar, o fim do DAJF e os novos diretórios**

Após a renúncia coletiva da diretoria do DAJF, da realização da segunda assembleia dos estudantes – conduzida pela direção da FCFS, na qual os estudantes voltaram atrás e aceitaram a reforma dos estatutos de seu órgão estudantil conforme a legislação em questão –, das querelas sobre essa plenária e de sua discussão junto à imprensa, mais uma advertência foi oficializada pelo monsenhor Luciano a um outro estudante.

Nesse sentido, além da advertência conferida a Paulo Barbosa de Araújo, em razão das notas publicadas na coluna “Fatos e Pessoas”, também foi conferida uma advertência disciplinar por parte da direção da FAFI, através do ofício nº 33/1965, de 13 de novembro de 1965, ao estudante José Maria do Nascimento, ex-presidente do DAJF, e um dos líderes estudantis que debateram com o monsenhor Luciano Duarte na mencionada reunião dos estudantes ocorrida em 11 de outubro de 1965.

A aplicação dessas advertências disciplinares, além de ser uma repreensão pedagógica que passaria a constar no currículo dos mencionados alunos e dos arquivos daquela instituição de ensino superior, também funcionava socialmente como um exemplo do que não deveria ser praticado, repetido ou seguido pelo corpo discente daquela faculdade. Neste sentido, em relação à advertência conferida a Nascimento, cabe destacar os argumentos utilizados pelo monsenhor para justificar a penalidade de grave advertência disciplinar:

Usando dos poderes que lhe dá o Regimento Interno da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, no seu Artigo 129, parágrafo primeiro, e no seu Artigo 130, item II, decide aplicar, o que faz pelo presente documento, a penalidade de grave ADVERTÊNCIA DISCIPLINAR ao ex-presidente do Diretório Acadêmico “Jackson de Figueiredo”, o estudante José Maria do Nascimento, do 3º ano do Curso de Letras desta casa, pelo desrespeito e desacato com que o mesmo tratou o Diretor da Faculdade, em privado e em público, durante os últimos dias do mês de outubro próximo passado, quando o mencionado estudante encabeçou o movimento de rebelião do corpo discente da Faculdade contra a Lei Federal nº 4.464, de 9/11/1964, procurando, desta forma, pôr os alunos da

Faculdade numa posição de desobediência à Lei que, em todo o país, rege os Diretórios Acadêmicos<sup>937</sup>.

Um ano depois, em 29 de outubro de 1966, com a expedição do ofício 45/1966, o diretor da FAFI e já bispo auxiliar, Luciano Duarte, comunicou ao estudante do 4º ano do curso de Letras/francês, José Maria do Nascimento, que em razão do seu comportamento, durante o segundo semestre do ano de 1965 e durante o ano letivo de 1966, a direção daquela instituição de ensino superior “resolveu relevar o ato de indisciplina cometido por Vossa Senhoria na mencionada ocasião [da rebelião do corpo discente], e assim, tornar sem efeito a ‘grave advertência disciplinar’ que, naquela circunstância, lhe foi imposta”<sup>938</sup>.

Essa parece ter sido uma das cicatrizes provocadas pela “rebelião do corpo discente” da FAFI em relação à Lei Suplicy e em relação à postura autoritária do diretor da FAFI, como se pode perceber na resposta encaminhada por José Maria do Nascimento a Dom Luciano Duarte, em 3 de novembro de 1966. Nessa resposta, ele diz não guardar ódio e que estava emocionado em receber por escrito a relevação da penalidade de “grave advertência disciplinar” já comunicada pessoalmente a ele pelo mencionado religioso. Mas ao passo que reconhece que essa atitude bastaria para não guardar ressentimentos, registra que guardaria “em seu arquivo, com muito carinho, por razões diversas, tanto o of. 33/1965 comunicando-me a penalidade, como o of. 45/1966”. E conclui seu texto colocando-se à disposição para um “diálogo leal sobre os diversos pontos em que divergimos, desde que postos em bases racionais e sob todos os ângulos possíveis e não em termos emocionais”<sup>939</sup>.

Ainda que entre cristãos a mão que apedreja seja a mesma que “afaga” e o rosto que recebe o tapa também oferece a outra face, as marcas e os ressentimentos desse acontecimento parecem ter deixado cicatrizes na memória. Neste sentido, além do mencionado ofício/resposta, a análise da entrevista concedida por Nascimento revela um Dom Luciano Duarte inteligente, mas meio autoritário; talvez por isso ele tenha se

---

<sup>937</sup> FCFS. *Of. n° 33/1965/FCFS*, de 13 de novembro de 1965, endereçado ao estudante José Maria do Nascimento. In: Arquivo da UFS: Fundo CECH/DHI, caixa 23, item 84. Cópia deste ofício também nos foi fornecida por José Maria Nascimento após entrevista concedida ao autor em 23 de maio de 2008.

<sup>938</sup> FCFS. *Of. n° 45/1966/FCFS*, de 29 de outubro de 1966, encaminhada ao estudante José Maria do Nascimento. Documento fornecido ao autor por José Maria Nascimento após entrevista realizada em 23 de maio de 2008.

<sup>939</sup> NASCIMENTO, José Maria do. *Of. s/n°*, de 3 de novembro de 1966, encaminhado a D. Luciano Duarte. Documento fornecido ao autor por José Maria Nascimento após entrevista realizada em 23 de maio de 2008.

mostrado tão afinado com a ordem política que se edificou no Brasil a partir de abril de 1964<sup>940</sup>.

### **A incorporação da FCFS à FUFSE e o fim do DAJF**

Após os desdobramentos desse episódio, poucos são os registros escritos encontrados a respeito do Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo no período que se estenderia até 1968. Naquele ano, em face do processo de criação da Fundação Universidade Federal de Sergipe, fundada em 15 de maio de 1968, a Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, absorvida pela nova instituição de ensino superior, foi dividida em três institutos: o Instituto de Letras e Comunicação, dirigido pela professora Tereza Prado; o Instituto de Ciências Humanas, dirigido pela professora Maria da Glória, e o Instituto de Educação, dirigido pela professora Cacilda de Oliveira Barros<sup>941</sup>.

No decurso desse processo de desdobramento da Faculdade de Filosofia, Dom Luciano Cabral Duarte, já consagrado arcebispo auxiliar da província eclesiástica de Sergipe, deixa a direção da extinta faculdade para assumir o cargo de membro do Conselho Federal de Educação. Nesse conselho, ele passou a discutir os rumos da reforma universitária em curso no final dos anos 1960. Além disso, ele tornar-se-ia presidente do Conselho Diretor da FUFSE, no qual continuou influenciando o processo de “remodelação do ensino superior em Sergipe”<sup>942</sup>.

Para o Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo, esse processo de incorporação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe à FUFSE significou também a sua extinção para dar origem a três novos diretórios que seriam vinculados aos novos institutos. Em consequência dessa nova realidade administrativa e pedagógica, a direção daquele DA, na época presidida pela estudante Maria Evanda Gomes, renunciou ao cargo, ao passo que solicitou das novas autoridades educacionais constituídas providências para a formação de novos diretórios. Em matéria publicada no jornal *Gazeta de Sergipe*, antes da renúncia, a diretoria do DAJF solicitou aos três diretores recém-nomeados dos institutos criados a

---

<sup>940</sup> NASCIMENTO, José Maria do. Entrevistado por José Vieira da Cruz e José Robério dos Santos. Aracaju/SE, 23/05/2008.

<sup>941</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Filosofia desmembrada em três institutos*. Ano XIII, nº 3642, 26 de agosto de 1968, p. 8.

<sup>942</sup> FONTES, José Silvério Leite. “Discurso de homenagem dos docentes da extinta Faculdade de Filosofia aos serviços prestados por D. Luciano Duarte”. In: *A Cruzada*. Ano 50, nº1566, 02 de novembro de 1968, p.6.

partir do fim da Faculdade Católica de Filosofia que apresentassem os nomes dos interventores para os órgãos estudantis relacionados às novas instituições<sup>943</sup>.

### **Os institutos da área de humanidades e os novos diretórios acadêmicos**

Movidos por esse novo arranjo administrativo-pedagógico, surgiram os Diretórios Acadêmicos João Ribeiro, como órgão de representação estudantil do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), para representar os estudantes dos cursos de História e Geografia; o Diretório Acadêmico Amando Fontes, órgão representativo dos estudantes do Instituto de Letras e Comunicação, e o Diretório Acadêmico Luciano Cabral Duarte, órgão representativo dos estudantes do Instituto de Educação. Esta última entidade estudantil, o Diretório Acadêmico Luciano Cabral Duarte, informou à direção do IFCH a eleição do estudante Manuel Messias Pôrto para a presidência do diretório da Faculdade de Educação, fato recepcionado com “votos de feliz vitoriosa gestão” pela diretora do Instituto<sup>944</sup>.

Passados quase dois meses desse processo de desmembramento, precisamente em 15 de outubro de 1968, um ofício do IFCH endereçado ao subdelegado regional do Departamento da Polícia Federal de Sergipe (DPF/SE) informava que “depois do desmembramento” ainda não haviam ocorrido “eleições regulamentares” para o diretório daquele Instituto, e ainda que o seu quadro diretivo estava reduzido apenas ao cargo de presidente, ocupado pela estudante Djenane Barreto Rodrigues, “nomeada em caráter *pro-tempore*”<sup>945</sup>.

Nesse ofício, a diretora do IFCH, professora Maria da Glória Costa Monteiro, também informa ao subdelegado da DPF/SE, o tenente coronel R/1, Oscar Fontes Lima, os dados civis, endereço, profissão e situação acadêmica da presidente daquele diretório, além das informações já mencionadas acerca da situação do Diretório Acadêmico João Ribeiro – DAJR –, instituição que deveria representar os estudantes dos cursos de história e de geografia<sup>946</sup>. Ainda sobre esse diretório, a documentação localizada só indica a formação

---

<sup>943</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Filosofia desmembrada em três institutos*. Op. cit.

<sup>944</sup> IFCH. *Of. n° 32/1968/IFCH*, datado de 20 de setembro de 1968, enviado para o Diretório Acadêmico da Faculdade [Instituto] de Educação. In: Localização no Arquivo Central da UFS: Fundo CECH-DHI, Caixa 23, Item 84.

<sup>945</sup> IFCH. *Of. n° 201/1969/IFCH*, datado de 3 de outubro de 1969, enviado para o Departamento de Educação e Cultura. In: Arquivo da UFS: Fundo CECH-DHI, Caixa 23, Item 85.

<sup>946</sup> IFCH. *Of. n° 068/1968/IFCH*, datado de 15 de outubro de 1968, enviado para o DPF/SE. In: Arquivo da UFS: Fundo CECH-DHI, Caixa 23, Item 84.

de uma diretoria completa para a entidade no ano de 1969. Formavam essa diretória: a presidente Zenaide Rosa Sobral, a vice-presidenta Mércia da Silva Ferreira, a secretária geral Lylian Wanderley Leite, a 1ª secretária Ana Maria Menezes, a tesoureira Neuza Maria Ribeiro Góis e a 2ª secretária Maria José Santos <sup>947</sup>.

A forma como foi anunciada a criação desses diretórios acadêmicos – o João Ribeiro, o Amando Fontes e o Luciano Cabral Duarte –, mediante nomeação de interventores, o nome atribuído ao Diretório Acadêmico do Instituto de Educação, no caso, Luciano Cabral Duarte, e o lento envolvimento dos estudantes da área de humanidades com a direção das entidades estudantis evidenciam, entre outros aspectos, alguns dos frutos da Lei Suplicy e do Decreto-Lei 228/1967 sobre o controle da autonomia dos órgãos de representação estudantil naquela área de conhecimento herdados pela recém-criada FUFSE da antiga Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. Além disso, os estudantes dessa área de conhecimento parecem ter sentido o impacto da polêmica travada entre os membros do Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo, eleitos para a gestão de 1965, e o monsenhor Luciano Cabral Duarte, na época diretor da FAFI.

Mas, independentemente dessa polêmica e dos reflexos das entidades estudantis do IFCH, alguns universitários desse Instituto se destacariam na militância estudantil, a exemplo da estudante do curso de letras Elvidina Macedo de Carvalho, também chamada de Didi Macedo, segunda vice-presidente do primeiro DCE/UFS <sup>948</sup>; da estudante do curso de filosofia Laura Marinho Tourinho Ribeiro, militante do PCB, dirigente do DAJF no período 1967/1968 e suplente do representante do DCE no CONSU <sup>949</sup>; e a estudante da

---

<sup>947</sup> IFCH. *Of. nº 111/1969/IFCH*, datado de 04 de junho de 1969, enviado para o Reitor da UFS. In: Arquivo da UFS: Fundo CECH-DHI, Caixa 23, Item 84.

<sup>948</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Primeira diretoria do DCE tem posse hoje a noite*. Ano XIII, nº 3646, 30 de agosto de 1968, p. 6

<sup>949</sup> MARQUES, Laura Maria Ribeiro. Entrevistada por José Vieira da Cruz, Livia Rocha Teles Barreto, Maria Juliene Menezes Florêncio, Renilma Mendonça Caetano e Tatiana Vieira Rosa. Aracaju/SE, 23/5/10.

FAFI Maria Guadalupe Costa Teixeira, que, quando lecionava no Colégio Estadual de Sergipe, estimulou o despertar de novos militantes para o movimento estudantil e para a militância junto ao “Partidão”<sup>950</sup>, além de ter tomado parte da primeira diretoria eleita de forma indireta para o DEE de Sergipe<sup>951</sup>.

### **A universidade como fundação federal perde o apoio dos estudantes**

Por outro lado, não obstante o empenho do monsenhor Luciano José Cabral Duarte em prol da criação da FUFSE, a sua falta de habilidade para com os militantes do movimento estudantil, em particular os da JUC e os do DAJF, pode ter sido uma das razões para enfraquecimento do apoio dos estudantes a proposta que ele defendia: a criação de uma universidade em Sergipe sob a forma de uma fundação federal. Essa proposta já havia recebido o apoio dos estudantes por ocasião da Declaração de Santo Amaro das Brotas, em julho de 1963, naquela oportunidade os estudantes católicos, exercendo a hegemonia do movimento, apoiaram a mencionada proposta.

Essa postura foi contrária à adotada pelo diretor da Faculdade de Direito de Sergipe, professor Gonçalo Rollemberg, que mais habilmente conseguiu mobilizar os estudantes de direito, muitos dos quais pertencentes a diferentes tendências políticas, inclusive do PCB, para defenderem o modelo de autarquia no lugar de fundação, com o intuito de preservar a autonomia da mencionada faculdade de direito. O mesmo parece ter ocorrido com a Faculdade de Medicina de Sergipe, cujo diretor, professor Antônio Garcia Filho, também defensor do modelo de autarquia, parece ter contado com o apoio dos

---

A respeito de Laura Maria Tourinho Ribeiro, nome de solteira de Laura Maria Ribeiro Marques, o Projeto Memórias Reveladas, em parceria com o Arquivo Público do Estado de Sergipe, localizou o Dossiê elaborado pelo Serviço Estadual de Informação (SEI), órgão vinculado a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Sergipe (SSP), cujo conteúdo é assim descrito: “O Dossiê, através de uma investigação de ordem oficial, apresenta documento textual, datilografado e impresso, onde se tem prontuário (1968), ficha individual de qualificação (1968), ficha manuscrita e foto (face), contendo assuntos de antecedentes políticos e ideológicos, informando que LAURA MARIA TOURINHO RIBEIRO, como estudante do curso de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UF/SE, foi presa e indiciada em Inquérito, instaurado pelo DOPS/SP em 12/10/1968, por haver participado do XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes, realizado em Ibiúna/SP (Doc. da CENIMAR)”. Apesar da relevância histórica dos acontecimentos vividos por Laura Maria Tourinho Ribeiro os órgãos responsáveis pela guarda dessa unidade documental o mantém classificado “com restrição – razões legais/judiciais” ou “sigilosa”. Ver a respeito em: BRASIL. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.723.; e: BRASIL. *Projeto Memórias Reveladas*. BR BR PBNC DH, XX AA4. 0.0.1102-50.

<sup>950</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964-1984*. Op. cit., p. 80.

<sup>951</sup> DEE DE SERGIPE. *Of. circular nº 1 – 1965/1966*, maio de 1965. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CCBS, Caixa 01, item 02.

universitários daquela faculdade na luta em favor do modelo de autarquia em detrimento do modelo de fundação.

Esse debate em torno do qual seria o modelo de criação da universidade, se autarquia ou fundação, foi estabelecido desde julho de 1963, após a realização do II Seminário Estadual sobre a Reforma Universitária, ocorrido na cidade de Santo Amaro das Brotas, ocasião em que, sob influência dos estudantes das faculdades católicas e dos demais membros da JUC, foi defendida a proposta de fundação federal. Além da posição tomada por esse conclave estudantil, é importante registrar também o apoio decisivo da Igreja Católica, através das figuras de Dom José Vicente Távora e do então monsenhor Luciano Duarte em favor do modelo de fundação.

Esse apoio começa a ser fragilizado com os primeiros debates internos quanto às restrições impostas pela Igreja Católica à proposta de engajamento político da JUC, o que resultaria na formação da AP, uma dissidência daquela. Mas é, sobretudo após o golpe, em razão da atitude da direção da FAFI em favor da Lei Suplicy e contra a postura de resistência assumida pela direção do Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo, que a proposta de criação de universidade sob a forma de fundação começa a perder apoio entre os estudantes. Esse apoio também é fragilizado por causa do posicionamento conservador adotado pelo grupo político que começou a ascender na Igreja Católica em Sergipe, sob a liderança do monsenhor Luciano Duarte<sup>952</sup>.

O conjunto dessas ações terminou por enfraquecer o campo de atuação política da JUC no movimento estudantil universitário no estado; fragilizou o apoio dos estudantes à posição defendida pela Igreja Católica na questão da criação de uma universidade federal em Sergipe sob o modelo de fundação federal, posição que ficou a cargo do monsenhor Luciano Duarte; e terminou por colaborar com a fomentação de uma nova correlação de forças políticas a qual passaria a hegemonizar o movimento. A discussão a respeito desse novo campo de forças políticas e das tendências que nela passaram a atuar é o ponto do próximo capítulo.

---

<sup>952</sup> Ver a respeito em: MARQUES, Wellington Dantas Manguiera. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Renata de Carvalho Santana e Giselle Carvalho Menezes. Aracaju/SE, 27/10/2011.

## Capítulo VII – (Re)organização das tendências, os protestos de 1968 e o DCE

### 7.1. (Re)organização das tendências: POLOP, AP e PCB

Os partidos de esquerda, derrotados com o golpe de 64, tentaram interpretar e dar sustentação teórica à rebelião estudantil. Às vezes, parecia haver uma “fusão de linhas” entre os partidos e o movimento estudantil<sup>953</sup>.

Após o processo de desmobilização decorrente do golpe civil-militar de 1964 e de seus desdobramentos, a exemplo do que ocorreu com UNE, os grupos políticos que atuavam entre os estudantes universitários no estado começam um processo de (re)organização a partir de alguns diretórios, como foi o caso do CA de direito e de outras faculdades, sob influência do PCB, do DA de economia, com a presença de militantes da POLOP, e nos DA de medicina e de serviço social, com representantes da AP<sup>954</sup>.

Em relação a UNE, segundo Alberto Saldanha, no ano de 1968, ao menos dois blocos passaram a disputar a hegemonia do movimento estudantil universitário brasileiro no XXX Congresso da UNE:

de um lado, a Ação Popular (AP), parcialmente apoiada pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B) e pelo Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). De outro lado, as dissidências do PCB (DI), oriundas dos comitês universitários deste partido, aliados a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP) e, em certos momentos, ao próprio PCB<sup>955</sup>.

Esse processo de (re)organização do movimento estudantil universitário em Sergipe, retomado a partir dos anos de 1965 e 1966, além de disputas pontuais com alguns grupos independentes foi, sobretudo, marcado pela atuação de três tendências políticas de esquerda: o PCB, a POLOP e a AP. Nesse contexto, essas tendências não apenas se (re)organizaram, como também passaram a disputar a hegemonia do movimento, posição até então exercida pela JUC, ao menos até o período anterior ao golpe de 1964. Dentro dessa perspectiva, neste tópico será abordada uma breve discussão acerca de cada uma

---

<sup>953</sup> SALDANHA, Alberto. *A UNE e o mito do poder jovem*. Op. cit., p. 53

<sup>954</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964-1984*. Op. cit., pp.71-81.

<sup>955</sup> SALDANHA, Alberto. Op. cit.



dessas tendências e em que condições elas foram (re)organizadas e passaram a atuar entre os estudantes universitários de Sergipe.

### **POLOP: um programa socialista para o Brasil**

Dentre os grupos que atuavam no movimento estudantil universitário de Sergipe, a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária, denominada de POLOP, é a de que se tem o menor número de informações a respeito. Em termos políticos, esse grupo, em vez de prescrever uma conduta partidária rígida, priorizava fazer a “análise concreta da realidade” sem a imitação do “‘caminho russo’, ‘chinês’ ou ‘cubano’”, priorizando mais o debate teórico e doutrinário do que a organização de um projeto alternativo ao do PCB<sup>956</sup>.

Nesse sentido, desde 1961, enquanto uma matriz do pensamento de esquerda, seus membros fizeram circular textos apreciados pelos militantes estudantis, sindicais e por parte de intelectuais preocupados em cotejarem diferentes análises das conjunturas política e econômica. Sobre este último aspecto, o então estudante de história e bancário José Ibarê Costa Dantas ressalta que em Sergipe a circulação desses documentos e jornais também despertou interesse de militantes e intelectuais em relação às ideias discutidas e difundidas pela mencionada organização<sup>957</sup>.

Entre os universitários vinculados à POLOP, o estudante de economia Antonio Vieira da Costa enfatizou que nos documentos dessa organização, as discussões enfatizavam a luta “por uma revolução de ideias dentro da própria esquerda do que tomar mais uma posição política, militante mesmo de ação política, de agitação”. Dentre os membros da POLOP em Sergipe, destacam-se os bancários José Alves Filho e Rivaldo Maynard<sup>958</sup>; e entre os estudantes, além de Antônio Vieira da Costa, também existem indícios de que Osvaldo Catan e Mario Jorge Vieira teriam se aproximado das discussões e

---

<sup>956</sup> KAMEYAMA, Ceici. “Introdução”. In: CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER (Org.). *POLOP: uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*. [edição integrante do Projeto “50 anos da POLOP (1961-2011)”]. Salvador: Artexto, 2009, p. 11. Ver também a respeito: ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. “Perfil dos atingidos”. In: *Projeto “Brasil”: nunca mais*. Tomo III. São Paulo: São Paulo, 1985, pp. 33-37.

<sup>957</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju: SE, 10/10/2010.

<sup>958</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit. p. 71.

debates promovidos pela POLOP no estado<sup>959</sup>. Para Ibarê Dantas, a POLOP chegou a atuar junto ao movimento estudantil, mas sua atuação, haja vista a ausência de uma estrutura definida, não foi intensa<sup>960</sup>.

Segundo Antonio Vieira da Costa, representante do diretório da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas e da Diretoria Executiva Nacional dos Estudantes de Economia<sup>961</sup>, a mencionada tendência não chegou a ter uma estrutura organizada no estado; ela tinha simpatizantes, e no caso da Faculdade de Economia, em meio aos debates e discussões que ocorriam nas assembleias dos estudantes, os militantes da POLOP apareciam e tinham certo reconhecimento, ainda que esse reconhecimento não fosse idêntico ao dos militantes do “Partidão”, que tinham “palavras de ordem típicas de partidos”, ou da AP, que, por conta da relação com a Igreja Católica, tinha certa organização e estrutura<sup>962</sup>.

Não obstante a recordação de Antonio Vieira da Costa, de que a POLOP não tinha no estado uma estrutura e organização definida, a atuação dessa tendência junto aos estudantes de economia e junto às mobilizações estudantis – ocorridas em torno dos protestos de ruas, da representação de estudantes que participaram do XXX Congresso da UNE e das disputas eleitorais pela direção de diretórios e do DCE/FUFSE –, evidenciam que esses militantes participaram do campo de disputas pela hegemonia do movimento

---

<sup>959</sup> COSTA, Antônio Vieira da. Entrevistado por José Ibarê Costa Dantas. Aracaju/SE, 13/11/1991 [Entrevista transcrita por José Vieira da Cruz, 01/08/2010]. A respeito de Antônio Vieira da Costa, o Projeto Memórias Reveladas, em parceria com o Arquivo Público do Estado de Sergipe, localizou o Dossiê elaborado pelo Serviço Estadual de Informação (SEI), órgão vinculado a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Sergipe (SSP), cujo conteúdo é assim descrito: “O Dossiê através de investigação apresenta documento textual, datilografado e impresso, onde tem prontuário fl. 01 e 02 (1968); Ficha Individual de Qualificação (1968); Auto de Qualificação; 02 fotos preto e branco (face). Com assuntos de antecedentes políticos e ideológicos informa que ANTONIO VIEIRA DA COSTA em 12.10.1968 foi preso no Estado de São Paulo, e indiciado em Inquérito policial, instaurado pelo DOPS/SP, por ter participado do XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes. Em Dezembro 1968, foi detido por um agente da Polícia Federal, que exibiu um mandato de Busca e Apreensão, assinado pelo Delegado de Polícia Federal, em seguida levado ao Quartel do 28º BC. Era funcionário do Banco do Brasil e participou da manifestação de convocação do povo sergipano na passeata em protesto pela morte do estudante Edson Luís de Souto. Membro acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas, foi candidato a representante do DCE pela chapa “Libertação”, porém não foi eleito. Declarou que optava pelo regime Socialista e que era admirador do guerrilheiro Che Guevara, era contra o sistema de governo implantado no Brasil, sendo favorável a greves e passeatas”. Apesar da relevância histórica dos acontecimentos vividos por Antônio Vieira da Costa os órgãos responsáveis pela guarda dessa unidade documental o mantém classificado “com restrição – razões legais/judiciais” ou “sigilosa”. Ver a respeito em: BRASIL. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.751.

<sup>960</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., p. 71

<sup>961</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes de economia só reconhecem a UNE*. Ano XII, nº 3267, 12 de abril de 1967, p.1.

<sup>962</sup> COSTA, Antônio Vieira da. Op. cit.

estudantil universitário em Sergipe no período de 1966 a 1968, essa participação, evidentemente, limitava-se as possibilidades políticas arregimentada pelo pequeno número de estudantes próximo a POLOP em Sergipe.

A POLOP nesse período, segundo Reis Filho, já havia passado da fase de semear ideias e buscava construir um novo partido comunista articulado a uma classe operária independente, desatrelada do trabalhismo e unida com os trabalhadores do campo em prol de uma revolução socialista brasileira<sup>963</sup>. Neste sentido, a POLOP, após o golpe civil-militar de 1964, mantendo suas críticas ao PCB e a necessidade de uma aliança com a “‘burguesia nacional’ para vencer o ‘imperialismo’ e os restos feudais”<sup>964</sup>, elaborou e difundiu um “Programa Socialista para o Brasil” no qual defendia que “o grau de evolução capitalista do país [já] comportava e exigia transformações socialistas imediatas, sem qualquer etapa ‘nacional-democrática’”<sup>965</sup>.

Segundo o relatório do *Projeto Brasil: nunca mais*, os participantes da POLOP, assim como os do PCB, “por influência da luta guerrilheira que se alastrava na América Latina sob inspiração da Revolução Cubana e do guevarismo”<sup>966</sup>, também sofreram com cisões internas. Destas cisões tiveram origem outras organizações, entre elas: Colina, Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Partido Operário Comunista (POC), Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), Movimento Comunista Revolucionário (MCR), entre outros<sup>967</sup>.

Em Sergipe, os estudos realizados sobre o período indicam não haver indícios de que as mencionadas organizações tenham atuado efetivamente no estado, como também não indicam registros da atuação da POLOP e de suas dissidências no estado após os desdobramentos do AI-5<sup>968</sup>. Dessa forma, ainda que a POLOP não tenha se estruturado na forma esperada por alguns de seus militantes, ao menos no período entre 1966 a 1968, a

---

<sup>963</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. “Classe operária, partido de quadros e revolução socialista. O itinerário da Política Operária – Polop (1961-1986)”. In: FERREIRA, Jorge, REIS filho, Daniel Aarão. *Revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 57-59.

<sup>964</sup> Ver a respeito em: ARNS, Paulo Evaristo. “Perfil dos atingidos”. In: *Projeto Brasil: nunca mais*. Op. cit., pp. 33-34.

<sup>965</sup> Op. cit.

<sup>966</sup> Op. cit.

<sup>967</sup> Ver também a esse respeito em: RIDENTI, Marcelo Siqueira. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993, pp. 37-72, e, em: MIRANDA, Nilmário, TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo – mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*. São Paulo: Boitempo/Perseu Abramo, 1999, pp. 509-511.

<sup>968</sup> Ver a respeito em DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit.

atuação de seus militantes fez-se presente em meio as mobilizações do movimento estudantil ocorridas no período.

### **Da JUC a AP: um programa socialista de libertação nacional**

Já a atuação da Ação Popular (AP), uma dissidência da JUC que, ao começar a ter uma postura política mais à esquerda, entra em conflito com as orientações de alguns setores da hierarquia da Igreja Católica nos primeiros anos da década de 1960. Em razão desse embate alguns participantes da JUC iniciam, para além da ação missionária, ações de protesto contra a exploração capitalista, tomando parte, de modo cada vez mais efetivo, de movimentos de educação e cultura popular. Neste sentido, segundo o relatório do *Projeto Brasil: nunca mais*, a AP

surgiu em maio/junho de 1962, com características de “movimento político”, e não partido, coroando uma evolução em direção à esquerda que setores da Ação Católica, em especial a JUC – Juventude Universitária Católica – tinham vivido desde meados dos anos 50<sup>969</sup>.

Um ano depois, em fevereiro de 1963, os membros da AP realizaram seu primeiro congresso, no qual aprovaram um “Documento-base” com as orientações políticas do movimento. Esse documento procura manter em termos filosóficos certa “equidistância entre o materialismo e o idealismo, revelando influências do pensamento cristão de Teilhard Chardin, Mounier e Jacques Maritan”, e ainda discussões econômicas articuladas à “defesa de um ‘socialismo humanista’, genericamente fundamentado, com as ideias solidaristas do sacerdote suíço Michel Lebreton”<sup>970</sup>. Embasados nesses pressupostos, os participantes da AP acreditavam ser a “expressão de uma geração”, uma geração que não mais se restringia à ação missionária e que partia para a luta política<sup>971</sup>.

Ainda segundo o relatório do *Projeto Brasil: nunca mais*, a AP se constituiu em um grupo político com forte influência sobre o movimento estudantil e sobre os movimentos de educação e cultura popular, sobretudo no Nordeste. O Movimento de

---

<sup>969</sup> ARNS, Paulo Evaristo. “Perfil dos atingidos”. In: *Projeto “Brasil”*: nunca mais. Op. cit., p. 28.

<sup>970</sup> Op. cit.

<sup>971</sup> Mais informações sobre esse “Documento base” ver em: AÇÃO POPULAR. “Documento base”. In: SOUZA LIMA, L. G. *Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil*: hipóteses de uma interpretação. Petrópolis, Vozes, 1979, e, ainda: DIAS, Reginaldo B. *A cruz, a foice o martelo e a estrela*: a tradição e renovação da esquerda na experiência da Ação Popular. São Paulo: UNESP, 2004 (Tese de doutorado).

Educação de Base (MEB), experiência de alfabetização difundida através de programas de rádio para camponeses e operários com o apoio de monitores oriundos da militância estudantil, alguns dos quais participantes da AP, é um desses exemplos<sup>972</sup>.

O grau de influência e participação dos membros da AP, em experiências como a do MEB e dos Centros Populares de Cultura (CPC), pode ser avaliado no documento por eles elaborado, também no ano de 1963, para discutir a questão da “cultura popular”. Esse documento não apenas trata da questão do conceito de cultura em termos humanistas, sociais, econômicos e políticos, como também aborda a questão da “cultura popular”, ou melhor, os instrumentos de trabalho com a cultura popular – alfabetização, núcleos populares, teatro, praças de cultura, arte, publicações, festas populares e festivais de cultura popular –, como estratégia para estruturação político-ideológica do movimento operário, popular, camponês e estudantil nos planos municipais, estaduais e nacional<sup>973</sup>.

Ainda a respeito da importância do trabalho de organização dos chamados Centros Populares de Cultura, o mencionado documento da AP destaca que eles não se limitassem apenas aos aspectos burocráticos, mas que estimulassem a integração do povo no processo de organização dos “cursos de alfabetização, teatro, clubes, etc.”<sup>974</sup>, antecipando, assim, a crítica ao papel de vanguarda que os estudantes e demais intelectuais deveriam exercer em relação ao “povo”, e mesmo quanto ao sentido estético dessa produção artística e cultural voltada “para o povo”, “pelo povo” e/ou “com o povo”<sup>975</sup>.

Balizada em uma matriz política crítica em relação às posições do PCB, após a dura repressão estabelecida pelo golpe civil-militar de 1964, os membros da AP buscaram redimensionar as suas estratégias de ação. Esse repensar das diretrizes de atuação do movimento consolida-se com a elaboração da “Resolução Política de 1965”, a partir da qual, segundo o relatório do *Projeto Brasil: nunca mais*, a AP passa a utilizar o pensamento marxista como método de análise e a luta armada como uma estratégia necessária à “Revolução Brasileira”, afirmando o caráter “Socialista e de Libertação Nacional” desta<sup>976</sup>. Nos anos seguintes, esse grupo político aproxima-se das ideias

---

<sup>972</sup> AÇÃO POPULAR. “Cultura Popular”. In: FÁVERO, Osmar (Orgs). *Cultura popular e educação popular: memórias dos anos 60*. Op. cit., pp. 28-29.

<sup>973</sup> Op. cit., pp. 15-31.

<sup>974</sup> Op. cit., p. 31.

<sup>975</sup> A respeito dessa discussão destaque: LEITE, Sebastião Uchoa. “Revisão dos anos 60 nos anos 60”. In: Fávero, Osmar. *Cultura popular e educação popular: memórias dos anos 60*. Op. cit., pp. 247-269; GULLAR, Ferreira. *Vanguarda e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilizações Brasileiras, 1969; e, ainda: RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Op. cit.

<sup>976</sup> ARNS, Paulo Evaristo. *Projeto “Brasil”*: nunca mais. Op. cit., pp. 28-29.

defendidas por Che Guevara e pelo maoísmo, sendo que alguns de seus participantes passam a vivenciar a chamada experiência da “integração na produção”<sup>977</sup>.

Para Ramos, a JUC em Sergipe, no período de 1954 a 1964, sob a liderança do monsenhor Luciano Duarte, afasta-se da orientação nacional, permanecendo vinculada ao conservadorismo católico. Segundo este pesquisador,

as críticas da hierarquia à aliança entre jucista e comunistas nos pleitos estudantis viera (sic) juntar-se à veemente condenação de parcelas do episcopado à posição da Juventude Universitária Católica. Em Sergipe, a JUC, foi um movimento religioso, onde o seu envolvimento com o movimento estudantil direcionava-se exclusivamente para uma ação missionária, onde a presença do militante jucista traduzia-se em uma prática catequética de ser o evangelizador do meio universitário para recristianizar a Universidade<sup>978</sup>.

Diferentes da interpretação de Ramos, as fontes, escritas e orais, e a bibliografia pesquisada no capítulo III desta tese evidenciam que apenas na sua primeira fase de atuação a JUC se mostrou próxima da proposta de ação missionária, ao menos até 1960. Essa orientação era defendida pelo assistente eclesiástico da JUC no estado, o então monsenhor Luciano Duarte<sup>979</sup>. Entretanto, a partir do início dos anos de 1960, alguns de seus militantes, interagindo com os debates que transpassavam os jucistas naquele momento, passaram a tomar uma postura política mais ativa, rompendo com a JUC e ingressando na AP<sup>980</sup>.

Nesse sentido, antes do golpe civil-militar de 1964, a AP conquistou muitos militantes junto à JUC e junto ao Movimento de Educação de Base (MEB), chegando a exercer certo grau de hegemonia dentre esses movimentos. Segundo Dantas, em face dessa hegemonia, com a mudança da ordem política do país, eles foram um dos “grupos mais

---

<sup>977</sup> Ver a esse respeito em: SANTANA, Cristiane Soares. *Maoísmo na Bahia*. Op. cit.; e, ainda em: LIMA, Haroldo, ARANTES, Aldo. *História da Ação Popular: da JUC ao PC do B*. 2 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

<sup>978</sup> RAMOS, Antônio da Conceição. *Movimento estudantil: a JUC em Sergipe (1954-1964)*. Op. cit., pp. 155-156.

<sup>979</sup> DUARTE, Luciano José Cabral. “Ação missionária na JUC”. In: *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 21, n° 4, dez., Petrópolis: Vozes, 1961.

<sup>980</sup> Ver a esse respeito em: MORAIS, Giselda. *D. Luciano José Cabral Duarte: relato biográfico*. Op. cit., pp. 211-227; e, ainda em: DANTAS, José Ibarê Costa. *Os partidos políticos em Sergipe (1889-1964)*. Op. cit., pp. 286-287.

afetados”, ficando sua atuação restrita “a meia dúzia de jovens, a maioria remanescente da JUC, participando do movimento estudantil”<sup>981</sup>.

Passados os impactos dos primeiros momentos da repressão, a reestruturação da AP no estado teve a contribuição do estudante de química Carlos Roriz<sup>982</sup>, da estudante de serviço social Gilza Mota Gomes e do estudante de medicina José Rolemberg Côrtes Filho<sup>983</sup>. Este último, antes de se deslocar para o Estado da Bahia – onde também desenvolveria uma ativa militância política<sup>984</sup> –, convidou para ingressar na AP seu irmão João Bosco Rolemberg Côrtes<sup>985</sup> e a estudante Ana Maria Santos ambos estudantes do curso de serviço social<sup>986</sup>.

---

<sup>981</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe 1964/1984*. Op. cit. p. 71.

<sup>982</sup> A respeito de Carlos Roriz da Silva, o Projeto Memórias Reveladas, em parceria com o Arquivo Público do Estado de Sergipe, localizou o Dossiê elaborado SEI, órgão vinculado a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Sergipe (SSP), cujo conteúdo é assim descrito: “Dossiê, através de uma investigação de ordem oficial, apresenta documento textual, datilografado e impresso, onde se tem prontuário (1964), ficha individual de qualificação (1964) e ficha de identificação (1964 n° 8), contendo assuntos de antecedentes políticos e ideológicos, informando que CARLOS RORIZ SILVA foi preso no Quartel do 28° BC em 29/04/1964 e indiciado em inquérito policial militar (IPM), instaurado por aquela Corporação contra o mesmo por atividades subversivas. Posto em liberdade em 30/05/1964”. Apesar da relevância histórica dos acontecimentos vividos por Carlos Roriz da Silva os órgãos responsáveis pela guarda dessa unidade documental o mantêm classificado “com restrição – razões legais/judiciais” ou “sigilosa”. Ver a respeito em: BRASIL. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.134.

<sup>983</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe 1964/1984*. Op. cit., p. 72. A respeito de José Rolemberg Côrtes Filho, o Projeto Memórias Reveladas, em parceria com uma instituição arquivística do Estado de São Paulo, disponibiliza sem restrições a informações a respeito da atuação política de José Rolemberg Côrtes Filho, ver a respeito: BRASIL. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SPAPESP, XX DSP.SS.ZW, números: 297120, 297126, 297131, 297147, 297150, 297159, 297170, 297187, 297191, 297194, 297194, 297203.

<sup>984</sup> Ver a respeito em: SANTANA, Cristiane Soares. *Maoísmo na Bahia*. Op. cit.

<sup>985</sup> A respeito de João Bosco Rolemberg Côrtes, o Projeto Memórias Reveladas, em parceria com o Arquivo Público do Estado de Sergipe, localizou o Dossiê elaborado pelo SEI, órgão vinculado a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Sergipe (SSP), cujo conteúdo é assim descrito: “O Dossiê, através de uma investigação de ordem oficial, apresenta documento textual, datilografado e impresso, onde se tem ficha informativa, ficha com dados pessoais, relatório e auto de qualificação contendo assuntos de antecedentes políticos e ideológicos, informando que JOÃO BOSCO ROLEMBERG CORTES, pertenceu à Juventude Estudantil Católica (JEC) nos anos 1962/63 em Aracaju/SE. Em 1967 ingressou na AP, aliciado por seu irmão José Rolemberg Côrtes. Participou do M.E em Aracaju/SE quando estudante de Serviço Social, fazendo panfletagens, passeatas, pichações. Participou do congresso de Ibiúna/SP, no ano de 1968. Em 1969, foi deslocado pela direção da R-6 para a R-3 (São Paulo), onde desenvolveu intenso trabalho no setor operário. Em 1971 foi deslocado para a R-7(Pernambuco), fixando-se primeiramente na cidade do Cabo/PE, onde desenvolvia trabalho no campo e mantinha contato com os diversos elementos da área. Foi dirigente do Comitê Zonal e estava proposto para compor a direção do CR-7. Usou o nome falso de JOÃO LOPES DE ALMEIDA, tinha bom nível cultural e ideológico. (Conforme documentação Informação nº064/S2 de 03/09/41974 DP 28°BC. Anexa ao documento nº 127)”. Apesar da relevância histórica dos acontecimentos vividos por João Bosco Rolemberg Côrtes os órgãos responsáveis pela guarda dessa unidade documental o mantêm classificado “com restrição – razões legais/judiciais” ou “sigilosa”. Ver a respeito em: BRASIL. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI.0.0.641., e: BRASIL. *Projeto Memórias Reveladas*. BR RNAPER, XX DO. 0.FC.920.

<sup>986</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe 1964/1984*. Op. cit., p. 72.

Ao recordar sua formação católica e as influências que recebera de seus irmãos para se integrar à AP, João Rolemberg Côrtes destacou que sua “irmã mais velha foi da JOC [Juventude Operária Católica]”, e seu “irmão mais velho foi da JUC”. Ambos, segundo ele, haviam sido dirigentes nacionais da AP, e ainda, através das experiências trazidas por seus familiares e por ele vivenciadas compreendeu os dilemas da Igreja Católica e do Movimento de Educação de Base quanto à tarefa de não

apenas salvar almas, mas também cuidar da vida material do povo. Não [se] pode fazer uma proposta de evangelização que cuide só do espírito, o povo está com fome, o povo está analfabeto, o povo está morrendo, o povo não tem saúde, então a Igreja [Católica] é que foi apontado para um compromisso, um engajamento com as coisas da vida do país de melhorar [de] situação. Aí vem o golpe que foi uma brutal repressão e um represamento de toda essa tendência que vinha efervescente na Igreja [Católica] e no Brasil<sup>987</sup>.

João Bosco Rolemberg Côrtes destaca que essa militância política inspirada no modelo da JUC francesa, nos ensinamentos de D. Helder Câmara, em Pernambuco, e de D. José Vicente Távora, em Sergipe, com o golpe, viu esse movimento ser interrompido. Para Côrtes, isso representou “uma castração violenta, uma repressão violenta de todo esse esforço e da expectativa do governo João Goulart de fazer a reforma de base na educação e na moradia”<sup>988</sup>. Em face dessa ruptura, segundo Côrtes, alguns setores da Igreja Católica, em particular os que estavam comprometidos com a discussão da realidade social do país, passaram a se engajar cada vez mais na política e fundaram a Ação Popular. Neste sentido, para os jovens que participavam desse movimento, o compromisso cristão de militância política era muito forte, e com ele o desejo de

resolver os problemas da humanidade, os problemas do Brasil, do estado e do país. Essa era a visão de quem era militante, um cristão militante... não ser um cristão de anjinho, não ser um cristão de papa hóstia, ser um cristão militante de ajudar a melhorar a vida do país, a vida do mundo, esse era o compromisso, fomos inspirados por essas experiências<sup>989</sup>.

Formados nesse arco de experiências, os militantes dessa tendência participaram dos protestos contra a Lei Suplicy, denunciaram o Acordo MEC-USAID, promoveram

---

<sup>987</sup> CÔRTEES, João Bosco Rolemberg. Entrevistado por Gardênia Correia Palmeira e Glícia Laís Macedo Silva. Aracaju/SE, 06/11/2007.

<sup>988</sup> Op. cit.

<sup>989</sup> Op. cit.



panfletagens, fizeram pichações e apoiaram a campanha do voto nulo nas eleições para a DEE de Sergipe ocorridas em 1966. Para Ibarê Dantas, a AP caracterizava-se “como uma das siglas mais radicais, pela postura desafiadora, inclusive nos principais acontecimentos do conturbado ano de 1968”<sup>990</sup>.

Reforçando essa análise, José Rolemberg Côrtes, membro da AP, recordar-se que teve uma militância estudantil e política intensa nos tempos em que atuou junto à JEC, à JUC e à AP na cidade de Aracaju nos anos de 1960. Nesse período, ele destacou que participou de várias lutas conjuntas tanto com os trabalhadores têxteis quanto com ferroviários na promoção de debates políticos, panfletagens, pichações, greves, mobilizações junto às faculdades e, sobretudo, em torno da organização do que na época se denominava aliança entre os estudantes, os operários e os camponeses. Essas lutas tinham por objetivo, segundo José Rolemberg Côrtes,

criar formas de ação conjunta que pudesse você promover debates políticos, greves, promove ações de panfletagem, que era muito importante. Ações de pichamento, discussões com líderes que você via que estavam se destacando dentro da universidade ou fora da universidade, sobretudo a nível da... dos setores que a gente achava que podia ter um destaque importante na luta, por exemplo, operário da indústria têxtil... Especificamente lá em Aracaju, operários da construção civil, alguns camponeses que a gente identificava fazendo viagens, fazendo contatos e tal. As viagens para o interior eram... Faziam parte da nossa atuação no sentido de você tentar se aproximar também, entendeu... dos setores camponeses ou camponeses pra você fortalecer, nem fortalecer... Você criar a chamada aliança operário-camponesa, que era a espinha dorsal para você promover as transformações sociais, políticas da sociedade, a revolução, na verdade era isso aí<sup>991</sup>.

Após o golpe, a partir de 1966, a perspectiva de atuação da AP fazia-se presente no movimento estudantil universitário de Sergipe, principalmente, através dos militantes dessa tendência que agiam junto ao Diretório Acadêmico Maria Kheil, vinculado aos estudantes da Escola de Serviço Social, entre eles o estudante João Bosco Rolemberg Côrtes e a estudante Ana Maria dos Santos, que depois passaria a adotar também o sobrenome Rolemberg Côrtes. Além desse diretório, os militantes da AP contavam com certo apoio dos estudantes da Faculdade de Medicina de Sergipe, no qual José Rolemberg Côrtes havia atuado antes de ir para a Bahia.

---

<sup>990</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit. p. 73.

<sup>991</sup> CÔRTEZ, José Rolemberg. Entrevistado por Cristiane Soares Santana. Salvador/BA, 13/11/2004.

A respeito desse período, João Bosco Rolemberg Côrtes recorda que, após ter ingressado no curso de serviço social em 1967, as lutas estudantis tinham dois sentidos: um estava ligado às questões mais específicas, como a melhoria das condições de ensino da escola e a luta pela criação da universidade em Sergipe, e a outra mais geral, que se relacionava à atuação política de combate à ditadura civil-militar<sup>992</sup>.

No primeiro sentido, Côrtes recorda-se das disputas ocorridas entre os militantes da AP e do PCB pela direção dos diretórios, em particular pela direção da primeira gestão do DCE da recém-criada Fundação Universidade Federal de Sergipe, em 1968. Naquela oportunidade, o grupo do PCB, articulado por Wellington Mangureira, Jackson Barreto, João Augusto Gama, entre outros, venceu a chapa formada por João Bosco Rolemberg Côrtes e por outros membros da AP<sup>993</sup>.

Essa disputa de acordo com a legislação da época, o Decreto-lei 228/1967, deveria ser através de eleição indireta, ou seja, realizada através dos representantes dos diretórios e centros acadêmicos<sup>994</sup>. Caso a eleição fosse conforme essa formatação a AP teria maioria dos votos, no entanto, as lideranças estudantis acordaram que a direção do primeiro Diretório Central de Estudantes da FUFSE deveria ser realizada através de plebiscito, por essa outra formatação de cunho mais democrático, o PCB ganhou a disputa eleitoral. Referindo a esse acontecimento, Wellington Mangureira declarou que tanto Bosco Rolemberg quanto os demais membros da AP tiveram uma postura nobre e mantiveram o acordo que havia sido firmado<sup>995</sup>.

No segundo sentido, Côrtes recorda-se que os militantes da AP tomaram parte de vários protestos contra a ditadura civil-militar. Além disso, eles também elegeram delegação que participariam do XXX Congresso Nacional da UNE, realizado na cidade de Ibiúna. Os estudantes que tomaram parte dessa delegação foram presos e em seguida encaminhados para o presídio Tiradentes – onde foram classificados pelas autoridades militares como opositores do regime e foram trancafiados em unidade prisional que passou a ser denominada “presídio da subversão”<sup>996</sup>.

---

<sup>992</sup> CÔRTEES, João Bosco Rolemberg. Entrevistado por Gardênia Correia Palmeira e Glícia Laís Macedo Silva. Aracaju/SE, 06/11/2007.

<sup>993</sup> Op. cit.

<sup>994</sup> BRASIL. *Decreto-lei nº 228*, de 28 de fevereiro de 1967.

<sup>995</sup> MARQUES, Wellington Dantas Mangureira. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Renata de Carvalho Santana e Giselle Carvalho Menezes. Aracaju/SE, 27/10/2011.

<sup>996</sup> FREIRE, Alípio, ALMADA, Izaías, PONCE, J. A. de Granville (Orgs). *Tiradentes, um presídio da ditadura: memórias dos presos políticos*. São Paulo: Scipione, 1997, pp. 491-497.

Em suma, no período entre 1966 a 1968, os militantes da AP não apenas tiveram o papel importante nas disputas travadas com o PCB pela hegemonia do movimento, como também marcaram posição nos protestos e demais mobilizações a favor do ensino superior e contra a ditadura civil-militar. Após o AI-5, pelo menos três de seus militantes, José Rolemberg Côrtes Filho, João Bosco Rolemberg Côrtes e Ana Maria dos Santos, prosseguiriam sua militância política na clandestinidade. Nessa fase de atuação política, ocorrida em outros estados do país, eles viveram a experiência da integração na produção, foram presos, torturados e vivenciaram a luta pela anistia e pela redemocratização do país<sup>997</sup>.

### **O PCB: um programa nacional-democrático para a revolução brasileira**

O PCB, por sua vez, no período anterior ao golpe, era o partido mais organizado e “o mais envolvido no projeto de reformas de base do governo Seixas Dória” e tinha entre os seus quadros sindicais a presença de ferroviários, trabalhadores da construção civil, estivadores, gráficos e funcionários públicos. Dentre estes sindicalistas, destacaram-se Manoel Vicente do Nascimento, José Benedito dos Santos, Agonalto Pacheco da Silva, Walter Oliveira Ribeiro, José Nunes da Silva, entre outros<sup>998</sup>. Destes, Agonalto Pacheco da Silva, na época vereador pela cidade de Aracaju, liderança sindical ligada aos funcionários públicos, por ocasião do golpe, passou a viver na clandestinidade, transferindo-se para São Paulo por orientação do partido<sup>999</sup>. Em São Paulo, afasta-se do PCB, passa a atuar junto a Aliança Libertadora Nacional (ALN), chefiada por Marighela<sup>1000</sup>, é preso e depois permutado, juntamente com outros 14 presos políticos, pelo embaixador dos Estados Unidos sequestrado por integrantes de grupos de resistência armada<sup>1001</sup>.

---

<sup>997</sup> CÔRTEZ, Ana Maria Santos Rolemberg. Entrevistada por José Vieira da Cruz, José Anderson Farias Andrade, Lívia Rocha Teles Barreto e Maria Juliene Menezes Florêncio. Aracaju/SE, entrevistada nos dias 06/04/11 e 26/05/11.

<sup>998</sup> A respeito desses sindicalistas, ver: DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit. p. 73. E ainda na coletânea de ensaios do jornalista, líder estudantil e sindical Paulo Barbosa de Araújo sobre o período do “Movimento armado de 1964”: ARAÚJO, Paulo Barbosa. *Os ícones de um terremoto*. Op. cit.

<sup>999</sup> Ver a respeito em: Ver também: SILVA, Margarida Azevedo da. *Memória de militantes do PCB em Aracaju: 1964/1984*. São Cristóvão: DHI/UFS, 1999 (Monografia de graduação).

<sup>1000</sup> Ver a respeito em: SANTOS, Kátia Patrícia dos. *Agonalto Pacheco: memórias de um militante do Partido Comunista Brasileiro*. São Cristóvão: DHI/UFS, 2003 (Monografia de graduação).

<sup>1001</sup> As interpretações a respeito desse acontecimento suscitam inúmeras discussões no campo da memória, da história e, em particular, da produção de documentários. Destaco a respeito: GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* Rio de Janeiro: Codecri, 1979; DA-RIM, Silvio. *Hércules 56: o sequestro do embaixador*

Após o golpe, além da prisão e da fuga de muitos dos seus militantes, o partido ainda sentiu o afastamento de muitos militantes e possíveis simpatizantes. Como salienta o historiador Ibarê Dantas, “a sobrevivência dos seus filiados impôs-se como prioridade”<sup>1002</sup>. Mas em meio a esse quadro de repressão e desmobilização, sob a direção de Marcélio Bomfim, o partido começou a se reorganizar, sobretudo entre os estudantes, vindo a constituir uma nova fase de militância. Nesse período, ingressam no partido três dos estudantes que haviam sido expulsos do Colégio Estadual de Sergipe (CES), o conhecido Atheneu: os jovens Mário Jorge Menezes Vieira, Wellington Mangueira<sup>1003</sup> e Jackson de Sá Figueiredo<sup>1004</sup>. Além destes, a atuação de Maria de Guadalupe Costa Teixeira junto aos secundaristas do CES corroboraria para o despertar de novos militantes e simpatizantes<sup>1005</sup>.

Nesse contexto político, o PCB permaneceu firme na defesa da estratégia nacional e democrática, definida pelo programa do partido, por interferência da Internacional Comunista, após o II Congresso do PCB em 1925<sup>1006</sup>, confirmada pelo IV

---

americano em 1969. Rio de Janeiro: Zahar, 2007; REIS, Daniel Aarão et. *ali. Versões e ficções: o sequestro da história*. São Paulo: Perseu Abramo, 1997.

<sup>1002</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., p.74.

<sup>1003</sup> A respeito de Wellington Dantas Mangueira Marques, o Projeto Memórias Reveladas, em parceria com o Arquivo Público do Estado de Sergipe, localizou o Dossiê elaborado pelo SEI, órgão vinculado a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Sergipe (SSP), cujo conteúdo é assim descrito: “O Dossiê, através de uma investigação de ordem oficial, apresenta documento textual, datilografado e impresso, onde se tem Ofício (nº 616/97), ficha com dados pessoais, ficha de identificação (nº05), relatório, auto de qualificação, termo de declarações que presta o acusado, recorte de jornal (JORNAL GAZETA DE SERGIPE, Edição de 01/03/1976, 02 unidades), cópia de informação (nº 20/PM2/70/PMSE), cópias de fax, cópia de recorte de jornal (O GLOBO, 23/09/1997), cópia de manuscritos, cópia de recorte de jornal, (JORNAL DA MANHÃ, 20/07/1986), cópia de Mandado de citação (nº 014/84), cópia de carta precatória, cópia de mandado de prisão, cópia de ofício procedente do Colégio Estadual de Sergipe, contendo assuntos de antecedentes políticos e ideológicos, informando que WELLINGTON MANGUEIRA MARQUES, foi preso e processado em 19/02/1976, por Agentes do Serviço de Informação e Segurança da 6ª Região Militar, por atividades subversivas e por pertencer ao extinto Partido Comunista Brasileiro. Ficou em liberdade aguardando a sentença daquela Auditoria Militar”. Apesar da relevância histórica dos acontecimentos vividos por Wellington Dantas Mangueira Marques os órgãos responsáveis pela guarda dessa unidade documental o mantém classificado “com restrição – razões legais/judiciais”. Ver a respeito em: BRASIL. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.645.

<sup>1004</sup> A respeito de Jackson de Sá Figueiredo, o Projeto Memórias Reveladas, em parceria com o Arquivo Público do Estado de Sergipe, localizou o Dossiê elaborado pelo SEI, órgão vinculado a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Sergipe (SSP), cujo conteúdo é assim descrito: “O Dossiê, através de uma investigação de ordem oficial, apresenta documento textual, datilografado e impresso, onde se tem dossiê (1976), relatório (1976) e ficha de qualificação (n. 164), contendo assuntos de antecedentes políticos e ideológicos, informando que o investigado JACKSON DE SÁ FIGUEIREDO foi Ex-Prefeito Municipal de Aquidabã e teve seu mandato cassado em 1969. Respondeu processo no 28BC e na Justiça Comum sendo enquadrado na Lei de Segurança”. Apesar da relevância histórica dos acontecimentos vividos por Jackson de Sá Figueiredo os órgãos responsáveis pela guarda dessa unidade documental o mantém classificado “com restrição – razões legais/judiciais”. Ver a respeito em: BRASIL. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.243.

<sup>1005</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., p. 74

<sup>1006</sup> Ver a esse respeito: DEL ROIO, Marcos. *A classe operária na revolução burguesa: a política de alianças do PCB: 1928-1935*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

Congresso em 1954, pelo V Congresso em 1960 e pelo VI Congresso do PCB em 1967, como necessária ao cumprimento das etapas a serem percorridas para a concretização da revolução brasileira, entre elas a realização de uma aliança com a burguesia nacional para instalar a democracia e remover os entraves feudais que persistiam no país<sup>1007</sup>. Outro ponto importante adotado pelo PCB foi o de procurar esgotar os meios legais de luta e o de não defender a ação armada. Portanto, o PCB, diferentemente da AP, da POLOP e de outros grupos de esquerda que, no combate direto ao regime, terminaram por enveredar pela luta armada e pelos caminhos da guerrilha urbana e rural, não optou pela luta armada<sup>1008</sup>.

Por outro lado, nas sendas do movimento estudantil universitário, segundo Martins Filho, a orientação do partido para evitar o afrontamento e esgotamento das vias legais custou ao PCB o qualificativo de “reformista”<sup>1009</sup>. Os ecos dessa crítica no decurso da realização do XXIX Congresso Nacional dos Estudantes, promovido pela UNE em 1967, deixaram os militantes do “Partidão” em situação difícil, pois estes “viram-se em evidente minoria em plenário, diante das críticas a eles dirigidas por todo o bloco da esquerda”<sup>1010</sup>. No centro dessas críticas estavam os ataques à postura “reformista” defendida pelo PCB. Partido acusado de “na história recente do movimento popular brasileiro” ter defendido a aliança com a burguesia nacional, a revolução burguesa, o esgotamento das vias legais e, sobretudo, a inércia em face da instalação do golpe civil-militar de 1964<sup>1011</sup>.

A esse respeito, Wellington Dantas Manguieira Marques, na época estudante de direito, em entrevista concedida a Ibarê Dantas, reconhece que apesar da orientação do partido para que se esgotassem os meios legais de luta contra a ditadura civil-militar, os militantes do PCB não deixaram “de estar atentos a outras formas de luta”<sup>1012</sup>. Em outra entrevista, concedida as pesquisadoras Gardênia Correia Palmeira e Glícia Laís Macedo

---

<sup>1007</sup> A respeito desse debate destaco: GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978; PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966; e ainda: MORAIS, João Quartim de. “O programa nacional-democrático: fundamentos e permanência”. In: MORAIS, João Quartim de, ROIO, Marcos Del (Orgs). *História do marxismo no Brasil: visões do Brasil*. IV, Campinas: UNICAMP, 2000, pp. 151-210.

<sup>1008</sup> A respeito dessa discussão destaco: GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda armada: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987; REIS FILHO, Daniel Aarão. *Revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990; RIDENTI, Marcelo Siqueira. *O fantasma da revolução brasileira*. Op. cit.; e ainda: SALDANHA, Alberto. *A UNE e o mito do poder jovem*. Op. cit., pp. 53-57.

<sup>1009</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e a ditadura militar*. Op. cit., pp. 177-181.

<sup>1010</sup> Op. cit., p. 178.

<sup>1011</sup> Op. cit., pp. 177-181.

<sup>1012</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., p. 86.

Silva, Marques declara detalhes de como a direção do PCB orientava seus militantes para não radicalizar, mas sim para

esgotar todas as formas legais de luta contra a ditadura, por que era a lógica do PCB. Você só vai distribuir jornalzinho clandestino quando não houver condições de colocar o que você quer colocar num jornal legal. Você só vai pintar uma parede com toda segurança, para não criar problemas. Nós queríamos era instruir o povo, animar o povo para a grande luta contra a ditadura militar e assim fizemos, de vez em quando éramos presos, e éramos soltos, fazíamos nossas passeatas, como fizemos a partir de 28 de março com a morte de Edson Luís<sup>1013</sup>.

Para Jackson de Sá Figueiredo, também estudante de direito no período, os militantes do PCB procuravam agir dentro da legalidade, mas eles também agiam fazendo pichações nos muros, distribuindo panfletos, realizando caminhadas. Desta forma, segundo Figueiredo, eles atuavam tanto pela “via legal como pela via ilegal, nos preparávamos contra o projeto da ditadura, queríamos implantar um estímulo contra o golpe dos americanos, para que nós não ficássemos à mercê da ditadura”<sup>1014</sup>.

A esse respeito, Laura Maria Ribeiro Marques, estudante de história no período, relembra que enquanto outros grupos políticos de esquerda demonstravam “aquela impaciência característica do jovem, do pequeno burguês”, enveredando pelo caminho da luta armada, para guerrilha urbana e rural

nós [do PCB] não defendíamos [a luta armada] apesar de dizer que devíamos está preparados para uma resistência, porque nós pregávamos uma transformação na sociedade que nós até chamávamos de Revolução Social. Que revolução é essa? Revolução sangrenta? Não! Trata-se de uma transformação radical da sociedade! Porque era uma sociedade de classe, um capitalismo selvagem, onde um grupo pequeno de pessoas ganhava muito e outros não ganhavam nada, o que ainda persiste, mas na época era mais contundente<sup>1015</sup>.

Em suma, pelo conjunto das experiências relatadas, fica evidenciado como as orientações do partido para que seus militantes agissem na “legalidade” deve ser relativizada, uma vez que integravam o programa do partido estratégias legais e não legais

---

<sup>1013</sup> MARQUES, Wellington Dantas Manguiera. Entrevistado por Gardênia Correia Palmeira e Glícia Laís Macedo Silva. Aracaju/SE, 05/11/2007 e em 03/12/2007.

<sup>1014</sup> FIGUEIREDO, Jackson Sá Figueiredo. Entrevistado por Gardênia Correia Palmeira e Glícia Laís Macedo Silva. Aracaju/SE, 06/11/2007.

<sup>1015</sup> MARQUES, Laura Maria Ribeiro. Entrevistada por José Vieira da Cruz, Lívia Rocha Teles Barreto, Maria Juliene Menezes Florêncio, Renilma Mendonça Caetano, Tatiana Vieira Rosa. Aracaju/SE, 23/05/10.

de luta, a exemplo das pichações, panfletagens, caminhadas, entre outras formas de luta. Entretanto, essas orientações do PCB, contrárias à luta armada, para outros grupos políticos de esquerda que atuavam no movimento estudantil universitário, eram analisadas como um sinal de acomodação e erro de avaliação política.

### **A experiência de treinamento no setor militar do PCB**

Em face dessas críticas, sem abandonar a orientação de não enfretamento do partido, o setor militar do PCB procurou treinar alguns quadros para situações de confronto e guerrilha. Nesse sentido, de forma reservada o PCB realizou cursos de guerrilhas no interior da Bahia. Segundo Marques, em entrevista recentemente concedida, esse era um segredo dos que haviam participado desse treinamento e que após a morte de Salomão Malina, conforme sua orientação, já pode ser revelado. Na descrição de Marques,

Salomão Malina, disse que não tinha problema a gente revelar. Ele foi herói da Segunda Guerra e responsável pelo setor militar do PCB, um setor tão bem organizado e bem estruturado que, no processo de legalização do partido, sendo Roberto Freire um militar da reserva, que passou a ser nosso líder, o setor MIL não podia ter contato com ele, tinha que ter com Malina. Porque Malina era militar e o estruturador, mesmo depois que a ditadura foi derrotada, com a morte de Tancredo e assumindo Sarney, com a luta pela legalização dos partidos, mesmo assim o setor MIL ainda ficou ligado a Salomão Malina<sup>1016</sup>.

Ainda sobre o treinamento de guerrilha realizado pelo setor militar do PCB, Marques recorda uma série de detalhes de como ele vivenciara essa experiência:

Eu não sei de todos que participaram pelos nomes, mas sei que daqui de Sergipe fomos eu e Francisco do Nascimento Varela, Chico Varela. Nós fomos a mando de José Ivaldo Pereira, que faleceu recentemente, nos encontramos com Moisés na Baixa do Sapateiro, em Salvador. A casa dele era uma Casa de comércio, uma sapataria, mas vendia algumas outras peças de fardas de escola ou coisa que o valha. Lá entramos, trocamos de roupa e saímos no fundo da casa dele, que tinha uma porta falsa e dali fomos para um aparelho do partido. De madrugada entramos numa caminhonete e fomos em direção a Feira de Santana, hoje, os companheiros que estão aí, identificam como uma área perto de Serrinha, e coincidentemente na região, onde alguns anos depois o Lamarca foi abatido. Foi nessa região onde fizemos o treinamento. Que consistiu em

---

<sup>1016</sup> MARQUES, Wellington Dantas Manguieira. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Renata de Carvalho Santana e Giselle Carvalho Menezes. Aracaju/SE, 27/10/2011.

fazer de uma banana de dinamite bombas caseiras, em latas, em aprender a atirar, a se camuflar, a sobreviver na selva, bebendo água lambendo como cachorros porque a região era árida. Aprendemos a tirar água de alguns gravatás, a comer algumas raízes. Era uma região que tinha até onça. Isso aconteceu no ano de 1967, antes do AI-5, porque o Partido Comunista Brasileiro estava sofrendo muitas defecções, grupos e mais grupos saíam. Porque achavam que a lógica era a luta armada e Luís Carlos Prestes com um ideólogo muito bom, que não sei até hoje o nome dele, chamavam-o de Bonjardim, defendiam que o partido só poderia ir para a luta se fosse uma imposição da ditadura. Mas a ditadura poderá nos impor o caminho da luta armada, por essa razão devemos nos preparar e preparar as massas para essa eventualidade<sup>1017</sup>.

Na avaliação de Wellington Dantas Manguieira Marques, o treinamento de guerrilha teria ocorrido para acalmar alguns setores do partido. Era forma de mostrar que eles eram capazes de fazer esse treinamento e que o partido tinha condições de fazê-lo. Nesse sentido, acrescenta Marques, “eu fiz esse treinamento, dentro do Brasil”, antes mesmo do AI-5<sup>1018</sup>.

### **A militância estudantil do PCB no Nordeste e nos Congressos da UNE**

Mas o fato é que a partir do XXIX Congresso da UNE, em contraposição ao isolamento dos militantes estudantis e das teses vinculadas ao PCB, correntes dissidentes do Partidão passaram a se proliferar e a disputar a hegemonia da UNE junto aos militantes da AP e da POLOP<sup>1019</sup>. Em Sergipe, segundo Ibarê Dantas, não “existem notícias de dissensão interna no Partidão, até 1968”. Ao contrário: “o ingresso de vários jovens, a maioria dos quais estudantes [no partido], proporcionou dinamismo à agremiação”<sup>1020</sup>. Este dinamismo pode ser percebido tanto no envolvimento da ala jovem do partido na campanha que elegeu ao cargo de deputado estadual pelo MDB o advogado Jaime de Araújo Andrade<sup>1021</sup>, como na atuação cada vez mais destacada dos militantes do PCB junto ao movimento estudantil universitário.

---

<sup>1017</sup> MARQUES, Wellington Dantas Manguieira. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Renata de Carvalho Santana e Giselle Carvalho Menezes. Aracaju/SE, 27/10/2011.

<sup>1018</sup> Op. cit.

<sup>1019</sup> Ver a respeito em: MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e a ditadura militar*. Op. cit., p. 177; e em: SALDANHA, Alberto. *A UNE e o mito do poder jovem*. Op. cit., pp. 53-57. e em: SALDANHA, Alberto. Op.

<sup>1020</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit. p. 75.

<sup>1021</sup> Op. cit., p. 75.



É interessante observar que até a eclosão do golpe civil-militar de 1964, a atuação dos militantes do PCB era mais presente entre os sindicatos urbanos e entre os estudantes secundaristas, sobretudo junto à União Sergipana dos Estudantes Secundaristas (USES). O PCB a este respeito tinha uma atuação mais intensa junto ao Colégio Estadual Sergipense, onde “mantinha influência, tanto no seio do alunato, através de lideranças, quanto entre professores, pelo menos como simpatizantes”<sup>1022</sup>. Entretanto, junto ao movimento estudantil universitário, particularmente na UEES, a liderança do PCB não era tão presente, sobretudo no período que antecede o golpe. Em parte, isso ocorreu em razão da presença forte da JUC e da AP, como também do revezamento ou rodízio que existiam na presidência da entidade, isto é, a UEES, entre as lideranças estudantis de cada uma das faculdades ou escolas superiores.

Nesse sentido, o PCB até chegou a participar das disputas e mesmo da direção do movimento, com Renato Chagas<sup>1023</sup>, presidente da UEES na gestão 1958/1959<sup>1024</sup>, e com Adalberto Fonseca de Carvalho<sup>1025</sup>, presidindo a UEES na gestão 1963/1964<sup>1026</sup>. Entretanto, não obstante esses momentos em que a UEES esteve sob a presidência de militantes considerados próximos ao PCB, a memória dos militantes que atuaram no

---

<sup>1022</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., p. 78.

<sup>1023</sup> A respeito de Renato Chagas, o Projeto Memórias Reveladas, em parceria com o Arquivo Público do Estado de Sergipe, localizou o Dossiê elaborado pelo SEI, órgão vinculado a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Sergipe (SSP), cujo conteúdo é assim descrito: “O Dossiê, através de uma investigação de ordem oficial, apresenta documento textual, datilografado e impresso, onde se tem ficha de identificação (nº 04), ficha individual de qualificação (1964) e ficha informativa contendo assuntos de antecedentes políticos e ideológicos, informando que RENATO CHAGAS, foi preso por praticar atividades subversivas, isto é, a solicitação e distribuição de livros para leitura”. Apesar da relevância histórica dos acontecimentos vividos por Renato Chagas os órgãos responsáveis pela guarda dessa unidade documental o mantém classificado “com restrição – razões legais/judiciais”. Ver a respeito em: BRASIL. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.429.

<sup>1024</sup> UEES. *Of. cir. 3/1959/UEES*, de 19 de maio de 1959, enviado para a Federação dos Trabalhadores da Indústria de Sergipe. In: PDPH/DHI/FUFSE.

<sup>1025</sup> A respeito de Adalberto Pinto de Carvalho o Projeto Memórias Reveladas, em parceria com o Arquivo Público do Estado de Sergipe, localizou o Dossiê elaborado pelo SEI, órgão vinculado a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Sergipe (SSP), cujo conteúdo é assim descrito: “Dossiê, através de uma investigação de ordem oficial, apresenta documento textual, datilografado e impresso, onde se tem prontuário (02 fl.1961, 1964), ficha individual de qualificação (1961), ficha de identificação (n. 35), ficha de identificação (n. 36), contendo assuntos de antecedentes políticos e ideológicos, informando que ADALBERTO PINTO DE CARVALHO foi preso pelo DOPS da Guanabara em 29/08/1961 por manifesto subversivo conclamando a defesa da Constituição. Mantinha ligações com o governador Seixas Dória bem como era participante da União Estadual dos Estudantes de Sergipe. Foi preso novamente em 11/04/1964, no Quartel do 28º BC, por atividades subversivas e indiciado em Inquérito Policial Militar, como incurso no Art. 10º e parágrafo 3º da letra B do Art. 11 da Lei 1802 de 5.1.53, Lei de Segurança Nacional”. Apesar da relevância histórica dos acontecimentos vividos por Adalberto Pinto de Carvalho os órgãos responsáveis pela guarda dessa unidade documental o mantém classificado “com restrição – razões legais/judiciais”. Ver a respeito em: BRASIL. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.68.

<sup>1026</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Venceu a “Unidade” no Congresso dos Universitários Sergipanos*. Ano VIII, nº 2904, 17 de setembro de 1963, p.1.

movimento, a exemplo da bibliografia existente, enfatiza que o “Partidão” não chegou a exercer uma relação de hegemonia sobre o movimento estudantil universitário. Fato justificado em razão da forte liderança exercida pela JUC e pela AP no período que antecedeu o golpe<sup>1027</sup>.

A esse respeito, José Alexandre Felizola Diniz<sup>1028</sup> recorda que, apesar do novo presidente da UEES, na gestão 1963/1964 – que ele havia apoiado para sucedê-lo –, não ser da JUC, isto não significava o controle do movimento por outra tendência; até porque, segundo ele, a “eleição não obedecia apenas às disputas entre as correntes políticas; existia também uma política das faculdades no sentido de se alternarem. Mesmo assim, a JUC dominava o movimento”<sup>1029</sup>.

Segundo Zelita Correia Rodrigues Santos<sup>1030</sup>, membro da AP e coordenadora estadual do MCP, desde o início da década de 1960, os católicos haviam tomado a “UEES, União Estadual dos Estudantes Sergipanos, porque os católicos sempre mandaram na UEES até 1965. A AP, Ação Popular, era quem mandava na UEES, e a essa altura nós tínhamos saído da JUC e virado o braço político católico que era AP”<sup>1031</sup>. Nessa fala, Santos sintetiza como aspecto importante o fato de que a hegemonia política exercida sobre a UEES, no início da década de 1960, esteve sob o controle dos católicos, sejam os da JUC sejam os da AP, até porque esta havia sido formada por dissidentes da JUC.

---

<sup>1027</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit. pp. 75-78

<sup>1028</sup> A respeito de José Alexandre Felizola Diniz, o Projeto Memórias Reveladas em Sergipe parece não ter localizado nenhum dossiê a seu respeito, não obstante a atuação política deste militante junto a UEES e ao CPC da UEES. Entretanto, na base de dados desse projeto aparece, vinculado a um instituição arquivística de São Paulo, um dossiê que possivelmente, caso não seja de um homônimo, pode ser do mencionado presidente da UEES, cujo conteúdo trata da expedição de um mandado prisão preventiva, possivelmente o que ele teria sofrido quando estava na cidade de Rio Claro, município do Estado de São Paulo, completando seus estudos no doutorado de geografia. Ver a respeito em: BRASIL. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SPAPESP, XX DSP.SS.ZW. 268293.

<sup>1029</sup> DINIZ, José Alexandre Felizola. Entrevista concedida a José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 12/03/1998.

<sup>1030</sup> A respeito de Zelita Correia Rodrigues, nome de solteira de Zelita Correia Rodrigues dos Santos, o Projeto Memórias Reveladas em Sergipe parece não ter localizado nenhum dossiê a seu respeito, não obstante a atuação política desta militante junto a UEES, ao MCP e ao CPC da UEES. Entretanto, na base de dados desse projeto aparecem, vinculado a instituições arquivísticas de São Paulo e da Paraíba, dossiês que possivelmente, caso não seja de homônimas, são da mencionada militante, cujo conteúdo tratam da participação dela, como representante da UEES, no Congresso Nacional de Estudantes, ocorrido em Santo André, São Paulo; do mandado de prisão contra ela expedido; e por fim, de assuntos sigilosos sobre sua atuação política. No caso desse último conteúdo, localizado no dossiê existente na Paraíba, ao contrário dos existentes em São Paulo, o órgão responsável pela guarda do documento o classifica como “Com restrição - Documento(s) sigiloso(s)”. Ver a respeito em: BRASIL. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SPAPESP, XX DSP.SS.ZW, números: 250.265, 250.268, 250. 272; e: BRASIL. *Projeto Memórias Reveladas*. BR BR PBNC DH, XX A140.0973.104.

<sup>1031</sup> SANTOS, Zelita Rodrigues Correia. Entrevistada por José Vieira da Cruz, José Anderson Farias Andrade, Lívia Rocha Teles Barreto e Maria Juliene Menezes Florêncio. Aracaju/SE, 29/03/11.

Desarticulada pelo golpe civil-militar de 1964 e pelas imposições da Lei Suplicy, essa hegemonia cederia lugar para um novo campo de disputas que passariam a atuar sobre o movimento estudantil universitário do estado. Em meio a esse novo cenário, a AP, a POLOP e o PCB, no campo da militância de esquerda, iniciaram a construção de uma disputa pela hegemonia do movimento. Dentro desse campo de forças, diferentemente do que ocorria no cenário nacional<sup>1032</sup> – no qual o PCB perdia espaço para a AP, para a POLOP e para outras tendências políticas –, os seus militantes passaram a se destacar nas mobilizações do movimento estudantil universitário, inclusive com a conquista da hegemonia do movimento.

Nesse período, os estudos sobre as tendências políticas que atuavam no movimento estudantil universitário na Bahia também constatam que em meio às disputas entre as diversas correntes de esquerda para conquistar as eleições nos diretórios estudantis, os militantes do PCB exerceram um importante papel à frente do movimento<sup>1033</sup>. No caso do movimento estudantil de Alagoas, não obstante as disputas entre o PCB, a AP/PC do B e o PCR<sup>1034</sup>, “a atuação dentro da legalidade permitida”, também terminou por priorizar “a política da “frente única”, proposta pelo PCB, em lugar de “ações exemplares” de confronto<sup>1035</sup>.

Neste sentido, as pesquisas realizadas nos estados, em particular os da Bahia, de Alagoas, de Pernambuco<sup>1036</sup> e o de Sergipe, tendem a evidenciar configurações políticas nem sempre convergentes com a situação de marginalidade enfrentada pelos militantes do PCB no XXIX Congresso Nacional da UNE<sup>1037</sup>.

Os primeiros indícios do papel que os militantes próximos ao PCB viriam a desempenhar na retomada da organização do movimento estudantil universitário em Sergipe após o golpe de 1964 são verificados na composição da primeira diretoria eleita para a DEE de Sergipe, após o processo de intervenção imposta pela Lei Suplicy. Examinando a composição dessa diretoria, observa-se a presença da estudante Maria de

---

<sup>1032</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e a ditadura militar*. Op. cit., pp. 177-181.

<sup>1033</sup> BRITO, Antonio Mauricio Freitas. *Capítulos de uma história do movimento estudantil na UFBA (1964-1969)*. Op. cit.; e: BRITO, Antonio Mauricio Freitas. *O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968)*. Op. cit. pp. 168-170.

<sup>1034</sup> PCR – Partido Comunista Revolucionário.

<sup>1035</sup> Ver a respeito em SALDANHA, Alberto. *A mitologia estudantil: uma abordagem sobre o movimento estudantil Alagoano*. Op. cit., pp. 140-168.

<sup>1036</sup> Ver a respeito da atuação dos militantes do PCB, dos estados de Pernambuco e da Bahia, em favor da “Frente Única” em: POERNER, Artur José. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. Op. cit., p. 292.

<sup>1037</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. Op. cit., pp. 177-181.

Guadalupe Costa Teixeira ocupando o cargo de vice-presidente de coordenação universitária, representando os estudantes da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. A presença dessa estudante – apontada como uma importante colaboradora do PCB, sobretudo no trabalho de despertar novos quadros para a militância política entre os estudantes secundaristas do Colégio Estadual de Sergipe<sup>1038</sup> –, na composição da DEE de Sergipe indica que, diante do quadro de desmobilização que o movimento enfrentava, fazia-se necessário, atuando dentro da legalidade, ajudar a compor o quadro diretivo daquela instituição<sup>1039</sup>.

Contudo, em relação à influência dos militantes do PCB no movimento universitário em Sergipe, esse processo torna-se mais evidente a partir de 1966, em particular com o ingresso de novos estudantes na Faculdade de Direito de Sergipe, muitos dos quais, militantes com experiência no movimento estudantil secundarista junto à USES. Esses estudantes contribuíram para uma postura mais ativa por parte dos universitários em relação ao momento político que o país atravessava. Essa turma formada pelos estudantes Mário Jorge Vieira, Benedito Figueiredo, João Augusto Gama da Silva<sup>1040</sup>, Wellington Paixão, Jonas Amaral<sup>1041</sup>, Moacyr Soares da Motta, Artêmio Barreto, entre outros, sob a

---

<sup>1038</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *Tutela Militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., p. 80.

<sup>1039</sup> A respeito da composição desta diretoria, ver: Tabela 08: DEE de Sergipe – primeira gestão, eleição indireta de 1965, p. 509.

<sup>1040</sup> A respeito de João Augusto Gama da Silva, o Projeto Memórias Reveladas, em parceria com o Arquivo Público do Estado de Sergipe, localizou o dossiê elaborado pelo SEI, a SSP/SE, cujo conteúdo é assim descrito: “O Dossiê, através de uma investigação de ordem oficial, apresenta documento textual, datilografado e impresso, onde se tem ficha com os dados pessoais, ficha de identificação (nº150), relatório (nº40), auto de qualificação e termo de declarações que presta o acusado contendo assuntos de antecedentes políticos e ideológicos, informando que JOÃO AUGUSTO GAMA DA SILVA, foi presidente do Diretório Central dos Estudantes e comandou a greve dos Colégios Salesiano e Salvador, na véspera da revolução, ameaçando os diretores dos mesmos e os alunos, resistiram a tomar parte na concentração. Comandou ainda toda a agitação incorporando até moças estudantes aos seus cortejos, utilizando-se para o caso de bandeiras do nosso Pavilhão Nacional. Portou-se de maneira insolente em presença do Governador, exigindo que retirasse a polícia que estava no colégio Salvador. Defendeu ardorosamente o ex-deputado Estadual Dr. Cleto Maia que, juntos coordenaram todas as greves que se desenrolaram nesta cidade, antes da revolução de 31/03/1964”. Apesar da relevância histórica dos acontecimentos vividos por João Augusto Gama da Silva os órgãos responsáveis pela guarda dessa unidade documental o mantém classificado “com restrição – razões legais/judiciais”. Ver a respeito em: BRASIL. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.638.

<sup>1041</sup> A respeito de Jonas Amaral, o Projeto Memórias Reveladas, em parceria com o Arquivo Público do Estado de Sergipe, localizou o dossiê elaborado pelo SEI, órgão vinculado a SSP/SE, cujo conteúdo é assim descrito: “O Dossiê, através de uma investigação de ordem oficial, apresenta documento textual, datilografado e impresso, onde se tem prontuário (1974), ficha individual de qualificação, cópia da carta aberta aos jovens, informação (nº12 S/2), recorte de jornal (Jornal da Cidade, Edição de 02/04/1976), Encaminhamento (nº 039/74-SI/DPF/SE) e em anexo cópia do pronunciamento do Vereador e candidato a Deputado Federal Jonas Amaral, contendo assuntos de antecedentes políticos e ideológicos, informando que JONAS AMARAL, Vereador Eleito pelo (MDB/SE), candidatou-se a Deputado Federal, pelo MDB/SE, sendo derrotado, foi um dos responsáveis pelo panfleto distribuído nas Universidades e Escolas de 2º Grau, denominado “Carta Aberta aos Jovens”, onde em seu teor, critica o regime vigente no País. Em data de

liderança de Wellington Mangueira, exerceu uma importante influência sobre os estudantes das demais faculdades. Esse grupo, marcado pela influência do PCB, passou a receber também o apoio de colegas simpáticos a propostas que eram defendidas pelo mencionado grupo<sup>1042</sup>.

A partir desse núcleo da Faculdade de Direito, os militantes do PCB começaram a arregimentar forças tanto dentro da faculdade como entre as demais instituições de ensino superior existentes no estado. Esses estudantes, em 1966, exerceram um protagonismo importante na campanha a favor do voto branco na polêmica segunda eleição da DEE de Sergipe. Como já foi discutido, esse acontecimento terminou por gerar uma crise de legitimidade para a nova diretoria daquela entidade estudantil<sup>1043</sup>. Por outro lado, esse acontecimento também pode ser apontado como um momento de retomada dos protestos estudantis de Sergipe contra a ditadura civil-militar que estava em curso no país.

Já no ano de 1967, esses militantes, ainda na condição de calouros, e mesmo sofrendo restrições relacionadas ao fato de que alguns deles haviam sido presos, processados e/ou expulsos do Colégio Estadual de Sergipe, resolvem, ainda assim, organizar uma chapa e apoiar para a presidência do CASR o estudante José Cláudio Rodrigues. Esse processo eleitoral, realizado em 10 de junho daquele ano, após ter sido adiado sob denúncias de uma possível intervenção do diretor da faculdade – que teria suspenso a primeira eleição em virtude de não ter verificado “clima propício” para a realização das eleições<sup>1044</sup> –, resultou na vitória da chapa “Liberdade e democracia”, por uma margem pequena de votos, sobre a chapa apoiada pelo PCB.

Na avaliação de Marques, a chapa apoiada pelos militantes do PCB nesse processo eleitoral pela direção do CASR “foi muito combatida”. Diziam “que era coisa de comunista”, e isto teria deixado muitos estudantes temerosos. Em contrapartida, segundo

---

19/09/1974, fez um pronunciamento em Público através da TV-Sergipe, Canal 4, de Aracaju, no horário destinado a propaganda eleitoral gratuita e que por seu teor transgrida frontalmente dispositivos legais que regem a matéria, o que deu origem representação pelo DPF/SE, contra o Epigrafo vereador por violação do contido nos Artigos 9º e 10º (§1 e 2) da Resolução nº 9609, de 20/06/1974 do S.T.E, feita no Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Sergipe. (Informação nº 12 S/2 datada de 05/11/1974)”. Apesar da relevância histórica dos acontecimentos vividos por Jonas Amaral os órgãos responsáveis pela guarda dessa unidade documental o mantém classificado “com restrição – razões legais/judiciais”. Ver a respeito em: BRASIL. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.707.

<sup>1042</sup> FIGUEIREDO, Benedito. Entrevista concedida ao jornalista Osmário Santos em 7/10/2001. In: SANTOS, Osmário. *Memórias de políticos de Sergipe no século XX*. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 2002, pp. 159-162.

<sup>1043</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Opinião de juristas sobre a eleição universitária*. Ano XI, nº 3102, 22 de setembro de 1966, p.8.

<sup>1044</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Eleição no D.A. de Direito hoje*. Ano XII, nº 3314, 16 de junho de 1967, p.1.

Marques, mesmo os colegas mais próximos amedrontados com a possibilidade de que o colega José Cláudio Rodrigues fosse prejudicado, uma vez que ele “era do tipo muito exaltado”, resolveram não votar nele para preservá-lo<sup>1045</sup>. Nesta disputa, portanto, para além das relações de amizade pessoal, foram bem definidas as posições políticas dos membros das chapas que disputaram o pleito eleitoral, tendo-se sagrado vencedora aquela que não se professava próxima aos militantes do PCB.

A chapa “Liberdade e democracia”, vencedora do pleito eleitoral pela direção do CASR, teve a seguinte composição: presidente, Jefferson Fonseca; vice-presidente, Luís Antônio Teixeira; secretário geral, José Emílio Sobrinho; 1ª secretária, Edila Serra; 2ª secretária, Sônia de Jesus; 1º tesoureiro, Florival Alves; 2ª tesoureira, Heloísa Aquino; diretor de imprensa, Israel Mendonça; diretor de intercâmbio cultural, Matias Paulino. Formaram também o conselho fiscal da entidade os estudantes Padre João de Deus Góis, Osório de Araújo Ramos, Djalma Queiroz, Suzana Carvalho, Ana Lúcia, Luís Santana, Manoel Veiga, Jeni Rodrigues, Maria Joselita Almeida e Tenison Tavares<sup>1046</sup>.

O aprendizado político desse primeiro confronto eleitoral na Faculdade de Direito de Sergipe contribuiu para que os militantes do PCB acumulassem forças e desenvolvessem uma série de estratégias para as eleições estudantis de 1968. Dentre estas estratégias, foram montados: um curso de vestibular, no qual os estudantes de direito ministravam aulas; o jornal *A Verdade*, distribuído entre os estudantes, e ainda uma série de ações culturais, como apresentação de peças de teatro e a realização de festivais de música, com o intuito de mobilizar os estudantes e difundir a proposta de resistência política formulada pelos militantes do “Partidão” e seus simpatizantes<sup>1047</sup>.

Ainda sobre o jornal *A Verdade*, é interessante observar que de um jornal de oposição, em 1967, ele passa a ser considerado órgão oficial do CASR, a partir da edição de 5 de junho de 1968, quando um novo grupo político articulado pelo PCB conquista a direção da entidade<sup>1048</sup>. Segundo Ibarê Dantas, a difusão desse jornal entre as demais faculdades teria alcançado uma situação “inédita no movimento estudantil, maior do que *O*

---

<sup>1045</sup> MARQUES, Wellington Dantas Mangureira. Entrevistado por Gardênia Correia Palmeira e Glícia Laís Macedo Silva. Aracaju/SE, 05/11/2007 e em 03/12/2007.

<sup>1046</sup> BRITO, Maria Zelita Batista. *Em tempos de rebeldia e sombras: o movimento estudantil universitário sergipano em descompasso com o Regime Autoritário (1964-1968)*. Op. cit., p. 114-115.

<sup>1047</sup> MARQUES, Wellington Dantas Mangureira. Op. cit.

<sup>1048</sup> CASR. *Boletim informativo do Centro Acadêmico Silvio Romero*, de 6 de junho de 1968, assinado pelo secretário de imprensa da entidade, o estudante Luís Antônio Barreto, pelo [ilegível], o estudante Paulo [ilegível] Nou. Ver a respeito em: BRITO, Maria Zelita Batista. Op. cit. [anexo II].

*Economista*, [jornal] da Faculdade de Ciências Econômicas, *O Coruja* [jornal] da Faculdade de Filosofia e o *Bisturi* [jornal] da Faculdade de Medicina”<sup>1049</sup>.

Além dessas estratégias, segundo Marques, os estudantes de Aracaju, a exemplo dos da cidade do Rio de Janeiro e de outras cidades do país, também elegiam as músicas preferidas e torciam por elas nos festivais locais e nas seletivas regionais<sup>1050</sup>. Entre as canções escolhidas, ele se recorda dos versos de uma música, composta por Mário Jorge Vieira e Ezequiel Monteiro, cuja letra dizia: “Vista logo a roupa nova, pois que eu tenho a prova que vai mudar, acabar o sofrimento e pôr em movimento as forças da nação, indo atrás da estrela guia que outra não seria sem esse clarão”. Ao recordar os versos dessa música, Wellington Manguiera faz uma referência à política dos últimos anos, destacando que se “fosse do PT, não sou, sou de esquerda, botaria essa música como hino oficial”<sup>1051</sup>. Além dessa primeira composição, ele também destaca o trecho de uma letra musical, composta por “Marcos Melo, que tinha vindo de Alagoas, com ideias avançadas próximas às do PCB, se bem que amigo de Augusto Franco [na época uma das lideranças da ARENA], mas próximo do PCB”. Marcos Melo compôs “fui menino brasileiro com uma dor no coração e o meu samba tá querendo solução”, composição que seguia discutindo as dificuldades dos jovens do sertão<sup>1052</sup>.

Valendo-se dessas experiências, após uma tentativa sem sucesso em 1967, os militantes do PCB venceram a disputa pelo CASR em 1968. A chapa vencedora foi composta por Wellington Manguiera, na presidência; Jackson Barreto<sup>1053</sup>, na vice-

---

<sup>1049</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., p. 80.

<sup>1050</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Sergipano ficou fora*. Ano XIII, nº 3.603, 2 de julho de 1968, p.1.

<sup>1051</sup> MARQUES, Wellington Dantas Manguiera. Entrevistado por Gardênia Correia Palmeira e Glícia Laís Macedo Silva. Aracaju/SE, 05/11/2007 e em 03/12/2007.

<sup>1052</sup> Op. cit.

<sup>1053</sup> Jackson Barreto de Lima atuou junto ao CASR, participou das eleições para o primeiro DCE/FUFSE. Elegeu-se vereador da cidade de Aracaju pelo MDB, 1973-1974; deputado estadual pelo MDB 1975-1978; prefeito de Aracaju pelo PMDB, 1986-1989; vereador mais votado de Aracaju pelo PSB, 1989-1993, prefeito de Aracaju pelo PDT, 1993-1994, deputado federal pelo PMDB, nos mandatos de 1979-1983 e de 1983-1985; deputado federal pelo PMN, 2003-2007; deputado federal pelo PTB, 2007-2011. Atualmente no PMDB foi eleito vice-governador do estado para o mandato 2011-2014. Lima foi um dos presos políticos da ditadura civil-militar. Em agosto de 1978 foi julgado e absolvido pela Auditoria Militar da Bahia. Foi membro da Coordenação da Campanha Nacional pela Anistia; membro da Coordenação Nacional da Campanha pelas Eleições Diretas-já, em 1984; representante do PMDB na Campanha Nacional pela Eleição de Tancredo Neves; membro do PMDB na Campanha Nacional pela Constituinte. Ver mais informações dos biográficos em: SERGIPE. “Vice-governador Jackson Barreto”. In: *ASN – Agência de Notícias de Sergipe*. Disponível: [http://www.agencia.se.gov.br/institucional/governoleitura/materia:21992/jackson\\_barreto.html](http://www.agencia.se.gov.br/institucional/governoleitura/materia:21992/jackson_barreto.html)>. Acessado em 10/10/2011. E a respeito de Jackson Barreto de Lima, o Projeto Memórias Reveladas, em parceria com o Arquivo Público do Estado de Sergipe, localizou o dossiê elaborado pelo SEI, órgão vinculado a SSP/SE, cujo conteúdo é assim descrito: “O Dossiê, através de uma investigação de ordem oficial, apresenta documento textual, datilografado e impresso, onde se tem ficha informativa (fazendo

presidência; José Sérgio Monte Alegre, na secretaria geral; João Santana Sobrinho, na tesouraria; e Luiz Antônio Barreto<sup>1054</sup>, na secretária de imprensa. Segundo Ariosvaldo Figueiredo, também teriam composto essa diretoria os estudantes Otoniel Vieira Neto, Eloisa Alves de Aquino, Luiz Augusto Barreto e Fernando Lins<sup>1055</sup>. Fortalecidos com essa vitória e exercendo uma relativa influência entre estudantes de outras faculdades, os militantes do PCB venceriam a disputa com a AP pela direção do primeiro DCE da recém-criada Fundação Universidade Federal de Sergipe (FUFSE). Essa eleição sagra João Augusto Gama da Silva como primeiro presidente daquela entidade<sup>1056</sup>, estabelecendo, assim, um período de hegemonia dos militantes do PCB sobre o movimento estudantil universitário em Sergipe.

## 7.2. A morte de Edson Luís, a FUFSE e os protestos de maio de 68

A retomada das mobilizações estudantis naquele ano de 1968 também teve como um dos elementos de catalisação a indignação e a revolta acometidas pelos estudantes e por parte da sociedade brasileira em razão do assassinato no restaurante Calabouço, na cidade do Rio de Janeiro, do estudante Edson Luís<sup>1057</sup>. Segundo Maria Ribeiro do Vale, a “morte de Edson Luís repercutiu em vários estados com passeatas e comícios em repúdio à

---

referência à pasta 18 e ao dossiê 84), informação (nº 04/73/PM/2) procedente da Polícia Militar do Estado de Sergipe e cópia de informação (nº 22) procedente do 28º Batalhão de Caçadores contendo assuntos de antecedentes políticos e ideológicos, informando que JACSON BARRETO LIMA (sic), em 21/02/1976, foi indiciado em Inquérito instaurado pela 6ª Região Militar a fim de apurar a ligação do nominado com o extinto PCB. Ficou em liberdade, aguardando a sentença da Auditoria Militar”. Apesar da relevância histórica dos acontecimentos vividos por Jackson Barreto de Lima os órgãos responsáveis pela guarda dessa unidade documental o mantém classificado “com restrição – razões legais/judiciais”. Ver a respeito em: BRASIL. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.642.

<sup>1054</sup> Luiz Antônio Barreto, não obstante não ter concluído seu curso de direito, notabilizou como intelectual e espécie de mecenas da cultura. Atuou como jornalista, fundou a *Revista Perspectiva*, chegou a dirigir o jornal *Gazeta de Sergipe*, foi secretário da educação na gestão do governador Albano Franco. Foi um dos fundadores do Partido Popular Socialista em Sergipe. E atualmente dirige o Instituto de Pesquisa Tobias Barreto. A respeito de Luiz Antônio Barreto, o Projeto Memórias Reveladas em Sergipe parece não ter localizado nenhum dossiê a seu respeito, não obstante a sua atuação no movimento estudantil. A respeito das informações biográficas sobre esse intelectual e político sergipano ver em: SANTOS, Osmário. *Memória de políticos de Sergipe no século XX*. Op. cit. pp. 560-568.

<sup>1055</sup> FIGUEIREDO, Ariosvaldo. *História Política de Sergipe: 1962/1975*. Op. cit., p. 197.

<sup>1056</sup> MARQUES, Wellington Dantas Mangueira. Entrevistado por Gardênia Correia Palmeira e Glícia Laís Macedo Silva. Aracaju/SE, 05/11/2007 e em 03/12/2007.

<sup>1057</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Op. cit., p. 117.



violência policial, a maior parte deles defrontando-se novamente com a repressão da Polícia Militar”<sup>1058</sup>.

Em Aracaju, por conta da informação do assassinato do estudante Edson Luís, os estudantes universitários e os estudantes secundaristas, reunidos em assembleia geral, ocorrida na sede da Escola Superior de Serviço Social, com aproximadamente trezentos estudantes<sup>1059</sup>, resolveram expedir um “Comunicado ao Povo Sergipano”, publicado no dia 31 de março de 1968 no jornal *Gazeta de Sergipe*. Esse comunicado externava a reprovação da sociedade quanto ao assassinato de Edson Luís, ao passo que convocava os estudantes para tomarem parte de uma passeata de caráter pacífico. Dentre os estudantes que assinaram esse documento estavam: Antônio Vieira da Costa, representante do DA de Ciências Econômicas; Ana Maria dos Santos, representante do DA de Serviço Social; Jefferson Fonseca Moraes, representante do DA de Direito; Francisco Varela, representante do DA de Química; e Maria Evande Gomes, representante do DA de Filosofia<sup>1060</sup>.

O anúncio de que essa passeata estava sendo organizada em Aracaju não foi bem recebido pelas autoridades estaduais, em particular pelo governador Lourival Batista, que poucos meses antes havia assumido o executivo estadual por indicação do governo federal. Segundo Ibarê Dantas, os auxiliares do novo governo procuraram diversos meios para impedir a realização da passeata que estava sendo planejada pelos estudantes. Entre essas providências ocorreu a suspensão de aulas das instituições de ensino, através de portaria da Secretaria de Educação e Cultura, foram publicadas notas que desaconselhavam os pais a não permitirem a participação de seus filhos na mencionada passeata, entre outras. Além disso, os auxiliares do governo divulgavam que havia registros da “presença de agitadores de outros estados insuflando a prática de ações ilegais que visavam criar a desordem” e que os quartéis da Polícia Militar e do 28º BC estariam sob prontidão caso ocorresse algum tipo de agitação<sup>1061</sup>.

É interessante observar que a repercussão dos protestos estudantis ocorridos em várias partes do país em virtude do episódio ocorrido no restaurante Calabouço – que resultou na morte do estudante Edson Luís –, já havia produzido reações de solidariedades,

---

<sup>1058</sup> VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: O diálogo é a violência. Movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. Campinas: Editora UNICAMP, 1999, p. 51.

<sup>1059</sup> BRITO, Maria Zelita Batista. *Em tempos de rebeldia e sombras: o movimento estudantil universitário sergipano em descompasso com o Regime Autoritário (1964-1968)*. Op. cit., pp.101-102.

<sup>1060</sup> COMUNICADO AO POVO SERGIPANO. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano XIII, 31 de março de 1968, p.1.

<sup>1061</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., p. 79.

muitas das quais resultando em situações de confronto diante da repressão imposta pela Polícia Militar e demais órgãos de segurança, em cidades como Belo Horizonte, Brasília e Goiânia<sup>1062</sup>. No caso de Goiânia, em particular, a intensidade da repressão chega a invadir a Catedral Metropolitana e a ferir a bala dois estudantes<sup>1063</sup>.

Frente a esse cenário de indignação estudantil e de ameaça de repressão por parte dos órgãos de segurança pública, seguiu-se uma série de reuniões entre os estudantes e as autoridades políticas e militares do Estado de Sergipe. Após esse clima de tensão e de negociação, a realização da passeata foi autorizada. Depois desse processo, em 2 de abril de 1968, os estudantes universitários e secundaristas seguiram de braços dados e com uma tarja preta em passeata pelas principais ruas do centro de Aracaju. A passeata partiu da praça Camerino, nas proximidades da Faculdade de Ciências Econômicas e de Administração, percorrendo as ruas João Pessoa e Itabaianinha, culminando no parque Teófilo Dantas, local onde foi realizada uma missa campal celebrada pelo Frei Ambrósio<sup>1064</sup>.

A escolha do Frei Ambrósio, para realizar uma cerimônia religiosa, levou em consideração a boa relação que ele mantinha com os dissidentes da JUC que foram para a AP e pela sua proximidade com os estudantes da Faculdade de Serviço Social, espaço de atuação daqueles militantes<sup>1065</sup>. Essa estratégia de encerrar a passeata com uma celebração religiosa terminou por evitar um possível confronto com as autoridades responsáveis pela segurança pública no estado. Ao final, como observou Ibarê Dantas, por conta dessa estratégia, não se verificou em Aracaju o registro de prisões, mortes ou feridos, o contrário do que havia ocorrido em outros estados<sup>1066</sup>, onde também os estudantes e a sociedade manifestaram sua indignação contra as arbitrariedades que estavam acontecendo no país. Manifestações simbolizadas naquele momento nos protestos em relação ao assassinato de Edson Luís.

Por outro lado, essa mobilização estudantil marcaria o início do conturbado ano de 1968 em Sergipe, quando os protestos estudantis contra a ditadura militar aconteceriam em concomitância com os protestos dos estudantes em relação ao tratamento a eles

---

<sup>1062</sup> VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: O diálogo e a violência. Movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. Op. cit., pp. 51-65.

<sup>1063</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução faltou ao encontro*. Op. cit., pp. 151-152.

<sup>1064</sup> GAZETA DE SERGIPE. Ano XIII, 3 de março de 1968, p. 1.

<sup>1065</sup> CÔRTEZ, João Bosco Rolemberg. Entrevistado por Gardênia Correia Palmeira e Glícia Laís Macedo Silva. Aracaju/SE, 06/11/2007.

<sup>1066</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., p. 79.

concedido na solenidade de criação da FUFSE, com a repercussão no estado da revolta estudantil ocorrida em Paris, com os protestos contra a prisão de Vladimir Palmeira, com as greves estudantis do CES e da FUFSE e com a luta pela primeira direção do DCE da universidade recém-fundada.

### **A instalação da FUFSE e a disputa pelo DCE**

Como já havíamos discutido desde a extinção da DEE de Sergipe, por força do Decreto-Lei 228, promulgado em 28 de fevereiro de 1967, mesmo dia em que foi publicado o Decreto-Lei 269 que dispunha sobre a criação da Fundação Universidade Federal de Sergipe (FUFSE), os universitários sergipanos não contavam com uma entidade que representasse os estudantes de todas as faculdades e escolas superiores então existentes no estado, ficando a representação política desses universitários limitada ao CA da Faculdade de Direito e aos DAs das demais escolas ou faculdades de ensino superior, situação que se estenderia até os idos de agosto de 1968 quando se realizaria a primeira eleição para do DCE/FUFSE ou DCE/UFS<sup>1067</sup>. A título de lembrança, como já foi discutido, apenas o Centro Acadêmico Silvio Romero utilizava a denominação CA. Os demais órgãos de representação estudantil utilizavam a denominação DA. Em ambas as situações, essa escolha pelas respectivas denominações já existia antes do golpe civil-militar de 1964 e antes mesmo da Lei Suplicy.

Voltando à questão da criação da Fundação Universidade Federal de Sergipe, não obstante ter sido essa uma bandeira levantada em setembro de 1958, quando da realização do VIII Congresso da UEES, o percurso jurídico que resultou na sua criação tem origem com a Lei Estadual nº 1.194, de 11 de julho de 1963, que autorizou a transferência dos bens e patrimônios dos estabelecimentos de ensino superior existentes no estado para comporem o da nova instituição. Esta situação jurídica somente viria a ser definida em 28 de fevereiro de 1967, pelo Decreto-Lei nº 269, que estabeleceu a criação da FUFSE. Essa nova instituição, formada a partir da reunião de todas as escolas superiores e faculdades então existentes em Sergipe, foi instalada em solenidade oficial, realizada no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, em 15 de maio de 1968<sup>1068</sup>.

---

<sup>1067</sup> Para evitar dúvidas utilizaremos a referência DCE/UFS, como ele é conhecido, em lugar de DCE/FUFSE.

<sup>1068</sup> Ver a respeito em: GAZETA DE SERGIPE. *Instalação oficial da universidade hoje*, com feriado escolar e sessão solene no IHGS. Ano XIII, nº 3567, 15 de maio de 1968, p.1; e em: A CRUZADA. *Solenidade de*

A partir desse acontecimento, Sergipe escrevia mais uma página do ensino superior no estado. Sob esse novo contexto institucional, os estudantes encontrariam as condições políticas para lutar pela criação do Diretório Central dos Estudantes (DCE). Esse DCE viria a ocupar o espaço de um órgão de representação dos universitários no estado, considerando-se aí o fato de só existir uma única instituição de ensino superior no estado, no caso a FUFSE. Após a criação da FUFSE a partir da incorporação das faculdades e escolas superiores existentes, o estado somente passaria a ter outras instituições de ensino superior a partir de 11 de junho 1972, com a criação da Faculdade Tiradentes<sup>1069</sup>, e 25 de fevereiro de 1976, com a criação da Faculdade Pio Décimo<sup>1070</sup>.

No caso de Sergipe, a trajetória percorrida entre a criação das primeiras instituições de ensino superior – efetivadas entre o final da década de 1940 e meados da década de 1960<sup>1071</sup> –, e a Fundação da Universidade Federal de Sergipe, em 1968 – sob a forma de uma fundação federal –, é uma evidência de que o processo de federalização do ensino superior no país teve desdobramentos tardios. Neste sentido, a avaliação do processo de expansão do ensino superior e de sua federalização no Brasil revela indícios tanto de natureza externa quanto de natureza interna acerca das dificuldades enfrentadas para efetivação desse longo processo que culminaria com a criação da FUFSE.

A historiadora Maria Thétis Nunes, em pelo menos três momentos distintos, comenta alguns dos meandros dessas dificuldades. No primeiro momento, logo nos dias que seguiram a inauguração da universidade, ela alertava para que não se esperasse da universidade a solução para todos os problemas do estado, pois estas dificuldades estavam ancoradas na estrutura socioeconômica dominante no estado e ainda que a universidade nascia em meio a problemas de ordens nacional e local<sup>1072</sup>.

No segundo momento, ocorrido nos primeiros meses após a solenidade de fundação da instituição, ela não se mostra contagiada pelo “entusiasmo que a criação e a instalação da Universidade Federal de Sergipe despertaram e vêm despertando entre nós

---

*instalação da FUFSE*, marco cultural da vida intelectual sergipana. Ano 49, nº. 1545, 18 de maio de 1968, p.1.

<sup>1069</sup> Ver a respeito história da Universidade Tiradentes. In: UNIT. *Histórico institucional*. Disponível em: < <http://ead.unit.br/unit/historico.php> > Acessado em 10/10/2010.

<sup>1070</sup> Ver a respeito histórico da Faculdade Pio Décimo. In: PIO DÉCIMO. *Histórico institucional*. Disponível em: < [http://linux.alfamaweb.com.br/sgw/downloads/131\\_091706\\_historico.pdf](http://linux.alfamaweb.com.br/sgw/downloads/131_091706_historico.pdf) > Acessado em 10/10/2010.

<sup>1071</sup> ROLLEMBERG, Maria Stella Tavares & SANTOS, Lenalda Andrade (Org.). *UFS: História dos Cursos de Graduação*. São Cristóvão: UFS, 1999.

<sup>1072</sup> NUNES, Maria Thétis. “A missão da Universidade de Sergipe”. In: *A Cruzada*. Ano 49, nº 1563, 18 de maio de 1968, p. 2.

[sergipanos]”, pois não obstante os propósitos que moveram a sua criação, ela observou “o impacto e a [as] influências das estruturas arcaicas que teimam em permanecer em nosso Estado, freando qualquer tentativa de mudança que vá de encontro aos seus privilégios e interesses”<sup>1073</sup>.

Para Nunes, esse impacto e influências estavam relacionados às consequências do peso e da presença de um passado colonial que permanece dissociado “da realidade do Brasil e do mundo, dificultando a formação de uma consciência universitária”; uma consciência que deveria estar voltada para a construção de uma universidade aberta, democrática e pautada na seleção de seus membros através de concursos públicos de provas e títulos, como forma de se evitar o que ela denomina de “privilégios enfeudados e hereditários, os apadrinhados, a improvisação provinciana”<sup>1074</sup>.

O terceiro momento em que a historiadora Maria Thétis Nunes comenta as dificuldades enfrentadas na criação e na instalação da FUFSE, ocorreu em 2008 por ocasião das comemorações dos 40 anos de fundação dessa instituição. Nessa oportunidade ela retoma a crítica quanto aos vícios de uma arcaica estrutura “socioeconômica que teimava em permanecer tentando conservar vantagens de manter o coronelismo cultural, a política de clientela que marcara nosso passado histórico, responsabilidade ante a coisa pública e tendência de confundir pessoas e instituições”<sup>1075</sup>. Por ocasião dessa recordação, ela lança dois outros elementos em sua análise: o momento político da ditadura civil-militar e a avaliação dos limites do que se podia fazer para a concretização daquele projeto. Neste sentido, ela lembra a

batalha [que] ocorrera para que vivêssemos aquele belo momento. (...) Fomos testemunhas dos debates apaixonados vividos nas reuniões que antecederam sua criação. (...) Estávamos nos primórdios da ditadura militar... O importante para Sergipe era ter sua Universidade. Podemos afirmar que a UFS não foi uma dádiva, mas uma conquista dos que lutaram para sua instalação<sup>1076</sup>.

---

<sup>1073</sup> NUNES, Maria Thétis. “Lutemos por uma consciência universitária”. In: *A Cruzada*. Ano 50, nº 1563, 12 de novembro de 1968, p. 2.

<sup>1074</sup> Op. cit.

<sup>1075</sup> NUNES, Maria Thétis. “A UFS completa 40 anos”. In: *Universidade Federal de Sergipe 40 anos*. 4 de abril de 2008. Disponível em: <[http://www.ufs.br/ufs40anos/index\\_artigos.php?id=22](http://www.ufs.br/ufs40anos/index_artigos.php?id=22)>. Acessado em 10/02/2009.

<sup>1076</sup> NUNES, Maria Thétis. “A UFS completa 40 anos”. In: *Universidade Federal de Sergipe 40 anos*. Op. cit.

Essa batalha foi travada na esteira de um momento político que tenderia a se tornar pouco propício à realização de avanços no campo da participação democrática, sobretudo a partir da decretação do Ato Institucional nº 5. Diante desse contexto, foi reservado à sociedade brasileira e, em particular ao ensino superior, trilhar os caminhos de um processo de modernização autoritária e conservadora<sup>1077</sup>.

Para Manoel Cabral Machado, o Estado e a Igreja Católica, teriam tido um papel fundamental nesse processo de mobilização para a criação e instalação da FUFSE<sup>1078</sup>. Esta relação, entretanto, foi avaliada com reservas pelo pesquisador Afonso Nascimento. Para ele, essa aparente interdependência entre o Estado e a Igreja Católica indicava a fragilidade de uma sociedade civil que não havia conseguido diversificar suas atividades econômicas nem diferenciado suficientemente seus grupos de interesse<sup>1079</sup>. Por outro lado, a crítica tecida por Nascimento quanto à fragilidade da sociedade civil em Sergipe e do enlaçamento desta à influência exercida pela Igreja Católica aponta a importância que a universidade, no caso a FUFSE, teve para o que ele chama de um processo de ruptura com a hegemonia intelectual exercida pela Igreja Católica. Dessa forma, para Nascimento, a UFS “trouxo para Sergipe a autoridade intelectual da razão, da ciência, do progresso, da competência e da meritocracia. Com ela aportou o iluminismo, tardio, é verdade, mas necessário – posto que as ideias iluministas passaram longe desta terra”<sup>1080</sup>.

Afora o tom iluminista e anticlerical da crítica apresentada por Nascimento, para o *corpus* desta tese essa discussão aponta a importância social do estabelecimento de instituições de ensino superior para o desenvolvimento de uma sociedade civil leiga e esclarecida. Colocando em outros termos, a efetivação de instituições de ensino superior colabora para a formação de quadros profissionais, intelectuais e políticos à disposição da sociedade, uma das condições necessárias para a modernização do Estado, como observou Roger Chartier, ao estudar a importância das práticas culturais a partir da expansão das

---

<sup>1077</sup> A respeito desse processo de modernização autoritária, ver: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização 1964/1984”. Op. cit., pp.351-384. E sobre os efeitos do processo no ensino superior brasileiro ver: FÁVERO, Maria de Lourdes de A. “A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968”. Op. cit., pp. 17-36; e ainda: MARTINS, Carlos Benedito Martins. “A Reforma Universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado”. In: *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 30, nº 106, jan./abr. 2009, pp. 15-35.

<sup>1078</sup> MACHADO, Manoel Cabral. “Nossa Universidade Federal e o Ensino Superior em Sergipe (I)”. In: *Universidade Federal de Sergipe 40 anos*. 25 de abril de 2008. Disponível em: <[http://www.ufs.br/ufs40anos/index\\_artigos.php?id:19](http://www.ufs.br/ufs40anos/index_artigos.php?id:19)>. Acessado em 10/02/2009.

<sup>1079</sup> NASCIMENTO, Afonso. “UFS, uma instituição iluminista”. In: *Universidade Federal de Sergipe 40 anos*. 4 de abril de 2008. Disponível em: <[http://www.ufs.br/ufs40anos/index\\_artigos.php?id=3](http://www.ufs.br/ufs40anos/index_artigos.php?id=3)>. Acessado em 10/02/2009.

<sup>1080</sup> Op. cit.

universidades e de seus efetivos estudentis, entre os séculos XIII e XVII, para “os avanços do Estado Moderno”<sup>1081</sup>.

Por um lado, esse papel social de formação cultural, iniciado com as primeiras faculdades isoladas fundadas a partir do final da década de 1940, passa então a ser reestruturado com o advento da FUFSE em 1968<sup>1082</sup>. Por outro lado, esse processo social não teria ocorrido a partir de um efetivo divórcio entre os intelectuais ligados à Igreja Católica e os intelectuais vinculados a uma matriz laica do pensamento, mas sim a partir de negociações e das disputas gestadas a partir do fazer-se cotidiano desse mencionado processo de configuração do ensino superior no estado, assim como a partir das mediações realizadas por esses intelectuais e as demais instituições que compunham o campo social e cultural no estado, como o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe<sup>1083</sup>, a Sociedade de Cultura Artística de Sergipe<sup>1084</sup>, a Acadêmia Sergipana de Letras<sup>1085</sup>, entre outras, que constituíam a teia de relações sociais, políticas e culturais do estado<sup>1086</sup>.

A efetivação das instituições de ensino superior em Sergipe também ajudou a desenvolver as relações da sociedade civil, seja renovando ou reproduzindo os valores de parte dos quadros de sua elite intelectual e política, seja fomentando discussões, mobilizações em torno da modernização e da democratização do ensino superior no país e no estado, seja formando lideranças que passariam a atuar no campo das lutas sindicais, feministas, do movimento negro, do movimento pelo meio ambiente e/ou nas vanguardas políticas e culturais. Neste sentido, a discussão acerca da trajetória dos estudantes universitários revela-se importante para uma melhor compreensão acerca do fazer-se histórico em Sergipe na segunda metade do século XX. Em particular, para compreender porque essa trajetória ganha, com o advento do AI-5 e do endurecimento da repressão, vigilância e controle sobre esses atores sociais, uma dimensão à parte acerca da resistência

---

<sup>1081</sup> CHARTIER, Roger. *A História cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1990, p. 225.

<sup>1082</sup> Ver a respeito no quadro comparativo 09: Instituições de ensino superior em Aracaju/Sergipe, 1948 a 1968, p. 521.

<sup>1083</sup> FREITAS, Itamar. *A escrita da história na “Casa de Sergipe”*: 1913-1999. Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira; Aracaju: Editora da UFS, 2002.

<sup>1084</sup> SANTOS, Miriam Vieira dos. *Um Marco Cultural: Documentos Catalogados da Sociedade de Cultura Artística de Sergipe (1951 a 1989)*. São Cristóvão: Departamento de História/UFS, 2002. (monografia).

<sup>1085</sup> NASCIMENTO, Afonso. “Academia Sergipana de Letras e a Escola de Direito de Sergipe”. In: *Jornal da Cidade*, 26 de setembro de 2011. Disponível em: <[http://www2.jornaldacidade.net/artigos\\_ver.php?id=15057](http://www2.jornaldacidade.net/artigos_ver.php?id=15057)>. Acessado em 30/10/2011.

<sup>1086</sup> Uma leitura acerca desse conjunto de relações pode ser apreciada em DANTAS, José Ibarê Costa. *História de Sergipe República (1889-2000)*. Op. cit., pp. 173-296.

de parte da sociedade contra a ditadura civil-militar e em favor da redemocratização do país.

### **As críticas e protestos estudantis quanto à forma de instalação da FUFSE**

Já em relação à solenidade de instalação da FUFSE, não obstante ser um momento de comemoração pela realização de mais um passo no sentido de consolidar o ensino superior no estado, incorporando-o à rede de universidades federais, os estudantes não se eximiram de tecer suas críticas e protestos quanto à forma como o processo foi conduzido e quanto a não concessão da palavra aos representantes dos estudantes presentes ao mencionado acontecimento, ocorrido em 15 de maio de 1968, no auditório do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Nessa solenidade fizeram uso da palavra, como previsto pelo cerimonial, D. Luciano José Cabral Duarte, presidente do Conselho Diretor da FUFSE, o qual, após empossar o Dr. João Cardoso Nascimento Júnior na condição de primeiro reitor da instituição, mencionou os nomes das autoridades políticas e intelectuais que haviam se somado para concretização da criação de uma universidade federal no estado e da luta deferida em torno desse objetivo. Em seguida, a palavra foi concedida ao Dr. Newton Sucupira, membro do Conselho Federal de Educação, um dos responsáveis pelo citado processo de criação da FUFSE junto àquele conselho, que destacou não ser possível “‘pensar a Universidade divorciada do povo’ e que a Universidade é feita para o estudante”<sup>1087</sup>.

O terceiro orador foi o Dr. João Cardoso Nascimento Júnior, reitor empossado, que declarou ser sabedor das dificuldades existentes na instituição então fundada quanto à estrutura física de seus prédios, a necessidade de novos equipamentos, atualização do acervo bibliográfico, problemas relacionados aos alunos excedentes no vestibular, necessidade de ampliação e de qualificação do corpo docente, entre outros problemas, e que “‘iria enfrentá-los com realismo”<sup>1088</sup>. Na sequência, Lourival Batista, governador do estado, encerrou os discursos destacando, a exemplo de D. Luciano Duarte, as pessoas que haviam contribuído para que o estado viesse a ter “‘a nossa universidade”<sup>1089</sup>.

---

<sup>1087</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Só estudante não falou na instalação da UFS*. Ano XII, nº 3568, 16 de maio de 1968, p.1.

<sup>1088</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Só estudante não falou na instalação da UFS*. Op. cit.

<sup>1089</sup> Op. cit.



Presentes à solenidade, mas não contemplados com o uso da palavra, os representantes dos estudantes, João Bosco Rolemberg Côrtes, estudante do curso de serviço social, e Francisco Carlos Varela, estudante do curso de química. Estes procuraram a redação do jornal *Gazeta de Sergipe*, cujo chefe de redação era o jornalista Ivan Valença, ex-membro da direção da DAJF envolvido com a “revolta dos estudantes da FAFI”, para protestarem contra aquilo que eles classificaram como mais um ato que aviltava os direitos de representação estudantil. E ainda que relegava ao esquecimento a história da participação do movimento estudantil universitário de Sergipe em torno da luta pela criação de uma universidade no estado<sup>1090</sup>.

Nesse sentido, segundo os representantes dos estudantes, a “classe universitária sergipana também lutou e contribuiu no processo de criação da Universidade em Sergipe”, um processo que teve início com a “Carta de Santo Amaro” – publicada antes de abril de 1963, portanto, antes das iniciativas estaduais que resultaram na comissão responsável pelo processo de criação dessa universidade –, resultado dos debates produzidos pelo II Seminário Estadual para Reforma Universitária, no qual os universitários “já lutavam por sua Universidade, Federal, **autárquica**, popular e gratuita”<sup>1091</sup>.

Além disso, os estudantes não trabalharam na comissão responsável pelo anteprojeto da universidade em razão de este já ter sido a eles apresentado em fase de redação final e que eles não tiveram direito de indicar nenhum dos nomes da lista tríplice para o cargo de reitor<sup>1092</sup>. A postura política por parte das autoridades responsáveis pela comissão de criação da FUFSE, segundo os estudantes, só considerava “a representação discente como figura decorativa nas grandes decisões da Universidade”, postura do passado que eles esperavam não ser reproduzida pela nova instituição<sup>1093</sup>.

Na mesma edição do jornal *Gazeta de Sergipe*, o editorial intitulado “A Universidade”, ao tempo em que discorria sobre a importância da instalação da FUFSE também tecia uma crítica no sentido de que a nova instituição deveria alimentar o “diálogo entre os corpos docentes e discentes” como uma exigência necessária “para a boa marcha” da Universidade, que, na visão dos responsáveis pelo editorial, os jornalistas Orlando

---

<sup>1090</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes protestam*. Ano XII, nº 3568, 16 de maio de 1968, p.1.

<sup>1091</sup> Op. cit. (negrito nosso).

<sup>1092</sup> Op. cit.

<sup>1093</sup> Op. cit.

Dantas e Ivan Valença, deveriam evitar a marginalização dos estudantes incluindo-os no processo de construção da universidade<sup>1094</sup>.

O tom dessas críticas, proferidas pelos representantes dos estudantes e pelo editorial do *Gazeta de Sergipe*, dirigiam-se sobretudo à forma como D. Luciano Duarte havia dirigido a comissão responsável pela criação da FUFSE, abrindo poucos espaços para a participação dos estudantes nesse processo, procurando alinhar o anteprojeto do estatuto da universidade ao processo de reforma universitária em curso no período entre 1964 e 1968<sup>1095</sup>, e, sobretudo, enfrentando, em razão de sua relação com os estudantes e com diretores de algumas faculdades, críticas e resistências às suas propostas em prol de uma universidade sob a forma de uma fundação federal.

Essas críticas eram dirigidas à atuação de D. Luciano Duarte que estava à frente da comissão de criação da FUFSE e depois no Conselho Diretor desta, por um lado, e ao não reconhecimento da contribuição dos estudantes na luta pela criação da universidade recém-fundada, por outro. Além disso, as críticas também indicavam a existência de tensões quanto à forma como esse processo foi conduzido, de pontos esquecidos, de definições não discutidas e, sobretudo de discordâncias quanto aos encaminhamentos seguidos.

Um dos pontos de esquecimento relaciona-se à não evocação, por parte dos estudantes que protestavam, das deliberações do VIII Congresso da UEES, ocorrido em 1958, como o momento em que os universitários juntamente com a Igreja Católica – no início do bispado de D. José Vicente Távora –, levantaram a bandeira por uma universidade em Sergipe e começaram a buscar o apoio das autoridades políticas do estado em torno desse propósito<sup>1096</sup>. Em lugar de tomar o mencionado congresso como marco inicial da luta dos estudantes em prol de uma universidade em Sergipe, as declarações das lideranças estudantis de 1968 evocaram a “Declaração de Santo Amaro das Brotas”,

---

<sup>1094</sup> GAZETA DE SERGIPE. A Universidade [editorial]. Ano XII, nº 3568, 16 de maio de 1968, p.3.

<sup>1095</sup> FÁVERO, Maria de Lourdes de A. “A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968”. Op. cit., pp. 17-36, 2006.

<sup>1096</sup> Ver a esse respeito em CRUZ, José Vieira da. “Em tempos de reforma universitária: a contribuição da União Estadual dos Estudantes Sergipanos (1961-1964)”. Op. cit., p. 88; RAMOS, Antônio da Conceição. *Movimento estudantil: a JUC em Sergipe (1954-1964)*. Op. cit., p. 118; e ainda em: A CRUZADA. *Governador eleito Luiz Garcia, recebe universitários de Sergipe*. Ano XXIV, nº 1073, 03 de janeiro de 1959, p.1 e p.6.

publicada em face das deliberações ocorridas no II SERU, em agosto de 1962, como ponto de definição dessa luta<sup>1097</sup>.

Essa declaração, como já discutida, teve de fato uma dimensão política importante para o movimento estudantil, uma vez que, além da greve que reivindicava “um terço” de representação estudantil nos órgãos deliberativos das instituições de ensino superior, ela significou um dos pontos de culminância dos debates em torno da reforma universitária no estado em curso naquele momento. Entretanto, pelos menos em termos históricos, ela não pode ser considerada o marco inicial das mobilizações estudantis em favor de uma universidade no estado. Por outro lado, os significados da “Declaração de Santo Amaro das Brotas”, enquanto acontecimento histórico e político, resgata a definição do movimento estudantil universitário de Sergipe em favor da criação da “Universidade de Sergipe, sob a forma de **Fundação Federal**”, gratuita e voltada para o povo e não como uma autarquia<sup>1098</sup>.

Nesse sentido, a remissão à história da participação dos estudantes na luta por uma universidade no estado revela um ponto de discordância entre aqueles que lideravam o movimento estudantil do início dos anos 1960, sob influência dos estudantes católicos, sobretudo os da JUC – propensos à defesa de que a criação de uma universidade no estado deveria ocorrer sob a forma de fundação federal –, e as lideranças estudantis no período de 1966 a 1968, sob influência da AP, da POLOP e do PCB, propensas a defender a criação da universidade a partir do modelo de autarquia. Os primeiros compreendendo que as instituições de ensino superior existentes deveriam ser reunidas sob a forma de fundação em uma nova instituição. Enquanto os segundos, sob argumento de preservar a autonomia das faculdades e escolas superiores que constituíam ensino superior em Sergipe, defendiam que a universidade fosse organizada em torno de uma autarquia.

Esse ponto de discordância também foi explicado pela proximidade do então padre Luciano Duarte junto aos estudantes no contexto da elaboração da “Declaração de Santo Amaro das Brotas”. Fato que deve ter influenciado no apoio estudantil em favor do

---

<sup>1097</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Universitários*: “Declaração de Santo Amaro das Brotas”. Ano VII, nº 2225, 11 de agosto de 1962, p. 6.

<sup>1098</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Universitários*: “Declaração de Santo Amaro das Brotas”. Ano VII, nº 2225, 11 de agosto de 1962, p. 6 (negrito nosso).

modelo de fundação federal, defendido pela Igreja católica através das instituições de ensino superior que estavam sob sua administração<sup>1099</sup>.

Em contraste com o período de 1966 a 1968, quando o jogo de interesses das demais faculdades e escolas superiores tendia à defesa do modelo de autárquico. Nesse outro contexto, as discordâncias entre as lideranças estudantis e o mencionado religioso, levaram parte dos estudantes a se colocarem contra o modelo de fundação, enquanto o já bispo auxiliar Luciano Duarte mantinha-se firme na proposta do modelo de fundação.

O modelo fundacional, defendido pela Igreja Católica e pelas lideranças estudantis que subscreveram a “Declaração de Santo Amaro das Brotas”, também era o recomendado pelo MEC e pelos membros do Conselho Federal de Educação antes mesmo da eclosão do golpe civil-militar de 1964<sup>1100</sup>. Esse modelo, após a referida inflexão política, mas do que uma possibilidade administrativa tornou-se a alternativa aceita pela nova ordem institucional estabelecida no país para federalizar o ensino superior em Sergipe sob a forma de uma fundação federal, a FUFSE.

Os protestos dos estudantes de Sergipe, em relação ao tratamento a eles concedido pela comissão responsável pela criação da FUFSE e pelo cerimonial responsável pela inauguração dessa instituição, repercutiram nos jornais locais. Essa repercussão figurou juntamente com as notícias: do IPM instalado contra estudantes mineiros que protestavam contra a ditadura militar,<sup>1101</sup> da greve dos estudantes de Recife<sup>1102</sup>, do anúncio do relatório Meira Matos sobre as reformas que deveriam ser aplicadas ao ensino superior<sup>1103</sup>, e, de modo particular, dos protestos estudantis que estavam ocorrendo pelo mundo naquele maio de 1968<sup>1104</sup>. Esses foram alguns dos ecos dos protestos estudantis no mundo, no Brasil e em Sergipe naquele contexto recente da história contemporânea.

---

<sup>1099</sup> Elementos dessa disputa já se faziam notar no próprio texto da Declaração de Santo Amaro, ver no corpo desta tese, pp. 163-167. E a respeito da defesa do modelo de autarquia pelos estudantes, ver: ESTUDANTES DE DIREITO. *Carta dos estudantes da Faculdade Federal de Direito de Sergipe ao Dr. Newton Sucupira*: manifestando seu repúdio ao anteprojeto de criação da UFS e criticando a atuação de Dom Luciano Duarte. 19 de setembro de 1966. In: IDLD, caixa 01, pacotilha 06.

<sup>1100</sup> Ver a respeito sobre o processo de reforma universitária em curso nesse período em CUNHA, Luiz Antônio. “Ensino superior e universidade no Brasil”. Op. cit., pp. 178-183. E sobre a posição do relator do CFE sobre o projeto de criação da FUFSE, ver: A CRUZADA. *Relator do processo da universidade em Sergipe*. Ano 84, nº 1468, 24 de setembro de 1966, p. 1 e pp. 11-12.

<sup>1101</sup> GAZETA DE SERGIPE. *IPM mineiro pede prisão de líderes estudantis; Recife anuncia greve*. Ano XIII, nº 3566, 12 e 13 de maio de 1968, p.1.

<sup>1102</sup> Op. cit.

<sup>1103</sup> GAZETA DE SERGIPE. Comissão Meira Matos entrega relatório. Ano XIII, nº 3566, 12 e 13 de maio de 1968, p.1.

<sup>1104</sup> ALVES, Stefânio Faria. “Estudantes em toda parte” [Coluna Através do mundo]. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano XIII, nº 3573, 22 de maio de 1968, p. 2.

É nesse clima de efervescência política que chegam aos jornais de Sergipe as notícias de que as revoltas estudantis que estavam ocorrendo em Paris estavam colocando aquela cidade em chamas e rediscutia uma nova proposta de cultura<sup>1105</sup>. Ao procurar discutir no plano acadêmico os rumos desses acontecimentos, em particular, as ideias que circundavam esses acontecimentos na Europa, a professora Maria Thétis Nunes proferiu palestra no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da FUFSE, a qual, segundo o então estudante Ibarê Dantas, causou certa repercussão entre os estudantes<sup>1106</sup>.

Além disso, ela publicou no jornal *Gazeta de Sergipe* um artigo sobre o pensamento político de Marcuse<sup>1107</sup>, intelectual que passaria a ser lido com mais frequência no Brasil a partir da década de 1970. Nesse artigo, Nunes apresenta uma visão geral das ideias do mencionado pensador, discute algumas de suas obras e analisa temas como a rebelião da juventude, liberdade política, indústria cultural, entre outros assuntos. Ao fim desse artigo, ela conclui dizendo que “são esses alguns dos conceitos mais interessantes e que fizeram de Marcuse o filósofo do ‘Poder Jovem’, e que projetaram seu nome dando margem aos prós e contra apaixonados”<sup>1108</sup>.

No rumo desses acontecimentos, a repercussão dos protestos estudantis que estavam ocorrendo no país, a instalação da FUFSE e a reabertura do grêmio estudantil “Clodomir Silva”, vinculado ao Colégio Estadual de Sergipe (CES), constituiriam o cenário em que seriam organizadas duas importantes greves estudantis: a dos estudantes do CES e a dos estudantes da FUFSE. Essas duas manifestações grevistas tinham, sobretudo, como pautas de reivindicações a melhoria das condições de ensino.

### **7.3. A prisão de Vladimir e as greves estudantis do CES e da FUFSE.**

Além da instalação da FUFSE, fato que proporcionava as condições jurídicas para que os universitários criassem um DCE vinculado a universidade recém-fundada, como prescreviam os artigos 2º e 3º do Decreto-Lei 228/1967, alguns acontecimentos ocorridos no ano de 1968 tornariam ainda mais politizado o desejo desses estudantes em torno da

---

<sup>1105</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Cine Palace – hoje: Paris está em chamas?* [anúncio]. Ano XIII, nº 3574, 24/05/1968, p.2.; e ainda: FIGUEIREDO, Ariosvaldo. “Estudantes” [Coluna Carta do Rio]. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano XIII, nº 3574, 24 de maio de 1968, p.2.

<sup>1106</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, em 10/10/2010.

<sup>1107</sup> NUNES, Maria Thétis. “O pensamento político de Marcuse”. In: *A Cruzada*. Ano 50, nº 1557, 31 de agosto de 1968, p. 2.

<sup>1108</sup> Op. cit.

luta pela criação desse novo órgão de representação. Um desses acontecimentos, como já foi discutido, foram os protestos contra o assassinato do estudante Edson Luís, ocorrido no restaurante Calabouço, na cidade do Rio de Janeiro, em 29 de março daquele ano, o que resultou em uma onda de protestos em várias cidades do país, inclusive em Aracaju.

Outro acontecimento que alcançaria grande repercussão entre a sociedade brasileira e, em particular, entre os estudantes foi a prisão do estudante alagoano Vladimir Palmeira, na época, presidente da União Metropolitana do Estado da Guanabara, em 2 de agosto de 1968, fato responsável por uma série de protestos estudantis que transcorreram por todo o país, inclusive em Sergipe. Segundo Ibarê Dantas, em torno desse acontecimento, a “palavra de ordem [entre os militantes] era dar repercussão ao caso, estimulando a agitação como manifestação de solidariedade ao colega detido”<sup>1109</sup>.

Nesse sentido, em meio à veiculação de notícias de que os protestos estudantis contrários à prisão de Vladimir Palmeira haviam provocados incidentes entre estudantes dos estados do Rio de Janeiro<sup>1110</sup>, Minas Gerais<sup>1111</sup> e Bahia<sup>1112</sup>, os universitários em Sergipe também aderiram à onda de protestos. Esta onda de protestos coincide com o momento de mobilização dos estudantes das diferentes escolas e faculdades que passaram a constituir a FUFSE e estavam começando a mobilizar-se para discutir como seria criado o DCE na nova instituição. Desta forma, durante a realização de uma assembleia geral, organizada inicialmente para tratar da criação do DCE, os estudantes da FUFSE resolveram lançar um manifesto de protesto não apenas contra a prisão de Vladimir Palmeira bem como em relação às recentes prisões de operários, intelectuais, estudantes e de outros militantes<sup>1113</sup>.

Na esteira desses protestos, os estudantes secundaristas e universitários de Sergipe realizariam uma greve geral que perpassaria as primeiras semanas do mês de agosto de 1968. E mesmo depois de encerrada essa greve, os protestos contra a prisão do estudante Vladimir Palmeira tiveram ainda lugar com a realização de um julgamento simulado realizado pelos estudantes da Faculdade de Direito de Sergipe. Nesse julgamento, realizado

---

<sup>1109</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., p. 82.

<sup>1110</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes vão às ruas em novas manifestações*. Ano XIII, nº 3623, 6 de agosto de 1968, p. 1

<sup>1111</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Wladimir Palmeira preso na Guanabara*. Ano XIII, nº 3622, 5 de agosto de 1968, p. 1

<sup>1112</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Polícia baiana dispersa estudantes*. Ano XIII, nº 3624, 07 de agosto de 1968, p. 1

<sup>1113</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes sergipanos entraram em greve*. Ano XIII, nº 3624, 7 de agosto de 1968, p. 1

apenas com o objetivo de prática forense, conforme declarações dos estudantes aos órgãos de imprensa do estado, o réu foi representado pelo recém-eleito presidente do DCE, o universitário João Augusto Gama da Silva; o juiz foi representado pelo estudante do 3º ano Wellington Paixão; os advogados de defesa foram interpretados pelos universitários Fernando Lins e Messias Góis, enquanto que a acusação ficou a cargo dos estudantes José Aragão e Benedito Figueiredo, tendo sido arroladas ainda pela defesa e pela acusação oito testemunhas, também representadas pelos estudantes do curso de direito<sup>1114</sup>.

A denominada atividade acadêmica realizada a partir da parceria entre o CASR e a recém-eleita diretoria do DCE foi estendida também aos estudantes de outras faculdades, às donas de casa e aos trabalhadores em geral<sup>1115</sup>. No convite postado pelo CASR, através do então secretário geral daquele centro acadêmico, o estudante José Sérgio Monte Alegre, o anúncio do citado júri simulado estava associado também à chamada de uma assembleia geral agendada para as 14 horas do dia 28 de setembro de 1968, coincidindo, portanto, com aquele júri<sup>1116</sup>.

Ainda a respeito desse convite, a exemplo das demais correspondências postadas pelo CASR no ano de 1968, chama atenção a citação no rodapé desses documentos a frase: “O momento é muito sério, no céu despontam outros astros, nas consciências outras aspirações, no peito outros ímpios, nas frentes outras lutas”, cuja autoria é atribuída a Silvío Romero. Esta referência evidencia mais do que uma homenagem ou forma de prestigiar o patrono do Centro Acadêmico Sílvio Romero; ela traduz, pelo menos em parte, alguns dos significados das mobilizações estudantis dos universitários retomadas naquele momento sob a influência dos militantes do PCB, sobretudo após as eleições do CASR e do DCE ocorridas em 1968.

Quanto à avaliação do júri simulado, a despeito das acusações que pesavam sobre o líder estudantil da UME no Estado da Guanabara, o jornal *Gazeta de Sergipe* comenta o tom de gozação que permeava os que participavam do julgamento e especulavam a respeito de que a tendência dos jurados era pela absolvição do réu, “não pela compra dos jurados que está na moda em nosso Estado, mas porque sendo os estudantes ‘caídos’ pelo

---

<sup>1114</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes fazem julgamento de Vladimir Palmeira*. Ano XIII, nº 3670, 28 de setembro de 1968, p. 6.

<sup>1115</sup> Op. cit.

<sup>1116</sup> CASR. *Convocação para realização de assembleia geral e para a realização do júri simulado do colega Vladimir Palmeira*, datado de 27 de setembro de 1968. In: BRITO, Maria Zelita Batista. *Em tempos de rebeldia e sombras: o movimento estudantil universitário sergipano em descompasso com o Regime Autoritário (1964-1968)*. Op. cit.

jovem líder universitário, deixarão que a defesa marque um verdadeiro tento”. E que isto ocorrendo, a posição da promotoria seria apelar para que o meritíssimo juiz transferisse o julgamento do réu para “outra instância ou haja desaforamento do processo, com o objetivo de afastar o réu de um ambiente amistoso ao criminoso”<sup>1117</sup>.

Já a reação dos estudantes secundaristas, em particular dos estudantes do CES, aos protestos contra a prisão de Vladimir Palmeira resultou na realização de uma ocupação de oito dias no auditório do Teatro Atheneu, um dos principais espaços culturais da cidade. Essa ocupação desencadeou a primeira greve estudantil secundarista, ou ao menos a que teve a maior repercussão, após a implantação do golpe civil-militar de 1964. Segundo Rosalvo Alexandre, uma das lideranças desse movimento, entre os estudantes que tomaram parte desse movimento estavam: “Clodoaldo [de Oliveira Lima<sup>1118</sup>], que era a principal liderança do movimento secundarista; Anselmo Góis<sup>1119</sup>, que hoje é jornalista da Veja”, e o estudante Paulo Afonso<sup>1120</sup>.

A respeito dessa greve, Milton Alves, então estudante do CES, recorda o sentimento de efervescência que havia tomado os seus participantes. Esse movimento grevista, como ele descreveu, chegava embalado por uma rebeldia que vinha no bojo da

---

<sup>1117</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes fazem julgamento de Vladimir Palmeira*. Ano XIII, nº 3670, 28 de setembro de 1968, p. 6.

<sup>1118</sup> A respeito de Clodoaldo de Oliveira Lima, o Projeto Memórias Reveladas, em parceria com o Arquivo Público do Estado de Sergipe, localizou o dossiê elaborado pelo SEI, órgão vinculado a SSP/SE, cujo conteúdo é assim descrito: “O Dossiê, através de uma investigação de ordem oficial, apresenta documento textual, datilografado e impresso, onde se tem prontuário (1968), ficha individual de qualificação (1968) e ficha de qualificação (n. 16), ficha informativa (nº 16), contendo assuntos de antecedentes políticos e ideológicos, informando que CLODOALDO OLIVEIRA LIMA, como ex-seminarista e presidente do Grêmio Clodomir Silva do Colégio Estadual de Sergipe, fez parte de todos os movimentos estudantis e articulador do motim no auditório do Colégio em agosto de 1968 que redundou em greve durante 10 dias. Viajou para Salvador a fim de tomar parte num Congresso em 13/12/1968 com alunos da Escola de Serviço Social”. Apesar da relevância histórica dos acontecimentos vividos por Clodoaldo Oliveira Lima os órgãos responsáveis pela guarda dessa unidade documental o mantém classificado “com restrição – razões legais/judiciais”. Ver a respeito em: BRASIL. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.82.

<sup>1119</sup> A respeito de Anselmo Resende Góis, o Projeto Memórias Reveladas, em parceria com o Arquivo Público do Estado de Sergipe, localizou o dossiê elaborado pelo SEI, órgão vinculado a SSP/SE, cujo conteúdo é assim descrito: “O Dossiê através de investigação oficial apresenta documento textual, datilografado e impresso, onde tem prontuário (1968); Ficha individual de qualificação (1968); Ficha de qualificação nº 79; Auto de qualificação. O dossiê com assuntos políticos e ideológicos informa que ANSELMO RESENDE GOIS era estudante e repórter, participou de movimentos grevistas e de passeatas organizadas pela morte e prisão de alguns colegas e defendia a entrega de terras a estrangeiros”. Apesar da relevância histórica dos acontecimentos vividos pelo estudante Anselmo Resende Góis e depois conhecido jornalista brasileiro, os órgãos responsáveis pela guarda dessa unidade documental o mantém classificado “com restrição – razões legais/judiciais”. Ver a respeito em: BRASIL. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.20.

<sup>1120</sup> LIMA FILHO, Rosalvo Alexandre de. Entrevista concedida ao jornalista Osmário Santos em 05/07/1999. In: SANTOS, Osmário. *Memórias de políticos de Sergipe no século XX*. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 2002, p. 713.



grande manifestação dos estudantes de Paris e sacudido pelos efeitos da chamada “Passeata dos Cem Mil”, ocorrida na cidade do Rio de Janeiro, em 26 de junho de 1968. Essas experiências, segundo Alves, ganharam “corpo aqui também, foram oito dias [de greve], companheiros dormindo no teto do Teatro Atheneu Sergipense, porque eram como se fosse nossos vigias para ver se iam passar: o carros do Exército, da Polícia Militar”<sup>1121</sup>.

### **A primeira greve estudantil da FUFSE**

Mas voltemos ao instante dos primeiros protestos ocorridos em Sergipe contra a prisão de Vladimir Palmeira, em particular os desdobramentos das greves gerais deflagradas pelos secundaristas e pelos universitários que, como já dito, foram as primeiras greves estudantis de maior repercussão após a deflagração do golpe civil-militar de 1964.

No caso dos estudantes universitários, essa decisão por deflagrar uma greve geral ganha corpo no curso da realização da assembleia geral, ocorrida em 6 de agosto de 1968, que culminou com a ratificação do posicionamento tomado pelos estudantes de cada uma das faculdades a respeito dos acontecimentos que estavam em curso. Dentro desta perspectiva, as primeiras plenárias estudantis ocorreram pela manhã na Faculdade de Direito, na qual os estudantes deliberaram, por um placar de um voto contra, entrar em greve por 24 horas em solidariedade à prisão de Vladimir Palmeira. Na Escola Superior de Química, os estudantes por unanimidade resolveram entrar em greve, e na Faculdade de Filosofia, por um placar de setenta votos contra dez, os universitários daquela instituição aprovaram uma greve de 48 horas<sup>1122</sup>.

As reuniões estudantis das demais faculdades seguiram-se no período da tarde. Entre elas a Faculdade de Medicina de Sergipe que, com cinco votos contrários, aprovou a adesão ao movimento grevista. Já os estudantes da Escola Superior de Serviço Social, não se pronunciaram sobre o assunto, mas declararam que seguiriam a decisão da assembleia geral dos estudantes da FUFSE convocada para tratar do assunto. Os estudantes da Faculdade de Economia, por sua vez, foram um dos últimos a se pronunciar, mas no período da noite, deliberaram por unanimidade favorável à greve<sup>1123</sup>.

---

<sup>1121</sup> ALVES, Milton. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 11/08/2010.

<sup>1122</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes sergipanos entraram em greve*. Ano XIII, nº 3624, 7 de agosto de 1968, p. 1

<sup>1123</sup> Op. cit.

Por fim, durante a noite de 06 de agosto de 1968, foi realizada uma assembleia geral, com a presença de pelos menos trezentos universitários de todas as faculdades e escolas, a qual deliberou por unanimidade que a greve duraria até que o estudante Vladimir Palmeira fosse solto. Os estudantes ainda solicitaram aos fotógrafos e jornalistas presentes que evitassem tirar fotografias identificando os rostos dos estudantes que participavam daquela plenária, já se temendo que essas fotografias fossem utilizadas pelos órgãos de segurança e informação (ver imagem 09).



Imagem 09: Foto do jornal em que os universitários aparecem de costas.  
Fonte: GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes sergipanos entraram em greve.* Op. cit.

Conforme o relato de Milton Alves – secundarista que participou da greve do CES em 1968, presidente do DCE/UFS na gestão 1976/1977, militante do PCB e jornalista –, no período em discussão os militantes do movimento estudantil e de outros movimentos

sociais eram orientados “a não tirar fotografias, nem se deixar ser fotografado, principalmente quando estávamos com os companheiros”. Neste sentido, a orientação repassada pelas lideranças mais experientes era de que “na hora que se aproximava dos companheiros a recomendação que nós tínhamos [era] a mais dura possível: ‘Evitar a fotografia’”<sup>1124</sup>.

A orientação mencionada traduzia a preocupação dos partidos de esquerda e de suas lideranças no sentido de no caso de existir uma prisão ou um processo de busca em apreensão na residência de alguém, não fosse localizada alguma foto que pudesse identificar algum(a) companheiro(a). Essas fotos, segundo Alves, poderiam ser utilizadas em interrogatórios nos quais os militantes seriam inquiridos a responder sobre suas relações com quem aparecia na foto juntamente com eles, e, portanto, “nós tínhamos esse cuidado”, o cuidado de não fotografar e não se deixar fotografar com companheiros de militância<sup>1125</sup>. Feita essa ponderação, a lembrança descrita por Alves dimensiona que o fato de os estudantes só se deixarem fotografar de costas, no caso da assembleia ocorrida na noite de 6 de agosto de 1968, sintetiza o clima de apreensão e o cuidado quanto a represálias que eles poderiam sofrer em razão de estarem protestando com a ditadura civil-militar imposta ao país<sup>1126</sup>.

As greves dos estudantes secundaristas e a dos estudantes universitários mencionadas nessa discussão foram acompanhadas de perto pela imprensa local, em particular pelo jornal *Gazeta de Sergipe*. A partir das notícias veiculadas por esse periódico, observa-se que além da luta geral contra a prisão de Vladimir Palmeira e contra a ditadura civil-militar, os estudantes, após duas semanas em greve, utilizaram essa mobilização de protesto para reivindicar melhorias nas condições de ensino<sup>1127</sup>.

### **As reivindicações dos secundaristas**

No caso das reivindicações dos estudantes secundaristas, a imprensa anunciou que elas haviam sido atendidas pelas autoridades estaduais, sobretudo pelo Poder Executivo. Dentre as solicitações atendidas destaca-se a abertura de grêmios estudantis nos ginásios e nos colégios, que esses órgãos de representação estudantil secundaristas tivessem uma sala

---

<sup>1124</sup> ALVES, Milton. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 11/08/2010.

<sup>1125</sup> Op. cit.

<sup>1126</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes sergipanos entraram em greve*. Op. cit.

<sup>1127</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., p. 83.

destinada ao seu funcionamento e ainda que esses órgãos fossem autônomos e independentes<sup>1128</sup>. Este último ponto, em particular parece ter sido uma questão constante nas lutas estudantis, quer secundarista quer universitária, no curso da ditadura civil-militar.

Os secundaristas solicitaram também que fosse criada a “Casa do Estudante” para atender àqueles que, residindo em outras cidades, precisassem de alojamento; melhor remuneração para os professores; modernização dos equipamentos pedagógicos através da compra de projetores, slides, toca-discos e mapas; reestruturação das bibliotecas e colocação de seus acervos à disposição dos estudantes; desconto de 50% nas tarifas dos coletivos; criação de um auditório na Escola Normal; e a proibição de que o Colégio Tiradentes mantivesse salas com excesso de alunos<sup>1129</sup>.

O conjunto dessas mobilizações evidencia que esse movimento grevista fincou uma de suas principais trincheiras na ocupação do Teatro Atheneu. Contudo, o alcance das reivindicações dos estudantes secundaristas abrangeu tanto aspectos mais gerais da luta estudantil, no tocante à autonomia e funcionamento dos grêmios estudantis, da melhoria na qualidade de ensino e da meia tarifa nos ônibus coletivos; como reivindicações mais pontuais, relativas à criação do auditório da Escola Normal<sup>1130</sup> e a preocupação com o excesso de alunos em sala de aula nos colégios particulares, no caso o Colégio Tiradentes. A velocidade dos acontecimentos daquele ano, as especificidades de algumas dessas reivindicações e a natureza do escopo desta tese, focada na questão dos estudantes universitários, não nos possibilitam afirmar se essa pauta de solicitações foi ou não de fato atendida.

### **As reivindicações dos universitários**

Os universitários, por sua vez, no curso dessa greve, também formularam pautas de reivindicações que foram encaminhadas à reitoria da FUFSE a respeito das condições de ensino dos seus respectivos cursos. Um dos documentos localizados sobre essa questão, redigido entre os dias 10 e 15 de agosto de 1968, avalia as condições de ensino do curso de

---

<sup>1128</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes voltaram às aulas ontem*. Ano XIII, nº 3636, 17 de agosto de 1968, p. 1.

<sup>1129</sup> Op. cit.

<sup>1130</sup> É possível presumir que esse auditório veio a ser construído algum tempo depois e seja o atual Auditório Governador Lourival Batista, localizado na rua Laranjeiras, entre a Diretoria de Educação de Aracaju – DEA –, e o Centro Estadual de Educação Profissional José Figueiredo Barreto, tendo ao fundo, o Instituto de Educação Ruy Barbosa, atual prédio da Escola Normal.

História do recém-criado Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH –, formado a partir da incorporação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe à FUFSE<sup>1131</sup>.

Nesse documento, os universitários do curso de história não chegam a tecer críticas à política do governo estadual e/ou do governo federal em curso naquele momento. Mas traçam uma radiografia da estrutura do curso, dos procedimentos de alguns professores, da necessidade de se reformular a estrutura curricular, de ser rever os conteúdos trabalhados e pedem providências para que as autoridades resolvam os problemas atinentes ao desempenho de alguns professores. Esse documento indica também que os estudantes vinculados àquele curso, como já foi discutido, mesmo passando por um momento de refluxo político, buscaram outras estratégias e experiências para não se esquivar daquele momento de mobilização e resistência<sup>1132</sup>.

Ainda sobre essas reivindicações, chama atenção à participação, entre os que subscrevem esse documento, dos alunos do 1º ao 4º anos, dentre os quais estão nomes conhecidos no campo do fazer historiográfico, do ensino de história e/ou da militância política, a exemplo de Teresinha Alves de Oliva e Adria Ramos, no 1º ano; de Laura Marinho Tourinho Ribeiro e José Ibarê Costa Dantas, no 2º ano; e de Maria Nele dos Santos e Frei Francisco Pecorari, no 3º ano<sup>1133</sup>.

Entre as reivindicações formuladas pelos universitários no contexto da mencionada greve foram localizados também documentos referentes às solicitações dos estudantes dos cursos de medicina e de serviço social. A ata da reunião extraordinária do Conselho Universitário da Universidade Federal de Sergipe, datada de 10 de agosto de 1968, é um desses documentos. Nessa ata, em específico, o universitário Hélio Araújo de Oliveira, representante do curso de medicina no citado conselho, e também presidente do DAACL, fez uso da palavra para externar as reivindicações dos estudantes. Em um dos trechos de seu discurso, transcrita na ata da mencionada reunião, ele discorreu “para o conhecimento do plenário sobre os motivos que levaram os universitários sergipanos a

---

<sup>1131</sup> IFCH. *Reivindicações do curso de história do Instituto de Ciências Humanas*. In: Fundo CECH - DHI, Caixa 25, item 94.

<sup>1132</sup> Estamos nos referindo a desmobilização sofrida pelo Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo, por conta da reação à Lei Suplicy e das dificuldades de organização do então recém-criado Diretório Acadêmico João Ribeiro, fundado em 1968, após a criação do IFCH resultado da incorporação dos cursos da FCFS ou FAFI, como também era chamado, à FUFSE.

<sup>1133</sup> Op. cit.

articularem o MOVIMENTO GREVISTA”. Em seguida, após a conclusão de sua fala, entregou ao magnífico reitor “as reivindicações dos estudantes de Medicina”<sup>1134</sup>.

Essas reivindicações também foram enviadas pelo Diretório Acadêmico Augusto César Leite ao diretor da Faculdade de Medicina de Sergipe, através do ofício 2/1968, protocolado em 12 de agosto de 1968. Este ofício externava a pauta de reivindicações deliberadas em assembleia geral pelos estudantes daquele curso. Entre os pontos elencados nessa pauta estavam: a) dezenove questões atinentes a melhorias no currículo do curso; b) uma questão atinente ao sistema de notas; c) oito questões atinentes a melhorias nos materiais de ensino, d) quatro questões referentes a melhorias nas condições de ensino; e) três questões atinentes a melhorias nas metodologias de ensino<sup>1135</sup>.

As reivindicações elencadas foram discutidas pelo Conselho Departamental da Faculdade de Medicina de Sergipe, em 27 de agosto de 1968. Nessa oportunidade, foi lido em plenário o ofício encaminhado pelo presidente do DAACL, o qual também se fazia presente à sessão, e foram identificados como principais pontos do pleito estudantil recriminações aos currículos de algumas cadeiras, aos métodos de ensino e à didática de alguns professores. Após a realização de debates a respeito ficou decidido o encaminhamento à diretoria da faculdade da resolução de problemas que competiam à faculdade, e os demais problemas que competiam à universidade foram encaminhados para a reitoria<sup>1136</sup>.

Em outro documento, relacionado às reivindicações formuladas pelos estudantes do curso de serviço social, é possível avaliar os limites da representatividade estudantil nos órgãos deliberativos das instituições de ensino superior. Esse documento, sob o formato de um relatório, registra os debates travados entre seis professores – doutor Airton Teles Barreto, padre Ovídio Valois Correia, Maria Anízia de Araújo, Nilton Pedro da Silva, Maria Luiza de Sousa e Laisy Roriz –, e duas estudantes – Ana Maria Santos e Elza Gomes Barreto –, ocorridos na “Comissão de estudos sobre as reivindicações dos alunos da Escola de Serviço Social encaminhadas à Reitoria”. Apesar de no documento em apreço não

---

<sup>1134</sup> CONSU/FUFSE. *Ata da reunião extraordinária do Conselho Universitário da Universidade Federal de Sergipe*, realizada em 10 de agosto de 1968. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CCSA-DSS, Caixa 01, item 02.

<sup>1135</sup> DAACL. *Of. 02/1968/DAACL*, protocolado em 12 de agosto de 1968, junto à FMS. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CCBS, Caixa 02, item 04.

<sup>1136</sup> FMS/FUFSE. *Ata da sessão ordinária do Conselho Departamental da Faculdade de Medicina de Sergipe*, realizada em 27 de agosto de 1968 [datilografada e assinada pela chefe de secretária, Gilka de Almeida Pinto, em 14 de agosto de 1969]. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CCBS, Caixa 32, item 100.

existir registro de sua datação, deduz-se pelo exame dos conteúdos nele discutidos<sup>1137</sup> e pela identificação dos membros da mencionada comissão, que ele se refere aos encaminhamentos provenientes da greve de 1968<sup>1138</sup>.

Após identificar os membros dessa comissão de estudos, o documento em questão descreve a condução dos trabalhos dirigidos pelo Padre Ovídio Valois Correia e secretariados pela professora Laisy Roriz. Os trabalhos tiveram início com a leitura do ofício do magnífico reitor “solicitando a nomeação de uma Comissão para análise crítica das reivindicações do Diretório Acadêmico ‘Maria Kiehl’”. Em seguida, o doutor Airton fez uso da palavra para expor a posição dos professores a respeito da análise do texto encaminhado, ao tempo em que solicitou das estudantes presentes mais esclarecimentos sobre a essência de suas reivindicações. Em síntese, os argumentos expostos por ele questionavam a fundamentação das reivindicações e a legitimidade do documento assinado por alguns alunos. Da parte das representantes dos estudantes, além da defesa da legitimidade do documento e de sua representatividade, fica explícito o questionamento quanto à desproporcionalidade entre as representações de professores e de estudantes na citada comissão.

Em termos gerais, os debates giraram em torno da qualidade do curso, de problemas quanto à atuação de alguns professores, das falhas de estrutura na incorporação do curso de serviço social à FUFSE e, sobretudo, dos impasses entre as posições defendidas pelos professores e estudantes. De um modo geral, os resultados das votações dessa comissão terminavam com seis votos dos professores contra os dois votos das estudantes, em um claro exemplo de contraposição dos professores frente às reivindicações e às críticas dos alunos. O impasse chegou a tal grau de contradição que o ponto central das discussões passou a ser a reivindicação por parte das estudantes do estabelecimento de uma comissão paritária, com maior representação dos universitários. A esse respeito, o professor Nilton Pedro “lembrou a situação dos estudantes em 1962, quando da

---

<sup>1137</sup> Dentre os conteúdos discutidos por essa comissão destaca-se a questão das reivindicações suscitadas pelos estudantes do curso de serviço social encaminhadas à reitoria da FUFSE após o decurso de uma greve por melhores condições de ensino.

<sup>1138</sup> ESS/FUFSE. *Relatório da comissão de estudo sobre as reivindicações dos alunos da Escola de Serviço Social encaminhado à reitoria da FUFSE*, s/d. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CCSA-DSS, Caixa 01, item 02.

reivindicação do 1/3 (um terço), e se fosse segundo aquele esquema, a reivindicação já estaria aprovada”<sup>1139</sup>.

As lições dessa disputa, por um lado, evidenciam que a reforma universitária, em curso nos idos de 1968, não havia incorporado as reivindicações defendidas pelas entidades estudantis. Essas discussões defendiam uma universidade mais moderna, democrática e participativa em detrimento do corporativismo e do tradicionalismo acadêmicos, bandeiras levantadas pelos estudantes no prelúdio que antecedeu a deflagração do golpe civil-militar de 1964. Em contrapartida, os documentos localizados indicam, por outro lado, como os universitários dos cursos de história, medicina e serviço social, a exemplo dos estudantes secundaristas, aproveitaram os ensejos dos protestos contra a prisão de Vladimir Palmeira para colocar em pauta suas solicitações pela melhoria do ensino e de seus cursos.

Ainda no caso das reivindicações dos universitários, chama atenção o fato delas terem passado pela mediação da reitoria, o que demonstrava o papel de centralidade que e a nova instituição passava a desempenhar. Neste sentido, tanto as reivindicações encaminhadas à FUFSE pelas entidades representativas quanto às oficializadas pelos seus novos institutos alimentavam um novo patamar de expectativas para o ensino superior em Sergipe: uma nova realidade, seus problemas e desafios.

Diante desse novo quadro institucional, os universitários não tardariam a retomar as articulações para a realização da primeira eleição do DCE/UFS. Mais do que um ato de rebeldia, a luta pelo novo órgão deveria cumprir um papel maior no tocante à representação geral dos universitários frente à reitoria, frente ao Conselho Universitário (CONSU) e frente ao Conselho de Ensino e Pesquisa (CONEP).

#### **7.4. A disputa, a eleição e a posse do primeiro DCE/UFS**

Na marcha desses acontecimentos, ocorridos entre maio e agosto de 1968, o movimento estudantil universitário de Sergipe vivia um novo momento político. Por um lado, esse novo momento anunciava-se com a posse do Dr. João Cardoso Nascimento Júnior como primeiro reitor da FUFSE e com a tomada de medidas administrativas para a

---

<sup>1139</sup> ESS/FUFSE. *Relatório da comissão de estudo sobre as reivindicações dos alunos da Escola de Serviço Social encaminhado à reitoria da FUFSE*, s/d. Op. cit., p.11.



implantação dessa fundação<sup>1140</sup>. Por outro, ele se delineava em meio ao clima de mobilizações e protestos que pareciam “incendiar” o cotidiano dos estudantes naquele ano de 1968. É nesse contexto que os estudantes universitários passaram a ter as condições necessárias para realizar o processo eleitoral a fim de eleger a primeira diretoria do Diretório Central dos Estudantes. Esse processo deveria ser realizado sob os ditames dos dispositivos estabelecidos pelo Decreto-Lei 228/1967, que determinava a obrigatoriedade do voto, a punição aos que faltassem ao pleito e a realização de forma indireta<sup>1141</sup>.

Como já discutido, as duas chapas inscritas formularam um compromisso de consultar os alunos, através de uma espécie de plebiscito, para saber qual seria a chapa que se sagraria vencedora. Em torno desse compromisso a chapa “Unidade e Ação”, articulada pelos militantes do PCB, e a chapa “Libertação”, articulada pelos militantes da AP, concorreram ao “pleito”.

Examinando a composição política das mencionadas chapas, percebe-se que a disputa política pela direção do movimento configurava-se em torno do campo das tendências estudantis de esquerda. Além das disputas das mencionadas tendências, a representação dos interesses de cada faculdade também era uma variante de grande importância, assim como também era estratégico contemplar na tessitura desse processo de composição política a participação dos chamados “independentes”, seja pelos laços de amizade, interesse de curso ou simpatia. Entretanto, o aspecto relevante sobre esse processo eleitoral é que os militantes de esquerda não apenas compunham as chapas, como se verificou na eleição da diretoria da DEE de Sergipe de 1965, mas também exerciam hegemonia do movimento.

A chapa “Libertação” foi encabeçada por João Bosco Rolemberg Côrtes, estudante do curso de serviço social. Essa chapa contava com o apoio dos estudantes dos cursos de serviço social, de medicina e de química. Já a chapa “Unidade e Ação” ou “UNA”, sigla adotada pelos seus componentes, encabeçada por João Augusto Gama da Silva, estudante de direito, parece ter contado com uma melhor articulação no tocante à composição, contando com representantes das demais faculdades, escolas e institutos que constituíam a FUFSE.

Sem retirar os méritos da chapa “Libertação”, a colunista social Clara Angélica Porto, candidata à secretária de cultura do DCE pela chapa “Unidade e Ação”, usou a sua

---

<sup>1140</sup> A CRUZADA. *Implantação administrativa da Universidade*. Ano 50, nº 1557, 31 de agosto de 1966, p.1.

<sup>1141</sup> BRASIL. *Decreto-lei 228*, 28 de fevereiro de 1967.

coluna, intitulada “Vida Social”, para divulgar os *slogans*, as mensagens, as palavras de ordem e as propostas de campanha de sua chapa. Neste sentido, entre as mensagens divulgadas, destaca-se: “Universidade de Sergipe existe somente no papel. Cabe-nos transformá-la em realidade!”, em alusão ao processo de estruturação da nova instituição. Já entre os *slogans* de campanha, ela destacou: “O DCE é nossa força, trincheira de luta!” e a “UNIDADE é a nossa força!”, e ainda as palavras de ordem da campanha “ORGANIZAÇÃO, AUTENTICIDADE = UNIDADE E AÇÃO”<sup>1142</sup>.

Entre os aspectos interessantes dessa propaganda da colunista Clara Angélica em favor da Chapa UNA, destaca-se também a divulgação das propostas de campanha que reivindicavam a imediata criação da casa do estudante, do restaurante universitário e de um Departamento de Assistência ao Estudante<sup>1143</sup>. Nesse sentido, o DCE, segundo as propostas da chapa “Unidade e Ação”, deveria exercer um papel central no tocante à formulação de políticas de assistência social para os estudantes, além, evidentemente, da articulação do conjunto das reivindicações dos universitários de Sergipe. Atribuições outrora desempenhadas pela UEES, extinta em 1964, por conta da Lei Suplicy; e pela DEE de Sergipe, fechada pelo Decreto-Lei 228 em 1967.

### **A eleição e a posse no primeiro DCE**

O escrutínio desse processo eleitoral para o DCE/FUFSE, realizado na Faculdade de Ciências Econômicas, em 26 de agosto de 1968, registrou a participação de 567 universitários. Destes, trezentos e vinte votaram a favor da chapa “Unidade e Ação”, duzentos e vinte e sete votaram na chapa “Libertação”, sete votaram nulo e treze votaram em branco<sup>1144</sup>. Desta forma, com uma diferença de noventa e três votos, ou quase 60% do total de votantes, a chapa “Unidade e Ação”, formada por militantes do PCB e simpatizantes, venceu a primeira eleição para o DCE/FUFSE.

Essa primeira diretoria do DCE foi composta pelos universitários: João Augusto Gama da Silva, presidente; José Polito, primeiro vice-presidente; Elvidina Macêdo de Carvalho, segunda vice-presidente; Dílson Menezes Barreto, secretário geral; Emília Maria Machado, primeira secretária; Janete Sá, segunda secretária; Benedito Figueiredo,

---

<sup>1142</sup> PORTO, Clara Angélica. “Unidade e ação” [coluna Vida social]. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano XIII, nº 3642, 25 de agosto de 1968, p.4.

<sup>1143</sup> Op. cit.

<sup>1144</sup> GAZETA DE SERGIPE. “Unidade e Ação” ganhou. Ano XIII, nº 3643, 27 de agosto de 1968, p. 6.

tesoureiro; Adirani Santos, segunda tesoureira; Clara Angélica Porto, secretária de cultura; Rosa Maria Tavares Gentil, secretária social; e ainda Francisco Varela, como representante no Conselho Universitário, e Laura Tourinho Ribeiro, como suplente no mencionado conselho<sup>1145</sup>.

A repercussão da solenidade de posse da diretoria eleita para o DCE, ocorrida às 20 horas do dia 30 de agosto de 1968, nas instalações da Faculdade de Química de Sergipe, foi abordada pelo jornal *Gazeta de Sergipe*. O mencionado periódico destacou o significado do acontecimento para a vida universitária do estado, uma vez que, a nova entidade estudantil, criada sob as regras da legislação estabelecida pelo presidente Castelo Branco, veio em substituição à União Estadual dos Estudantes: a UEES<sup>1146</sup>.

No caso de Sergipe, como já foi discutido, esse processo iniciado com a Lei Suplicy, em 1964, e concluído com o Decreto-Lei 228, em 1967, culminou com o fechamento do órgão de representação estadual dos estudantes no estado. A situação de vacância de um órgão que reunificasse a representação política dos universitários em Sergipe só ocorria, portanto, no decurso do mês de agosto de 1968. Acontecimento que, como destacou o jornal *Gazeta de Sergipe*, começou a tomar forma concomitantemente às mobilizações de apoio a Vladimir Palmeira e a greve por melhores condições de ensino. Neste sentido, logo após esses movimentos seria realizada a eleição para a primeira diretoria para do DCE/FUFSE<sup>1147</sup>.

Segundo a colunista social Clara Angélica, a animada solenidade de posse dessa diretoria registrou a presença do reitor em exercício da FUFSE, Waldemar Fortuna de Castro, e contou com a presença de muitos estudantes universitários, dentre eles: Wellington Manguiera, Laura Maria Tourinho Ribeiro, Francisco Varela, Maria Guadalupe, Eliane, Paulo Parracho Nou, Carlos, Jairo, Roberto, Luís Antônio, Cy, Djenane Barreto, Neusinha Andrade, Nadja Oliveira, Maria das Graças, Manuel Alves, “entre muitos outros estudantes que se divertiam na festinha da sexta-feira”<sup>1148</sup>.

---

<sup>1145</sup> DCE/UFS. *Ata da primeira reunião ordinária da Diretoria do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Sergipe*, realizada em 13 de setembro de 1968, p.1.

<sup>1146</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Primeira diretoria do DCE tem posse hoje à noite*. Ano XIII, nº 3645, 30 de agosto de 1968, p. 6.

<sup>1147</sup> Op. cit.

<sup>1148</sup> CLARA, Angélica. “Posse do DCE” [Coluna Vida social]. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano XIII, nº 3648, 1º a 2 de setembro de 1968, p. 5

## As primeiras movimentações do DCE e busca por uma sede

Após a posse, a diretoria do DCE buscou o apoio da FUFSE para organizar a entidade e viabilizar uma sede para o seu funcionamento<sup>1149</sup>. Esse apoio, ao menos em parte, parece ter sido estabelecido a partir do diálogo entre a direção do DCE e o reitor da FUFSE, o doutor João Cardoso Nascimento Júnior, que procurou atender às reivindicações estudantis. Esse apoio, da FUFSE ao DCE, tem sido creditado tanto pela historiografia como pelas lideranças estudantis do período, a postura de diálogo adotada pela reitoria em relação aos estudantes<sup>1150</sup>. Essa interpretação deixa em segundo plano o peso das mobilizações, protestos e reivindicações estudantis ocorridas no período de instalação da FUFSE e de criação do DCE. Em parte, essa interpretação é devida ao reconhecimento feito a postura assumida pelo reitor João Cardoso Nascimento Júnior naquele conturbado contexto político, como na questão das imposições do Decreto-lei 477/1969<sup>1151</sup>, assunto que será discutido a seguir.

Para Silveira, biografa de João Cardoso Nascimento Júnior, ele, diante dos protestos estudantis ocorridos por ocasião da instalação da FUFSE, “reconheceu a luta e a contribuição dos estudantes no processo de criação da UFS”<sup>1152</sup>. Nascimento Júnior, procurou, segundo Silveira, tratar o pleito dos estudantes com atenção, deixando de lado a posição anterior do Conselho Diretor da FUFSE, responsável pela criação dessa instituição, mas que havia tratado os estudantes como meras “figuras decorativas”<sup>1153</sup>. Ainda segundo essa pesquisadora, baseada na entrevista de João Augusto Gama da Silva, presidente da primeira diretoria do DCE, essa postura devia-se também à simpatia do então

---

<sup>1149</sup> DCE/UFS. *Ata da primeira reunião ordinária da diretoria do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Sergipe*, realizada em 13 de setembro de 1968.

<sup>1150</sup> Em relação a posição da historiografia, ver: SILVEIRA, Jussara Maria Viana. *Da medicina ao magistério: aspectos da trajetória de João Cardoso Nascimento Júnior*. São Cristóvão: NPGED/UFS, 2008 (Dissertação de mestrado), pp. 195-197. E em relação à posição dos estudantes, ver: MARQUES, Laura Maria Ribeiro. Entrevistada por José Vieira da Cruz, Lívia Rocha Teles Barreto, Maria Juliene Menezes Florêncio, Renilma Mendonça Caetano, Tatiana Vieira Rosa. Aracaju/SE, 23/05/10; SILVA, João Augusto Gama. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Fernanda de Andrade Santos, Lidiane Barbosa de Góis e Rose Carla de Araújo Oliveira. Aracaju/SE, 03/11/2009; BARRETO, Dílson Menezes. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Fernanda de Andrade Santos, Lidiane Barbosa de Góis e Rose Carla de Araújo Oliveira. Aracaju/SE, 11/11/2009, entre outros.

<sup>1151</sup> BRASIL. *Decreto-lei 477*, de 26 de fevereiro de 1969.

<sup>1152</sup> SILVEIRA, Jussara Maria Viana. Op. cit.

<sup>1153</sup> Op. cit.

reitor pelo PCB, agremiação política a qual alguns membros da direção do primeiro DCE/UFS vinculavam-se ideologicamente<sup>1154</sup>.

O bom relacionamento entre a reitoria e a direção do DCE não se verifica apenas no atendimento das solicitações encaminhadas pelos estudantes, mas também em atitudes como a presença do reitor João Cardoso Nascimento Júnior à solenidade de inauguração da sede do DCE, situada na rua de Propriá, esquina com a rua de Siriri, nas proximidades do quartel do Corpo de Bombeiros, ocorrida em 13 de dezembro de 1968. Naquela oportunidade, o reitor afirmou que estaria “sempre ao lado dos universitários para dialogar com eles, em torno dos legítimos interesses do Estado e para que o Brasil seja cada vez mais um País, que todos nós desejamos”<sup>1155</sup>.

Por ironia da história, essa data também seria a mesma em que foi decretado em Brasília o Ato Institucional nº 5 e com ele o aprofundamento da repressão política no país. Neste novo contexto, as palavras do reitor João Cardoso Nascimento Júnior, de apoio aos estudantes universitários de Sergipe, não só seriam colocadas à prova como também revelaram sua habilidade em não fazer cumprir as orientações dos órgãos de segurança e informação. Em particular, no que tangeu a punir as lideranças estudantis universitárias, identificadas como “inimigos da ordem pública”, com a expulsão da universidade<sup>1156</sup>. Segundo Laura Marques, na época suplente do representante do DCE no CONSU, a reitoria da FUFSE, sob a orientação de João Cardoso Nascimento Júnior, buscou os meios legais possíveis para não expulsar os estudantes, resistindo às determinações dos militares e dos órgãos de segurança e informação<sup>1157</sup>.

A esse respeito, segundo relato de Marques, ao comparecer a um almoço, Nascimento Júnior “abriu o jogo, desabafou, falou da angustia que ele sentia em ter que [nos expulsar]... falou da preocupação de fazer [com que] nós concluíssemos o curso

---

<sup>1154</sup> SILVEIRA, Jussara Maria Viana. *Da medicina ao magistério: aspectos da trajetória de João Cardoso Nascimento Júnior*. Op. cit., pp. 196-197.

<sup>1155</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Instalação do DCE*. Ano XIII, nº 3732, 13 de dezembro de 1968, p.1 e p.8.

<sup>1156</sup> FUFSE. *Of. do reitor da Universidade Federal de Sergipe para a diretoria do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, 26 de fevereiro de 1969. In: PDPH/DHI/FUFSE, ofícios recebidos pelo IFCH. E ainda o artigo: SILVEIRA, Jussara Maria Viana. “Professor João Cardoso Nascimento Júnior e o movimento estudantil da Universidade Federal de Sergipe (1968-1972)”. In: *Revista eletrônica da FJAV*. Ano I, nº 2, 2008, pp. 127-146.

<sup>1157</sup> MARQUES, Laura Maria Ribeiro. Entrevistada por José Vieira da Cruz, Lívia Rocha Teles Barreto, Maria Juliene Menezes Florêncio, Renilma Mendonça Caetano, Tatiana Vieira Rosa. Aracaju/SE, 23/05/10.

porque ele estava sendo pressionado a nos expulsar, até então nós não sabíamos”<sup>1158</sup>. E nesse mesmo almoço ele falou também “que foi até da juventude comunista”<sup>1159</sup>.

Essas memórias deixam claro o reconhecimento e gratidão para com Nascimento Júnior, memórias marcadas pela (re)memoração do ato que revogava a portaria da FUFSE que cassou os direitos políticos dos estudantes qualificados como causadores da “intranquilidade pública” e que, por consequência, evitou a expulsão e permitiu que eles concluíssem seus estudos. Ato ocorrido na comemoração alusiva aos 42 anos da FUFSE, solenidade na qual muitas das lideranças estudantis que tiveram seus direitos políticos cassados foram homenageadas e prestaram deferência à atitude do então primeiro reitor da instituição<sup>1160</sup>.

### **O DCE e a campanha do “Potássio é nosso”**

Voltando ao ensejo da inauguração da sede do DCE, a oportunidade também foi utilizada para o lançamento da campanha “Potássio é nosso”. Essa campanha teve por objetivo mobilizar as forças populares e nacionalistas do estado e do país “no sentido de fazer com que a exploração do potássio” fosse processada “através de uma empresa de economia mista, a exemplo da Petrobras”<sup>1161</sup>.

Segundo Dílson Barreto, que na época era secretário geral do DCE, a forma como seriam exploradas as jazidas de potássio e de petróleo localizadas no estado foi uma discussão importante para o processo de industrialização e de extrativismo mineral que Sergipe tomaria. Esse e outros recursos minerais seriam não só a base da industrialização do estado como também se converteriam em uma das principais fontes de arrecadação tributária do estado nos dias atuais, sinalizando a vocação de sua economia para o setor de produção de energia e de minérios<sup>1162</sup>.

---

<sup>1158</sup> Op. cit.

<sup>1159</sup> MARQUES, Laura Maria Ribeiro. Entrevistada por José Vieira da Cruz, Lívia Rocha Teles Barreto, Maria Juliene Menezes Florêncio, Renilma Mendonça Caetano, Tatiana Vieira Rosa. Aracaju/SE, 23/05/10.

<sup>1160</sup> PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. “UFS 42 anos”. In: *Portal UFS*. São Cristóvão, 27 de maio de 2010. Disponível em: <<http://www.ufs.br/?pg=artigo&id=144>>. Acessado em 10/11/2010.

<sup>1161</sup> BARRETO, Dílson Menezes. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Fernanda de Andrade Santos, Lidiane Barbosa de Góis e Rose Carla de Araújo Oliveira. Aracaju/SE, 11/11/2009.

<sup>1162</sup> SANDES, Marcel Di Angelis Souza. “Energia para o desenvolvimento de Sergipe”. In: *Jornal da Cidade*. Aracaju, 8 de outubro de 2011. Disponível em: <[http://www2.jornaldacidade.net/artigos\\_ver.php?id=11992](http://www2.jornaldacidade.net/artigos_ver.php?id=11992)>. Acessado em 10/10/2011.

Ainda segundo Dílson Barreto, administrador que tomaria parte dos debates e decisões sobre os caminhos do desenvolvimento do estado nas décadas seguintes, a condução desse processo teve curso no CONDESE – Conselho de Desenvolvimento do Estado de Sergipe. Esse órgão de planejamento, encampou a luta “do processo de industrialização” do estado e se preocupou com a formação de uma consciência a respeito da necessidade de industrialização e de exploração dos recursos minerais<sup>1163</sup>. Essa consciência, conforme sua avaliação mostrou que o potássio “iria desenvolver a agricultura” e que “o petróleo iria possibilitar a industrialização do estado”<sup>1164</sup>.

O diálogo entre o reitor da FUFSE, João Cardoso do Nascimento Júnior, e as lideranças estudantis, portanto, ocorreu em várias situações, dentre elas: a inauguração da sede do DCE e o apoio ao lançamento da campanha pelo “Potássio é nosso”. Esse apoio, por sua vez, contrastava com o momento delicado por que passava o país e, por conseguinte, o movimento estudantil universitário.

O caso da ocupação da Universidade de Brasília pela Polícia Federal, em agosto de 1968<sup>1165</sup>, e os conflitos ocorridos em São Paulo em torno do prédio da Faculdade de Filosofia da USP, situado na rua Maria Antônia<sup>1166</sup>, entre outros, davam o tom das tensões entre o governo, os órgãos de segurança e informação e a sociedade brasileira, em particular nas universidades e entre os estudantes universitários de várias partes do país. Em Sergipe, as tensões provocadas pelo “diálogo da violência”, parafraseando Maria Ribeiro do Valle<sup>1167</sup>, fizeram-se sentir no ambiente universitário a partir dos desdobramentos de outubro de 1968, quando uma delegação formada por universitários tomou parte do XXX Congresso da UNE, realizado na cidade de Ibiúna, no Estado de São Paulo.

---

<sup>1163</sup> BARRETO, Dílson Menezes. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Fernanda de Andrade Santos, Lidiane Barbosa de Góis e Rose Carla de Araújo Oliveira. Aracaju/SE, 11/11/2009.

<sup>1164</sup> Op. cit.

<sup>1165</sup> GAZETA DE SERGIPE. *DPF ocupa Univ. de Brasília e acusa reitor*. Ano XIII, nº 3645, 30 de agosto de 1968, p. 6. Ver mais informações a esse respeito em: RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução*. Op. cit., p. 126. E ainda em: VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: o diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. Op. cit., pp.150-157.

<sup>1166</sup> Ver mais informações a esse respeito em: CARDOSO, Irene. Para uma crítica do presente. São Paulo: USP/Editora 34, 2001, pp. 95-132. E ainda em: VALLE, Maria Ribeiro do. Op. cit., pp.159-198.

<sup>1167</sup> VALLE, Maria Ribeiro do. Op. cit.

## 7.5. O cotidiano cultural, os preparativos para Ibiúna e as prisões

Em meio às comemorações festivas que cada faculdade realizava, a exemplo da “festa da chave”, promovida pelos estudantes de direito; da “festa da tropicália”, promovida pelos estudantes de filosofia, entre outras; aquele outubro de 1968 teria início com a repercussão da vitória da música “Sabiá”, composta por Antonio Carlos Jobim e Chico Buarque de Holanda, na parte nacional do Festival Internacional da Canção. Essa composição, em particular, deixou em segundo lugar a música “Pra não dizer que não falei das flores”, composta por Geraldo Vandré, e em terceiro lugar a música “Andança”, de Danilo Caymi e Eduardo Souto<sup>1168</sup>.

A respeito desse cotidiano e sobre as repercussões dos festivais da canção, a estudante Clara Angélica, ou Clarinha, como os seus colegas a chamavam, pontuou em sua coluna social, publicada no jornal *Gazeta de Sergipe*, o clima de disputa e polêmicas que envolvia o mencionado festival. Em particular, no caso das polêmicas vaias atribuídas a Caetano Veloso antes mesmo de ter iniciado a canção “É proibido proibir”. A esse respeito, Clara Angélica, destacou o desprestígio que começava a acometer esses festivais por conta da atitude de certos grupos que antes do início de algumas canções começavam a vaiar seus intérpretes, muitos dos quais famosos compositores e cantores da Música Popular Brasileira<sup>1169</sup>.

Concomitantemente à repercussão dos resultados ocorridos nas etapas nacionais do Festival Internacional da Canção<sup>1170</sup>, o Sistema Nacional de Informações (SNI), na época presidido pelo general Garrastazu Médici, entregou à presidência da República o relatório sobre a invasão à Universidade de Brasília e fez recomendações sobre a reforma universitária que estava em andamento naquele momento<sup>1171</sup>.

Em contrapartida, no campo político deterioravam-se as relações entre o Congresso Nacional e o Poder Executivo, em particular por conta dos discursos do deputado federal Márcio Moreira Alves, os quais repercutiam de modo negativo entre os

---

<sup>1168</sup> GAZETA DE SERGIPE. “Sabiá” vence fase nacional do festival. Ano XIII, nº 3672, 1º de outubro de 1968, p. 6

<sup>1169</sup> PORTO, Clara Angélica. “Festivais”[coluna Vida social]. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano XIII, nº 3673, 2 de outubro de 1968, p. 5

<sup>1170</sup> Ver a respeito VILLARINO, Ramon Casas. *A MPB em movimento: música, festivais e censura*. São Paulo: Olho d’Água, 1999. E ainda em: NAPOLITANO, Marcos. “A arte engajada e seus públicos”. In: *Revista Estudos Históricos*. Vol.2, nº 28, 2001, pp. 103-124.

<sup>1171</sup> GAZETA DE SERGIPE. *SNI entregou ao Presidente relatório da invasão da UNB*. Ano XIII, nº 3675, 1º de outubro de 1968, p. 6



militares<sup>1172</sup>, sobretudo entre aqueles que perfilavam em meio à chamada linha dura<sup>1173</sup>. A repercussão desses discursos, particularmente o que conclamava a sociedade a não prestigiar os desfiles cívicos do dia da Independência, foi considerado, na avaliação de Ibarê Dantas, “um discurso insolente, atingindo os militares, que passaram a pressionar o Congresso para cassá-lo, gerando um caso prenhe de desdobramentos”<sup>1174</sup>.

Em outubro de 1968, em meio às disputas e às polêmicas ocorridas no “Festival Nacional da Canção”; dos protestos recriminando os atos de violência praticados contra os estudantes da Universidade de Brasília; e da crise do Congresso Nacional, em face dos discursos de Márcio Moreira Alves; os universitários de várias partes do país mobilizaram-se para tomar parte do XXX Congresso Nacional da UNE, que seria realizado em Ibiúna, no Estado de São Paulo.

### **O pedágio e os preparativos para a viagem**

Como já discutimos, os estudantes recusaram-se a aceitar o fechamento da UNE e sua substituição pelo Diretório Nacional dos Estudantes, como prescrevia a Lei nº 4.464/1964. Da mesma forma, os estudantes também recusaram a imposição do Conselho Nacional dos Estudantes, como órgão delegado para representar os estudantes universitários do país, conforme estipulava o Decreto-Lei nº 228/1967.

Nesse sentido, no período de 1964 a 1968, a UNE, mesmo funcionando de forma ilegal, não deixou de realizar anualmente os seus congressos nacionais, eventos nos quais eram debatidas as teses que norteavam o movimento e eram eleitas as diretorias da entidade<sup>1175</sup>. Envolto nessas condições, o XXX Congresso da UNE tinha sua realização ameaçada pelas proibições impostas pela ditadura militar. Não obstante essa situação quanto à possibilidade ou não da realização do evento, já que havia redobradas recomendações por parte do governo para que o evento não ocorresse, uma representação

---

<sup>1172</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Op. cit., pp. 128-131.

<sup>1173</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Ministro reúne “Duros” e pede mais expurgos*. Ano XIII, nº 3675, 1º de outubro de 1968, p. 2.

<sup>1174</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., p. 83.

<sup>1175</sup> Ver a respeito em: POERNER, Artur José. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. Op. cit.. E ainda em: MENDES JÚNIOR, Antônio. *Movimento estudantil no Brasil*. Op. cit.

de universitários do Estado de Sergipe começou a mobilizar-se para participar do mencionado conclave estudantil<sup>1176</sup>.

Entretanto, para concretizarem esse objetivo sem o apoio das autoridades e dos órgãos públicos, os estudantes passaram a realizar uma série de ações a fim de arrecadar os recursos para financiar o deslocamento de uma representação estadual ao mencionado congresso. A primeira dessas ações foi a realização de um pedágio na avenida Ivo do Prado, nas imediações do centro de Aracaju, em frente ao prédio da Faculdade de Direito de Sergipe. Na oportunidade, os estudantes cobraram uma contribuição dos veículos automotores que passavam por essa localidade mediante a justificativa de que esses recursos tinham como propósito viabilizar a participação deles no XXX Congresso da UNE. A chamada “Operação pedágio”, como foi designada pela reportagem do jornal *Gazeta de Sergipe*, recebeu o apoio dos motoristas que por ali transitavam, e estes ao contribuírem com o pedágio, recebiam dos estudantes um manifesto assinado pelo Diretório Central dos Estudantes apresentando os motivos da arrecadação<sup>1177</sup>.

Alguns dos trechos desse manifesto foram publicados no *corpus* da mencionada reportagem. O primeiro deles faz referência ao fato de que se aproximava “a realização do XXX Congresso da União dos Estudantes (UNE), órgão máximo do universitário brasileiro, que por força de um ato da ditadura, acha-se na clandestinidade”<sup>1178</sup>. Esse manifesto fazia referência à rejeição por parte dos estudantes quanto à legislação e ao ato autoritário praticado pela ditadura civil-militar em relação à extinção do mencionado órgão estudantil.

Além da contraposição à ditadura civil-militar instituída no país, em outro trecho desse manifesto os estudantes fazem também duras críticas ao modo como a reforma universitária estava sendo discutida<sup>1179</sup>. E ainda, denunciaram o caráter privatista e entreguista da mencionada reforma, assim como relacionaram a extinção do monopólio de petróleo defendido por setores liberais que apoiavam a ditadura. Neste sentido, segundo esse manifesto, entregue pelo DCE durante a chamada “Operação pedágio”,

---

<sup>1176</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Congresso da UNE* [Informe GS]. Ano XIII, nº 3675, 5 de outubro de 1968, p. 4.

<sup>1177</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes fazem pedágio para ir ao congresso*. Ano XIII, nº 3672, 6 e 7 de outubro de 1968, p. 1.

<sup>1178</sup> Op. cit.

<sup>1179</sup> Ver a respeito: GAZETA DE SERGIPE. *Urgência para a discussão da reforma universitária*. Ano XIII, nº 3679, 10 de outubro de 1968, p. 2. E ainda em: FÁVERO, Maria de Lourdes de A. “A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968”. Op. cit., pp. 17-36, 2006.

a realização do XXX Congresso representa mais um passo dado na luta do estudante brasileiro contra as forças de opressão, de obscurantismo e de reacionarismo, nesta hora em que a ditadura mostra, cada vez mais, sua verdadeira face, tentando impor uma universidade a serviço dos interesses do imperialismo americano, através de uma reforma universitária alienada e empresarial, reprimindo a luta dos trabalhadores por melhores salários, permitindo a venda do território nacional a proprietários norte-americanos, dando cobertura do grupo entreguista tendo à frente o Sr. Roberto Campos, que tem abertamente lutado, inclusive, pela extinção do monopólio estatal de petróleo<sup>1180</sup>.

Por fim, o último trecho do manifesto distribuído pelos estudantes associa a realização do XXX Congresso da UNE a “um avanço na luta do povo contra a ditadura, pela conquista de sua verdadeira libertação econômica, social e política”, e ainda que o envolvimento dos estudantes sergipanos em torno dessa causa confirma sua tradição de luta a favor do interesse da sociedade. Esse último argumento, o da tradição de resistência da sociedade sergipana, foi utilizado pelas lideranças estudantis para concluir o manifesto convocando o “povo de sua terra a apoiar integralmente a realização do XXX Congresso da UNE por uma Universidade Livre e Gratuita”<sup>1181</sup>. Além da cobrança do pedágio, o esforço de arrecadação de recursos contou também com um livro de contribuições, o conhecido livro de ouro, que os estudantes de tempos em tempos reproduzem para arrecadar recursos para algum tipo de atividade<sup>1182</sup>.

### **A presença em Ibiúna**

Universitários sergipanos já se encontram fora do estado a fim de participarem do Congresso Nacional da UNE, a ser realizado nos próximos dias 18, 19 e 20<sup>1183</sup>.

A mobilização por recursos possibilitou que uma representação formada por dez universitários, escolhidos pelos colegas dentre os cursos então existentes, compusesse a delegação de Sergipe no XXX Congresso Nacional da UNE. A respeito da participação dos delegados de Sergipe no mencionado conclave, Clara Angélica, em sua coluna social,

---

<sup>1180</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes fazem pedágio para ir ao congresso*. Op. cit.

<sup>1181</sup> Op. cit.

<sup>1182</sup> Op. cit.

<sup>1183</sup> PORTO, Clara Angélica. “Estudante sergipano participa [do] Congresso” [Coluna vida social]. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano XIII, nº 3682, 13 de outubro de 1968, p. 5.

comentou as expectativas de que estes representassem o estado nos debates sobre a realidade política do país, em particular, nos concernentes à reforma universitária que estava em andamento<sup>1184</sup>.

Por outro lado, a publicação dessa notícia revelava certa despreocupação por parte dos estudantes e da imprensa local acerca da divulgação de informações a respeito da delegação que representaria o estado em um congresso considerado ilegal e proibido pelas autoridades militares. Parece que os estudantes e alguns jornalistas trataram os riscos acerca da realização do congresso nos termos jocosos de uma nota informativa que questionava se o congresso seria de fato realizado? E que respondia que a realização deste: era apenas uma questão de astúcia dos estudantes ou flexibilidade da polícia paulista<sup>1185</sup>.

A respeito da constituição dessa delegação, é interessante observar que, não obstante a AP e o PCB exercerem certa hegemonia frente ao movimento estudantil no período, o processo de escolha dos delegados passava pelo crivo dos estudantes de cada faculdade. Dessa forma, essa delegação havia sido composta por estudantes de diferentes cursos e tendências políticas do movimento estudantil, o que alimentava a expectativa de que os debates poderiam ser acalorados.

Assim, a representação dos estudantes universitários de Sergipe que viajaram para participar do XXX Congresso da UNE, realizado em Ibiúna, foi composta por: Wellington Dantas Manguiera Marques, Benedito Figueiredo, João Augusto Gama da Silva, José Alves do Nascimento, Antônio Vieira da Costa, João Rolemberg Côrtes, Elze Maria dos Santos, Janete Correia Melo, José Jacob Dias Polito e Laura Marinho Tourinho Ribeiro<sup>1186</sup>.

### **A máscara da “democracia” caiu**

Os ecos que poderiam ser despertados pelas expectativas positivas acerca do desempenho da delegação que partira de Sergipe rumo ao XXX Congresso da UNE, divulgados pela colunista Clara Angélica, não chegaram a reverberar. Essa repercussão não ocorreu, pois, na mesma edição em que foi publicada essa coluna, foi veiculada como

---

<sup>1184</sup> Op. cit.

<sup>1185</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Congresso da UNE* [Informe GS]. Ano XIII, nº 3675, 05 de outubro de 1968, p. 4.

<sup>1186</sup> Conferir relação dos estudantes de Sergipe que participaram do XXX Congresso de Ibiúna por curso e por tendência política no quadro comparativo 10: Relação dos estudantes que participaram do XXX Congresso da UNE por curso e por tendência política, p. 521.

manchete da capa a matéria: “Exército dissolve congresso da UNE”<sup>1187</sup>. Esta e outras reportagens, sobre a dissolução do congresso e a prisão de seus participantes, deixariam familiares, amigos, colegas e parte da sociedade apreensivos com o destino dos estudantes presentes àquele conclave e, em particular, o destino reservado aos estudantes da delegação de Sergipe.

João Augusto Gama da Silva, presidente do DCE/UFS e integrante da delegação de Sergipe que esteve presente em Ibiúna, recorda que, no mês de outubro de 1968, eles haviam recebido a senha para o congresso das mãos de José Carlos Novais da Mata Machado. E que “exatamente no dia 12 de outubro, o Congresso da UNE cai, a repressão prende mais de 600 estudantes”<sup>1188</sup>. Em seguida, os estudantes presos foram levados para o presídio Tiradentes<sup>1189</sup>.

A participação da delegação de Sergipe no mencionado congresso acabou sendo uma operação de alto risco que terminou com a prisão das principais lideranças do movimento estudantil e ainda deixou fragilizado o movimento. A apreensão pelo ocorrido e a falta de deliberação do que fazer em relação à prisão dos colegas em Ibiúna evidencia a tensão vivenciada pelos universitários naquele contexto<sup>1190</sup>.

Consoante o jornal *Gazeta de Sergipe*, os estudantes de algumas faculdades realizaram assembleia geral, mas não foram registradas decisões concretas a respeito de que tipo de manifestação de protesto seria tomada em solidariedade aos colegas presos. Em meio à aparente indecisão acerca do que fazer, de como protestar contra a prisão dos colegas em Ibiúna, três universitários tomaram a iniciativa de distribuir pela cidade pelo menos dois manifestos<sup>1191</sup>.

O primeiro deles dizia que a prisão dos colegas em São Paulo, quando da dissolução do XXX Congresso da UNE, foi uma consequência das recomendações do Relatório Meira Matos, que sugeria “a eliminação de todas as lideranças estudantis a fim

---

<sup>1187</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Exército dissolve congresso da UNE*. Ano XIII, nº 3682, 13 de outubro de 1968, p. 1.

<sup>1188</sup> SILVA, João Augusto Gama da. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Fernanda de Andrade Santos, Lidiane Barbosa de Góis e Rose Carla de Araújo Oliveira. Aracaju/SE, 03/11/2009.

<sup>1189</sup> Op. cit.

<sup>1190</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes não decidem como protestar pela prisão dos colegas*. Ano XIII, nº 3683, 15 de outubro de 1968, p. 1.

<sup>1191</sup> Op. cit.

de esvaziar o Movimento Estudantil”<sup>1192</sup>. Objetivo que, consoante esse manifesto não seria atingido, “porque a UNE permanece viva na consciência de cada estudante”<sup>1193</sup>.

Já no segundo manifesto, os estudantes dirigiram-se ao povo de Sergipe para dizer que a “**máscara da democracia caiu** com a prisão dos delegados ao Congresso da UNE”, com o massacre imposto aos camponeses e aos operários, e com a presença das forças policiais nas ruas “contra o povo”<sup>1194</sup>. E ainda denunciaram o governo estadual por se omitir diante da atitude do governo federal “de abrir mão de nosso potássio para exploração estrangeira” mediante um silêncio criminoso<sup>1195</sup>.

A panfletagem realizada pelos três universitários, posteriormente identificados como José Sérgio Monte Alegre, Paulo Perrocho Nou e Elias Hora Espinheira<sup>1196</sup>, resultou na prisão em flagrante destes, detidos sob a alegação de que os panfletos distribuídos teriam sido “considerados subversivos pela Polícia Federal”<sup>1197</sup>. Segundo o coronel Fontes de Lima, delegado da Polícia Federal em Sergipe, que na ocasião recusou-se a identificar os estudantes presos, eles seriam ouvidos e “suas palavras seriam tomadas a termo”, podendo esses estudantes ser enquadrados na “Lei de Segurança Nacional”<sup>1198</sup>.

A prisão desses três estudantes deixou apreensivos seus familiares e colegas. Estes, após muito custo, localizaram os universitários presos “na Secretaria de Segurança Pública, em cela comum, **juntamente com presos ordinários, como ladrões e criminosos**”, destacou o jornal<sup>1199</sup>. E enquanto os universitários aguardavam apreensivos outras informações sobre a situação dos colegas presos em Ibiúna e em Aracaju, os estudantes secundaristas também se mostraram proativos quanto à situação, procurando, além de tentar realizar uma assembleia, esboçar alguma forma mais efetiva de protesto<sup>1200</sup>.

A disposição dos secundaristas, de efetivar um movimento de protesto em solidariedade aos colegas universitários em presos em Ibiúna, mobilizou de modo

---

<sup>1192</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes universitários detidos quando distribuíram panfletos ontem*. Ano XIII, nº 3684, 16 de outubro de 1968, p. 1.

<sup>1193</sup> Op. cit.

<sup>1194</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes universitários detidos quando distribuíam panfletos ontem*. Op. cit. (negrito nosso).

<sup>1195</sup> Op. cit.

<sup>1196</sup> Não obstante a ousadia da ação e o fato das prisões realizadas, pesquisando junto ao Projeto Memórias Reveladas não foram localizados nenhum dossiê a respeito dos então estudantes de direito envolvidos nesse protesto. Ainda a respeito de José Sérgio Monte Alegre, atualmente procurador do Estado de Sergipe e professor do curso de direito da Universidade Tiradentes, ele foi procurado para ser entrevistado, mas preferiu optar por não conceder a entrevista.

<sup>1197</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., p. 97.

<sup>1198</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes universitários detidos quando distribuíam panfletos ontem*. Op. cit.

<sup>1199</sup> Op. cit. (negritos nosso).

<sup>1200</sup> Op. cit.

preventivo as autoridades do Colégio Estadual Sergipano – CES –, as quais logo comunicaram o fato aos secretários de Educação e Cultura e de Segurança Pública. Em face dessas informações, o coronel Gildásio deslocou-se para as instalações do colégio a fim de “saber o que se passava” e convocou um dos representantes do “Grêmio Estudantil Clodomir Silva” para informá-lo que a missão que o levava até ali era a de “resguardar os prédios públicos estaduais”. Logo em seguida solicitou que esse estudante informasse a seus colegas a proibição quanto à ocupação de prédios públicos, fato ocorrido na greve de agosto daquele ano, e que estavam proibidas qualquer forma de movimento grevista e/ou quaisquer outras provocações, tipo vaias às autoridades<sup>1201</sup>.

Nesse sentido, as autoridades procuraram tecer recomendações às lideranças secundaristas, proibiram a realização de assembleias gerais e disponibilizaram viaturas da Polícia Militar, tipo jipe, modelo rural<sup>1202</sup>, para circundar o prédio do CES. Não obstante essa prontidão das autoridades civis e militares, os estudantes, “não podendo concluir a reunião iniciada, ganham as ruas e ficam na praça em frente [ao colégio] vaiando violentamente os policiais e alguns [ficaram] soltando bombas de ‘São João’”<sup>1203</sup>.

Apesar desse princípio de confronto, os desdobramentos desse episódio parecem não ter evoluído para ações de violência ou mesmo de prisões. Mas em si eles revelam, por um lado, a articulação e a decisão dos secundaristas em protestar contra a detenção dos estudantes presos em Ibiúna e em Aracaju, e, por outro, o empenho das autoridades civis e militares no sentido de conter todas e quaisquer mobilizações dos estudantes.

---

<sup>1201</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes não decidem como protestar pela prisão dos colegas*. In: Op. cit.

<sup>1202</sup> A respeito do tipo e modelo das viaturas da Polícia Militar utilizadas nas mencionada operação, ver: Imagem 10.

<sup>1203</sup> Op. cit.



Imagem 10: Manchete noticiando a indecisão dos universitários seguida de foto em que os veículos da polícia militar cercam o CES.  
 Fonte: GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes não decidem como protestar pela prisão dos colegas*. In: Op. cit.

Na mesma edição dessa reportagem de capa, o editorial do jornal *Gazeta de Sergipe*, assinado pelo jornalista Orlando Dantas, é dedicado ao “Congresso da UNE”. Nele, por um lado, a situação de mobilização dos estudantes brasileiros é equiparada à das mobilizações internacionais que estudantes da União Soviética aos Estados Unidos promoviam, “inspirados no chamado Poder Jovem”, rebelando-se “contra instituições tradicionais”. Por outro lado, o jornalista Orlando Dantas tece uma crítica à desproporcionalidade e exageros com que o aparato militar havia sido mobilizado para reprimir movimentos que têm em sua essência o propósito de apontar melhorias para o sistema de ensino e para a sociedade de um modo geral.

Além disso, o editorial em destaque denunciava as condições de maus-tratos a que os estudantes presos estavam submetidos, passando fome, frio e sem dormir. E ainda conclamava, de forma sensata e corajosa, o bom senso das autoridades para apreciar com atenção as reivindicações dos estudantes “a fim de solucionar esse estado de coisas” e “evitar a radicalização de posições para salvar a Pátria de sacrifícios desnecessários”<sup>1204</sup>.

Nesse ínterim, os estudantes da delegação de Sergipe ficaram presos, juntamente com os demais estudantes, no presídio Tiradentes. Dentre os estudantes que ficaram detidos, segundo Wellington Manguiera, além dele, estava João Augusto Gama da Silva, Benedito Figueiredo, José Jacob Dias Polito, Laura Ribeiro Marques, Elze Santos, Janete

<sup>1204</sup> DANTAS, Orlando Vieira. “Congresso da UNE” [Editorial]. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano XIII, nº 3683, 15 de outubro de 1968, p. 3.



Melo, João Bosco Rolemberg Côrtes, Antonio Vieira da Costa e José Alves Nascimento<sup>1205</sup>.

Nos dias seguintes, as notícias relacionadas à libertação dos estudantes detidos em São Paulo, por conta do Congresso da UNE, soavam como um duplo alívio para seus familiares e colegas<sup>1206</sup>. Segundo Ibarê Dantas, nesse intercurso de tempo, menos de uma semana, os estudantes não cessaram o movimento, continuando a promover protestos, “paralisando as aulas para discussão e realizando pequenos comícios, denunciando os governos vigentes pela repressão”<sup>1207</sup>.

Mas, para além da comemorada notícia de que esses estudantes seriam libertados, é preciso compreender a teia de relações sociais e políticas mobilizadas por colegas, amigos, familiares e autoridades, para que esse fato ocorresse com brevidade, como será discutido no tópico a seguir.

## 7.6. As famílias, a maçonaria, as autoridades e o regresso de Ibiúna

Depois de mil peripécias, retornaram a Aracaju os estudantes sergipanos que participando do 30º Congresso da UNE em São Paulo, foram presos por mais de uma semana nos cárceres paulistas<sup>1208</sup>.

Enfatizando as peripécias da delegação de estudantes do Estado de Sergipe presos por participarem do XXX Congresso da UNE, o *Gazeta de Sergipe* procurou amenizar em tom de desconstrução o peso e o susto causados por aqueles acontecimentos. Em certo sentido, os relatos dos estudantes de que eles não haviam sido “espancados, nem torturados pela Polícia Paulista” e de que haviam iniciado uma greve de fome “com o objetivo de fazer [com que] as autoridades melhorassem a alimentação” colaboraram para reforçar, na sociedade, a impressão de que os estudantes, apesar do susto, com apoio dos familiares e, sobretudo, das mães paulistas, reverteram a situação e ainda ajudaram os estudantes detidos a reivindicar mais respeito aos direitos humanos<sup>1209</sup>. Avaliando com cuidado esse

---

<sup>1205</sup> MARQUES, Wellington Dantas Manguiera. Entrevistado por Gardênia Correia Palmeira e Glícia Laís Macedo Silva. Aracaju/SE, 5 de novembro de 2007.

<sup>1206</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes detidos foram liberados ontem*. Ano XIII, nº 3685, 17 de outubro de 1968, p. 1.

<sup>1207</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., p. 84.

<sup>1208</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Representantes de Sergipe no Congresso da Ex-UNE já retornaram*. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano XIII, nº 3690, 22 de outubro de 1968, p. 1.

<sup>1209</sup> Op. cit.

discurso, observa-se nele mais a intenção de tranquilizar os familiares e de não reconhecer a consequência política da repressão do que uma descrição precisa da real situação vivida pelos estudantes que haviam sido presos.

Ao longo desse período, a atuação dos familiares dos estudantes detidos, parece ter sido decisiva não apenas para obter informações a respeito da situação em que eles se encontravam, mas também para prestar o apoio e a solidariedade possíveis. Um exemplo dessa ordem foi o movimento das mães paulistas dos estudantes presos, que se revezavam “24 horas por dia nas portas das prisões de São Paulo”<sup>1210</sup>, com o objetivo de que seus filhos fossem localizados e tivessem seus direitos resguardados. A solidariedade e o envolvimento dessas mães e a condição social de algumas delas deve ter contribuído para amenizar as condições de cárcere a que esses estudantes foram submetidos e, até mesmo, na agilização dos processos para as suas respectivas liberações.

De igual modo, é possível presumir também que, ao menos em alguns estados, os familiares dos estudantes mobilizaram esforços no sentido de providenciar o suporte necessário para a liberação e o respectivo retorno de suas delegações para as cidades de origem. Em geral, esse retorno estava vinculado ao envio pelos estados de uma escolta policial para conduzir os estudantes aos seus respectivos domicílios e para que em seguida eles fossem enquadrados na Lei de Segurança Nacional. No caso do Estado de Sergipe, o então estudante de economia Antonio Vieira da Costa, membro da POLOP preso em Ibiúna, ao recordar a respeito do processo de liberação e de retorno para Aracaju, relata que a delegação de Sergipe foi

uma das poucas delegações que voltaram [do Congresso de Ibiúna] para casa sem escolta. Por que houve um movimento do pai de Wellington [Mangueira], ele mesmo pode confirmar isso, esse movimento [dos familiares] tinha ligações com a maçonaria que tinha a finalidade de não sermos maus-tratados<sup>1211</sup>.

A fala do representante da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Sergipe não apenas referenda a mobilização dos familiares dos estudantes detidos, mas também evidencia a mobilização das relações desses familiares junto à maçonaria a seu favor. O então estudante de direito Wellington Mangueira,

---

<sup>1210</sup> Op. cit..

<sup>1211</sup> COSTA, Antonio Vieira da. Entrevistado por José Ibarê Costa Dantas. Aracaju/SE, 13 de novembro de 1991. [ Transcrição realizada por José Vieira da Cruz, 20 de dezembro de 2009].

liderança do PCB, recorda-se desse episódio com uma riqueza de detalhes ainda maior. Segundo ele, após a realização dos trabalhos de identificação das lideranças da UNE e das lideranças estudantis dos maiores estados, as autoridades

exigiram que os estados mandassem policiais buscar os seus estudantes, para que em cada estado [eles] fossem enquadrados também na Lei de Segurança Nacional. Mas o governador de Sergipe, Lourival Batista, não mandou a escolta logo. Eu não sei... Dizem que é porque ele era casado com a irmã de João Falcão, um dos grandes comunistas da Bahia e que a mulher [dele] pediu para ele não mandar [ a referida escolta], para não se manchar, pois ele na juventude era da juventude comunista. Eu sei que ele não mandou! E como meu pai foi para lá defender o filho e os colegas do filho, ele foi com a credencial da maçonaria, da **Loja Capitular Cotinguiba**<sup>1212</sup>(...) e como de [quase] todos os estados já tinham chegado às escoltas para trazer os seus estudantes. E como tinham entrado com um bocado de ações, os advogados de São Paulo e Rio [de Janeiro] dizendo que não era possível [aquela situação jurídica](...) eis que foi nesse clima que alguns estados tiveram os estudantes ou conduzidos por tropa daquele estado, quando era um estado mais próximo ou no caso de Sergipe pela pequenez do estado, o diretor da penitenciária Tiradentes, que era amigo de um sergipano primo de Didi Macedo, ele por ser maçom eu sei que... Entregaram os meus colegas Gama e Benedito aos cuidados de meu pai que garantiu que nos trazia para Aracaju, só que eles acompanharam claro! Eles se infiltraram, ficaram vendo e claro! Vieram naquele ônibus também para ver se estávamos indo para Aracaju mesmo. E foi assim, só que isso aconteceu em 1968, em outubro de 1968<sup>1213</sup>.

Alguns setores da maçonaria, segundo Marques, desde o início da ditadura civil-militar tiveram uma postura importante na defesa de direitos e contra o cometimento de arbitrariedades. Nesse sentido, a maçonaria, ou alguns de seus membros, interviram em favor de muitos presos políticos. Além do episódio do presídio Tiradentes, são também exemplos de intervenção ou intermediação: o caso em que o próprio Wellington Dantas Manguiera Marques e o de Abelardo Silva Souza<sup>1214</sup>, então estudantes do CES, foram

---

<sup>1212</sup> BRITO, Cristiane. “Loja Maçônica Cotinguiba completa 138 anos”. In: *Jornal da Cidade*, 14 de novembro de 2011. Disponível em: <<http://2008.jornaldacidade.net/2008/noticia.php?id=83257>>. Acessado em 10/12/2011.

<sup>1213</sup> MARQUES, Wellington Dantas Manguiera. Entrevistado por Gardênia Correia Palmeira e Glícia Laís Macedo Silva. Aracaju/SE, 5/10/2007, (negrito nosso).

<sup>1214</sup> A respeito de Abelardo Silva Souza, o Projeto Memórias Reveladas, em parceria com o Arquivo Público do Estado de Sergipe, localizou o dossiê elaborado pelo Serviço Estadual de Informação (SEI), órgão vinculado a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Sergipe (SSP), cujo conteúdo é assim descrito: “O Dossiê através de investigação apresenta documento textual, datilografado e impresso, onde tem prontuário fl. 01 e 02 (1964,1974); ficha individual de informação (1964); Informe nº 13 – PM/2, Origem PM/SE. Difusão 28º BC, 19CSM, CP/se, DPF/SE, SSP/SE, 27/09/1974; Documento nº25 – Ofício nº 76 – 09/04/76;

detidos e transferidos pelo Exército para Salvador, logo nos primeiros meses que se seguiram ao golpe civil-militar de 1964<sup>1215</sup>; e o caso, já discutido, relatado por Zelita Correia Rodrigues dos Santos, da intervenção dos membros da maçonaria em favor das mulheres que haviam sido presas no 28º Batalhão de Caçadores de Sergipe também no contexto das inflexões políticas de 1964<sup>1216</sup>.

Já em relação ao posicionamento de Lourival Batista, governador do estado, de não enviar escolta para acompanhar os estudantes detidos no presídio Tiradentes, Marques atribui essa atitude a soma de diferentes situações, dentre eles: ao fato dele ter sido na juventude simpatizante do PCB; dele ser casado com Hildete Falcão Batista, cuja família, em Feira de Santana, Bahia, teve uma relação importante com partido e com Luís Carlos Prestes; e ainda pela amizade que Batista nutria pelo seu pai, Alvarim Mangureira. Em razão da conjugação dessas situações entregaram ao pai de Wellington Dantas Mangureira Marques um documento tomando-o “responsável por trazer todos os estudantes para cá, para Aracaju”<sup>1217</sup>.

Ao discutir essa questão, Ibarê Dantas também reconhece a importância da maçonaria, de algumas autoridades estaduais e dos familiares dos estudantes detidos no sentido de que a presença policial fosse dispensada na recondução deles, sem a tutela do DOPS, para o Estado<sup>1218</sup>. Após as primeiras semanas que se seguiram a esse acontecimento parecia que os estudantes tinham escapado da pior parte do susto. Mas a radicalização das relações políticas entre a sociedade civil e o Estado Brasileiro, sobretudo com a decretação do Ato Institucional nº 5, ainda estava por escrever os capítulos mais duros e obscuros desse passado presente da história política brasileira desdobrados em Sergipe.

---

ficha de identificação nº 42; O dossiê com assuntos de antecedentes políticos e ideológicos informa que ABERLADO SILVA SOUZA como estudante de Direito, foi preso no Quartel do 28º BC, por agitação a Atividades Subversivas (...). Apesar da relevância histórica dos acontecimentos vividos pelo Abelardo Silva Souza, os órgãos responsáveis pela guarda dessa unidade documental o mantém classificado “com restrição – razões legais/judiciais”. Ver a respeito em: BRASIL. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.653.

<sup>1215</sup> MARQUES, Wellington Dantas Mangureira. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Renata de Carvalho Santana e Giselle Carvalho Menezes. Aracaju/SE, 27/10/2011.

<sup>1216</sup> SANTOS, Zelita Rodrigues Correia dos. Entrevistada por José Vieira da Cruz, José Anderson Farias Andrade, Lívia Rocha Teles Barreto e Maria Juliene Menezes Florêncio. Aracaju/SE, 29/03/11.

<sup>1217</sup> MARQUES, Wellington Dantas Mangureira. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Renata de Carvalho Santana e Giselle Carvalho Menezes. Aracaju/SE, 27/10/2011.

<sup>1218</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., p. 84.

## Capítulo VIII – O novo ciclo repressivo, a reabertura do DCE e a luta pelas Diretas

### 8.1. O AI-5 e o novo ciclo repressivo

Ato Institucional nº 5 foi baixado no dia 13 de dezembro de 1968, um dia depois da votação no Congresso. Em muitos pontos o texto reiterava disposições dos dois primeiros atos institucionais, mas havia uma diferença importante: não se estipulava prazo para sua vigência. Seriam permanentes os controles e a suspensão das garantias constitucionais<sup>1219</sup>.

Tomando como ponto de partida essa reflexão, percebe-se que os acontecimentos que se sucederam aos primeiros anos do golpe civil-militar de 1964, efetivaram, em nome do “interesse nacional”, sob a tutela dos militares e com o apoio de parte da sociedade, uma nova ordem política no país. Neste contexto, o governo procurava desarticular a parcela da sociedade civil que resistia à nova ordem e que alimentava a expectativa de que aquela seria uma situação transitória. Em Sergipe, dentre esses setores descontentes da sociedade estavam: uma parcela da Igreja Católica, da imprensa e dos estudantes<sup>1220</sup>.

Essa expectativa de transitoriedade foi desfeita no final do ano de 1968, quando os dispositivos jurídicos que alicerçaram esse Estado e sua Ideologia de Segurança Nacional foram reforçados e ainda mais endurecidos com o Ato Institucional nº 5. Este novo ato diferenciava-se dos demais pelo prazo não determinado de sua vigência e pelos efeitos permanentes de controle e suspensão de direitos constitucionais que ele produzia. Por um lado, o AI-5 representou a mudança de atitude dos militares que deixaram de posicionar-se como “interventor transitório” e passaram a assumir a condição de dirigente da ordem política e social do país<sup>1221</sup>. Por outro lado, lançou a parcela da sociedade que acreditava no restabelecimento da democracia num horizonte de poucas alternativas, de apreensão e de grandes incertezas quanto ao futuro da política no país<sup>1222</sup>.

Nesse sentido, entre os efeitos produzidos por esse ato institucional, o movimento estudantil, em particular, assiste ao fechamento de suas entidades representativas, como a UNE, que já havia sido colocada na ilegalidade pela Lei Suplicy e pelo Decreto-lei

---

<sup>1219</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Op. cit., p. 131.

<sup>1220</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964-1984*. Op. cit., p.66.

<sup>1221</sup> BORGES, Nilson. “A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares”. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp.13-42.

<sup>1222</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 10/10/2010.

Raimundo Aragão, o mesmo ocorrendo com as uniões estaduais dos estudantes, as chamadas UEEs. Entretanto, não se tratava de mais uma tentativa de intervenção, como a legislação mencionada vinha preconizando; e os estudantes, em certa medida, tentaram “reverter”, mesmo funcionando à revelia do governo federal nos anos que antecederam a decretação do AI-5<sup>1223</sup>. Tratava-se, naquele momento, do fechamento e da proibição da existência da entidade nacional de representação dos estudantes universitários, assim como de entidades estaduais de representação estudantil universitária, além do estabelecimento de um controle ainda mais rígido sobre as mobilizações e entidades estudantis, sejam elas secundaristas ou universitárias.

Em Sergipe, esse novo ciclo repressivo resultou no fechamento do DCE/UFS; no refluxo das atividades dos diretórios e centros acadêmicos; na entrada na clandestinidade de algumas lideranças estudantis; no retorno à prisão dos estudantes que haviam participado do Congresso de Ibiúna; no enquadramento, por parte dos órgãos de segurança e informação, das lideranças estudantis como “agitadores e subversivos”; e na orientação por parte das autoridades de segurança que esses estudantes fossem expulsos da FUFSE, discussão abordada a seguir.

### **A passagem para a clandestinidade**

Nesse contexto, alguns militantes do movimento estudantil universitário de Sergipe passam a atuar na clandestinidade, a exemplo de alguns militantes da AP, os quais passaram a vivenciar a experiência da integração na produção nos estados da Bahia, São Paulo e Pernambuco. Dentre esses militantes destacam-se: de José Rolemberg Côrtes Filho na Bahia<sup>1224</sup>, João Bosco Rolemberg Côrtes e Ana Maria Santos Rolemberg Côrtes em São Paulo e em Pernambuco<sup>1225</sup>. Nas palavras de Ana Côrtes, as experiências de resistências do

---

<sup>1223</sup> ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007, p. 155.

<sup>1224</sup> A respeito da experiência vivida por José Rolemberg Côrtes nas atividades da integração na produção ver em: SANTANA, Cristiane Soares. *Maoísmo na Bahia*. Op. cit.

<sup>1225</sup> A respeito das experiências vividas por João Bosco Rolemberg Côrtes e Ana Maria Santos Rolemberg Côrtes – está última já adotando o nome da casada –, nas atividades da integração na produção, ver em: CÔRTEZ, Ana Maria Santos Rolemberg. Entrevistada por José Vieira da Cruz, José Anderson Farias Andrade, Lívia Rocha Teles Barreto e Maria Juliene Menezes Florêncio. Aracaju/SE, entrevistada nos dias 06/04/11 e 26/05/11.

movimento estudantil a partir da decretação do AI-5 passaram a ser marcadas “por uma repressão mais violenta ainda”<sup>1226</sup>.

Segundo Laura Maria Ribeiro Marques, então estudante de Filosofia, militante do PCB e suplente do representante do DCE no CONSU, os acontecimentos ocorridos naquele ano de 1968 foram marcados por uma atuação intensa e significativa. Contudo, a partir do AI-5, por causa da repressão imposta aos participantes do movimento estudantil, ela e seu esposo, o militante Wellington Dantas Mangueira Marques, passaram a atuar na clandestinidade; mas isto, segundo seu relato, não significou “dizer que não paramos não! Porque já estávamos militando no partido e a nossa luta era pela redemocratização do país”<sup>1227</sup>. A respeito de sua entrada na clandestinidade e de sua ida a Moscou, Marques faz o seguinte relato:

percebemos que a situação era difícil, por exemplo, os alunos que foram para o Congresso de Ibiúna, nós sabíamos que talvez alguns deles fossem condenados a ficar presos, principalmente Wellington e as maiores lideranças. Então nós chegamos a pensar em sair do país, Wellington e também eu como namorávamos tivemos vontade, pois imaginava que no processo da UNE poderia ter algum problema, aí nós tentamos sair do país e conseguimos. Conseguimos fazer um curso em Moscou, nessa época nós já éramos militantes do partido, mas não se sabia que éramos militantes, éramos clandestinos, nós negamos até quando voltamos. Agora não! Porque já se sabe e a gente diz, naquela época não!<sup>1228</sup>.

Em Sergipe, não obstante os casos dos militantes do movimento estudantil universitário que passaram a atuar na clandestinidade, sobretudo, após o AI-5, não se têm notícias, pelo menos até o atual estágio dessa pesquisa, da participação desses militantes em ações armadas de confronto ou de guerrilha. Ibarê Dantas, ao discutir essa questão enfatiza que existiram informações de que alguns militantes de esquerda chegaram a realizar treinamentos com vistas à realização de uma eventual ação armada, mas “esses treinamentos localizados estavam longe de ameaçar a ordem vigente”, assim como distantes das “operações de guerrilha urbana, que se desenvolveriam, sobretudo em São Paulo”<sup>1229</sup>. Entretanto, a opção pelo caminho da resistência democrática e o não

---

<sup>1226</sup> CÔRTEZ, Ana Maria Santos Rolemberg. Entrevistada por José Vieira da Cruz, José Anderson Farias Andrade, Lívia Rocha Teles Barreto e Maria Juliene Menezes Florêncio. Aracaju/SE, entrevistada nos dias 06/04/11 e 26/05/11

<sup>1227</sup> MARQUES, Laura Maria Ribeiro. Entrevistada por José Vieira da Cruz, Lívia Rocha Teles Barreto, Maria Juliene Menezes Florêncio, Renilma Mendonça Caetano, Tatiana Vieira Rosa. Aracaju/SE, 23/05/10.

<sup>1228</sup> Op. cit.

<sup>1229</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit. pp. 85-88.

enveredamento pela luta armada, seja por razões ideológicas seja pela falta de condições materiais, não foram o bastante para impedir o retorno à prisão dos estudantes de Sergipe que haviam sido presos em Ibiúna e detidos no presídio Tiradentes.

### **O retorno à prisão**

Segundo Antonio Vieira da Costa, militante da POLOP, o retorno à prisão dos estudantes de Sergipe que haviam participado do Congresso de Ibiúna ocorreu em razão do AI-5, em um momento em que o processo de repressão se mostrava mais forte. Conforme seu relato,

a partir do AI-5 realmente é que a repressão aumenta. Tanto é que nós aqui de Aracaju estamos presos por esse período. Nós não fomos assim... Maus-tratados por conta dos nossos familiares, por exemplo, tinha um oficial, capitão na época, o Gildão... Gildo... que hoje é coronel, outro também que me lembro foi aquele Costa, um capitão também, então os oficiais eram a maioria da cidade mesmo. Isto é, conheciam os pais de todo mundo, conheciam as famílias, por isso, o nosso medo era ir para Salvador, lá sim havia perigo! Mas aqui a gente sentia que não havia essa condição exagerada do pessoal maltratar muito a gente<sup>1230</sup>.

Esse relato destaca que com o AI-5 os estudantes que haviam sido presos em Ibiúna foram outra vez detidos e continuaram a responder a IPMs instalados em razão do mencionado conclave estudantil, mas não chegaram a sofrer maus-tratos físicos por serem pessoas conhecidas no meio social da cidade. Ressalta ainda que o maior receio deles naquele momento era serem transferidos para Salvador, ficando afastados de seus familiares e, por conseguinte, mais vulneráveis à repressão.

Avaliando essa recordação, percebe-se que, por um lado, as relações pessoais e familiares parecem ter interagido a favor desses militantes nos desdobramentos que se sucederam ao conclave de Ibiúna e à aplicação dos dispositivos do AI-5. Influências também relatadas por lideranças universitárias vinculadas ao PCB ou dele simpatizantes, a exemplo de João Augusto Gama da Silva<sup>1231</sup>, Dílson Barreto<sup>1232</sup>, Wellington

---

<sup>1230</sup> COSTA, Antonio Vieira da. Entrevistado por José Ibarê Costa Dantas. Aracaju, 13/11/1991. [Transcrito por José Vieira da Cruz, 01/08/2010].

<sup>1231</sup> SILVA, João Augusto Gama da. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Fernanda de Andrade Santos, Lidiane Barbosa de Góis e Rose Carla de Araújo Oliveira. Aracaju/SE, 03/11/2009.

<sup>1232</sup> BARRETO, Dílson Menezes. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Fernanda de Andrade Santos, Lidiane Barbosa de Góis e Rose Carla de Araújo Oliveira. Aracaju/SE, 11/11/2009.



Mangueira<sup>1233</sup>, entre outros. Essas lideranças destacaram o papel de segmentos da Igreja Católica, da maçonaria, de autoridades do governo estadual e do próprio Exército, atuando no sentido de resguardar os direitos dos estudantes e demais presos políticos. Por outro lado, o limite de ação dessas relações percebia na transferência desses militantes para a Bahia, estado em que os IPMs relacionados aos mencionados estudantes foram julgados, ou para outros estados, representava a impressão de que eles estariam mais vulneráveis aos ditames da ditadura civil-militar.

Essa percepção revela a existência de iniciativas diretas ou indiretas, mediadas pelo conjunto das relações sociais mencionadas, no sentido de tentar atenuar as ações repressivas praticadas pelo Estado frente aos presos políticos envolvidos. Esse tipo de negociação ou estratégia, de interferência das relações sociais, parece ter sido colocado em prática em alguns estados, como foi o caso de Sergipe. Essa margem de manobra ou brechas parece ter persistido enquanto o governo federal não conseguisse de fato coordenar a política de repressão, através da estruturação dos órgãos da comunidade de segurança e informação<sup>1234</sup>. Contudo, as fontes pesquisadas, especialmente as entrevistas, revelam também que apesar de suas relações sociais, mesmos estando em sua “terra natal” ou na “terra que residiam”, os estudantes detidos não deixaram de sofrer coações morais e psicológicas, dentre elas a ameaça de serem transferidos para prisões em outros estados.

Nesse sentido, em Sergipe, não obstante o rigor do mencionado ato constitucional, sua aplicação foi mediada por relações sociais que procuraram evitar a sua radicalização. Dentre os exemplos dessa ordem pode ser citado o não cumprimento, por parte da reitoria da FUFSE, das orientações dos órgãos de segurança e informação para expulsão dos universitários classificados como “subversivos” e “agitadores”, discussão a ser abordada no próximo tópico.

---

<sup>1233</sup> MARQUES, Wellington Dantas Mangueira. Entrevistado por Gardênia Correia Palmeira e Glícia Laís Macedo Silva. Aracaju/SE, 05/10/2007.

<sup>1234</sup> A respeito das comunidades de segurança e informação, ver em: FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Op. cit.; FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio : A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula: 1927-2005*. RJ: Record, 2005; e ainda em: CARDOSO, Célia Costa. “Segurança e repressão no Estado de São Paulo nos anos 60 e 70”. In: AXT, Gunter, D’ALÉSSIO, Márcia Mansor, JANOTTI, Maria de Lourdes M. (Orgs.). *Espaços da negociação e do confronto na política*. Porto Alegre: Ed. Nova Prova, 2007, pp. 106-123.

## 8.2. A FUFSE e a cassação dos direitos políticos dos estudantes

Estamos encaminhando a V. S. o nome do estudante dessa Unidade, que, juntamente com outros universitários, promoveu movimentos e dele participou, prejudicando as atividades da comunidade e criando a intranquilidade entre os seus habitantes, no ano findo, conforme nos certificam as autoridades responsáveis pela manutenção da Ordem Pública e da Segurança Nacional<sup>1235</sup>.

O desejo das autoridades civis e militares de dominarem a área estudantil após a decretação do AI-5 exigiu a aplicação de mecanismos burocráticos e repressivos para estabelecer o controle e vigilância sobre os estudantes, suas instituições e seus movimentos. O ofício reencaminhado pelo reitor da FUFSE, doutor João Cardoso Nascimento Júnior, à diretora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), professora Maria da Glória Monteiro, em 26 de fevereiro de 1969, ano seguinte ao da criação dessa universidade, alguns meses após a decretação do AI-5, revela parte desses mecanismos. Neste sentido, os primeiros registros dessas correspondências – mantidas entre autoridades militares, a reitoria da universidade e a diretoria do IFCH –, apontam alguns estudantes como causadores da “intranquilidade pública”. E, anexa a essa primeira correspondência, seguiu-se uma lista com os nomes dos alunos que participaram da “agitação estudantil de 1968”<sup>1236</sup>.

Nesse documento, especificamente, aparece o nome de Laura Marinho Tourinho Ribeiro, estudante de história do mencionado instituto. Logo em seguida, no dia 1º de março de 1969, a reitoria da FUFSE divulga o ofício circular nº 10/1969, fazendo remissão ao ofício de 26 de fevereiro daquele ano, no qual solicita que as respectivas direções das instituições que passaram a compor aquela universidade tomassem providência em relação aos estudantes constantes das “relações que acompanham o ofício CONFIDENCIAL”, comparecendo para tratar de assunto “urgente e inadiável”<sup>1237</sup>.

Os documentos apontados discutem a posição da FUFSE em relação às “ordens” de enquadramento dos estudantes listados pelos órgãos de segurança e informação, em

---

<sup>1235</sup> FUFSE. *Of. do reitor da Universidade Federal de Sergipe dirigido à diretoria do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, 26 de fevereiro de 1969. In: PDPH/DHI/FUFSE, ofícios recebidos pelo IFCH. E ainda a esse respeito o artigo: SILVEIRA, Jussara Maria Viana. “Professor João Cardoso Nascimento Júnior e o movimento estudantil da Universidade Federal de Sergipe (1968-1972)”. Op. cit., pp. 127-146.

<sup>1236</sup> Op. cit.

<sup>1237</sup> FUFSE. *Of. do reitor da Universidade Federal de Sergipe destinado à Diretoria do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, 1º de março de 1969. In: PDPH/DHI/FUFSE, ofícios recebidos pelo IFCH (negrito e caixa alta do documento).

relação ao Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, destacando os fundamentos legais para a expulsão dos estudantes identificados como agentes da “intranquilidade pública”. Entretanto, essa determinação não foi assumida pela então reitoria da FUFSE, que encaminhou os processos no sentido de repreender disciplinarmente os estudantes, cassando seus direitos políticos, sem, contudo, expulsá-los.

Desta forma, pressionada pela 6ª Região Militar – sediada no Estado da Bahia –, representada em Sergipe pelo 28º Batalhão de Caçadores, a administração da FUFSE resolveu não expulsar os estudantes que apareciam na lista dos que, segundo os militares e os órgãos de segurança e informação, “lideravam os movimentos que intranquilizam” tanto os estudantes como a sociedade<sup>1238</sup>. Curiosamente, aqueles que, outrora, desfilavam nas ruas de Aracaju, comemorando e sendo saudados pela sociedade por causa do ingresso no ensino superior, parando as artérias do centro comercial e administrativo da cidade<sup>1239</sup>, neste outro contexto, passaram a ser vistos pelas autoridades militares e civis como causadores da “intranquilidade pública”.

Em favor desses estudantes e contra as determinações dos militares e dos órgãos de segurança e informação que propugnavam pela expulsão dos estudantes, a deliberação do Conselho Universitário da UFS, sob a presidência do reitor João Cardoso do Nascimento Júnior, oficializou, através da portaria assinada em 1º de março e publicada em 19 de março de 1969, uma sanção disciplinar cassando os direitos de representação política dos estudantes envolvidos na questão. Na prática, essa portaria proibia-os de exercer cargos em órgãos estudantis, de representar os estudantes em órgãos deliberativos das instituições de ensino e de participarem de eleições estudantis, portanto, em lugar da expulsão, a portaria de 19 de março de 1969, referendada pelo CONSU, buscou:

- a) **SUSPENDER DO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES**, a partir desta data, os estudantes cujos nomes constam da referida citação e que estão dispondo cargos nas Direções dos Órgãos de Representação estudantil ou exercendo a Representação do cargo ... (sic)
- b) **DETERMINAR QUE NENHUM DOS QUE TÊM** seu nome incluído na relação poderá concorrer a eleições ou ser indicado para exercer as representações aos cargos referidos na alínea anterior<sup>1240</sup>.

---

<sup>1238</sup> FUFSE. *Of. do reitor da Universidade Federal de Sergipe destinado à Diretoria do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, 1º de março de 1969. Op. cit.

<sup>1239</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Trote alegrou ruas da cidade*. Ano V, nº 132, 20 de abril de 1960, p.1.

<sup>1240</sup> FUFSE. *Portaria nº 29*, de 19 de março de 1969. In: PDPH/DHI/FUFSE, *ofícios recebidos pelo IFCH*.

Essa resolução colocava, ainda que parcialmente, um encaminhamento para as determinações dos órgãos de segurança e informação que propugnavam pela expulsão dos estudantes listados como agitadores e provocadores da “intranquilidade pública”. Neste sentido, mesmo sendo uma resolução punitiva, essa deliberação do Conselho Universitário permitiu que esses estudantes não fossem expulsos e, principalmente, que eles concluíssem seus estudos.

Ibarê Dantas, examinando essa documentação, relacionou os estudantes que tiveram seus direitos políticos cassados a partir dos cursos aos quais eles estavam matriculados. Dentro desta perspectiva, no curso de direito estavam matriculados: Antonio Jacinto Filho, Benedito Figueiredo, Carlos Cleber Nabuco Teixeira, Elias Hora Espinheiro, Jackson Barreto Lima, Jackson de Sá Figueiredo, João Augusto Gama da Silva, João de Deus Góis, Jonas da Silva Amaral Neto, José Anderson Nascimento, José Sérgio Monte Alegre, Josefa Lourindo Novais, Mário Jorge Menezes Vieira, Moacir Soares da Mota, Otoniel da Silva Vieira Neto, Paulo Parrocho Nou, Wellington Dantas Mangureira Marques; do curso de economia: Antonio Vieira da Costa e Dílson Menezes Barreto; do curso de Letras: Janete Correia de Melo e Elvidina Macedo de Carvalho; do curso de medicina: Ilma Menezes Fontes, José Alves do Nascimento, José Rolemberg Filho e Maria Janete Sá Figueiredo; do curso de química: Francisco Carlos Nascimento Varela e José Jacob Dias Polito; e do curso de serviço social: Elze Maria dos Santos, Hendricks Johannes Sprabel e João Bosco Rolemberg Côrtes<sup>1241</sup>.

Ainda em relação aos casos de denúncias quanto à atuação “subversiva” e de suposta “agitação social” praticadas por estudantes da FUFSE, a reitoria desta universidade solicitou dos seus respectivos institutos e faculdades a instalação de comissões de inquérito para apurar as denúncias encaminhadas pelos órgãos de segurança e informação. No caso do IFCH, a presidência da mencionada comissão coube ao professor Fernando Porto. A este respeito, José Ibarê Costa Dantas<sup>1242</sup>, um dos estudantes do IFCH ouvidos pela mencionada comissão, recorda o desejo de aprofundar o tom das críticas dos acontecimentos em curso naquele momento. No entanto, a experiência pedagógica e política do professor Fernando Porto, intelectual que já havia experimentado o cotidiano da ditadura do Estado Novo, conduziu os depoimentos, reduzindo-os a termo e evitando

---

<sup>1241</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964-1984*. Op. cit., pp.102-103.

<sup>1242</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 10/10/2010.

maiores embaraços para os que nele se encontravam envolvidos<sup>1243</sup>. Neste sentido, para o Porto:

Apesar de tão diversas fontes, nenhuma informação incriminou pessoas ou fatos de comportamentos suspeitos, nem mesmo levantando – suspeitos que justificassem um prolongamento ou aprofundamento da investigação, inclusive no que diz respeito à constituição do Diretório [Acadêmico João Ribeiro] cuja diretoria foi composta mediante entendimento entre a Direção – e o corpo docente, como se vê dos diversos depoimentos, confirmados pelas próprias declarações da diretoria do Instituto<sup>1244</sup>.

O cuidado demonstrado pelo presidente da mencionada comissão de inquérito, não obstante o momento político que o país atravessava, para não comprometer as partes envolvidas, revela também o olhar, ainda que parcial, de parte da sociedade em relação aos estudantes. No caso em questão, os estudantes, para os docentes do IFCH, apesar de eventuais discordâncias de cunho político e acadêmico com alguns dos membros daquele corpo docente, não representavam uma ameaça nem para a instituição nem para a sociedade<sup>1245</sup>.

Entretanto, não obstante as conclusões da mencionada comissão disciplinar quanto à negativa de que os estudantes do IFCH não configuravam ameaça social ou causa de intranquilidade pública, elas não foram suficientes para impedir que os órgãos de segurança e informação enviassem, em janeiro de 1970, uma segunda relação com os nomes de mais cinco estudantes no rol dos que deveriam ser enquadrados no Decreto-Lei nº 477. Dentre esses nomes chama atenção o estudante do curso de história José Ibarê Costa Dantas, intelectual que décadas depois se destacou como estudioso do campo da história política, inclusive com uma valiosa pesquisa sobre a ditadura militar em Sergipe. Nessa relação ainda figuram os nomes dos estudantes Paulo Afonso de Almeida e Sílvio Santana Filho, do curso de direito; dos estudantes Júlio César Régis Dantas, do curso de serviço social; e da estudante Zenaide Rosa Sobral, do curso de geografia<sup>1246</sup>.

---

<sup>1243</sup> IFCH/FUFSE. *Of. s/nº encaminhado pelo professor Fernando Porto ao reitor da UFS*, em de 28 de fevereiro de 1970 In: PDPH/DHI/FUFSE, ofícios recebidos pelo IFCH.

<sup>1244</sup> Op. cit.

<sup>1245</sup> Op. cit.

<sup>1246</sup> SNI/DSI/MEC. *Of. nº 001/SNI/DSI/MEC/1970, encaminhado pelo Diretor de Divisão de Segurança e Informações, Brigadeiro Armando Tróia ao reitor da UFS*, em 07 de janeiro de 1970. In: PDPH/DHI/FUFSE, ofícios recebidos pelo IFCH.

Ao recordar esse acontecimento, José Ibarê Costa Dantas destaca que, diante daqueles “tempos difíceis”, no qual o estado democrático de direito e a autonomia universitária estavam sob a restrição e a tutela das autoridades militares, o então reitor, o doutor João Cardoso Nascimento Júnior, ao ser interpelado sob o enquadramento dos mencionados cinco estudantes nas sanções estabelecidas pelo Decreto 477, não se intimidou<sup>1247</sup>. Dessa forma, ele repetiu o procedimento anterior acrescentando os nomes dos cinco outros estudantes mencionados na lista da Portaria/UFS nº 29 que restringia os direitos políticos estudantis, também não os expulsando da instituição<sup>1248</sup>.

Sobre essa discussão – a então estudante de história, militante do PCB, liderança do movimento de mulheres e hoje professora –, Laura Maria Ribeiro Marques, uma das atingidas pela Portaria nº 29, ao recordar os fatos transcorridos em razão daqueles acontecimentos, dimensiona o que significou para ela a revogação, quarenta e dois anos depois, da portaria que cassou seus direitos estudantis:

Em 1968 houve o Congresso da UNE e nós fomos presos. Wellington, João Augusto Gama, Vieira, Netinho e eu. Pessoas que vocês conhecem. Inclusive estávamos todos lá no aniversário da UFS porque eles **aproveitaram para revogar uma portaria que cassava os direitos da gente**. E aí eles aproveitaram a data do aniversário para revogar, nós então fomos homenageados nessa noite, foi sexta feira passada. (...) Nós fomos quase que expulsos da universidade, mas por força do reitor que era uma pessoa que era simpática ao movimento, mas que não podia evidentemente no momento se declarar. Porque senão ele nem seria reitor e aí o Exército forçou para que fossem expulsos aqueles alunos que eram liderança estudantil. Entretanto, o João Cardoso muito hábil conseguiu uma forma de não nos expulsar, mas caçar apenas os direitos e nos deixou concluir o curso<sup>1249</sup>.

Para Laura Marques, a cassação dos direitos políticos dos estudantes foi a solução para responder à pressão que os órgãos de segurança e informação faziam para expulsar os estudantes identificados como “causadores da intranquilidade pública”. Nesse sentido, a revogação da mencionada portaria, em sessão solene do CONSU/FUFSE, realizada em 27

---

<sup>1247</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 10/10/2010.

<sup>1248</sup> Ver a respeito: FUFSE. *Portaria nº 28*, 6 de fevereiro de 1970. In: PDPH/DHI/FUFSE, *ofícios recebidos pelo IFCH*; e ainda em: DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit.; p. 105 e 132.

<sup>1249</sup> MARQUES, Laura Maria. Ribeiro. Entrevistada por José Vieira da Cruz, Lívia Rocha Teles Barreto, Maria Juliene Menezes Florêncio, Renilma Mendonça Caetano, Tatiana Vieira Rosa. Aracaju/SE, 23/05/10 (negrito nosso).

de maio de 2010<sup>1250</sup>, durante as comemorações dos quarenta e dois anos da instituição, não significou para ela a revogação de uma punição disciplinar. Mas sim, a celebração da solução possível, encontrada pela reitoria naquele momento, para que ela e as demais lideranças estudantis ameaçadas pelo Decreto-Lei 477/69, concluíssem os seus respectivos cursos<sup>1251</sup>.

Essa percepção também é partilhada por Dilson Menezes Barreto – estudante de economia, secretário geral da primeira diretoria do DCE, membro do CONDESE e gestor de vários órgãos públicos durante e, sobretudo, após a ditadura civil-militar. Segundo sua descrição, João Cardoso Nascimento Júnior

foi pressionado inclusive para nos expulsarmos da Universidade. **Mas ele peitou o regime militar. Ele não expulsou ninguém, nem suspendeu ninguém.** Ele sempre teve a preocupação de prestigiar os estudantes, a liberdade de pensamento. **Ele não apoiava, mas deu respaldo na hora em que agente precisava.** Ninguém perdeu o curso por causa do movimento estudantil ou posteriormente por causa da prisão, ninguém foi perseguido na Universidade por causa do ideário de esquerda, nem aluno nem professor. Ele, inclusive, foi para a inauguração do DCE [ocorrida em 13 de dezembro de 1968]<sup>1252</sup>.

A esse respeito, João Augusto Gama da Silva – primeiro presidente do DCE/UFS, depois prefeito de Aracaju entre 1997 e 2000 –, também destaca a habilidade e a coragem de Nascimento Júnior diante da pressão dos órgãos de segurança e informação<sup>1253</sup>. Segundo Silva, o então reitor, era uma pessoa com perfil político discreto, “dizem que fazia parte do partido comunista na juventude, ele era um homem liberal e realmente ele teve um comportamento de uma dignidade a toda prova. Se não fosse João Cardoso nós não tínhamos nos formado”<sup>1254</sup>. Ainda sobre a personalidade de João Cardoso Nascimento Júnior, Silva acrescenta que no

---

<sup>1250</sup> FUFSE. *Portaria nº 1060*, de 14 de maio de 2010. Disponível em: <[www.portarias.ufs.br/portarias\\_arquivos/127427357645.doc](http://www.portarias.ufs.br/portarias_arquivos/127427357645.doc)>. Acessado em 11/12/2011.

<sup>1251</sup> MARQUES, Laura Maria. Ribeiro. Entrevistada por José Vieira da Cruz, Lívia Rocha Teles Barreto, Maria Juliene Menezes Florêncio, Renilma Mendonça Caetano, Tatiana Vieira Rosa. Aracaju/SE, 23/05/10 (negrito nosso).

<sup>1252</sup> BARRETO, Dilson Menezes. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Fernanda de Andrade Santos, Lidiane Barbosa de Góis e Rose Carla de Araújo Oliveira. Aracaju/SE, 11/11/2009 (negrito nosso).

<sup>1253</sup> Ver também sobre essa discussão: SILVEIRA, Jussara Maria Viana. *Da medicina ao magistério: aspectos da trajetória de João Cardoso Nascimento Júnior*. Op. cit., pp. 195-197.

<sup>1254</sup> SILVA, João Augusto Gama da. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Fernanda de Andrade Santos, Lidiane Barbosa de Góis e Rose Carla de Araújo Oliveira. Aracaju/SE, 3/11/2009.

dia 8 de dezembro 1968, na formatura de direito no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, o magnífico reitor João Cardoso convocou para fazer parte da mesa o presidente do Diretório Central dos Estudantes, João Gama [eu]. Recém-saído da prisão de Ibiúna. Imagine o mal-estar que ficou criado entre eles, entre essas forças, mas era a prática que se fazia em todo lugar. Então até a minha prisão, um ou dois dias depois do AI-5, que naquela época as formaturas eram nesse período, sendo que eu participei de todas as formaturas. **O Dr. João Cardoso era um homem liberal de esquerda, com um compromisso com a legalidade e com as discordâncias com o arbítrio, essa é a imagem que eu tenho** do Dr. João Cardoso. Imagino as pressões que ele teria sofrido. A angústia que ele viveu para reagir a todas essas pressões<sup>1255</sup>.

E sobre a postura do reitor Nascimento Júnior diante das pressões dos militares, Silva destaca ainda que

ele chegou a falar ao coronel, ao general comandante da região militar Abdon Sena, no momento em que o general percebeu que aquilo [a cassação dos direitos políticos] era como se fosse uma embromação. Então João Cardoso disse: o senhor mande por escrito as expulsões dos rapazes. Ora, o general não queria assinar um documento desses. **Então ele disse eu não vou assumir, pois Aracaju é uma cidade muito pequena onde todos nós nos conhecemos e eu não vou me descompatibilizar com essas famílias e com esses rapazes. Eu não vou assumir essa responsabilidade!** E nisso nós fomos ganhando tempo, chegou o ano de 1970. Naquela época o curso de direito eram cinco anos, funcionava ainda ali na rua da Frente [avenida Ivo do Prado]. E nós conseguimos concluir o curso, então em rápidas pinceladas é esse aí o histórico<sup>1256</sup>.

O conjunto dessas recordações tende, portanto, a destacar não apenas o reconhecimento quanto à postura do reitor Nascimento Júnior no acontecimento em questão, como também a importância da teia de relações sociais dos estudantes e de seus familiares nesse processo. Neste sentido, essa teia de relações parece ter sido importante para atenuar o impacto das medidas repressivas sobre os estudantes secundaristas e universitários de Sergipe, ao menos entre 1964 e 1969, como já foi discutido.

Evidências dessas relações também podem ser verificadas ao se consultar os dossiês produzidos pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)<sup>1257</sup>. Os

---

<sup>1255</sup> SILVA, João Augusto Gama da. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Fernanda de Andrade Santos, Lidiane Barbosa de Góis e Rose Carla de Araújo Oliveira. Aracaju/SE, 3/11/2009 (negrito nosso).

<sup>1256</sup> Op. cit. (negrito nosso).

<sup>1257</sup> A respeito das origens do DOPS, ver: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. "O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional". In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, pp. 327-340. Sobre atuação do DOPS durante a ditadura militar ver em: FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Op. cit., pp. 111-148; e em: MAGALHAES, Marionilde Dias Brepohl de. "A lógica da suspeição: sobre os aparelhos



resumos desses dossiês, em particular os produzidos pelo Serviço Estadual de Informações trazem informações de cerca de 770 dossiês produzidos a respeito de sindicalistas, políticos, religiosos, estudantes e intelectuais tanto de Sergipe, a grande maioria deles, quanto de dossiês de cidadãos de outros estados. Esses resumos estão disponíveis *online*, através de um banco de dados, mantido pelo Projeto Memórias Reveladas, em parceria com o Arquivo Público do Estado de Sergipe. Contudo, apesar da riqueza e importância desse acervo, ele sofre restrições de acesso impostas pela legislação atual e pelas instituições responsáveis por sua guarda, o que dificulta o aprofundamento de muitas discussões sobre esse passado próximo ainda não devidamente estudado<sup>1258</sup>.

Além dessas restrições, o esvaziamento ou desaparecimentos de alguns dossiês, também é uma questão a ser avaliada pelos pesquisadores que discutem esse tipo de documentação. A esse respeito, Clodoaldo Alencar Filho, fichado como liderança estudantil durante o período da ditadura civil-militar, recorda-se de que em razão da atuação desse órgão, ele teve dificuldades para obter a carteira de motorista. Esse fato o teria levado a recorrer à intervenção de conhecidos<sup>1259</sup>, possivelmente em razão desse tipo de mediação o dossiê sobre ele elaborado, consultado no final dos anos de 1990, quando começávamos as primeiras pesquisas sobre esse campo de pesquisa, possuem poucos registros e documentos comprobatórios<sup>1260</sup>.

A esse respeito, Dilson Menezes Barreto, referindo-se aos impedimentos legais que as informações desses dossiês provocavam, sobretudo na vida profissional e política de quem estava fichado, relatou que só pôde tomar posse como secretário do CONDESE após

---

repressivos à época da ditadura militar no Brasil”. In: *Revista Brasileira de História* [online]. 1997, vol.17, n.34, pp. 203-220.

<sup>1258</sup> Ver a respeito em: CARDOSO, Célia Costa. “1964 em Sergipe: política e repressão”. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH, 2011, pp. 1-17; e ainda em: NASCIMENTO, Eugênio. “Entrevista/Milton Barboza da Silva - Professor Universitário e Coordenador do Projeto Memórias Reveladas”. In: *Jornal da cidade*. Aracaju, 25 de dezembro de 2011. Disponível em: <<http://www.primeiramao.blog.br/post.aspx?id=2885&t=em-sergipe,-tivemos-repressoes,-prisoas-e-torturas>>. Acessado em 25/12/2011.

<sup>1259</sup> ALENCAR FILHO, Clodoaldo. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 15/10/1998.

<sup>1260</sup> A respeito de Clodoaldo de Alencar Filho, o Projeto Memórias Reveladas, em parceria com o APES, localizou o dossiê elaborado pelo SEI, órgão vinculado a SSP/SE, cujo conteúdo é assim descrito: “O Dossiê, através de uma investigação de ordem oficial, apresenta documento textual, datilografado e impresso, onde se tem prontuário (1964), ficha individual de qualificação (1964), ficha de identificação (nº 7), protocolo (nº 0306, 09/07/1971), certidão e folha de anotação (ilegível), contendo assuntos de antecedentes políticos e ideológicos, informando que CLODOALDO DE ALENCAR FILHO, em data de 22/05/1964, foi preso no Quartel do 28º BC, por atividades subversivas e posto em liberdade em 17/06/1964”. Apesar da relevância histórica dos acontecimentos vividos por Clodoaldo Alencar Filho, um dos primeiros reitores da FUFSE após o fim da ditadura civil-militar, os órgãos responsáveis pela guarda dessa unidade documental o mantém classificado “com restrição – razões legais/judiciais”. Ver a respeito em: BRASIL. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.671.

a mediação de José Aloísio de Campos e de José Rolemberg Leite. O primeiro, na condição de reitor da FUFSE, e o segundo, como governador, cargo ocupado pela segunda vez, sendo que desta sob a indicação dos militares. Essa mediação resultou no recebimento de um envelope da “6º Região Militar aprovando meu nome e me dando toda uma disponibilidade para exercer o cargo e passei então a ser secretário de planejamento do estado durante o restante do governo do Dr. José [Rolemberg] Leite,<sup>1261</sup>”. Esta narrativa não apenas reforça o peso das relações sociais de alguns estudantes e de seus familiares, como reforça a suspeita de que os mencionados dossiês sofreram um processo de esvaziamento.

Voltando à discussão da cassação dos direitos de representação política dos estudantes da FUFSE, observa-se que a atitude protelatória do primeiro reitor contribuiu, não obstante o momento político desfavorável, para preservar a autonomia da instituição e proteger os membros de seu corpo discente dos enquadramentos previstos Decreto-Lei 477/1969<sup>1262</sup>. Quarenta e dois anos depois, no ato de valor simbólico, as portarias que cassavam os direitos políticos dos estudantes são revogadas em sessão solene destinada as comemorações pelo aniversário de fundação da instituição. Nessa sessão comemorativa, foi enfatizada a necessidade de lembrar

o clima político vigente nos anos 1968-69. Os militares, detentores do poder crescentemente autoritário, tinham conseguido adesão de boa parte da estrutura partidária tradicional, reorganizada em dois partidos, um da situação e outro de oposição. Neste momento, muito moderada, sufocada, através da violência, a resistência, nos meios sindicais e nos incipientes movimentos da sociedade civil se instalava. **Neste contexto, o movimento estudantil era uma trincheira de resistência, por vezes, sob o abrigo das instituições acadêmicas.** Mecanismos repressivos foram desenhados especialmente para o movimento estudantil, como por exemplo o decreto 477, de 26.02.1969, que previa punições aos participantes de atividades políticas, no âmbito estudantil, e o 228 que reorganizou a forma de representação estudantil e colocou na ilegalidade

---

<sup>1261</sup> BARRETO, Dílson Menezes. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Fernanda de Andrade Santos, Lidiane Barbosa de Góis e Rose Carla de Araújo Oliveira. Aracaju/SE, 11/11/2009. A título de registro, pesquisando no banco de dados do “Projeto Memórias Reveladas” não conseguimos localizar nenhum dossiê relacionado à Dilson Menezes Barreto. Esta constatação indica que, caso ele tenha existido, foi possivelmente extraviada ou retirada do acervo.

<sup>1262</sup> Dispositivo jurídico revogado pela Lei 6.680, de 16 de agosto de 1979. A respeito da divulgação dessa revogação na FUFSE conferir: PROEST/FUFSE. *Of. cir. n° 34/1979/PROEST/CPCR*, de 11 de setembro de 1979. In: PDPH/DHI/FUFSE, ofícios recebidos pelo IFCH. Esse ofício foi encaminhado pelo diretor da Coordenação de Promoções Culturais e Recreativas, Luiz Eduardo Alves de Oliva, ao presidente do Diretório Acadêmico do CECH, o então estudante João Francisco dos Santos [Chico Buchinho]. Essa liderança estudantil viria a presidir o DCE no final da década de 1970, foi um dos fundadores do PT em Sergipe e elegeu-se vereador por Aracaju no mandato de 2004 a 2008.

a União Nacional dos Estudantes. Foi exatamente neste momento que o reitor João Cardoso do Nascimento Júnior recebeu a informação de que as atividades políticas oposicionistas, em Sergipe, consideradas subversivas, estavam centralizadas nas faculdades recém-incorporadas à Universidade Federal de Sergipe. No clima da época, isto significava, ninguém tinha dúvida, uma ordem da fonte real de poder para expulsão dos alunos.

Podemos imaginar a tensão vivida pelo reitor. **Por um lado, a pressão dos poderosos, por outro, sua consciência democrática que se recusava a expulsar alunos pela simples razão de não comungarem com os valores políticos dos detentores do poder.** Algo tinha que ser feito e foi feito. As portarias, suspendendo os direitos de representação estudantil dos então notórios subversivos, pareciam uma submissão aos militares e, provavelmente, assim foram entendidas pelos atingidos e pelos impositores, mas certamente devem ter descontentado a ambos os lados: a) aos militares pela tibieza do ato repressivo; b) aos estudantes pela concessão aos poderosos<sup>1263</sup>.

Esse ato, nas palavras do atual reitor da FUFSE, Josué Modesto dos Passos Subrinho – presidente do Diretório Acadêmico Barão de Mauá, no curso de Economia, na gestão 1975/1976; militante estudantil próximo do PCB –, representou “um motivo de orgulho” para a instituição e a sua comunidade acadêmica, pois a universidade, nos seus primeiros anos de existência, não foi maculada pela intolerância política e procurou defender sua autonomia e liberdade de pensamento. Nesse discurso fica evidente a interpretação histórica encampada pela universidade em relação a essa memória e a sua ressignificação<sup>1264</sup>. Neste sentido, para Passos Subrinho:

**Nossa Universidade pode se orgulhar de não ter sido maculada pela intolerância política, por ter defendido, nos limites de sua autonomia, a liberdade de pensamento,** fundamento básico do ambiente acadêmico, mas que foi violentado, em diversos momentos, no Brasil, muito especialmente sob o regime militar. Nesta época, várias universidades expulsaram alunos, professores, delataram colegas para prestar serviço ao regime vigente ou aspirando posições ocupadas por rivais<sup>1265</sup>.

Dessa forma, o proferimento desse discurso toma a cassação dos direitos políticos dos estudantes ameaçados de expulsão pelo Decreto-lei 477/1969, como a solução

---

<sup>1263</sup> PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. “Discurso proferido durante sessão solene dos Conselhos Superiores”. In: “42 anos da UFS”. In: **Portal UFS**. 27 de maio de 2010. Disponível em: <<http://www.ufs.br/?pg=artigo&id=144>>. Acessado em 10/10/2011 (negrito nosso).

<sup>1264</sup> A respeito da relação história, memória e ressignificação, ler: POLLAK, Michael. “Memória e Identidade Social”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, nº 10, pp. 200-212, 1992. E em: SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, nº 44, pp. 425-438, 2002.

<sup>1265</sup> PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. Op. cit.

disciplinar encontrada para preservar a autonomia da universidade, aliviar a pressão sob seus dirigentes e permitir que os estudantes envolvidos concluíssem seus cursos.

Entretanto, a rememoração desse acontecimento parece não ser o bastante para assegurar que a FUFSE não cedeu à intolerância política propugnada pela ditadura civil-militar. Em particular, essa dúvida se alicerça quando, examinando a documentação disponível dos órgãos de segurança e informação junto a essa universidade, percebe-se que eles atuaram com certo realce, ao menos durante a década de 1970, e de modo velado, na década de 1980, discussão que será abordada a seguir.

### **8.3. Estudantes vigiados e o papel da ASI/AESI na FUFSE**

Examinando a correspondência mantida entre a comunidade de informações e segurança e a direção da FUFSE, no período de 1969 a 1972, observa-se que as constantes cobranças da mencionada comunidade deviam-se, ao menos em parte, à demora nos encaminhamentos solicitados, assim como às resoluções que estes encaminhamentos recebiam. Desta forma, o não atendimento às demandas da Divisão de Segurança e Informação (DSI), por parte de alguns órgãos, instituições e universidades, seja por razões de ordem burocrática ou política – a exemplo da FUFSE, no caso da cassação dos direitos de representação política dos estudantes em lugar de sua expulsão, protelando as orientações determinadas pela política de Segurança Nacional –, podem ter contribuído para a criação de mais um órgão para a comunidade de segurança e informação, no caso as Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESI), com o propósito de aumentar o controle da mencionada política, sobretudo nas universidades<sup>1266</sup>.

No caso da FUFSE, após o cumprimento dos trâmites estatutários da instituição, a AESI foi criada em 6 de agosto de 1971, por meio da Resolução do CONSU nº 16/1971<sup>1267</sup>, assinada pelo vice-reitor em exercício, Luiz Bispo<sup>1268</sup>. Entretanto, apesar de

---

<sup>1266</sup> Ver a esse respeito: SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. “Os olhos do regime militar brasileiro nos campi: as assessorias de segurança e informação das universidades”. Op. cit., pp. 30-67, 2008. E ainda em: LEITE, Isabel Cristina. ““Apurando a subversão”: um estudo de caso sobre repressão na Universidade pelos arquivos da AESI/UFGM”. Op. cit., pp.148-156.

<sup>1267</sup> FUFSE. *Resolução CONSU nº 16/1971*. In: Arquivo Central da UFS. Fundo Gabinete do Vice-Reitor, GVR/10.

<sup>1268</sup> Luiz Bispo, segundo reitor da FUFSE, foi a primeira pessoa com formação superior concluída no estado a ocupar o cargo. Enquanto estudante teve uma passagem discreta pelo movimento estudantil, mas como professor de Direito Constitucional fez questão de exaltar o fato de ter tido como sua primeira turma os estudantes “João Augusto Gama da Silva, Wellington Mangueira, Jackson Figueiredo, Benedito Figueiredo,

criada em 1971, as atividades dessa assessoria parecem ter sido iniciadas somente a partir de 1972, sendo que em 1976 ela passou a ser denominada de ASI – Assessoria de Segurança e Informação<sup>1269</sup> –, cujas atividades se estenderiam até a década de 1980, só deixando de existir após a constituição de 1988<sup>1270</sup>.

A criação dessas assessorias de segurança e informação nas universidades teve, portanto, como um dos seus efeitos o controle da autonomia dessas instituições frente às políticas e deliberações estabelecidas pela ditadura civil-militar, sobretudo, no tocante à política de segurança nacional. Não obstante esse objetivo, segundo Sá Motta, a ampliação das instituições que formavam a comunidade de segurança e informação, no caso com as AESI/ASI, não impediu que alguns espaços e mecanismos de negociações fossem utilizados por “alguns dirigentes universitários [que] se empenharam em proteger certos membros da comunidade universitária”<sup>1271</sup>.

### **A atuação da AESI/ASI junto à FUFSE**

A atuação da AESI/ASI junto à FUFSE foi marcada por proibições, busca de informações e cobranças, cujo objetivo mirava o controle de funcionários, de professores e, sobretudo, de estudantes. Em relação aos estudantes, os documentos eram taxativos quanto ao controle, vigilância e interferência que a mencionada assessoria deveria exercer. As práticas de controle e vigilância iam desde o encaminhamento de fichas de qualificação dos discentes candidatos às vagas de representantes nos órgãos deliberativos da

---

Jackson Barreto, Wellington Paixão, Mário Jorge”, este último considerado por ele “um poeta de esquerda impressionante”, e ainda que os estudantes daquela turma eram os “meninos mais inteligentes que encontrei na minha presença”, uma turma de “intelectuais, das maiores lideranças comunistas de Sergipe”. Mais informações a respeito em: SANTOS, Osmário. “Luiz Bispo: Não me afino com política”. In: *Osmário Santos*. Aracaju: Portal Infonet, 14 de agosto de 2004. Disponível em: <[http://iaracaju.infonet.com.br/osmario/igc\\_conteudo.asp?codigo=9157&catalogo=5&inicio=24](http://iaracaju.infonet.com.br/osmario/igc_conteudo.asp?codigo=9157&catalogo=5&inicio=24)>. Acessado em 10/10/2010.

<sup>1269</sup> Ver mais informações a respeito na descrição do acervo da AESI/ASI/UFS elaborada pelo ARQUIVO PÚBLICO NACIONAL /Regional de Brasília. Disponível em: <[http://www.an.gov.br/sian/Multinivel/Exibe\\_Pesquisa\\_Reduzida.asp?v\\_CodReferencia\\_ID=1011009](http://www.an.gov.br/sian/Multinivel/Exibe_Pesquisa_Reduzida.asp?v_CodReferencia_ID=1011009)>.

Acessado em 10/10/2010.

<sup>1270</sup> Ver a respeito em: CARVALHO, Gislaine Santos. *Espionagem, vigilância e perseguição: a história da AESI em Sergipe*. Op. cit.

<sup>1271</sup> SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. “Os olhos do regime militar brasileiro nos campi: as assessorias de segurança e informação das universidades”. Op. cit., p. 34.

universidade<sup>1272</sup> até os casos em que a ASI não recomendava a posse de estudantes em entidades estudantis nos cargos para os quais haviam sido eleitos.

Ilustra essa discussão o caso da recomendação feita pela ASI, em setembro de 1977, sob a chefia do coronel R-1 José Brito da Silveira, de que não havia condições convenientes para que o estudante José Luiz Gomes tomasse posse na gestão eleita para a direção do “DA Silvio Romero” naquele ano; e ainda que a posse da chapa “Atitude”, presumivelmente vinculada a esse DA, estaria condicionada, com a aquiescência da vice-reitoria, ao “processamento do LDB por essa Assessoria”<sup>1273</sup>. Isto significava que os membros da citada chapa só poderiam tomar posse após o levantamento de seus dados biográficos. Segundo Carvalho, essa ficha de “Levantamento de Dados Biográficos” (LDB) parece ter sido uma das “mais almejadas pela AESI”, pois possibilitava a construção de um perfil ideológico das “atividades políticas da pessoa investigada”<sup>1274</sup>. Esse perfil abarcava estudantes, funcionários e professores, sendo indispensáveis nos processos de nomeação tanto de cargos públicos como de cargos inerente à representação estudantil.

Exemplos dessa ordem indicam o poder de interferência dessa assessoria tanto em relação à autonomia das entidades estudantis quanto em relação à autonomia da universidade. Esse tipo de interferência e de controle é claramente explícito na solicitação encaminhada pela AESI, através de ofício circular, ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/FUFSE, transmitindo as “instruções recebidas da DSI/MEC” quanto à necessidade de:

- a) Comunicar por ofício as chapas registradas com os nomes e os candidatos a cargo de direção no Diretório Acadêmico, **somente determinando data da eleição após aprovação pelos órgãos de segurança;**
- b) Remeter impreterivelmente logo após o término das inscrições do concurso para professores, Curriculum Vitae dos mesmos, não esquecendo de exigir, que o chefe da Secretaria verifique antes da inscrição se constam todos de qualificação do candidato;

---

<sup>1272</sup> FUFSE. *Of. AESI/UFSE nº05/1973*, enviada a diretor da IFCH, 3 de outubro de 1973. In: In: PDPH/DHI/FUFSE, ofícios recebidos pelo IFCH.

<sup>1273</sup> FUFSE. *Of. ASI/UFSE nº 50/1977*, enviada ao vice-reitor da FUFSE, 2 de dezembro de 1977. Arquivo Central da UDS. Fundo Gabinete do Vice-Reitor, GVR/10.

<sup>1274</sup> CARVALHO, Gislaiane Santos. *Espionagem, vigilância e perseguição: a história da AESI em Sergipe*. Op. cit., p.52.

c) Comunicar a esta AESI, os professores eleitos para chefia e subchefia de Departamentos, com início e término imediato do mandato<sup>1275</sup>.

Observa-se, portanto, que a AESI/ASI mantinha constante correspondência oficial com a reitoria, sobretudo a vice-reitoria e os institutos de ensino que constituíam a universidade. Essa correspondência, em regra, era classificada em vermelho como confidencial, reservada ou sigilosa, conforme orientação do “Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos” – RSAB<sup>1276</sup>.

A estruturação dessas práticas de vigilância e ainda a infiltração de agentes da Polícia Federal em meio à comunidade universitária faziam com que professores, funcionários e estudantes mantivessem certa cautela e desconfiança, afinal ninguém sabia ao certo com quem estava falando. Ao recordar esse cotidiano, Antônio Ponciano Bezerra, estudante do curso de letras entre o final dos anos 1960 e início dos 1970, e atualmente professor do curso de letras da FUFSE, enfatiza que naquele momento

**a universidade era uma instituição vigiada, você não sabia ao fundo com quem você estava falando:** pessoa comprada pelo regime, se era uma pessoa, por exemplo, opositora de fato do regime; você não sabia se todos os estudantes que estavam na sala eram espíões, e que você tinha de professor, aluno a funcionários que trabalhavam para o regime. Você tinha que ter muito cuidado porque **a sua vida era colocada em um cartão**, numa ficha, em um processo, qualquer coisa assim, nas mãos do SNI... O SNI tinha informação de todo mundo e você tinha que sofrer perseguições ou outras formas de pressão por não concordar ou discordar, ou até mesmo, pontualmente com uma coisa ou outras do regime<sup>1277</sup>.

Ruy Belém de Araújo, estudante de história entre 1974 e 1979, militante do movimento estudantil, atualmente professor do curso de história da FUFSE, liderança sindical do magistério, menciona que a AESI e depois a ASI ficava localizada no prédio da reitoria situado na rua Lagarto, centro de Aracaju, só passando para o atual campus universitário a partir da década de 1980. Nesse período, conforme seu relato, sabia-se que o cotidiano da comunidade universitária era acompanhado através de fichas de

---

<sup>1275</sup> FUFSE. *Of. cir. AESI/UFSE, nº 01/1973*, enviado a direção do IFCH, em 07 de junho de 1973. In: PDPH/DHI/FUFSE, ofícios recebidos pelo IFCH.

<sup>1276</sup> FUFSE. *Of. cir. ASI/UFSE nº 01/1977*, sobre o envio do RSAB nº 10 a diretor do IFCH, 01 de junho de 1977. In: PDPH/DHI/FUFSE, ofícios recebidos pelo IFCH.

<sup>1277</sup> BEZERRA, Antônio Ponciano. Entrevistado por Gislaíne Santos Carvalho. Aracaju/SE, 14/08/2008 (negrito nosso). Ainda respeito do entrevistado também é importante destacar que ele na ocasião dessa entrevista ocupava o cargo de pró-reitor de Graduação da FUFSE.

identificação e de relatórios. Segundo Araújo, havia “professores que eram relatores, que faziam parte da ADESG<sup>1278</sup>, e esses professores passavam informações. A gente desconfiava de muitos... [o] duro [era] provar!”<sup>1279</sup>. Araújo também relata ação de policiais federais infiltrados em eventos e na própria sala de aula. Essa presença, segundo sua descrição, não chegava a amedrontá-los,

mas eles estavam sempre nos vigiando, e a gente sabia. Não de forma escancarada, mas, observando, anotando e gravando... Nós até brincávamos com alguns que eram estudantes, que eram da Polícia Federal, que tinham o papel da Polícia Federal... Nós os chamávamos de “pratos feitos”, como costumávamos brincar. Mas, sabíamos que eles estavam atentos [e] até que conheciam nossos passos...<sup>1280</sup>.

Além dessas práticas de controle e vigilância, as AESIs/ASIs produziam e divulgavam uma espécie de “informativo/boletim” com as suas respectivas ações entre os órgãos dessa comunidade instalados em universidades de várias partes do país. A este respeito, Sá Motta, chega a classificar, segundo o tipo de correspondência recebida pela AESI/UFMG, a AESI/FUFSE como uma das mais organizadas do país<sup>1281</sup>.

Essa organização pode ser traduzida no empenho que a AESI/FUFSE procurava demonstrar no trabalho de controle e vigilância para com os membros da comunidade universitária. Em particular, no tocante à coleta de informações quanto à circulação de publicações proibidas, quanto às programações dos eventos estudantis, quanto às possíveis viagens ou relacionamentos de professores ou de alunos com pessoas ou com países socialistas, entre outras. O requerimento da AESI/FUFSE ao diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, prof. Fernando de Figueiredo Pôrto, solicitando com urgência informações sobre os conteúdos das publicações recebidas tanto pelos alunos como pelos professores, é um exemplo dessa ordem, como se pode apreciar na citação a seguir:

a) Confirmar, ou não, se o **Diretório Acadêmico** dessa Unidade **está recebendo publicações oriundas da “Cortina-de-ferro”**, bem como se

---

<sup>1278</sup> Associação dos Estagiários da Escola Superior de Guerra – ADESG.

<sup>1279</sup> ARAÚJO, Ruy Belém de. Entrevistado por Gislaine Santos Carvalho. Aracaju/SE, 08/08/2008 (negrito nosso). Ainda a respeito do entrevistado também é importante destacar que ele na ocasião dessa entrevista ocupava a condição de pró-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários da FUFSE.

<sup>1280</sup> ARAÚJO, Ruy Belém de. Op. cit.

<sup>1281</sup> SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. “Os olhos do regime militar brasileiro nos campi: as assessorias de segurança e informação das universidades”. Op. cit., p. 39.



**existem também programações estudantis tendo como prêmio viagens à Rússia.**

b) Caso positivo dizer o nome das pessoas que já foram ou estejam em país socialista, **tanto aluno ou professor**<sup>1282</sup>.

Ainda em relação a essa correspondência entre a AESI e a FUFSE, chama atenção um relatório baseado em documentos supostamente apreendidos em um aparelho do PCB. Este relatório foi divulgado pela citada assessoria para informar as autoridades responsáveis o grau de organização do movimento estudantil e de como os movimentos de esquerda estavam infiltrados no “Movimento Universitário”. Mas o conteúdo desse relatório, feitas as devidas ponderações em razão da finalidade de sua divulgação, também revela como quadros do PCB estavam avaliando o movimento estudantil, a partir da conjuntura política naquele momento. Segundo esse relatório:

Esta situação ajudou a repressão dirigida à Universidade, facilitando o fechamento da maioria dos DAs e a expulsão de grande número de seus membros; o término das entidades coordenadoras; a aposentadoria compulsória de professores esquerdistas e a desmontagem da imprensa estudantil esquerdista. Isto, conjugado com a política dos esquerdistas, agravou os problemas do movimento de massa e levou à deteriorização crescente da vida política e orgânica do UM (sic) [Movimento Universitário]<sup>1283</sup>.

Nesse sentido, o mencionado relatório informa o fechamento de DAs, o fechamento da UNE, a aposentaria de professores e o desmonte da imprensa estudantil. Essa é a avaliação produzida pelo PCB nos documentos apreendidos e sintetizados divulgados pela AESI/FUFSE. Estas informações, mesmo que filtradas e manipuladas, revelam não só a intenção dos militares, em informar a situação em que se encontrava o movimento estudantil universitário, como também deixa evidente a leitura do PCB a respeito daquele período histórico, em particular a respeito do movimento estudantil. Entre as discussões que esse relatório deixa sobressair, destaca-se a crítica do PCB aos grupos de esquerda, que enveredaram pela luta armada, pelo enrijecimento imposto pela ditadura aos movimentos e as mobilizações sociais.

---

<sup>1282</sup> FUFSE. *Of. cir. AESI/UFSE, nº 01/1974*, 19 de março de 1974. In: PDPH/DHI/FUFSE, ofícios recebidos pelo IFCH (negrito nosso).

<sup>1283</sup> AESI/FUFSE. *Relatório da situação atual do “movimento estudantil”, através da análise de documentos apreendidos e informações obtidas*. In: PDPH/DHI/FUFSE, ofícios recebidos pelo IFCH.

Nesse período, portanto, além das orientações e cobranças constantes – cujo objetivo era de que as universidades controlassem os estudantes, impedindo-os de realizar atividades classificadas, pelos órgãos de segurança e informação, como “agitações subversivas” –, foram divulgadas informações sobre livros que não deveriam ser lidos, os perigos da imprensa estudantil, a exemplo do jornal “Movimento”, a necessidade de proibir a participação dos estudantes em encontros, numa clara referência à então recente memória do XXX Congresso da UNE, realizada em Ibiúna, São Paulo, em 1968, além do controle da atuação de funcionários e de professores<sup>1284</sup>.

### **Os documentos da AESI/ASI/FUFSE**

As fontes sobre o movimento estudantil durante o período militar, em particular as relacionadas ao controle que os órgãos de segurança e informação impuseram a esses sujeitos sociais, sofreram de um mal parecido com aquele atribuído a Ruy Barbosa, então ministro da Fazenda do Governo Republicano Provisório, que havia mandado queimar a documentação referente à mancha representada pela escravidão na história nacional. Este fato serviu, por algum tempo, como alegação de que não se podia estudar determinadas questões sobre a escravidão no Brasil por falta de documentos escritos, argumento que tem sido contestado pelas inúmeras pesquisas arquivistas a respeito<sup>1285</sup>.

Algo parecido ocorre com a documentação relacionada aos órgãos de segurança e informação, parte da qual parece ter sido filtrada pelas autoridades à medida que o processo de redemocratização avançava no país. Esta hipótese, como já discutimos, parece comprovar-se quando se examinam os dossiês dos estudantes fichados pelo DOPS/SE, nos quais se encontra pouca documentação incorporada ao conjunto de cada dossiê, o que alimenta a suspeita de que alguns deles passaram por um processo de esvaziamento e filtragem.

A outra parte, a referente à documentação produzida pela AESI/ASI junto à FUFSE, foi alvo dos protestos estudantis. Esses protestos estavam sendo deflagrados em

---

<sup>1284</sup> Ver a respeito em: CLEMENTE, José Eduardo Ferraz. “Espionagem, vigilância e resistência: o Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia durante a ditadura militar (1964 -1979)”. Op. cit.; em: SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. “Os olhos do regime militar brasileiro nos campi: as assessorias de segurança e informação das universidades”. Op. cit.; e ainda em: CRUZ, José Vieira da. “Estudantes vigiados: órgãos de segurança e informação na Universidade Federal de Sergipe (1969-1977)”. Op. cit.

<sup>1285</sup> SLENES, Robert W. “O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX”. *Revista Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 13, n. 1, 1983, pp. 117-150.

várias partes do país contra esses órgãos e suas documentações. Ilustra este contexto o episódio em que os estudantes da Universidade Federal do Ceará descobriram os arquivos da ASI, que funcionavam junto àquela universidade. Diante dessa informação, os estudantes promoveram uma invasão com a intenção de interromper as atividades daquele órgão de vigilância que se mantinha em funcionamento, em pleno período de transição democrática, desativando suas atividades. Neste sentido, segundo Gisela Mendonça, então presidente da UNE, a invasão à

Assessoria de Segurança e Informação – ASI – da Universidade Federal do Ceará – UFC – E a desativação da mesma, na prática, foi, sem dúvida, uma ousada investida dos estudantes contra esse órgão que é o braço do Serviço Nacional de Informação – SNI – dentro das Universidades<sup>1286</sup>.

Nesse sentido, a invasão da ASI/UFC, não parece ter sido um caso isolado. A análise da entrevista de Gisela Mendonça, presidente do UNE, publicada no livro “A UNE contra o SNI”, revela que o movimento estudantil universitário colocava-se, naquele momento, entre 1982 e 1988, de modo engajado contra o Sistema Nacional de Informações e as ASIs que continuavam funcionando nas universidades.

Em Sergipe, pelos menos dois fatos ilustram esse posicionamento: A denúncia de que agentes da Polícia Federal e funcionários da ASI/UFS estavam (re)ativando as atividades da política de segurança nacional, em pleno contexto de transição democrática; e a outra relacionada à invasão e destruição dos arquivos da ASI por estudantes, sob a liderança do DCE/UFS.

O primeiro fato reveste-se de uma denúncia feita ao jornal *Gazeta de Sergipe*, em 1º de outubro de 1982, pelo presidente licenciado do DCE/UFS, o então estudante de direito Marcelo Déda Chagas, na época candidato pelo recém-fundado Partido dos Trabalhadores às eleições para o legislativo estadual. A denúncia em questão dizia respeito à ação de agentes da Polícia Federal e de servidores da ASI que, agindo em conjunto, coletavam informações das entidades sindicais e estudantis no atual campus universitário, localizado no município de São Cristóvão<sup>1287</sup>.

---

<sup>1286</sup> MENDONÇA, Gisela. “Entrevista de Gisela Mendonça – Presidente da UNE: A UNE segue o rastro”. In: *A UNE contra o SNI*. São Paulo: Alfa-Omega, 1987. (Obra coletiva)

<sup>1287</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Déda denuncia*: PF e seguranças do Campus ameaçam estudantes. Ano XXVI, nº 7.194, 1º de outubro de 1982, p.4.

O fato novo dessa denúncia não era a ação em conjunto de agentes da Polícia Federal com os funcionários da ASI/UFS – essa relação já existia desde a década de 1970, conforme relatos já discutidos de Ruy Belém de Araújo<sup>1288</sup>, Antônio Ponciano Bezerra<sup>1289</sup> e Milton Alves<sup>1290</sup> –, mas sim ao fato de que após um breve período de “suposta” desativação da ASI, ocorrido nos últimos anos da década de 1970, em concomitância com o processo de abertura política, a partir dos primeiros anos da década de 1980, a comunidade universitária passou a verificar, de forma invasiva, o retorno das atividades de vigilância e controle dos agentes dos mencionados órgãos.

Para Marcelo Déda Chagas<sup>1291</sup>, essas ações representavam “mais uma prova da falta de autonomia da Universidade Brasileira e um afronte à comunidade universitária”, e complementa “que enquanto o presidente João Batista Figueiredo, discursa na ONU falando em ‘liberdade para os pobres’, no Brasil se vê cidadãos com suas liberdades ameaçadas pelos serviços de informações do Regime Militar”<sup>1292</sup>. Um sentimento que evocava, segunda essa liderança política, o afronte à sociedade, em particular, a comunidade universitária, que se processava no curso de um longo período de transição democrática<sup>1293</sup>.

Nesse sentido, não obstante o uso político dessa denúncia, realizado no contexto de campanha eleitoral, ela revela o sentimento da comunidade universitária em face da incômoda atuação da ASI e dos agentes da Polícia Federal a serviço da política de segurança nacional. Esta situação é comparável ao avaliado na entrevista de Gisela Mendonça, presidente da UNE entre 1986 e 1987, em relação à campanha que a UNE promoveu contra o SNI e os demais órgãos da comunidade de segurança e informação que continuavam a desenvolver suas atividades<sup>1294</sup>.

---

<sup>1288</sup> ARAÚJO, Ruy Belém de. Entrevistado por Gislaiane Santos Carvalho. Aracaju/SE, 08/08/2008.

<sup>1289</sup> BEZERRA, Antônio Ponciano. Entrevistado por Gislaiane Santos Carvalho. Aracaju/SE, 14/08/2008.

<sup>1290</sup> ALVES, Milton. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 11/08/2010.

<sup>1291</sup> Militante da tendência “Atuação”, orador nato, estudante de direito e amante das artes, destacando-se no cinema amador, Marcelo Déda, além de presidir o DCE/FUFSE entre 1981/1982, foi um dos fundadores do PT, foi deputado estadual eleito em 1986, deputado federal eleito em 1994 e reeleito em 1996, prefeito da cidade de Aracaju eleito em 2000 e reeleito em 2004, governador do estado eleito em 2006 e reeleito em 2010. Mais informações a respeito em: SANTOS, Osmário. “Marcelo Déda” [entrevista]. In: *Memórias de políticos de Sergipe no século XX*. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 2002, pp. 602-612.

<sup>1292</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Déda denuncia: PF e seguranças do Campus ameaçam estudantes*. Op. cit.

<sup>1293</sup> Sobre esse período de transição democrática, ver: KINZO, MARIA D'ALVA G.. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. *São Paulo Perspectiva*. , São Paulo, v. 15, n. 4, 2001, pp. 3-12.

<sup>1294</sup> MENDONÇA, Gisela Mendonça. “Entrevista de Gisela Mendonça – Presidente da UNE. : A UNE segue o rastro”. Op. cit.

Já o segundo fato, relacionado à resistência estudantil frente à ASI/FUFSE, ocorreu de forma muito semelhante aos acontecimentos transcorridos com a invasão pelos estudantes da UFC à ASI daquela universidade. Segundo Ibarê Dantas, os estudantes da tendência Viração, que reunia em seus quadros estudantes do PC do B, sob o mote de “desmoralizar a ditadura”, além de promoverem pichações de muros contra a ditadura, contra o aumento das passagens de ônibus, entre outras bandeiras, no período de 1982 a 1985<sup>1295</sup>, invadiram a sala da ASI no prédio da reitoria da FUFSE, “onde estavam dois funcionários, recolheram os documentos à vista, colocaram em sacos, conduziram-nos para fora do prédio e incineraram-nos ao lado”<sup>1296</sup>. Diz ainda que, teriam ficado em volta do túnel em chamas “festejando em algazarra a destruição de grande parte da memória da repressão na Universidade Federal de Sergipe”<sup>1297</sup>.

Ao escrever o livro “*A tutela militar em Sergipe. 1964-1984: partidos e eleições num estado autoritário*”, publicado em 1997, Ibarê Dantas, após avaliar as entrevistas a ele concedidas por Frederico Lisboa Romão<sup>1298</sup>, conhecido como Fredão, e por Carlos Roberto dos Santos, conhecido como Cauê<sup>1299</sup> – que juntamente com Álvaro Vilela<sup>1300</sup> e Edvaldo Nogueira<sup>1301</sup>, entre outros –, participaram da operação estudantil de invasão à ASI/FUFSE<sup>1302</sup>, argumentou em tom de desaprovação o ato que esses estudantes praticaram. Segundo Dantas, sob “a alegação de desmoralizar a ditadura, [estes estudantes] privaram assim a sociedade de um patrimônio documental, gerado durante o regime autoritário, que certamente muito ajudaria a compreender o período”<sup>1303</sup>. Dantas registra

---

<sup>1295</sup> Essa “operação estudantil” deve ter ocorrido entre 1982 e 1985, mas até o momento não temos como precisar a data.

<sup>1296</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964-1984*. Op. cit., p. 258.

<sup>1297</sup> Op. cit.

<sup>1298</sup> Militante da tendência Viração na década de 1980, filiado ao Partido dos Trabalhadores. Atualmente professor do Departamento de Serviço Social/UFS.

<sup>1299</sup> Militante da tendência Viração na década de 1980, presidente do DCE/UFS em 1985, filiado ao PC do B. Profissional da área de publicidade, atualmente é secretário de comunicação do governo do Estado de Sergipe. Mais informações ver: SILVA, Carlos Roberto [Cauê]. Entrevistado por Farley Goes do Espírito Santo e Daniele Xavier de Andrade. Aracaju/SE, em 15/06/2008 e em 08/11/2008.

<sup>1300</sup> Primeiro membro da tendência Viração a presidir o DCE/UFS. Atualmente reside em Salvador.

<sup>1301</sup> Militante da tendência Viração, presidente do DCE/UFS em 1984, filiado ao PC do B. Eleito vereador por diversas vezes, vice-prefeito de Aracaju em 2000 e reeleito em 2004, com a renúncia de Marcelo Déda que concorreu ao governo do estado, assume a prefeitura de Aracaju em 2006 e em 2010 é eleito prefeito por meio de ampla aliança política que aglutinou em torno de sua candidatura do PT ao PSDB. Ver mais a respeito em: NOGUEIRA, Edvaldo. Entrevistado por Farley Goes do Espírito Santo e por Daniele Xavier de Andrade. Aracaju/SE, em 08/12/2010.

<sup>1302</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. Op. cit.; p. 258 e p. 276.

<sup>1303</sup> Op. cit.

ainda que, após essa operação, os funcionários da mencionada assessoria trataram de recolher os documentos restantes oferecendo destino até o momento ignorado<sup>1304</sup>.

Após a publicação do mencionado livro, Carlos Roberto da Silva, Cauê, uma das lideranças estudantis entrevistadas por Ibarê Dantas sobre a citada “operação dos estudantes”, lamentou e discordou da versão apresentada por esse historiador, tendo, por causa dessa divergência, publicado uma resenha no jornal *Folha da Praia*, periódico alternativo, no qual ele afirma que o fato não tinha ocorrido bem assim; ao contrário, os militantes de esquerda e os DCEs em várias partes do Brasil, após terem conhecimento dessa documentação, procuraram salvaguardá-la. Neste sentido, segundo a versão de Silva:

Não foi bem assim. Participante desse período, conheço bem os fatos. **Após fim do regime militar, a esquerda procurou reaver em diversos lugares a documentação – em grande maioria secreta, que os órgãos de informação haviam acumulado.** Nas universidades também houve essa preocupação. Alguns DCEs, em alguns estados, já haviam conseguido recolher tais documentos das ASIs e nós aqui em Sergipe também ficamos nessa expectativa.

Foi aí que soubemos, por um funcionário da reitoria, que estava havendo certa movimentação na ASI daqui. Com receio de que estivesse retirando o material que nos interessa, **resolvemos convocar os estudantes, rapidamente, para uma investida na reitoria a fim de salvaguardar a documentação que, aliás, nos interessa de perto.** Como militantes do movimento estudantil queríamos saber, inclusive, o que havia sobre nós. **Invadimos a reitoria e, para nossa frustração, o que havia era um amontoado de papéis picados longitudinalmente.** Chegáramos tarde e todos os documentos haviam sido picotados. Essa foi a saída encontrada pela reitoria para, no seu dizer, evitar mais conflitos e reverberações sobre um período que todos já davam por extinto<sup>1305</sup>.

A versão apresentada por Carlos Roberto da Silva, uma década depois de a citada “operação estudantil” ter ocorrido, e tempos depois da entrevista que ele havia concedido a Ibarê Dantas, parece refletir mais os debates e discursos sobre a história e memória da ditadura militar, visto a partir da década de 1990, que o sentimento político que havia movido as entidades estudantis e suas lideranças a partir da década de 1980 na luta simbólica contra a comunidade de segurança e informações e a política de segurança

---

<sup>1304</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964-1984*. Op. cit.

<sup>1305</sup> CAUÊ, Carlos. “Sobre a tutela militar”. In: *Folha da praia*. Ano XVII, nº 654, Aracaju, 29 de maio de 1998, p. 11 (negrito nosso).

nacional<sup>1306</sup>. A respeito deste aspecto simbólico, Silva lamenta a destruição dos documentos, mas enfatiza que ela foi

**um ato simbólico de vitória pela extinção da ASI, decidimos queimar aquilo que já houvera sido destruído, ou seja, filipetas inaproveitáveis dos documentos que constituíram parte da história repressiva do regime, na UFS. Não exultamos pela destruição da memória universitária, nem tampouco executamo-la. Apenas não chegamos a tempo de salvá-la<sup>1307</sup>.**

Desse modo, a queima desses documentos, ainda que tenham sido tão somente filipetas, tiveram como lastro a intenção de apagar os traumas, ressentimentos e implicações que os registros dos órgãos de segurança e informação representavam para o movimento estudantil e seus militantes no contexto da década de 1980. Não obstante essa importância simbólica e política, os resultados desses protestos ajudaram a destruir uma parte importante das fontes sobre os estudantes, a universidade e a sociedade brasileira, no período em discussão.

Observa-se, assim, um duplo desmonte desses arquivos: um oficial, ocorrido com o esvaziamento dos arquivos pelas autoridades, e outro social, decorrente dos protestos estudantis contra as reminiscências da ditadura. Esses desmontes, por algum tempo, alimentaram a impressão de que só seria possível trabalhar o assunto através de entrevistas, notas esparsas de jornais ou acessando arquivos do SNI ou sobre a ditadura, localizados no Rio de Janeiro, São Paulo ou Brasília.

Mas apesar de tudo isso, nos arquivos do Programa de Documentação e Pesquisa Histórica – PDPH/DHI/UFS – e no Arquivo Central da UFS, alguns registros, ainda que esparsos, sobreviveram e têm sido trabalhados nas últimas décadas. Dentre esses registros destacam-se: correspondências expedidas e recebidas, atas de conselhos, peças teatrais censuradas, termos de inquérito, relatórios, entre outros.

Pioneiro na trilha desses documentos, Ibarê Dantas, em *A tutela militar em Sergipe*, não apenas descortinou a importância histórica dessa documentação como também apontou a relevância que a recuperação desse acervo documental pode revelar

---

<sup>1306</sup> Ver mais informações a respeito em: SCHMIDT, Benito Bisso. “Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964 quarenta anos depois”. In: *Anos 90*, Porto Alegre, v. 14, n. 26, dez. 2007, pp. 127- 156. E em: SANTOS, Márcia Souza. “Memórias da ditadura em tempos de democracia: representações do regime militar através do cinema nacional”. In: *Em tempo de Histórias* - Publicação do Programa de Pós-Graduação em História PPG-HIS/UnB, n.10, Brasília, 2006, pp. 69-93.

<sup>1307</sup> CAUÊ, Carlos. “Sobre a tutela militar”. Op. cit. (negrito nosso).

para a história do período<sup>1308</sup>. Outros trabalhos, sobretudo no campo da arquivística, têm-se esmerado na busca e sistematização dessa documentação, a exemplo do trabalho de Adriana Melo Carvalho, sobre a presença dessa documentação no PDPH/DHI/UFS<sup>1309</sup>, e o trabalho de Assis Fabiano Braga Santos e José da Conceição Lima dos Santos, sobre os documentos relacionados ao movimento estudantil existentes no Arquivo Central da UFS<sup>1310</sup>. Além desses trabalhos, também é importante registrar a pesquisa de Gislaine Santos Carvalho sobre a história da AESI na Universidade Federal de Sergipe<sup>1311</sup>.

O conjunto dessas pesquisas tem demonstrado que apesar dos documentos destruídos, dos documentos cujo destino ainda é ignorado e dos documentos cujo acesso ainda é restrito pela legislação, é possível, com o suporte da história oral, das pesquisas junto à periódicos e, sobretudo, das pesquisas dos documentos enviados ou recebidos por outras instituições, a exemplo das universidades, seus institutos e departamentos, discutir os significados da política de segurança e informação sobre a autonomia da universidade e do movimento estudantil em tempos de resistência democrática.

Nesse sentido, as fontes avaliadas não apenas revelam os mecanismos de controle e vigilância dos órgãos de segurança e informação como também, mesmo no período classificado pelos estudantes de tempos difíceis, apresentam evidências de que eles mantiveram alguma forma de organização e resistência, assunto a ser discutido no próximo tópico.

#### **8.4. Esvaziamento, fechamento e eclipse do DCE/UFS**

- 1) - Os estudantes partirão para campanha de sensibilização da opinião pública, procurando mostrar que o número de aprovados nos vestibulares é amior (sic) [maior] que o número de vagas ofertadas; será [o] aspecto “reacionário da ditadura”.
- 2) - Já iniciaram a sensibilização dos estudantes, inclusive dos novos, para a permanência de todos os aprovados nas salas de aula, quer matriculados quer não; isto significará tumulto nas Faculdades.
- 3) - O ato seguinte será a tentativa de ocupação, ainda que por tempo parcial, das dependências das escolas; este aspecto já foi comunicado aos calouros, sob a forma “vamos entrar todos, para assistir às aulas e ficar,

---

<sup>1308</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964-1984*. Op. cit., p. 258.

<sup>1309</sup> CARVALHO, Adriana Melo. *Universidade vigiada: documentos para a História da ditadura militar na UFS (1969-1977)*. São Cristóvão: UFS, 2005 (Monografia de graduação).

<sup>1310</sup> SANTOS, Assis Fabiano Braga, SANTOS, José da Conceição Lima dos. *Inventário dos documentos estudantis no Arquivo da Universidade Federal de Sergipe (1950-1987)*. Op. cit.

<sup>1311</sup> CARVALHO, Gislaine Santos. *Espionagem, vigilância e perseguição: a história da AESI em Sergipe*. Op. cit.



se for preciso. A Faculdade é do povo” (atos em frente ao Instituto de Psicologia junto a vestibulandos).

4) - Paralelamente ocorrerão ações de rua, de grande importância “para a denúncia de caráter reacionário da ditadura”<sup>1312</sup>.

O conteúdo supracitado do “Informe nº 33”, encaminhado pela DSI/MEC às reitorias das universidades brasileiras, em fevereiro de 1969, inclusive a UFS, sinalizava que os órgãos da comunidade de segurança e informação passavam a atuar de modo preventivo para evitar e reprimir possíveis estratégias de reivindicação, de protesto ou de resistência por parte dos estudantes. A possibilidade das lideranças estudantis mobilizarem os vestibulandos excedentes, ou seja, aprovados além das vagas disponíveis, nas reivindicações em favor da matrícula destes nos cursos pretendidos e/ou nos protestos contra a ditadura civil-militar, era um dos tipos de protestos que esses órgãos buscavam impedir<sup>1313</sup>.

Em Sergipe, também se verifica nesse período a mobilização de estudantes excedentes no vestibular, sobretudo os do curso de medicina, com o objetivo de garantir suas respectivas matrículas<sup>1314</sup>. Contudo, essas reivindicações parecem ter enveredado mais para o caminho da negociação do que para o confronto, tanto por causa do momento político que o país atravessava no período seguinte à decretação do AI-5 como por causa da postura preventiva dos órgãos de segurança e informação.

Nesse sentido, sob a pressão dos órgãos de segurança e informação, como a descrita no “Informe nº 33/DSI/MEC”, e após o processo de cassação dos direitos políticos dos alunos que estavam na alça de mira das autoridades militares, grande parte da diretoria do DCE/UFS, eleita em 1968, foi cassada, assim como também tiveram seus direitos políticos cassados os representantes do DCE no Conselho Universitário, no caso o estudante de direito João Augusto Gama da Silva, na época também presidente do DCE; o estudante de química Francisco Carlos Varela e a estudante de história Laura Maria Tourinho, sendo esta última suplente no mencionado conselho.

---

<sup>1312</sup> DSI/SEP/MEC . *Informe nº 33/DSI/SEP/MEC/69*, de 28 de fevereiro de 1969, encaminhado às reitorias de todas as universidades brasileiras. Esse documento foi reencaminhado pelo reitor João Cardoso Nascimento Júnior aos demais órgãos que constituíam a FUFSE através do ofício: FUFSE. *Of. cir. 16/69/GR*, de 30 de abril de 1969. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CCBS, Caixa 03, item 07.

<sup>1313</sup> A este respeito, em particular sobre a questão dos excedentes em Alagoas, ver: OLIVEIRA, José Alberto Saldanha de. *A mitologia estudantil: uma abordagem sobre o movimento estudantil alagoano*. Op. cit., pp. 52-64.

<sup>1314</sup> Ver respeito no DAACL. *Of. nº 02/69/DAACL*, de 07 de fevereiro de 1969, encaminhado ao Diretor da FMS. In: In: Arquivo Central da UFS: Fundo CCBS, Caixa 03, item 07.

Dessa forma, diante do afastamento da quase totalidade dos membros do DCE e dos representantes dos estudantes no Conselho Universitário, a segunda tesoureira da entidade estudantil, Adirani Santos, convocou os membros do Conselho de Representantes para uma reunião, agendada para o dia 17 de março de 1969, numa tentativa de reorganizar a entidade<sup>1315</sup>. Entretanto, esta tentativa logo mostrou-se insuficiente para manter a instituição em funcionamento, lançando-se o DCE/UFS no processo de esvaziamento, fechamento e eclipse.

Nesse ínterim, entre meados de 1969 e início de 1975, o movimento estudantil universitário em Sergipe aparece, portanto, eclipsado por uma aparente desarticulação dos estudantes, sem um órgão central de representação estudantil e mergulhado nas sombras dos chamados “Anos de chumbo”<sup>1316</sup>. No tocante a esse período, as pesquisas relacionadas têm destacado que alguns dos atores sociais que protestaram contra a ditadura civil-militar caminharam para a militância clandestina, para a luta armada, e, de um modo geral, foram duramente reprimidos<sup>1317</sup>.

No caso de Sergipe, entretanto, examinando a documentação produzida pelos estudantes universitários e a eles relacionada, constata-se que embora eles tenham tido suas entidades representativas fechadas – UEES, DEE de Sergipe e DCE –, assim como assistido ao ingresso de alguns colegas na militância clandestina – assunto que pela sua importância deve ser abordado em pesquisa específica –, os estudantes mantiveram, ainda que sob constante vigilância e controle das instituições de ensino e dos órgãos de segurança e informação, um mínimo de organização e resistência do movimento estudantil através dos diretórios acadêmicos relacionados aos respectivos cursos a que eles estavam vinculados.

As experiências desse processo de resistência e organização podem ser observadas entre os diversos documentos pesquisados no Arquivo Central da FUFSE e avaliados no corpo dessa tese, dentre os quais: atas, ofícios, prestação de contas e notícias de jornais,

---

<sup>1315</sup> DCE. *Of. cir. s/nº/DCE*, 17 de março de 1969. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CCBS, Caixa 03, item 07.

<sup>1316</sup> Ver a respeito dessa expressão em: D'ARAUJO, Maria Celina, SOARES, Glaucio Ari Dillon, CASTRO, Celso. *Anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro. Relume-Dumara, 1994.

<sup>1317</sup> Ver a respeito em: VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: O diálogo e a violência*. Movimento estudantil e ditadura militar no Brasil. Op. cit.; POERNER, Artur José. *O poder jovem*. Op. cit.; MARTINS FILHO, João Roberto. *1968 faz 30 anos*. Op. cit.; e: MARTINS FILHO, João Roberto. “A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares”. In: *Congresso da Associação de Estudos Latino-americanos*. Dallas, Texas, 27-29 de março de 2003. Disponível em: <<http://lasa.international.pitt.edu/Lasa2003/FilhoJoaoRobertoMartins.pdf>>. Acessado em 10/11/2011.

entre outros<sup>1318</sup>. Avaliando esses documentos, sobretudo no período que se segue à decretação do AI-5, entre os anos de 1969 e 1975, foram encontrados registros da existência e do funcionamento de vários diretórios acadêmicos e de pelo menos um centro acadêmico.

Dentre as entidades estudantis que permaneciam em atividade, ainda que formalmente ou mantendo tímidas políticas culturais vinculadas à instituição, estavam: o Centro Acadêmico Sílvio Romero<sup>1319</sup>, formado pelos estudantes do curso de direito; o Diretório Acadêmico Barão de Mauá, formado pelos estudantes do curso de ciências econômicas; o Diretório Acadêmico João Ribeiro, formado pelos estudantes de história e de geografia do IFCH; o Diretório Acadêmico D. Luciano Cabral Duarte, formado pelos estudantes de educação; o Diretório Acadêmico Maria Khiel, formado pelos estudantes do curso de serviço social; o Diretório Acadêmico Amando Fontes, formado pelos estudantes do Instituto de Letras e Artes; o Diretório Acadêmico Antônio Militão Bragança, formado pelos estudantes do Instituto de Química; o Diretório Acadêmico Augusto César Leite, formado pelos alunos de medicina, e o Diretório Acadêmico Carlos Chagas, formado pelos estudantes do curso de biologia.

Esses diretórios e o mencionado centro acadêmico funcionavam, portanto, sob a regulação da FUFSE, conforme determinava o Decreto Lei 228/1967, e sob a vigilância da AESI, conforme consta na documentação compulsada no Arquivo Central da UFS<sup>1320</sup>. A avaliação desses registros escritos sinaliza também, entre outras evidências, o caminho institucional trilhado pelo movimento estudantil universitário no intervalo de 1969 a 1975, sobretudo na trajetória percorrida para reabrir o DCE da instituição. Desta forma, a compreensão da (re)organização do movimento estudantil na Fundação Universidade Federal de Sergipe, ocorrida em meados dos anos 1970, deve ser compreendida a partir das estratégias de organização e resistências dessas entidades estudantis setoriais, vinculadas aos cursos então existentes.

---

<sup>1318</sup> Ver a respeito em: SANTOS, Assis Fabiano Braga Santos & SANTOS, José da Conceição Lima. *Inventário dos documentos estudantis no Arquivo da Universidade Federal de Sergipe (1950-1987)*. Op. cit.

<sup>1319</sup> O Centro Acadêmico Sílvio Romero, por vezes aparece com a denominação de diretório em razão de uma primeira interpretação da Lei 4.464/1964, logo revista, como já foi discutido. Nesse sentido, no corpo dessa tese optamos pelo uso da denominação centro acadêmico.

<sup>1320</sup> Ver a respeito em: SANTOS, Assis Fabiano Braga Santos & SANTOS, José da Conceição Lima. Op. cit.; e em: CARVALHO, Gislaine Santos. *Espionagem, vigilância e perseguição: a história da AESI em Sergipe*. Op. cit.

Nesse sentido, pode-se perceber a importância da notícia publicada no *Jornal da Cidade*, em junho de 1972, a respeito da movimentação de estudantes

para a composição de chapas, visando à eleição para o diretório acadêmico da Faculdade de Direito. Pela primeira vez, desde 1968, ouve-se falar em movimento estudantil.

Não obstante, a Universidade Federal de Sergipe tem nada menos de que nove diretórios acadêmicos, devidamente legalizados, nas suas unidades de ensino<sup>1321</sup>.

A matéria noticiada não informa apenas a movimentação de estudantes organizando-se para concorrer a eleições, no caso da Faculdade de Direito, como também informa a existência de outros diretórios que vinham funcionando sob a regulação da universidade e dos órgãos de segurança e informação, como prescrevia a legislação então vigente. Ainda nessa matéria, em tom reivindicatório, os estudantes cobram recursos da universidade para o funcionamento das atividades estudantis e declaram que “não existe vida universitária em Sergipe simplesmente porque ‘o único meio de movimentá-la – no caso, os diretórios acadêmicos – estão todos parados, sem funcionar’”<sup>1322</sup>.

Por um lado, a mencionada notícia evidencia a importância da vida universitária associada às atividades dos diretórios como algo necessário e imprescindível às atividades culturais inerentes ao desenvolvimento do pensamento científico, artístico e cultural na universidade. Por outro lado, o argumento de que os diretórios encontravam-se parados e sem funcionar também evidencia uma estratégia para obter recursos. Em meio a esse jogo em prol da reconquista da autonomia política em face da dependência financeira, os estudantes buscavam redimensionar espaços e negociar concessões em meio ao teatro de forças no qual estavam inseridos.

Nesse contexto, tem lugar no cenário político-cultural as primeiras edições do Festival de Arte de São Cristóvão (FASC), dos festivais de cinema amador, da promoção e encenação de peças teatrais, de grupos musicais, de palestras e outros eventos culturais que aguçavam com certa criatividade e irreverência a discussão política do país em Sergipe naquele momento. Neste sentido, não obstante a intenção do Estado em controlar atividades estudantis e a produção cultural no período focado, estudantes e artistas

---

<sup>1321</sup> JORNAL DA CIDADE. *UFS tem 9 diretórios que não funcionam*. Ano I, nº 81, 4 de junho de 1972, p. 3.

<sup>1322</sup> Op. cit.

parecem ter redimensionado alguns usos dos espaços criados, inovando as formas de participação política e cultural<sup>1323</sup>.

Entre esses espaços, o FASC, criado em 1972 para uma dupla comemoração/rememoração, o sesquicentenário da independência do Brasil<sup>1324</sup> e o sesquicentenário da emancipação política de Sergipe<sup>1325</sup>, teve nesse decurso de tempo que se estende até 1984 a intenção de direcionar a produção cultural, sobretudo a relacionada ao meio universitário, a exemplo do que foi feito no Festival de Inverno de Ouro Preto, em Minas Gerais. Esses eventos mostraram-se ligados à valorização do passado colonial, do patrimônio cultural e artístico e do turismo histórico<sup>1326</sup>. Pensado em torno desse projeto cultural, o FASC alcançaria grande repercussão nos meios de comunicação locais, regionais e mesmo nacionais, atraindo grandes públicos<sup>1327</sup>.

Não obstante esse propósito, os usos e redimensionamentos dos espaços do FASC por parte de estudantes, artistas, intelectuais e do conjunto do público que os prestigiava permitiram que esse festival de arte se transformasse em ponto de encontro para se discutir a política do período autoritário com doses de irreverência, criatividade e liberalidade, razão pela qual foi alvo de críticas, sobretudo parte da Igreja Católica, que não aprovava a prática de algumas extravagâncias realizadas em frente aos monumentos históricos e religiosos da cidade de São Cristóvão, local onde acontecia grande parte da programação do evento.

Nesse sentido, o FASC, além de se tornar um espaço de discussão política e de expressões artísticas de vanguarda, o que por si só já chamava atenção dos órgãos de censura, de informação e segurança, também acabou sendo, por causa do consumo de bebidas e de alguns atos de maior descontração, foco de provocações morais que incomodavam alguns intelectuais e membros da Igreja Católica<sup>1328</sup>.

---

<sup>1323</sup> ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira identidade nacional*. Op. cit., pp. 79-126.

<sup>1324</sup> OLIVA, Terezinha Alves de. “O FASC e o sesquicentenário da Independência”. In: *Caderno UFS: História*, nº 1, São Cristóvão: EDUFS, 1995, pp. 17-21.

<sup>1325</sup> Ver a respeito da emancipação política em Sergipe em: DANTAS, José Ibarê Costa. “D. João VI e a emancipação política de Sergipe vertentes historiográficas”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, nº 39, Aracaju: IHGSE, 2009, pp. 109-128.

<sup>1326</sup> SÁ, Antônio Fernando de. “O I FASC e a política cultural do Estado Autoritário”. In: *Caderno UFS: História*, nº 1, São Cristóvão: EDUFS, 1995, pp. 5-16.

<sup>1327</sup> Ver a respeito em: SANTOS, Everton. *Festival de Artes de São Cristóvão: à luz da imprensa (1972-1984)*. Op. cit.

<sup>1328</sup> Ver a respeito em: DUARTE, Luciano José Cabral. *Carta de Dom Luciano Duarte ao reitor da FUFSE, informando ter recebido o Ofício nº 101/77/GR com uma cópia anexa ao Ofício nº 0404/76/GR, dirigido ao diretor presidente da EMSETUR*, no qual ele se coloca contra o projeto do remetente de transformar a Igreja do Rosário num Salão de Exposições e a Igreja do Amparo num Teatro de Arena, ambas situadas em São

Mas foi no campo das artes cênicas que o FASC parece ter tido um papel ainda mais relevante, sobretudo estimulando a formação de jovens estudantes/atores e reunindo plateias para os espetáculos teatrais, além de ter contribuído para a formação de diversos grupos de arte cênicas como: o Imbuauça, o Mamulengo do Cheiroso, o Raízes, o Opinião, entre outros<sup>1329</sup>. Esse fervilhar cênico não passou despercebido pela política de segurança nacional, sobretudo pelos agentes do Departamento de Polícia Federal (DPF) e pelo Departamento de Censura de Diversões Públicas (DCDP), órgãos encarregados de fazer a censura prévia das peças teatrais, assim como de outros tipos de produção artística, além de fiscalizar ou proibir apresentações artísticas<sup>1330</sup>.

Além dos carimbos e cortes verificados em algumas peças teatrais que passaram pelo crivo da censura em Sergipe<sup>1331</sup>, também ilustra o grau de censura e controle dos órgãos de segurança sobre a produção cultural no período a proibição, atribuída à Polícia Federal, em relação ao show do cantor Gonzaguinha. Segundo Milton Alves, presidente do DCE em 1977, mesmo com essa proibição, custeado pelo DCE/UFS, esse show aconteceu<sup>1332</sup>.

Experiências dessa ordem contribuíram como ponto de partida para a (re)organização do movimento estudantil universitário, sobretudo em meio ao tenso processo de distensão e abertura política que começou no país a partir de meados da década de 1970<sup>1333</sup>. Para Ibarê Dantas, à medida “que a distensão transcorria, apesar de seu caráter liberalizante, alguns órgãos da sociedade foram contribuindo para respaldar reivindicações sociais”<sup>1334</sup>. Entre esses órgãos, ele destaca o trabalho social da diocese de

---

Cristóvão/SE, por conta de possíveis banalizações dos mencionados espaços religiosos. In: Arquivo do IDLD, caixa 01, pacotilha 07. E ainda no estudo preliminar de: BEZERRA, Gildo A. *Em Tempos Autoritários: Incursões em torno da produção cultural censurada em Sergipe (1964-1979)*. São Cristóvão: Departamento de História/UFS, 2000 (Monografia de graduação).

<sup>1329</sup> ARAÚJO, Alexandre Santana de, FREITAS, Rochelle Figueiredo, MELO, Vanessa Caroline dos Santos. *Artes cênicas no FASC: fragmentos da história do teatro em Sergipe (1972-1985)*. Op. cit.

<sup>1330</sup> Ver a respeito em: NASCIMENTO, Adriano Gaspar, OLIVEIRA, Kelly Raquel Souza Cardoso de, MATOS, Mayara Gabrielly Carvalho. “*Entre cortes e carimbos*”: a censura teatral em Sergipe (1970-1988). Op. cit. E ainda: CRUZ, José Vieira da, MATOS, Mayara Gabrielly Carvalho. “A censura teatral em Sergipe: 1964-1985”. In: *IV Encontro Estadual de História: Sujeitos, saberes e práticas*. Vitória da Conquista: ANPUH/BA, 2008, pp. 1-10.

<sup>1331</sup> Op. cit.

<sup>1332</sup> ALVES, Milton. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 11/08/2010.

<sup>1333</sup> MATHIAS, Suzeley Kalil. *Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)*. Campinas: Papyrus, 1995.

<sup>1334</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964-1984*. Op. cit., pp. 220-22.

Propriá, através da figura de D. José Brandão de Castro<sup>1335</sup>, assim como da reorganização do Diretório Central dos Estudantes da Fundação Universidade Federal de Sergipe.

### 8.5. A passagem do eclipse, o DCE e a “Operação Cajueiro”

Parafraseando o refrão da música “Apesar de você” (1970), de Chico Buarque, apesar do AI-5 e da legislação produzida durante esse período autoritário com a finalidade de controlar, vigiar e desorganizar o movimento estudantil universitário, este (re)organizou-se. Neste sentido, a reabertura do DCE/UFS a partir de 1976 retoma a experiência de uma central estudantil, uma vez que a União dos Estudantes Superiores de Sergipe (UEES), que representava os universitários do estado, havia sido transformada em Diretório Estadual dos Estudantes (DEE de Sergipe), por força da Lei Suplicy em 1964, instituição, posteriormente, extinta por determinação do Decreto-Lei 228, em 1967, ficando os universitários sem um órgão estadual de representação, situação que persiste até os dias atuais<sup>1336</sup>.

Nesse sentido, quando os estudantes universitários da FUFSE elegeram, no final do ano de 1975, uma nova diretoria para o DCE, através de um processo eleitoral indireto, foi estabelecido um importante marco político e histórico na reconquista da legalidade e autonomia de sua instituição representativa. Este marco político ocorreu a partir da eleição de um representante de cada um dos centros de ensino então existentes – respectivamente

---

<sup>1335</sup> D. José Brandão de Castro tornou-se a referência da ala progressista da Igreja Católica no estado após a morte de D. José Vicente Távora, em 1970; e da conseqüente ascensão de D. Luciano José Cabral Duarte, representante da ala conservadora, à condição de Arcebispo. Dentro dessa perspectiva, entre as suas iniciativas políticas destacam-se: a manutenção da circulação do jornal “A Defesa”, alvo de críticas dos militares e de agentes da Polícia Federal; e a organização, junto com os estudantes, os sindicatos urbanos, trabalhadores rurais e outros segmentos sociais das comemorações do 1º de maio, por parte da sociedade, a partir de 1981.

<sup>1336</sup> Nos últimos meses verificou-se um movimento por parte das lideranças dos DCEs atualmente existentes no estado: o da UFS, da UNIT, da FASE, da FACE/FACAR e o da Faculdade Pio Décimo, no sentido de refundar a UEES, movimento que parecia não ter alcançado o objetivo pretendido. Entretanto, no fechamento desta tese, 29 de fevereiro de 2012, recebemos via e-mail, a “Carta aberta à sociedade sobre UEES”, traçando um breve histórico da entidade, fundada em 1953, fechada com o golpe em 1964, e que agora, quase cinco décadas depois, anunciava sua refundação e posse da primeira diretoria nessa nova fase agendada para o dia e de março de 2012. Um acontecimento mais que importante considerando-se o tema abordado neste trabalho. Ver a respeito em: INFONET. *Estudantes se unem para recriar a UEES*. Aracaju: Portal Infonet, 22/09/2011. Disponível em: <<http://www.infonet.com.br/educacao/ler.asp?id=118772&titulo=noticias>> Acessado em: 16/12/2011; e: UEES. *Carta aberta à sociedade sobre a UEES*. In: [thiagodhatt@hotmail.com](mailto:thiagodhatt@hotmail.com), enviado para: [jvdc1972@hotmail.com](mailto:jvdc1972@hotmail.com), quarta-feira, 29 Fevereiro de 2012, 14:12:20.

associados às áreas de ciências: exatas, humanas, saúde e sociais –, os quais tiveram o direito de eleger a direção da mencionada entidade estudantil de forma indireta<sup>1337</sup>.

Evidentemente, essa não era a proposta ideal, mas foi à solução possível negociada, em meio às condições políticas daquele momento histórico, pelos estudantes junto aos representantes da universidade e aos órgãos de segurança e informação. Dessa forma, DCE foi reaberto e suas atividades foram retomadas. Alguns meandros dessa negociação, evidenciada de modo fragmentado nas atas do Conselho Universitário/FUFSE, revelam que a partir das reivindicações realizadas nesse conselho foi possível reabrir a instituição de representação central dos estudantes na mencionada universidade<sup>1338</sup>. A partir dessa conquista negociada, nos anos seguintes, iniciar-se-ia a luta pela realização de eleições livres, diretas e democráticas não apenas para o DCE, mas também para a reitoria e para a presidência do país.

Dessa forma, a reabertura do DCE/UFS, mesmo através de eleições indiretas, ocorridas no final do ano de 1975, não impediu os estudantes de, ao assumirem a nova diretoria da entidade, ainda em plena ditadura, expressarem sua crítica ao sistema de ensino, ao modelo de gestão da universidade e à política de governo então vigente no país. O discurso de posse do estudante Antonio Vieira de Araújo, eleito em 1975 para presidir o DCE a partir do ano seguinte, destaca alguns desses pontos quando enfatiza que o “momento é importante também para questionar quanto à produção de conhecimento teórico e prático que aqui se administra. Será que este conhecimento tem servido para ajudar a Universidade sergipana a se firmar na nossa comunidade?”<sup>1339</sup>.

Dentro dessa perspectiva, cerca de sete anos após o fechamento do DCE, ocorrido em 1969, o novo presidente da entidade, na presença do então reitor Luiz Bispo, enfatizou, entre outras questões, em seu discurso de posse, uma crítica às oligarquias locais e ao enlace destas com a cúpula da universidade, que, segundo ele, antes de tudo deveria se abrir-se “a todos que têm algo de novo a dizer, porque já estamos conscientes de que a fala dos oligárquicos já caiu em decuso (sic) [desuso]”<sup>1340</sup>.

---

<sup>1337</sup> PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 17/08/2010.

<sup>1338</sup> Ver a respeito às atas do CONSUN/FUFSE no período de 1972 a 1974. E ainda em: OLIVEIRA, Adriano Feitosa, MARINS, Gustavo Cabral, SANTOS, Reginaldo da. “*Páginas e uma história*”: As atas do Conselho Superior e a Universidade Federal de Sergipe, 1968 a 1985. Op. cit.

<sup>1339</sup> GAZETA DE SERGIPE. *DCE quer UFS livre de oligarquia*. Ano XX, nº 5252, 7 de janeiro de 1976, p.1.

<sup>1340</sup> Op. cit.



Nesse sentido, mais do que um discurso de ousadia de um jovem líder universitário, o destaque conferido pela imprensa local ao acontecimento noticiado como matéria de capa, inclusive com a foto dos empossados na presença de autoridades, conferiu ao ato e ao discurso um importante significado político, sobretudo no instante em que o país começava a esboçar um movimento no sentido de redemocratizar-se.

Entretanto, os sentidos dessa redemocratização proferidos nesse discurso parecem não apenas se circunscrever à crítica acerca da continuação dos militares no governo, como também acentuam a necessidade de tornar a universidade mais acessível a outros segmentos da sociedade. Neste sentido, pode-se dizer que os estudantes, através do discurso do presidente do DCE, retomavam algumas das bandeiras da reforma universitária do início dos anos de 1960, quando a ideia de uma universidade moderna, popular e participativa, era debatida e defendida<sup>1341</sup>.

Para o então estudante de economia e atual reitor da FUFSE, Josué Modesto dos Passos Subrinho, os esforços estudantis para a reabertura do DCE foram resultados da articulação dos estudantes ligados ao PCB, presentes em economia, história e outros cursos, e dos estudantes liberais que mostravam certa hegemonia no curso de direito, ainda que estes últimos não tenham vencido as disputas pela direção do DCE frente aos militantes do PCB, ao menos no período de 1974 a 1977.

Assim, segundo Passos Subrinho, a partir da base do curso de economia, orientada pelos militantes do PCB que atuavam no MDB, “se começou a aglutinar estudantes de outras escolas e outras faculdades que tinham certa rivalidade e aliança com os estudantes do curso de Direito”<sup>1342</sup>. Estes, por sua vez, tinham uma linha de atuação fundada no “pensamento liberal... Liberal no sentido de ser mais motivada pela crítica formal a violação de direito que representava o regime militar”<sup>1343</sup>. Estes dois grupos políticos atuaram no cenário de reabertura do DCE. A este respeito, Passos Subrinho faz o seguinte relato:

enfim eu diria que tinham esses dois polos no movimento estudantil de então. Nesse período de 1974 a 1977, economia que nucleava alguns cursos sob a orientação do PCB que incluíam outros que efetivamente não eram filiados ao PCB e os estudantes de Direito que tinham um

---

<sup>1341</sup> Ver a esse respeito o capítulo “Tempos da JUC e da reforma universitária” da presente tese, pp. 110-167.

<sup>1342</sup> PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 17/08/2010.

<sup>1343</sup> Op. cit.

número grande de participantes e tinham essa orientação mais liberal. [Nesse cenário] O Diretório Central dos Estudantes foi aberto com uma eleição indireta, a partir da eleição dos centros acadêmicos existentes que formaram as chapas e votavam, os [representantes dos estudantes do] centros que votavam no DCE, não era uma eleição direta no DCE<sup>1344</sup>.

Entre os estudantes de economia que atuaram na primeira fase da Ala Jovem do MDB, sob a orientação de militantes ou simpatizantes do PCB, estavam: Antônio Góis – Goisinho –, Josué Modesto dos Passos Subrinho, Carlos Alberto Matos de Oliveira – Camo –, entre outros. E entre os estudantes de postura liberal que atuaram na Ala Jovem do MDB figuraram: Carlos Alberto Menezes, Agamenon Araújo, Walter Calixto, Elias Pinho, Francisco Dantas, Luciano Oliveira, José Almeida Lima, Nilton Vieira Lima, Francisco Ramos, entre outros<sup>1345</sup>.

Essa primeira fase da Ala Jovem do MDB de Sergipe, uma das primeiras a serem criadas no país, foi organizada de 1974, como órgão auxiliar do MDB com base na Lei 5.682/71<sup>1346</sup>, até 1976, quando foi deflagrada a “Operação Cajueiro”, que resultou na prisão de vários militantes e na desarticulação da atuação do PCB junto à Ala Jovem do MDB, entre outras consequências.

Segundo Afonso Nascimento, à época estudante do curso de direito e participante da nova Ala Jovem do MDB, constituída após os acontecimentos da “Operação Cajueiro”<sup>1347</sup>. Essa nova fase, ocorrida entre 1976 e 1978, contou com a militância de estudantes “igualmente rebeldes” como:

Bosco Mendonça, Agamenon Araújo, Francisco Dantas, Fernando Santana, Afonso Nascimento, Joseval, Zé Luís (sobrinho do ex-estudante de Direito comunista Jacinto), Luciano Oliveira, entre outros. Dito noutras palavras, recém-graduados em Direito, estudantes de Direito, psicólogo, estudante de Medicina e de outros cursos da UFS como Henrique (estudante de Letras e músico). **Estudantes de Economia e militantes do PCB não farão parte dessa segunda fase**<sup>1348</sup>.

---

<sup>1344</sup> PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 17/08/2010.

<sup>1345</sup> Op. cit.

<sup>1346</sup> BRASIL, Lei 5.682, de 21 de julho de 1971.

<sup>1347</sup> Ver a respeito: DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964-1984*. Op. cit., pp.181-185. E ainda em: LIMA, Paulo. *Operação Cajueiro: a repressão aos comunistas em Sergipe*. Op. cit.

<sup>1348</sup> NASCIMENTO, Afonso. “Rebeldes com causa: a Ala Jovem do MDB de Sergipe”. In: *Jornal da Cidade*, 10/10/2011. Disponível em: <[http://www2.jornaldacidade.net/artigos\\_ver.php?id=15877](http://www2.jornaldacidade.net/artigos_ver.php?id=15877)>. Acessado em 10/11/2011 (negrito nosso).

Nascimento, ao avaliar a diferença entre os estudantes próximos ao PCB e os estudantes liberais que atuaram no período mencionado, declarou que apesar de todos eles combaterem a ditadura, aqueles lutavam contra a ditadura para colocar outra ditadura em seu lugar, e estes lutavam contra a ditadura a favor da democracia liberal<sup>1349</sup>.

Não obstante as diferenças de ordem ideológica, os estudantes vinculados ao PCB e os estudantes liberais participaram juntos da Ala Jovem do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), unidos pelo objetivo comum de combater a ditadura civil-militar. Juntos, esses estudantes adotaram estratégias para criticá-la, seja pichando muros, seja lutando pela reabertura do DCE, seja apoiando candidatos provenientes do meio estudantil universitário a se elegerem para cargos eletivos na Câmara de Vereadores de Aracaju, na Assembleia Legislativa Estadual ou no Congresso Nacional<sup>1350</sup>.

Nessa fase de reabertura, na qual as eleições não eram diretas, passaram pela presidência do DCE os estudantes Antônio Vieira de Araújo, entre 1975/1976; Milton Alves, entre 1976/1977; e José Luiz, entre 1977/1978. Nessa fase, o mencionado órgão estudantil esteve próximo dos simpatizantes do PCB, tendência que declinará nos anos seguintes em razão da “crise que se abateu sobre o velho partidão”<sup>1351</sup>. Dentre os fatores responsáveis por essa crise podem ser apontados as consequências da “Operação Cajueiro” e as desavenças de Luís Carlos Prestes com o Comitê Central do PCB no final dos anos 1970. Esses acontecimentos parecem ter causado certa desmobilização entre os militantes que permaneciam no partido<sup>1352</sup>.

### **A atuação do PCB na Ala Jovem do MDB**

Segundo Milton Alves, nesse período o MDB predominava no movimento estudantil universitário, por causa dos “comunistas [que] estavam lá dentro, não tinha pra onde correr, o grosso do Partido Comunista Brasileiro estava dentro da Ala Jovem do MDB e os mais idosos dentro do próprio MDB”<sup>1353</sup>. Neste sentido, a postura dos

---

<sup>1349</sup> NASCIMENTO, Afonso. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 19/02/2011. E em: NASCIMENTO, Afonso. “Memórias de um ex-estudante de Direito (sobre a Operação Cajueiro)”. In: *Jornal da Cidade*, 21/02/2011. Disponível em: <[http://www2.jornaldacidade.net/artigos\\_ver.php?id=2438](http://www2.jornaldacidade.net/artigos_ver.php?id=2438)>. Acessado em 22/02/2011.

<sup>1350</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., pp. 115-181.

<sup>1351</sup> Op. cit., p. 222.

<sup>1352</sup> Op. cit.

<sup>1353</sup> ALVES, Milton. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 11/08/2010.

estudantes que estavam à frente do movimento estudantil no período em discussão deve ser compreendida, também, em face do jogo político partidário entre ARENA e MDB, e neste último entre comunistas e liberais e/ou entre moderados e autênticos<sup>1354</sup>.

Dessa forma, influenciados pelo MDB e pela dinâmica política da década de 1970, os membros de sua Ala Jovem defendiam que a atuação do movimento estudantil não deveria ter como função exclusiva a questão da universidade, pois, como recorda Alves, naquele momento os estudantes compreendiam que o ensino universitário era uma “extensão dos interesses de um modelo econômico, político e social vigente, que atuava para o benefício das grandes potências estrangeiras<sup>1355</sup>”.

Essa linha de atuação partidária obteve um êxito significativo com as eleições de Jackson Barreto e Jonas Amaral, ex-militantes do movimento estudantil vinculados ao PCB, na Câmara de Vereadores de Aracaju em 1970, e de Jackson Barreto na Assembleia Legislativa em 1974. Para a então estudante Araci Bispo do Nascimento, militante da Ala Jovem do MDB no período, cabia aos estudantes fazerem a campanha de rua, o trabalho de formiguinha, o corpo a corpo com os eleitores, enquanto que aos empresários da construção, em particular a família Teixeira, competia financiar o movimento<sup>1356</sup>. O resultado desse enlace, além da eleição dos militantes do MDB à Câmara de Vereadores e à Assembleia Legislativa, foi a eleição de José Carlos Teixeira à Câmara dos Deputados Federais e de Gilvan Rocha ao Senado Federal pelo MDB nas eleições de 1974, fatos que inseriram Sergipe no movimento eleitoral que impeliu à ARENA, partido de sustentação da ditadura civil-militar, expressiva derrota nesse citado pleito eleitoral em vários estados do país<sup>1357</sup>.

---

<sup>1354</sup> A respeito do MDB e sua Ala Jovem, ver: KINZO, Maria D’Alva Gil. *Oposição e autoritarismo gênese e trajetória do MDB: 1966-1979*. São Paulo: Vértice / Editora Revista dos Tribunais, 1988; JACOBINA, André Teixeira. *Clivagens partidárias: ARENA e MDB baianos em tempos de distensão (1974-1979)*. Salvador: UFBA/PPGH, 2010 (Dissertação de mestrado); GONZALES, Maria Victoria Espiñeira. “A experiência da Ala Jovem do MDB da Bahia durante o regime militar”. In: SALLES, João Carlos (Org.). *Filosofia e Consciência Social*. Salvador: Ed. Quarteto, 2003. E a esse respeito em Sergipe: DANTAS, José Ibarê Costa. Op. cit., pp. 115-120 e pp. 186-189.

<sup>1355</sup> MDB. *Boletim do setor jovem do MDB*, julho de 1977. Acervo pessoal de José Ibarê Costa Dantas.

<sup>1356</sup> NASCIMENTO, Araci Bispo do. Entrevistada por SANTOS, Fernanda de Andrade, GOIS, Lidiane Barbosa de, OLIVEIRA, Rose Carla de Araújo. Aracaju/SE, 28/11/2008.

<sup>1357</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., pp.172-180.

## A “Operação Cajueiro”, os sequestros, a tortura e o clima de medo e apreensão

Entretanto, esse contexto de significativas conquistas eleitorais do MDB, inclusive em Sergipe, de reabertura do DCE/UFS e do propalado processo de distensão e de abertura, iniciado com a gestão da presidência do general Ernesto Geisel, entre 1974 e 1978, atingiu, em fins de fevereiro de 1976, a fase de repressão política mais violenta em Sergipe, efetuada pela denominada “Operação Cajueiro” – ação militar comandada pelo general da linha-dura Adry Fiúza de Castro, da 6ª Região Militar, o qual enviou um grupo especial de segurança designado para desarticular a “ameaça comunista” que se organizava em Sergipe.

A “Operação Cajueiro” foi, portanto, um dos desdobramentos da ação de repressão dos militares e dos órgãos de segurança e informação, iniciada sob o pretexto de combater os grupos de esquerda, por um lado, e de desestabilizar a proposta de distensão e abertura política formulada por Geisel, por outro. Neste sentido, Sergipe foi um dos vários estados em que esse tipo de ação aconteceu, tendo aqui recebido a mencionada denominação.

Em Sergipe, entre estudantes, sindicalistas e outros militantes políticos, ao menos 25 foram alvos de sequestros, prisões, interrogatórios e torturas. Alguns deles, inclusive, com sequelas irreversíveis, como foi o caso do funcionário público Milton Coelho, que ficou cego como resultado dos maus-tratos. Desta feita, a natureza sigilosa da operação, ocorrida entre os gritos e festividades do período de carnaval; a estratégia de dispensar do comando da operação os oficiais que estavam à frente da guarnição local do Exército, no caso o 28º Batalhão de Caçadores; e o controle dos órgãos de imprensa que silenciaram diante do fato, produziu uma situação de apreensão, desamparo e impotência entre os familiares, amigos e colegas dos desaparecidos políticos.

Diante do silêncio da imprensa local em face desses acontecimentos e no papel de correspondentes de jornais de outros estados, o jornalista Milton Alves, ex-presidente do DCE gestão 1977/1978, e o jornalista Paulo Barbosa de Araújo, participante da “revolta dos estudantes da FAFI”, em 1965, conseguiram enviar as primeiras notícias sobre o ocorrido para o *Jornal da Bahia*, o *Estado de São Paulo*, *O Globo* e o *Jornal do Brasil*. Em razão destas denúncias, da mobilização de familiares, amigos e de políticos ligados ao

MDB, as informações sobre as prisões e os presos políticos começaram a ser apresentadas de modo gradativo, sendo que alguns ainda passariam mais de 40 dias presos<sup>1358</sup>.

Trinta e cinco anos depois do ocorrido, o jornalista Milton Alves, ao recordar-se do episódio da “Operação Cajueiro”, ocorrida nos primeiros dias do Carnaval de fevereiro de 1976, descreve o contexto em que ele e o jornalista Paulo Barbosa de Araújo conseguiram enviar as primeiras notícias sobre a mencionada operação, ao mesmo tempo em que avalia a importância das citadas denúncias para a preservação da integridade física dos presos e tece críticas à imprensa de Sergipe pela omissão em relação a esse acontecimento<sup>1359</sup>. Esta, segundo o jornalista, além de não denunciar a “Operação Cajueiro”, prestou-se a publicar a carta em que Wellington Manguiera, militante do PCB preso na tentativa de fugir do país, declarava rejeitar a maconha e abominar o comunismo<sup>1360</sup>.

Voltando à questão da “Operação Cajueiro”, nos dias seguintes a esse episódio parece ter ficado no cotidiano da sociedade, em particular dos estudantes, um sentimento de desamparo, insegurança e impotência que passou a se abater sobre todos<sup>1361</sup>. Afinal, em meio àqueles tempos difíceis, qualquer palavra, leitura ou relacionamento poderiam ser motivo para que cidadãos fossem sequestrados, presos, interrogados, torturados e até mortos, como aconteceu, nessa última situação, com militantes em outros estados<sup>1362</sup>. Já em termos políticos a “Operação Cajueiro” não apenas abalou a fase de liberação política que havia sido iniciado 1974, como também marcou a fase de maior brutalidade e arbítrio cometidos durante a ditadura civil-militar em Sergipe<sup>1363</sup>.

---

<sup>1358</sup> ALVES, Milton. “Operação Cajueiro, papel da imprensa em Sergipe”. In: *Portal Infonet*. 19/02/2011. Disponível em: < <http://www.infonet.com.br/clauidionunes/ler.asp?id=109999&titulo=clauidionunes> > . Acessado em 10/03/2011.

<sup>1359</sup> Op. cit.

<sup>1360</sup> Notícia estampada na primeira página do jornal, ver a respeito em: GAZETA DE SERGIPE. *Advogado preso aconselha juventude a abandonar o comunismo*. Ano XX, nº 5370, 1º de março de 1972, p.1. Além disso, o jornal publicou na íntegra a citada carta assinada por Wellington Manguiera em 24 de fevereiro de 1976, ver a respeito em: GAZETA DE SERGIPE. *Carta de Wellington*. Ano XX, nº 5370, 1º de março de 1976, p.8.

<sup>1361</sup> Esse acontecimento para José Luciano Góis de Oliveira, a época estudante do curso de direito e militante da Ala Jovem do MDB, gerou um clima de medo, apreensão e pânico, entre os amigos de quem estava desaparecendo, em razão da operação de sequestro posta em prática pelos militares, como também entre aqueles que, como ele, corriam o risco de serem os próximos alvos. Ver a respeito em: OLIVEIRA, José Luciano Góis de. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, em 30/12/2011. Além dessa entrevista, faz-se importante registrar que a lembrança negativa da mencionada experiência foi um dos motivos que estimulou a desenvolver a tese: OLIVEIRA, José Luciano Góis de. *Mouvements de defense de droits de l'homme au Bresil*. Paris: EHESS, 1991, sob orientação de Claude Lefort.

<sup>1362</sup> ARNS, Paulo Evaristo. *Perfil dos atingidos - projeto Brasil: nunca mais*, Petrópolis, Vozes, 1988.

<sup>1363</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., p. 298.

## 8.6. Diretas para o DCE, Reitor e Presidente

O processo indireto da eleição do Diretório Central dos Estudantes impede a participação da maioria dos estudantes na escolha da diretoria de sua entidade. São apenas 04 estudantes por cada unidade, decidindo por todos os alunos do curso<sup>1364</sup>.

A discussão sobre as eleições para direção do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Sergipe (DCE/UFS), abordada na nota supracitada, descreve o processo eleitoral restrito e indireto pelo qual, após a reabertura da mencionada entidade estudantil, em 1976, estavam sendo eleitos os representantes desse diretório. Essas eleições indiretas e restritas não passaram sem protestos por parte dos estudantes que assistiam os acontecimentos do gradual e lento processo de distensão que o país começava a atravessar<sup>1365</sup>. Os propósitos desse tipo de protesto foram somados aos questionamentos sobre o papel da universidade, a necessidade do debate político na comunidade acadêmica, a importância do voto direto para o DCE, a importância do movimento pela anistia, a luta pela liberdade de expressão e por melhores condições de vida.

Dentro dessa perspectiva, após a reabertura do DCE em 1976, essa agenda de reivindicações torna-se cada vez mais presente, sobretudo nos jornais estudantis que circulavam em meio às calouradas organizadas pela entidade para receber os estudantes que ingressavam na universidade. Por um lado, as calouradas reuniam tanto os novos estudantes quanto os já estabelecidos em torno de atividades festivas e culturais para que eles comessem a participar, “ver e a viver uma vida universitária num amplo e verdadeiro sentido: observando, discutindo, pensando, participando e... se divertindo que ninguém é de ferro”<sup>1366</sup>. Por outro lado, os publicados pelo DCE e pelos DAs, estimulavam por meio de seus editoriais, crônicas, charges, histórias em quadrinhos, entre outros recursos textuais e de imagem, o posicionamento político por parte de seus leitores, no caso os estudantes universitários.

A junção dessas duas experiências, a dos jornais e das calouradas, fica evidenciada na edição de nº 2 do *Jornal do Calouro*, publicada por ocasião da calourada de

---

<sup>1364</sup> DCE. *Nota do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Sergipe*, em 1978. In: Acervo de documentos [cópias] coletados pelo pesquisador José Ibarê Costa Dantas.

<sup>1365</sup> Ver a esse respeito: MATHIAS, Suzeley Kalil. *Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)*. Op. cit.

<sup>1366</sup> DCE. “Comece participando” [editorial]. In: *Jornal do Calouro*: publicações do DCE e dos DAs. Aracaju: FUFSE, nº 2, 1978, p.2.

1978. Nessa edição, chama atenção a história em quadrinhos intitulada “ABC do Calouro: guia prático tira-dúvidas”, através do qual, de forma humorada, é apresentado aos universitários um país que no passado discutia a política nas ruas, nos sindicatos e nas universidades, mas que naquele momento atendia apenas aos privilégios de poucos, como se pode observar na imagem postada na página a seguir.

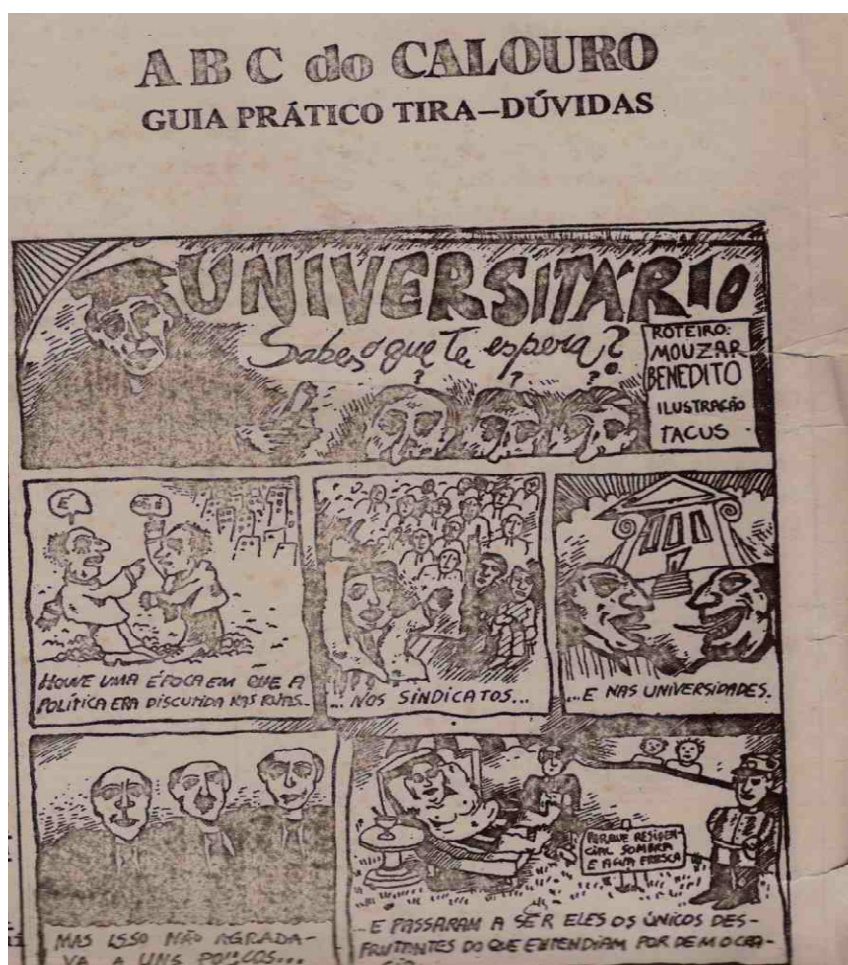


Imagem 11: BENEDITO, MOUZAR [roteirista] e TACUS [ilustrador]. “ABC do Calouro: guia prático tira-dúvidas” [história em quadrinhos].  
Fonte: DCE. *Jornal do Calouro*: publicações do DCE e dos DAs. Aracaju: FUFSE, nº 2, 1978, p.1.

Em outro momento do mencionado jornal, a utilização de um *totem* formado pela sobreposição de três personagens descreve as contradições da estrutura social do país no final da década de 1970. O primeiro desses personagens, de cima para baixo, é o governo, simbolizado por uma autoridade de terno e gravata borboleta, que expressa o desejo de que naquele ano de 1978 ele tenha a mesma boa vida do ano anterior: “banquetes, mulheres, mordomias, diversão...”. O segundo é um estudante, simbolizado por um jovem barbudo



com roupas mais informais, que carrega sobre os ombros o peso da burocracia e do autoritarismo do governo, que desejando: “voto, anistia, liberdade de expressão para melhorar a situação”. E o terceiro é um trabalhador, representado pela figura de um operário com capacete, roupas desgastadas, derramando o suor do rosto para sustentar os privilégios da alta burocracia do estado e as reivindicações dos estudantes, desejando para o seu dia a dia: “arroz, farinha e feijão pra aguentar esse rojão”, como se pode observar na charge que se segue.



Imagem 12: BENEDITO, MOUZAR [roteirista] e TACUS [ilustrador]. [Charge sem denominação].

Fonte: DCE. *Jornal do Calouro*: publicações do DCE e dos DAs. Aracaju: FUFSE, nº 2, 1978, p.4.

Além da publicação de jornais e da realização de calouradas – geralmente marcadas por críticas irreverentes, discussões sobre o papel dos estudantes e análises sobre a conjuntura política do país e do mundo –, os estudantes universitários, através do DCE, promoveram alguns ciclos de palestras para discutir temas relacionados à agenda política do período, numa alusão ao fato de que os estudantes e a universidade deveriam se inteirar com as discussões dos problemas da sociedade brasileira.

Um desses ciclos de palestras, ocorrido em 1977 – pensado para discutir os efeitos do “Decreto-lei 477” sobre os estudantes e a universidade –, foi alvo de proibições por parte da reitoria da UFS, sob orientação da Assessoria de Segurança e Informação (ASI), que informou aos estudantes, às vésperas da realização do mencionado ciclo de palestras, que eles tinham de solicitar uma autorização ao MEC com 60 dias de antecedência e que em razão disso o evento não poderia acontecer<sup>1367</sup>.

Em virtude dessa restrição, o DCE procurou o apoio jurídico da OAB/secção Sergipe para “exigir a volta do ESTADO DE DIREITO”, sob o argumento de que, não obstante a busca pelo diálogo, que os estudantes afirmavam manter com a reitoria, essa postura estava sendo contrariada em pelo menos dois motivos:

- porque entendemos que dialogar não é só ouvir e porque acordo não é submissão; e
- porque entenderam [a reitoria e a ASI] que dialogar é aceitar argumentos sem os distinguir e porque tentaram nos convencer que estar de acordo é não ter opinião, quando na verdade acordo pressupõe anterior discordância, resultante, no final, na coincidência de vontades<sup>1368</sup>.

Os estudantes, diante desse impasse, terminaram por deliberar pela realização do mencionado ciclo de palestras. Este evento a princípio deveria ocorrer no prédio da Faculdade de Direito, situado na avenida Ivo do Prado, mas em razão da proibição imposta pela universidade, sob orientação da ASI, foi realizado pelos estudantes na sede do DCE, situada na rua Campos. Segundo Alves, a época presidente do DCE, os estudantes lotaram o local para assistir à “palestra sobre o Decreto-lei 477, proferida pelo então já falecido senador Gilvan Rocha”<sup>1369</sup>.

A respeito dessa palestra, além do significado político do tema, a escolha do palestrante também tinha um significado político à parte, já que Gilvan Rocha, eleito senador pelo MDB de Sergipe em 1974, numa eleição tida como improvável diante da disputa com uma tradicional figura da política estadual<sup>1370</sup>, representava uma voz legitimada pela oposição contra a ditadura civil-militar.

---

<sup>1367</sup> Ver a respeito: DCE. *Of. cir. nº 03/1977/DCE/UFS*, de 3 de agosto de 1977, endereçado aos membros do Conselho de Representantes do DCE. In: Arquivo Central da UFS: Fundo Gabinete do Reitor/Vice-Reitor. Ver também a esse respeito em: ALVES, Milton. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 11/08/2010.

<sup>1368</sup> DCE. *Of. cir. nº 03/1977/DCE/UFS*, de 03 de agosto de 1977. Op. cit.

<sup>1369</sup> ALVES, Milton. Op. cit.

<sup>1370</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., pp. 172-180.

Ainda na gestão do DCE de 1978, presidida por Milton Alves, os estudantes promoveram mais um ciclo de palestras; desta feita, com Jonas Amaral, vereador por Aracaju reeleito pelo MDB. Essa palestra, conforme recorda Alves, teve a presença de agentes da Polícia Federal gravando as discussões realizadas<sup>1371</sup>. Esses agentes, segundo as entrevistas de alguns militantes estudantis do período, eram facilmente identificados em razão do biótipo e do sotaque, já que a maior parte deles vinha de outros estados ou eram pessoas das quais eles já suspeitavam que trabalhassem para a Polícia Federal ou para a ASI<sup>1372</sup>.

Não obstante essa sensação incômoda, de saber que estavam sendo vigiados e de que as discussões proferidas poderiam estar sendo gravadas, os estudantes sustentaram a realização da palestra do vereador Jonas Amaral, mesmo sabendo que no lugar desse palestrante a universidade havia recomendado o professor de direito, participante da ADESG<sup>1373</sup>, Carlos Augusto Aires de Freitas Britto. A esse respeito, Alves recorda que os estudantes, em particular os membros do DCE, perguntavam-se,

por que a universidade liberou? Por que a universidade exigia que a palestra de Jonas Amaral não fosse dada? Pois a palestra que ele deu tinha que ser dada por um professor, mestre, catedrático, Carlos Aires Britto. E nós não aceitávamos Aires Brito. Porque a gente sempre soube que ele tinha as ligações com a família Britto, [proprietárias de terra da região] de Propriá e nós entendíamos que ele não era a pessoa naquele instante mais certa a falar com a gente.

**Para você ver como o mundo dá giros, ele não era o professor que poderia falar para a gente, nós queríamos colocar palha na fogueira e Jonas Amaral era da Ala Jovem do MDB, nós queríamos alguém que falasse e que instigasse os companheiros**<sup>1374</sup>.

A decisão em favor de Jonas Amaral como palestrante, por um lado, tinha o significado político semelhante ao da palestra conferida pelo senador Gilvan Rocha, ou seja, de valorização de um discurso de resistência democrática frente à ditadura civil-militar. Por outro lado, a rejeição ao nome de Carlos Augusto Aires de Freitas Britto também tinha um significado político importante, não apenas por ele ter sido membro da

---

<sup>1371</sup> ALVES, Milton. Op. cit.

<sup>1372</sup> Ver também a esse respeito em: ARAÚJO, Ruy Belém de. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 20/08/2010; e em: BEZERRA, Antônio Ponciano. Entrevistado por Gislaíne Santos Carvalho. Aracaju/SE, 14/08/2008.

<sup>1373</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., p. 153.

<sup>1374</sup> ALVES, Milton. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 11/08/2010 (negrito nosso).

ADESG, mas também pelo fato de ele ter sido o advogado de sua família no litígio de terras com os remanescentes indígenas Xocós, cuja causa havia sido apoiada por professores e estudantes universitários da UFS<sup>1375</sup>.

Não obstante essa rejeição, compreensivo para o momento político em discussão, o professor de direito e advogado Carlos Britto tornar-se-ia, nas décadas seguintes, um participante do movimento pela redemocratização do país, jurista notabilizado pelo êxito em causas trabalhistas em favor de algumas categorias profissionais do setor público e, atualmente, com relativo destaque, ocupa a posição do ministro do Supremo Tribunal Justiça<sup>1376</sup>.

### **Os estudantes universitários e a Ala Jovem do MDB**

Norteados por esse horizonte de discussões, os universitários de Sergipe, no período de 1976 a 1978, sob influência dos estudantes comunistas e liberais que atuavam na Ala Jovem do MDB, entre outras conquistas, conseguiram negociar a realização de eleições diretas para o DCE, ou seja, eleições nas quais todos os estudantes, e não apenas seus representantes, tomariam parte no processo de votação. Esta conquista foi assegurada pela aprovação junto ao Conselho Superior da UFS, através da Resolução nº 10/78/CONSU, datada de 03 de novembro de 1978, que passou a disciplinar as eleições diretas para o DCE<sup>1377</sup>.

Essa resolução, ao expor os motivos que a fundamentavam, considerou a solicitação da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PROEST) quanto à necessidade de que esse processo, acompanhado pelo citado órgão, deveria ocorrer de modo direto e não indireto. Deprendem-se deste posicionamento pelos menos dois aspectos relevantes: o primeiro deles, é de que a universidade passava a assumir oficialmente, ao menos desde 1976, a política de assistência estudantil<sup>1378</sup>, anteriormente assumida pelos estudantes e suas entidades nas décadas de 1950 e 1960; e o segundo aspecto, é que mesmo com a

---

<sup>1375</sup> Ver a respeito em: DANTAS, Beatriz Góis, DALLARI, Dalmo de Abreu. *Terra dos índios Xocó*. São Paulo: Comissão Pró-índio, 1980.

<sup>1376</sup> Mais informações biográficas a respeito de Carlos Aires Britto, ver em: SANTOS, Osmário. *Memórias de políticos de Sergipe no século XX*. Op. cit., pp. 166-169.

<sup>1377</sup> FUFSE. *Resolução nº 10/1978/CONSU*, de 3 de novembro de 1978. In: Arquivo CONSU/FUFSE.

<sup>1378</sup> Ver a respeito: FUFSE. *Resolução nº 33/1976/CONSU*. In: Arquivo CONSU/FUFSE. Documento que versa sobre celebração de convênio MEC/FUFSE para tratar de assuntos relativos à política de assistência estudantil.

realização de eleições diretas, a PROEST seria a instância responsável pelas providências necessárias à realização das eleições para o DCE<sup>1379</sup>.

Essa nova formulação ainda assegurava à universidade o controle sobre o mencionado processo eleitoral. Entretanto, esse controle passava a ocorrer de uma forma mais transparente, negociada e menos incisiva quanto a exercida pela ASI/UFS<sup>1380</sup>. Essa formulação, por sua vez, parece apresentar sinais de mudanças somente a partir de 1987, quando o representante da PROEST passa a figurar como membro da comissão eleitoral, subordinada às deliberações do Conselho de Entidades de Base – formado pelos representantes dos diretórios e dos centros acadêmicos –, aparecendo, portanto, como uma espécie de colaborador/observador<sup>1381</sup>.

Em termos legais, a Resolução nº 10/1978 do CONSU/UFS, por um lado, tomava como fundamento a Lei 5.540/1968, que delegava às universidades a responsabilidade para estipular os critérios de composição, estrutura e organização dos órgãos estudantis. Por outro, procurava adequar o Regimento Geral da Universidade, em discussão naquele contexto, as reivindicações estudantis por eleições diretas para o DCE<sup>1382</sup>.

Além disso, as discussões em torno da revogação do Decreto-Lei 477/1969 e do Decreto-Lei 288/1967<sup>1383</sup> terminaram com a sanção da Lei 6.680, de 16 de agosto de 1979, que revogou os referidos decretos-lei<sup>1384</sup>. As discussões do Regimento Geral da Universidade e a revogação da referida legislação devem ter contribuído para a configuração de um cenário jurídico e político mais propenso à elaboração da resolução que regulamentou a votação direta para eleição do mencionado órgão estudantil na FUFSE<sup>1385</sup>.

---

<sup>1379</sup> Ver a respeito em: PROESTE/FUFSE. *Relatório das eleições estudantis 79.1*, 28 de maio de 1979, 5 p. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CCET, Caixa 17, Item 70.

<sup>1380</sup> Ver também a esse respeito: PROEST/FUFSE. *Relatórios das eleições estudantis: 1984.2, 1986.1 e 1986.2*. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CCET, Caixa 17, Item 70, 74 e 75.

<sup>1381</sup> Ver a respeito: COMISSÃO ELEITORAL. *Relatório das eleições estudantis 87.2*, 30 de dezembro de 1987, 6 p. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CCET, Caixa 17, Item 70. [Relatório assinado por Manoel Alves de Souza, representante da PROEST].

<sup>1382</sup> FUFSE. *Resolução nº 10/1978/CONSU*, de 3 de novembro de 1978. In: Arquivo CONSU/FUFSE.

<sup>1383</sup> Essa legislação notabilizou-se pelo objetivo de controlar e restringir a autonomia do movimento estudantil universitário brasileiro no período em estiveram em vigência, ver mais informações a respeito em: OLIVEIRA, Daniele Teles de. “Movimento estudantil em Belo Horizonte: ações e reações dos estudantes ao decreto-lei 477 (1969-1979)”. In: *Revista e-hum*, Belo Horizonte, vol.3, nº 2, 2010, pp. 29-46. In: <<http://www.unibh.br/revistas/ehum/>>Acessado em 10/12/2011.

<sup>1384</sup> BRASIL. Lei 6.689, 16 de agosto de 1979.

<sup>1385</sup> Ver a respeito da divulgação da Lei 6.680 em: FUFSE/PROEST. *Of. cir. nº 34/1979/PROEST/CPCR*, de 11 de setembro de 1979. In: PDPH/DHI/UFS, ofícios recebidos pelo IFCH.

## **As eleições diretas para o DCE após a reabertura e as mobilizações da sociedade**

As primeiras eleições diretas para o DCE coincidem com o fim da hegemonia do PCB e o início da hegemonia da “Atuação”, tendência estudantil influenciada politicamente por uma mistura doutrinária leninista, trotskista e anarquista. Envolto nesse caldeirão de ideias, foram eleitos pela tendência “Atuação” para presidir o DCE os estudantes: Clímaco Dias, entre 1978/1979, Milson Barreto, entre 1979/1980, João Francisco dos Santos, entre 1980/1981, e Marcelo Chagas Déda, entre 1981/1982<sup>1386</sup>. Nesse mesmo período, vivenciando uma fase de maior inquietação por parte da sociedade, alguns integrantes da mencionada tendência ajudariam a fundar em Sergipe o Partido dos Trabalhadores.

Esse é o contexto da substituição do bipartidarismo pelo pluripartidarismo, da substituição da ARENA e do MDB por outras e novas legendas partidárias. Em Sergipe, as legendas partidárias ficaram assim constituídas: o Partido Democrático Social (PDS), constituído pela antiga ARENA, com uso invertido das últimas letras do antigo PSD, e sob o controle de Augusto Franco; o Partido Popular (PP), ligado ao grupo de Tancredo Neves, sob a liderança de João Alves Filho e Celso de Carvalho; o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), formado a partir do MDB, sob a liderança de José Carlos Teixeira e de Jackson Barreto; o Partido Democrático Trabalhista (PDT), ligado a Leonel Brizola, sob a liderança do padre Joaquim Almeida; o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ligado a grupos que defendiam o modelo trabalhista de Vargas, sob a liderança nacional de Ivete Vargas; e o Partido dos Trabalhadores, formado por ex-militantes do PCB e estudantes da FUFSE que militavam na tendência Atuação<sup>1387</sup>.

Nesse contexto de mudanças partidárias, ocorrido entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, a sociedade sergipana, a exemplo do que estava acontecendo em outros estados do país, começa a se organizar em favor da luta pela anistia, pelos direitos das mulheres, pela defesa dos direitos indígenas, em favor do movimento negro, na luta pela reabertura da UNE, na luta pelas questões ambientais, na luta por melhores condições de vida, na luta sindical pela valorização do ensino e dos salários dos

---

<sup>1386</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit.

<sup>1387</sup> Op. cit., pp. 222-232.

professores, entre outras reivindicações específicas que, juntamente com a luta geral em favor da democracia, marcavam o ritmo das mobilizações dos estudantes e de vários outros setores da sociedade.

Em muitas dessas reivindicações, mobilizações ou discussões, a presença de militantes e de ex-militantes do movimento estudantil universitário evidencia um importante enlace social. O movimento de mulheres em torno da defesa de seus direitos e em favor da anistia dos presos e exilados políticos é um exemplo dessa ordem. Em Sergipe, esse movimento contou com a presença de Núbia Marques, Zelita Rodrigues Correia dos Santos, Ana Maria Rolemberg Côrtes, Tânia Soares de Souza, entre outras figuras femininas, sendo que essas mulheres, em momentos diferentes, tiveram passagem pelo movimento estudantil<sup>1388</sup>.

O resultado da luta dessas e de outras mulheres, a exemplo de Iara Viana de Assis, Lilian de Lins Wanderley, Maria Cecília Tavares, Maria Thétis Nunes, Ana Lúcia da Silva Braia, Beatriz Góis Dantas, entre outras, pode ser estendido até a efetivação do Conselho Municipal da Condição Feminina, um dos primeiros conselhos dessa natureza instalado no país em meados da década de 1980. Esse conselho foi responsável por conquistas importantes, como a criação de políticas de saúde para a família e para as mulheres<sup>1389</sup>, pela criação de delegacias especializadas para as mulheres, pela defesa de direitos e garantias para as mulheres na Assembleia Constituinte<sup>1390</sup>, entre outras políticas em favor da condição feminina em uma sociedade que se redemocratizava.

Em relação à luta pela anistia em Sergipe, assim como em vários outros estados do país, é preciso destacar a importância do movimento político das mulheres em favor da anistia aos presos e exilados políticos<sup>1391</sup>. Elas promoveram reuniões, passeatas, discursaram na Assembleia Estadual, levantaram faixas, entre outras ações, mobilizações e protestos<sup>1392</sup>. Contudo, tanto a luta pela anistia quanto o papel das mulheres em prol dessa

---

<sup>1388</sup> Ver a respeito dessa discussão em: ANDRADE, José Anderson Farias, BARRETO, Livia Rocha Teles, FLORENCIO, Maria Juliene Menezes. *Registro e lembranças: a militância feminina em Sergipe na segunda metade do século XX*. Op. cit.

<sup>1389</sup> ARACAJU. *Filhos!.. até quando?*. Aracaju: Prefeitura de Aracaju/Conselho Municipal da Condição Feminina, 198[?].

<sup>1390</sup> ARACAJU. *A mulher e a constituinte*. Aracaju: Prefeitura de Aracaju/Conselho Municipal da Condição Feminina, 1987.

<sup>1391</sup> Ver a esse respeito em: GONÇALVES, Danyelle Nilin. *O preço do passado: anistia e reparação de perseguidos políticos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. E em Sergipe, ver: DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit. pp. 221-222.

<sup>1392</sup> Ver a respeito dessa discussão as entrevistas em: CÔRTEZ, Ana Maria Santos Rolemberg. Entrevistada por José Vieira da Cruz, José Anderson Farias Andrade, Livia Rocha Teles Barreto e Maria Juliene Menezes

luta no Estado de Sergipe ainda não foi devidamente evidenciado; sendo assim, ainda aguardam a produção de outras pesquisas.

Outras discussões como o apoio dos estudantes universitários à questão dos remanescentes indígenas Xócos na luta pelas suas terras<sup>1393</sup>, a luta em favor dos moradores que ocuparam uma parte da região do bairro Coroa do Meio<sup>1394</sup>; a luta pela preservação dos manguezais<sup>1395</sup>, a luta contra a poluição da fábrica de cimento do bairro América<sup>1396</sup>, a luta em favor do movimento negro<sup>1397</sup>, a luta pelo restaurante universitário<sup>1398</sup>, a luta por linhas de ônibus para o campus recém-construído, a retomada pela sociedade das comemorações do “1º de maio” em Sergipe<sup>1399</sup>, a luta pela meia passagem e contra o aumento das tarifas dos ônibus, entre outras, também constituíram o cenário de atuação e a agenda de discussões dos estudantes universitários em Sergipe entre o final da década de 1970 e os primeiros anos da década de 1980.

Nesse período, portanto, a agenda de reivindicações e mobilizações dos estudantes universitários não só se ampliou como também passou a interagir com outros movimentos sociais<sup>1400</sup> – grande parte deles despontados a partir do contexto de abertura política e

---

Florêncio. Aracaju/SE, entrevistada nos dias 06/04/11 e 26/05/11; em: ASSIS, Iara Viana de. Entrevistada por José Vieira da Cruz, José Anderson Farias Andrade, Lívia Rocha Teles Barreto e Maria Juliene Menezes Florêncio. Aracaju/SE, 13/04/11; e em: NASCIMENTO, Araci Bispo do. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Fernanda de Andrade Santos, Lidiane Barbosa de Góis e Rose Carla de Araújo Oliveira. Aracaju/SE. 28/11/2009.

<sup>1393</sup> Ver a respeito em: DANTAS, Beatriz Góis, DALLARI, Dalmo de Abreu. *Terra dos índios Xocó*. Op. cit.

<sup>1394</sup> Ver a respeito em: EVARISTO, Cláudia dos Santos. *Da distensão a abertura política: o movimento estudantil em Sergipe (1977-1985)*. Op. cit., pp. 24-30.

<sup>1395</sup> Ver a respeito da questão da preservação dos manguezais a entrevista de: SANTANA NETO, Domingos Félix de. Entrevistado por Armando F. Filho, Claudiane Torquato e Washington Teles. Aracaju/SE, 17/06/2008.

<sup>1396</sup> Ver a respeito em: OLIVEIRA, Valéria Maria Santana. *Movimento social e conflitos socioambientais no bairro América - Aracaju/ SE: o caso da Companhia de Cimento Portland de Sergipe (1967-2000)*. São Cristóvão: PRODEMA/UFS, 2008 (Dissertação de mestrado).

<sup>1397</sup> Entre as lideranças do movimento negro universitário destaca-se a figura de José Severo D’Acelino. Este, além da militância em prol do reconhecimento dos direitos dos afrodescendentes, destacou-se no campo da produção literária, no cinema e no trabalho que desenvolveu à frente do Grupo Regional de Folclore e Artes Cênicas Amadorista Castro Alves – GRFACACA – e Casa de Cultura Afro-sergipana, espaços nos quais ele buscou promover a cultura africana e a luta pelos direitos dos afrodescendentes. Ver a respeito em: SILVA, Rosemere Ferreira da. “Severo D’Acelino e a produção textual afro-brasileira”. In: *Revista África e Africanidades*. Ano I, nº 1, Maio, 2008, pp. 1-13. Disponível em: <[www.africaeaficanidades.com](http://www.africaeaficanidades.com)>. Acessado em 10/11/2011; e em: LINS, Jorge. “Severo D’Acelino, uma vida inteira de amor à cultura”. In: Portal Educar-se, 29 de janeiro de 2010. <<http://educar-se.com/auel/?p=567>>. Acessado em 10/11/2011.

<sup>1398</sup> Ver a respeito em: DCE. *Boletim do DCE*. São Cristóvão: Editado pela comissão de imprensa, 31 de março de 1981, p. 6.

<sup>1399</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Dia do trabalhador: em Aracaju festa e lanche, em Propriá pedirão reforma agrária, urgente*. Ano XXIII, nº 6774, 01 a 02 de maio de 1981, p. 2.

<sup>1400</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., p. 220.



formados, ao menos em parte, por militantes e ex-militantes do movimento estudantil universitário<sup>1401</sup>.

Entretanto, não obstante o surgimento das mencionadas lutas específicas e mesmo dos “novos” movimentos sociais em torno dessas lutas<sup>1402</sup>, o movimento estudantil universitário em Sergipe, assim como o conjunto da sociedade brasileira, mostraram-se unidos em torno da experiência de resistência frente à ditadura civil-militar e em favor da redemocratização do país<sup>1403</sup>, um dos pontos centrais em torno do qual esta tese concentra seu foco de discussão.

Em Sergipe, uma evidência importante de que a luta em favor da democracia envolvia os mais diferentes setores da sociedade organizada no período em discussão, pode ser apreciada na convocação feita pelas lideranças responsáveis pela primeira festa do “dia do trabalho” – organizada pela sociedade após o golpe civil-militar de 1964 –, para que os sergipanos lutassem pelas “eleições livres e diretas em 1982”, porque agindo assim, demonstravam acreditar que estariam dando “uma parcela significativa para a transformação da sociedade repressiva em uma sociedade democrática e justa”<sup>1404</sup>.

Nesse sentido, em relação aos estudantes universitários de Sergipe e em torno do mencionado foco de discussões, pelo menos quatro acontecimentos merecem destaque: a participação dos estudantes sergipanos no congresso de reconstrução da UNE; a greve dos universitários de 1979; as eleições para reitor na FUFSE e a participação dos estudantes universitários na campanha das Diretas-já no estado. Convém ressaltar que os dois primeiros transcorreram no período de hegemonia da tendência “Atuação” e os dois últimos tiveram seu desenlace no período de hegemonia da tendência “Viração”, grupo político influenciado pelo PC do B.

---

<sup>1401</sup> A articulação do movimento estudantil universitários de Sergipe junto aos movimentos populares do período parece refletir situações de mobilizações muito próximas as que ocorreram entre o movimento estudantil e os movimentos populares na cidade de Feira de Santana, Bahia, ver a respeito em: SILVEIRA, Jamile Silva. *Lutas populares e movimento estudantil: trajetória política dos estudantes na UEFS (1976-1988)*. Op. cit., pp. 108-149.

<sup>1402</sup> A respeito do conceito de “novos movimentos sociais” e suas lutas específicas ver: GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. Op. cit.; em: DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Op. cit.; e em: MELUCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Op. cit.

<sup>1403</sup> Ver a respeito em: MOISÉS, José Álvaro, ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon (Orgs.). *Dilemas da consolidação da democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; e: ABRAMO, Zilah Wendel, MAUÉS, Flamarion (Orgs.). *Pela democracia e contra o arbítrio: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2006.

<sup>1404</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Protesto e lanche fazem hoje a festa do trabalhador*: SE. Ano XXIII, nº 6774, 1º a 2ª de maio de 1981, p. 1.

## **Em tempos de “Atuação”: o congresso de reconstrução da UNE e a greve de 1979**

Dentro desse contexto de abertura, algumas lideranças universitárias de Sergipe engajaram-se na experiência de reconstrução da UNE, ocorrida no final de maio de 1979. Segundo Ruy Belém de Araújo, na época estudante de história, ele e o também estudante de história Clímaco Dias, então presidente do DCE/UFS, como representantes de Sergipe, estiveram juntamente com lideranças estudantis de quase todo o Nordeste, em Teresina, para discutirem os encaminhamentos para preparação do Congresso de reconstrução da UNE. Esse encontro preparatório, mesmo ocorrendo em um período de suposta abertura política, somente pôde ocorrer depois que as lideranças estudantis conseguiram despistar os policiais militares que cercavam a rodoviária da capital do Piauí com o objetivo de impedir o citado encontro<sup>1405</sup>. A respeito dessa experiência, Araújo recorda-se de que as lideranças estudantis do

Nordeste... Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Ceará... chegando à rodoviária de Teresina [perceberam que ela] estava ocupada pela Polícia Militar, então nós saímos domingo à tarde! Clímaco e eu sem querer dar bandeira que éramos representantes do movimento estudantil, enquanto isso a delegação da Bahia que ia no mesmo ônibus também fazendo o possível para mostrar que um não tinha nada a ver com o outro. Portanto, nós saímos pelas ruas de Teresina num domingo e só depois bem distante. Foi que conseguimos telefonar para a casa de um estudante que estava indicado para receber a gente e eles não poderiam ir ao nosso encontro porque também [eles] encontrariam a rodoviária ocupada, cercada pela Polícia Militar. Essa reunião aconteceu em Teresina e tomamos medidas para a realização do Congresso. Em seguida voltamos a Aracaju e continuamos a preparação para a delegação de Sergipe com as pautas que seriam discutidas<sup>1406</sup>.

Ao chegarem a Sergipe, os mencionados representantes estudantis promoveram junto ao DCE algumas reuniões preparatórias para o Congresso de Reconstrução da UNE,

---

<sup>1405</sup> ARAÚJO, Ruy Belém de. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 20/08/2010. Ruy Belém de Araújo, atualmente professor do curso de história da UFS, atuou como líder sindical na rede estadual de educação de Sergipe; foi presidente do sindicato dos professores da FUFSE; ocupou a pasta de secretário de educação da primeira gestão do prefeito Marcelo Déda, e no momento dessa entrevista ocupa o cargo de pró-reitor de extensão e assuntos comunitários da FUFSE.

<sup>1406</sup> Op. cit.

que seria realizado no final de maio de 1979, na cidade de Salvador, Bahia<sup>1407</sup>. Motivados pelas expectativas desse horizonte da política estudantil, segundo Araújo, uma delegação de aproximadamente trinta estudantes da FUFSE fez-se presente ao XXXI Congresso da UNE, o congresso de reabertura/reconstrução da entidade nacional dos estudantes brasileiros, ocorrido onze anos depois do conturbado Congresso de Ibiúna, São Paulo, em 1968<sup>1408</sup>.

Segundo Ibarê Dantas, fundamentado em dados publicados na imprensa local<sup>1409</sup>, o número de participantes de Sergipe que tomaram parte do citado conclave pode ter chegado a sessenta e seis estudantes em lugar de trinta<sup>1410</sup>. Divergências à parte, quanto ao quantitativo de estudantes universitários do estado que participaram do mencionado congresso, a participações deles foi marcada pelo lançamento de uma carta aberta à sociedade e pela repressão praticada pelas forças de segurança contra a essa delegação de estudantes no trajeto da viagem de Aracaju para Salvador.

Em relação à carta aberta, documento publicado na íntegra pelo jornal *Gazeta de Sergipe*, ela traça um histórico acerca da importância da UNE, critica a invasão e fechamento da entidade e, sobretudo, revela as expectativas dos estudantes universitários a respeito de sua reabertura. Além de tecerem discussões a respeito do processo educacional do país e do processo de redemocratização da sociedade brasileira, como se pode conferir na leitura da mencionada carta:

Nos dias 29 e 30 de maio do corrente ano será realizado em Salvador-Ba o Congresso de Reconstrução da União Nacional dos Estudantes (UNE). Com o regime militar implantado em 1964 nossa entidade foi invadida e em 1968 destruída e incendiada.

Hoje, quando vemos que as **lutas populares contra o regime militar** conquistou [sic] espaços cada vez maiores no cenário político nacional entendemos ser de fundamental importância a organização e unificação dessas lutas e que, para nós estudantes, a organização e unificação das nossas lutas passam necessariamente pela reconstrução da UNE.

Projetos que o regime militar tenta nos impingir através do Ministério da Educação e Cultura como: a institucionalização do ensino pago no País, os regimentos internos cada vez mais autoritários, a implantação do jubramento, o tecnicismo do ensino, etc., **requerem uma resposta**

---

<sup>1407</sup> A respeito do Congresso de reconstrução da UNE ver: MÜLLER, Angélica. *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)*. Op. cit.

<sup>1408</sup> ARAÚJO, Ruy Belém de. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 20/08/2010.

<sup>1409</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes iniciam congresso em Salvador*. Ano XXII, nº 6.204, 29 de maio de 1979, p.1.

<sup>1410</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., p. 221.

**unificada (não podem ser resolvidos com lutas isoladas em escolas ou Universidades) por isso se coloca hoje como necessidade concreta a reconstrução da UNE.**

O passado histórico de lutas da UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (UNE) nos mostra o valor político, social e cultural que desempenhou nossa entidade em prol das lutas populares como: a estatização do petróleo com a campanha “o petróleo é nosso”, ponto de partida para a criação da Petrobras; a luta contra o nazi-fascismo que provocou a entrada do Brasil na segunda guerra mundial; a luta pela democracia em 1945; os seminários sobre a Reforma Universitária e a criação do Centro Popular de Cultura (CPC) onde se destacam: Cacá Diegues, Oduvaldo Vianna Filho (Vianinha), Ferreira Gullar, Paulo Pontes, João das Neves e outros.

Para representar Sergipe nesse congresso pedimos todo o apoio aos diversos setores da nossa sociedade e do povo sergipano em geral para unidos lutarmos pela reconstrução da UNE que é uma conquista não só dos estudantes, mas que, pelo seu passado de luta, é também uma conquista do povo brasileiro.

TUDO APOIO AO CONGRESSO DE RECONSTRUÇÃO DA UNE

A UNE SOMOS NÓS, NOSSA FORÇA E NOSSA VOZ!!!

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UFSE<sup>1411</sup>.

Além das expectativas divulgadas pela carta aberta dos estudantes da UFS, ao externar apoio ao congresso de reabertura da UNE, a participação desses estudantes no mencionado congresso foi marcada também pela atuação repressiva das forças de segurança contra a delegação de universitários que viajaram de Aracaju para Salvador, assim como por situações de tensões vividas durante a realização do conclave. Em relação a essas ações repressivas e tensões, Araújo descreve que:

Daqui para Salvador nós [a delegação de estudantes de Sergipe] fomos parados umas quatro vezes pela Polícia Federal com metralhadoras e tudo, desarrumando nossas sacolas com os argumentos de que estavam procurando drogas. Na verdade o intuito era impedir a nossa chegada a Salvador, porque essas mesmas atitudes foram tomadas com as diversas delegações que saíam dos seus estados para ir a Salvador. Chegando a Salvador nós participamos da abertura do Congresso no Centro de Convenções, que na época ficava distante do centro da cidade, **e fomos cercados pela polícia, cortaram energia, era sirene da polícia tocando o tempo todo, mas nós realizamos o Congresso mesmo assim**<sup>1412</sup>.

---

<sup>1411</sup> DCE. *Carta aberta* [em apoio ao congresso de reconstrução da UNE]. In: GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes iniciam congresso em Salvador*. Ano XXII, nº 6.204, 29 de maio de 1979, p.1. (caixa alta do documento e negrito nosso)

<sup>1412</sup> ARAÚJO, Ruy Belém de Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 20/08/2010 (negrito nosso).

Não obstante as tensões e repressões sofridas, a reabertura da UNE parece ter conferido certo ânimo ao movimento estudantil universitário. Em Sergipe, a exemplo, alguns meses após o retorno do congresso, mais precisamente em 12 de outubro daquele ano, aconteceu uma greve dos estudantes que duraria aproximadamente 13 dias<sup>1413</sup>. Essa greve, motivada, inicialmente, contra a regulamentação do processo de jubramento – ou seja, a expulsão dos alunos que excediam o tempo regulamentar dos seus respectivos cursos –, terminou por se converter numa demonstração de unidade e de força dos estudantes<sup>1414</sup>.

Segundo Araújo, a greve teria sido puxada pelos estudantes dos centros de humanidades, que na época estavam localizados onde hoje é o Instituto de Previdência do Estado de Sergipe – IPES. Na época, segundo sua versão, esse era o centro com mais mobilização, sobretudo por causa da atuação dos estudantes de história e de letras. Somente depois é que a greve veio a adquirir o apoio das outras áreas do conhecimento<sup>1415</sup>. A esse respeito, é interessante observar como ele descreve a experiência de mobilizações dos estudantes, que na época estavam dispersos em prédios, relativamente próximos, no centro de Aracaju.

Depois a greve foi adquirindo um apoio de outras áreas, porque naquela época a gente tinha que sair da rua de Estância para conversar com o pessoal do serviço social, para a praça Camerino para discutir com o pessoal de economia, contabilidade e administração. Lá perto do Batistão para ciências exatas, na rua da Frente, com o pessoal de direito e ainda tinha o pessoal do Hospital Universitário, ali na avenida Desembargador Maynard, então nós tínhamos que fazer essa caminhada toda e fazíamos para mobilizar, mas é claro que nós tínhamos apoio de segmentos desses cursos<sup>1416</sup>.

Avaliando essa questão, o então estudante de letras e presidente do Diretório Acadêmico Amando Fontes, Antônio Alves do Amaral, atualmente intelectual do campo das artes, ao descrever as experiências vividas no período em que atuou como militante estudantil, destacou que naquele momento eles brigavam

---

<sup>1413</sup> GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes fazem greve*. Ano XXII, nº 6261, 12 de outubro de 1979, p.1

<sup>1414</sup> GAZETA DE SERGIPE. *A Greve acabou*. Ano XXII, nº 6272, 25 de outubro de 1979, p.1

<sup>1415</sup> ARAÚJO, Ruy Belém de. Op. cit.

<sup>1416</sup> Op. cit.

por uma universidade mais independente, mais livre, mas a discussão sobre presidencialismo veio logo após, e nossa briga era justamente abrir este espaço, então tiveram greves contra o jubilamento, e brigas setoriais nos departamentos que nós sempre travávamos. O resultado disto foi a formação de companheiros valorosos que até hoje participam da política<sup>1417</sup>.

Para Ibarê Dantas, ao avaliar a fragilidade do contexto político em que a citada greve estudantil havia ocorrido, os motivos dos estudantes e as conquistas por eles alcançadas com aqueles protestos de outubro de 1979 – no qual os estudantes conseguiram o fim do jubilamento e a redução do índice de frequência exigido nas aulas para 40% –, não reservou nenhuma crítica aos riscos e excessos que a empolgação estudantil havia cometido. Para ele, os estudantes, em sua defesa de práticas libertárias desenvolviam “ações desencontradas, sem atentar bem para as consequências. Era o difícil aprendizado do novo processo democrático que mal se esboçava através da participação de grupos da sociedade civil com práticas carentes de maior articulação”<sup>1418</sup>.

Nessa perspectiva, Ruy Belém de Araújo, trinta um anos depois, ao reavaliar os resultados políticos da mencionada greve, esclarece que naquele momento os estudantes, empolgados com a reconstrução da UNE, aprofundaram o desejo de mobilização. A este respeito, ele recorda que a diretoria da UNE, constituída no congresso de maio de 1979, chegou a encaminhar um representante de sua diretoria com o intuito de agilizar o encerramento da greve, pois se temia que ela fosse o estopim para o desencadeamento de mais uma ação repressiva no estado. Mas mesmo assim os estudantes decidiram continuar a greve, pois para eles, segundo Araújo, aquele momento de greve, não obstante os riscos políticos, era significativo, visto que permitia aos estudantes buscar o apoio da sociedade para abrir mais vagas, mais cursos para a universidade sergipana e, sobretudo, mobilizar a sociedade em favor dos valores democráticos<sup>1419</sup>.

No centro desse debate estava a contenda entre os diferentes projetos políticos de cada uma das tendências que disputavam a hegemonia no movimento estudantil universitário de Sergipe naquele contexto. A tendência “Construção”, vinculada à linha do PCB, que defendia uma postura mais legalista dentro do campo democrático; a tendência “Atuação”, naquele momento sob influência trotskista e leninista, inclinada a estimular

---

<sup>1417</sup> AMARAL, Antonio Alves. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Janicléia Rezende dos Anjos Nascimento, Luciene Cardoso Vasconcelos e Tânia Maria Lima Rabêlo. Aracaju/SE, 26/04/2011.

<sup>1418</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., p. 222.

<sup>1419</sup> ARAÚJO, Ruy Belém de. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 20/08/2010.

ações políticas mais firmes em consonância com o contexto histórico que se vivia no final da década de 1970; e, por fim, a tendência “Viração”, sob orientação do PC do B, que se mostrou mais empenhada a radicalizar o combate à ditadura civil-militar, sobretudo a partir de 1982, quando ganha a eleição para o DCE. Araújo, ao descrever essas disputas, enfatizou que nessa

a tendência Atuação... Era uma tendência que tinha uma divergência um pouco na linha crítica à postura do PC do B e do PCB, porque esse último estava mais ligado à tendência Construção, [com a qual] disputávamos a hegemonia do movimento estudantil. Então nós tínhamos outra leitura muito mais influenciada pela linha trotskista e leninista mais um pouco crítica ao momento histórico... [e] as ações de defesa que faziam o PCB e o PC do B (...). O PCB vivia mais às escondidas, claro porque eles viveram a repressão mais aguda do golpe e então tinha essa característica<sup>1420</sup>.

A respeito dessa postura adotada pelos militantes do PCB em razão do histórico de dura repressão que eles sofreram, Araújo recorda que quando eles queriam conversar com Wellington Manguera – ex-líder estudantil dos anos de 1960, militante do Partidão, preso político submetido à tortura e tido como uma referência para os estudantes daquele período –, eles procuravam se reunir com ele altas horas da noite, por volta das 23 ou 24 horas, na casa onde funcionava o DCE, próxima a antiga Legião Brasileira de Assistência, ou então às escondidas em sua residência ou na casa de Milson Barreto, outro militante da tendência “Atuação”, para despistar as atenções das autoridades de segurança<sup>1421</sup>. Esse tipo de postura e cuidados foi confirmado tanto por Wellington Dantas Manguera Marques<sup>1422</sup> quanto por sua esposa e também militante política, Laura Maria Ribeiro Marques<sup>1423</sup>.

### **Em tempos de “Viração”: radicalização contra a ditadura e as Diretas-já**

Alguns anos depois desse processo de reabertura da UNE e da greve de outubro de 1979, as eleições de 1982 marcariam o fim da hegemonia da tendência “Atuação” e o início da hegemonia da tendência “Viração”. A partir desse momento, o DCE não apenas

---

<sup>1420</sup> ARAÚJO, Ruy Belém de Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 20/08/2010.

<sup>1421</sup> Op. cit.

<sup>1422</sup> MARQUES, Wellington Dantas Manguera. Entrevistado por Gardênia Correia Palmeira e Glícia Laís Macedo Silva. Aracaju/SE, em 05/10/2007.

<sup>1423</sup> MARQUES, Laura Maria Ribeiro. Entrevistada por José Vieira da Cruz, Lívia Rocha Teles Barreto, Maria Juliene Menezes Florêncio, Renilma Mendonça Caetano, Tatiana Vieira Rosa. Aracaju/SE, 23/05/10.

passaria a ter uma nova direção, mas também passaria a radicalizar ainda mais as suas posições no intuito de desmoralizar a ditadura civil-militar. Em torno desse intuito, eles promoveram diversas operações de protestos nesse período, entre elas: uma greve de dez dias na Faculdade de Medicina, quebra-quebra de ônibus, pichações contra o aumento do valor da tarifa de ônibus, contra a ditadura e contra a poluição da fábrica de cimento<sup>1424</sup>, além da já discutida invasão da ASI/FUFSE e da destruição de parte de seus arquivos.

Segundo Carlos Roberto da Silva, conhecido como Cauê, militante da “Viração”, essa tendência era a expressão do PC do B no movimento estudantil<sup>1425</sup>. Sob essa nova orientação política ocuparam a presidência do DCE, entre 1982 e 1986, os estudantes Álvaro Vilela, no período 1982/1983; Edvaldo Nogueira, no período de 1983/1984; Carlos Roberto da Silva, no período 1984/1985; e Eduardo Barros, no período 1985/1986<sup>1426</sup>.

As eleições posteriores a essa fase parecem ter sido marcadas por um grau diferente de disputas que tiveram como consequência uma maior alternância na liderança do movimento estudantil universitário entre grupos ligados ao PT, ao PC do B e grupos independentes, entre os quais o Movimento Estudantil Revolucionário Didático e Artístico (MERDA). Estes grupos mais independentes, em geral de linha anarquista, e a formação de diferentes alas estudantis, sobretudo ligadas ao PT, parecem ter configurado um cenário menos propenso à hegemonia de uma única tendência política estudantil à frente do DCE/UFS, mas esta é uma discussão para outra pesquisa.

Voltando ao contexto em que a “Viração” esteve à frente do DCE, os debates e mobilizações em torno da realização de eleições diretas e livres em todos os níveis diretivos, do DCE à presidência da República, parecem ter envolvido a comunidade universitária naquele momento histórico. Nesse sentido, em 1984, o movimento estudantil universitário de Sergipe, assim como os de outros estados, participaram, juntamente com

---

<sup>1424</sup> Ver a esse respeito às entrevistas de: SOUSA, Tânia Soares. Entrevistada por José Vieira da Cruz, José Anderson Farias Andrade, Lívia Rocha Teles Barreto e Maria Juliene Menezes Florêncio. Aracaju/SE, 10/05/11; e de: NOGUEIRA, Edvaldo. Entrevistado por Farley Góes do Espírito Santo e Danielle Xavier de Andrade. Aracaju/SE, 8/12/2008. E ainda: DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., p. 258.

<sup>1425</sup> SILVA, Carlos Roberto da. Entrevistado por Farley Góes do Espírito Santo e Danielle Xavier de Andrade. Aracaju/SE, 18/11/2008. Cauê, como é conhecido, cursou engenharia química, militou na Viração entre 1982 e 1986, presidiu o DCE na gestão 1985/1986 e, atualmente, é secretário estadual de comunicação do Estado de Sergipe.

<sup>1426</sup> A respeito da história da tendência “Viração”, consultar a pesquisa de: ESPÍRITO SANTO, Farley Goes do, ANDRADE, Daniele Xavier de. *Viração: uma parte da história do ME em Sergipe*. Op. cit.; e de: ARAÚJO, Adriana Ribeiro, SANTOS, Heder Gomes dos, OLIVEIRA, Telma Aparecida Rodrigues de. *Entre a Viração e a UJS: memórias dos militantes do PC do B em Sergipe, 1981-1991*. Op. cit.



diferentes setores da sociedade, da campanha pró-eleições diretas para presidência da república<sup>1427</sup>.

Essa participação foi efetivada através de vendas de camisetas, passeatas, debates, shows e comícios que buscavam envolver a sociedade em torno desse movimento. Em Sergipe, o citado movimento começa a ganhar força entre fevereiro e março de 1984, sendo a praça Fausto Cardoso um dos seus principais palcos, conforme se pode avaliar na descrição feita pelo jornal *Gazeta de Sergipe*:

O público que compareceu ao ato público do último domingo, calculado em torno de 35 mil pessoas, ouviu pacientemente os artistas sergipanos e 20 oradores, das mais diferentes formações.

O comício foi aberto com palavras de ordem pelos apresentadores e o show do Grupo Bolo de Feira, seguido por Paulo Lobo, Antônio Carlos Du Aracaju e Grupo Cataluzes. O primeiro orador Rosalvo Alexandre lembrou a situação de precariedade que o país atravessava. Na sequência falaram: Benedito Figueiredo (OAB), Nildo Vieira (PDT), Edvaldo Nogueira (DCE), Laonte Gama [PMDB], o representante dos trabalhadores rurais, Dionísio, [e ainda] Evaldo Campos, Marcélio Bomfim, Martinho da Vila, Padre Gerárd Olivier, Abraão Crispim, Cristina Tavares [PMDB-PE], Jackson Barreto, Aginaldo Timóteo, Mário Juruna, Freitas Nobre (SP), Beth Mendes, Luiz Inácio Lula da Silva e fechando o presidente nacional do PMDB Ulisses Guimarães<sup>1428</sup>.

Em torno das Diretas-já, vários segmentos da sociedade, inclusive estudantes e artistas, passaram a se mobilizar em favor do fim da ditadura e em nome da democracia. Em Sergipe, a exemplo, o cenário não foi diferente; e mesmo após a derrota da Emenda Dante de Oliveira – projeto de emenda constitucional que regulamentaria a realização de eleições diretas para a presidência da república –, os debates e as mobilizações tiveram continuidade nos fóruns de discussões políticas e acadêmicas e nos espaços culturais, desta feita, canalizados em favor da eleição de Tancredo de Almeida Neves, candidato pelo PMDB, apoiado por uma dissidência do Partido Democrático Social (PDS) – dissidência que veio a formar, tempos depois, o Partido da Frente Liberal (PFL). Nesse processo eleitoral indireto, o PDS, por sua vez, lançou Paulo Salim Maluf, sendo este último alvo de protestos promovidos por estudantes, sindicalistas e outras lideranças populares. A esse

---

<sup>1427</sup> Ver a respeito: SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. 5 Ed. São Paulo – SP: Paz e Terra, 1994, p. 469; e também em: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. “Diretas-já: vozes das cidades”. In: FERREIRA, Jorge, REIS, Daniel Aarão. *Revolução e democracia (1964 ...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 411-427.

<sup>1428</sup> GAZETA DE SERGIPE. *35 mil ouviram 20 oradores que defenderam as diretas*. Ano XXIX, nº 7595, 28 de fevereiro de 1984, p.2.

respeito, os militantes do movimento social e dos partidos que faziam oposição a ditadura civil-militar, inclusive os estudantes, recordam que teriam puxado palavras de ordem como: “Ufa!Ufa! Ufa! Sergipe não Maluf”<sup>1429</sup>, além de terem realizados protestos públicos contra o referido candidato situacionista.

Já a respeito dos ambientes socioculturais, palcos das discussões políticas fomentadas, destacam-se o Restaurante Universitário (RESUN), o Centro de Cultura e Arte (CULTART), o Festival de Arte de São Cristóvão (FASC), entre outros espaços associados à Fundação Universidade Federal de Sergipe (FUFSE). E dentre os grupos artísticos e artistas que ajudaram a embalar a efervescência política e cultural daquele momento, grande parte deles com algum tipo de vínculo com o movimento estudantil universitário, destacam-se: o grupo Bolo de Feira, o grupo Cataluzes, Paulo Lobo, Antônio Carlos Du Aracaju, Joésia Ramos, Mingo Santana, Irineu Fontes, Antonio Alves do Amaral, entre outros<sup>1430</sup>. O significado desses espaços e da contribuição desses estudantes/artistas/militantes, para aquele momento político e para a cultura em Sergipe, transcende os limites desta pesquisa exigem estudos aprofundados a respeito.

Concomitantemente às mobilizações em prol das Diretas-já e da eleição indireta para presidência do país, esta última ocorrida em janeiro de 1985, os estudantes da FUFSE, através do DCE, também lutavam pelo direito de escolher através do voto livre e direto o reitor da universidade. Estas reivindicações foram efetivadas a partir de um longo processo de mobilizações envolvendo estudantes, professores e funcionários<sup>1431</sup>. Ilustra esse processo o documento encaminhado pelos presidentes do DCE, da Associação dos Professores e da Associação dos Servidores da FUFSE ao Conselho Superior da instituição para aprovação da lista sêxtupla dos candidatos mais votados para eleição do cargo de reitor:

---

<sup>1429</sup> Ver a respeito em: JORNAL DE SERGIPE. *Retrospectiva 1984*. Ano [??], nº [??], 1º a 2º de Janeiro de 1985; e em: DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., pp. 253-263.

<sup>1430</sup> Ver a respeito às entrevistas de: RAMOS, Joésia. Entrevistada por José Vieira da Cruz, Luciene Cardoso Vasconcelos e Tânia Maria Lima Rabelo. Aracaju, em 18/05/2011; de: FONTES JÚNIOR, Irineu Silva. Entrevistada por José Vieira da Cruz, Luciene Cardoso Vasconcelos e Tânia Maria Lima Rabelo. Aracaju, em 21/03/2011; de: AMARAL, Antônio Alves. Entrevistada por José Vieira da Cruz, Luciene Cardoso Vasconcelos e Tânia Maria Lima Rabelo. Aracaju, em 26/04/2011; e de: SANTANA NETO, Domingos Félix de [Mingo Santana]. Entrevistado por Armando F. Filho, Claudiane Torquato e Washigton Teles. Aracaju, em 17/06/2008.

<sup>1431</sup> DCE. *Jornal do DCE*. São Cristóvão: FUFSE, abril de 1984. Acervo de documentos [cópia] do historiador José Ibarê Costa Dantas.

As três categorias manifestaram pela eleição direta para indicação da lista sêxtupla. Daí em diante, as três entidades, em Assembleias Universitárias com a participação de Docentes, Discentes e Servidores Técnico-Administrativos, aprovaram regulamento eleitoral para nortear e garantir o maior espaço democrático para o processo eleitoral<sup>1432</sup>.

A conquista desse direito não foi automática e, assim como a desmilitarização do Estado Brasileiro, seguiu os passos e os ditames do processo de distensão e abertura política, iniciados em meados dos anos 1970, e teve continuidade na lenta transição democrática transcorrida ao longo da década de 1980. Se no caso do DCE/UFS o subterfúgio institucional e do governo encontrou na eleição indireta o pretexto para adiar o direito de os estudantes reabrirem seu DCE, no caso do direito de eleger o reitor das universidades, a negociação entre governo e sociedade passou pela aceitação da eleição de uma lista sêxtupla de candidatos dentre os quais a comunidade acadêmica poderia votar; em seguida, os nomes mais votados dessa lista deveriam ser apreciados pelo presidente da república para posterior aprovação e indicação. Entretanto, esse processo nem sempre resultava na indicação do mais votado pela comunidade acadêmico<sup>1433</sup>.

Em Sergipe, as experiências e o campo de disputas fomentadas nas sendas das fileiras do movimento estudantil universitário – desde a criação de suas primeiras entidades representativas na década de 1950 até o período da transição da ditadura civil-militar para a fase de democratização da sociedade brasileira, limite temporal desta tese –, promoveram, entre outras consequências, a formação de intelectuais, políticos, sindicalistas, artistas e cidadãos presentes nos fóruns e espaços de deliberação política, cultural, econômica e social do estado<sup>1434</sup>. A renovação ou reprodução dessa elite, por sua vez, tinha como traço o fato de grande parte dela ter sido formada nas instituições de ensino superior existentes no estado e não fora dele, como acontecia até meados da primeira metade do século XX.

---

<sup>1432</sup> Documento assinado pelos presidentes do DCE, ADUFS e ASUFS. Carta aberta. São Cristóvão: FUFSE, 12 de junho de 1984. In: Acervo de documentos [cópia] coletados pelo historiador José Ibarê Costa Dantas.

<sup>1433</sup> Ver discussão preliminar a respeito em: NASCIMENTO, Afonso. “As elites administrativas da UFS”. In: *Jornal da Cidade*, 16 de maio de 2011. Disponível em: <[http://www2.jornaldacidade.net/artigos\\_ver.php?id=6927](http://www2.jornaldacidade.net/artigos_ver.php?id=6927)>. Acessado em 17/05/2011.

<sup>1434</sup> Ver discussão preliminar a respeito em: SANTOS, Osmário. *Memórias de políticos de Sergipe no século XX*. Op. cit.; e em: COSTA, Joana D’Arc. *Dos movimentos sociais às funções institucionais: a consolidação de uma geração política em Sergipe*. Op. cit.

## **De ex-militantes do movimento estudantil à condição polissêmica e polimorfa dos intelectuais**

Em Sergipe, parte dos ex-militantes do movimento estudantil universitário passaram a constituir frações da intelectualidade política, profissional e cultural, sobretudo, a partir das duas últimas décadas do século passado. Razão pela qual, desde 1985, Aracaju, capital do estado, tem sido administrada por essas novas lideranças. Assim, ocuparam o cargo de prefeito, por ordem cronológica, Jackson Barreto de Lima, em dois mandatos incompletos, de 1986 a 1988 e de 1992 a 1994; Viana de Assis, de 1988 a 1989; Wellington Paixão, de 1989 a 1992; José Almeida Lima, de 1994 a 1996; João Augusto Gama da Silva, de 1996 a 2000; Marcelo Déda Chagas, 2000 a 2004 e de 2004 a 2006; e Edvaldo Nogueira, de 2006 a 2008 e de 2008 até as próximas eleições a serem realizadas 2012<sup>1435</sup>. Todos eles, como já discutido no curso desta pesquisa, foram formados nas instituições de ensino superior e na militância do movimento estudantil universitário em Sergipe.

De modo também quase semelhante, o executivo estadual, ao menos a partir de 1983, tem sido lugar de atuação desses ex-militantes. Neste caso, considerando que João Alves Filho, governador por três mandatos, 1983-1987, 1991-1994, 2003-2006, mesmo tendo realizado seus estudos no curso de engenharia civil na Escola Politécnica/UFBA, lá também participando do movimento estudantil, aqui interagiu com profissionais, artistas e políticos formados nos cursos de ensino superior existentes no estado<sup>1436</sup>; inclusive sua esposa, que atuou como militante da JUC e que, desde 1998, foi eleita para o Senado, atualmente em seu segundo mandato<sup>1437</sup>.

E, de modo mais preciso, o argumento de que a efetivação do ensino superior e a participação no movimento estudantil universitário ajudaram a formar, reproduzir e/ou renovar a intelectualidade no estado, concretiza-se com os governos de Antônio Carlos Valadares de 1987 a 1991; Albano do Prado Pimentel Franco, de 1995 a 1999 e de 1999 a

---

<sup>1435</sup> Mais informações a respeito em: DANTAS, José Ibarê Costa. *Eleições em Sergipe: 1985-2000*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002; e em: DANTAS, José Ibarê Costa. "Aracaju: eleição municipal de 2008". In: CORTEZ, Hugo, SPINELLI, José Antonio (Orgs.). *Nordeste 2008: o voto das capitais: interpretando os resultados das eleições nas capitais nordestinas*. Natal: EDUFRN, 2010, pp. 171-200.

<sup>1436</sup> Mais informações a respeito em: SANTOS, Osmário. *Memórias de políticos de Sergipe no século XX*. Op. cit., pp. 360-367.

<sup>1437</sup> Mais informações a respeito em: SANTOS, Osmário. Op. cit., pp. 622-628

2003; e Marcelo Déda Chagas, de 2007 a 2011 e de 2011, seu mandato atual, até as próximas eleições a serem realizadas em 2014<sup>1438</sup>.

Essa formação e militância contribuíram, portanto, para reproduzir e/ou renovar parcelas da intelectualidade cultural<sup>1439</sup>, sindical<sup>1440</sup>, profissional<sup>1441</sup>, política e de cidadãos que ajudaram a pensar e a fazer a história recente do Brasil a partir de seus desdobramentos e inter-relações em Sergipe<sup>1442</sup>. Desta forma, a expansão do ensino superior e a formação de seus efetivos estudantis, parafraseando Chartier<sup>1443</sup>, através de suas práticas culturais e sociais, alimentaram diferentes projetos políticos na sociedade contemporânea. Em particular – no período estudado por esta tese –, percebe-se a construção de diferentes projetos de hegemonia para a sociedade brasileira. Projetos que foram disputados entre, de um lado, nacionalistas, integrantes dos movimentos populares de cultura e partidos de esquerda, e, por outro lado, liberais, partidos de direita e anticomunistas.

---

<sup>1438</sup> Mais informações a respeito em: DANTAS, José Ibarê Costa. *Eleições em Sergipe: 1985-2000*. Op. cit.; em: DANTAS, José Ibarê Costa. “Sergipe 2006: a quebra do continuísmo”. In: CORTEZ, Hugo, SPINELLI, José Antonio (Orgs). *Nordeste 2006: os sentidos do voto: análises interpretativas dos resultados eleitorais nos estados do nordeste*. Natal: EDUFRN, 2010, pp. 221-248; e ainda em: LOPES, Eliano Sérgio. “Sergipe: o medo venceu a esperança”. In: *Observando o Nordeste/Portal FUNDAJ*. Disponível em: <<http://www.Fundaj.gov.br/observandonordeste/obed0031.pdf>>. Acessado em: 28/11/2011.

<sup>1439</sup> A respeito da intelectualidade, formada nas instituições de ensino superior em Sergipe, parte dela reunida em torno do Instituto Histórico Geográfico de Sergipe, consultar os dois últimos capítulos da obra: DANTAS, José Ibarê Costa. *História da Casa de Sergipe: os 100 anos do IHGSE, 1912/2012*. São Cristóvão: Editora da UFS, 2012. A consulta a essa obra, ainda no prelo, foi possível graças à liberação por parte do autor, a quem reiteramos nossos agradecimentos.

<sup>1440</sup> Ver a respeito em: NASCIMENTO, José Domingos Santos, PASSOS FILHO, José Sérgio, TORRES, Naiara Leite. *Reorganizado e unificado: a memória do sindicalismo em Sergipe (1980-1999)*. Op. cit.

<sup>1441</sup> Ver a respeito em: JESUS, Vânia Maria de. *Sindicalismo em movimento: a atuação do Centro de Profissionais de Ensino de Sergipe – CEPES (1986-1992)*. Op. cit.

<sup>1442</sup> Ver a respeito em: COSTA, Joana D’Arc da. *Dos movimentos sociais às fundações institucionais: consolidação de uma geração política em Sergipe* Op. cit.

<sup>1443</sup> CHARTIER, Roger. *A História cultural: entre práticas e representações*. Op. cit., p. 225.

## Considerações finais: a dialética de um passado/presente

As reflexões produzidas por esta tese têm, como pontos de partida, o diálogo com as fontes orais, escritas e a bibliografia relacionada ao movimento estudantil, ao ensino superior e a sociedade em Sergipe no período de 1950 a 1985. Esse diálogo revelou significados acerca da participação dos estudantes universitários nos debates políticos e culturais da sociedade. Além disso, mostrou a relevância dessa experiência, formação e militância, para a constituição de parcela da intelectualidade artística, profissional e, sobretudo, política no estado a partir da segunda metade do século XX.

O presente estudo iniciado com a interpelação de conceitos como classe, juventude, *intelligentsia*, intelectuais, sociedade civil, hegemonia, entre outras discussões. Tais conceitos, de uma forma ou de outra, perpassam a historiografia atinente a este campo de pesquisa. Em torno desse interesse, percebemos que o conceito de classe utilizado pelos estudantes – frequentemente refletido em discursos, práticas e experiências –, traduzia mais os significados de seus interesses políticos do que o reflexo de um debate sociológico reduzido ao econômico e/ou a uma determinada estrutura social. De igual maneira, percebemos que, o conceito de juventude, utilizado por eles, reflete mais os significados culturais e os limites sociais do contexto em que estavam inseridos do que fronteiras biológicas, jurídicas ou geracionais.

Não obstante o alargamento desta compreensão – de que os estudantes e os movimentos dos quais eles tomaram parte devem ser compreendidos a partir do tempo histórico, do lugar social e da cultura em que eles estavam envolvidos –, percebemos que os conceitos de classe, juventude, gênero e, mesmo de raça, em maior ou menor intensidade, também devem ser considerados sob pena de se inverter a dialética<sup>1444</sup>. Estes conceitos, assim como outros, reservados nas regras do jogo de uma matriz disciplinar<sup>1445</sup>, podem contribuir para estabelecer problematizações, mediações teóricas e procedimentos metodológicos, como verificamos no exame da historiografia produzida a respeito.

---

<sup>1444</sup> Ver: COSTA, Emília Viotti da. “A dialética invertida: 1960-1999”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 14, nº 27, 1994, pp. 9-26.

<sup>1445</sup> A respeito das discussões sobre matriz disciplinar ver: RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: os fundamentos da ciência histórica*. Tradução Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UNB, 2001; e: BARROS, José D’Assunção. *Teoria da história: princípios e conceitos fundamentais*. V. I, Petrópolis: Vozes, 2010, pp. 17-39.

A esta discussão foi incorporado o debate sobre *intelligentsia*, intelectuais, sociedade civil, hegemonia. No primeiro momento, este debate observou as possibilidades do uso dos conceitos de *intelligentsia* e intelectuais, optando pela apreciação de Sirinelli de que os intelectuais, pela diversidade dos campos em que atua, são polimorfos, isto é, assumem diferentes papéis no trabalho de organizar a cultura e a sociedade; e, polissêmicos, ou seja, produzem discussões, interpretações e posicionamentos variados a respeito de como devem organizar essas tarefas<sup>1446</sup>.

Diante desta interpretação, acerca dos diferentes perfis e posicionamentos assumidos pelos intelectuais, em relação aos estudantes – inseridos em um momento de aprendizado e militância –, observou-se a possibilidade de considerá-los como intelectuais em formação. Este debate foi ampliado com a incorporação dos conceitos de intelectuais, sociedade civil e hegemonia consoantes ou atinentes ao pensamento de Antonio Gramsci. Neste sentido, além de ampliar a compreensão de que os intelectuais são agentes mediadores da cultura<sup>1447</sup>, esta discussão relaciona os estudantes universitários, intelectuais em formação, a agentes de transformação ou estruturação, sob dois aspectos: agindo junto aos debates da sociedade civil<sup>1448</sup> e interagindo para construir projetos de hegemonia ou de contra-hegemonia<sup>1449</sup>, a exemplo dos debates sobre a reforma universitária, na década de 1950 e 1960, e da resistência a ditadura civil-militar, entre 1964 e 1984, respectivamente.

A análise historiográfica, por sua vez, revelou a existência, no âmbito dos programas de pós-graduação, de um relativo número de pesquisas sobre a história do movimento estudantil em diferentes estados. Essas pesquisas, não obstante estarem concentradas à década de 1960, sobretudo entre 1964 e 1968, começam a apontar, ao menos em alguns trabalhos, para diferentes temporalidades e contextos sociais em que os estudantes e os seus movimentos atuaram. Além disso, demonstram a importância de se estudar a ação política e cultural dos estudantes universitários e de suas entidades representativas tanto dentro como fora dos grandes centros urbanos do país.

---

<sup>1446</sup> Ver: SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. Op. cit.

<sup>1447</sup> Ver: GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Op. cit.; e em: AGGIO, Alberto. “A ‘classicidade’ de Gramsci e o tema dos intelectuais”. Op. cit.

<sup>1448</sup> Ver: GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Op. cit.; e em: LAHUERTA, Milton. “Intelectuais e resistência democrática”. Op. cit.

<sup>1449</sup> GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Op. cit.; e em: ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. “O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe”. Op. cit.

Esta tese, sob o ponto de vista teórico, considerou as críticas acerca do uso do conceito de “classe” que pautaram a historiografia a respeito do movimento estudantil produzida entre as décadas de 1960 e 1990 e dialogou com as contribuições elaboradas pelos estudos sobre jovens, juventude, gênero e novos movimentos sociais. Ela discutiu, ainda, a importância da formação universitária e da militância estudantil para constituição de parcelas da *intelligentsia* e da intelectualidade no estado; além de ter incorporado os debates sobre a expansão do ensino superior, a reforma universitária, o papel da sociedade civil e sobre a densa discussão relacionada à ditadura civil-militar brasileira.

Em torno destas discussões e de suas diferentes apropriações, sob o ponto de vista metodológico, buscou-se avaliar o maior número de fontes possíveis, não obstante sua forma – escrita ou oral –, e as diferentes vozes, experiências e práticas nelas registradas. Neste sentido, considerando a condição polimorfa e polissêmica desses registros e considerando os estudantes como intelectuais em formação, definição ampliada com a contribuição de Antonio Gramsci, e seu papel na sociedade<sup>1450</sup>, procurou-se interpretar os significados das fontes pesquisadas num contínuo processo de interação, como proposto por Edward Carr<sup>1451</sup>. Assim como, argumentou-se em favor da premissa de que não cabe mais a defesa de uma história pronta, definitiva e “verdadeira”. Mas sim, a partir dos atuais debates a respeito do campo disciplinar da história<sup>1452</sup>, compartilhar o pressuposto de que o conhecimento histórico é um processo contínuo de (re)interpretação do ou sobre o passado e de sua relação com o presente.

Dentro desta perspectiva, observou-se, inicialmente, a organização tardia do ensino superior no estado, no final da década de 1940, e os significados da sua efetivação como forma de evitar o deslocamento de estudantes para outros centros culturais, permitindo o acesso a segmentos sociais com menos recursos ou aos que esbarravam na questão do gênero como restrição para esse tipo de deslocamento. Observou-se o surgimento das primeiras entidades de representação dos estudantes universitários no estado e, sobretudo, da criação da União Estadual dos Estudantes logo substituída pela União Estadual dos Estudantes Sergipanos (UEES), em 1953.

A partir do estudo da UEES, análise de sua estrutura, discussão sobre os temários de seus congressos e dos debates políticos travados pelos grupos que lutavam por sua

---

<sup>1450</sup> Ver em: GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Op. cit.; e em: AGGIO, Alberto. “A ‘classicidade’ de Gramsci e o tema dos intelectuais”. Op. cit.

<sup>1451</sup> CARR, Edward Hallet. *Que é história?* Op. cit., p.65.

<sup>1452</sup> BARROS, José D’Assunção. *Teoria da história: princípios e conceitos fundamentais*. Op. cit., pp. 17-40.



hegemonia, foi possível analisar a importância que esta instituição possuía junto à sociedade e o papel desempenhado por ela no tocante a assistência social aos estudantes, seja através da “Casa do Estudante”, uma forma de república universitária, seja através do “Restaurante Universitário”. Mas, sobretudo, discutir a importância da UEES como espaço de defesa dos interesses da classe estudantil, leia-se dos interesses políticos dos estudantes, e de defesa dos interesses da sociedade brasileira em meio aos debates nacionalistas e reformistas em curso na década de 1950 e 1960.

Neste sentido, a relação dos estudantes, de suas entidades representativas e de seus movimentos, seja em âmbito local, seja em âmbito nacional – neste último caso, articulados através de ações da UNE e/ou das decisões do Congresso Nacional dos Estudantes –, inseriu-os em meio à construção, compartilhamento e disputa de diferentes projetos de hegemonia e contra-hegemonia política e cultural. Estes projetos envolviam, por um lado, nacionalistas, reformistas, populares e militantes de esquerda, e, por outro lado, liberais, conservadores de direita e anticomunistas.

Inserido nesse contexto de disputas, a UEES representava os estudantes universitários do estado na luta por direitos, a favor de uma reforma universitária que assegurasse a modernização, a democratização e o compromisso social do ensino superior no país, e, de modo mais incisivo, a favor da criação de uma universidade no estado. Na época, o ensino superior no país atravessava uma fase de expansão e de federalização, entretanto, Sergipe ressentia-se com as dificuldades para consolidação de suas instituições de ensino superior, com a falta de recursos para tal empreitada, pois ainda não contavam com uma universidade.

Foi o momento, também, quando os estudantes, estimulados pelos debates nacionalistas, pelo clima de reformas e sob a hegemonia da JUC, fundaram o CPC da UEES, passam a defender a modernização e a democratização do ensino superior e participaram da greve nacional em favor de “um terço” de representação estudantil junto aos órgãos deliberativos das instituições de ensino superior. Além disso, eles apoiaram a candidatura oposicionista de Seixas Dória ao governo do estado, passaram a participar dos movimentos populares de cultura, fundaram a “Casa do Estudante” e o “Restaurante Universitário”, assinaram a Declaração de Santo Amaro das Brotas, na qual defenderam a criação da universidade de Sergipe sob a forma de uma fundação federal, assistiram a passagem de duas UNE-volantes, e participam de experiências artísticas no campo do teatro amador, nos clubes de cinema e em círculos de poesias.

Em meio à efervescência desse contexto, a partir de 1958, durante a realização do VIII Congresso da UEES, os estudantes, apoiados pelo bispo José Vicente Távora, recém-chegado a Aracaju, e pela Liga Universitária Católica, levantam a bandeira em prol de uma universidade no estado e passam a procurar o apoio de intelectuais, da sociedade e dos políticos. Os esforços e as mobilizações, ali iniciados, tinham como objetivo evocar as atenções dos governadores Luís Garcia (1959-1963), Seixas Dória (1963-1964), Celso de Carvalho (1964-1967) e Lourival Batista (1967-1968). Ao final desse percurso político, iniciado ainda em tempos nacionalistas e de reformas, e já perpassando o período da ditadura civil-militar, em 1968, a reivindicação dos estudantes, da Igreja Católica, dos intelectuais, da sociedade e dos políticos, cada uma a seu modo e forma, resultaram na Fundação da Universidade Federal de Sergipe. No curso desse processo, observou-se que o projeto nacionalista, popular e democrático pensado para a tão esperada universidade terminou sendo concretizado dentro de uma conjuntura desfavorável que restringiu a participação, a autonomia e a liberdade de ação política e cultural nas universidades brasileiras.

Nessa conjuntura, apesar da manutenção do caráter de fundação federal da universidade de Sergipe, outros projetos, outras disputas e outros atores políticos tiveram vez e lugar. Saía de cena a postura conciliadora, social, progressista e popular de D. José Vicente Távora, para ceder espaço à postura fechada, pragmática, conservadora e anticomunista de D. Luciano José Cabral Duarte, cujos méritos, não obstante a falta de habilidade com os estudantes, resultaram na concretização da universidade. Saíam de cena os militantes da JUC – grupo que exerceu a hegemonia do movimento do final dos anos de 1950 até os acontecimentos do golpe –, para ceder espaço aos militantes estudantis próximos à organização política da AP, da POLOP e do PCB, estes responsáveis pela reorganização do movimento estudantil e por protagonizarem a disputa por hegemonia no movimento nos primeiros anos da ditadura civil-militar.

No decurso desse processo, antes mesmo do golpe, o anúncio da criação de uma comissão estadual para tratar da questão da universidade em Sergipe, havia sido noticiada em meio a um clima de efervescência cultural e turbulências políticas. Estas últimas, provocadas pela renúncia de Jânio Quadros, pela posse tumultuada de João Goulart, pela rejeição do parlamentarismo e pelas mobilizações em prol das reformas de base. Nessa conjuntura, a sociedade civil, ou ao menos parte dela, propalava certo triunfalismo

antecipado<sup>1453</sup>, logo defrontado com a instalação de um golpe civil-militar e com o desencadeamento de um processo de repressão aos sindicatos, aos estudantes, aos movimentos populares de cultura e aos políticos relacionados aos movimentos e experiências nacionalistas, populares e de esquerda.

A inflexão política de março de 1964, em parte ajuizada na expressão poética do então estudante Mário Jorge, como um “ilusório transitório”, parecia refletir aquilo que uma parcela da sociedade civil, acostumada a participar dos debates acerca do nacional-popular na cultura brasileira, insistia em não aceitar<sup>1454</sup>. Esse sentimento expresso no poema “Convocação” evocava como alegorias figurativas as “botas” que “esmagam” quando “pisam o transitório” de um tempo “amargo” definido pelo “fel do agora”<sup>1455</sup>. Nesse sentido, Mário Jorge revelava, através do jogo estético e alegórico, não apenas a rejeição à ação dos golpistas como também a expectativa de que aqueles acontecimentos não viriam a ser consolidados e fossem fatos passageiros, porém a realidade foi além dos versos do poeta e revelou-se mais dura e duradoura, como os registros da ditadura civil-militar assim a atestam.

Esse sentimento de transitoriedade, de que aquele momento poderia ser revertido, em certa medida, alimentava-se também no histórico da participação política dos militares ao longo do período republicano. Trajetória histórica que, até o desencadeamento dos acontecimentos do golpe civil-militar de 1964, pautava-se pela intervenção, restabelecimento da ordem e retorno aos quartéis. Entretanto, os desdobramentos e a radicalização dos acontecimentos deslocaram essa postura de “intervenção transitória” para uma postura de novo tipo na qual os militares, apoiados por setores conservadores da sociedade civil, permaneceram no controle da ordem política e social do país, estabelecendo um período de 21 anos de governo<sup>1456</sup>.

A ditadura civil-militar impôs-se como um divisor de águas interrompendo ou redimensionando os movimentos e experiências que vinham sendo construídos pelos movimentos de educação e cultura popular que antecederam esse interstício

---

<sup>1453</sup> Ver a esse respeito em: DANTAS, José Ibarê Costa. *Os partidos políticos em Sergipe: 1889-1964*. Op. cit., p. 314; e em: FERREIRA, Jorge. “A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular”. Op. cit., pp. 181-212.

<sup>1454</sup> Ver a respeito em: ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira identidade nacional*. Op. cit.; e RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da tv*. Op. cit.

<sup>1455</sup> VIEIRA, Mário Jorge Menezes. *Poemas de Mário Jorge*. Op. cit., p. 42 (negrito nosso).

<sup>1456</sup> BORGES, Nilson. “A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares”. Op. cit., p.13-42.

antidemocrático<sup>1457</sup>. Ao longo desse período, iniciado em 1964 e que se estendeu até 1985, a relação entre a sociedade e o Estado foi marcada por constantes tensões e pelo preterimento da primeira em relação ao segundo. Em Sergipe, uma das consequências do golpe foi à prisão e posterior cassação do governador Seixas Dória, aliado político de João Goulart, que diante dos novos rumos dos acontecimentos políticos resolveu não apoiar a tomada do Estado pelos militares, como Lomanto Júnior, governador da Bahia, e outros governadores e autoridades fizeram para garantirem a permanência nos cargos. Além disso, alguns deputados de sua base de apoio foram cassados, entre quais: Viana de Assis e Cleto Maia, assim como alguns prefeitos, dentre os quais, Pascoal Nabuco, da cidade Estância.

A repressão estendeu-se aos sindicalistas, aos estudantes, aos militantes de esquerda, aos educadores populares, entre outros cidadãos. Nesse contexto, sindicatos sofreram intervenção e posterior fechamento, o mesmo acontecendo com as instituições estudantis e as relacionadas à educação popular. Além disso, muitas de suas lideranças foram detidas, processadas e permaneceram por dias no quartel do 28º BC. Diante desse primeiro ciclo repressivo, em meio a relatos acerca do cárcere, familiares, membros da Igreja católica, alguns membros da maçonaria e autoridades movimentaram-se para garantir os direitos e a integridade física dos estudantes e dos demais presos políticos.

No caso das lideranças estudantis secundaristas, em particular dos CES, além de algumas prisões, os atritos com a direção do colégio por causa da resistência de alguns em não apoiar a “Marcha com Deus pela família e pela liberdade”, entre outros motivos, após um litígio jurídico, resultou na expulsão de: Wellington Dantas Manguiera Marques, Abelardo Silva Souza, José Anderson Nascimento, Alceu Monteiro, Jackson de Sá Figueiredo e Mário Jorge Menezes Vieira. Estes secundaristas, anos depois tornar-se-iam importantes lideranças do movimento estudantil universitário.

Já em relação as entidades estudantis no estado, após a prisão de algumas de suas lideranças e do processo de desmobilização que o movimento atravessou, as primeiras evidências de sua retomada, ainda que discreta, relacionou-se ao debate sobre a Lei Suplicy e o controle que essa legislação estipulava para as entidades estudantis. No curso desse processo, a UEES sofreu um processo de intervenção e, após o enquadramento dos diretórios e centros acadêmicos à nova lei, foram realizadas eleições indiretas para a DEE

---

<sup>1457</sup> SCHWARZ, Roberto. *Cultura e Política*. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, pp. 9-10.

de Sergipe, entidade que substituiu, por meio da força da lei e do momento político, a UEES.

Em relação à eleição da primeira diretoria da DEE de Sergipe, ocorrida em 1965, chama atenção a ampla articulação política de sua composição, inclusive com a participação de militantes próximos ao PCB. Este quadro indica, em um desmobilização, a estratégia de alguns militantes do movimento estudantil de resistir por dentro da lei tanto à nova legislação como à ordem política que se instalava. Um dos aspectos mais radicais desse processo de enquadramento das entidades estudantis à Lei Suplicy foi a “revolta dos estudantes da FAFI”. Essa revolta transpôs os muros da faculdade, evidenciando nos jornais de circulação local, entre outros fatos, a postura autoritária da ala conservadora da Igreja Católica em Sergipe, então representada pelo diretor da faculdade, o monsenhor Luciano José Cabral Duarte.

Os atritos e ressentimentos dessa revolta podem ser apontados como um dos fatores que levaram uma parte dos estudantes, sobretudo os das faculdades católicas, a não mais apoiarem a proposta da criação da universidade de Sergipe sob a forma de uma fundação federal, posição encampada pelo monsenhor Luciano José Cabral Duarte. A essa personalidade eclesiástica e intelectual, confessadamente anticomunista, coube reunir os esforços para que a universidade de Sergipe fosse criada como fundação federal, em 1968, e não como autarquia federal, como alguns estudantes passaram a defender, sobretudo a partir de 1966.

Em meio à nova ordem política que se instalava e as disputas locais tecidas, sobretudo pelos estudantes, professores e os diretores das instituições de ensino, sobre qual seria o modelo a ser adotado pela universidade a ser criada, as tendências do movimento estudantil universitário reorganizaram-se. Nesse contexto, parte da JUC, antes mesmo do golpe havia originado a AP, tendência que após ter sofrido dura repressão passou a atuar junto às faculdades de medicina e serviço social. Já na faculdade de economia e de química o posicionamento dos militantes da POLOP evidenciavam as ideias e a presença desse novo agrupamento. Neste ínterim, o PCB que tinha uma atuação discreta no movimento estudantil universitário passou a disputar a hegemonia do movimento, objetivo consolidado com a eleição da primeira diretoria do DCE/UFS, em 1968. A respeito dessa eleição, é preciso frisar que, não obstante a regulamentação eleitoral prevista pelo Decreto-lei 228, esse processo eleitoral ocorreu de forma direta em razão da postura acordada pelas chapas concorrentes que rejeitaram o processo indireto previsto pela legislação.

Já em relação à atuação de estudantes não alinhados com as mencionadas tendências estudantis, o fato é que as disputas e os debates entre eles passaram a pautar as ações do movimento estudantil. Entre essas disputas, a controversa segunda eleição da DEE de Sergipe, ocorrida em 1966, pode ser elencada. O resultado desse processo de disputa, a falta do repasse de recursos para a entidade e, principalmente, as determinações do Decreto-lei 228, de 28 de fevereiro de 1967 – que, em seu Art. 20, determinava ao Ministério Público Federal promover a dissolução dos órgãos estudantis no âmbito dos estados e seus patrimônios, ainda que os órgãos estivessem organizados como entidade de direito privado – culminaram na extinção da DEE de Sergipe em 1967.

No Art. 20 da mencionada lei, havia a previsão de encaminhamento pelo Ministério Público Federal do patrimônio dessas entidades para serem incorporado às universidades federais. Este patrimônio, posteriormente, seria transferido aos DCEs das respectivas instituições nos estados. Contudo, como em Sergipe ainda não havia uma universidade nem existia um DCE, fica a indagação acerca do destino do patrimônio da UEES, herdado pela DEE de Sergipe. Essa questão jogada ao esquecimento, talvez agora, com a posse da primeira diretoria da UEES, em 2 de março de 2012, refundada depois de mais de 40 anos, possa ser objeto de uma melhor apreciação. A resposta a essa pergunta só realizar-se-á quando da organização dos arquivos e da disponibilização de seus acervos sem restrições para os cidadãos interessados. Caso isso não ocorra, corre-se o risco de não se fazer justiça, deixando de passar a limpo a memória e a história do país.

O fechamento da DEE de Sergipe, a luta para criação da universidade e para criação do DCE teve curso em meio a trotes culturais com sátiras políticas, protestos contra a morte de Edson Luís, contra a prisão de Vladimir Palmeira, greves dos estudantes do CES e da FUFSE (agosto de 1968), a eleição da primeira diretoria do DCE/UFS, a composição da delegação de Sergipe para o XXX Congresso de Ibiúna, entre outros acontecimentos.

A expectativa a respeito de Ibiúna, a propósito, esbarrou na prisão das principais lideranças nacionais do movimento estudantil brasileiro e na detenção deles no presídio Tiradentes. No caso dos estudantes da delegação de Sergipe, o processo de liberação e de regresso ao estado, contou com a mediação de familiares e, como declarado pelos militantes entrevistados, novamente por alguns membros da maçonaria e a colaboração tácita de algumas autoridades políticas, a exemplo do governador Lourival Batista que não se posicionou a respeito.

Já a partir de dezembro de 1968, após a publicação do AI-5, um novo ciclo repressivo tem início, culminando com a volta à prisão de alguns dos estudantes que haviam sido detidos em Ibiúna, com o enquadramento das principais lideranças estudantis nos dispositivos do Decreto-lei 477/1969 e, conseqüentemente, na ameaça de serem expulsos da universidade. Diante desse novo revés, outra vez as relações sociais e a posição do primeiro reitor da FUFSE, o professor João Cardoso Nascimento Júnior, atuaram em favor dos estudantes, cassando os direitos políticos estudantis em lugar de expulsá-los. Este fato levaria ao esvaziamento, eclipse e fechamento do DCE nos anos seguintes.

Além disso, em face das mediações sociais mencionadas, sobretudo em alguns instituições e estados, a natureza autoritária do AI-5 e a estruturação dos órgãos da comunidade de segurança e informação enrijeceram as práticas da política de segurança nacional. Dentre as medidas efetivadas nesse sentido, a criação da AESI, depois denominada de ASI, junto a FUFSE, oficializava a política de segurança nacional na universidade. Este fato interferia diretamente na autonomia da instituição, de seus dirigentes e, de modo particular, passava a vigiar e a controlar as ações de funcionários, professores e estudantes, sendo estes últimos um dos focos principais da atenção dessa política. Uma política de segurança, assentada em preceitos militares, que tratava os cidadãos e vozes dissonantes da ordem imposta como “inimigos internos”.

Entretanto, no período de 1969 a 1975, apesar do fechamento do DCE e da atuação dos órgãos de segurança e informação, os registros escritos apontam a existência de oito diretórios e um centro acadêmico que se mantiveram em funcionamento. A partir desses diretórios e desse centro acadêmico, observa-se um processo de retomada das atividades da militância estudantil que culminaria com a reabertura do DCE, a partir da realização de uma eleição indireta, ocorrida no final de 1975.

No início de 1976, as críticas à universidade e a ditadura proferidas no discurso de posse da nova diretoria do DCE – reaberto após seu fechamento em 1969 –, e o clima de distensão política instalada pelo governo do presidente Ernesto Geisel pareciam anunciar novos horizontes para o país. Entretanto, a reação dos militares da chamada “Linha Dura”, em oposição ao presidente Ernesto Geisel, desencadearam uma série de operações militares por vários estados com objetivo de desarticular grupos políticos de esquerda supostamente organizados para práticas subversivas e da luta armada. Em Sergipe, essa reação resultou na deflagração da chamada “Operação Cajueiro”, ação militar que sequestrou, prendeu,

interrogou e torturou fisicamente estudantes, sindicalistas e outros militantes políticos, tendo inclusive causado a cegueira do sindicalista Milton Santos.

Nesse período, os estudantes próximos ao PCB e os que professavam uma posição ideológica liberal, sobretudo no curso de direito, estavam articulados em torno da Ala Jovem do MDB, cuja proposta de atuação, além da militância estudantil, também voltou-se para eleições de vereadores, deputados estaduais e federais, além de terem sido decisivos na inusitada eleição do senador Gilvan Rocha pelo MDB, em 1974. Neste sentido, a Ala Jovem do MDB, sobre a hegemonia do PCB, não enveredou pela luta armada, mas articulou-se ao movimento nacional que conseguiu impor ao governo e aos seus aliados importantes derrotadas eleitorais em vários estados do país.

Entre 1975 e 1978, os militantes estudantis do PCB conseguiram manter certa hegemonia junto ao DCE, mas os efeitos da “Operação Cajueiro” e os desdobramentos da crise do Comitê Central do Partido com Luís Carlos Prestes parecem ter reverberado negativamente sobre os militantes do “Partidão”. Desta forma, a luta para que as eleições do DCE passassem a ser diretas coincide com o fim da hegemonia do PCB e o início da hegemonia da tendência “Atuação”, grupo político formado por anarquistas, trotskistas e leninistas. Anos depois alguns militantes dessa tendência e alguns dissidentes do PCB fundariam em Sergipe o PT.

O fim do processo eleitoral indireto para o DCE, fato que veio a se consubstanciar no final do ano de 1978, foi conquistado a partir do atendimento por parte da reitoria das reivindicações dos estudantes. Desta forma, os estudantes participaram da primeira eleição direta, embora ainda não inteiramente livre. Nos anos seguintes, a consolidação desta conquista se confundiria com a luta pela eleição direta para reitor e para presidência da república, além de uma série de outros movimentos reivindicatórios que indicavam a reorganização da sociedade civil e a opção pela resistência democrática como estratégia de contra-hegemonia frente à ditadura civil-militar.

A documentação escrita localizada e as fontes orais coletadas possibilitam discutir uma série de questões a respeito das posições assumidas por uma parte dos estudantes universitários, em particular aqueles que se encontravam envolvidos na luta política e na militância cultural. Questões como direitos indígenas, defesa de moradia popular, combate aos reajustes dos preços das tarifas dos ônibus, defesa de questões ambientais, movimento negro e lutas feministas surgem, ganham corpo entre os estudantes universitários e se expandem, passando a incorporadas pela sociedade.



No período de 1982 a 1985, a hegemonia sob o DCE passa a ser exercida pela Viração, tendência política ligada ao PC do B. Os militantes dessa tendência instigados por uma postura mais radical de combate a ditadura civil-militar intensificaram as pichações de muro; os protestos contra o aumento das tarifas de ônibus, inclusive promovendo quebra-quebra, localizaram e destruíram parte dos documentos da AESI/ASI dentro do simbolismo que esse ato representava na época, entre outras ações. Sendo que nos anos seguintes, já no processo de transição democrática, a hegemonia sob a direção do DCE e dos diretórios e centros acadêmicos passar a ser mais disputada e compartilhada entre os militantes da Viração, as diferentes tendências do PT e grupos alternativos como o Movimento Estudantil Revolucionário Didático e Artístico (MERDA).

A partir desse cenário, discussões como juventude, regulamentação de profissões, grupos alternativos, feminismo, movimento negro, movimento dos sem-terra, movimento por moradia popular, movimento em favor dos direitos indígenas, movimento ambiental, entre outros, tendem a configurar horizontes de mobilização e organização diferentes tanto para o movimento estudantil universitário quanto para a sociedade civil brasileira. A medida que se consolidava a redemocratização, bandeira sobre a qual se unificaram as lutas contra a ditadura civil-militar, o foco de discussões dos estudantes e da sociedade era deslocado para outros temas e, conseqüentemente, novas formas de luta, constituindo outros horizontes de experiências e expectativas que transpõem o recorte desta pesquisa e que estão a merecer a atenção dos pesquisadores<sup>1458</sup>.

A efetivação do ensino superior e o surgimento de um movimento estudantil universitário no estado, pontos centrais abordados nesta tese, revelam experiências sociais produzidas por esses atores sociais, suas instituições e os movimentos em que tomaram parte. É dentro desse contexto que os estudantes e os militantes do movimento estudantil, em particular, ajudaram a desenvolver, ou pelo menos a tornar mais complexas, as tenras relações da sociedade civil no estado, seja renovando ou reproduzindo frações de sua intelectualidade cultural, artística e política, seja participando de discussões e mobilizações, ou ainda formando lideranças que passariam a atuar no campo das lutas sociais e culturais no estado na segunda metade do século XX e início do século XXI.

---

<sup>1458</sup> Ler a respeito dessa discussão em: DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Op. cit.; em: MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Op. cit.; e em: SOUZA, Regina Magalhães. *O discurso do protagonismo juvenil*. Op. cit.

A história desse passado próximo relaciona-se com as discussões do tempo presente da sociedade brasileira. Uma história em construção que é objeto de um contínuo processo de (re)interpretação e (re)significação envolvendo as fontes que registram as experiências desse passado e o historiador que as avalia a partir dos debates teóricos, metodológicos, historiográficos, acadêmicos e políticos de seu tempo. E neste último caso, não há como, enquanto cidadão e pesquisador, ficar passivo diante do debate a respeito da abertura universal, irrestrita e livre dos arquivos e de seus acervos aos cidadãos, assim como, da defesa do registro, da guarda e divulgação da memória desse passado/presente.

## **Locais e sites de pesquisa**

### **a) Locais de pesquisa**

Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe

Arquivo do Poder Judiciário do Estado de Sergipe

Arquivo Nacional

Arquivo Público do Estado de Sergipe

Biblioteca da Universidade Tiradentes

Biblioteca da Universidade Federal de Sergipe

Laboratório de História da Universidade Tiradentes

Biblioteca Estadual Epifânio Dória

Biblioteca Nacional

Biblioteca da Universidade Federal da Bahia

Instituto Dom Luciano Duarte

Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Programa de Documentação e Pesquisa Histórica do Departamento de História/UFS

Instituto Tobias Barreto

### **b) Sites pesquisados**

2 séculos de artes visuais em Sergipe - <<http://itabi.infonet.com.br/artesvisuais/>>

Arquivo Nacional - <<http://www.an.gov.br/sian/>>

Biblioteca Digital Ação Educativa - <<http://www.bdae.org.br/dspace/>>

Câmara dos Deputados - <<http://www2.camara.gov.br>>

Domínio Público - <<http://www.dominiopublico.gov.br>>

Faculdade Pia Décimo- <http://www.piodecimo.edu.br/>

Instituto Dom Luciano Duarte - < <http://www.institutodomlucianoduarte.com.br/> >

Instituto Histórico Geográfico de Sergipe - < <http://www.ihgse.org.br/> >

Jornal da Cidade: < <http://www.jornaldacidade.net/> >

Palácio Museu Olímpio Campos - <<http://www.palaciiolimpiocampos.se.gov.br/>>

Paróquia Nossa Senhora do Rosário - <<http://www.vozdorosario.org.br/igreja/paroco.php>>

Portal Infonet. < <http://www.infonet.com.br/> >

PROGEN/UFPE - <http://movimentosjuvenisbrasil.com/>.

Programa de Pós-graduação em História/UFBA - < <http://www.ppgh.ufba.br/> >

Projeto Memória do Movimento Estudantil - <http://www.mme.org.br/>

Projeto Memórias Reveladas - < <http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br> >

SciELO - < <http://www.scielo.org/> >

Universidade Federal da Bahia - <<http://www.ufba.br/>>

Universidade Federal de Sergipe - <<http://www.ufs.br/>>

Universidade Tiradentes - < <http://www.unit.br/> >

## Fontes

### a) Fontes orais/entrevistas

ALENCAR FILHO, Clodoaldo. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 15/09/1998.

ALVES, Milton. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 11/08/2010.

AMARAL, Antônio Alves. Entrevistada por José Vieira da Cruz, Luciene Cardoso Vasconcelos e Tânia Maria Lima Rabelo. Aracaju, 26/04/2011.

ARAÚJO, Ruy Belém de. Entrevistado por Gislane Santos Carvalho. Aracaju/SE, 08/08/2008.

\_\_\_\_\_. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 20/08/2010.

ASSIS, Iara Viana de. Entrevistada por José Vieira da Cruz, José Anderson Farias Andrade, Lívia Rocha Teles Barreto e Maria Juliene Menezes Florêncio. Aracaju/SE, 13/04/11.

BARRETO, Dílson Menezes. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Fernanda de Andrade Santos, Lidiane Barbosa de Góis e Rose Carla de Araújo Oliveira. Aracaju/SE, 11/11/2009.

BEZERRA, Antônio Ponciano. Entrevistado por Gislane Santos Carvalho. Aracaju/SE, 14/08/2008.

CORREIA, Maria de Lourdes Rodrigues. Entrevistada por José Vieira da Cruz, José Anderson Farias Andrade, Lívia Rocha Teles Barreto e Maria Juliene Menezes Florêncio. Aracaju/SE, 31/04/11.

CÔRTEZ, Ana Maria Santos Rolemberg. Entrevistada por José Vieira da Cruz, José Anderson Farias Andrade, Lívia Rocha Teles Barreto e Maria Juliene Menezes Florêncio. Aracaju/SE, entrevistada nos dias 06/04/11 e 26/05/11.

CÔRTEZ FILHO, João Rolemberg. Entrevistado por Gardênia Correia Palmeira e Glícia Laís Macedo Silva. Aracaju/SE, 6/11/2007.

COSTA, Antonio Vieira da. Entrevistado por José Ibarê Costa Dantas. Aracaju, 13/11/1991. [Transcrito por José Vieira da Cruz, 01/08/2010]

DANTAS, José Ibarê Costa. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 10/10/2010.

\_\_\_\_\_. Informações concedidas a José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 24/02/2011.

DINIZ, José Alexandre Felizola. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 12/03/1998.

FIGUEIREDO, Jackson de Sá. Entrevistado por Gardênia Correia Palmeira e Glícia Laís Macedo Silva. Aracaju/SE, 5/11/2007.

FONTES JÚNIOR, Irineu Silva. Entrevistada por José Vieira da Cruz, Luciene Cardoso Vasconcelos e Tânia Maria Lima Rabelo. Aracaju, 21/03/2011.

FONTES, José Silvério Leite. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 10/08/2011.

LIMA FILHO, Rosalvo Alexandre de. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Giselle Carvalho Menezes e Renata de Carvalho Santana. Aracaju/SE, 29/09/2011.

MARQUES, Laura Maria Ribeiro. Entrevistada por José Vieira da Cruz, Lívia Rocha Teles Barreto, Maria Juliene Menezes Florêncio, Renilma Mendonça Caetano, Tatiana Vieira Rosa. Aracaju/SE, 23/05/10.

MARQUES, Wellington Dantas Mangueira. Entrevistado por Gardênia Correia Palmeira e Glícia Laís Macedo Silva. Aracaju/SE, 05/10/2007.

\_\_\_\_\_. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Renata de Carvalho Santana e Giselle Carvalho Menezes. Aracaju/SE, 27/10/2011.

NASCIMENTO, Afonso. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 19/02/2011.

NASCIMENTO, Araci Bispo do. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Fernanda de Andrade Santos, Lidiane Barbosa de Góis e Rose Carla de Araújo Oliveira. Aracaju/SE, 28/11/2009.

NASCIMENTO, José Maria do. Entrevistado por José Vieira da Cruz e José Robério dos Santos. Aracaju/SE, 23/05/2008.

NOGUEIRA, Edvaldo. Entrevistado por Farley Goes do Espírito Santo e Daniele Xavier de Andrade. Aracaju/SE, 08/12/2010.

OLIVEIRA, José Luciano Góis de. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 30/12/2011.

PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 17/08/2010.

RAMOS, Joésia. Entrevistada por José Vieira da Cruz, Luciene Cardoso Vasconcelos e Tânia Maria Lima Rabelo. Aracaju, 18/05/2011.

SANTANA NETO, Domingos Félix de [Mingo Santana]. Entrevistado por Armando F. Filho, Claudiane Torquato e Washigton Teles. Aracaju, 17/06/2008.

SANTOS, Zelita Rodrigues Correia dos. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 4/08/1998.

\_\_\_\_\_. Entrevistada por Alene Leite Campos. Aracaju/SE, 11/09/2007.

\_\_\_\_\_. Entrevistada por José Vieira da Cruz, José Anderson Farias Andrade, Lívia Rocha Teles Barreto e Maria Juliene Menezes Florêncio. Aracaju/SE, 29/03/11.

SILVA, Carlos Roberto [Cauê]. Entrevistado por Farley Goes do Espírito Santo e Daniele Xavier de Andrade. Aracaju/SE, entrevistada nos dias entrevistada nos dias 15/06/2008 e 08/11/2008.

SILVA, João Augusto Gama da. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Fernanda de Andrade Santos, Lidiane Barbosa de Góis e Rose Carla de Araújo Oliveira. Aracaju/SE, 03/11/2009.

SOUSA, Tânia Soares. Entrevistada por José Vieira da Cruz, José Anderson Farias Andrade, Lívia Rocha Teles Barreto e Maria Juliene Menezes Florêncio. Aracaju/SE, 10/05/11.

WEID, Jean Marc Von Der. Entrevista por Carla Siqueira e Ana Paula Goulart, transcrita e editada por Comunicação, e revisada por Ana Paula Goulart. Rio de Janeiro/RJ, 07/10/2004. Disponível em: <<http://www.mme.org.br/>>. Acessado em 10/01/2009.

## Fontes escritas

### a) Atas

CONSU/FUFSE. *Ata da reunião extraordinária do Conselho Universitário da Universidade Federal de Sergipe*, realizada em 10 de agosto de 1968. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCSA-DSS, Caixa 01, item 02.

\_\_\_\_\_. *Ata da sessão ordinária de 12 de março de 1969*. In: Livro de atas do CONSU/FUFSE, p. 47.

\_\_\_\_\_. *Ata da sessão ordinária de 21 de setembro de 1968*. In: Livro de atas do CONSU/FUFSE, verso da p. 19 e p. 20.

\_\_\_\_\_. *Ata da assembleia geral do DAACL*. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCBS, Caixa 32, item 100.

DAAMB. *Ata da 1ª sessão ordinária do diretório da Escola Superior de Química de Sergipe*, realizada em 30 de março de 1950. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCET-DQI, Caixa 25, Item 78.

\_\_\_\_\_. *Ata da 49ª sessão extraordinária do DAAMB da Escola de Química de Sergipe*, 29 de agosto de 1961. In: Localização no Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCET-DQI, Caixa 25, item 78.

\_\_\_\_\_. *Ata da 52ª sessão extraordinária do DAAMB da Escola de Química de Sergipe*, 5 de maio de 1962. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCET-DQI, Caixa 25, Item 78.

\_\_\_\_\_. *Ata da 62ª sessão extraordinária do DAAMB da Escola de Química de Sergipe*, 20 de março de 1965. In: Arquivo UFS: Fundo CCET-DQI, caixa 27, item 84.

\_\_\_\_\_. *Ata da 63ª sessão extraordinária do DAAMB da Escola de Química de Sergipe*, 29 de março de 1965. In: Arquivo UFS: Fundo CCET-DQI, caixa 27, item 84.

DCE/FUFSE. *Ata da primeira reunião ordinária da diretoria do Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Sergipe*, 13 de setembro de 1968. Acervo de documentos [cópias] do historiador José Ibarê Costa Dantas.

FCEA. *Ata da reunião extraordinária da Congregação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas*, de 19 de março de 1965. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCSA –DEE, caixa 03, item 08.



FMS. *Ata da sessão ordinária do Conselho Departamental da Faculdade Medicina de Sergipe*, 27 de agosto de 1968. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCBS, Caixa 32, item 100.

#### **b) Constituição, estatutos e regimentos**

DAACL. *Estatuto do Diretório Acadêmico Augusto César Leite*. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCBS, Caixa 32, item 100.

DAFCE. *Estatuto do Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas de Sergipe*, fundado em 17 de janeiro de 1950. In: Encadernação com os ofícios recebidos pelo DAJF (1951-1955), localizado no Arquivo Central da FUFSE: Fundo CECH-DHI, Caixa 24, item 90.

DAJF. *Estatuto do Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo da Faculdade de Filosofia de Sergipe*, fundado em 2 de junho de 1951. Acervo de documentos [cópia] José Maria do Nascimento.

UEES. *Constituição da União Estadual dos Estudantes de Sergipe*. Aracaju: CISLA, 1954.

UNE. *Regimento interno do XV Congresso Nacional dos Estudantes da UNE*. Rio de Janeiro, julho de 1952. In: Encadernação com os ofícios recebidos pelo DAJF/FCFS (1951-1955), localizado no Arquivo Central da FUFSE: Fundo CECH - DHI, Caixa 24, item 90.

#### **c) Cartas, discursos, mensagens eletrônicas e manuscritos**

DANTAS, José Ibarê Costa. Informação concedidas através do e-mail <[jibare@infonet.com.br](mailto:jibare@infonet.com.br)>, em 10/07/2011 17:13.

DAJF. *Discurso de posse de José Maria Nascimento na presidência do Diretório DAJF em 1965*. Acervo de documentos [cópia] José Maria do Nascimento.

DCE/FUFSE. *Carta aberta*. In: GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes iniciam congresso em Salvador*. Ano XXII, nº 6.204, 29 de maio de 1979, p.1.

DCE, ADUFS e ASUFS. *Carta aberta*. São Cristóvão: FUFSE, 12 de junho de 1984. In: Acervo de documentos [cópia] coletados pelo historiador José Ibarê Costa Dantas.

DUARTE, Luciano José Cabral. *Carta do diretor da FAFI à GS*. In: Gazeta de Sergipe. Ano X, nº 2841, 16 de outubro de 1965, p.6.

DUARTE, Luciano José Cabral. *Carta ao reitor da FUFSE*: informando ter recebido o Ofício nº 101/77/GR com uma cópia anexa ao Ofício nº 0404/76/GR, dirigido ao diretor presidente da EMSETUR. In: Arquivo do IDLD, caixa 01, pacotilha 07.

ESTUDANTES DE DIREITO. *Carta dos estudantes da Faculdade Federal de Direito de Sergipe ao Dr. Newton Sucupira*: manifestando seu repúdio ao anteprojeto de criação da UFS e criticando a atuação de Dom Luciano Duarte. 19 de setembro de 1966. In: IDLD, caixa 01, pacotilha 06.

NASCIMENTO, José Maria do. *Manuscrito do histórico da votação e rejeição da Lei Suplicy na Faculdade Católica de Sergipe, em 1965*. Acervo de documentos [cópia] de José Maria do Nascimento.

\_\_\_\_\_. *Manuscrito com esboço de sua fala na reunião ocorrida na FCFS em 11/10/1965*. Acervo de documentos [cópia] de José Maria do Nascimento.

MARQUES, Wellington Dantas Mangueira. In: *Gazeta de Sergipe. Carta de Wellington*. Ano XX, nº 5370, 1º de março de 1976, p.8.

UEES. *Carta aberta à sociedade sobre a UEES*. In: [thiagodhatt@hotmail.com](mailto:thiagodhatt@hotmail.com), enviado para: [jvdc1972@hotmail.com](mailto:jvdc1972@hotmail.com), quarta-feira, 29 Fevereiro de 2012, 14:12:20.

#### **d) Leis, Decretos, Decretos-lei, Portarias, Resoluções, Mandado de segurança**

BRASIL. *Decreto nº 37.613*, 19 de julho de 1956.

\_\_\_\_\_. *Lei 4.330*, 1º junho de 1964.

\_\_\_\_\_. *Lei 4.464*, 9 de novembro de 1964. [Lei Suplicy]

\_\_\_\_\_. *Lei 4.024*, de 20 de dezembro de 1961. [LDB]

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA GUERRA, IV Exército, 6ª Região Militar, 28º BC. *Mandado de segurança, impetrado por Antonio Fernandes Viana de Assis contra a Assembleia Legislativa*, Aracaju-SE, 1964. In: Arquivo Geral do Judiciário/SE. TJ/GP. Fundo Aju/1ª. Esc., caixa 06,

SERGIPE. *Decreto Estadual 1362/67*, 14 de maio de 1967.

FUFSE. *Portaria nº 28*, 6 de fevereiro de 1970. In: PDPH/DHI/FUFSE, ofícios recebidos pelo IFCH.

\_\_\_\_\_. *Portaria nº 29*, de 19 de março de 1969. In: PDPH/DHI/FUFSE, ofícios recebidos pelo IFCH.

\_\_\_\_\_. *Resolução CONSU nº 16/1971*. In: Arquivo CONSU/FUFSE.

\_\_\_\_\_. *Resolução nº 33/1976/CONSU*. In: Arquivo CONSU/FUFSE.

\_\_\_\_\_. *Resolução nº 10/1978/CONSU*. In: Arquivo CONSU/FUFSE.  
FUFSE. *Portaria nº 1060/2010/CONSU*. In: Arquivo CONSU/FUFSE.

#### **e) Notas, comunicados e convocações**

CASR. *Convocação para assembleia geral e para a realização do júri simulado do colega Vladimir Palmeira (sic)*, 27 de setembro de 1968. In: Acervo de documentos [cópia] de Maria Zelita Batista Brito.

COMISSÃO ORGANIZADORA DA PÁSCOA DOS UNIVERSITÁRIOS DE SERGIPE. *Convite: UEES/DAMK/CASR/DAJF/DAAMB/DAFCE*, 1959. In: Arquivo do CASR/DDI/FUFSE. Encadernação com as correspondências da gestão de Francisco de Melo Novais à frente do CASR (1959-1960).

UEES/USES. “Comunicado ao povo sergipano”. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano XIII, 31 de março de 1968, p.1.

DCE/FUFSE. *Nota do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Sergipe em 1978*. In: Acervo de documentos [cópias] do historiador José Ibarê Costa Dantas.

GAZETA DE SERGIPE. *Nota da direção da GS*. Ano X, nº 2842, 17 de outubro de 1965, p.6.

UEES. *Nota oficial da União Estadual dos Estudantes de Sergipe*. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano V, nº 1074, 28 de setembro de 1961, p. 4.

#### **f) Ofícios, informes e reivindicações**

AESI/FUFSE. *Of. cir. AESI/UFSE, nº 01/1973*, enviado a direção do IFCH, 07 de junho de 1973. In: PDPH/DHI/FUFSE, ofícios recebidos pelo IFCH.

\_\_\_\_\_. *Of. AESI/UFSE nº 05/1973*, enviada a direção do IFCH, 3 de outubro de 1973. In: In: PDPH/DHI/FUFSE, ofícios recebidos pelo IFCH.

\_\_\_\_\_. *Of. cir. AESI/UFSE, nº 01/1974*, 19 de março de 1974. In: PDPH/DHI/FUFSE, ofícios recebidos pelo IFCH.

ASI/FUFSE. *Of. cir. ASI/UFSE nº 01/1977*, sobre o envio do RSAB nº 10 a diretor do IFCH, 01 de junho de 1977. In: PDPH/DHI/FUFSE, ofícios recebidos pelo IFCH.

\_\_\_\_\_. *Of. ASI/UFSE nº 50/1977*, enviada ao vice-reitor da FUFSE, 2 de dezembro de 1977. Arquivo Central da UDS. Fundo Gabinete do Vice-Reitor, GVR/10.

DAACL. *Of. 01/1963/DAACL*, s/d, para a FMS. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCBS, Caixa 32, item 100.

\_\_\_\_\_. *Of. s/n/DAACL*, de 2 de abril de 1964 para a FMS. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCBS, Caixa 01, item 01.

\_\_\_\_\_. *Of. s/nº*, de 26 de março de 1966, de Lyrio Dutra do Nascimento, e: DAACL. *Ofício s/nº*, de 29 de março de 1966, de José Aguiinaldo de Santana Fonseca. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCBS, Caixa 01, item 02.

\_\_\_\_\_. *Of. nº 07/1966/DAACL*, de 8 de junho de 1966 a FMS. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCBS, Caixa 01, item 02.

\_\_\_\_\_. *Of. nº 08/1966 /DAACL*, de 15 de junho de 1966, enviado ao diretor da FMS. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCBS, Caixa 01, item 02.

\_\_\_\_\_. *Of. 02/1968/DAACL para a FMS*, 12 de agosto de 1968. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCBS, Caixa 02, item 04.

\_\_\_\_\_. *Of. nº 11/1966/DAACL*, 16 de agosto de 1966, enviado ao diretor da FMS. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCBS, Caixa 01, item 02.

\_\_\_\_\_. *Of. nº 02/69/DAACL*, de 07 de fevereiro de 1969, encaminhado ao Diretor da FMS. In: In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCBS, Caixa 03, item 07.

DAJF. *Of. s/nº/DAJF*, julho de 1951, para a FCFS. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CECH - DHI, Caixa 24, item 90, encadernação com os ofícios recebidos pelo DAJF/FCFS (1951-1955).

\_\_\_\_\_. *Of. nº 06/1965/DAJF*, 1º de outubro de 1965 ao diretor da FCFS. Acervo de documentos [cópias] de José Maria do Nascimento.

\_\_\_\_\_. *Of. nº 07/1965/DAJF*, 7 de outubro de 1965 ao diretor da FCFS. Acervo de documentos [cópias] de José Maria do Nascimento.

DAMK. *Of. ref. 01/1954/DAMK/ESS*, 1º de setembro de 1954, para o DA da FCFS. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CECH - DHI, Caixa 24, item 90, encadernação com os ofícios recebidos pelo DAJF/FCFS (1951-1955).

DCE/FUFSE. *Of. cir. s/nº/DCE*, 17 de março de 1969. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCBS, Caixa 03, item 07.

\_\_\_\_\_. *Of. cir. nº 03/1977/DCE/FUFSE*, 3 de agosto de 1977, endereçado aos membros do Conselho de Representantes do DCE. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo Gabinete do Reitor/Vice-Reitor.

DEE DE SERGIPE. *Of. especial/DEES*, 20 de abril de 1965. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCBS, Caixa 01, item 02.

\_\_\_\_\_. *Of. circular nº 1 – 1965/1966/DEES*, maio de 1965. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCBS, Caixa 01, item 02.

\_\_\_\_\_. *Of. circular nº 5/1965/DEES*, 26 de maio de 1965. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCBS, Caixa 01, item 02.

\_\_\_\_\_. *Of. s/nº/ DEE*, 19 de setembro de 1966 encaminhado ao DAACL. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCBS, Caixa 01, item 02.

\_\_\_\_\_. *Of. s/nº/DEES*, 21 de setembro de 1966 para o DAACL/FMS. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCBS, Caixa 01, item 02.

DES/MEC. *Of. cir. 1681/DES/MEC*, de 25 de julho de 1966, ao diretor da FMS. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCBS, Caixa 01, item 02.

DSI/SEP/MEC. *Informe nº 33/DSI/SEP/MEC/69*, de 28 de fevereiro de 1969, encaminhado às reitorias de todas as universidades brasileiras. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCBS, Caixa 03, item 07.

DUARTE, Luciano José Cabral. *Of. s/nº*, 7 de junho de 1962. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CECH-DHI, caixa 23, item 84.

FCFS. *Of. s/nº/FCFS para o SEI*, de 8 de setembro de 1960. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CECH – DHI, Caixa 23, item 84.

\_\_\_\_\_. *Of. s/nº/FCFS*, 17 de agosto de 1961 para o DAJF. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CECH-DHI, Caixa 23, Item 84.

\_\_\_\_\_. *Of. nº 1/1962/FCFS*, 1º de março de 1962, para DAJF. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CECH-DHI, Caixa 23, Item 84.

\_\_\_\_\_. *Of. 11/1962/FCFS*, 6 de junho de 1962 para o DAJF. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CECH-DHI, Caixa 23, Item 84.

\_\_\_\_\_. *Of. nº 16/1965/FCFS*, de 8 de outubro de 1965, ao comandante do 28º BC. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CECH/DHI, caixa 23, item 84.

\_\_\_\_\_. *Of. nº 33/1965/FCFS*, 13 de novembro de 1965, endereçado a José Maria do Nascimento. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CECH/DHI, caixa 23, item 84.

\_\_\_\_\_. *Of. 35/1965/FCFS*, de 20 de outubro de 1965, endereçado a Paulo Barbosa de Araújo. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CECH/DHI, caixa 23, item 84.

\_\_\_\_\_. *Of. nº 45/1966/FCFS*, de 29 de outubro de 1966, encaminhada a José Maria do Nascimento. Acervo de documento [cópia] de José Maria Nascimento.

FMS. *Of. s/nº/FMS*, de 7 de agosto de 1964, ao ministro da Educação e Cultura, Flávio Suplicy de Lacerda. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCBS, Caixa 10, item 30.

FUFSE. *Of. do reitor da Universidade Federal de Sergipe dirigido ao IFCH*, 26 de fevereiro de 1969. In: PDPH/DHI/FUFSE, ofícios recebidos pelo IFCH.

\_\_\_\_\_. *Of. do reitor da Universidade Federal de Sergipe destinado ao IFCH*, 1º de março de 1969. In: PDPH/DHI/FUFSE, ofícios recebidos pelo IFCH.

\_\_\_\_\_. *Of. cir. 16/69/GR*, de 30 de abril de 1969. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCBS, Caixa 03, item 07.

IFCH. *Of. nº 32/1968/IFCH*, 20 de setembro de 1968, para o Diretório Acadêmico da Faculdade de Educação. In: Localização no Arquivo Central da FUFSE: Fundo CECH-DHI, Caixa 23, Item 84.

\_\_\_\_\_. *Of. nº 068/1968/IFCH para o DPF/SE*, de 15 de outubro de 1968. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CECH-DHI, Caixa 23, Item 84.

\_\_\_\_\_. *Of. nº 32/1968/IFCH*, datado de 20 de setembro de 1968, enviado para o Diretório Acadêmico da Faculdade [Instituto] de Educação. In: Localização no Arquivo Central da FUFSE: Fundo CECH-DHI, Caixa 23, Item 84.

\_\_\_\_\_. *Of. nº 068/1968/IFCH*, datado de 15 de outubro de 1968, enviado para o DPF/SE. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CECH-DHI, Caixa 23, Item 84.

\_\_\_\_\_. *Of. s/nº com as reivindicações do curso de história do Instituto de Ciências Humanas, 1968*. In: Fundo CECH - DHI, Caixa 25, item 94.

\_\_\_\_\_. *Of. nº 111/1969/IFCH*, datado de 04 de junho de 1969, enviado para o Reitor da FUFSE. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CECH-DHI, Caixa 23, Item 84.

\_\_\_\_\_. *Of. nº 201/1969/IFCH*, datado de 3 de outubro de 1969, enviado para o Departamento de Educação e Cultura. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CECH-DHI, Caixa 23, Item 85.

\_\_\_\_\_. *Of. nº 201/1969/IFCH*, 3 de outubro de 1969, para o Departamento de Educação e Cultura. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CECH-DHI, Caixa 23, Item 85.

\_\_\_\_\_. *Of. s/nº*, 28 de fevereiro de 1970, encaminhado pelo professor Fernando Porto ao magnífico reitor da FUFSE. In: PDPH/DHI/IFCH. Fundo de correspondências expedidas e recebidas pelo IFCH.

FONSECA, José Aguinaldo de Santana. *Ofício s/nº*, de 29 de março de 1966 ao DAACL, de José Aguinaldo de Santana Fonseca. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCBS, Caixa 01, item 02.

NASCIMENTO, José Maria do. *Of. s/nº*, 3 de novembro de 1966, encaminhada pelo estudante José Maria do Nascimento a D. Luciano Duarte. Acervo de documentos [cópias] de José Maria do Nascimento.

NASCIMENTO, Lyrio Dutra do. *Of. s/nº*, 26 de março de 1966, de Lyrio Dutra do Nascimento. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCBS, Caixa 01, item 02.

PROEST/FUFSE. *Of. cir. nº 34/1979/PROEST/CPCR*, 11 de setembro de 1979. In: PDPH/DHI/FUFSE, ofícios recebidos pelo IFCH.

SI/DSIEC. *Of. nº 001/SI/DSIEC/1970*, 07 de janeiro de 1970, encaminhado pelo Diretor de Divisão de Segurança e Informações, Brigadeiro Armando Tróia ao reitor da FUFSE. In: PDPH/DHI/DUFSE. Fundo de correspondências expedidas e recebidas pelo IFCH.

UNE. *Of. cir. nº 22/1963/1964/UNE*. 23 de janeiro de 1964, Rio de Janeiro. In: Localização no Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCBS, Caixa 01, item 01.

UEES. *Of. Cir. s/nº/UEES*, 07 de julho de 1953. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CECH - DHI, Caixa 24, item 90, encadernação com os ofícios recebidos pelo DAJF/FCFS (1951-1955),

\_\_\_\_\_. *Of. cir. 01/1959/1960/UEES*, setembro de 1959. In: Ofícios recebidos pela Federação dos Trabalhadores da Indústria de Sergipe. In: PDPH/DHI/FUFSE.

\_\_\_\_\_. *Of. cir. 3/1959/UEES*, de 19 de maio de 1959, enviado para a Federação dos Trabalhadores da Indústria de Sergipe. In: PDPH/DHI/FUFSE.

\_\_\_\_\_. *Of. s/nº/UEES para CASR*, de 31 de agosto de 1960. Arquivo do CASR/DDI/FUFSE, encadernação com as correspondências da gestão de Francisco de Melo Novais a frente do CASR (1959-1960).

\_\_\_\_\_. *Of. Circular 01/1960/1961/UEES*, setembro de 1960. In: PDPH/DHI/FUFSE.

#### **g) Relação de membros, listas de presença e termos de posse**

AESI/FUFSE. *Relação dos membros do Diretório Acadêmico da FCEA (1952-1974)*. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCSA - DEE, caixa 03, item 08.

DAAMB. *Termo de posse da diretoria do DAAMB*, de 2 de outubro de 1964. In: Arquivo FUFSE: Fundo CCET-DQI, caixa 27, item 84.

\_\_\_\_\_. *Termo de posse da diretoria do DAAMB*, de 24 de abril de 1965. In: Arquivo FUFSE: Fundo CCET-DQI, caixa 27, item 84.

DAJF. *Lista dos presentes a assembleia geral DAJF*, ocorrida em 28 de setembro de 1965. Acervo de documentos [cópia] de José Maria do Nascimento.

#### **h) Relatórios, processos e IPMs**

BRASIL. Ministério do Exército. Auditoria da 6ª Região Militar. *Relatório do IPM nº 27/1965*. Acervo de documentos [cópia] do historiador José Ibarê Costa Dantas.

CONGRESSO NACIONAL. “Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a aplicação pela UNE e demais órgão estudantis”. In: *Diário do Congresso Nacional*. Seção I, abril de 1964, pp. 2652-2665.

ESS/FUFSE. *Relatório da comissão de estudo sobre as reivindicações dos alunos da Escola de Serviço Social encaminhadas à reitoria, s/d*. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCSA-DSS, Caixa 01, item 02.

IFCH. *Relatório das reivindicações do curso de história do IFCH*, 1968. In: Fundo CECH - DHI, Caixa 25, item 94.

JUC. *Relatório/informativo para as Faculdades Católicas*, outubro de 1951. Arquivo Central da FUFSE: Fundo CECH - DHI, Caixa 24, item 90, encadernação com os ofícios recebidos pelo DAJF/FCFS (1951-1955).

PROEST/FUFSE. *Relatório das eleições estudantis 79.1*, 28 de maio de 1979, 5 p. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCET, Caixa 17, Item 70.

\_\_\_\_\_. *Relatórios das eleições estudantis 1984.2*. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCET, Caixa 17, Item 70.

\_\_\_\_\_. *Relatórios das eleições estudantis 1986*. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCET, Caixa 17, Item 70.

\_\_\_\_\_. *Relatórios das eleições estudantis 1986.2*. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCET, Caixa 17, Item 70.



PROEST/FUFSE/DCE. *Relatório das eleições estudantis 87.2*, 30 de dezembro de 1987. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCET, Caixa 17, Item 70.

UEES. *Relatório do I Congresso*. In: *Academus*. Ano II, nº3, janeiro de 1952, p.6.

\_\_\_\_\_. *Relatório de gestão*, 18 de setembro a 18 de dezembro de 1953. Arquivo Central da FUFSE: Fundo CECH - DHI, Caixa 24, item 90, encadernação com os ofícios recebidos pelo DAJF/FCFS (1951-1955).

#### **i) Tese, declarações, documentos de base e manifestos**

AÇÃO POPULAR. “Cultura Popular”. In: FÁVERO, Osmar (Org.). *Cultura popular e educação popular: memórias dos anos 60*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983, pp. 15-31.

\_\_\_\_\_. “Documento base”. In: SOUZA LIMA, L. G. *Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil: hipóteses de uma interpretação*. Petrópolis, Vozes, 1979.

FRENTE DE LIBERTAÇÃO NACIONAL *et. ali*. “Manifesto ao povo sergipano”. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano VII, nº 2080, 14 de dezembro de 1962, p.5.

FUCD. *Manifiesto de la federación de los universitaria de Córdoba*. Córdoba, 21 junho de 1918. Disponível em: < <http://manifiestodecordoba1918.blogspot.com/>>. Acessado em 10/10/2010.

UEES. *Manifesto dos estudantes da Escola de Química de Sergipe*. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano IV, nº 429, 9 de setembro de 1959, p. 4.

UEES/SERU. “Declaração de Santo Amaro das Brotas”. In: GAZETA DE SERGIPE. *Universitários: Declaração de Santo Amaro das Brotas*. Ano VII, nº 2225, 11 de agosto de 1962, p. 6.

UEES/SNRU. *Tese apresentada ao I Seminário Nacional de Reforma Universitária pela bancada de estudantes de Sergipe*, Aracaju, 19 de maio de 1961.

USES. “Manifesto aos estudantes e ao povo”. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano VII, nº 2874, 4 de agosto de 1962, p.6.

UNE. *Manifesto da UNE sobre o Petróleo*. In: *Academus*. Ano II, nº 4, junho de 1952, p. 4.

\_\_\_\_\_. “Manifesto do CPC da UNE”. In: FÁVERO, Osmar (Org.). *Cultura popular e educação popular: memórias dos anos 60*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983, pp. 59-70.

#### **j) Referências dos dados consultados do Projeto Memórias Reveladas**

BRASIL. *Projeto Memórias Reveladas*. BR BR PBNCDH, XX A140.0973.104.  
\_\_\_\_\_. *Projeto Memórias Reveladas*. BR BR PBNCDH, XX AA4. 0.0.1102-50.  
\_\_\_\_\_. *Projeto Memórias Reveladas*. BR RNAPERNA, XX DO. 0.FC.920.  
\_\_\_\_\_. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.134.  
\_\_\_\_\_. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.20.  
\_\_\_\_\_. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.243.  
\_\_\_\_\_. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.407.  
BRASIL. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.429.  
\_\_\_\_\_. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.638.  
\_\_\_\_\_. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.641.  
\_\_\_\_\_. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.642.  
\_\_\_\_\_. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.645.  
\_\_\_\_\_. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.653.  
\_\_\_\_\_. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.659.  
\_\_\_\_\_. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.671.  
\_\_\_\_\_. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.68.  
\_\_\_\_\_. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.723.  
\_\_\_\_\_. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.751.  
\_\_\_\_\_. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.82.  
\_\_\_\_\_. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI.0.0.707.  
\_\_\_\_\_. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SPAPESP, XX DSP.SS.ZW 297126.  
\_\_\_\_\_. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SPAPESP, XX DSP.SS.ZW 250.265.  
\_\_\_\_\_. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SPAPESP, XX DSP.SS.ZW 250.268.  
\_\_\_\_\_. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SPAPESP, XX DSP.SS.ZW 250. 272.  
\_\_\_\_\_. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SPAPESP, XX DSP.SS.ZW 297120.  
\_\_\_\_\_. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SPAPESP, XX DSP.SS.ZW 297131.  
\_\_\_\_\_. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SPAPESP, XX DSP.SS.ZW 297147.  
\_\_\_\_\_. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SPAPESP, XX DSP.SS.ZW 297150.  
\_\_\_\_\_. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SPAPESP, XX DSP.SS.ZW 297159.  
\_\_\_\_\_. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SPAPESP, XX DSP.SS.ZW 297170.  
\_\_\_\_\_. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SPAPESP, XX DSP.SS.ZW 297187.  
\_\_\_\_\_. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SPAPESP, XX DSP.SS.ZW 297191.  
\_\_\_\_\_. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SPAPESP, XX DSP.SS.ZW 297194.

- \_\_\_\_\_. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SPAPESP, XX DSP.SS.ZW 297194.
- \_\_\_\_\_. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SPAPESP, XX DSP.SS.ZW 297203.
- \_\_\_\_\_. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SPAPESP, XX DSP.SS.ZW. 268293.

#### **l) Boletins e informativos**

- ALA JOVEM DO MDB. *Boletim do Setor Jovem do MDB*, julho de 1977.
- CASR. *Boletim informativo do Centro Acadêmico Silvio Romero*, de 6 de junho de 1968. Acervo de documentos [cópia] da pesquisadora Maria Zelita Batista Brito.
- DCE/FUFSE. *Boletim do DCE*. São Cristóvão: Editado pela comissão de imprensa, 31 de março de 1981. Acervo de documentos [cópia] do historiador José Ibarê Costa Dantas.

#### **m) Jornais**

- A CRUZADA. *Governador eleito Luiz Garcia, recebe universitários de Sergipe*. Ano XXIV, nº 1073, 03 de janeiro de 1959, p.1 e p.6.
- \_\_\_\_\_. *Estudantes e professores opinam sobre a greve dos universitários*. Ano XXVI, nº 1.344, 16 de junho de 1962, p.1 e p.8.
- \_\_\_\_\_. *A greve, instrumento das reivindicações universitárias?* [Editorial do programa “Nossa Opinião”, transmitido pela Rádio Cultura de Sergipe, em 17 de agosto de 1962]. Ano XXVI, nº 1362, 18 a 19 de agosto, 1962, p. 6.
- \_\_\_\_\_. *Em Santo Amaro II Seminário de reforma universitária*. Ano XXVII, nº 1391, 16 de junho de 1963, p.1.
- \_\_\_\_\_. *Os estudantes da Faculdade C. de Filosofia e a Lei Suplicy*. Ano XXVIII, nº 1424, 16 a 17 de outubro de 1965, p.1.
- \_\_\_\_\_. *Sergipe terá universidade antes de março de 1967*. Ano 84, nº 1468, 10 de setembro de 1966, p.11.
- \_\_\_\_\_. *Relator do processo da universidade em Sergipe*. Ano 84, nº 1468, 24 de setembro de 1966, p. 1 e pp. 11-12.
- \_\_\_\_\_. *Solenidade de instalação da FUFSE, marco cultural na vida sergipana*. Ano 49, nº 1545, 18 de maio de 1968, p.1.
- \_\_\_\_\_. *Implantação administrativa da Universidade*. Ano 50, nº 1557, 31 de agosto de 1968, p.1.

ACADEMUS. *Apresentação*. Ano I, nº 01, setembro de 1951, p.1.

\_\_\_\_\_. *Em dias próximos teremos o Congresso dos Estudantes Superiores de Sergipe* [espaço Notas e comentários]. Ano I, nº 01, setembro de 1951, p. 2.

\_\_\_\_\_. *Desrespeito ao congresso de representantes*. Ano II, nº 3, janeiro de 1952, p.5.

ACADEMUS. *O “Academus” frente ao movimento desagregador promovido pelos agentes da confusão* [editorial]. Ano II, nº3, janeiro de 1952, p.1.

\_\_\_\_\_. *Os coveiros do movimento estudantil tentam isolar a Faculdade de Direito – declara o representante do CASR no seu relatório*. Ano II, nº3, janeiro de 1952, p. 7.

\_\_\_\_\_. *O I Congresso Interamericano de Estudantes: Nota oficial que esclarece os motivos do cancelamento da sessão inaugural*”. Ano II, nº 3, Janeiro de 1952, p. 4.

\_\_\_\_\_. *I congresso dos Estudantes de Sergipe*. Ano II, nº 3, janeiro de 1952, p.3.

\_\_\_\_\_. *Campanha financeira em benefício do “Academus”*. Ano II, nº3, outubro de 1952, p. 2.

\_\_\_\_\_. *IV Congresso Estadual dos Estudantes* [manchete de primeira página]. Ano IV, nº 12, setembro de 1954, pp. 1-2.

\_\_\_\_\_. *O V Congresso Estadual dos Universitários – Curt Vieira, presidente*. Ano V, nº 14, setembro de 1956, pp. 6-7.

\_\_\_\_\_. *Pedro Carvalho, vice-presidente do Silvio Romero, eleito presidente da UEES*. Ano VI, nº 16, setembro de 1957, p. 13.

\_\_\_\_\_. *VIII Congresso Estadual dos Estudantes*. Ano VII , nº 18, setembro de 1958, p. 1-2.

\_\_\_\_\_. *Um decênio de educação e cultura: faz dez anos a Faculdade de Direito de Sergipe*. Ano VIII, nº 20, novembro de 1960, pp. 1-2.

\_\_\_\_\_. *Vida acadêmica de 1950 a 1960*. Ano VIII, nº 20, novembro de 1960, pp. 6-7.

CORREIO DE ARACAJU. *Reivindicações de alunos da Faculdade de Ciências Econômicas*. Ano LIV, nº 6.607, 23 de setembro de 1961, p.1.

DIÁRIO DE SERGIPE. *Convite*. Ano V , nº 2.528, 02 de setembro de 1953, p. 4.

FOLHA POPULAR. *XI Congresso Universitário: estudantes sergipanos traçam rumos para a luta em favor do povo brasileiro*. In: Ano VIII, nº 336 , 23 de setembro de 1961, p. 4.

\_\_\_\_\_. *UNE lança primeiro livro: “A questão da universidade”*. Ano VIII, nº 386, 24 de abril de 1962, p. 2.

GAZETA DE SERGIPE. *Trote alegrou ruas da cidade: êxito*. Ano V , nº132, 26 de abril de 1960, p. 1.

\_\_\_\_\_. *Instalado o XI Congresso dos Estudantes Superiores*. Ano V, nº 1058, 9 de setembro de 1961, p.1.

\_\_\_\_\_. *Universitários de Sergipe homenagearão D. Távora*: decisão do XI Congresso de Estudantes Superiores. Ano V, nº 1059, 10 de setembro de 1961, p.1.

GAZETA DE SERGIPE. *Universitários satisfeitos com os resultados do XI Congresso*. Ano V, nº 1063, 14 de setembro de 1961, p.1.

\_\_\_\_\_. *Imprensa oficial do município* [Coluna Câmara dos Vereadores]. Ano V, nº 1063, 15 de setembro de 1961, p. 4.

\_\_\_\_\_. *Vitória da vanguarda estudantil* [coluna Assembleia Legislativa]. Ano V, nº 1063, 15 de setembro de 1961, p. 4.

\_\_\_\_\_. *Faculdade sem nada poderá ser fechada*. Ano V, nº 1066, 19 de setembro de 1961, p.1.

\_\_\_\_\_. *Fechar ou criar* [editorial]. Ano V, nº 1067, 20 de setembro de 1961, p.2.

\_\_\_\_\_. *Crise na Faculdade de Ciências Econômicas*. Ano V, nº 1069, 22 de setembro de 1961, p.1 e p. 4.

\_\_\_\_\_. *Viana*: Incúria governamental criou a crise na Faculdade. Ano V, nº 1070, 23 de setembro de 1961, p.4.

\_\_\_\_\_. *Governadores enaltecem universitários sergipanos*. Ano V, nº 1070, 23 de setembro de 1961, p.4.

\_\_\_\_\_. *Estudantes de química reivindicam construção e aparelhamento da Escola*. Ano V, nº 1074, 28 de setembro de 1961, p.1 e p. 4.

\_\_\_\_\_. *Aplausos a D. José Távora no IX Congresso Nacional de Jornalistas*. Ano V, nº 1075, 29 de setembro de 1961, p.1.

\_\_\_\_\_. *Universitários contra vitaliciedade de professores de Ciências Econômicas*. Ano VIII, nº 2779, 7 de abril de 1962, p.1.

\_\_\_\_\_. *Estudantes trazem cultura para o povo*. Ano VII, nº 2780, 8 de abril de 1962, p. 1.

\_\_\_\_\_. *UEES promove seminário de reforma universitária*. Ano VII, nº 2794, de 27 de abril de 1962, p. 6.

\_\_\_\_\_. *São Cristóvão*: primeiro seminário de reforma universitária. Ano VII, nº 2818, de 26 de maio de 1962, p. 1 e p. 6.

\_\_\_\_\_. *Greve geral dos universitários a partir de 1º de junho*. Ano VII, nº 2821, de 30 de maio de abril de 1962, p. 1.

\_\_\_\_\_. *Universitários querem participar das direções*: entrevista exclusiva de Guido Azevedo, presidente da UEES. Ano VII, nº 2823, 02 de junho de 1962, p.1.

\_\_\_\_\_. *Greve geral dos universitários!*. Ano VII, nº 2826, 6 de junho de 1962, p.1.

\_\_\_\_\_. *Faculdade de Medicina atende universitários*. Ano VII, nº 2827, 7 de junho de 1962, p. 1.

GAZETA DE SERGIPE. *Comício de Ribeirópolis impressiona situacionistas*. Ano VII, nº 2828, 8 de junho de 1962, p.1.

\_\_\_\_\_. *Participação dos universitários nas direções de duas faculdades* [manchete]. Ano VII, nº 2828, 8 de junho de 1962, p. 1.

\_\_\_\_\_. *Presença de Sergipe no Congresso do Jubileu da UNE*. Ano VII, nº 2857, 14 de julho de 1962, p.1.

\_\_\_\_\_. *Universitários reafirmam a disposição de greve*. Ano VII, nº 2837, 19 de junho de 1962, p. 1.

\_\_\_\_\_. *UNE determina prosseguimento de greve*. Ano VII, nº 2864, 24 de julho, 1962, p.1.

\_\_\_\_\_. *Universitários: “Declaração de Santo Amaro das Brotas”*. Ano VII, nº 2225, 11 de agosto de 1962, p. 6.

\_\_\_\_\_. *Eloy Dutra denuncia o IBAD ao Conselho de Segurança*. Ano VII, nº 2905, 12 de setembro de 1962, p. 6.

\_\_\_\_\_. *UEES patrocinará semana do calouro*. Ano VIII, nº 2153 , 13 de março de 1963, p.1

\_\_\_\_\_. *TEGEBE hoje: Eles não usam Black-tie*. Ano VII, nº 2156, 16 de março de 1963, p.1

\_\_\_\_\_. *“Bumba meu boi” em Aracaju*. Ano II, nº 2157, 17 de março de 1963, p.1.

\_\_\_\_\_. *IBAD tenta assaltar a UEES*. Ano VIII, nº 2198, 9 de maio de 1963, p.2.

\_\_\_\_\_. *Frente de Mobilização Popular* [editorial]. Ano VIII, nº 2.199, 10 de maio de 1963, p.2.

\_\_\_\_\_. *Aracaju quer CPC da UNE*. Ano VII, nº 2201, 12 de maio de 1963, p. 1.

\_\_\_\_\_. *Inaugurado ontem o Restaurante Universitário..* Ano VII, nº 2201, 12 de maio de 1963, p. 1.

\_\_\_\_\_. *UNE-volante virá com o CPC*. Ano VII, nº 2204,16 de maio de 1963, p.1.

\_\_\_\_\_. *Amanhã em Aracaju: UNE-volante com o CPC*. Ano VII, nº 2206, 18 de maio de 1963, p.1 e p.6.

\_\_\_\_\_. *II Seminário de reforma universitária*. Ano VII, nº 2223, 8 de junho de 1963, p.1.

\_\_\_\_\_. *Paulo Freire ensina alfabetizar em trinta e seis horas*. Ano VII, nº 2224, 9 de junho de 1963, p. 1.

\_\_\_\_\_. *CPC da UEES encenará “A derradeira ceia”*. Ano VIII, nº 2229, 15 de junho de 1963, p. 1.

GAZETA DE SERGIPE. *XIII congresso dos universitários*. Ano VIII, nº 2887, 7 de setembro de 1963, p.1 e p.6.

\_\_\_\_\_. *Teatro Ibadeano* [editorial]. Ano VII, nº 2903, 15 de setembro de 1963, p.1.

\_\_\_\_\_. *Venceu a “Unidade” no congresso dos universitários sergipanos*. Ano VIII, nº 2904, 17 de setembro de 1963, p.1.

\_\_\_\_\_. *Fundado o Teatro Novo de Sergipe*. Ano VIII, nº 2907, 20 de setembro de 1963, p. 6.

\_\_\_\_\_. *Método Paulo Freire: 200 mil pessoas serão alfabetizados!*. Ano VIII, nº 2989, 15 de dezembro de 1963, p.1.

\_\_\_\_\_. *Universidade de Sergipe em fase de criação*. Ano IX, nº 2345, 25 de fevereiro de 1964, p.1.

\_\_\_\_\_. *IV Exército controla o Nordeste* [manchete]. Ano IX, nº 2373, 2 de abril de 1964, [edição vespertina], p.1.

\_\_\_\_\_. *Nova alteração na chefia do executivo*. Ano IX, nº 2373, 02 de abril de 1964, [edição vespertina], p.1.

\_\_\_\_\_. *Agitação em Aracaju com a crise brasileira*. Ano IX, nº 2373, 2 de abril de 1964, [edição vespertina], p.4.

\_\_\_\_\_. *6 milhões para o restaurante da UEES*. Ano IX, nº 2355, 7 de março de 1964, p.1 e p.6.

\_\_\_\_\_. *UEES venderá livros didáticos por preços populares aos universitários*. Ano IX, nº 2359, 12 de março de 1964, p.1.

\_\_\_\_\_. *Comandos militares em manifesto decretam “Ato Institucional”*. Ano IX, nº 2379, 10 de abril de 1964, p.1.

\_\_\_\_\_. *Secretário de Educação extingue Movimento de Cultura Popular*. Ano IX, nº 2379, 10 de abril de 1964, p. 6.

\_\_\_\_\_. *Marcha por Deus e pela Liberdade*. Ano IX, 2393, 28 de abril de 1964, p.1.

\_\_\_\_\_. *Arivaldo: Universidade e Casa do Estudante serão concretizadas*. Ano IX, nº 2394, 29 de abril de 1964, p.1.

\_\_\_\_\_. *Universitários mineiros votam sob protesto*. Ano X, nº 2782, 19 de agosto 1965, p. 6.

\_\_\_\_\_. *Interventor da UEES: a UNE precisa ter nova orientação*. Ano XLV, nº 14.340, 25 outubro de 1964, p. 3.

GAZETA DE SERGIPE. *O papel da mocidade universitária* [editorial]. Ano V. nº 2048, 19 de novembro de 1964, p. 2.

\_\_\_\_\_. *Faculdade de Direito realizou eleições no CASR*. Ano X, nº 2681, 11 de abril de 1965, p.1.

\_\_\_\_\_. *Hoje eleição na Faculdade de Ciências Econômicas*. Ano X. nº 2688, 23 de abril de 1965, p.1

\_\_\_\_\_. *Eleições amanhã em filosofia*. Ano X, nº 2693, 25 de abril de 1965, p.1.

\_\_\_\_\_. *Alceu vence em filosofia*. Ano X, nº 2601, 27 de abril de 1965, p.1.

\_\_\_\_\_. *Chapa única é candidata ao DEE*. Ano X, nº 2691, 27 abril de 1965, p. 1.

\_\_\_\_\_. *Eleições universitárias*. Ano X, nº 2692, 28 de abril de 1965, p. 1.

\_\_\_\_\_. *Estudantes da FAFI rejeitam a Lei Suplicy*. Ano X. nº 2828, 1 de outubro de 1965, p.1.

\_\_\_\_\_. *FAFI aprova Lei Suplicy depois de rejeitar*. Ano X, nº 2837, de 12 de outubro de 1965, p. 1.

\_\_\_\_\_. *Detalhes, detalhes, detalhes* [coluna pessoas e fatos]. Ano X, nº 2841, 16 de outubro de 1965, p.5.

\_\_\_\_\_. *Estudantes sofrem novo despejo*. Ano XI, nº 2928, 02 de fevereiro de 1966. p.1.

\_\_\_\_\_. *Opinião de juristas sobre a eleição universitária*. Ano XI, nº 3102, 22 de setembro de 1966, p.8.

\_\_\_\_\_. *Posse no D.E.E. foi considerada ilegal*. Ano XI, nº 3103, 23 de setembro de 1966, p. 8.

\_\_\_\_\_. *Presidente do DA de Direito renunciou*. Ano XI, nº 3109, 30 de setembro de 1966, p.8.

\_\_\_\_\_. *Acontecimentos descritos em “Opinião de juristas sobre a eleição universitária”*. Ano XI, nº 3102, 22 de setembro de 1966, p.8.

\_\_\_\_\_. [nota sem denominação]. Ano XII, nº 3.245, 15 de março de 1967, p. 6.

\_\_\_\_\_. *Apelo dos excedentes*. Ano II, nº 3206, 25 de janeiro de 1967, p.5.

\_\_\_\_\_. *Decreto cria a universidade* [manchete da primeira página]. Ano XII, nº 3.235, 02 de março de 1967, p.1.



\_\_\_\_\_. *Trote de medicina saiu às ruas*. Ano XII, nº 3.235, 2 de março de 1967, p.1.

\_\_\_\_\_. *FAFI critica ensino: trote*. Ano XII, nº 3.242, de 11 de março de 1967, p. 6.

\_\_\_\_\_. *Estudante de economia só reconhecem a UNE*. Ano XII, nº 3267, 12 de abril de 1967, p.1.

GAZETA DE SERGIPE. *Revogada a “Lei Suplicy”*. Ano XIII, nº 3.235, 2 de março de 1967, p. 6.

\_\_\_\_\_. *Uni.[versitários] criticam só baianada”*. Ano XII, nº 3.243, de 12 de março de 1967, p. 5.

\_\_\_\_\_. *Eleição no D.A. de Direito hoje*. Ano XII, nº 3314, 16 de junho de 1967, p.1.

\_\_\_\_\_. Ano XII, nº 3.23[?], 3 de março de 1968. p. 1.

\_\_\_\_\_. *Eleições movimentam CES*. Ano XIII, nº 3.556, 1º maio de 1968, p. 2.

\_\_\_\_\_. *Comissão Meira Matos entrega relatório*. Ano XIII, nº 3566, 12 e 13 de maio de 1968, p.1.

\_\_\_\_\_. *IPM mineiro pode prisão de líderes estudantis; Recife anuncia greve*. Ano XIII, nº 3566, 12 e 13 de maio de 1968, p.1.

\_\_\_\_\_. *Instalação oficial da universidade hoje*, com feriado escolar e sessão solene no IHGS. Ano XIII, nº 3567, 15 de maio de 1968, p.1.

\_\_\_\_\_. *Estudantes protestam*. Ano XII, nº 3568, 16 de maio de 1968, p.1.

\_\_\_\_\_. *A Universidade* [editorial]. Ano XII, nº 3568, 16 de maio de 1968, p.3.

\_\_\_\_\_. *Só estudante não falou na instalação da UFS*. Ano XII, nº 3568, 16 de maio de 1968, p.1.

\_\_\_\_\_. *Cine Palace – hoje: Paris está chamando?* [anúncio]. Ano XIII, nº 3574, 24 de maio de 1968, p.2.

\_\_\_\_\_. *Sergipano ficou fora*. Ano XIII, nº 3.603, 2 de julho de 1968, p.1.

\_\_\_\_\_. *UEE de Minas faz seminário às escondidas*. Ano XIII, nº 3603, 2 de julho de 1968, p.1.

\_\_\_\_\_. *Wladimir Palmeira preso na Guanabara*. Ano XIII, nº 3622, 05 de agosto de 1968, p. 1

\_\_\_\_\_. *Estudantes vão às ruas em novas manifestações*. Ano XIII, nº 3623, 6 de agosto de 1968, p. 1.

\_\_\_\_\_. *Estudantes sergipanos entraram em greve*. Ano XIII, nº 3624, 07 de agosto de 1968, p. 1.

\_\_\_\_\_. *Polícia baiana dispersa estudantes*. Ano XIII, nº 3624, 07 de agosto de 1968, p. 1.

\_\_\_\_\_. *Estudantes sergipanos entraram em greve*. Ano XIII, nº 3624, 7 de agosto de 1968, p. 1.

\_\_\_\_\_. *Estudantes votaram as aulas ontem*. Ano XIII, nº 3636, 17 de agosto de 1968, p. 1.

GAZETA DE SERGIPE. *Filosofia desmembrada em três institutos*. Ano XIII, nº 3642, 26 de agosto de 1968, p. 8.

\_\_\_\_\_. *“Unidade e Ação” ganhou*. Ano XIII, nº 3643, 27 de agosto de 1968, p. 6.

\_\_\_\_\_. *Primeira diretoria do DCE tem posse hoje a noite*. Ano XIII, nº 3646, 30 de agosto de 1968, p. 6.

\_\_\_\_\_. *DPF ocupa Univ. de Brasília e acusa reitor*. Ano XIII, nº 3645, 30 de agosto de 1968, p. 6.

\_\_\_\_\_. *Estudantes fazem julgamento de Vladimir Palmeira*. Ano XIII, nº 3670, 28 de setembro de 1968, p. 6.

\_\_\_\_\_. *SNI entregou ao Presidente relatório da invasão da UNB*. Ano XIII, nº 3675, 1º de outubro de 1968, p. 6.

\_\_\_\_\_. *Ministro reúne “Duros” e pede mais expurgos*. Ano XIII, nº 3675, 1º de outubro de 1968, p. 2.

\_\_\_\_\_. *“Sabiá” vence fase nacional do festival*. Ano XIII, nº 3672, 1º de outubro de 1968, p. 6.

\_\_\_\_\_. *Congresso da UNE [Informe GS]*. Ano XIII, nº 3675, 5 de outubro de 1968, p. 4.

\_\_\_\_\_. *Estudantes fazem pedágio para ir ao congresso*. Ano XIII, nº 3672, 6 e 7 de outubro de 1968, p. 1.

\_\_\_\_\_. *Urgência para a discussão da reforma universitária*. Ano XIII, nº 3679, 10 de outubro de 1968, p. 2.

\_\_\_\_\_. *Exército dissolve congresso da UNE*. Ano XIII, nº 3682, 13 de outubro de 1968, p. 1.

\_\_\_\_\_. *Estudantes não decidem como protestar pela prisão dos colegas*. Ano XIII, nº 3683, 15 de outubro de 1968, p. 1.

\_\_\_\_\_. *Estudantes universitários detidos quando distribuíram panfletos ontem*. Ano XIII, nº 3684, 16 de outubro de 1968, p. 1.

\_\_\_\_\_. *Estudantes detidos foram liberados ontem*. Ano XIII, nº 3685, 17 de outubro de 1968, p. 1.

\_\_\_\_\_. *Representantes de Sergipe no Congresso da Ex-UNE já retornaram*. Ano XIII, nº 3690, 22 de outubro de 1968, p. 1.

\_\_\_\_\_. *Instalação do DCE*. Ano XIII, nº 3732, 13 de dezembro de 1968, p.1 e p.8.

\_\_\_\_\_. *Advogado preso aconselha juventude a abandonar o comunismo*. Ano XX, nº 5370, 1º de março de 1972, p.1.

GAZETA DE SERGIPE. *DCE quer UFS livre da oligarquia*. 7 de Janeiro de 1976, p.1

\_\_\_\_\_. *Estudantes iniciam congresso em Salvador*. Ano XXII, nº 6.204, 29 de maio de 1979, p.1.

\_\_\_\_\_. *Estudantes fazem greve*. Ano XXII, nº 6261, 12 de outubro de 1979, p.1.

\_\_\_\_\_. *A Greve acabou*. Ano XXII, nº 6272, 25 de outubro de 1979, p.1.

\_\_\_\_\_. *Dia do trabalhador: em Aracaju festa e lanche, em Propriá pedirão reforma agrária, urgente*. Ano XXIII, nº 6774, 01 a 02 de maio de 1981, p. 2.

\_\_\_\_\_. *Protesto e lanche fazem hoje a festa do trabalhador: SE*. Ano XXIII, nº 6774, 1 a 2 de maio de 1981, p. 1.

\_\_\_\_\_. *Déda denuncia: PF e seguranças do Campus ameaçam estudantes*. Ano XXVI, nº 7.194, 1º de outubro de 1982, p.4.

\_\_\_\_\_. *35 mil ouviram 20 oradores que defenderam as diretas*. Ano XXIX, nº 7595, 28 de fevereiro de 1984, p.2.

GAZETA SOCIALISTA. *Empossada a nova diretoria da UES*. Ano V, nº 170, 02 de fevereiro de 1952, p. 4.

\_\_\_\_\_. *VI Congresso dos Estudantes Superiores de Sergipe [declaração de princípios]. [2ª fase]*. Ano I, nº 38, 15 de setembro de 1956, p. 2.

\_\_\_\_\_. *VI Congresso dos Estudantes Superiores de Sergipe. [2ª fase]*. Ano I, nº 34, 1 de setembro de 1956, p. 1.

INFONET. *Estudantes se unem para recriar a UEES*. Aracaju: Portal Infonet, 22/09/2011. Disponível: <<http://www.infonet.com.br/educacao/ler.asp?id=118772&titulo=noticias>>. Acessado em: 16/12/2011.

JORNAL DE SERGIPE. *Retrospectiva 1984*. [suplemento especial] Ano [??], nº [??], 1º a 2º de janeiro de 1985.

JORNAL DO DCE, abril de 1984. DCE/FUFSE, abril de 1984. Acervo de documentos [cópia] do historiador José Ibarê Costa Dantas

JORNAL DA CIDADE. *UFS tem 9 diretórios que não funcionam*. 4 de junho de 1972, p.3.

JORNAL DO CALOURO. “Comece participando” [editorial]. DCE/FUFSE, nº 2, 1978, p.2. Acervo de documentos [cópia] do historiador José Ibarê Costa Dantas.

O CURIÓ. *Notícias do Centro Acadêmico Sílvio Romero e outras também notícias*. Ano I, nº 1, junho de 1959, p.1.

SERGIPE-JORNAL. *Nota oficial do CASR*. Ano [?], nº [?], 21 de dezembro de 1951, p. [?]

SERGIPE-JORNAL. *Interventor da UEES: a UNE precisa ter nova orientação*. Ano XLV, nº 14.340, 25 de outubro de 1964, p. 3.

\_\_\_\_\_. *Declarações do diretor da FCFS, Mons. Luciano Duarte*. Ano [??], nº14.207, 13 de outubro de 1965, p. 3.

## Bibliografia

### a) Artigos de jornais, de revistas, de páginas eletrônicas e de eventos científicos

ABRAMO, Helena Wendel. “Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil”. *Revista Brasileira de Educação*, nº 5, Mai/Jun/Jul/Ago de 1997, pp. 25-36.

AGGIO, Alberto. “A ‘classicidade’ de Gramsci e o tema dos intelectuais”. In: *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v. 17, nº 32, 2010, pp. 75-91.

ALBUQUERQUE, Igor Leonardo Moraes. “Fragmentos da história constitucional de Sergipe”. In: *Revista do IHGSE*, Aracaju, nº 40, 2010, pp. 263-285.

ALBURQUERQUE, J. H. Calheiros de. “O divórcio como remédio”. In: *Academus*. Ano I, nº 1, setembro de 1951, p. 3.

ALENCAR, Jessé Claudio Fontes. “A delegação do C.R.S.A. e os trabalhos do Congresso – Rio, 28 de julho a 6 de agosto de 1951” [reportagem]. In: *Academus*. Ano I, nº 1, setembro de 1951, pp. 6-7.

\_\_\_\_\_. “Marionetes”. In: *Academus*. Ano II, nº3, janeiro de 1952, p. 3.

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. “O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe”. In: *Lua Nova*. São Paulo, nº 80, 2010, pp. 71-96.

ALVES, Eva Maria Siqueira. “O Atheneu Sergipense: traços de uma história”. In: *Revista do IHGSE*, nº 31, 2005, pp. 133-152.

ALVES, Milton. “Operação Cajueiro, papel da imprensa em Sergipe”. In: *Portal Infonet*. Aracaju, 19 de fevereiro de 2011. Disponível em: <<http://www.infonet.com.br/clauidionunes/ler.asp?id=109999&titulo=clauidionunes>>.

Acessado em 10/03/2011.

ALVES, Stefânio Faria. “Estudantes em toda parte”. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano XIII, nº 3573, 22 de maio de 1968, p. 2.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. “Por uma história da esquerda brasileira”. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro de 2002, pp. 333-353.

ARAÚJO, Paulo Barbosa. “Liberdade, liberdade, liberdade”. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano X, nº 2839, 14 de outubro de 1965, p. 3.

ASSIS, Fabiano Braga, SANTOS, José da Conceição Lima dos, CRUZ, José Vieira da. “Inventário de documentos estudantis das instituições de ensino superior em Sergipe

(1950-1987)". In: *Caderno de graduação – ciências humanas e sociais –*, v. 9, nº 9, 2009, pp. 189-194.

BARRETO, Luís Antônio. "Os 100 anos de Gonçalo Rollemberg Leite". In: *Portal Infonet*. Aracaju, 16 de fevereiro de 2006. Disponível em: <[http://www.infonet.com.br/luisantoniobarreto/ler.asp?id=44237&titulo=Luis Antonio Barreto](http://www.infonet.com.br/luisantoniobarreto/ler.asp?id=44237&titulo=Luis_Antonio_Barreto)>. Acessado em 12/01/2010.

BARROSO, José. "A legitimidade da intervenção do Estado no domínio econômico é uma tese superada declara José Aloísio de Campos". In: *Academus*. Ano I, nº2, outubro de 1951, p. 4.

BÉDARIDA, François. "Tempo presente e presença na história". In: AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, pp. 219-232.

BISPO, Luiz. "Uma exceção na legislação trabalhista" In: *Academus*. Ano VII, nº 18, outubro de 1958, p. 9.

BOURDIEU, Pierre. "A 'juventude' é apenas uma palavra". In: *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, pp. 112-121.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. "notas introdutórias ao modo tecnoburocrático ou estatal de produção". In: *Estudos Cebrap*, n. 20, abril-junho, 1977, pp. 77-109.

BRITO, Cristiane. "Loja Maçônica Cotinguiba completa 138 anos". In: *Jornal da Cidade*. Aracaju, 14 de novembro de 2011. Disponível em: <<http://2008.jornaldacidade.net/2008/noticia.php?id=83257>>. Acessado em 10/12/2011.

CAPELATO, Maria Helena. "Imprensa, uma mercadoria política". In: *Revista História & Perspectiva*, nº 4, jan./jun. Uberlândia: UFU, 1991, pp. 131-139.

CARDOSO, Célia Costa. "1964 em Sergipe: política e repressão". In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH, 2011a, pp. 1-17.

\_\_\_\_\_. "Políticos cassados no Estado de Sergipe em 1964". In: *Caderno do tempo presente*, nº 02, 2011b, pp. 1- 10.

CARDOSO, Lucileide Costa. "Construindo a memória do regime de 64". In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, v. 14, n. 27, pp. 179-196, 1994.

\_\_\_\_\_. "Eudaldo Gomes da Silva: um caso de repressão política no coração do Recôncavo Baiano (1960/1970). In: *Anais do X Encontro Nacional de História Oral Testemunhos: História e Política*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010a, pp. 197-210.

- \_\_\_\_\_. “Os discursos de celebração da 'Revolução de 1964’”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol.31, n.62, 2012, pp. 117-140.
- CATAN, Oswaldo. “Verdadeiro sentido das reivindicações estudantis”. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano VII, nº 2853, 10 de julho de 1962, p. 2.
- CAUÊ, Carlos. “Sobre a tutela militar”. In: *Folha da praia*. Ano XVII, nº 654, Aracaju, 29 de maio de 1998, p. 11.
- CLARA, Angélica. “Posse do DCE” In: *Gazeta de Sergipe*. Ano XIII, nº 3648, 1º a 2 de setembro de 1968, p. 5
- CLEMENTE, José Eduardo Ferraz. “Espionagem, vigilância e resistência: o Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia durante a ditadura militar (1964 -1979)”. In: *Revista da SBHC*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, jul.- dez., 2006, pp. 135-145.
- COSTA, Emília Viotti da. “A dialética invertida: 1960-1999”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 14, nº 27, 1994, pp. 9-26.
- COSTA, Luís Eduardo. “Um terço II”. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano VII, nº 2880, 11 de agosto de 1962, p.4.
- \_\_\_\_\_. “Um terço”. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano VII, nº 2879, 10 de agosto de 1962, p.4.
- CRUZ, José Vieira da, MATOS, Mayara Gabrielly Carvalho. “A censura teatral em Sergipe: 1964-1985”. In: *IV Encontro Estadual de História: Sujeitos, saberes e práticas*. Vitória da Conquista: ANPUH/BA, 2008, pp. 1-10.
- CRUZ, José Vieira da. “O engajamento político-cultural dos estudantes sergipanos início dos anos 1960”. In: *Caderno do Estudante*. São Cristóvão, V. 2, 1999, pp. 99-113.
- \_\_\_\_\_. “A juventude estudantil em Aracaju: trilhando seus primeiros passos”. In: *Revista de Aracaju*, v.9, Aracaju: Funcaju, 2002, pp. 65-86.
- \_\_\_\_\_. “Artes cênicas e literatura: O Teatro da Cultura Artística de Sergipe”. In: *Jornal da Cidade*, 29 de janeiro de 2004, p. C-1.
- \_\_\_\_\_. “Documentos de uma História: atuação dos estudantes em Sergipe nas décadas de 1970 e 1980”. In: *Boletim da ANPUH/SE*, nº4, 2007, p. 3.
- \_\_\_\_\_. “Apesar do AI-5: a (re)organização do movimento estudantil universitário em Sergipe (1969-1985)”. In: *Revista do IHGSE*, nº 39, 2009a, pp. 109-127.
- \_\_\_\_\_. “Em tempos de reforma universitária: a contribuição da União Estadual dos Estudantes Sergipanos (1961-1964)”. In: *Revista Eletrônica Cadernos de História*, vol. VIII, ano 4, nº 2, dezembro de 2009b, pp. 84-97.

\_\_\_\_\_. Por uma história social dos estudantes universitários em Sergipe durante a ditadura militar”. In: *Revista do IHGSE*, nº 40, 2010, pp. 183-208.

\_\_\_\_\_. “‘Tempos difíceis’: estudantes, a Operação Cajueiro e a repressão política em Sergipe (1969-1976)”. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH, 2011, pp. 1-17.

\_\_\_\_\_. “A reação estudantil à Lei Suplicy no Nordeste do Brasil: um estudo comparativo entre os estados da Bahia, Sergipe, Pernambuco e do Rio Grande do Norte, 1964-1967”. In: *Anais do I Seminário Internacional História do Tempo Presente*. Florianópolis: UDESC/ANPUH-SC, 2011b, pp. 976-990.

CRUZ, José. “O coco na economia de Aracaju: ensaio estatístico-econômico”. In: *Revista de Aracaju*. Ano I, nº 1, 1943, pp.129-141.

CRUZ, Márcia T. J. Oliveira. “Historiografia educacional e os impressos estudantis: o jornal *Academus* e as representações discentes sobre a Faculdade de Direito de Sergipe e sua cultura acadêmica (1951-1962)”. In: *Revista do IHGSE*, nº 41, 2011, pp. 25-49.

DANTAS NETO, Paulo Fabio. “Quebra da casca do ovo: a elite baiana e a obra do golpe de 1964”. In: *Observa Nordeste: O Golpe de Estado de 1964 no Nordeste*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, s/d. Disponível: <[http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa\\_bahia\\_01.pdf](http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_bahia_01.pdf)>. Acessado em 11/10/2010.

DANTAS, José Ibarê Costa. “Trajetória de José Silvério Leite Fontes”. In: *Depoimentos [sobre José Silvério Leite Fontes]*. s/d. Disponível em: <<http://silveriofontes.com.br/index.html>>. Acessado 10/10/2010.

\_\_\_\_\_. “D. João VI e a emancipação política de Sergipe vertentes historiográficas”. In: *Revista do IHGSE*, nº 39, Aracaju: IHGSE, 2009, pp. 109-128.

\_\_\_\_\_. “História oral e política: experiências de um historiador nos diálogos com depoentes”. In: *Revista do IHGSE*, nº 41, 2011, pp. 425-442.

DANTAS, Orlando Vieira. “Centro de Cultura Popular” [editorial]. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano VII, nº 2187, 24 de abril de 1963, p.2.

\_\_\_\_\_. “Universidade para o povo” [editorial]. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano VII, nº 2226, 12 de junho de 1963, p.2.

\_\_\_\_\_. “Provocações pedagógicas”. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano XI, nº 3104, 24 de setembro de 1966, p.4.

\_\_\_\_\_. “O potássio é nosso” [editorial]. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano XIII, nº 3731, 12 de dezembro de 1968, p.3.



\_\_\_\_\_. “Congresso da UNE” [Editorial]. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano XIII, nº 3683, 15 de outubro de 1968, p. 3.

DUARTE, Luciano. “Ação missionária na JUC”. In: *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 21, nº 4, dez., Petrópolis: Vozes, 1961.

FÁVERO, Maria de Lourdes A. “A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968”. In: *Revista Educar*, n. 28, Curitiba: Editora UFPR, 2006, pp. 17-36.

FERREIRA, Jorge. “A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, V. 24, nº 24, 2004, pp. 191-194.

FERREIRA, Muniz Gonçalves. “O Golpe de Estado de 1964 na Bahia”. In: *Observa Nordeste: O Golpe de Estado de 1964 no Nordeste*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, s/d. Disponível: < [http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa\\_bahia\\_02.pdf](http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_bahia_02.pdf) >. Acessado em 11/10/2010.

FICO, Carlos. “Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, vol. 24, nº 47, pp. 29-60, 2004.

FIGUEIREDO, Ariosvaldo. “Estudantes” [ Coluna Carta do Rio]. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano XIII, nº 3574, 24/05/1968, p.2.

FONTES, José Silvério Leite. “O direito internacional soviético”. In: *Academus*. Ano I, nº2, outubro de 1951, p. 6.

\_\_\_\_\_. “Diretrizes e bases da educação e a realidade nacional”. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano VII, nº 2774, 1 de abril de 1962, p. 2.

\_\_\_\_\_. “Reivindicações estudantis”. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano VII, nº 2846, 1 de julho de 1962, p. 2.

\_\_\_\_\_. “Discurso de homenagem dos docentes da extinta Faculdade de Filosofia aos serviços prestados por D. Luciano Duarte”. In: *A Cruzada*. Ano 50, nº1566, 02 de novembro de 1968, p.6.

FRONTIN, Jean. “Criação que nos honra”. In: *Academus*. Ano I, nº 1, setembro de 1951, p. 8.

GOMES, Ângela Castro. “Silêncio e Orações: as relações Estado, Igreja e classe trabalhadora no após-30”. In: *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro: ISER, n.14/2, 1986.

GRAIEB, Carlos. “Sob as asas do poder: entrevista com Sérgio Miceli”. In: *Revista Veja on-line*. Edição 1710, 25 de julho de 2001. Disponível em: < <http://veja.abril.com.br/250701/entrevista.html> >. Acessado em 28/10/2011.

KINZO, MARIA D'ALVA G.. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. *São Paulo Perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 4, 2001, pp. 3-12.

LAHUERTA, Milton. “Intelectuais e resistência democrática”. In: *Gramsci e o Brasil*, 2001. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?id=23&page=visualizar>>. Acessado em 10/09/2011.

LEITE, Isabel Cristina. “Apurando a subversão”: um estudo de caso sobre repressão na Universidade pelos arquivos da AESI/UFMG”. In: *Temporalidades - Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG*, vol. 2, n.º 1, Janeiro/Julho de 2010, pp.148-156.

LIMA, José Augusto da Rocha. “Discurso”. In: *Revista do IHGSE*, vol. 14, nº 19, 1947, pp. 21-30.

\_\_\_\_\_. “O ensino superior em Sergipe”. In: *Academus*. Ano II, nº3, janeiro de 1952, p.1.

LINS, Jorge. “Severo D’Acelino, uma vida inteira de amor à cultura”. In: Portal Educar-se, 29 de janeiro de 2010. Disponível em: <<http://educar-se.com/aeu/?p=567>>. Acessado em 10/11/2011.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. “História dos movimentos sociais no campo em Sergipe: uma abordagem preliminar”. In: *Revista Candeeiro*. Ano VI, v. 9 e 10, outubro de 2003, pp. 63-75.

\_\_\_\_\_. “Sergipe: o medo venceu a esperança”. In: *Observando o Nordeste/Portal FUNDAJ*. Disponível: <<http://www.Fundaj.gov.br/observandonordeste/obed0031.pdf>>. Acessado em: 28/11/2011.

MACHADO, Manoel Cabral. “Nossa Universidade Federal e o Ensino Superior em Sergipe (I)”. In: *Universidade Federal de Sergipe 40 anos*. 25 de abril de 2008. Disponível em: <[http://www.ufs.br/ufs40anos/index\\_artigos.php?id:19](http://www.ufs.br/ufs40anos/index_artigos.php?id:19)>. Acessado em 10/02/2009.

MAGALHAES, Marionilde Dias Brepohl de. “A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil”. In: *Revista Brasileira de História* 1997, vol.17, n.34, pp. 203-220.

MARQUES, Fernando. “Sanitarista Giovanni Berlinguer abre ano acadêmico e recebe título de doutor ‘honoris causa’” [entrevista]. In: *Agência Fiocruz de Notícias: Saúde e ciências para todos*. Rio de Janeiro, 03/04/2007. Disponível em: <[http://www.fiocruz.br/ccs/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from\\_info\\_index=211&infolid=796&sid=3&tpl=printerview](http://www.fiocruz.br/ccs/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from_info_index=211&infolid=796&sid=3&tpl=printerview)>. Acessado em 10/10/2011.

MARTINS FILHO, João Roberto. “A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares”. In: *Congresso da Associação de Estudos Latino-americanos*. Dallas, Texas, 27-29 de março de 2003. Disponível em: <<http://lasa.international.pitt.edu/Lasa2003/FilhoJoaoRobertoMartins.pdf>>. Acessado em 10/11/2011.

MARTINS, Carlos Benedito Martins. “A Reforma Universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado”. In: *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 30, nº 106, jan./abr. 2009, pp. 15-35.

MARTINS, Luciano. “A gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil 1920 a 1940”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Número 4, vol. 2, junho de 1987, pp. 65-87.

MATTOS, Marcelo Badaró. “Greves, sindicatos e repressão policial no Rio de Janeiro (1954-1964)”. In: *Revista Brasileira de História*, vol. 24, nº 47, jan-jun, 2004, pp. 241-270.

MISCHE, Ann. “De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política”. In: *Revista Brasileira de Educação*, nº 6, set/out/nov/dez, 1997, pp. 134-150.

MONTEIRO, Alceu. “Dedo-duro: uma instituição oficial”. In: *Jornal de Sergipe*. Ano XIII, nº 3.847, 9 de outubro de 1991, p. 2

MOTTA, Rodrigo Patto Sá “Os olhos do regime militar brasileiro nos *campi*. As assessorias de segurança e informações das universidades”. In: *Topoi*, v. 9, n. 16, jan.-jun, 2008, pp. 30-67.

NAPOLITANO, Marcos. “A arte engajada e seus públicos”. In: *Revista Estudos Históricos*. Vol.2, nº 28, 2001, pp. 103-124.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho. O planejamento econômico e a organização do ensino público em Sergipe. In: *Tomo*, nº 2, São Cristóvão: UFS, 1999, pp. 209-235.

NASCIMENTO, José Afonso. “UFS, uma instituição iluminista”. In: *Universidade Federal de Sergipe 40 anos*. 4 de abril de 2008. Disponível em: <[http://www.ufs.br/ufs40anos/index\\_artigos.php?id=3](http://www.ufs.br/ufs40anos/index_artigos.php?id=3)>. Acessado em 10/02/2009.

\_\_\_\_\_. “Memórias de um ex-estudantes de Direito (sobre a Operação Cajueiro) [espaço opinião/especial]. In: *Jornal da Cidade*. Ano XXXIX, nº 11582, 20 a 21 de fevereiro de 2011a, p. A-7.

\_\_\_\_\_. “Um Pasquim sergipano ‘O Rekado’”. In: *Jornal da Cidade*, 22 de março de 2011b. Disponível em: <http://www.primeiramao.blog.br/post.aspx?id=928&t=um-pasquim-sergipano-%E2%80%99Co-rekado>. Acessado em 10/11/2012.

\_\_\_\_\_. “As elites administrativas da UFS”. In: *Jornal da Cidade*. Aracaju, 16 de maio de 2011c. Disponível em: <[http://www2.jornaldacidade.net/artigos\\_ver.php?id=6927](http://www2.jornaldacidade.net/artigos_ver.php?id=6927)>. Acessado em 17/05/2011.

\_\_\_\_\_. “Academia Sergipana de Letras e a Escola de Direito de Sergipe”. In: *Jornal da Cidade*. Aracaju, 26 de setembro de 2011d. Disponível em: <[http://www2.jornaldacidade.net/artigos\\_ver.php?id=15057](http://www2.jornaldacidade.net/artigos_ver.php?id=15057)>. Acessado em 30/10/2011.

\_\_\_\_\_. “Rebeldes com causa: a Ala Jovem do MDB de Sergipe”. In: *Jornal da Cidade*. Aracaju, 10 de outubro de 2011e. Disponível em: <[http://www2.jornaldacidade.net/artigos\\_ver.php?id=15877](http://www2.jornaldacidade.net/artigos_ver.php?id=15877)>. Acessado em 10/11/2011.

NASCIMENTO, Eugênio. “Entrevista/Milton Barboza da Silva - Professor Universitário e Coordenador do Projeto Memórias Reveladas”. In: *Jornal da cidade*. Aracaju, 25 de dezembro de 2011. Disponível em: <<http://www.primeiramao.blog.br/post.aspx?id=2885&t=“em-sergipe,-tivemos-repressoes,-prisoos-e-torturas”>>. Acessado em 25/12/2011.

NEGRO, Antonio Luigi. “Imperfeita ou refeita? O debate sobre o fazer-se da classe trabalhadora inglesa”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 16, nº 31 e 32, 1996, pp. 40-61.

NISKIER, Arnaldo. “Esther de Figueiredo Ferraz – a primeira em tudo”. In: *R. Cult.: R. IMAE*, São Paulo, Ano 6, nº 15, 2006, pp. 28-30.

NUNES, Maria Thétis. “A missão da Universidade de Sergipe”. In: *A Cruzada*. Ano 49, nº 1545, 18 de maio de 1968, p.2.

\_\_\_\_\_. “O pensamento político de Marcuse”. In: *A Cruzada*. Ano 50, nº 1557, 31/08/1968, p. 2.

\_\_\_\_\_. “Lutemos por uma consciência universitária”. In: *A Cruzada*. Ano 50, nº 1563, 12 de novembro de 1968, p. 2.

\_\_\_\_\_. “A UFS completa 40 anos”. In: *Universidade Federal de Sergipe 40 anos*. 04 de abril de 2008. Disponível em: <[http://www.ufs.br/ufs40anos/index\\_artigos.php?id=22](http://www.ufs.br/ufs40anos/index_artigos.php?id=22)>. Acessado em 10/02/2009.

OLIVA, Terezinha Alves de. “O FASC e o sesquicentenário da Independência”. In: *Caderno UFS: História*, nº 1, São Cristóvão: EDUFS, 1995, pp. 17-21.

\_\_\_\_\_. “São Cristóvão e a emancipação política de Sergipe”. In: *Revista do IHGSE*, Aracaju, nº 40, 2010, pp. 347-356.

OLIVEIRA, Agamenon Guimarães de. “Uma experiência de colonização na Cotinguiba Sergipana: as fazendas prhocaseanas”. In: *Revista Geonordeste*. Ano III, nº 1 e 2, 1986, pp. 30-49.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de Azevedo. “Atualidade dos ensinamentos da Reforma de Córdoba (1918): ou qual a herança de Córdoba nas reformas atuais”. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo; ABOITES, Hugo. *La reforma universitaria : desafíos y perspectivas noventa años después*. Buenos Aires: CLACSO, 2008. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/reforAboit/08oliAZE.pdf>>. Acessado em 10/09/2009.

OLIVEIRA, Daniele Teles de. “Movimento estudantil em Belo Horizonte: ações e reações dos estudantes ao decreto-lei 477 (1969-1979)”. In: *Revista e-hum*, Belo Horizonte, vol.3, nº 2, 2010, pp. 29-46.

OLIVEIRA, João Paulo Gama. “Curso de história e geografia da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe: reflexões sobre seu currículo”. In: *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, nº 30, jun 2008, pp. 164-174.

PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. “Discurso proferido durante sessão solene dos Conselhos Superiores”. In: “42 anos da UFS”. In: *Portal UFS*. 27 de maio de 2010. Disponível em: <<http://www.ufs.br/?pg=artigo&id=144>>. Acessado em 10/10/2010.

PELEGRINI, Sandra de Cássia. “Manifestações culturais nos anos 60: um destaque à problematização da palavra concreta”. In: *Revista de História Regional*. Vol. 6, 2008, pp. 39-41.

PISTORI, Gerson Lacerda. “Direito de greve: origens históricas e sua repercussão no Brasil”. In: *Caderno de doutrina e jurisprudência da Ematra*. Ano XV, V. 1, nº 2, mar/abr, 2005, pp. 37-43.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989, pp. 3-15.

POLLAK, Michael. “Memória e Identidade Social”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, nº 10, 1992, pp. 200-212.

PORTELLI, Alessandro. “Formas e significados na história: a pesquisa como experimento de igualdade”. In: *Projeto História*. São Paulo: EDUC, nº 14, 1997, pp. 7-24.

\_\_\_\_\_. “O que faz a história oral diferente”. In: *Projeto História*. São Paulo, nº 14, fevereiro 1997, pp. 25-39.

- \_\_\_\_\_. “História oral como gênero”. In: *Projeto História*. São Paulo: EDUC, nº 22, 2001, pp. 9-39.
- PORTO, Clara Angélica. “Unidade e ação” [coluna Vida social]. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano XIII, nº 3642, 25 de agosto, p.4.
- \_\_\_\_\_. “Festivais”[coluna Vida social]. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano XIII, nº 3673, 2 de outubro de 1968, p. 5
- \_\_\_\_\_. “Estudante sergipano participa [do] Congresso” [Coluna vida social]. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano XIII, nº 3682, 13 de outubro de 1968, p. 5.
- RAFA, Volnei. “Bioética cotidiana”. In: *Cad. Saúde Pública* [online]. 2005, vol.21, n.1, pp. 333-334.
- RAMIREZ, Hernán. “Las dictaduras de Brasil y Argentina: su carácter cívico-militar, de contrarrevolución y refundacional”. In: *Anais do I Seminário Internacional História do Tempo Presente*. Florianópolis: PPGH/UEDESC; ANPUH-SC, 2011, pp. 905-916.
- RAMOS, Osório da Araújo. “Os estudantes e suas organizações”. In: *Academus*. Ano II, nº 4, junho de 1952, p. 5.
- RÉMOND, René. “Por que a História Política?”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.7, nº13, 1994, pp. 7-19.
- RODEGHERO, Carla Simone. “Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, V. 22, nº 44, 2002, pp. 463-488.
- SÁ, Antônio Fernando de. “O I FASC e a política cultural do Estado Autoritário”. In: *Caderno UFS: História*, nº 1, São Cristóvão: EDUFS, 1995, pp. 5-16.
- SADER, Emir, GENTILI, Pablo, ABOITES, Hugo. *La reforma universitaria: desafíos y perspectivas noventa años después*. Buenos Aires: CLACSO, 2008. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/reforAboit/08oliaze.pdf>>. Acessado em 10/10/2010.
- SAES, Décio. “Raízes sociais e o caráter do movimento estudantil”. In: *Revista Cara a Cara*. Ano I, nº 2, 1978, pp. 189-196.
- SANDES, Marcel Di Angelis Souza. “Energia para o desenvolvimento de Sergipe”. In: *Jornal da Cidade*. Aracaju, 8 de outubro de 2011. Disponível em: <[http://www2.jornaldacidade.net/artigos\\_ver.php?id=11992](http://www2.jornaldacidade.net/artigos_ver.php?id=11992)>. Acessado em 10/10/2011.
- SANFELICE, José Luís. “O movimento civil-militar de 1964 e os intelectuais”. In: *Cad. CEDES* [online]. 2008, vol.28, n.76, pp. 357-378.

SANTANA, Luiz. “História de uma vida”. In: *Blog crônica de uma cidade*. Aracaju, 6 de setembro de 2009. Disponível em: < <http://cronicadacidade.blogspot.com>>. Acessado em 12/01/2010.

SANTANA, Kátia. “Ex-prefeito Viana de Assis morre aos 74 anos de idade”. In: *Jornal da Cidade*. Aracaju, 22 de junho de 2010. Disponível em: <<http://www.jornaldacidade.net/2008/noticia.php?id=68660>>. Acessado em 3 de dezembro de 2010.

SANTOS NETO, Amâncio Cardoso. “Salinas do Aracaju: séculos XVIII ao XX”. In: *Jornal da Cidade*. Aracaju, Ano [??], nº [????], 12 de janeiro de 2009, p. B-9.

SANTOS, Assis Fabiano Braga, SANTOS, José da Conceição Lima dos, CRUZ, José Vieira da. “Inventário de documentos estudantis das instituições de ensino superior em Sergipe (1950-1987)”. In: *Caderno de graduação: ciências humanas e sociais*, v. 9, nº 9, 2009, pp. 189-194.

SANTOS, José Oliveira. “Por que ‘*academus*’?”. In: *Academus*. Ano I, nº 1, setembro de 1951, p. 10.

SANTOS, Márcia Souza. “Memórias da ditadura em tempos de democracia: representações do regime militar através do cinema nacional”. In: *Em tempo de Histórias - Publicação do Programa de Pós-Graduação em História PPG-HIS/UnB*, n.10, Brasília, 2006, pp. 69-93.

SANTOS, Miriam Sepúlveda dos. “Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 13, n. 38, outubro, 1998. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69091998000300010>>. Acessada em 10/11/2010.

SANTOS, Osmário. “Luiz Bispo: Não me afino com política”. In: *Portal Infonet*. Aracaju, 14 de agosto de 2004. Disponível em: <[http://iaracaju.infonet.com.br/osmario/igc\\_conteudo.asp?codigo=9157&catalogo=5&inicio=24](http://iaracaju.infonet.com.br/osmario/igc_conteudo.asp?codigo=9157&catalogo=5&inicio=24)>. Acessado em 10/10/2010.

SANTOS, Zelita Rodrigues Correia dos. “Coluna de cultura popular”. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano IX, nº 2327, 1º de fevereiro de 1964, p.3.

SCHMIDT, Benito Bisso. “Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964 quarenta anos depois”. In: *Anos 90*, Porto Alegre, v. 14, n. 26, dez. 2007, pp. 127-156.

SERGIPE. “Vice-governador Jackson Barreto”. In: *ASN – Agência de Notícias de Sergipe*. Disponível em: [http://www.agencia.se.gov.br/institucional/governoleitura/materia:21992/jackson\\_barreto.html](http://www.agencia.se.gov.br/institucional/governoleitura/materia:21992/jackson_barreto.html). Acessado em 10/10/2011

SILVA, Rosemere Ferreira da. “Severo D’Acelino e a produção textual afro-brasileira”. In: *Revista África e Africanidades*. Ano I, nº 1, Maio, 2008, pp. 1-13.

SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, nº 44, 2002, pp. 425-438.

SILVA, João Augusto Gama da. “Jaime Araújo: um exemplo para recordar”. In: *Jornal da Cidade*, 11 de janeiro de 2009. Disponível: <http://www.jornaldacidade.net/2008/noticia.php?id=23341> . Acessado em 10/01/2010.

SILVEIRA, Joel. “Os intelectuais e o Estado Novo”. In: JÚNIOR, Gonçalo. *Gazeta Mercantil*. 1 de abril de 1999. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/mt200499.htm>. Acessado em 15 de agosto de 2011.

SILVEIRA, Jussara Maria Viana. “Professor João Cardoso Nascimento Júnior e o movimento estudantil da Universidade Federal de Sergipe (1968-1972)”. In: *Revista eletrônica da FJAV*. Ano I, nº 2, 2008, pp. 127-146.

SLENES, Robert W. “O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX”. *Revista Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 13, n. 1, 1983, pp. 117-150.

SPOSITO, Marília Pontes. “Sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e a ação coletiva na cidade”. In: *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, 5 (1-2, 1993), pp. 161-178.

TOLEDO, Caio Navarro. “1964: O golpe contra as reformas e a democracia”: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, V. 24, nº 24, 2004, pp. 15-17.

VOLDMAN, Danièle. “A invenção do depoimento oral”. In: AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, pp. 247-266.

VALENÇA, Ivan. “Movimento teatral” [Coluna 7ª arte]. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano VII, nº 2843, 27 de junho de 1962, p. 4.

VELOSO, Mônica P. “A Ordem, uma revista de doutrina política e cultura católica”. In: *Revista de Ciência Política*. Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, jul/set, 1978, pp. 117-160.



## **b) Monografias, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses**

ALVES, Bruna Neves. *O visível e o invisível do movimento estudantil universitário de Porto Alegre nas representações da imprensa (1964-1968)*. Porto Alegre: PPGH/PUC-RG, 2004 (Dissertação de mestrado).

ANDRADE, José Anderson Farias , BARRETO, Livia Rocha Teles, FLORÊNCIO, Maria Juliene Menezes. *Registros e lembranças: a militância feminina em Sergipe na segunda metade do século XIX*. Aracaju: Curso de história/UNIT, 2011 (Trabalho de conclusão de curso).

ARAÚJO, Alexandre Santana de, FREITAS, Rochelle Figueiredo, MELO, Vanessa Caroline dos Santos. *As artes cênicas no FASC: fragmentos da história teatral em Sergipe (1972-1985)*. Aracaju: Curso de História/UNIT, 2007 (Trabalho de conclusão de curso).

BARRETO, Dílson Menezes. *A construção do desenvolvimento de Sergipe e o papel do CONDESE (1964-1992)*. Aracaju: NPPCS/UFS, 2003 (Dissertação de mestrado).

BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. *Os Padres de Dom José: O Seminário Sagrado Coração de Jesus 1913-1933*. São Cristóvão: UFS/NPGED, 2004 (Dissertação de mestrado).

\_\_\_\_\_. *A formação dos padres no Nordeste do Brasil (1894 -1933)*. Natal: PPGE/UFRN, 2009 (Tese de doutorado).

BARROS, Francisca Argentina Góes. *Movimento de Educação de Base (MEB) em Sergipe (1961-1964): uma reconstrução histórica*. João Pessoa: PPGE/UFPB, 1995 (Dissertação de mestrado)

BENEVIDES, Silvio César Oliveira. *Proibido proibir: uma geração na contramão do poder*. Salvador: PPGS/UFBA, 1999 (Dissertação de mestrado).

BEZERRA, Gildo A. *Em Tempos Autoritários: Incursões em torno da produção cultural censurada em Sergipe (1964-1979)*. São Cristóvão: Departamento de História/UFS, 2000 (Monografia de graduação).

BRITO, Antonio Mauricio F. *Capítulos de uma história do movimento estudantil na UFBA (1964-1969)*. Salvador: PPGH/UFBA, 2003(Dissertação de mestrado).

\_\_\_\_\_. *O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968)*. Salvador: PPGH/UFBA, 2008 (Tese de doutorado).

BRITO, Maria Zelita Batista. *Em tempos de rebeldia e sombras: o movimento estudantil universitário sergipano em descompasso com o Regime Autoritário (1964-1968)*. São Cristóvão: DHI/UFS, 1999 (Monografia de graduação);

CANCIAN, Renato. *Movimento estudantil e repressão política: o ato público na PUC-SP (1977) e o destino de uma geração de estudantes*. São Carlos: UFSCAR/PPGH, 2008 (Tese de doutorado).

CARNEIRO, Cesar Oliveira. *Aventuras e desventuras: a peça proibida e a greve de estudantes que desafiou a ditadura de 1966*. Salvador: PPGH/UFBA, 2008 (dissertação de mestrado).

CARVALHO, Adriana Melo. *Universidade vigiada: documentos para a história da ditadura militar na Universidade Federal de Sergipe (1969-1977)*. São Cristóvão: DHI/UFS, 2005 (Monografia bacharelado).

CARVALHO, Gislaine Santos. *Espionagem, vigilância e perseguição: a história da AESI em Sergipe*. São Cristóvão: DHI/UFS, 2008 (Monografia de graduação).

CLEMENTE, José Eduardo Ferraz. *Ciência e política durante a ditadura militar: o caso da comunidade brasileira de físicos (1964 - 1979)*. Salvador: UFBA/PPGEFHC, 2005 (Dissertação de mestrado).

COSTA, Joana D'Arc. *Dos movimentos sociais às funções Institucionais: a consolidação de uma geração política em Sergipe*. Natal: PPGCS/UFRN, 2009 (Dissertação de mestrado).

CRUZ, José Vieira da, MENEZES, Magna et ali. *O Centro Popular de Cultura da União Estadual dos Estudantes Sergipanos e os movimentos culturais do início dos anos 60: 1962-1964*. Aracaju: DHI/UFS, 1998 (Trabalho de conclusão de disciplina).

CRUZ, José Vieira da. *O Centro Popular de Cultura da União Estadual dos Estudantes Sergipanos e os movimentos culturais do início dos anos 60: 1962-1964*. São Cristóvão: DHI/UFS, 1998 (Monografia de graduação).

\_\_\_\_\_. *Juventude e identificação social: experiências culturais dos universitários em Aracaju/SE (1960-1964)*. São Cristóvão: NPPCS/UFS, 2003 (Dissertação de mestrado).

DIAS, José Alves. *Subversão da ordem: manifestações de rebeldia contra o regime militar na Bahia, 1964-1968*. Salvador: PPGH/UFBA, 2001 (Dissertação de mestrado).

DIAS, Reginaldo B. *A cruz, a foice o martelo e a estrela: a tradição e renovação da esquerda na experiência da Ação Popular*. São Paulo: UNESP, 2004 (Tese de doutorado).

ESPÍRITO SANTO, Farley Goes do, ANDRADE, Daniele Xavier de. *Viração: uma parte da história do ME em Sergipe*. Aracaju: Curso de História/UNIT, 2006 (Trabalho de conclusão de curso).

EVARISTO, Cláudia dos Santos. *Da distensão à abertura política: o movimento estudantil em Sergipe (1977-1985)*. Aracaju: Curso de História/UNIT, 2006 (Monografia de graduação).

JACOBINA, André Teixeira. *Clivagens partidárias: ARENA e MDB baianos em tempos de distensão (1974-1979)*. Salvador: UFBA/PPGH, 2010 (Dissertação de mestrado).

JESUS, Vânia Maria de. *Sindicalismo em movimento: a atuação do Centro dos Profissionais de Ensino de Sergipe – CEPES (1986-1992)*. Aracaju: Curso de História/UNIT, 2006 (Monografia de graduação).

LEITE, Isabel Cristina. *Comandos de libertação nacional: oposição armada à ditadura em Minas Gerais (1967-1969)*. Belo Horizonte: UFMG/PPGH, 2009 (Dissertação de mestrado)

LIMA, Luís Eduardo Pina. *Ideologias e utopias na história da educação: o processo de criação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe – 1950-1951*. Aracaju: NPPCS/UFS, 1993 (Monografia de especialização).

MACHADO, Otávio Luiz. *Formação profissional, ensino superior e a construção da profissão de engenheiro pelos movimentos estudantis de engenharia: experiência a partir da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Pernambuco (1958-1975)*. Recife: UFPE, 2008 (Dissertação de mestrado);

MAIA JÚNIOR, Edmilson Alves. *Memórias da luta: ritos do movimento estudantil universitário (1962-1969)*. Fortaleza: UFC, 2003 (Dissertação de mestrado).

MENEZES, Magna. *As ideias cepecistas no Teatro Gato de Botas em Aracaju: 1962-1964*. São Cristóvão: DHI/UFS, 1998 (Monografia de graduação).

MIRANDA NETO, Onesino Elias, SANTOS, Shislane Cristina dos, CAMPOS FILHO, Walter César Vasconcelos. *Cinéfilos em ação: a história do Clube de Cinema de Sergipe (1960-1969)*. Aracaju: Curso de História/UNIT, 2007 (Trabalho de conclusão de curso).

MÜLLER, Angélica. *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)*. Paris: Centre d' Histoire Sociale Du XXème Siècle/ Universidade de Paris I/Pantheon Sorbone; São Paulo: FFLCH/USP, 2010 (Tese de doutorado).

NASCIMENTO, Jorge Carvalho. *A Intervenção da SUDENE na Política educacional do Estado de Sergipe (1959-1963)*. São Paulo: PUC, 1991 (Dissertação de mestrado).

NASCIMENTO, Adriano Gaspar, OLIVEIRA, Kelly Raquel Souza Cardoso de, MATOS, Mayara Gabrielly Carvalho. “*Entre corte e carimbos*”: a censura teatral em Sergipe (1970-1988). Aracaju: Curso de História/UNIT, 2008 (Trabalho de conclusão de curso).

NASCIMENTO, Janiclécia Rezende dos Anjos, VASCONCELOS, Luciene Cardoso, RABELO, Tânia Maria Lima. *Memórias de músicos e estudantes universitários em Sergipe, entre meados da década de 1970 e meados da década de 1980*. Aracaju: Curso de história/UNIT, 2011 (Trabalho de conclusão de curso).

NASCIMENTO, José Domingos Santos, PASSOS FILHO, José Sérgio, TORRES, Naiara Leite. *Reorganizado e unificado. a memória do sindicalismo em Sergipe (1980-1999)*. Aracaju: Curso de História/UNIT, 2009 (Trabalho de conclusão de curso).

OLIVEIRA, Adriano Feitosa, MARINS, Gustavo Cabral, SANTOS, Reginaldo da Silva. “*Páginas de uma história*”: as atas do Conselho Superior e a Universidade Federal de Sergipe, 1968 a 1985. Aracaju: Curso de história/UNIT, 2011 (Trabalho de conclusão de curso).

OLIVEIRA, Ana Júlia Lima Máximo. “*Além da reza...*”: A atuação dos jucista em Aracaju. São Cristóvão. DHI/UFS, 1999 (Monografia graduação)

OLIVEIRA, Antonio Eduardo Alves de. *O ressurgimento do movimento estudantil baiano na década de 70*. Salvador: PPGS/UFBA, 2002 (Dissertação de Mestrado).

OLIVEIRA, Dilma Maria Andrade de. *A Participação da USAID na educação em Sergipe*. São Carlos: UFSCAR, 1989 (Dissertação de Mestrado).

OLIVEIRA, João Paulo Gama. *O curso de Geografia e História na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1951-1954), entre alunas, docentes e disciplinas – uma história*. Aracaju: Departamento de História/UFS, 2008 (Monografia de graduação).

OLIVEIRA, José Alberto Saldanha. *O mito do poder jovem: a construção da UNE*. Rio de Janeiro: PPGH/UFF, 2001(Tese de doutorado).

OLIVEIRA, José Luciano Góis de. *Mouvements de defense de droits de l’homme au Bresil*. Paris: EHESS, 1991 (Tese de doutorado).

OLIVEIRA, Valéria Maria Santana. *Movimento social e conflitos socioambientais no bairro América - Aracaju/ SE: o caso da Companhia de Cimento Portland de Sergipe (1967-2000)*. São Cristóvão: PRODEMA/UFS, 2008 (Dissertação de mestrado).

PALMEIRA, Gardênia Correia, SILVA, Glícia Laís Macedo. *Em tempos autoritários: história do movimento estudantil em Sergipe (1964 -1968)*. Aracaju: Curso de História/UNIT, 2007 (Trabalho de conclusão de curso).

PELLICCIOTTA, Mirza Maria Balfi. *Uma aventura política: as movimentações estudantis da década de 70*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1997(Dissertação de mestrado).

PEREIRA, Mateus Camargo: *Tecendo a manhã: história do Diretório Central dos Estudantes da Unicamp (1974-1982)*. Campinas: Faculdade de Educação/ UNICAMP 2006 (Dissertação de mestrado).

QUEIROZ, Anne Lee Fares de. *Cabra marcado para morrer: da história do cabra à história do filme*. Campinas: PPPGM/UNICAMP, 2006 (Dissertação de mestrado).

RAMOS, Antônio da Conceição. *Movimento estudantil: a JUC em Sergipe (1954-1964)*. Aracaju: NPGED/UFS, 2000 (dissertação de mestrado).

RIBEIRO, Marcos Mesquita. *Identidade, cultura e política: movimentos estudantis na contemporaneidade*. São Paulo: PUC, 2006 (Tese de doutorado).

RODRIGUES, Irene Soares, SANTOS, Nadja Costa dos, SANTOS, Neide Costa dos. *Entre trotes e calouradas: o ingresso no ensino superior em Sergipe*. Aracaju: Curso de História/UNIT, 2006 (Trabalho de conclusão de curso).

SANTANA, Cristiane Soares. *Maoísmo na Bahia*. Salvador: PPGH/UFBA, 2008 (Dissertação de mestrado).

SANTANA, Flávia de Angelis. *Atuação política do movimento estudantil no Brasil: 1964-1984*. São Paulo: PPGHS/USP, 2007 (Dissertação de mestrado).

SANTO, Éder Fernando. *O ensino superior no Brasil e os Acordos MEC-USAID: o intervencionismo norte-americano na educação brasileira*. Maringá: PPE/UEM, 2005 (Dissertação de mestrado).

SANTOS, Aldimar Messias Sousa; BARRETO, Eder Ricardo Lima. *Operação Cajueiro*. Aracaju: Curso de História/UNIT, 2007 (Trabalho de conclusão de curso).

SANTOS, Assis Fabiano Braga, SANTOS, José da Conceição Lima dos. *Inventário dos documentos estudantis no Arquivo da Universidade Federal de Sergipe (1950-1987)*. Aracaju: UNIT, 2009 (Trabalho de conclusão de curso).

SANTOS, Edileuza Batista C. dos; GÓIS, Mary Jane Batista; TAVARES, Priscila da Costa. *Nos trilhos da memória: os ferroviários em Sergipe (1907-2006)*. Aracaju: Curso de História/UNIT, 2006 (Trabalho de conclusão de curso).

SANTOS, Everton. *Festival de Artes de São Cristóvão: à luz da imprensa (1972-1984)*. Aracaju: Curso de História/UNIT, 2006 (Monografia de graduação).

SANTOS, Fernanda de Andrade, GOIS, Lidiane Barbosa de, OLIVEIRA, Rose Carla de Araújo. “*Vozes de um passado presente*”: estudantes, artistas, intelectuais e militantes em Sergipe na segunda metade do século XX. Aracaju: Curso de história/UNIT, 2009 (Trabalho de conclusão de curso).

SANTOS, Fernanda de Andrade, GÓIS, Lidiane Barbosa de, OLIVEIRA, Rose Carla de Araújo. “*Vozes de um passado presente: estudantes, artistas, intelectuais e militantes em Sergipe na segunda metade do século XX*”. Aracaju: Curso de História: UNIT, 2009 (Trabalho de conclusão de curso).

SANTOS, Kátia Patrícia dos. *Agonalto Pacheco: memórias de um militante do Partido Comunista Brasileiro*. São Cristóvão: DHI/UFS, 2003 Monografia graduação).

SANTOS, Miriam Vieira dos. *Um Marco Cultural: Documentos Catalogados da Sociedade de Cultura Artística de Sergipe (1951 a 1989)*. São Cristóvão: DHI/UFS, 2002 (Monografia graduação).

SILVA, Eugênia Andrade Vieira da. *A formação intelectual da elite sergipana (1822-1889)*. São Cristóvão: NPGED/UFS, 2004 (Dissertação de mestrado).

SILVA, Fabiana Santana Porto, MENEZES, Giselle Carvalho, SANTANA, Renata de Carvalho. *Memórias dos militantes do PCB em Sergipe durante a ditadura militar*. Aracaju: Curso de História/UNIT, 2011 (Trabalho de conclusão de curso).

SILVA, Izabel Priscila Pimental da. *Os filhos rebeldes de um velho camarada: a Dissidência Comunista da Guanabara (1964-1969)*. Niterói: PPGH/UFF, 2009 (Dissertação de mestrado).

SILVA, Jailda da, LINS, Ricardo José de Oliveira, RIBEIRO, André Luiz Sena. *Uma luta não esquecida: notícias de jornais sobre a anistia em Sergipe (1978-2010)*. Aracaju: Curso de História/UNIT, 2010 (Trabalho de conclusão de curso).

SILVA, Jorgeval Santos, SOUZA, Rosecleide Alcântara de, SANTOS, Wesley Rodrigues dos. *Jornal Academus: um olhar sobre o pensamento jurídico em Sergipe (1951-1955)*. Aracaju: Curso de história/UNIT, 2009 (Trabalho de conclusão de curso).

SILVA, Margarida Azevedo da. *Memória de militantes do PCB em Aracaju: 1964/1984*. São Cristóvão: DHI/UFS, 1999 (Monografia de graduação).

SILVA, Sandra Regina Barbosa da. “*Ousar lutar, ousar vencer*”: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971). Salvador: PPGH/UFBA, 2003 (Dissertação de mestrado).

- SILVA, Simone Tenório Rocha e. *Em busca da utopia: as manifestações estudantis em Pernambuco (1964-1968)*. Recife: PPGH/UFPE, 2002 (Dissertação de mestrado).
- SILVA, Vicente Gil da. *Aliança para o Progresso no Brasil: de propaganda anticomunista à instrumento de intervenção política*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2008 (Dissertação de mestrado).
- SILVEIRA, Jamile Silva. *Lutas populares e movimento estudantil: trajetória política dos estudantes na UEFS (1976-1988)*. Salvador: PPGH/UFBA, 2010 (Dissertação de mestrado).
- SILVEIRA, Jussara Maria Viana. *Da medicina ao magistério: aspectos da trajetória de João Cardoso Nascimento Júnior*. São Cristóvão: NPED/UFS, 2008 (Tese de doutorado).
- SOUZA, Regina Magalhães. *O discurso do protagonismo juvenil*. São Paulo: PPGS/USP, 2006 (Tese de doutorado).
- SOUZA, Sandra Regina Barbosa da Silva. *Os sete matizes do rosa ou mundo contaminado pela radiação comunista: homens vermelhos e inocentes úteis*. Salvador: PPGH/UFBA, 2009 (Tese de doutorado).
- SYDOW, Evanize Martins. *Alceu Amoroso Lima e o regime militar 1964-1968*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC/ PPHPBC, 2007 (Dissertação de mestrado).

### c) Livros e capítulos de livros

ABRAMO, Helena Wendel, BRANCO, Pedro Paulo Martoni (org.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2005.

ABRAMO, Zilah Wendel, MAUÉS, Flamarion (Orgs.). *Pela democracia e contra o arbítrio: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2006.

ABROMOVAY, Mirian, ANDRADE, Eliane Ribeiro, ESTEVES, Luiz Carlos Gil (Org.). *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*. Brasília: Secretaria Nacional da Juventude/Ministério da Educação/UNESCO, 2009.

ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

ALBURQUERQUE, José Augusto Guilhon. *Movimento estudantil e a consciência social na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ALMEIDA JÚNIOR, Antonio Mendes de. *Movimento estudantil no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 3 ed. São Paulo: Vozes, 1985.

AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

AQUINO, Rubim Santos Leão de, VIEIRA, Fernando, AGOSTINO, Gilberto, ROEDEL, Hiran. *Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais: da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo*. São Paulo: Editora Record, 2007.

ARACAJU. *A mulher e a constituinte*. Aracaju: Prefeitura de Aracaju/Conselho Municipal da Condição Feminina, 1987.

ARACAJU. *Filhos!.. até quando?*. Aracaju: Prefeitura de Aracaju/Conselho Municipal da Condição Feminina, 198[?].

ARAPIRACA, José Oliveira. *A USAID e a educação brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica do capital humano*. São Paulo: Cortez, 1982.

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007.



- ARAÚJO, Paulo Barbosa. *Os ícones de um terremoto: Golpe Militar, repressão e resistência política*. Aracaju: Diário Oficial, 2010.
- ARNS, Paulo Evaristo. *Projeto Brasil: nunca mais*, Petrópolis, Vozes, 1988.
- BARCELLOS, Jalusa. *CPC: Uma história de paixão e consciência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- BARRETO, Raylane Andressa Dias Navarro. *A formação de padres no Nordeste do Brasil (1894-1933)*. Natal: EDUFRN, 2011.
- BARROS, José D'Assunção. *Teoria da história: princípios e conceitos fundamentais*. V. I, Petrópolis: Vozes, 2010.
- BENEVIDES, Silvio César Oliveira. *Na contramão do poder: juventude e movimento estudantil*. São Paulo: ANNABLUME, 2006.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet, 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BERLINCK, Manoel T. *O Centro Popular de Cultura da Arte da UNE*. Campinas, Papyrus, 1984.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- BLOCH, Marc Leopoldo Benjamin. *Apologia a história, ou, o ofício do historiador*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.
- BOBBIO, Norberto et alii. *Dicionário de Política*. vol. I. 4 ed. Brasília: UNB, 1998
- BORGES, Nilson. "A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares". In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 13-42.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Sobre a Televisão, seguido de A influência do jornalismo e Os Jogos Olímpicos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.
- BRAGANÇA, José Lopes. *Sergipe por um óculo*. Belo Horizonte: Carneiro e Cia, s/d.
- BRESCIANI, Stela, NAXARA, Márcia (Orgs). *Memória (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora Unicamp, 2002.
- BRITTO, Sulamita (org.). *Sociologia da juventude I: da Europa de Marx à América Latina de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

CARDOSO, Célia Costa. “Segurança e repressão no Estado de São Paulo nos anos 60 e 70”. In: Axt, Gunter, D’Aléssio, Márcia Mansor & Janotti, Maria de Lourdes M. (Orgs). *Espaços da negociação e do confronto na política*. Porto Alegre, Ed. Nova Prova, 2007, pp. 106-123.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Movimento político brasileiro*. São Paulo: Difel, 1972.

CARDOSO, Irene. *Para uma crítica do presente*. São Paulo: USP/Editora 34, 2001.

CARDOSO, Lucileide Costa. “Dimensões da memória na prática historiográfica”. In: OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos, REIS, Isabel Cristina Ferreira dos (org.). *História regional e local: discussões e práticas*. Salvador: Editora Quarteto, 2010b, pp. 153-174.

CARNEIRO, Ana, CIOCCARI, Marta. *Retrato da repressão política no campo: Brasil, 1962-1985: camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. Brasília: MDA, 2010.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. “O Estado Novo, o DOPS e a ideologia da segurança nacional”. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, pp. 327-340.

CARR, Edward Hallet. *Que é história?* Conferências George Macaulay Trevelyan proferidas por E. H. Carr na Universidade de Cambridge, janeiro-março de 1961. Tradução Lúcia Maurício de Alverga; revisão técnica Maria Yedda Linhares. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

CARVALHO, Sebastião Celso de. *O destino acontece*. Aracaju: Livraria Regina, s/d. [discurso pronunciado em 1968].

CASTELO BRANCO, Humberto de Alencar. *A revolução e os trabalhadores* [discurso]. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1965, 12 pp.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

CASTRO, Celso. “Comemorando a ‘revolução’ de 1964: a memória histórica dos militares brasileiros”. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes, ARAÚJO, Maria Paulo, QUADRAT, Samatra Viz (Orgs). *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008, pp. 119-142.

CHARTIER, Roger. *A História cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1990.

CHAUÍ, Marilena. *Seminários: o nacional e o popular na cultura brasileira*. 2 ed. São Paulo Brasiliense, 1984.

\_\_\_\_\_. *Cultura e Democracia*. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2000, p. 21.

CORREIA, Zelita Rodrigues. *A porta estandarte*. Aracaju: Segrase, 1983.

COSTA, Luís Eduardo. “Quando morre a liberdade” [prefácio]. In: ARAÚJO, Paulo Barbosa. *Os ícones de um terremoto: Golpe militar, repressão e resistência política*. Aracaju: Diário Oficial, 2010, pp. 11-13.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

CRUZ, José Vieira da, BITTENCOURT JÚNIOR, Antonio. *Manoel Bomfim e a América Latina: a dialética entre o passado e o presente*. Aracaju: Diário Oficial, 2010.

CUNHA, Luiz Antônio. “Ensino superior e universidade no Brasil”. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greiva. *500 anos de educação no Brasil*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, pp. 151-204.

CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr. *O golpe na Educação*. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.

DANTAS, Beatriz Góis, DALLARI, Dalmo de Abreu. *Terra dos índios Xocó*. São Paulo: Comissão Pró-índio, 1980.

DANTAS, José Ibarê Costa. *O tenentismo em Sergipe: da Revolta de 1924 à Revolução de 1930*. Petrópolis: Vozes, 1972.

\_\_\_\_\_. *Os partidos políticos em Sergipe (1889-1964)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

\_\_\_\_\_. *A tutela militar em Sergipe, 1964-1984: partidos e eleições num estado autoritário*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

\_\_\_\_\_. *História de Sergipe República (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

\_\_\_\_\_. *Eleições em Sergipe: 1985-2000*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

\_\_\_\_\_. *História da Casa de Sergipe: os 100 anos do IHGSE, 1912/2012*. São Cristóvão: Editora da UFS, 2012.

\_\_\_\_\_. “Sergipe 2006: a quebra do continuísmo”. In: CORTEZ, Hugo, SPINELLI, José Antonio (Orgs). *Nordeste 2006: os sentidos do voto: análises interpretativas dos resultados eleitorais nos estados do nordeste*. Natal: EDUFRN, 2010a, pp. 221-248.

- \_\_\_\_\_. “Aracaju: eleição municipal de 2008”. In: CORTEZ, Hugo, SPINELLI, José Antonio (Orgs.). *Nordeste 2008: o voto das capitais: interpretando os resultados das eleições nas capitais nordestinas*. Natal: EDUFRN, 2010b, pp. 171-200.
- DANTAS, Orlando Vieira. *A vida patriarcal de Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- D'ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Glaucio Ari Dillon, CASTRO, Celso. *Anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro. Relume-Dumara, 1994.
- DA-RIM, Silvio. *Hercules 56: o sequestro do embaixador americano em 1969*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. “Diretas-já: vozes das cidades”. In: FERREIRA, Jorge, REIS, Daniel Aarão. *Revolução e democracia (1964 ...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 411-427.
- DEL ROIO, Marcos. *A classe operária na revolução burguesa: a política de alianças do PCB: 1928-1935*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- DER WEID, Jean Marc Von. *Brazil, 1964 to the Present: a political analysis, an Interview with Jean Marc Von Der Weid*. Montreal: Latin American Editions, 1972.
- DESAN, Suzane. “Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis”. In: HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, pp. 63-96.
- DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará/ANPOCS, 1995.
- DÓRIA, João de Seixas. *Eu, réu sem crime*. 5 ed. Aracaju: Editora Gráfica J. Andrade/ASL/Fundação Oviêdo Teixeira, 2007.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Tradução Ayeska Branca de Oliveira Farias, Ceres Ribeiro, Pires de Freitas, Else Ribeiro Pires Vieira e Glória Maria de Mello Carvalho. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FARHAT, Saïd. *Dicionário parlamentar e político: o processo político e legislativo no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1996.
- FÁVERO, Maria de Lourdes A. *A UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.
- FÁVERO, Osmar (Org.). *Cultura popular e educação popular: memórias dos anos 60*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- FERREIRA, Jorge (Orgs). *O Populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. V. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAÚJO, Maria Paulo; QUADRAT, Samatra Viz (Orgs). *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- FIECHTER, Georges- André. *O regime modernizador do Brasil: estudo sobre as interações político-econômicas em um regime militar contemporâneo*. Tradução Maria Cecília Baêta Neves e Nathanael Caxeiro. Rio de Janeiro: FGV, 1974.
- FIGUEIREDO, Ariosvaldo. *História política de Sergipe (1962/1975)*. Vol. V. Aracaju: s/ed., s/d.
- FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio : A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula: 1927-2005*. RJ: Record, 2005.
- FIORIN, José Luiz. *O regime de 1964: discurso e Ideologia*. São Paulo: Atual, 1988.
- FONTES, José Silvério Leite. *Jackson de Figueiredo: sentido de sua obra*. Aracaju: Livraria Regina, 1952.
- \_\_\_\_\_. “Levantamentos de fontes sobre a história de Sergipe”. In: *Caderno UFS*. São Cristóvão: UFS, 1972.
- \_\_\_\_\_. *Razão e fé em Jackson de Figueiredo*. São Cristóvão: EDUFS, 1998.
- FORACCHI, Maria A. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira, 1972.
- \_\_\_\_\_. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Nacional, 1965.

FORTES, José Bonifácio. *Democracia de poucos, um ensaio de ciência política*, (A política de Sergipe entre 1958 e janeiro de 1963). Aracaju: Livraria Regina, 1963.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 4 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. 15 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001a.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 24 ed. Petrópolis: Vozes, 2001b.

FREIRE, Alípio, ALMADA, Izaías, PONCE, J. A. de Granville (Orgs). *Tiradentes, um presídio da ditadura: memórias dos presos políticos*. São Paulo: Scipione, 1997.

FREITAS, Itamar. *A escrita da história na “Casa de Sergipe”*:1913-1999. Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira; Aracaju: Editora da UFS, 2002.

FURTER, Pierre. *Juventude e tempo presente*. Tradução Luís Lourdes Orlandi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GABEIRA, Fernando Gabeira. *O que é isso companheiro*. Rio de Janeiro: Codecri, 1979.

GARCIA, Eduardo Conde. *Antonio Garcia Filho e a Faculdade de Medicina de Sergipe: criador e criatura*. Aracaju: Secore Artes Gráficas, 2008.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Tradução de Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

\_\_\_\_\_. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

GONÇALVES, Danyelle Nilin. *O preço do passado: anistia e reparação de perseguidos políticos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

GONÇALVES, Delmiro. “Prefácio”. In: GUARNIERI, Gianfrancisco. *Eles não usam Black-tie*. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994, pp. 7-18.

GONZALES, Maria Victoria Espiñeira. “A resposta da Bahia à repressão militar: a ação partidária da Ala Jovem do MDB e a militância civil do trabalho conjunto da cidade de Salvador”. In: ZACHARIEDHES, Grimaldo Carneiro. (Org.) *Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes*. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 215-240.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.

\_\_\_\_\_. *Combate nas trevas. A esquerda armada: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978a.

- \_\_\_\_\_. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978c.
- \_\_\_\_\_. “O Ressurgimento”. In: *Obras Escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978b.
- \_\_\_\_\_. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978c.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- GRELE, Ronald J. “Movimiento sin meta: problemas metodológicos y teóricos en la história oral”. In: SCHWARZSTEIN, Dora. *La Historia Oral*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1991, pp.119-141.
- GROPPO, Luís Antonio, ZAIDAN FILHO, Michel e MACHADO, Otávio Luiz. *Movimentos juvenis na contemporaneidade*. Recife: Editora da UFPE, 2008.
- GROPPO, Luís Antônio. *Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.
- GROPPO, Luís Antônio. *Autogestão, universidade e movimento estudantil*. Campinas: Autores Associados, 2006.
- GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- GUARNIERI, Gianfrancisco. *Eles não usam Black-tie*. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.
- GULLAR, Ferreira. *Vanguarda e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilizações Brasileiras, 1969.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Tradução Adelaide La Guardiã Resende et al. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Brasília: Representações da UNESCO no Brasil, 2003.
- \_\_\_\_\_. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 5 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001..
- HILL, Christopher. *O mundo de ponta-cabeça: ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640*. Tradução Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HILSDORF, Maria Lúcia S. *História da Educação brasileira: leituras*. São Paulo: Thomson, 2002.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. *Sobre a História: ensaios*. Tradução: Cid Knipel Moreira. 2 ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

IANNI, Otávio. “O jovem radical” in: BRITTO, Sulamita (Org.). *Sociologia da juventude I: da Europa de Marx à América Latina de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, pp. 225-242.

KAMEYAMA, Ceici. “Introdução”. In: CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER (Org.). *POLOP: uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*. Salvador: Artexto, 2009, pp. 11-14.

KINZO, Maria D’Alva Gil. *Oposição e autoritarismo gênese e trajetória do MDB: 1966-1979*. São Paulo: Vértice / Editora Revista dos Tribunais, 1988.

KONDER, Leandro. “História dos intelectuais nos anos cinquenta”. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1998, pp. 355-374.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RIO: 2006.

LAKATOS, Eva Mari, MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia científica*. 2 ed. São Paulo: Altas, 1991.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.

LEITE, Sebastião Uchoa. “Cultura Popular: esboço de uma resenha crítica”. In: FÁVERO, Osmar (Org.). *Cultura popular e educação popular: memórias dos anos 60*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983, pp. 247-270.

LEVI, Giovanni & SCHMITT, Jean-Claude. *História dos Jovens I: da antiguidade à era moderna*. Tradução Cláudio Marcandes, Nilson Moulin e Paulo Neves. V. I, São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LIMA, Haroldo, ARANTES, Aldo. *História da Ação Popular: da JUC ao PC do B*. 2 ed. São Paulo: Alfa-omega, 1984.

LIMA, Paulo. *Operação Cajueiro: a repressão aos comunistas em Sergipe*. Aracaju: Artexto, 2005.



- LUCA, Tânia Regina de. “Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (org.). *Fontes históricas*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006, pp. 111-154.
- MACHADO, Otávio Luiz. *Movimentos estudantis, formação profissional e construção de um projeto de país: a experiência da engenharia na UFPE (1958-1975)*. Recife: Livro Rápido, 2012.
- MANNHEIM, Karl. “O problema da juventude na sociedade moderna” In: BRITTO, Sulamita (Org.). *Sociologia da juventude I*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968, pp. 69-94.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e a ditadura militar*. São Paulo: Papyrus, 1987.
- \_\_\_\_\_. *1968 faz 30 anos*. Campinas/SP: Mercado das Letras; São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Carlos, 1998.
- MARX, Karl. *O 18 Brumário e cartas a Kugelmann*. Tradução Leandro Konder e Renato Guimarães 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- MATHIAS, Suzeley Kalil. *Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)*. Campinas: Papyrus, 1995.
- MATHIAS, Suzeley Kalil. *Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)*. Campinas: Papyrus, 1995.
- MEAD, Margaret. *Culture and commitment: a study of the generation gap*. New York: Natural History Press/Doubleday & Company, 1970.
- MELLUCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Tradução Maria do Carmo Alves do Bomfim. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MENDES JÚNIOR, Antônio. *Movimento estudantil no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MENDOÇA, José Antônio Nunes. *Pelo desenvolvimento de Sergipe*. Aracaju: Centro de Estudos Pedagógicos, 1961.
- MENDONÇA, Gisela. “Entrevista de Gisela Mendonça – Presidente da UNE: A UNE segue o rastro”. In: UNE. *A UNE contra o SNI*. São Paulo: Alfa-Omega, 1987. (Obra coletiva), pp. 6-13.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo, Difel, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

- MIRANDA, Nilmário, TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo – mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*. São Paulo: Boitempo/Perseu Abramo, 1999.
- MOISÉS, José Álvaro, ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon (Orgs.). *Dilemas da consolidação da democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. *Historia oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 1992.
- \_\_\_\_\_. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010.
- MORAIS, Gizelda. *D. Luciano José Cabral Duarte: relato biográfico*. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade, 2008.
- MORAIS, João Quartim de. “O programa nacional-democrático: fundamentos e permanência”. In: MORAIS, João Quartim de, ROIO, Marcos Del (Orgs.). *História do marxismo no Brasil: visões do Brasil*. V. IV, Campinas: UNICAMP, 2000, pp. 151-210.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1934-1974)*. São Paulo: Ática, 1977.
- MOTTA, Arilcides de Moraes (Coord.). *31 de março: o movimento revolucionário e sua história*. 13 tomos, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- NASCIMENTO, Isaias. *Dom Távora, o bispo dos operários: um homem além do seu tempo*. São Paulo: Paulinas, 2008.
- NEGRO, Antonio Luigi. “Um certo número de ideias para uma história social ampla, geral e irrestrita”. In: MALERBA, Jurandir, ROJAS, Carlos Aguirre. (Orgs.). *Historiografia contemporânea em perspectiva*. Bauru: EDUSC, 2007, pp. 69-96.
- NOVAES, Regina, VANNUCHI, Paulo (org.). *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- NUNES, Maria Thétis. *História da educação em Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de educação e cultura do estado de Sergipe: UFS, 1984.
- OLIVEIRA, José Alberto Saldanha de. *A mitologia estudantil: uma abordagem sobre o movimento estudantil alagoano*. Maceió: SERGASA, 1994.
- \_\_\_\_\_. *A UNE e o mito do poder jovem*. Maceió: EDUFAL, 2005.
- ORLANDI, Eni Puccineli. *Análise de discurso*. Campinas: Pontes, 1987.

\_\_\_\_\_. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1993.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira identidade nacional*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo: Loyola, 1987.

PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. *Reordenamento do trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste Açucareiro, Sergipe, 1850-1930*. Aracaju: FUNCAJU, 2000.

PINTO, Álvaro Vieira. *A questão da universidade*. 2 ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

POERNER, Artur José. *O poder jovem: a história da participação dos estudantes brasileiros*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

PRADO, Thiago Martins. *Utopia política, vanguarda e ritual: linguagem e temporalidade na poesia de Mário Jorge*. São Cristóvão: Editora da UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

REIS FILHO, Daniel Aarão et ali. *Versões e ficções: o sequestro da história*. São Paulo: Perseu Abramo, 1997.

REIS FILHO. Daniel Aarão. *A Revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

\_\_\_\_\_. *Revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_. “Classe operária, partido de quadros e revolução socialista. O itinerário da Política Operária – Polop (1961-1986)”. In: FERREIRA, Jorge, REIS FILHO, Daniel Aarão. *Revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 55-71.

RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução Dora Rocha, 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993.

\_\_\_\_\_. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da tv*. São Paulo: Record, 2000.

RODRIGUES, Doralina. “A reconstrução da União Estadual de Estudantes de Minas Gerais (UEE/MG): um dever histórico”. In: ZAIDAN FILHO, Michel e MACHADO,

Otávio Luiz (Orgs.). *O pensamento das juventudes brasileiras no século XX*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010, pp. 261-270.

ROLLEMBERG, Maria Stella Tavares & SANTOS, Lenalda Andrade (Org.). *UFS: História dos Cursos de Graduação*. São Cristóvão: UFS, 1999.

ROUSSO, Henri. “A memória não é mais o que era”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (coord.). *Usos e abusos da história oral*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, pp. 93-101.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. *Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1995.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: os fundamentos da ciência histórica*. Tradução Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UNB, 2001.

\_\_\_\_\_. *Reconstrução do passado: os princípios da pesquisa histórica*. Tradução Asta-Rose Alcaide; rev. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UNB, 2007a.

\_\_\_\_\_. *História viva: formas e funções do conhecimento histórico*. Tradução Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UNB, 2007b.

SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: FAPESP/Perspectiva, 2002.

SÁ, Antônio Fernando de Araújo. Fernando. *Combate entre história e memórias*. Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira; São Cristóvão: Editora da UFS, 2005.

\_\_\_\_\_. “A historiografia Sergipana nos últimos 50 anos: tentativa de avaliação crítica”. In: GLEIZER, Raquel (Org.). *Do passado para o futuro: edição comemorativa dos 50 anos da ANPUH*. São Paulo: Contexto, 2011, pp. 343-360.

SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T a Queiroz, 1984.

SANFELICE, José Luís. *Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986, pp. 18-21.

SANTOS, Boaventura de Souza. “Da ideia de universidade à universidade de ideias”. In: *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2001, pp. 187-233.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Miriam Sepúlveda dos. *Memória coletiva e teoria social*. São Paulo: Annablume, 2003.

- SANTOS, Osmário. *Memórias de políticos de Sergipe no século XX*. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 2002.
- SAVAGE, Mike. “Classe e história do trabalho”. In: BATALHA, Cláudio H. M, SILVA, Fernando Teixeira da, FORTES, Alexandre (org.). *Cultura de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004, pp. 25-48.
- SAVIANI, Dermeval. “Prefácio”. In: PINTO, Álvaro Vieira. *A questão da universidade*. 2 ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986, pp. 2-5.
- SCHWARZSTEIN, Dora. *La Historia Oral*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1991.
- SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. Tradução Carlos Eduardo Lins da Silva e Maria Cecília de Sá Porto. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SERGIPE. *Formas de organização da produção*. Aracaju: Secretária de Estado da Agricultura, 1980.
- SILVA, Eugênia Andrade Vieira da. (Org.). *Guia de fontes temáticas*. [Edição revista e ampliada]. Aracaju: Tribunal de Justiça/Arquivo do Judiciário, 2009.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da, MEDEIROS, Sabrina Evangelista, VIANNA, Alexander Martins. *Dicionário crítico do pensamento da direita*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Mauad, 2000.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização 1964/1984”. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História geral do Brasil*. 9 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990, pp. 351-384.
- SILVA, Justina de A. *Estudantes e política: estudo de um movimento (RN 1960-1969)*. São Paulo: Cortez, 1989.
- SILVA, Rosemiro Magno da & LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. *Conflitos de terras e reforma agrária em Sergipe*. São Cristóvão: Editora da UFS, 1996.
- SILVA, Rosemiro Magno da. *A luta dos posseiros de Santana dos Frades*. São Cristóvão: Editora da UFS/Fundação Oviêdo Teixeira, 2002.
- SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, pp. 231-270.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. 5 Ed. São Paulo – SP: Paz e Terra, 1994.

- SODRÉ, Nelson W. *A Verdade sobre o ISEB*. Rio de Janeiro: Avenir, 1978.
- SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. *Reinvenções da Utopia: A militância política dos jovens dos anos 90*. São Paulo: Hacker, 1999.
- SOUZA, Aristeu, ASSIS, J. Carlos de. *A serviço do Brasil: a trajetória de Rômulo Almeida*. Rio de Janeiro: Fundação Rômulo Almeida, 2006.
- SOUZA, Terezinha Oliva de. *Impasses do federalismo brasileiro: Sergipe e a Revolta de Fausto Cardoso*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- THOMPSON, John B. *A Mídia e a Modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Tradução Walten Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. (Org.) Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.
- \_\_\_\_\_. *A formação da classe operária inglesa*. Tradução Denise Bottmann. v. I, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: Fábrica de Ideologias*. São Paulo: Ática, 1977.
- UNE. *História da UNE: depoimentos de vários dirigentes*. São Paulo: Editorial Livramento, 1980.
- VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: O diálogo é a violência. Movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. Campinas: Editora UNICAMP, 1999.
- VIEIRA, Mário Jorge de Menezes. *Revolução*. Aracaju: s/n, [1968] (livro-envelope).
- \_\_\_\_\_. *Poemas de Mário Jorge*. Aracaju: Gráfica J. Andrade, [1982].
- \_\_\_\_\_. *Cuidado silêncios soltos: prosa-poesia de Mário Jorge*. Aracaju: Gráfica J. Andrade; Subsecretaria de Cultura e Arte, [1983].
- \_\_\_\_\_. *A noite que nos habita*. Aracaju: Funcaju, 2003
- VILLARINO, Ramon Casas. *A MPB em movimento: música, festivais e censura*. São Paulo: Olho d'Água, 1999.
- WEID, Jean Marc Von Der. *Brazil, 1964 to the Present: a political analysis, an Interview with Jean Marc Von Der Weid*. Montreal: Latin American Editions, 1972.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

ZAIDAN FILHO, Michel e MACHADO, Otávio Luiz (org.). *Movimento estudantil e a educação superior*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2007.

\_\_\_\_\_. *O pensamento das juventudes brasileiras no século XX*. Recife: Editora da UFPE, 2010.

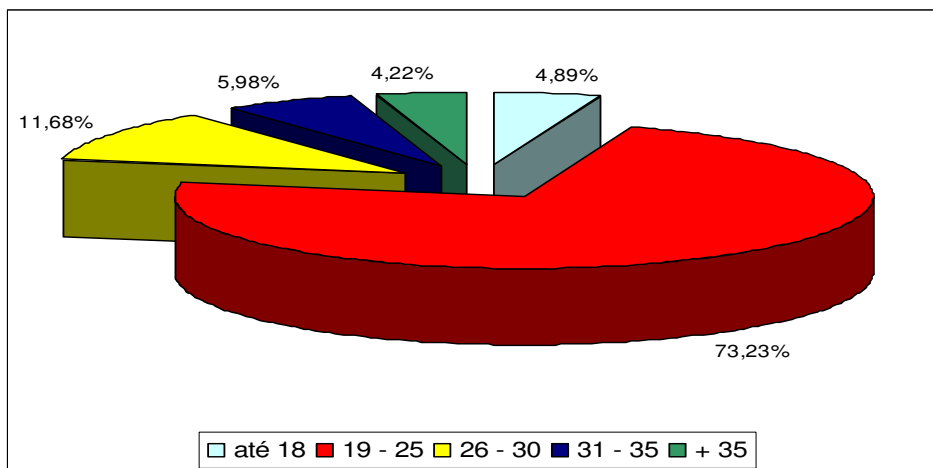
\_\_\_\_\_. *Memórias da juventude pernambucana: um panorama do século XX*. Recife: Editora da UFPE, 2011.

# ANEXOS



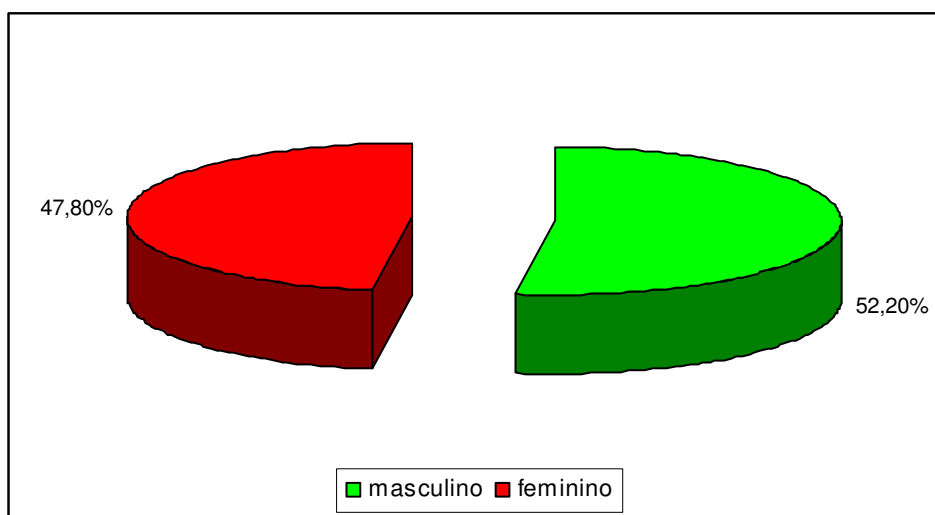
## ANEXO I - Gráficos

Gráfico 01: Estudo comparativo das faixas de idade dos universitários matriculados nas instituições de ensino superior de Sergipe, 1957 a 1964



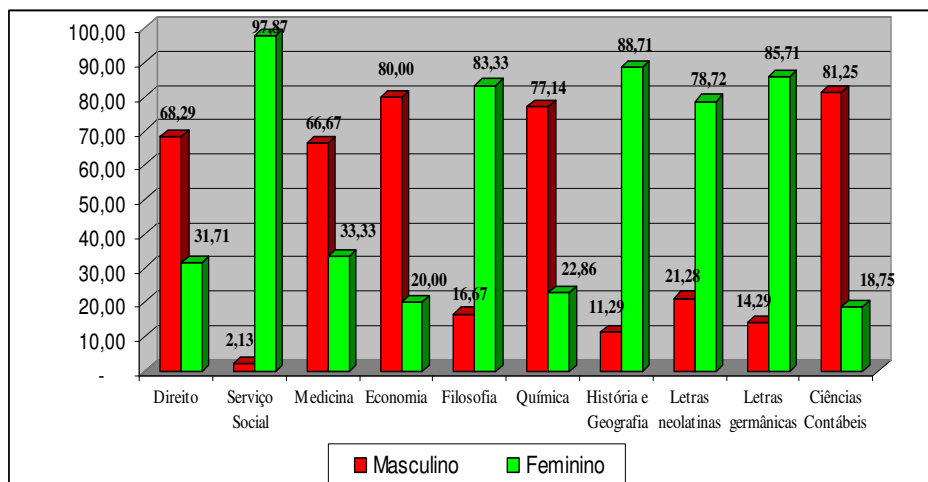
Fonte: Dados obtidos a partir do exame de dossiês individuais ou pastas contendo o registro acadêmico dos alunos matriculados nas instituições de ensino superior de Sergipe, 1957 a 1964, localizados no Arquivo Central da FUFSE. In: CRUZ, José Vieira da. *Juventude e identificação social: experiências culturais dos universitários em Aracaju/SE (1960-1964)*. Op. cit., p.55.

Gráfico 02: Estudo comparativo dos estudantes matriculados em razão do gênero nas instituições de ensino superior de Sergipe, 1957 e 1964



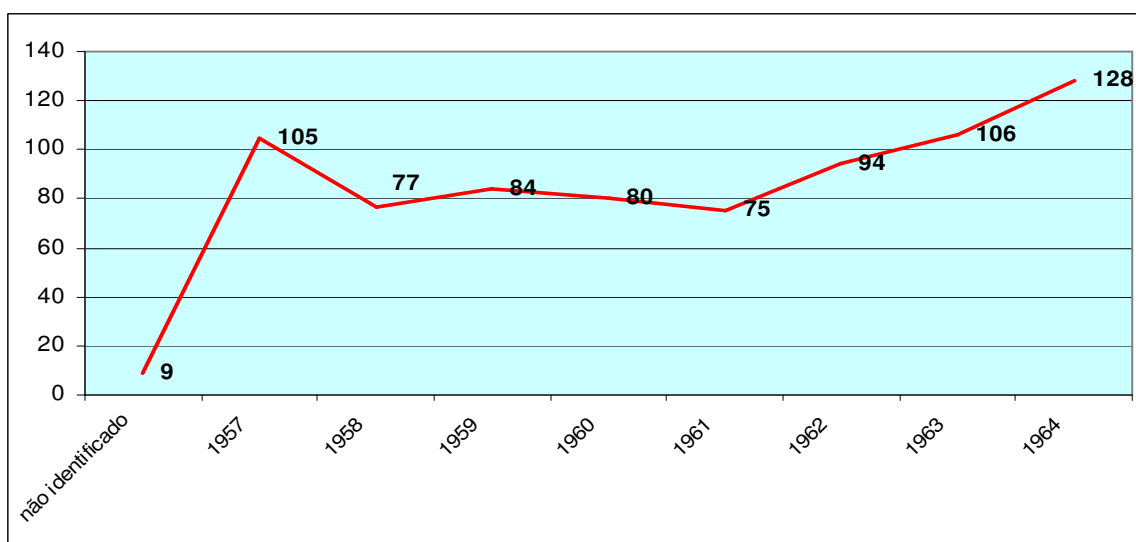
Fonte: Dados obtidos a partir do exame de dossiês individuais ou pastas contendo o registro acadêmico dos alunos matriculados nas instituições de ensino superior de Sergipe, 1957 a 1964, localizados no Arquivo Central da FUFSE. In: Op. cit., p.64.

Gráfico 03: Estudo comparativo dos estudantes matriculados em razão do gênero nos cursos ofertados pelas instituições de ensino superior de Sergipe, 1957 a 1964.



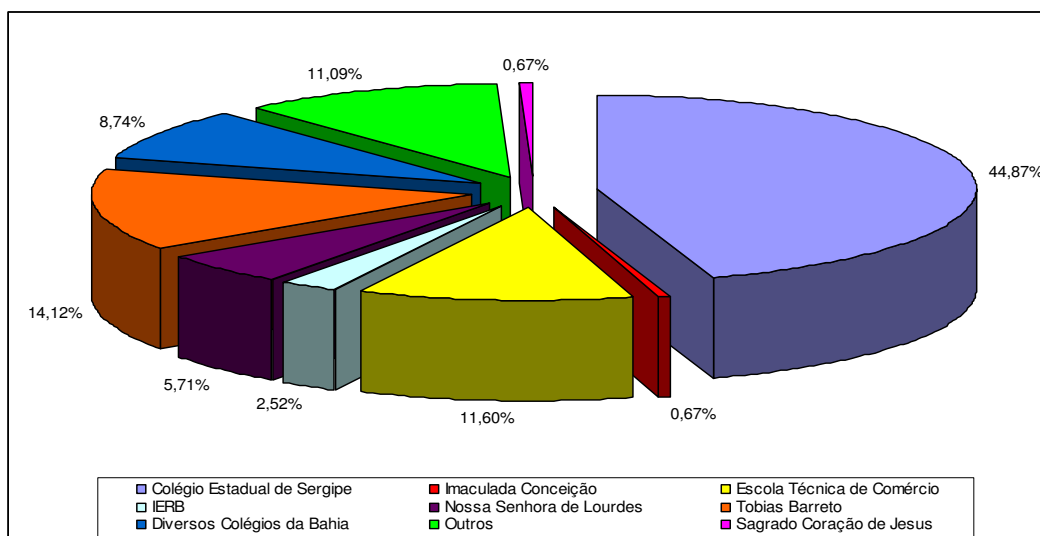
Fonte: Dossiês individuais ou pastas contendo o registro acadêmico dos alunos matriculados nas instituições de ensino superior de Sergipe, 1957 a 1964, localizados no Arquivo Central da FUFSE. In: CRUZ, José Vieira da. *Juventude e identificação social: experiências culturais dos universitários em Aracaju/SE (1960-1964)*. Op. cit., p. 88.

Gráfico 04: Estudo comparativo da matrícula das instituições de ensino superior em Sergipe, 1957 a 1964.



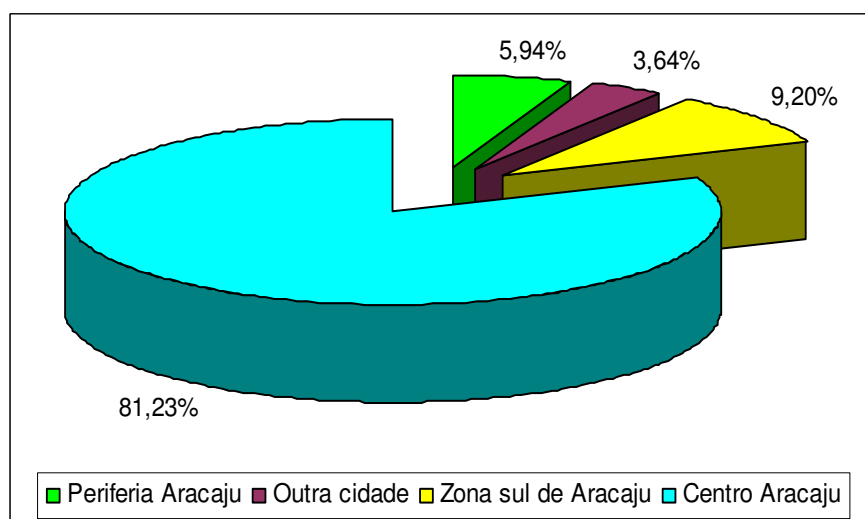
Fonte: Dossiês individuais ou pastas contendo o registro acadêmico dos alunos matriculados nas instituições de ensino superior de Sergipe, 1957 a 1964, localizados no Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe. In: CRUZ, José Vieira da. Op. cit., p.80.

Gráfico 05: Estudo comparativo das matrículas nas instituições de ensino superior de Sergipe em relação a instituições de ensino secundário de origem, 1957 a 1964.



Fonte: Dossiês individuais ou pastas contendo o registro acadêmico dos alunos matriculados nas instituições de ensino superior de Sergipe, 1957 a 1964, localizados no Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe. In: CRUZ, José Vieira da. Op. cit., p. 99.

Gráfico 06: Estudo comparativo do domicílio dos universitários matriculados nas instituições de ensino superior de Sergipe, 1957 a 1964.



Fonte: Dossiês individuais ou pastas contendo o registro acadêmico dos alunos matriculados nas Instituições de ensino superior de Sergipe, 1957 a 1964, localizados no Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe. In: CRUZ, José Vieira da. Op. cit., pp. 77-78.

## ANEXO II – Quadros comparativos

Quadro comparativo 01: Diretoria da UES – gestão de janeiro de 1953 a setembro de 1953

Cargo	Estudante	Escola ou faculdade
Presidente	Aloísio França Pereira	FCES
1º Vice-presidente	Marta Luiza da Cruz Leite	FCFS
2º Vice-presidente	Wilton Lima	ESC
3º Vice-presidente	Francisco Augusto Monteiro Celso	
Secretário Geral	Manuel de Santiago Menezes	FCES
1º Secretário	José de Souza Vasconcelos	ESQ
2º Secretário	Agnes Ayres G. Magalhães	ESQ
Tesoureiro	Walter Santos Lisboa	FCE

Fonte: “Empossada a nova diretoria da UES”. In: Gazeta socialista. Ano V, nº 170, 2 de fevereiro de 1952, p. 4.

Quadro comparativo 02: Diretoria da UEES – gestão setembro de 1953 a setembro de 1954

Cargo	Estudante	Escola ou faculdade
Presidente	Roberto de Paula Lima	FCFS
1º Vice-presidente	Tertuliano Azevêdo	FDS
2º Vice-presidente	Valdemar Machado Lôbo <sup>1459</sup>	EQS
3º Vice-presidente	José Bispo dos Santos	
Secretário Geral	Paulo Plácido Lima Gama	
1º Secretário	Adalberto Pinto Carvalho	[ESQ?]
2º Secretário	Sisino Tojal Aguiar Dantas	
3º Secretário	Manoel Messias dos Santos	
Tesoureiro	Renato França Pereira	

Fonte: Of. cir. 01/02/001/UEES, 19 de setembro de 1953. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CECH - DHI, Caixa 24, item 90, encadernação com os ofícios recebidos pelo DAJF/FCFS (1951-1955).

---

<sup>1459</sup> Examinando as atas do diretório acadêmico de química verificamos que a grafia correta do primeiro nome de Valdemar Machado Lôbo se iniciava com “V” e não com “W”, como consta no ofício circular que comunica a posse da nova diretoria da UEES.

Quadro comparativo 03: Diretoria da UEES – gestão setembro de 1955 a setembro de 1956

Cargo	Estudante	Escola ou faculdade
Presidente	Curt Vieira	FDS
1º Vice-presidente	Ruy Dias Trindade	FDS
2º Vice-presidente	Rute Barros	ESS
3º Vice-presidente	Enéas Souza	EQS
Secretário geral	Clementino Heitor de Carvalho	FCFS
1º Secretário	Gianete Carvalho	ESS
2º Secretário	Heraldo Carvalho	FDS
3º Secretário	Alonide Oliveira	FCE
Tesoureiro	Teófilo Dantas	FCE

Fonte: “O V Congresso Estadual dos Universitários – Curt Vieira, presidente”. In: *Academus*. Ano V , nº 14, setembro de 1956, p. 7.

Quadro comparativo 04: Diretoria da UEES – gestão setembro de 1958 a setembro de 1959

Cargo	Estudante	Escola ou faculdade
Presidente	Renato Chagas	FCE
1º Vice-presidente	Heli Nascimento	FDS
2º Vice-presidente	W. de Santana	FCFS
3º Vice-presidente	Afonso Pacheco	FCE
Secretário Geral	Geraldo Sobral	FDS
1º Secretário	Rose Mary Mesquita	EQS
2º Secretário	Jandira Maranhão	ESS
3º Secretário	Pascoal Nabuco	FDS
Tesoureiro	José Barbosa	FCFS
Vice-tesoureiro	Eanes Soares	FCE

Fonte: “VIII Congresso Estadual dos Estudantes”. In: *Academus*. Ano VII , nº 18, setembro de 1958, p. 2.

Quadro comparativo 05: Diretoria da UEES – gestão setembro de 1959 a setembro de 1960

Cargo	Estudante	Escola ou Faculdade
Presidente	Manoel Joaquim F. de Barros Sobrinho	EQS
1ª Vice-presidente	Maria Diná Menezes	ESS
2º Vice-presidente	Hélio Oliveira	FCFS
3ª Vice-presidente	Elza Schuster	ESS
Secretário Geral	Mariano Salmeron Netto	EQS
1ª Secretária	Maria Auxiliadora de Mello Diniz	FCFS
2ª Secretária	Rose Mary de Albuquerque Mesquita	EQS
3ª Secretária	Marlene Rosa Montalvão	FCFS
Tesoureiro	Gildo Prado Nunes	FCE
Vice-tesoureira	Edinalda Simões de Moura	ESS

Fonte: Of. cir. 01/1959/1960/UEES, setembro de 1959. In: PDPH/DHI/FUFSE. Fundo: Ofícios recebidos pela Federação dos Trabalhadores da Indústria de Sergipe.

Quadro comparativo 06: Diretoria da UEES – gestão setembro de 1960 a setembro de 1961

Cargo	Estudante	Escola ou Faculdade
Presidente	José Costa Calvacante	FDS
1º Vice-presidente	Juarez Alves Costa	FCE
2º Vice-presidente	Maria Silvia Aguiar Siqueira	ESS
3º Vice-presidente	Maria Auxiliadora de Mello Diniz	FCFS
Secretário Geral	José Alexandre Felizola Diniz	FCFS
1ª Secretário	Guido Azevedo	FDS
2º Secretário	Deoclécio Vieira Filho	FDS
3º Secretário	Maria Luiza de Souza	ESS
Tesoureiro	Antonio Aureliano Bispo	FCE
Vice-tesoureiro	Gilsa Luiza da Mota Gomes	ESS

Fonte: Of. cir. 01/1960/1961/UEES, setembro de 1960. In: PDPH/DHI/FUFSE. Fundo: Ofícios recebidos pela Federação dos Trabalhadores da Indústria de Sergipe.

Quadro comparativo 07: Manifesto ao povo sergipano contra o IBAD subscrito por entidades civis em 1962.

Presidente	Entidade civil
José Alexandre Felizola Diniz	União Estadual dos Estudantes de Sergipe – UEES.
Luiz Gonzaga	Sindicato de Fiação e Tecelagem de Aracaju.
José Nunes da Silva	Centro Operário.
Zuleica de Souza Mendes	FESPES.
Gilberto Menezes Fontes	Associação de Bombeiros.
José Rolemberg Cortes	União Sergipana dos Estudantes Secundaristas – USES.
Manuel Messias dos Santos	Federação dos Trabalhadores na Indústria/ Sindicato dos Pedreiros.
Ismael Pereira dos Santos	Sindicato de Engraxates.
Paulo Barbosa de Araújo	Associação dos Servidores Públicos do Estado de Sergipe – ASPES.
Afrodízio Menezes	Sindicato dos Gráficos de Aracaju.
José Domingos Correia	Sindicato dos Marceneiros.
Raimundo Correia dos Santos	Sindicato dos Estivadores.
Humberto Santos	Sindicato dos Ensacadores do Sal.
José Sales	Sindicato dos Conferencistas de Sergipe.
Daniel Monteiro de Jesus	Sociedade União dos Operários e Ferroviários – SUOF.

Fonte: “Manifesto ao povo sergipano”. In: Gazeta de Sergipe. Ano VII, nº 2080, 14 de dezembro de 1962, p.5.

Quadro comparativo 08: DEE de Sergipe – primeira gestão, eleição indireta de 1965.

Cargo	Estudante	Escola ou Faculdade
Presidente	Antonio Santana Menezes	FMS
1º Vice-presidente de coordenação universitária	Maria Guadalupe Costa Teixeira	FCFS
2º Vice-presidente de assuntos educacionais e culturais	Mariza Menezes	ESS
3º Vice-presidente de pesquisa e assistência universitária	Salim Milhem Ignatos	FMS
4º Vice-presidente de problemas estaduais, nacionais e internacionais	Luiz M. Mendonça	FCE
Secretário geral	Walmir Bruno Soares	FDS
Secretária de imprensa e publicidade	Miriam Rabêlo de Moraes	FCFS
Tesoureiro	José Cláudio da Silva	EQS
Vice-tesoureiro	José Carlos Monteiro dos Santos	FDS

Fonte: DEE DE SERGIPE. *Of. circular nº 1 – 1965/1966*, maio de 1965. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCBS, Caixa 01, item 02.



Quadro comparativo 09: Instituições de ensino superior em Aracaju, Sergipe (1948 -1968)

Ano	Instituição	Vinculação administrativa quanto à origem
1948	Faculdade Ciências Econômicas	Pública – Estadual
1950	Faculdade Química	Pública – Estadual
1951	Faculdade de Direito	Particular – Fundação civil/autarquia federal
1951	Faculdade de Filosofia	Particular – Católica
1954	Faculdade de Serviço Social	Particular – Católica
1961	Faculdade de Ciências Médicas	Particular – Fundação civil
1968	Universidade Federal de Sergipe	Pública – Fundação Federal

Fonte: Conjunto de dados desse quadro comparativo foi sistematizado ao longo dessa tese.

Quadro comparativo 10: Relação dos estudantes de Sergipe que participaram do XXX Congresso da UNE por curso e por tendência política

Estudante	Curso	Tendência do movimento estudantil
Wellington Dantas Manguiera Marques	Direito	PCB
Benedito Figueiredo	Direito	PCB (simpatizante)
João Augusto Gama da Silva	Direito	PCB
José Alves do Nascimento	Medicina	AP
Antônio Vieira da Costa	Economia	POLOP
João Rolemberg Côrtes	Serviço Social	AP
Elze Maria dos Santos	Serviço Social	-
Janete Correia de Melo	Letras	-
José Jacob Dias Polito	Química	-
Laura Marques Ribeiro	História	PCB

Fonte: DANTAS, José Ibarê Costa. *A Tutela Militar em Sergipe, 1964/1984: partidos políticos e eleições num estado autoritário*. Op. cit., pp. 96-103.

### ANEXO III – Tabelas

Tabela 01: Estudo comparativo do estado de origem dos universitários matriculados nas instituições de ensino superior de Sergipe, 1957 a 1964

Estado de origem	Percentual	Frequência
não identificado	5,01	38
Pernambuco	1,72	13
Sergipe	73,61	558
Bahia	12,01	91
Outros Estados	4,75	36
Alagoas	2,90	22
Total	100,00	758

Fonte: Dossiês individuais ou pastas contendo o registro acadêmico dos alunos matriculados nas instituições de ensino superior de Sergipe, 1957 a 1964, localizados no Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe. In: CRUZ, José Vieira da. Op. cit., p. 72.

Tabela 02: Estudo comparativo da cidade de origem dos universitários matriculados nas instituições de ensino superior de Sergipe entre 1957 a 1964

Cidade de origem	Percentual	Frequência
não identificada	4,62	35
Aracaju	36,54	277
Interior Sergipe	37,34	283
Outra cidade	21,50	163
Total	100,00	758

Fonte: Dossiês individuais ou pastas contendo o registro acadêmico dos alunos matriculados nas instituições de ensino superior de Sergipe, 1957 a 1964, localizados no Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe. In: CRUZ, José Vieira da. Op. cit., p. 73.

Tabela 03: Estudo comparativo dos estudantes matriculados em razão do gênero nas instituições de ensino superior de Sergipe, 1957 a 1964

Sexo	Frequência	Percentual
não identificado	32	4,22
masculino	379	50,00
Feminino	347	45,78
Total	758	100,00

Fonte: Dossiês individuais ou pastas contendo o registro acadêmico dos alunos matriculados nas instituições de ensino superior de Sergipe, 1957 a 1964, localizados no Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe. In: CRUZ, José Vieira da. Op. cit., p. 64.

Tabela 04: Comparativo entre homens e mulheres matriculados nos cursos ofertados pelas instituições de ensino superior de Sergipe, 1957 a 1964

Curso	Sexo		Total	
	Não identificado	Masculino		Feminino
Não identificado	0	7	6	13
Direito	15	140	65	220
Serviço Social	4	2	92	98
Medicina	2	32	16	50
Economia	1	108	27	136
Filosofia	1	1	5	7
Química	1	54	16	71
História e Geografia	1	7	55	63
Letras neolatinas	3	10	37	50
Letras germânicas	0	4	24	28
Ciências Contábeis	3	13	3	19
Outros	1	1	1	3
Total	32	379	347	758

Fonte: Dossiês individuais ou pastas contendo o registro acadêmico dos alunos matriculados nas instituições de ensino superior de Sergipe, 1957 a 1964, localizados no Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe. In: CRUZ, José Vieira da. Op. cit., p. 86.

Tabela 05: Estudo comparativo de matrículas nas instituições de ensino superior de Sergipe em relação a instituições de ensino secundário de origem no período, 1957 a 1964.

Escolas	Percentual	Frequência
Colégio Estadual de Sergipe - CES	44,87	267
Imaculada Conceição	0,67	4
Escola Técnica de Comércio	11,60	69
IERB	2,52	15
Nossa Senhora de Lourdes	5,71	34
Tobias Barreto	14,12	84
Diversos Colégios da Bahia	8,74	52
Outros	11,09	66
Sagrado Coração de Jesus	0,67	4
Total	100,00	595

Fonte: Dossiês individuais ou pastas contendo o registro acadêmico dos alunos matriculados nas instituições de ensino superior de Sergipe, 1957 a 1964, localizados no Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe. In: CRUZ, José Vieira da. Op. cit., p. 98.

Tabela 06: Estudo comparativo entre ano de nascimento dos estudantes e ano de entrada na universidade (idade dos alunos / quantidade / percentual)

Ano de nasc.	Entrada			1957			1958			1959			1960			1961			1962			1963			1964		Total								
	não identificado			id	qt.	%	id	qt.	%	id	qt.	%	id	qt.	%	id	qt.	%	id	qt.	%	id	qt.	%	id	qt.	%	qt.	%						
	id	qt.	%	id	qt.	%	id	qt.	%	id	qt.	%	id	qt.	%	id	qt.	%	id	qt.	%	id	qt.	%	id	qt.	%	qt.	%						
não identificado					3	2,86%				1	1,30%					2	2,50%		1	1,33%				3	3,19%		2	1,89%			1	0,78%	13	1,72%	
1896																																1	0,13%		
1908					49	1	0,95%																									1	0,13%		
1914																									49	1	0,94%						1	0,13%	
1916																									46	2	2,13%						2	0,26%	
1917																														47	1	0,78%	1	0,13%	
1919																														45	1	0,78%	1	0,13%	
1920																														44	1	0,78%	3	0,40%	
1922																																	10	1,32%	
1923																																	5	0,66%	
1924																																	2	0,26%	
1925																																	9	1,19%	
1926																																	5	0,66%	
1927																																	12	1,58%	
1928																																	12	1,58%	
1929																																	9	1,19%	
1930																																		12	1,58%
1931																																	13	1,72%	
1932																																	17	2,24%	
1933																																	22	2,90%	
1934																																	28	3,69%	
1935																																	38	5,01%	
1936																																	39	5,15%	
1937																																	67	8,84%	
1938																																	67	8,84%	
1939																																	70	9,23%	
1940																																	61	8,05%	
1941																																	57	7,52%	
1942																																	55	7,26%	
1943																																	59	7,78%	
1944																																	37	4,88%	

